Lisboa Subterrânea



Electa
Museu Nacional de Arqueologia
Lisboa
Capital Europeia da Cultura '94
1994

Sala leitura

LISBOA SUBTERRÂNEA

Esta exposição foi realizada com o apoio do BPA
BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO

UM MECENAS, UM MUSEU

TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais

Museu Nacional de Arqueologia

1994

Este catálogo foi editado com o apoio do Instituto Camões
e da Expo 98 por ocasião da exposição apresentada
no Museu Nacional de Arqueologia pela Sociedade Lisboa 94
de 26 de Fevereiro a 31 de Dezembro de 1994





LISBOA SUBTERRÂNEA

Museu Nacional de Arqueologia

Museu Nacional de Arqueologia
Biblioteca
Data 4/1/2000
Nº Registo 1/2000

Lisboa
Capital Europeia
da Cultura '94

Electa

Lisboa 94

Presidência

Victor Constâncio

Assistente
Rosa Domingues

Exposições

Administradora
Simonetta Luz Afonso

Assessores
Isabel Carlos
Raffaella D'Intino
Paulo Pereira

Assistente
Clara de Gubernatis

Música Clássica e Ópera

Administrador
José Carlos Megre

Assessores
Maria José Rino
Manuel Pedro Ferreira

Assistente
André Cordeiro

Teatro e Dança

Administradora
Mª Manuel Pinto Barbosa

Assessores
Jorge Salavisa
Margarida Lages
Teresa Reimão Pinto

Assistente
Elsa Marques

Cinema e Vídeo

Administradora
Ana Costa e Almeida

Assessor
Mª Miguel Santos Silva

Música Popular e Jazz

Administrador
Ruben de Carvalho

Assessores
Helena Costa
Modesto Navarro

Assistente
Inês Mota

Intervenção Urbana

Administrador
Elísio Summavielle

Assessores
Gonçalo Couceiro
Mª José Santos

Assistente
Helena Caria

Congressos e Colóquios

Graça Vasconcelos

Administração Geral

Adelaide Rocha

Assessores
Miguel Lobo Antunes
João Nascimento
Paula Martins

Assistente
Paula Catita

Relações Internacionais

Ivone Cunha Rego

Imprensa, Relações Públicas e Protocolo

Maria Nobre Franco
Jorge Pires
Fernando Camecelha
Tomás Collares Pereira

Promoção

Administrador
José Luís Arnaut

Assessor
Sofia Costa Pessoa

Impresso em Itália

© 1994 Lisboa 94
e Electa, Milão
Elemond Editori Associati
Todos os direitos reservados

Exposição

Comissariado executivo

Administradora
Simonetta Luz Afonso

Assessores
Isabel Carlos
Raffaella D'Intino
Paulo Pereira

Assistente
Clara de Gubernatis

Comissariado científico

Ana Margarida Arruda

Comissários

Fernando Real
Francisco Alves

Restauro

Desenhos e Gravuras
Instituto José de Figueiredo:
Filomena Pereira
Gabriela Carvalho
Francisca Figueira
Joana Campelo

Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro

Têxteis
Instituto José de Figueiredo:
Maria Odete Barreto
Maria Irene Borges
Mª José dos Santos Duarte
Maria Alice Marques
Elisa Robalo Marques
Mª Teresa Segarra Marques
Luís Felipe Monteiro Pedro
Mª Isabel Macedo Ribeiro
Beatriz Lemos da Silva
Isabel Sousa Uva

Escultura
Instituto José de Figueiredo:
Alexandrina Barreto

Peças arqueológicas
Oficina Laboratório do Museu Monográfico de Conimbriga:
Augusta Beloto
Leonor Estevão
Marta Gordilho
Maria Augusta Loreto
Manuel Matias
Alice Quaresma
Pedro Sales
Margarida Santos
Manuela Vaz

Escola Superior de Conservação e Restauro:
Kátia Bittencourt
Sónia Maria Domingos
Mª João Bacelar Velez
Luís Filipe Gomes de Seixas

IPPAR - Departamento Arqueologia:
Moisés Lurdito Campos
Antónia Tinturé

Projecto arquitectónico

João Vieira Caldas
Carlos Severo

Montagem

Equipa do Museu Nacional de Arqueologia

Coordenadora
Olinda Sardinha

Maria José Albuquerque
Adília Antunes
Luís Filipe Antunes
Mª do Céu Araújo
Mª da Glória Azedo
Mª Augusta Cardoso
Cristina Lívia Coito
Margarida Cunha
Luisa Guerreiro
Rui Pedro
Salvador Rodrigues
Mª Luísa Campos e Sousa
Helder de Sousa
Rosa Sá Velho

Agradecemos vivamente às instituições, coleccionadores e especialistas que connosco colaboraram através do empréstimo de obras para esta exposição ou através de preciosas indicações:

Associação de Arqueologia da Amadora – Associação dos Arqueólogos Portugueses – Associação Cultural de Cascais – Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas – Cabido da Sé Metropolitana Patriarcal de Lisboa – Câmara Municipal de Alenquer (Museu Municipal de Alenquer) – Câmara Municipal de Almada (Museu Municipal de Almada) – Câmara Municipal do Barreiro (Museu Municipal do Barreiro) – Câmara Municipal do Bombarral (Museu Municipal do Bombarral) – Câmara Municipal de Cascais (dep. de Arqueologia e Museu do Mar de Cascais) – Câmara Municipal de Lisboa (Gabinete Técnico do Teatro Romano e Museu da Cidade) – Câmara Municipal de Oeiras Câmara Municipal de Torres Vedras (Museu Municipal de Torres Vedras) – Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (Museu Municipal de Vila Franca de Xira) – Casa dos Patudos de Alpiarça – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa – Centro Arqueológico de Almada Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras Fundação Medeiros e Almeida – Hospitais Civis de Lisboa Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciência de Porto – Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro Instituto Geológico e Mineiro – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (dep. Arqueologia) – Laboratório Marítimo da Guia de Cascais Museu da Lourinhã – Museu de Marinha – Museu Militar Museu Nacional de Arqueologia

Anapaula Abrantes; Teresa Alarcão; Clementino Amaro; A. Marcos Galopim de Carvalho; Margarida Cunha; Mariana Diniz; Victor S. Gonçalves; Luisa Guerreiro; Theodor Hauschild; Manuela Carvalho Leitão; Ana Cristina Leite; Luís Raposo; António Brum da Silveira; Maria José Ferro Tavares.

No ano em que celebra o seu 75º Aniversário, e que por coincidência feliz é também o ano em que a cidade de Lisboa se assume como Capital Europeia da Cultura, não poderia o Banco Português do Atlântico deixar de associar o seu nome a um evento cultural de tal magnitude.

Lisboa Capital Cultural 1994 será certamente um marco na história da cidade, uma oportunidade única para revisitar as suas glórias passadas e projectar o seu prestígio futuro no seio da casa comum de uma Europa que se vai construindo passo a passo.

Para o Banco Português do Atlântico, 1994 é também um ano memorável na medida em que assinala os 75 anos da sua História com a consciência de haver cumprido o desígnio que em 1919 germinou no espírito do seu Fundador.

É por isso com um orgulho redobrado que o maior banco comercial do país tem o grato prazer de patrocinar a exposição "Lisboa Subterrânea" que, pela primeira vez e de uma forma exaustiva, mostrará a todos os seus visitantes os tesouros soterrados no subsolo da Capital, percorrendo as diferentes lisboas que, ao longo de séculos, criaram as raízes tão diversas de cujo emaranhado resultou esta bela cidade que hoje se projecta, como nos tempos em que dela partiram aqueles que mostraram o mundo ao mundo, como Capital Europeia de uma Cultura que ela própria tanto contribuiu para universalizar.

BPA

BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO

Catálogo

Textos de

Jorge de Alarcão
Isabel Moitinho de Almeida
Francisco J. S. Alves
Clementino Amaro
José Morais Arnaud
Ana Margarida Arruda
Maria Luísa Braga
Júlio Roque Carreira
Suzanne Daveau
Carlos Fabião
Luís Adão da Fonseca
Jorge Gaspar
Victor S. Gonçalves
Theodor Hauschild
Vasco Gil Mantas
Irisalva Moita
António José C. M. Nabais
Fernando António Baptista Pereira
Luís Raposo
Victor Pavão dos Santos
Cláudio Torres

Notas e Fichas críticas de

Francisco Alves	FA
Clementino Amaro	CA
Ana Margarida Arruda	AMA
Maria Odete Barreto	MOB
José Carlos Caetano	JCC
Teresa Caetano	TC
Manuel Calado	MC
João Luís Cardoso	JLC
Júlio Roque Carreira	JRC
António Carvalho	AC
Manuela Leitão Carvalho	MLC
José d'Encarnação	Jd'E
António Dias Diogo	ADD
Ana Luísa Duarte	ALD
Mariana Diniz	MD
Carlos Fabião	CF
António Dias Farinha	ADF
Maria Amélia Fernandes	MAF
Maria Alexandra Gaspar	MAG
Mário Varela Gomes	MVG
Victor S. Gonçalves	VSG
Ana Cristina Leite	ACL
Carlos Loureiro	CL
Vasco Mantas	VM
José Marinho	JM
José Luís de Matos	JLM
António Nabais	AN
Janette Nolen	JN
Paulo Pereira	PP
Jorge Raposo	JR
Luís Raposo	LR
Fernando Real	FR
Manuel Real	MR
Maria Aires Silveira	MAS
Isabel Sousa Uva	ISU

Coordenação

Raffaella D'Intino

Fotografia

Arquivo Nacional de Fotografia

Coordenação
Vitória Mesquita
José Pessoa

Colaboração
Emília Tavares
Maria Alexandra Ribeiro

Fotógrafo
José Rúbio

Desenhos e mapas

José Peres

Imagem global

Henrique Cayatte

Design e produção gráfica

Atelier Ana Filipa Tainha

Selecção de cor, impressão e acabamento

Electa

Edição

Electa - Lisboa 94

Índice

8 *Prefácio* **Simonetta Luz Afonso**

10 *Lisboa Subterrânea* **Ana Margarida Arruda**

13 *Lisboa, o sítio: ocupação e organização do território* **Jorge Gaspar**

20 *Lisboa antes do Homem* **Isabel Moitinho de Almeida**

24 *A foz do Tejo, palco da história de Lisboa* **Suzanne Daveau**

31 *Os primeiros habitantes da região de Lisboa* **Luís Raposo e Júlio Roque Carreira**

39 *As sociedades camponesas na Península de Lisboa* **Victor S. Gonçalves**

45 *As comunidades mesolíticas do Vale do Tejo* **José Morais Arnaud**

49 *O Castelo de Vila Nova de S. Pedro* **Victor S. Gonçalves**

52 *A Península de Lisboa entre o Norte atlântico e o Oriente mediterrânico* **Ana Margarida Arruda**

58 *Lisboa romana e visigótica* **Jorge de Alarcão**

64 *O teatro romano de Lisboa* **Theodor Hauschild**

67 *O monumento romano da Rua da Prata* **Carlos Fabião**

70 *Olisiponenses: epigrafia e sociedade na Lisboa romana* **Vasco Gil Mantas**

76 *A Indústria Conserveira na Lisboa Romana* **Clementino Amaro**

80 *Lisboa muçulmana* **Cláudio Torres**

86 *Lisboa medieval e o seu termo* **Luís Adão da Fonseca**

92 *Lisboa porta do Atlântico* **Fernando António Baptista Pereira**

100 *O estuário do Tejo: as duas margens do mesmo rio* **António José C. M. Nabais**

105 *A casa na Lisboa de Quinhentos* **Victor Pavão dos Santos**

110 *Casa dos Bicos: sítio com dois milénios de História* **Clementino Amaro**

112 *O 1º de Novembro de 1755. Lisboa destruída* **Maria Luísa Braga**

118 *O Hospital Real de Todos-os-Santos* **Irisalva Moita**

126 *Lisboa submersa* **Francisco J. S. Alves**

133 *Bibliografia*

Catálogo

141 *Os primeiros habitantes*

151 *Das sociedades recolectoras às sociedades camponesas*

191 *A Península de Lisboa entre o Norte atlântico e o Oriente mediterrânico*

207 *Lisboa romana e visigótica*

235 *Lisboa da Idade Média ao terramoto*

261 *Lisboa submersa*

275 *Bibliografia*

Prefácio

Creio que esta exposição desvenda uma fascinante viagem pelo tempo.

Devolve-nos uma Lisboa escondida, insuspeita de muitos. E reforça os laços que (inconscientemente por vezes) nos prendem a este chão que quotidianamente pisamos, a esta cidade que hoje habitamos e ajudamos a construir; uma cidade que já foi outra cidade – ou «outras» cidades, soterradas pelo Tempo e que, apesar de subterrâneas, se viram entretanto resgatadas do solo enquanto Memória pela pesquisa paciente e aturada dos arqueólogos.

Nesta exposição, porém, não é necessário que o visitante seja arqueólogo para que apreenda os nexos que se geraram neste vasto território. O perfil geomorfológico, a paleontologia, a entrada em cena dos hominídeos, o aparecimento de comunidades sedentárias e a criação da Cidade são etapas que se impõem através dos objectos e da sua disposição no espaço.

Para a definição desse território de que falo, facilmente se entende a presença de um grande fio condutor: a ampla e assombrosa desembocadura do rio Tejo e da sua bacia, delimitando um espaço vital – e as suas potencialidades enquanto ecossistema. Foi neste lugar – na Península de Lisboa – que se desenrolaram inúmeros fenómenos – alguns deles dramáticos – e que agora podemos reconstituir como se de um desafiante «puzzle» se tratasse.

Há setenta milhões de anos a Natureza era soberana. Nessa altura dominavam, sozinhos, no pântano de Belém, da Lourinhã, nos terrenos alagadiços dos recortes costeiros ou no grande lago de Loures, esses seres que hoje suscitam paixões e que a ciência consagrou sob a designação de dinossauros.

Muito depois da enigmática extinção dos dinossauros observa-se a intrusão deste pequeno mas inteligente primata no ecossistema da Península de Lisboa: o Homem. Esta jovem espécie, no seu primeiro período formativo, há apenas 500 000 anos e ainda hominídeo, talhou os primeiros e rudes artefactos do Paleolítico. Como homem, milénios depois, deixou vestígios da sua cultura material e dos seus diligentes esforços para dominar a Natureza. Até que ao sedentarizar-se criou essa nova forma de civilização: a Cidade. Mas, com ironia ou sem ela, a Natureza voltou mais tarde a impor a sua lei com o terramoto de 1755. A Cidade tombou, foi pasto das chamas, foi invadida pelo mar. Esta grande cesura da história de Lisboa foi de tal modo marcante que dela só se pôde falar a partir de então como possuindo um antes e um depois do terramoto. Uma brutal ferida que, porém, cicatrizou.

Tais parâmetros simbolizam os dois extremos – o ponto de partida e de chegada – desta intrigante narrativa.

A longa diacronia da descoberta que esta exposição propõe ao visitante é marcada por momentos balizados pelos materiais dominantes nos diversos períodos da Pré-história – e da história – da Península de Lisboa; mas também pelas crenças e pelos sistemas religiosos que os definiram. A pedra: os bifaces e raspadores de Casal do Monte e os estabelecimentos do Vale do Trancão; as populações mesolíticas da bacia flandriana do Tejo com a sua peculiar dieta de moluscos e bivalves, bem evidente nos «concheiros» de Muge; e os Deuses: testemunhos do Neolítico Antigo, do Neolítico Médio e do Calcolítico, quer presentes em recônditas grutas naturais, quer nos primeiros *monumentos* feitos pelo homem – as antas e as grutas artificiais – com o seu estranho mobiliário votivo denunciando até que ponto um insólito universo espiritual e a emergência das religiões se conjugava, há cinco mil anos, com a vontade do homem entender o mundo e os seus ciclos. O Fogo, e a sua capacidade transformadora, patente nos



primeiros povoados metalúrgicos de Leceia ou Vila Nova de S. Pedro, verdadeiros centros proto-urbanos que espessas e altas fortificações protegiam.



Todas as comunidades parecem revelar relativamente ao grande rio, quer uma vital dependência, quer as possibilidades de uma «abertura» ao exterior através da troca e do comércio. Esta capacidade de troca, aliás, não cessaria de crescer quando no final da Idade do Bronze e na Idade do Ferro se combinavam os traços de uma cultura atlântica e de uma cultura mediterrânica.

Capacidade de troca e capacidade de abertura passariam a ser as marcas fundamentais do sítio que verá nascer a Cidade. Quando os romanos nela se instalaram – quando os colonos se estabeleceram – dá-se a consagração da *urbe*, que passará certamente a sentir orgulho pelos seus edifícios – sinal de *civilidade* – como sejam o Teatro Romano, as Termas ou o «criptopórtico» da Rua da Prata (afinal não mais do que pequenos restos de uma mais importante série de monumentos de grande componente cívica).

O intercâmbio, a movimentação dos homens e das mercadorias, passaria desde então a ser o estímulo para o desenvolvimento de uma das mais importantes cidades portuárias ibéricas.

A *nau*, o seu escudo de «armas», símbolo por excelência da cidade medieval, virá a ser assim mais do que o atributo do mártir S. Vicente, patrono de Lisboa, e mais do que um sinal da devoção; virá a ser o selo do destino de uma cidade que iria desempenhar, muito para lá das suas poderosas muralhas, segura da amenidade desse propinatório estuário do Tejo, um papel temerário, ele também fruto do cruzamento das culturas de árabes, judeus e cristãos e que parecia assim apresentar o seu primeiro traço de *identidade*.

Quando a expansão portuguesa se inicia – lançando-se em direcção ao cada vez menos insondável horizonte marítimo, – é outra época de Lisboa que se abre. Gradualmente, a cidade constrói os seus equipamentos, como o Hospital Real de Todos-os-Santos; ou como as suas magníficas instalações portuárias que recebiam os barcos de todas as nações, alguns dos quais, desafortunados, soçobraram ao longo da costa (não sem que deles se tenham podido recuperar importantes vestígios).

Quando o brutal terramoto acontece, é uma grande parte da cidade que desaparece. É claro que sobre ela outra cidade nasce: a do Iluminismo de Pombal.

Nela mesmo, na nossa cidade *de hoje*, todavia, prevalecem ainda significativos sinais do que foi a Olisipo proto-histórica, a Felicitas Julia romana, a Lixbuna árabe (e moçárabe), a Lisboa portuguesa, medieval e da expansão...

Que esta exposição seja um *convite* para a (re)descoberta destes vestígios e um alerta para a sua recuperação meticulosa, eis um objectivo que creio ser sedutor e mesmo apaixonante. Porque só assim se pode contar (e perceber) a história de uma cidade (e do seu território vizinho), a história de uma cidade que já foi muitas *outras* cidades. Fruto da sedimentação de culturas, que se podem e devem resgatar quando se desentranham da terra sólidas lembranças que debaixo de nós, numa *Lisboa Subterrânea*, a pouco e pouco acordam da sua longa dormência.

Simonetta Luz Afonso

Administradora da Área de Exposições de Lisboa **94**
Capital Europeia da Cultura

Lisboa Subterrânea

Introdução

Ler um simples título, nada de mais perigoso se esquecermos o resto. E esta «Lisboa Subterrânea» tanto está efectivamente debaixo de terra firme como à superfície, sob as calmas águas do Tejo ou ainda sob as bem mais agitadas do grande Mar Oceano...

Nem tudo começou com os dinossauros, apesar de lhes termos reservado lugar nesta Exposição, mas talvez fosse um deles a escrever esta apresentação se a catástrofe os não tivesse extinto...

Não é difícil imaginá-lo, enrolando a longa cauda, activando os três «cérebros», puxando as lunetas para junto dos olhinhos minúsculos e esfregando impaciente os pés em Carenque, na sua residência de férias.

E pensando nas críticas dos velocirraptores, no tenebroso grunhir dos tiranossauros... porque nada irritava mais essas temíveis criaturas que o «fazer-se algo», contrariando os hábitos do pântano de Belém ou das áreas de nidificação da Lourinhã...

Veremos, assim, dinossauros, que nada têm que ver (a não ser em sentido alegórico), com o bom do primata de que descendemos, um pequeno oportunista que conseguiu (nem se sabe como) evoluir dos contemporâneos de Carenque. Aqui chegou o Homem, no entanto, vindo de estranhos e alógenos ecossistemas, e sobre ele se fala com algum pormenor, começando pela fabulosa embocadura do Tejo, tão bem descrita por Suzanne Daveau, no texto que se segue à interpretação diacrónica de Jorge Gaspar.

Há cerca de 500 000 anos que o Homem aqui se fixou e, até há 100 000 anos, viveu nas férteis margens do grande Rio, fixando-se depois no Trancão, um pouco por toda a parte, na rica várzea de Loures, sem dúvida, e privilegiando «o País Paleolítico» de Santo Antão do Tojal...

Como vários autores insistiram, é ainda a grande bacia flandriana do Tejo que verá a instalação e desenvolvimento das populações mesolíticas dos concheiros de Muge, prelúdio à emergência das sociedades camponesas que, desde o 6.° milénio, iniciam a colonização agrícola e o uso, para pastoreio, das ricas terras agrícolas que aqui encontraram.

Victor S. Gonçalves fala-nos delas, e da sua evolução para lá da transição do 4.° para o 3.° milénio, altura em que se inicia a aventura da metalurgia do cobre e os contactos com o Mediterrâneo parecem indiscutíveis.

Nos inícios do 1.° milénio, a Península de Lisboa lê-se entre o Norte atlântico e o Sul mediterrânico. O estuário do Tejo é, mais uma vez, um «encontro de culturas» e toda a sequência da Idade do Bronze e da Idade do Ferro o reflecte.

A Lisboa romana e visigótica sai hoje da terra a cada passo de construção na Baixa lisboeta e na colina do Castelo.

Décimo Júnio Bruto ocupou a área que é hoje Lisboa em 138 a.C., de onde, provavelmente, a inscrição recolhida na área do Castelo e dedicada a Mercúrio.

Não se duvide da importância da Lisboa romana: aos cidadãos de *Felicitas Iulia* foi atribuída a tribo Galéria, o que os colocava em situação privilegiada.

O teatro romano, as termas dos Cássios, as ruínas da Rua da Prata, a barragem e o correspondente aqueduto, as necrópoles da Praça da Figueira e do Campo de Santa Clara são testemunhos da arquitectura romana. As vias conhecidas tornam vivo o território e a sua ligação ao de outras *ciuitates*.

Se a época visigótica «parece ter sido de prosperidade», como também recorda Jorge de Alarcão, a chegada dos muçulmanos «não trouxe decadência nem o fim daquela *felicitas* com que os Romanos apelidaram a cidade de Olisipo».

«Em Lisboa, sobre o mar/ Barcas novas mandei lavrar» canta o jogral João Zorro, quando o século XIII terminava. E Lisboa estava de novo às portas do Atlântico, desta vez no arrancar da gesta dos Descobrimentos. Dois séculos depois, a vocação atlântica estava mais que definida, consolidada, e as barcas novas saíam do nosso porto, para regressarem com outros mundos, forjando uma nova Lisboa.

O Paço Real e a Casa da Índia, o Arsenal e os Estaleiros Navais, a Alfândega Nova e o Terreiro do Trigo, são chaves para a compreensão do crescimento extraordinário da Lisboa manuelina. Mas Fernando António Baptista Pereira recorda a crítica de Francisco de Holanda e os silêncios de D. Sebastião, quando o eclipse da nacionalidade se aproximava. Lisboa da transformação e mudança, Lisboa dos tempos vertiginosos da expansão e do seu fim provisório.

Se a cidade é um espaço de contenção, um limite por muralhas feito, as suas células, as casas, não poderiam ser esquecidas nesta recuperação do tempo que a cidade foi: delas se conta a história, a estrutura a que obedeciam, a lógica *loger*-sobrado e os móveis que as integravam.

Entre os grandes edifícios públicos da cidade, o Hospital de Todos-os-Santos, construído durante o século XVI, ocupava lugar de destaque. Totalmente arrasado pelo terramoto, os seus restos foram identificados na década de 60, tendo sido possível recuperar a sua planta, bem como numerosos artefactos. A importância que se lhe atribui nesta Exposição traduz os resultados de essas escavações e o próprio símbolo em que o hospital se tornou. Símbolo do impacto do grande fenómeno natural que destruiu grande parte da antiga cidade.

«O biscoito é o principal sustento da gente do mar», diz antigo documento e a margem sul tem no seu fabrico papel dominante: as duas margens de um mesmo rio, como nos é recordado por António Nabais.

E o mar, sulcado pelas naus, quantas engoliu?

Lisboa submersa é a história recuperada de sob as ondas, os humildes artefactos dos nossos navegadores, as armas antes deles perdidas ou ritualmente arremessadas às águas, os próprios barcos e o que transportavam: os canhões da guerra, os instrumentos para ler o caminho nas estrelas, pratos e terrinas, âncoras para marcar o fim temporário de uma travessia. Francisco Alves, que tantas vezes mergulhou em busca de estes despojos, apresenta-nos aqui um pouco do que viu e recolheu.

Lisboa muda com o terramoto. Ruas amplas e rectilíneas ajudam a manter a ordem na capital do Império. O Marquês não perdeu a oportunidade. O despotismo esclarecido revê-se na nova traça urbana, com a qual se inicia um novo ciclo. Quase todo de pé, à excepção do muito que os tempos adulteraram e destruíram. Mas isso é já uma outra história (ou uma outra Exposição).

«Lisboa Subterrânea» é, assim, uma exposição aliciante e multímoda. Não é sua preocupação a homogeneidade monolítica do discurso, mas antes a constatação da sua diversidade. Discurso construído naturalmente a partir da informação disponível, o que explica a diferente proporção do espólio nela presente, traduzindo diferentes ritmos de pesquisa e diferentes volumetrias de artefactos recuperados. Como exposição, poderia apenas pretender «mostrar». Vai mais longe, no entanto, procurando evidenciar áreas sombrias, dúvidas e interrogações, abordar questões novas ou reviver outras, que necessitavam actualização.

«Lisboa Subterrânea» é também um conceito de «geografia variável», jogando com uma área ampla que, para os tempos anteriores à nossa era, se alarga compreensivelmente a toda a Península do mesmo nome. Mas mesmo quando Lisboa é romana como a compreender sem os campos que a rodeiam, os *agri olisiponensis*, que abastecem a cidade?

Esta Exposição é também um apelo veemente aos seus visitantes: lá fora está a Cidade, a sua longa e complexa vida, aqui representada apenas por imagens-referência, por símbolos, por pistas. É necessário não esquecer que a Exposição abre a tudo o resto, às grutas de Alapraia e à colina fortificada de Leceia, às termas dos Cássios e ao enigmático edifício da Rua da Prata, à Sé e ao Castelo, à Baixa pré-pombalina...

Como Exposição, por força de razões restrita a um espaço fechado, «Lisboa Subterrânea» é a abertura e o pretexto para sair e ver.

Lisboa 94 agradece ainda a todos os que possibilitaram esta exposição, directores de museus, autarquias, entidades colectivas ou indivíduos isolados que, com sugestões, críticas ou apoio específico, como cedência de materiais ou redacção de fichas descritivas, contribuíram para os pormenores de uma estrutura compreensivelmente difícil de montar.

Ana Margarida Arruda

Comissária Científica da Exposição Lisboa Subterrânea

Lisboa, o sítio: ocupação e organização do território

Jorge Gaspar

Localização e envolvência

Lisboa vista de longe, do espaço ou simplesmente de outro país, talvez mesmo tão-só da Província, aparece hoje como uma mancha difusa, em que se integram Arrábida e Sintra, e o Tejo é elemento central.

Lisboa, como elemento cartográfico de qualquer mapa mental, tem o Oceano e o Tejo que aí desagua como atributos discriminantes. Lisboa faz parte do conjunto das cidades ribeirinhas com uma história que se confunde com a dos mares, das grandes descobertas marítimas, das primeiras tentativas que Fenícios e Gregos fizeram para sondar os mistérios do Atlântico.

Mais recentemente, Lisboa tem papel de destaque na navegação aérea transatlântica, como primeiro destino europeu dos *clippers* da Pan Am que ligavam as duas margens do Oceano. Hoje, quer-se que Lisboa venha a ser a «Capital Atlântica da Europa».

A sorte da capital portuguesa resultou do seu sítio admirável, em que as características dominantes são de natureza aquática: o maior rio da Península Ibérica encontra aqui o Oceano Atlântico, não através de uma solução clássica, de delta ou de estuário, mas por um complexo sistema que podemos considerar misto – a cerca de 30 km do Oceano o Tejo espraia-se por entre ilhas (mouchões), confundindo-se com um dos seus principais afluentes (o Sorraia), os dois desaguando num vasto regolfo, o Mar da Palha, que por sua vez se estreita para contactar com o Oceano através de um apertado gargalo.

O Mar da Palha tem margens assimétricas.

A norte é menos recortado e nele desaguam algumas ribeiras, que têm a secção final estreita, *encaixada*, e a montante abrem-se para bacias hidrográficas de desenho condizente com as condições geológico-estruturais – o Trancão e a Ribeira de Alcântara são os dois melhores exemplos. Na Margem Sul, o Mar da Palha tem uma extensa margem de praias baixas, de areias douradas e penetra a terra através de esteiros, também baixos, mas que com a maré entram fundo na Península da Arrábida.

É a conjugação destes três elementos aquáticos que explica não só a centralidade de Lisboa no contexto da costa ocidental da Península Ibérica, como um elevado potencial endógeno, explorado ao longo dos mais de dois milénios da História de Lisboa.

O Mar da Palha é a «enseada» amena e ampla para todas as navegações marítimas que cruzam a costa, desde os Fenícios em busca das Cassitéridas, aos petroleiros que descarregando nas refinarias do Mar do Norte vinham (vêm ainda) fazer as reparações nos estaleiros da Lisnave.

Pelo Tejo, o Portugal marítimo abraça o Portugal rural, como escreveu Oliveira Martins. O Tejo, ao longo de séculos, até ao advento do Caminho de Ferro, drenou para o Porto de Lisboa uma bacia económica mais ampla que a sua bacia hidrográfica – produtos da agricultura e pecuária, da mineração e da transformação de variadas matérias-primas (cinzas, carvão, sabões...) desciam o Tejo por um integrado sistema de transportes – dorso de animal, carroças, flutuações nos afluentes e a montante no interior de Espanha por jangadas e finalmente barcos de tonelagem crescente à medida que a foz (e as marés...) estava mais próxima. Sem o Tejo, Lisboa poderia ser um porto de pesca, eventualmente um porto oceânico, voltado para fora, mas nunca o pólo de comando de um vasto território, o íman que permitiu a configuração do estado-nação a que muito cedo correspondeu Portugal.

O Oceano permitiu a grandeza de Lisboa, desde referência maior nos autores clássicos (Estrabão...) e árabes (Edrici...), até ao apogeu das descobertas marítimas e comércio ultramarino. O estremecer da Europa e do Mundo civilizado com o Terramoto de 1755 é não só o resultado de uma grande catástrofe natural, mas também a consciência de que se perdia um património da Humanidade, de tal forma ainda estava viva a imagem de uma Lisboa que pelos caminhos marítimos dera novos horizontes aos Mundos.

O Oceano permitiu Portugal. Foi pela fronteira marítima que os primeiros portugueses puderam pôr em prática uma estratégia de alianças, políticas e económicas, que, atingindo o Norte e o Báltico, bem como o Mediterrâneo, pressionaram a potência continental da Península Ibérica, ao mesmo tempo que garantiam o processo de integração espacial e de iden-

tificação cultural. O Oceano permitiu, depois, os vários ciclos – da Índia, do Brasil, de África.

O Mar da Palha foi e, apesar de todos os atentados, ainda é um enorme e fabuloso viveiro de peixe, marisco e moluscos, cuja produção se projectou não só na sua própria riqueza pesqueira, mas sobretudo na permanente renovação piscícola da nossa costa. Assim, Lisboa (com o pequeno mediterrâneo – o Mar da Palha) começou por ser para os Romanos (quiçá também para Gregos, Fenícios e Cartagineses) um importante porto de pesca e de transformação do pescado. E o Mar da Palha, além de viveiro e área de pesca, fornecia também em distintas localizações as infra-estruturas adequadas para o desenvolvimento, ao longo de quase dois mil anos deste complexo económico: pesca ou apanha (de moluscos), transformação (do garum aos enlatados dos séculos XIX e XX, passando pelos fumados, salmouras, secos e outras formas de conservação) e comercialização, que nos nossos dias se faz ainda, embora apenas para algum peixe fresco, mas que ainda há poucas décadas abrangia as ostras do Seixal.

Os vestígios arqueológicos dão-nos uma imagem do que deveria ser a especialização funcional das margens deste mediterrâneo, com as ânforas a serem produzidas na Margem Sul (abundante em lenha), em instalações como a do chamado Porto dos Cacos (Alcochete) e a salmoura em Lisboa (cetárias da Casa dos Bicos), como mais tarde se instalaram secas de bacalhau de Alcochete à Praia do Alfeite, fornos de formas para o açúcar e para o biscoito no esteiro do Rio Coina ou fábricas de conservas na Trafaria e no Porto Brandão.

As riquezas do sítio eram ainda surpreendentes no reino mineral, e as gerações de lisbonenses souberam aproveitá-las. Desde as boas areias e argilas, para as fábricas de vidro, de faiança ou simplesmente para cerâmica de barro vermelho, aos calcários cretácicos, excelente pedra para construção ou para cal, e basaltos resistentes para calçadas e caminhos. Mas as riquezas minerais que deram fama, e proveito também, a Lisboa, foram o ouro – as areias auríferas, exploradas até finais da Idade Média que deram nome a Almada («a mina») e cujos exploradores, os adiceiros, ainda são lembrados numa rua da cidade (Rua da Adiça); e as águas termais, exploradas desde os Romanos até aos nossos dias e que nos recordam a natureza marcadamente tectónica do sítio. Também as termas deixaram vestígios na toponímia árabe: Alfama, a fonte termal.

O Tejo e o Mar da Palha permitem ainda a ocupação diferenciada do espaço agrícola e florestal, de molde a viabilizar e a dar competitividade a uma metrópole desde muito cedo integrada em redes de cidades internacionais, em diferentes momentos históricos: Génova, Pisa, Veneza, Barcelona, Cádis, Sevilha, Bordéus, Bourges, Antuérpia, Amesterdão, Copenhaga, Lubeck, Hamburgo, Rostock...

Assim, além da produção de peixe, marisco e moluscos, os esteiros da Margem Sul, o Rio Trancão na bacia de Loures e o Tejo a montante, de Sacavém a Alverca, vão permitir a produção de sal, elemento importante para exportação para o interior do País e para o Norte da Europa, além de apoiar a conservação do pescado e, mais tarde, a instalação das primeiras indústrias químicas.

As reentrâncias, sobretudo na Margem Sul, mas também na Norte, particularmente em Alcântara, permitirão, desde o século XIV, o aproveitamento da energia das marés para a moagem de cereais, actividade que atingirá o esplendor nas vésperas da introdução da máquina a vapor, que levará ao seu declínio.

Enquanto via de transporte de elevado rendimento, o Tejo (e seu complexo deltaico-estuarino) permite não só a drenagem de matérias-primas e produtos manufacturados para Lisboa, destinados a consumo local e exportação, como o permanente abastecimento barato em energia, através das reservas de mato, floresta e montado, que foram sucessivamente renovadas, por razões de herança histórica, mas acauteladas pela vontade política[1]. Da Outra Banda, do Barreiro e Ribatejo (Montijo) até Salvaterra de Magos vinha sobretudo lenha, tojo e outras «acendalhas». De mais a montante, proveniente das charnecas alentejanas, transportava-se também lenha, de qualidade, e carvão. A grande propriedade que persistiu até ao liberalismo nas mãos das ordens religiosas e de membros da Casa Real e que tem ainda hoje significativa expressão na Península de Setúbal (de Sesimbra a Canha), prevaleceu em grande medida porque se inseria estrategicamente numa área de fornecimento energético a Lisboa, aproveitando o custo barato do transporte fluvial (esteiros / Mar da Palha). Por isso, a Península de Setúbal será ainda na segunda metade do século XIX uma das frentes de colonização interna(!): povoamento por contratos enfitêuticos para colonos («caramelos» e «ratinhos») que vinham do Centro do País e que permitiram a implantação das grandes extensões de vinha, cuja produção se orientava para França, a compensar a grande queda da produção deste país, assolado pela praga da filoxera.

Um sítio feito de centralidades do sagrado

A localização no fim do Continente, o Oceano alteroso, mas também a abundância e amenidade do seu *hinterland*, desde cedo inculcam nos viajantes e nos estantes um sentido muito forte do espírito deste lugar, demarcado entre duas serras, Arrábida e Sintra, que são dois gigantes que «defendem» as portas das terras do Tejo.

As sucessivas vagas de imigrantes e invasores, de conquistadores e conquistados, vão descobrindo e valorizando os pontos mágicos adequados à sagração deste lugar que os deuses quiseram que fosse diferente.

Dos fogos que bárbaros do finisterra ateavam no Cabo Espichel e que Gregos e Romanos anotaram na toponímia até ao milagre da Senhora do Cabo, o fogo (o espírito...) não deixou de rondar a Arrábida (outro topónimo de conteúdo religioso, que atravessou fés contrastadas). Os muçulmanos vão marcando a toponímia com as suas azóias, do Cabo Espichel, do Cabo da Roca, de Santa Iria (Tejo acima) e de Santarém. As peregrinações (romarias) passam dos castrejos aos romanizados e cristianizados, destes aos mouros e destes novamente aos cristãos; algumas ainda restam, a marcar a memória dos lisbonenses e saloios: a Senhora do Cabo, a Senhora da Luz, a Senhora da Atalaia, o Espírito Santo do Penedo, vizinho da Azóia do ponto mais ocidental do continente europeu (o Cabo da Roca) – de um e do outro lado do Tejo, que também aqui une em vez de separar, e pelo qual se sobe também em peregrinação à Senhora de Alcamé ou ao S. José das Lezírias, outras memórias de transfigurações, de adaptação a novas religiões, de permanência do sagrado neste lugar.

Mas será em Lisboa, acompanhando a concentração das gentes, da riqueza e do poder, que se irá potenciar a função religiosa. Mais do que isso, na memória dos seus habitantes e de todos os que nela servem a pátria, é a própria sagração da cidade que progressivamente se vai dando. E já no século XV se emigra para Lisboa, na busca da terra prometida, que começa aqui e se prolonga para lá dos oceanos.

A persistência de um lugar central: Lisboa cresce e qualifica-se

Lisboa é uma daquelas grandes cidades que se vai construindo por acumulação de gerações, adaptando as virtualidades do sítio às novas solicitações dos contextos internacionais, nacionais e regionais. A inserção no espírito do tempo é uma constante da história de Lisboa, e, em boa medida, são as potencialidades do sítio, permitindo respostas diversificadas e grande flexibilidade de usos, adaptações e recuperações, que o têm permitido.

O território próximo em que Lisboa se insere, não tem, como vimos, limites precisos. Os dois relevos mais pronunciados (Sintra e Arrábida) e o Tejo com o seu sistema deltaico-estuarino até aos limites das marés, constituem os limites físicos mais marcados e com dimensão histórica. Assim, já na pré-história, nomeadamente de finais do Paleolítico ao Mesolítico, encontramos uma certa unidade cultural e uma ocupação densa do território que se estende das praias quaternárias de Sintra-Cascais e Caparica-Cabo Espichel até aos concheiros de Muge (sensivelmente o actual limite da maré – Sabugueiro).

Os Romanos apoiaram-se no que seria um dos povoados castrejos mais dinâmicos e já com influências mediterrâneas e, a partir daí, bordejando as encostas do actual Castelo, desceram até ao pequeno esteiro que penetrava entre colinas até ao encontro de duas linhas de água, que correspondem hoje aos eixos Arroios-Anjos-Mouraria (mais tarde designado Regueirão dos Anjos) e S. Sebastião-Santa Marta-S. José-Portas de Santo Antão.

A segurança, nas terras e nos mares, que gozou por séculos o Império Romano, permitiu que a nova urbe, voltada para o Mar da Palha, se esparramasse pelas encostas, até à praia (onde se desenvolveram as actividades piscícola e portuária) e ao fundo dos vales, numa ocupação esparsa, pontuada pelas infra-estruturas que mais marcavam uma civilização: as termas, junto ao esteiro da Baixa, o Teatro, na encosta do *oppidum* que olhava o Rio, a fortificação principal no cimo da colina original.

A partir deste núcleo organiza-se, na escala local, um espaço de apoio e directamente subordinado, que é mais densamente ocupado, constituindo a um tempo uma reserva e parte não despicienda da base económica da já baptizada *Olisipo*. Esse território constituirá o vasto município, que pela sua importância e «romanidade», vai gozar o privilégio de ser regido pelo mesmo direito do município de Roma.

A primeira unidade administrativa que se cria na área de Lisboa, abrangia o que hoje corresponde aos concelhos de Lisboa, Amadora e Loures, e partes dos concelhos de Oeiras, Sintra, Arruda dos Vinhos e Vila Franca de Xira. Espaço que vai ao longo de séculos construindo uma identidade original, incorporando novos contributos culturais, em que se destacam o dos Muçulmanos que aí difundiram inova-

ções e constituíram, da primeira metade do século VIII até à Reconquista Cristã de meados do século XII, uma típica comunidade agrária peri-urbana: os saloios, que progressivamente se difundiram para lá dos limites do município Romano, mas que tiveram neste o seu pólo original.

O município de *Olisipo* acabou por constituir até 1836 sensivelmente o espaço do termo municipal de Lisboa, com uma regulação própria, o que também contribuiu para a preservação de uma identidade, bem expressa na ocupação e exploração da terra, nas práticas culturais e num relacionamento privilegiado com a urbe.

Embora administrativamente autónoma de Lisboa, a Margem Sul também reforça os laços económicos, sociais e culturais com Lisboa, constituindo-se como um espaço de complementaridade, compartimentado segundo as especializações que cada esteiro vai adoptando, ao longo de dois milénios. Assim, além da generalizada importância da pesca, de Alcochete à Trafaria[2] constituiu-se no *hinterland* uma reserva de combustível vegetal (lenha, carvão), gerida a partir de Lisboa, com a intervenção da autoridade régia, em apoio das propostas do Senado da Câmara de Lisboa. É através desta gestão que em dado momento são proibidos os fornos de vidro na Margem Sul que faziam escassear e encarecer a lenha em Lisboa; mas permite-se, mais ou menos no mesmo local (Vale de Zebro, junto ao esteiro de Coina), a instalação de uma grande fábrica de biscoito de apoio às navegações oceânicas e uma unidade produtora de formas para o transporte do açúcar do Brasil («os pães de açúcar», feitos em moldes cerâmicos, para os quais um dos fornos era na Mata da Machada, no actual concelho do Barreiro). Esta reserva de combustível esteve activa até ao século XIX.

Pelos esteiros penetrava a navegação, constituindo-se do outro lado as testas de ponte de ligação ao Sul: Coina, já importante no tempo dos Romanos, a partir da qual se veio a navegar pela Vala Real até alturas de Azeitão e daí se seguia para Setúbal por terra; Aldeia Galega (Montijo), porto fluvial que aproveitou ao máximo a navegação no Mar da Palha e onde se iniciava a estrada para o Alentejo, Espanha e Europa por via terrestre.

Por outro lado, a acessibilidade que esta navegação permitia veio valorizar as terras agrícolas mais ribeirinhas: primeiro os vinhos, muitos produzidos em terras regalengas (as da Caparica, já famosas e conhecidas na praça de Londres no século XVI), em terrenos arenosos e saibrosos de Almada, Seixal, Barreiro e Lavradio; depois os vegetais frescos e frutos que facilmente acediam ao mercado da Ribeira.

O período visigótico não foi determinante para o desenvolvimento de Lisboa, na medida em que se restringiram as ligações marítimas com a pulverização do espaço construído pelos Romanos. Assim, será só com os Muçulmanos que Lisboa vai getomar a sua vocação e explorar as suas virtualidades, embora num contexto distinto do período romano, na medida em que a instalação muçulmana não se fez (ou não conseguiu) como a romana um espaço amplo, marítmo e terrestre, desde cedo sujeito à *Pax Romana*. Se do lado da terra os cristãos empurrados para norte espreitavam uma oportunidade e de quando em vez desciam em rápidos ataques, do lado do mar a insegurança era muita, sobretudo a partir do momento em que os «homens do Norte», os *vikings*, se tornam senhores dos mares, desde os fiordes da Noruega até às sonhadas ilhas do Mediterrâneo – durante o domínio muçulmano, Lisboa sofre por várias vezes os ataques normandos, que chegam a tomar a cidade e aí exercer o saque durante vários dias.

Sobretudo por isso, a Lisboa muçulmana vai cerrar-se mais do que a Lisboa romana, protegendo-se por uma poderosa muralha, que cercava a *medina* e o *alcácer*, ao todo nos escassos quinze hectares densamente povoados e a breve trecho insuficientes para albergar as gentes de uma cidade com uma economia activa, baseada numa rica área de influência e no comércio externo, sobretudo orientado para o Mediterrâneo e Norte de África, mas também para as paragens setentrionais da Irlanda ao Mar do Norte.

É assim que rapidamente a cidade extravasa para lá das portas, desenvolvendo-se dois subúrbios, um a nascente – Alfama, dominado por gentes ligadas à navegação, pesca e garimpo do ouro do Tejo; outro a poente, mais «burguês», fazendo a ligação ao porto (Ribeira) e ao interior agrícola «saloio» e que pouco a pouco vai conquistando o esteiro da Baixa, por aterros sucessivos, estendendo-se para o espaço agrícola peri-urbano, por hortas que preenchem os dois vales a que nos referimos (de Valverde para Benfica e do Borratém para Arroios).

Foi esta Lisboa, fortemente urbana, mas onde o campo envolvente tinha um peso demográfico e económico muito importante, que os cristãos vindos do Norte, os portugueses, conquistaram em 1140, com a ajuda determinante de uma frota de cruzados – a demonstrar a ambivalência funcional do sítio de Lisboa: a terrestre e a marítima.

A Reconquista pelos Portugueses foi definitiva e para isso

contribuiu certamente a estratégia de ocupação e desenvolvimento que se seguiu e que constitui talvez o melhor, por mais sensível e eficaz, processo de planeamento contínuo de um território, pela capacidade evidenciada de total aproveitamento das potencialidades e, ao mesmo tempo, construção de um espaço sentido ou assumido não só pelos seus habitantes, como pelo espaço(s) que comanda, que acaba por ser todo o território de Portugal e, mais tarde, mesmo extensões de comunidades além oceano que se revêem, ainda hoje, na sua capital, Lisboa.

A activação de uma estratégia no terreno teve vários protagonistas decisivos que por facilidade de exposição podemos referenciar através dos monarcas que em cada momento histórico estiveram à frente dos destinos da Pátria e viram em Lisboa o *locus físico* de todo o sentido da nacionalidade.

Logo após a conquista por Afonso Henriques, os cristãos ocupam *medina* e *alcácer* e os muçulmanos que ficaram – em que avultavam camponeses, artesãos do barro e braçais – são deslocados para um valeiro a norte do Castelo, junto à ribeira que descia de norte e junto à qual verdejavam hortejos (as almuinhas...): assim se constitui a Mouraria, que ainda hoje perdura.

Para a consolidação da posse da desejada urbe, vêm gentes do Norte do País, aliciam-se cruzados a ficar e muitos, com suas proles e clientelas vão povoar terras do termo, chamam-se judeus para específicas funções de base económica, artesanal e comercial, e, naturalmente, às ordens religiosas são também consignadas funções de territorialização.

Uma das medidas mais importantes e que vai marcar para sempre a forma urbana da Capital é a de, na tradição do urbanismo medieval – decerto com raízes clássicas – ocupar as colinas mais próximas com estabelecimentos religiosos, que funcionam como núcleos de estabelecimentos humanos, embriões de futuros bairros da cidade: Graça, S. Vicente, Santana, S. Francisco...

Se com os primeiros reis o centro de gravidade do País em formação ainda se situava a norte de Lisboa, até porque a fronteira sul e nascente era muito instável, sobretudo com as intervenções almóadas, com a conquista do Algarve em meados do século XIII, no reinado de D. Afonso III, Lisboa tornou-se naturalmente no centro nevrálgico da nova realidade política do Ocidente peninsular. Por isso, D. Afonso III fez aqui grandes investimentos públicos e privados, sobretudo no arrabalde poente, a Baixa, onde a Rua dos Mercadores, que liga a oeste a cidade muralhada ao Rossio, se torna rapidamente na principal artéria comercial, para o que contribuem não só a construção de novos prédios, como a transferência do mercado das Terças-feiras do Chão da Feira, Alcáçova, para aquele campo baldio, onde pouco a pouco o aterro se tinha consolidado e o esteiro e seus afluentes eram encanados.

Estava assim redefinida a orientação já iniciada pelos muçulmanos do arrabalde poente, que seria a futura cidade dos mercadores e artesãos, a área em expansão, que se irá constituir como *interface* entre a cidade, o porto, o mundo rural e o estrangeiro: o futuro centro da cidade.

D. Dinis, que sucede a D. Afonso III, dará um impulso decisivo àquela orientação, utilizando Lisboa como instrumento decisivo, a comandar o desenvolvimento do País, segundo duas componentes principais: fomento da actividade produtiva no interior, promoção das relações com os países estrangeiros, favorecendo as rotas marítimas, mas agora também pensando na fronteira terrestre cujo povoamento e desenvolvimento promove através da criação de uma série de *vilas novas* e *salvaterras*, do Minho ao Guadiana. Também perto de Lisboa, no limite da navegação pelas marés, ainda na área de dependência imediata da «capital», promove um projecto integrado de desenvolvimento: a secagem, arroteamento e povoamento do Paúl de Magos, onde implanta uma *vila nova*, servida por um canal marginal de ligação ao Tejo – é uma *Salvaterra* (de Magos).

A política urbana para Lisboa é coerente com a estratégia global: a grande rua deixa de ser a dos Mercadores (orientada para o interior, para o Rossio), mas uma rua larga, a Rua Nova, que manda abrir paralela à Ribeira das Naus e em cuja promoção ele é actor privilegiado; mas para isso o arrabalde burguês tinha que oferecer segurança e assim D. Dinis promove a construção de uma nova fortificação, a muralha da Ribeira.

Lisboa internacionaliza-se mais, os Genoveses e os Judeus vão ter – por séculos – um papel privilegiado no comércio, nas artes e na navegação. Era o princípio de uma nova era, a que não faltou o apoio da infra-estrutura imaterial de maior nível: a Universidade, fundada em Lisboa na última década do século XIII. É, obviamente, mais que lisbonense, a universidade portuguesa – o *Estudo Geral*.

A segunda metade do século XIII e inícios do XIV, até à Peste Negra, é um período de grande desenvolvimento para o País, o que se reflecte, de forma multiplicada, em Lisboa e na sua envolvente imediata, tanto no termo, como no sis-

tema de apoio que renascia à volta do Mar da Palha e subia Tejo acima, apoiado em terras novas que floresciam, da já referida Salvaterra, a Vila Franca de Xira, Azambuja, Alenquer, entre outras...

O século XIV, não obstante todos os acidentes, em que avultam a Peste Negra e as guerras com Castela, é, ainda assim, um período de expansão e fortalecimento de Lisboa, quer como principal cidade do reino, quer como posto e lugar de trato internacional.

Lisboa cresce agora de forma mais sobressaltada e menos ordenada. A crise dos campos empurra muitos rurais para a cidade, que não consegue responder às expectativas e o empobrecimento da agricultura reflecte-se naturalmente na cidade. Os conflitos com Castela acentuam os problemas. Não obstante, ainda existem energias para levar a cabo o que foi a principal obra deste período: a construção de uma nova muralha, a chamada *Cerca Fernandina*.

O perímetro (5350 m) das novas fortificações, que encerra uma área de cem hectares, dá-nos uma ideia do quanto a cidade crescera em dois séculos, desde a Reconquista Cristã, não obstante termos presente que a Cerca continha também explorações agrícolas de tamanho razoável, como nos dá conta o cronista Fernão Lopes.

A oeste a muralha arrancava do lado do Rio, em Cata que Farás (Corpo Santo/Cais do Sodré), subia até S. Roque, descia envolvendo o Rossio, para daí subir para norte, de molde a conter o novo arrabalde da colina de Santana, descia de novo, atravessando o vale do Benformoso/ Rua Direita da Mouraria e ia bater ao alcácer, deixando de fora o subúrbio dos mouros, a mouraria. A leste, a partir do alcácer, flectia novamente para norte, circundando os arrabaldes da Graça e de S. Vicente, deixando de fora um novo rossio (Campo de Santa Clara), descendo para o rio, de maneira que continha o denso bairro de Alfama.

Pode assim verificar-se que o crescimento tinha sido mais acentuado a poente que a nascente, maior e mais qualificado, do ponto de vista funcional e social: aí se concentrava o comércio e a indústria mais significativa, bem como os principais equipamentos públicos. Refira-se apenas que neste sector intra-muros ocidental (actuais Baixa e Chiado) vai funcionar, viabilizado pela reconstrução pombalina após o Terramoto de 1755, o Centro de Lisboa, no essencial, até aos anos 40-50 do século XX.

Consolidada a independência, inicia-se o período que maior projecção deu a Portugal no conspecto das nações: as descobertas, o comércio e colonização ultramarinos. O desenvolvimento de Lisboa, seu termo e área envolvente do Mar da Palha é correlativo: crescimento demográfico, novas actividades, maior integração funcional.

Lisboa torna-se definitivamente capital de Portugal e cidade internacional que nos alvores do século XVI comanda o comércio mundial das especiarias do Oriente. A mancha urbana estende-se quase continuamente de Xabregas, onde começam por ser construídos com D. Afonso III e D. Dinis, respectivamente um Palácio e um Convento, ao Mocambo (Madragoa). Para o lado da terra, a principal expansão será no século XVI a de uma urbanização planeada (Vila Nova de Andrada), correspondente ao Bairro Alto, além de desenvolvimentos lineares ao longo das principais vias de acesso ao Centro: Caminho da Penha de França-Graça, eixo Arroios--Anjos-Mouraria, caminho que da Porta de Santana seguia para a Cruz do Tabuado e para Albalade, eixo das Portas de Santo Antão a S. Sebastião da Pedreira, caminho que de S. Roque seguia para Campolide.

É uma cidade buliçosa, onde começam a acentuar-se as desigualdades e a inscrever-se a insegurança, quer a proveniente da turbulência social, quer a decorrente da escassez de meios sanitários – cidade portuária, com deficiente abastecimento de água e sem um sistema de esgotos (alguns canos na zona central e despejos a céu aberto nas linhas de água periféricas). Na periferia Oeste crescia, descontrolado, o bairro do Mocambo, junto à enseada de Santos (que ainda não sofrera os primeiros aterros), encostado ao Convento dos Beneditinos, bairro que, na sua multitude de gentes de raças e credos variados, sintetizava o reflexo negativo da função ecuménica de Lisboa.

Na periferia imediata algumas aldeias saloias «urbanizavam-se» e no seu «entorno» construíam-se excelentes moradas senhoriais, de Sacavém a Belém. Esta, mais perto da foz, não só cresce em gente e casario, como em embelezamentos monumentais (Jerónimos, Torre de Belém), constituindo-se no símbolo da ligação de Lisboa aos Oceanos.

No período filipino (1580/1640), sobretudo na primeira metade, Lisboa não deixou de aumentar, densificar e afirmar a sua vocação atlântica. Se perde algum peso por deixar de ser sede da Corte Real, ganha por outro lado importância no contexto de uma Península Ibérica unificada, beneficiando do trato das Américas e do Oriente.

No início do século XVII Lisboa disputa a primazia urbana das Hespanhas e nesse contexto são-lhe dedicados dois

livros que nos dão a ideia da sua importância. Cervantes e outros autores europeus referem-se-lhe amiúde de forma elogiosa, quer pela sua beleza, quer pela sua grandeza.

Em 1640 Lisboa recupera a Corte e, com ela, são construídos palácios e conventos, mas a duradoira guerra com Espanha, num contexto de instabilidade política e militar da Europa (Guerra dos Trinta Anos, Guerra da Sucessão de Espanha), não facilitam a retoma das grandezas dos finais do século XVI.

Com D. João V (1706/1750) e com o ouro do Brasil, a capital enriquece, sobretudo em monumentalidade e ostentação da Nobreza e da Igreja, mas não se actualiza nas conquistas europeias da Ciência, da Técnica e das Artes. Consolida-se e embeleza-se o núcleo urbano, que mantém a sua dimensão ribeirinha – o desenvolvimento do espaço que vai de Alcântara-Calvário (Palácio a que Filipe I tinha introduzido grandes melhoramentos) a Belém, genericamente designado por Junqueira, urbaniza-se – e o *continuum* edificado completa-se com as Necessidades, Trinas e consolidação urbano-portuária de Santos-Mocambo-Poço dos Negros.

Todavia, estranhamente, a obra majestática de D. João V, do ouro e das pedras do Brasil, não se faz em Lisboa, nem em qualquer das cidades secundárias do País, mas junto a uma pequena vila adormecida a mais de 40 km da capital: o Convento de Mafra.

Em contrapartida, Lisboa além dos vários palacetes, igrejas e conventos novos ou melhorados, vai iniciar uma grande obra, de futuro, a principal marca de actualização: o Aqueduto das Águas Livres, que aumentando significativamente o caudal de abastecimento à capital, irá permitir uma melhoria sensível nas condições sanitárias e a introdução de novos comportamentos societais.

Também do lado do fomento económico se faz algo, embora insuficiente e insignificante se comparado com a verdadeira evolução que a Europa entretanto iniciara. Destaque para a Real Fábrica das Sedas e para algumas manufacturas, no têxtil, no vidro e na cerâmica. Mas a primeira tentativa séria de industrialização e de modernização da base económica de Lisboa e do País, só se iniciará numa perspectiva integradora, na segunda metade do século XVIII.

Lisboa chega assim ao Terramoto de 1755 como uma cidade em que se encavalitavam as diferentes épocas históricas, se misturavam as funções, dominavam comportamentos sociais obsoletos – desde o sanitário ao religioso –, era difícil a renovação. O Terramoto, para lá do cataclismo que fez estremecer os espíritos da Europa, é, assim, uma grande oportunidade de actualização para a Cidade e, por essa via, para o próprio País.

[1] Sucessivas determinações régias permitem que Lisboa não deixe de ter lenha a preços razoáveis.

[2] O pescado mantém-se, pelo menos até ao século XVI, como um importantíssimo segmento da base económica de Lisboa, exportando para o Mediterrâneo, depois de Roma, sobretudo para as Repúblicas Italianas e para a Catalunha, para o que operavam na cidade muitos mercadores Genoveses, Pisanos, Amalfinos e Aragoneses, entre outros. Desde finais da Idade Média, vem juntar-se ao peixe o sal, produção orientada não só para abastecer o crescente e cada vez melhor articulado mercado do Interior, organizado a partir da navegação fluvial do Tejo, como também para exportar para os países do Norte da Europa, de onde a partir de determinado momento passou a ser importado peixe salgado.

Lisboa antes do Homem

Isabel Moitinho de Almeida

Introdução

Há cerca de duzentos e cinquenta milhões de anos (MA), final do Paleozóico, existia apenas um supercontinente, a Pangeia, que se viria a fragmentar para dar origem a vários continentes, separados por novos oceanos.

A abertura do Atlântico iniciou-se no Jurássico Inferior, há cerca de 180 MA, quando a África começou a separar-se da América-Eurásia. O Atlântico Norte formou-se em várias fases, ao longo das quais a placa Ibérica se movimentou em diferentes sentidos de tal modo que, segundo as épocas, constituiu uma placa independente ou encontrou-se soldada tanto à África como à Europa, como é o caso actual.

Este processo evolutivo conduziu à formação, no bordo ocidental da placa Ibérica, de uma bacia de sedimentação cujas formações constituem a orla mesocenozóica ocidental, onde se localiza Lisboa.

No Cenomaniano (há cerca de 97 MA)

Há pouco mais de 97 MA, no início do Cretácico Superior, verificou-se uma das maiores transgressões marinhas formando-se os terrenos mais antigos que actualmente afloram na área do concelho de Lisboa, os Calcários e Margas do Cenomaniano.

Estas formações, cujos principais afloramentos se encontram nas zonas de Monsanto, Ajuda e Vale de Alcântara, são predominantemente constituídas por calcários, calcários margosos e margas, facilmente identificáveis nos taludes das estradas que os atravessam.

Os vestígios de vertebrados associados a estes sedimentos incluem não só restos de uma fauna marinha mal conservada mas também vestígios de dinossauros, como é o caso, mais a norte, dos importantes trilhos de pegadas de dinossauros de Carenque (Sintra).

Ao longo dos cerca de 6 MA correspondentes ao Cenomaniano, o nível do mar evoluiu e os calcários que constituem o topo desta formação representam a presença de recifes construídos por rudistas. Entre os recifes formaram-se lagunas, em comunicação temporária com o mar, onde se depositaram calcários folhetados com restos de uma fauna marítima empobrecida e abundantes leitos de sílex.

Os sedimentos cenomanianos sofreram depois da sua deposição, um longo processo de consolidação e, antes mesmo de se depositarem as formações que lhes sucederam, ficaram emersos, com consequente erosão e carsificação dos calcários do topo. O que resta do conjunto dos Calcários e Margas do Cenomaniano atinge ainda espessuras superiores a 300 m. Numa sondagem profunda realizada em Monsanto, para a pesquisa de petróleo, iniciada abaixo do topo dos calcários carsificados, foram atravessados 337 m destes sedimentos antes de se atingirem as formações subjacentes.

Estas formações cenomanianas, que constituem o substrato mais antigo, tiveram ao longo dos tempos um importante papel na evolução da urbanização de Lisboa.

Assim, os vestígios mais remotos do povoamento deste território, que têm início no Paleolítico, estão intimamente associados a estas formações geológicas, não só devido ao aproveitamento das zonas mais carsificadas, em grutas e abrigos, mas também à utilização do sílex para o fabrico de utensílios.

Por outro lado, os calcários, e em especial os calcários cristalinos com rudistas, têm sido intensamente explorados ao longo dos tempos como materiais de construção, como comprovam as cicatrizes de numerosas pedreiras existentes na zona de Monsanto, Ajuda e Vale de Alcântara. Estes calcários, extraídos não só na área do concelho de Lisboa mas também em numerosas pedreiras nos concelhos limítrofes, têm sido utilizados para alvenaria, cantaria e ornamentação, encontrando-se profusamente representados em muitos dos principais edifícios e monumentos da cidade de Lisboa e no empedramento dos seus típicos passeios.

A utilização dos materiais limitou-se, nos primeiros tempos da construção da cidade em que o transporte era mais difícil, às zonas próximas (SOUSA, 1904) encontrando-se assim, o início de utilização dos calcários cenomanianos em grande parte associado à propagação para oeste da área urbanizada. Como esta fase coincidiu em parte com o enriquecimento resultante da expansão colonial, os recursos disponíveis para construir todo um conjunto de grandes obras permitiram ultrapassar as limitações anteriormente existen-

tes. Entre os muitos monumentos construídos com calcários cenomanianos encontram-se o Convento do Carmo, o Mosteiro dos Jerónimos, a Torre de Belém, a Casa dos Bicos, os Palácios da Ajuda e das Necessidades e o Terreiro do Paço.

A exploração destes calcários na região de Lisboa conheceu mesmo fases de grande euforia no final do século XIX, início do século XX, sendo referida (SOUSA, 1897) a sua intensa exportação e a utilização na construção das muralhas dos fortes de Gibraltar e dos edifícios da Bolsa do Pará e do Banco de Manaus no Brasil.

No Neocretácico (há cerca de 75 MA)

No final do Cretácico, na sequência dos movimentos associados à abertura do Atlântico Norte, ocorreu na região de Lisboa-Mafra uma fase de vulcanismo com abertura de diferentes condutas que, atravessando as formações mais antigas, permitiram transportar para a superfície magmas basálticos que se depositaram, em discordância, sobre as formações geológicas mais antigas, dando origem ao Complexo Vulcânico de Lisboa.

Para além de escoadas de lavas, que correspondem a fases de derrame relativamente calmas, e dos episódios explosivos piroclásticos, predominantemente constituídos por cinzas vulcânicas, observáveis nos taludes das estradas e linhas de caminho de ferro que atravessam os afloramentos basálticos, como por exemplo na Serra de Monsanto, Ajuda, Belém, Alfragide e Campolide, o Complexo Vulcânico de Lisboa inclui ainda chaminés e filões de diferentes formas.

Os principais centros vulcânicos situam-se na zona de Cheleiros-Malveira existindo na área de Lisboa apenas pequenos aparelhos vulcânicos. Devido ao afastamento dos principais centros de emissão, a espessura nesta região, apesar de muito variável, não ultrapassa em regra os 100 m, contrastando com as regiões de Odivelas e de Carnaxide, onde chega a atingir os 400 m.

As lavas basálticas pouco alteradas têm sido exploradas para britas. Na zona de Monsanto existiram algumas pedreiras importantes que se encontram abandonadas e a Estufa Fria, no Parque Eduardo VII, foi construída aproveitando a escavação de uma pedreira em basaltos.

A alteração das lavas e cinzas basálticas deu origem a solos agrícolas de excelente qualidade. A sua indiscriminada ocupação urbana tem levado à extinção das melhores hortas da região de Lisboa, que se estendiam pela denominada «região saloia». O termo saloio, de origem árabe, que significa habitante do campo, está intimamente associado à agricultura em pequenas hortas. A ocupação dos solos basálticos, intensamente explorados desde a antiguidade, garantiu a subsistência das populações desta região.

No Paleogénico (há cerca de 40 MA)

Ao Complexo Vulcânico de Lisboa seguiu-se um longo período de emersão e ausência de sedimentação, seguido de uma fase de intensa actividade tectónica, cujo máximo foi atingido há cerca de 40 MA, provocando o enrugamento das formações já existentes.

Da destruição dos relevos recém-formados resultaram enormes volumes de sedimentos de grande heterogeneidade, que se acumularam, ao longo de cerca de 13 MA, em bacias continentais, controladas por depressões estruturais e com reduzida ligação ao mar, formando as espessas séries que constituem o Complexo de Benfica.

A espessura total do Complexo de Benfica, condicionada pelo preenchimento de depressões, varia de local para local, atingindo na região de Odivelas espessuras superiores a 400 m.

Entre os afloramentos do Complexo de Benfica, facilmente identificáveis pelo carácter conglomerático e intensa coloração, onde predominam os tons avermelhados, são de referir pela sua representatividade os taludes da Calçada de Carriche, Segunda Circular (Magistério Primário) e Av. dos Combatentes.

No Miocénico (há cerca de 24 MA)

A esta fase de intensa sedimentação continental seguiu-se, há cerca de 24 MA, novo período de sedimentação, desta vez com influência marinha, que originou o Miocénico de Lisboa.

Esta bacia, cuja individualização se iniciou na fase de intensa actividade tectónica que provocou o dobramento e fracturação das formações mesozóicas (Calcários e Margas do Cenomaniano e Complexo Vulcânico de Lisboa), com afundamento, entre falhas da zona deprimida, está na origem do Tejo actual.

O Miocénico de Lisboa corresponde à sedimentação, quase constante, durante cerca de 16 MA, na zona vestibular da bacia do Tejo. A subsidência muito intensa foi compensada por sedimentação activa dos materiais resultantes da erosão continental.

Pela sua localização geográfica, na fronteira entre as zonas de influência mediterrânica e atlântica, e pela riqueza estratigráfica, o Miocénico de Lisboa tem sido utilizado como

referencial para a Europa Ocidental.

Ao longo da série miocénica, constituída por arenitos, argilitos, margas e calcários, é possível considerar vários ciclos sedimentares, que se iniciam com o avanço do mar no interior do golfo, dando origem a sedimentos de maior influência marinha, e terminam com o recuo do mar.

A cada um dos meios, continental, costeiro de planície de inundação, marinho de plataforma continental e delta, correspondem sedimentos e fósseis característicos dos respectivos ambientes. Os fósseis encontrados permitem não só reconstituir os ambientes geográficos mas também a evolução climática, de início, com clima quente e húmido, semelhante ao que actualmente existe no Golfo da Guiné, passando, mais tarde, a mais temperado e seco, como na costa marroquina.

Os restos de conchas de moluscos são sem dúvida os fósseis mais abundantes, sendo de referir que as acumulações de ostreídeos, com dimensões que atingem os 50 cm, chegam a formar níveis de espessura considerável.

Entre os fósseis encontrados ao longo da série miocénica incluem-se: faunas francamente marinhas, com grandes peixes (tubarões, barracudas, espadartes, raias e jamantas) e sirenídeos; faunas de rio, estuário e laguna, com mamíferos (rinocerontes e castores), peixes, grandes crocodilos, onde se inclui o magnífico exemplar de crânio de *Tomistoma lusitanica* encontrado em Mutela (Almada), e tartarugas; faunas características das margens de zonas húmidas, com mamíferos (hipopótamos e cavalos arcaicos, mastodontes e grandes ursos), aves e grandes lagartos; faunas das florestas próximas, com grande variedade de mamíferos (suídeos, ursídeos, cervídeos, bovídeos, equídeos, felinos, incluindo tigre dente-de-sabre, girafas e esquilos).

A série miocénica atinge, na região de Lisboa, espessuras da ordem dos 300 m, aflorando em grande parte da área urbanizada. Pela sua distribuição geográfica e pelas características das rochas que o compõem, o Miocénico de Lisboa teve um papel importante na evolução económica e urbana.

A série miocénica é constituída por rochas sedimentares que, tendo sofrido um longo processo de diagénese, adquiriram elevado grau de consolidação apresentando, em regra, boas características para fundações e escavações.

Por outro lado, a intensa exploração destas rochas contribuiu no passado, de modo importante, para a edificação da cidade. Os calcários miocénicos, que se encontram ao longo da série e são de qualidade inferior à dos calcários cenomanianos, foram utilizados, na fase inicial de construção, em monumentos que se encontram nas áreas em que afloram. O Castelo de São Jorge e a Sé de Lisboa foram construídos com calcários miocénicos, provavelmente extraídos (SOUSA, 1904) no morro da Alcáçova Real, ou mesmo na base do monte do Castelo.

Em fases posteriores, estas rochas continuaram a ser exploradas para alvenaria. No final do século passado existiam ainda numerosas pedreiras nas várias bancadas de calcários miocénicos exploradas não só para alvenaria mas também para as grandes obras do porto de Lisboa.

As argilas miocénicas foram desde tempos remotos exploradas para cerâmica. Estas explorações e as respectivas unidades de transformação, que se situavam quase sempre próximo, deram origem a alguns dos actuais topónimos da cidade como, por exemplo, Rua do Telhal, Telheiras, Rua do Forno do Tijolo e Rua das Olarias. Alguns dos núcleos de exploração localizavam-se, no final do século passado, em Xabregas, Estefânia e Prazeres, onde existiam fábricas de cerâmica relativamente importantes. Os barreiros dos Prazeres foram explorados não só para as fábricas locais mas também para a Fábrica das Devesas (Porto). Os vestígios desta actividade estão actualmente muito reduzidos. Da Fábrica de Cerâmica do Campo Pequeno, que ainda há poucos anos se mantinha de pé, resta apenas um forno e respectiva chaminé e muitas das outras fábricas estão em ruínas.

As areias tiveram o máximo de exploração já no século XX, para o fabrico de betão. Muitos dos areeiros localizam-se, assim, nas zonas mais modernas da cidade e só recentemente deixaram de ser explorados. As marcas destes areeiros são ainda visíveis nas zonas do Lumiar, Aeroporto, Areeiro e Chelas.

Do Pliocénico (há cerca de 4 MA) à actualidade

Após a deposição da série miocénica seguiu-se um período de emersão e consequente lacuna na sedimentação. Os sedimentos posteriores são de origem continental, evidenciando o estabelecimento de uma importante rede hidrográfica, cuja embocadura se localizava na zona da Lagoa de Albufeira. Estes depósitos afloram apenas na margem sul.

Esta rede hidrográfica continuou a evoluir modulando a morfologia actual. O Tejo mudou de percurso há menos de 2 MA, possivelmente devido a actividade tectónica.

As aluviões, depositadas nos vales do Tejo e dos seus afluentes, permitem reconstituir esta última fase de evolução. Entre as várias ribeiras que se desenvolveram destacam-se as

dos Olivais, Chelas, Vale Escuro, Vale do Pereiro e Arroios, Santos e Alcântara.

O fundo do vale do Tejo, escavado em formações mais antigas, tem junto da margem um declive bastante acentuado, tornando-se mais suave para o interior. As aluviões são bastante espessas junto das margens, em especial nas zonas de confluência das ribeiras, ultrapassando rapidamente os 40 m, como é o caso da Praça do Comércio. No interior do rio as aluviões têm espessuras variáveis. Numa das sondagens para o estudo da Ponte 25 de Abril, foram atravessados mais de 58 m de aluviões.

A maior bacia hidrográfica é a da ribeira de Alcântara, que se ramifica para montante, englobando as ribeiras do Lumiar e de Sete Rios.

A ribeira de Arroios, que corresponde à Avenida Almirante Reis, estender-se-ia provavelmente até à zona da Rotunda do Aeroporto. Os dados existentes permitem pensar que o troço final, a partir da zona do Areeiro, foi captado pela ribeira de Chelas. A partir da zona do Socorro a ribeira de Arroios junta-se à ribeira de Vale do Pereiro, que corresponde aproximadamente à Avenida da Liberdade, e terminam num pequeno golfo, o Esteio da Baixa, hoje completamente colmatado mas ainda alagado durante os tempos históricos.

A drenagem natural destas ribeiras sofreu profundas alterações com a urbanização e instalação da rede de drenagem das águas pluviais.

Os movimentos de terrenos resultantes da extracção de matérias-primas e associados à construção deram origem a aterros superficiais, que nalguns casos atingem 50 m de espessura, contribuindo significativamente para alterar a morfologia natural.

Assim, a topografia actual é não só o resultado da evolução natural mas também da actividade humana.

A foz do Tejo, palco da história de Lisboa

Suzanne Daveau

O maior acidente da fachada ocidental da Península Ibérica

Entre a Serra de Sintra, termo meridional do comprido litoral regularizado que vem da Galiza, e a curva harmoniosa da Costa da Galé, que se prolonga até ao Cabo de S. Vicente, dois imponentes promontórios rompem a continuidade da fachada ocidental da Península Ibérica. O Cabo da Roca e o Cabo Espichel abrigam do norte duas vastas baías, de águas mansas, que complexas reentrâncias prolongam para o interior. Neste sector litoral contrastado, a terra alterna repetidamente com o mar e baixas planícies circundam pequenas serras alterosas. A região da foz do Tejo destaca-se, portanto, da regularidade generalizada da restante costa portuguesa.

É preciso chegar até à Galiza para voltar a encontrar, nas Rias, penetrações marinhas profundas, cercadas por altas colinas. Mas a originalidade da região de Lisboa mantém-se única, porque são pequenas ribeiras, pouco mais que insignificantes, que desaguam no fundo das Rias galegas, enquanto o Rio Tejo, o mais comprido da Península e o segundo mais navegável depois do Guadalquivir, prolonga, longe para o interior, as águas abrigadas da baía de Cascais. O próprio Sado, bem mais modesto mas no entanto navegável, acaba num largo estuário, que desemboca no fundo da vizinha baía de Setúbal.

Esta complexa região de penetração da terra pelo mar, através da foz de um grande rio navegável, tem um único equivalente, muito mais ao sul, na baía de Cádis. Ali se desenvolveram, ao longo do Guadalquivir, as regiões nucleares de civilizações de grande prestígio e riqueza, Tartessos e Al Andalus. Mas as posições geográficas são muito diferentes: a ilha de Cádis é uma espécie de ponto de apoio avançado do Mediterrâneo, fora do Estreito de Gibraltar; ela encontra-se no fundo de um vasto golfo, que já se pode considerar uma antecâmara do mar interior. A foz do Tejo, pelo contrário, acidenta a fachada propriamente atlântica da Península; faz directamente frente ao enorme oceano, durante muito tempo considerado temerosamente ilimitado; mas servia de escala preciosa na rota marítima costeira, que ligava o Mediterrâneo aos mares do Norte da Europa.

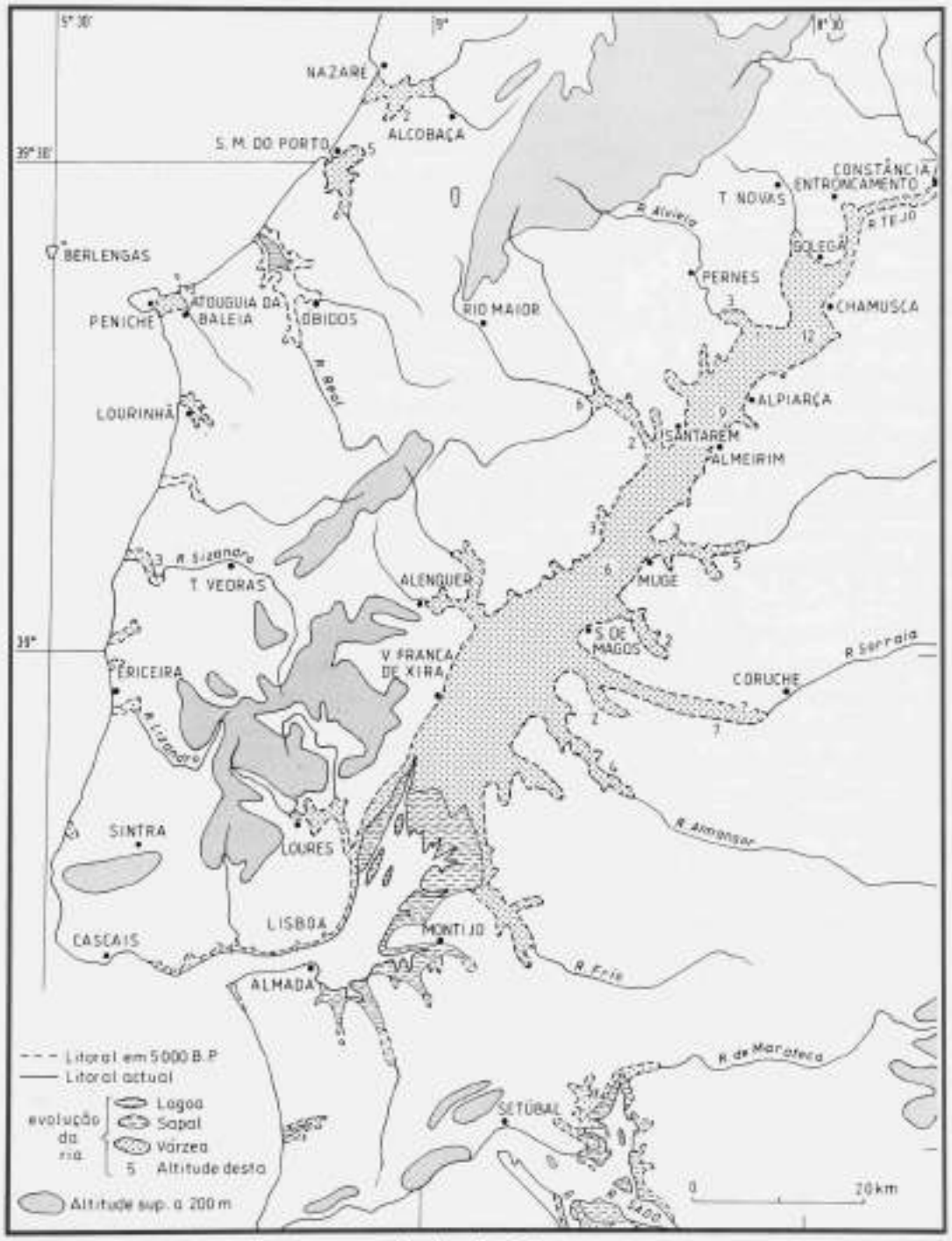
O vale do Tejo, via de circulação e limite geográfico

Via de penetração da maior importância, o vale do Tejo materializa, ao mesmo tempo, um limite de primeira ordem na geografia da extensa vertente atlântica da Península Ibérica. A comprida e estreita bacia vertente do Tejo corre ao longo de uma depressão abatida no sopé meridional da Cordilheira Central. Ao norte, estendem-se os vastos planaltos e montanhas de Castela-a-Velha, com Invernos frios e Verões relativamente frescos, nos quais a oliveira já não consegue vencer. Ao sul, as terras mais baixas da Estremadura e do Alentejo, de Verões secos e escaldantes, ofereciam outrora aos rebanhos vindos do Norte o refúgio dos seus pastos de Inverno.

Ainda que este contraste climático se torne menos brusco na faixa próxima do Atlântico, onde a suavidade dos Invernos permite que a oliveira se insinue até ao Minho, ele não desaparece. O limite natural entre o Norte e o Sul de Portugal mantém-se claro e corre a pouca distância ao norte do rio, no sopé das colinas e serras, que abrigam do frio invernal o Ribatejo e a Beira Baixa.

Sobranceira à parte vestibular do rio, a rede emaranhada de colinas que se encontra a norte de Lisboa dificulta a circulação no sentido norte-sul; o próprio rio é aliás, aqui, tão largo e profundo que apenas pode ser franqueado de barco. Mais para montante, além do ponto onde deixa de se sentir o fluxo e refluxo da maré, o rio pode ser passado a vau, durante os longos períodos de estiagem em que o seu curso se divide entre vastos bancos de areia. Na mesma região começam a abrir-se, contornando os maciços serranos, diversos corredores de circulação fácil para o Norte, que as redes modernas de transporte foram buscar para a instalação do caminho-de-ferro e, mais recentemente, da auto-estrada.

A via meridiana principal era seguida pela chamada Estrada Coimbrã, ao longo da qual se construiu progressivamente a nação portuguesa. A estrada tradicional entronca no vale do Tejo na zona onde o seu curso perde a direcção geral leste-oeste para inflectir na direcção NE-SW, que irá conservar até Lisboa. Começa ali a planície aluvial ribatejana,



Evolução holocénica da parte vestibular do Tejo

(extraído de S. Daveau, 1980, modificado).

O tracejado indica a extensão máxima alcançada pela transgressão marinha, há cerca de 5000 anos. As águas salgadas penetraram ao longo dos vales, anteriormente escavados, aquando da glaciação do Würm. Os aluviões fluviais dos campos, indicados a ponteado, vão desde então cobrindo, cada vez mais para jusante, as lamas salobras do estuário, que afloram apenas actualmente nos sapais.

aberta nos sedimentos de uma vasta bacia subsidente; é a antiga Balata, tornada tão fértil pelos nateiros das cheias do rio, que produzia *milagrosamente* trigo precoce e éguas velozes.

É neste entroncamento entre a via norte-sul e a planície aluvial, fértil e navegável, que se situam dois lugares-chave, Santarém, praça-forte e porto fluvial, e Tomar, porta comercial e militar do estreito corredor, que liga as planícies do Sul a Coimbra e ao Norte do País. Para entender a importância do sítio de Lisboa é imprescindível tomar em conta a via fluvial do Tejo, que dá a sua excepcional dimensão continental a um abrigo litoral já por si de qualidade ímpar.

Da ria holocénica ao actual estuário

O mar interior sobre o qual se debruça Lisboa é um vasto espelho, de 261 km^2, que deslumbra todos os que o contemplam, pela sua extensão e pela variedade de recorte das margens. Em maré alta estende-se por mais de 10 km de Sacavém a Alcochete e por mais de 20 km de Almada a Pancas.

No entanto, este pequeno mar interior não passa de um resíduo do enorme braço de águas salgadas, que penetrou progressivamente, há milhares de anos, ao longo do vale do Tejo. Este tinha sido profundamente escavado durante o período glaciário do Würm. O nível do mar subiu rapidamente a seguir, aquando da fusão das grandes massas de gelo, que tinham coberto todo o Norte da Europa e da América. As águas salobras do enorme estuário, progredindo para montante, penetraram, há cerca de 5000 anos, até à garganta que morde o rebordo do Maciço Antigo, isolando a ilhota que iria ocupar, mais tarde, o castelo de Almourol, uma centena de quilómetros a montante de Lisboa. Durante os cerca de 2000 anos anteriores, entre 7000 e 5000 antes do presente, grupos humanos tinham vivido, na região de Muge, da recolha de mariscos, nas águas fortemente salgadas de um estuário ainda em plena expansão.

Estes poucos factos bastam para mostrar que o ambiente natural da região de Lisboa e de todo o baixo Tejo sofreu modificações profundas ao longo dos milénios que a Arqueologia estuda. Mas se é relativamente fácil determinar os limites extremos desta transformação, que o mapa junto exprime claramente, é muito mais complicado reconstituir o ritmo e as modalidades da progressiva construção da actual planície aluvial e determinar quais podem ter sido as sucessivas paisagens ribatejanas, ao longo da Proto-história e da História, como se vai ver a seguir.

De qualquer forma, o mapa mostra três factos fundamentais:

1. a enorme acumulação aluvial que foi pouco a pouco cobrindo, até jusante de Vila Franca de Xira, as vasas salobras do antigo estuário, transformando um braço de mar em planície aluvial;

2. o contraste que existe, nos arredores imediatos de Lisboa, entre os esteiros afluentes que cursos de águas suficientemente activos (o Trancão e o Rio Frio) foram completamente colmatando, mais ou menos recentemente, e os esteiros que, na Outra Banda, continuam abertos à entrada e à saída da maré, por prolongarem apenas ribeiros insignificantes;

3. a dimensão muito reduzida dos antigos esteiros que mordiam a actual fachada urbana de Lisboa, por exemplo nos sítios da Baixa e de Alcântara, o que não quer dizer que estas pequenas angras não tenham tido um papel importante no desenvolvimento da cidade.

A navegação no Tejo antes dos tempos históricos

Foi através da escavação arqueológica de alguns sítios ribatejanos que se demonstrou que uma navegação comercial activa funcionou, ao longo da ria tagana, desde épocas recuadas. O castro de Vila Nova de São Pedro, na bacia do Rio Maior, que desemboca no vale do Tejo a jusante de Santarém, parece ter sido ocupado aproximadamente de 5000 a 3500 antes do presente. São nele sensíveis, desde o começo, as influências vindas do Mediterrâneo, influências que se intensificaram a partir de 4500 antes do presente. Na Idade do Ferro, o sítio terá sido abandonado, talvez por assoreamento do baixo Rio Maior, a actual Vala da Asseca.

É aliás nesta mesma altura que a alcáçova de Santarém, directamente debruçada sobre o Tejo – um Tejo com certeza muito mais facilmente acessível a partir do mar do que hoje –, começou a ser ocupada por uma aglomeração economicamente activa e que mantinha estreitos contactos com a civilização fenícia.

A foz do Tejo no começo da nossa era: o testemunho de Estrabão

O texto de Estrabão referente à foz do Tejo é, infelizmente, uma das passagens da sua *Geografia* mais corrompida pelos erros dos vários copistas. Portanto, mais ainda do que pelos pormenores locais, o seu testemunho vale pela visão geral que nos transmite da fachada marítima sudoeste da Península e dos rios que a sulcam. Esta visão não assenta em

observações pessoais mas é uma inspirada síntese dos dizeres de outros autores, principalmente Posidónio, que estanciou em Cádis no primeiro século antes da nossa era.

O fenómeno que impressionou mais os geógrafos mediterrâneos, nesta extremidade ocidental do Mundo habitado, foi o arfar da maré atlântica, capaz de obrigar, duas vezes por dia, as águas oceânicas a penetrar sobre grandes distâncias, ao longo dos estuários e dos rios. Diz Estrabão: «na preia-mar, a subida da água do mar enche os estuários, que os barcos podem assim subir tão bem como os rios ou, até, melhor, porque este modo de navegação se assemelha à descida dos cursos de água [...]. O mar, subindo, empurra o navio como faria a corrente». Dali, uma enorme vantagem económica em relação aos rios mediterrâneos: o território que margina os rios atlânticos encontra-se duplamente aberto à navegação, permitindo com igual facilidade a importação e a exportação das mercadorias. Estrabão nota que os estuários varridos pelas marés atraem tanto como os rios a implantação das cidades.

Em relação ao Tejo, Estrabão cita duas cidades, Moron e Olisipo. A primeira estava implantada na região ou, talvez, no próprio sítio de Santarém, dominando um campo fértil, a pouca distância da extremidade da navegação marítima e com um extenso percurso de navegação fluvial a montante. Moron foi o ponto de partida das expedições de Bruto para o Norte, expedições que atingiram a Galiza e utilizaram, sem dúvida, o traçado da futura Estrada Coimbrã. Bruto mandou fortificar Olisipo, para manter seguro o seu acesso ao mar. Com efeito, se a foz do Tejo é um eficaz abrigo contra as tempestades oceânicas e o rio um excelente caminho de penetração, a saída estreita do rio para o mar, em sentido oposto à direcção dos ventos dominantes e ao longo de um corredor encerrado por altas colinas, pode tornar esta mesma foz numa armadilha perigosa para as frotas que a penetram, vindas do oceano.

A parte vestibular do Tejo representada por Fernando Álvares Secco (1560)

Ao observar a foz do Tejo no primeiro mapa de certo pormenor que se conhece de Portugal, é-se levado logo a duvidar se ele tem valor e merece, até, um exame demorado. Com efeito, a largura do Corredor ou Gargalo, a jusante da cidade, é quase tão grande, neste mapa, como a distância de Sacavém a Alcochete que é, na realidade, sete vezes superior. Ora, é impossível que a relação destas distâncias se tenha sensivelmente modificado desde o século XVI. Por outro lado, mais a montante, e até à altura de Salvaterra / Azambuja, um enorme braço de mar parece continuar-se no mapa, apenas salpicado por cinco pequenas ilhas, como se este sector tivesse sido ainda um elemento do estuário do Tejo e não já, como hoje, uma parte do seu delta, onde braços mais ou menos estreitos delimitam vastos mouchões. É unicamente de Escaroupim para montante que o rio adquire, no mapa quinhentista, verdadeira feição fluvial.

Mas um mapa desta época não se deve ler como um mapa moderno. Ainda não sabemos ao certo como ele foi construído e qual foi o papel e o peso das medições de distância, mais ou menos rigorosas, nas informações que foram tratadas quando da sua elaboração. O que parece evidente é que se queria transmitir uma imagem pelo menos tão qualitativa e funcional como quantitativa. Note-se que as pontes são cuidadosamente repertoriadas, sinal que os problemas da circulação interessavam o cartógrafo.

Por isso, é de crer que a representação das linhas de água tivesse largamente em conta a sua navegabilidade. Ora, do oceano até ao alinhamento Pancas/Alverca os barcos de mar circulavam sem problemas; daí, a unidade de uma representação desimpedida da água. Pelo contrário, tanto na barra marítima como entre Vila Franca e Salvaterra, os barcos de mar podiam passar, mas com cuidados especiais, que seriam simbolizados pelas ilhotas disseminadas.

Lembre-se que, em Maio de 1535, subiu até Salvaterra a fusta em que Diogo Botelho tinha vindo sozinho da Índia, para defender perto do Rei a sua caluniada honra. Tratava-se, em boa verdade, de um barco muito pequeno, do qual João de Barros indica cuidadosamente as dimensões (22 palmos de comprido por 12 de largo e 6 de pontal [distância entre a aresta da quilha e a primeira coberta] ou seja, conforme o tipo de palmo usado, 4,84 x 2,42 x 1,32 m ou 5,39 x 2,94 x 1,47 m). Botelho foi apresentar-se ao rei D. João III, «que estava em Almeirim, indo na fusta pelo Tejo acima até Salvaterra», o que mostra que era impossível que esta prosseguisse para diante. «Muita gente, assim naturais como estrangeiros, foram ver aquela fusta a Salvaterra, como coisa admirável», o espanto sendo naturalmente de um barco tão pequeno ter vindo da Índia, não de ter subido até Salvaterra.

Parece que se pode concluir com segurança, da figuração longitudinalmente simétrica do troço que corresponde ao actual delta interior do Tejo, que o braço da margem esquerda, o chamado Tejo Velho, reduzido hoje a uma simples

vala, que escoa penosamente parte das águas do Sorraia, era, na altura, ainda largamente navegável, talvez tanto como o actual braço funcional. Aquele servia os portos e casas senhoriais que se sucediam de Pancas até Salvaterra, na margem meridional.

A extremidade dos mouchões, no século XVI, não ultrapassava o alinhamento Pancas/Alverca; hoje, em maré baixa, os sapais descobrem até ao Cabo Ruivo, ao longo da margem direita, e até ao Alfeite, na margem esquerda; a progressão do delta foi portanto, no mínimo, de 8 km na parte central do estuário e de 20 km, ou mais, ao longo das margens.

A figuração dos esteiros afluentes é também de grande interesse no mapa de Álvares Secco. O Rio Frio é representado, excepto na sua foz, situada a leste de Alcochete, por dois traços próximos e sem figuração intermédia, o que parece ter sido o símbolo reservado aos cursos de água não navegáveis. Pelo contrário, o Rio Trancão (aqui chamado Ribeira de Loures), quase tão assoreado hoje como o anterior, aparece como um esteiro largo e desimpedido, tão ou mais importante que o de Aldeia Galega/Moita; ora, sabe-se que, até ao século XVIII, o Trancão funcionou como via de navegação importante e que, até há pouco tempo, ainda existiam nele marinhas. Quanto às actuais restingas, que dificultam a entrada do duplo esteiro mais ocidental da Outra Banda, a sua presença está cuidadosamente indicada, na forma de duas ilhotas, comparáveis às que assinalam quer a barra, quer o actual delta interior do Tejo.

Do «Sítio de Lisboa», segundo Luís Mendes de Vasconcellos (1608)

Ninguém tem analisado tão bem a posição geográfica de Lisboa como Luís Mendes de Vasconcellos, desde a escala local do sítio urbano até à organização regional à volta da cidade e ao papel mundial do porto. Ao tentar convencer Filipe II que se devia mudar de Madrid para Lisboa a capital do Império Espanhol, ele oferece um quadro arguto das vantagens da posição de Lisboa, quadro que reflecte igualmente a sua fervilhante actividade no fim do século XVI. Ainda que declaradamente panegirista, a descrição não perde, por isso, a sua profundidade e interesse.

O «seguro e capacíssimo porto» é a maior riqueza desta «nobilíssima cidade, [que] está na foz do Tejo e, metendo ele as suas águas no Mar Oceano, é a sua foz como porta a toda Espanha e a toda Europa». Insiste na excepcional posição do porto, relativamente às linhas de navegação mundial, na segurança do sítio, difícil de acometer por qualquer lado, e do qual, como já tinham notado os Romanos, «a saída é muito dificultuosa, porque só com certos ventos se pode sair». Este último facto, se é um elemento de segurança, é também um grave inconveniente, que remediava em parte o ancoradouro do Restelo, próximo da barra, lugar de partida das grandes frotas veleiras, onde D. Manuel mandou edificar o sumptuoso Mosteiro de Belém.

Mas o mais original da análise incide sobre a complementaridade do papel das várias unidades de paisagem, que Lisboa organizava à sua volta. L. Mendes de Vasconcellos insiste no contraste entre as duas margens do Tejo, contraste que ele interpreta como sendo uma grande vantagem. A Margem Direita, em que Lisboa está assente, é fértil, de clima salubre, densamente povoada e cultivada, com as estradas principais que ligam o termo à cidade continuadamente acompanhadas «das cargas que entram e das cavalgaduras que saem descarregadas» dos mantimentos, «que usamos para sustento e para regalo: trazendo trigo, cevada, vinho, azeite, hortaliças, frutas de todas as sortes e de todos os tempos, leite, nata e manteiga todo o ano, cabritos, coelhos, perdizes».

A Margem Esquerda, pelo contrário, não passa de uma imensa Charneca vazia, que tem «de circuito mais de 50 ou 60 léguas», sendo de 11 léguas o mais breve caminho que a atravessa. Esta terra «fê-la Deus de ruins águas e piores ares, cheia de paúis, e amargosas, e areias estéreis», com um «Sol tão quente, que o podem mal sofrer as pessoas, que não estão habituadas a isso». Mas este deserto tão repulsivo tem, segundo ele, muitas vantagens por estar nas proximidades de uma grande capital: fornece-lhe com facilidade, através do Tejo, lenha e carvão, e proporciona aos grandes o insubstituível prazer da caça. L. Mendes de Vasconcellos enaltece «a formosura de Almeirim no Inverno», onde se chega «em bergantins pelo rio», para encontrar «os seus arneiros onde, por mais água que chova, nunca há lama, cobertos sempre de verde e miúda erva».

Quanto ao rio, «que coisa há que se compare com os lugares de seus campos, [...] povoados e férteis», sendo que, «de Sacavém até à Castanheira, que são 4 léguas, se vêem doze lugares [...] todos tão abundantes de tudo, que [...] provem pelo rio à cidade de todas as coisas necessárias, tão copiosamente, que entram todos os dias nela, só das embarcações do rio [...] a roda de 150 carregadas de mantimentos e gente».

Séculos XVII e XVIII

Em 1672 o *Atlas Mayor* ou *Geografia Blaviana*, publicado em Amesterdão, dá a seguinte descrição: «O porto de Lisboa é dos mais abrigados e vastos da Europa. É ocupado em geral por mais de 200 velas, algumas de enorme tamanho, por ser escala comercial muito frequentada, para o Império Oriental, o Brasil, as ilhas do Mar Oceano, as costas da África e outras várias partes. Podem estar lá muitos milhares de navios, sem perigo de outro vento que o sueste, do qual está livre a parte chamada Telha, que goza de contínua tranquilidade».

As descrições dos viajantes, que se vão multiplicando no século XVIII, mantêm esta mesma impressão de deslumbramento, sobretudo por parte dos que descobrem Lisboa vindo do Sul, depois de atravessar a triste Charneca. No fim do século, Link afirma: «Nada mais bonito que a vista de Lisboa, ao chegar pelo rio [...]; não conheço outra grande cidade de aspecto tão imponente», reflectindo-se numa «imensa planície de água [...] toda coberta de barcos». Várias vezes ao dia, barcos de carreira ligavam Lisboa à Aldeia Galega, Moita, Coina, Cacilhas, Porto Brandão. No entanto, Link nota algumas dificuldades: excepto em Cacilhas, só se pode aportar na Outra Margem durante a preia-mar e «a navegação no rio é muito perigosa por mau tempo, por causa da rapidez da corrente e da extrema negligência dos barqueiros».

Já em 1742, uma interessante memória, citada por Adolfo Loureiro, notava o arcaísmo das instalações portuárias da capital. Extraiam-se dela alguns pormenores: na «marinha» de Lisboa existiam então várias reentrâncias; «pela cópia de imundícies, que se têm lançado à borda de água, ficam estas enseadas já em seco [...]. De meia vazante, não se acha desembarque desde Belém até Sacavém, mais que em três partes, a saber, na ponte da Junqueira, no cais da Pedra e defronte dos armazéns do reino». Parece uma «indecência, que a uma Corte tão grande e tão populosa se não possa aportar a metade do tempo de cada dia; que, para chegar a terra pessoas de qualquer estado, graduação e sexo, seja preciso que as tragam às costas os homens do mar».

A regularização, por aterros e construção de cais, da margem urbana do Tejo foi, com efeito, uma obra muito progressiva. Orlando Ribeiro mostra que, começada no tempo de D. Manuel, só ficou acabada na segunda metade do século XIX. Até lá, as praias urbanas, cheias de imundícies, serviam tanto para as necessidades dos pobres como para se tomar banho, em barcaças meio afundadas.

Funcionamento hidrológico e evolução recente do estuário

Para se obter dados científicos sobre o funcionamento e a evolução da foz do Tejo, é preciso interrogar os técnicos que, a partir do século XIX, a foram auscultando e cartografando.

A. A. Baldaque da Silva parece ter sido o primeiro, em 1893, a tentar reconstituir a evolução do estuário, a partir da leitura comparativa dos mapas antigos e dos levantamentos recentes. Ele compilou também os conhecimentos existentes sobre as correntes que determinam a maré e as enchentes do rio. Pensou que as características da barra e da margem direita do Gargalo foram sendo sensivelmente modificadas pela construção sucessiva da Torre de Belém (1521) e da Torre do Bugio (a partir de 1578), que teriam dificultado a entrada livre da maré e favorecido o assoreamento. No entanto, considerou que o porto continuava de valor excepcional, com uma «barra franca e navegável em todas as circunstâncias de tempo, com 11 metros de profundidade mínima», barra que «admite em todos os tempos a entrada das maiores embarcações». Além disso, o estuário proporcionava o «abrigo de todos os quadrantes em quase todo o ano, excepto em 5 ou 6 dias, que tal é a média anual do mau tempo de sueste».

Em 1906, Adolfo Loureiro retomou com documentação acrescida a descrição deste grandioso e tranquilo estuário, mostrando que é graças ao repetido fluxo e refluxo da maré que o canal de entrada do porto se mantém sempre desimpedido e profundo, por circularem, de cada vez, «mais de mil milhões de metros cúbicos» de água. Pelo contrário, o assoreamento é rápido, tanto ao longo da margem direita, ajudado pelos aterros propositados e a acumulação de lixos e esgotos, como a montante, onde o delta interior progride de tal forma que a dragagem se torna indispensável para manter abertas as carreiras de navegação. O próprio rio era então ainda acessível a pequenos vapores, que chegavam até à Casa Branca, a jusante de Valada, e mesmo, ajudados pela maré, até ao porto de Muge, 8 km acima de Valada.

Em 1965, P. A. Ferreira Lemos ofereceu uma cómoda e densa compilação sobre o estuário do Tejo. Respiga-se dela os seguintes dados, que vão completar quantitativamente o presente retrato sucinto da foz do Tejo. O volume total das águas do estuário avalia-se em quase dois mil milhões de metros cúbicos. A área sujeita ao jogo das marés varia entre 30 000 e 34 000 hectares, e a massa de água que entra ou sai todas as seis horas pela secção da foz (80 000 m^2) é, em média, de 750 milhões de metros cúbicos, sendo apenas as

marés mais amplas que atingem os mil milhões de metros cúbicos anunciados por A. Loureiro. Esta enorme circulação provoca fortes correntes superficiais alternadas, que atingem um máximo de 4 m/s na vazante e de 3,5 m/s na enchente, obrigando os navios ancorados no rio a rodar sobre si mesmos, à medida que os atinge a inversão da maré. A montante de Lisboa, as águas do estuário contêm em média 20 gramas de sal por litro, anulando-se a salinidade perto de Vila Franca de Xira. Mas a oscilação vertical da água fluvial, represada pelo fluxo, propaga-se até perto de Muge. A ondulação marítima não consegue penetrar ao longo do Gargalo, mas o estuário é tão vasto que chega a sofrer às vezes «uma ondulação larga, não confundível com vaga e que se supõe ser produzida por reflexão nas margens».

Os primeiros habitantes da região de Lisboa

Luís Raposo

Júlio Roque Carreira

O conhecimento do mais antigo passado humano em Lisboa e no seu termo, encontra-se intimamente ligado ao desenvolvimento da moderna Arqueologia. Depois de séculos durante os quais se seguiu literalmente a tradição mitológica clássica, convenientemente interpretada por humanistas e historiógrafos, as sucessivas descobertas de finais do século XIX e das primeiras décadas do século XX viriam a demonstrar que, afinal, os primeiros habitantes da finisterra estremenha eram não apenas muito mais antigos, como também substancialmente diferentes dos heróis tidos por fundadores.

Não admira portanto que, em 1937, José Leite de Vasconcelos tenha defendido explicitamente que, no estudo das origens da «Lisboa primeva», «devem pôr-se de parte, antes de tudo, fábulas de Ulisses, e depois hipóteses recentes, não menos fantasiosas, que, em vez de ajudarem a desbravar o caminho da interpretação, já de si escabroso, o atravancam ainda mais. Trilhar-se-á chão mais liso, se se recorrer a ensinamentos que a Arqueologia ministre» (VASCONCELOS, 1937: 156). Em poucas décadas a Arqueologia tinha operado uma transformação intelectual profunda e permitido atingir, pela «lógica» («todas as povoações tiveram origem lógica. Todas têm o desenvolvimento próprio, lógico, de um conjunto de circunstâncias, que lhes deu nascença e matença», afirmava Luís Chaves na mesma ocasião – CHAVES, 1937: 175), o mais profundo dos tempos: a Pré-História e, dentro dela, o Paleolítico ou «período da pedra antiga», correspondente à época glaciária, às sociedades de caçadores-recolectores nómadas, enfim, à própria emergência da humanidade.

Os primeiros achados de objectos paleolíticos no território lisboeta datam dos finais do século XIX e mais exactamente de 1892, quando Fonseca Cardoso recolheu na margem esquerda da ribeira de Alcântara alguns instrumentos de pedra lascada, que publicou anos depois (CARDOSO, 1895), mas viriam a ser considerados como não autênticos tanto pelo geólogo Paul Choffat, como por Leite de Vasconcelos. Só mais tarde, em 1909, se detectariam novos objectos supostamente paleolíticos nos arredores do Vale de Alcântara, em Monsanto (próximo da Capela de Santana, hoje destruída), mas também estas colecções viriam a ser atribuídas por Henri Breuil a períodos mais recentes (BREUIL, 1918: 35-36; BREUIL e ZBYSZEWSKI, 1942: 209-211).

Entretanto, já outras descobertas da mesma época, e certamente mais importantes, tinham sido feitas nos arredores de Lisboa, mais exactamente na zona de Santo Antão do Tojal, quando em 1879 por lá andou aquele que ficou conhecido como o «pai da Arqueologia pré-histórica portuguesa», Carlos Ribeiro. Todavia, estes achados apenas seriam publicados por Joaquim Fontes, muito mais tarde (FONTES, 1916), e a sua grande importância somente reconhecida quando em 1941 Georges Zbyszewski ali encontrou, durante a limpeza de um canal da Junta da Hidráulica do Tejo e em associação com os objectos paleolíticos, restos de elefante, cavalo e hiena (vide ZBYSZEWSKI, 1943; BREUIL e ZBYSZEWSKI, 1943).

Os achados sobre o Paleolítico de Lisboa, declaradamente reconhecidos como tais, eram, portanto, muito escassos no final do século XIX. Desde os inícios do século XX, porém, tudo se viria a modificar, na sequência de uma verdadeira explosão de descobertas em diversas zonas da capital e dos concelhos limítrofes.

Talvez a data mais importante das primeiras décadas deste século seja a de 17 de Outubro de 1909, quando Joaquim Fontes, ainda então estudante do Liceu Camões, acompanhado pelo irmão Vítor Fontes e por José Santa Rita, descobre aquela que durante décadas passou a ser a mais importante estação arqueológica paleolítica de toda a região: o sítio de Casal do Monte, em Santo António dos Cavaleiros (vide FONTES, 1910a, 1910b, 1910c, 1912, etc.; BREUIL e ZBYSZEWSKI, 1942: 53-208), classificado como «imóvel de interesse público» em 1971.

A intensa actividade de prospecção desenvolvida na região de Lisboa entre o início do século e os anos 40, constitui certamente uma das mais notáveis páginas da história das investigações arqueológicas em Portugal, onde para além de Joaquim Fontes encontramos homens como Félix Alves Pereira, Luís Chaves ou Vergílio Correia, e eclesiásticos ou autores ligados à revista *Brotéria*, como Bovier-Lapierre, Luisier, Jean Ollivier ou Eugénio Jalhay. É o tempo dos relatos pitorescos, como o seguinte, de Félix Alves Pereira:

Dum caminho velho, que ladeia o cemitério do Lumiar, entrámos, o meu amigo e companheiro, Dr. Joaquim Fontes e eu, por umas terras, que nos separavam das cotas prefixadas. Não era muito constitucional o nosso itinerário, mas ninguém surgiu a pedir-nos conta da invasão.

Pouco depois, junto duma vinha, o meu amigo enxerga um sílex talhado («racloir»). Bom sinal! Mais adiante, no flanco da cota 132 m, um pastor, encanecida já a cabeça, vigiava tranquilamente o seu armento, enrolando um cigarro. Entabulou-se conversa. Interpretando uma nossa pergunta, responde o inesperado informador:

Sim, já sei: «pedras de ferir»? Tinha uma na algibeira apanhada perto. Mostrou-no-la.

Outro utensílio de pedra lascada, se bem que já dentado pela percussão do fuzil! Estávamos, por assim dizer, senhores duma situação arqueológica (PEREIRA, 1918: 71-72).

Já no final do período em consideração, outros se juntariam à actividade dos pioneiros: Afonso do Paço, Camarate França, Maxime Vaultier, Abel Viana, etc. No total foram registados mais de uma centena de sítios com instrumentos em pedra lascada interpretados como paleolíticos (vide os inventários iniciais de PAÇO, 1934 e 1936, JALHAY e PAÇO, 1941, OLLIVIER, 1951; e os inventários recentes de MARQUES, 1986 e CARDOSO, 1993), embora, como veremos, tal atribuição cronológica seja frequentemente pouco segura e os locais inventariados nem sempre sejam verdadeiras estações arqueológicas, mas tão-só simples achados avulso ou, no extremo oposto, enormíssimas «manchas de ocupação».

O certo é que na década de 40 se encontrava plenamente estabelecida a realidade de uma ocupação humana paleolítica em Lisboa e nos arredores. Sítios como os do vale da ribeira de Alcântara, da Serra de Monsanto, da zona ribeirinha (Junqueira, Belém), do Castelo de S. Jorge (onde em 1945 descobriram Georges Zbyszewski e Abel Viana uma «pequena indústria muito pobre e muito feia», mas *in situ* e seguramente paleolítica – ZBYSZEWSKI e VIANA, 1946), entre outros, conferiam ao povoamento da área urbana de Lisboa a credibilidade de que uma grande metrópole precisava, na ânsia da obtenção de velhos pergaminhos.

Mas a principal mancha de povoamento paleolítica encontrava-se fora dos limites da cidade, dentro de uma ampla área que Jean Ollivier em 1951 delimitava assim:

A região que nos ocupa coincide, na sua maior parte, com os derrames basálticos do Terciário. Ela estende-se entre o Norte e o Oeste de Lisboa sobre uma profundidade de cerca de dezasseis quilómetros. Poder-se-ia delimitá-la sumariamente através de uma linha que, partindo do Norte da capital, passasse pelo Zambujal, o Norte de Loures, D. Maria, Rio de Mouro, Paço d'Arcos, depois remontando pela margem direita do Tejo iria dar a Lisboa (OLLIVIER, 1951: 68-69).

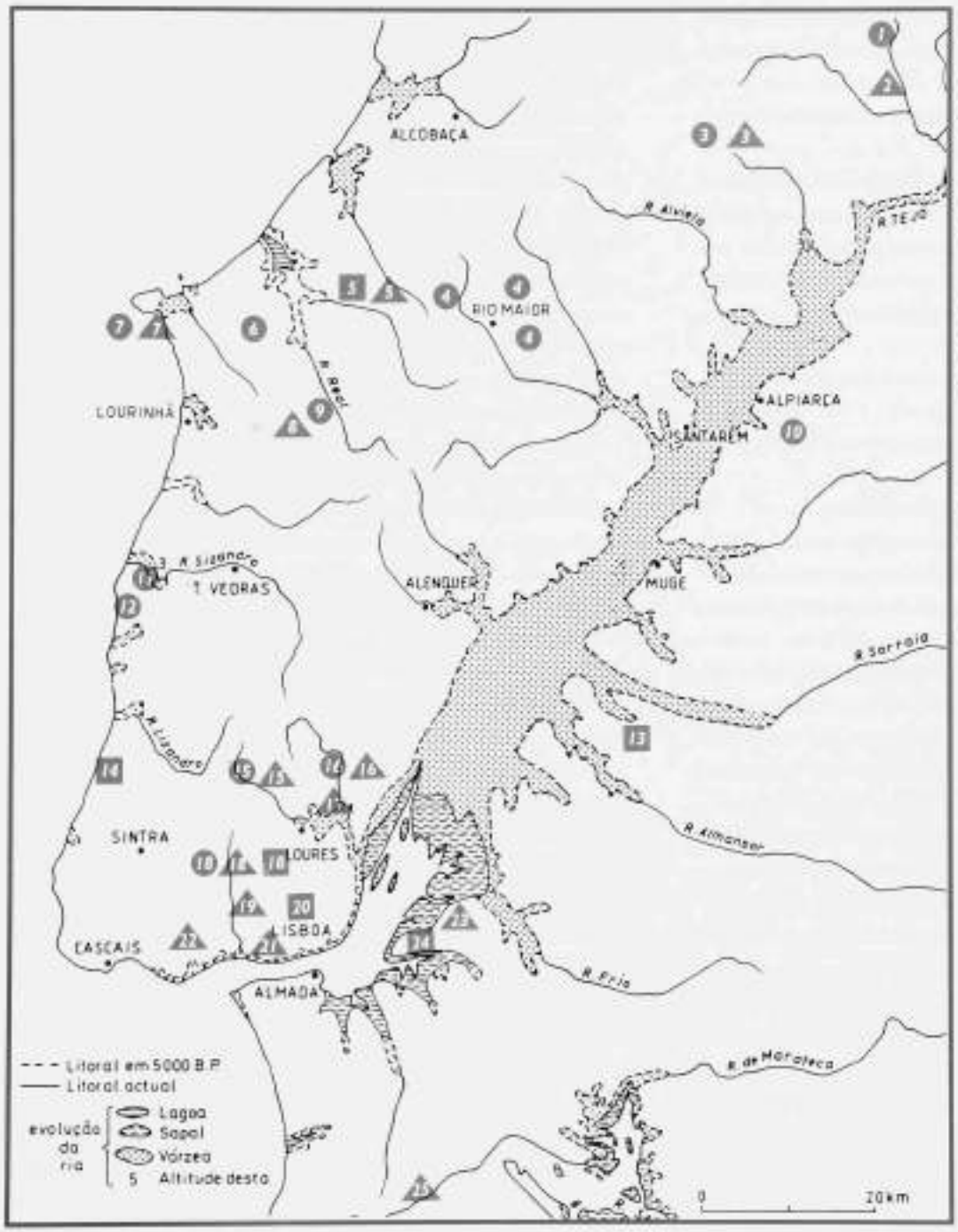
E mais acrescentava:

Se se considera que as indústrias recolhidas – quase exclusivamente paleolíticas – não apresentam nenhum caracter especial diferenciando-as de um ponto ao outro, que elas são o produto de técnicas análogas, que elas têm as mesmas pátinas e são feitas a partir das mesmas matérias-primas, compreender-se-á os motivos que nos fizeram designá-las, por razões de simplificação, de clareza, e também de comodidade, pelo termo genérico de «Paleolítico da Amadora» (Idem, ibidem).

Este *Paleolítico da Amadora* (em sentido lato, ou seja, incluindo também importantes áreas dos concelhos de Loures, Lisboa e Oeiras), viria também a ser objecto de atenção, na mesma década, por parte dos dois investigadores que até hoje mais marcaram a evolução da história das pesquisas sobre aquele período no nosso país: Georges Zbyszewski, geólogo e arqueólogo de origem russa já então fixado em Portugal, e Henri Breuil, eminente pré-historiador francês que antes tinha estado em Lisboa e visto algumas colecções (BREUIL, 1918), mas aqui haveria de voltar por maior período, por força da Segunda Grande Guerra.

No que respeita à região de Lisboa, a sua contribuição ir-se-á fazer sentir sobretudo pela aplicação ao estudo de alguns dos seus sítios de uma nova metodologia de análise baseada na conjugação da tipologia, com a seriação física dos materiais – o chamado «método das pátinas», segundo o qual os instrumentos, em resultado da sua longa exposição aos agentes meteóricos e geoquímicos, se podem ordenar cronologicamente, dos mais antigos para os mais recentes, de acordo com a intensidade do rolamento, da eolização, da coloração externa, da rubefacção, etc., que apresentem.

Para muitos autores da época, as metodologias de Breuil e Zbyszewski passaram a constituir uma espécie de proposta providencial, susceptível de dar resposta às dúvidas de atribuição cronológico-cultural que de há muito se vinham sentindo e acumulando (vide, por exemplo, OLLIVIER, 1941: 375). A partir dos seus trabalhos estabeleceu-se uma sequência de indústrias e períodos cronológico-culturais, de que o sítio do Casal do Monte passou a constituir «tabela de referência» de toda a região, por ser o maior e mais completo. Teríamos assim a seguinte sucessão de «séries» («culturas» e períodos) (vide, por exemplo, a síntese contida em MARQUES, 1986: 76-79):



1 Gruta do Caldeirão
2 Estrada do Prado
3 Gruta do Almonda
4 vários locais da região de Rio Maior
5 vários locais da região de Caldas da Rainha/Óbidos
6 Gruta da Casa da Moura
7 Gruta da Furninha
8 Gruta Nova da Columbeira
9 Gruta da Lapa do Suão
10 vários locais da região de Alpiarça
11 Vale de Almoinha
12 Rossio do Cabo
13 Cabeço da Mina
14 vários locais do litoral entre Açafora e Magoito
15 Gruta do Correio-Mor
16 Gruta de Salemas
17 vários locais da região de Sto. Antão do Tojal
18 Casal do Monte
19 vários locais da região da Amadora
20 vários locais da região da Serra de Monsanto e Sete Rios
21 vários locais do vale da ribeira de Alcântara
22 Cabecinho
23 Cascalheira
24 Samouco
25 Gruta da Figueira Brava

● *Sítios do Paleolítico Superior*
▲ *Sítios do Paleolítico Médio*
■ *Sítios do Paleolítico Inferior*

série I – Abevilense e Clatonense; materiais de cor geralmente escura, do castanho ao castanho escuro; arestas muito roladas, quase anuladas;

série II – Clatonense-Acheulense; cor dominante acaju; arestas menos roladas;

série III – Tayaco-Acheulense; cor avermelhada ou amarelada; superfície muito brilhante; arestas pouco roladas;

série IV – Acheulense-Mustierense; cor pouco intensa, por vezes creme; lustro intenso; pouco ou nenhum rolamento;

série V – Mustierense; cor esbranquiçada, por vezes nula; superfícies baças; arestas vivas;

série VI – Paleolítico Superior; sem pátina; pouco lustro; arestas vivas;

série VII – Mesolítico; idem; separação feita pela tipologia;

série VIII – Neolítico e Idade do Cobre; idem.

Nesta sequência, as séries I a III pertencem ao Paleolítico Inferior, sendo datáveis de um enorme e mal definido período de tempo, provavelmente desde há mais de 500 000 anos, até há cerca de 100 000 anos; a ela se associam instrumentos tais como os bifaces (outrora designados «coup-de-poings»), certos núcleos de tipo poliédrico, alguns raspadores, etc. A série IV representa a transição do Paleolítico Inferior para o Paleolítico Médio. A série V é o Paleolítico Médio, datável portanto entre cerca de 100 e cerca de 30 000 anos; nela se destaca uma grande profusão de raspadores, de gumes denticulados, de furadores, de pontas, de núcleos discóides e levallois, assim como as lascas deles provenientes, etc. A série VI, do Paleolítico Superior e datável do final de Idade Glaciária (30-10 000 anos), surge representada por alguns instrumentos julgados característicos e exclusivos deste período: buris, raspadeiras, pontas foliácias, lâminas, por vezes retocadas, etc. Finalmente, as séries seguintes atribuem-se a períodos pós-paleolíticos.

Claro que muitos autores, desde cedo, mostraram algum cepticismo relativamente ao «método das pátinas» (não poderiam instrumentos contemporâneos apresentar desgastes diferentes, se ao longo do tempo estivessem expostos a condições meteóricas também diferentes ?), mas a resposta a tais dúvidas era dada pelo próprio Ollivier, no texto acima citado, ao invocar o argumento da autoridade: «Seria um erro supor que tal método se pode aplicar sem uma vasta experiência e muita prática, isto é, sem longos anos de observação e estudo de tudo quanto diz respeito à arqueologia pré-histórica». E a verdade é que o referido método fez o seu percurso até hoje, continuando no essencial, e à falta de melhor, a ser seguido pela generalidade dos autores que se têm referido ao Paleolítico dos arredores de Lisboa.

Pela nossa parte, o critério que seguimos foi o da ordenação de materiais segundo os locais de proveniência e, dentro deles, arrumá-los por tipologias indiciadoras, com maior ou menor precisão, de cronologias muito amplas dentro do Paleolítico.

Seria, porém, pouco avisado prescindir totalmente da informação reunida na enorme mancha de ocupação humana paleolítica documentada pelos sítios descobertos no início do século e por todos os que, do mesmo tipo, entretanto se detectaram. As limitações dos métodos aplicáveis no seu estudo impedem-nos, segundo cremos, de atribuí-los com precisão a este ou àquele complexo industrial (aliás, as terminologias utilizadas e acima transcritas, hoje já pouco querem dizer), mas permitem, em certos casos e ainda que interrogativamente, assimilá-los a cada um dos três grande períodos em que tradicionalmente se divide o Paleolítico (Inferior, Médio e Superior); permitem, também, em determinadas situações, observar a sua grandeza numérica e composição tecnológica; permitem, enfim, reconhecer e interpretar a sua densidade e distribuição espacial, tendo em conta aspectos geomorfológicos e aspectos geológicos (sobre o assunto vide CARDOSO, 1987, 1988 e 1993).

A questão acabada de referir constituiu, aliás, um dos temas mais interessantes dos estudos do Paleolítico de Lisboa e arredores durante a primeira metade deste século. Como já se viu no texto de Jean Ollivier acima citado, a enorme quantidade de locais paleolíticos naquilo que o mesmo designava por *Paleolítico da Amadora* era, por si só, um primeiro motivo de reflexão. Depois, era também notória a estreita relação entre a mancha de distribuição de achados paleolíticos e os terrenos cobertos pelos sucessivos derrames magmáticos neocretácicos, durante um episódio de intenso vulcanismo que deu origem àquilo que é conhecido por «Manto Basáltico de Lisboa. E daqui se era levado a algumas interrogações elementares: porque teria havido uma tão importante ocupação humana da região de Lisboa durante todo o Paleolítico? Porque escolheria o Homem Paleolítico os terrenos basálticos, em detrimento dos terrenos calcários também existentes na região?

Respondendo a estas questões, Henri Breuil e Georges Zbyszewski, referem-se aos factores que faziam atrair para a região de Lisboa o Homem pré-histórico:

De um modo geral, parece que a região de Lisboa, limitada a Oeste pelo Oceano, a Sul e a Este pelo baixo vale e pelo estuário do Tejo (muito mais importante outrora do que hoje) tenha sido uma região relativamente povoada. Encontramos aí com efeito um conjunto muito denso de acampamentos pré-históricos ou de «focos», muito vizinhos uns dos outros e recobrindo quase unicamente os tufos basálticos dos arredores da capital. É preciso crer que o número muito elevado destas estações (quase duas estações por quilómetro quadrado) seja a indicação de condições particularmente favoráveis para a vida nesses tempos.

A proximidade do rio e do mar devia favorecer a pesca, ou antes a colheita de moluscos. A abundância das nascentes de água, indispensáveis ao Homem, devia atrair para aí os animais necessários ao abastecimento em carne fresca dessas antigas populações de caçadores. Enfim, a vegetação mesmo devia incitar os habitantes da época a procurar o relevo suave das colinas basálticas, de preferência aos maciços calcários, sobretudo cobertos de mato espinhoso (BREUIL e ZBYSZEWSKI, 1942: 53-54).

Estas e outras caracteristicas têm sido sublinhadas até hoje (vide, por exemplo, CARDOSO, 1987: 71 e 1988: 3). Mas, embora interessantes (especialmente no que se refere às condições de acesso às matérias-primas líticas e à procura de elementos distintivos dos diferentes sítios entre si, tanto do ponto de vista das tecnologias líticas, como do ponto de vista tipológico e cronológico-cultural), é óbvio que nem todas as observações citadas conseguem ser convincentes, parecendo algumas mesmo desajustadas. Assim, a ambiguidade do conceito de «estação arqueológica» utilizado, certamente muito inflacionado pela contabilização, em pé de igualdade, de simples ocorrências esparsas, de locais bem individualizados com milhares de artefactos e de difusas manchas de ocupação. Assim, a vã tentativa de continuar a pretender atribuir significados cronológico-culturais demasiado precisos às séries de cada local («Acheulense Antigo», «Médio» ou «Superior», por exemplo). Assim também, a ênfase posta na importância do Oceano e da embocadura do Tejo como fontes de atracção dos caçadores-recolectores estremenhos, a qual se fundamenta exclusivamente em pressupostos mentais actualistas, uma vez que nem o registo arqueológico da região nem o enquadramento histórico-antropológico disponível permitem supor que a pesca e a colheita de moluscos constituíssem fonte de alimento significativo durante a quase totalidade do Paleolítico e a caça não seria certamente abundante junto a águas agitadas, pouco seguras e... salgadas. Um tal preconceito leva a que Henri Breuil e Georges Zbyszewski considerem como «periferias» (BREUIL e ZBYSZEWSKI, 1942: 54) aquilo que verdadeiramente é o centro mais importante do povoamento do Paleolítico da região: a bacia sedimentar do Rio Trancão. Assim, finalmente, a referência à menor frequência de terrenos calcários, por razões mesológicas, quando se sabe que esse tipo de suporte geológico é altamente favorável ao desenvolvimento de solos de cobertura de grande capacidade bioenergética e foi, em numerosas regiões europeias (assim como na própria Península de Lisboa), amplamente frequentado pelo Homem e pelas populações faunísticas de que o mesmo se alimentava.

Na interpretação da distribuição espacial do Paleolítico de Lisboa e arredores, deve partir-se de uma visão porventura mais recuada, mas igualmente mais exigente. Tendo em conta as características geomorfológicas da zona, impõe-se *ab initio* uma observação em separado de: vales fluviais, zona ribeirinha (faixa litoral, até cerca de 25-50 m), zonas planálticas (caso da área norte e noroeste de Lisboa, a cerca de 60-100 m; caso também das superfícies fronteiras, a cerca de 100-150 m, situadas na margem esquerda do Rio da Costa e da ribeira da Póvoa, onde se localiza o sítio do Casal do Monte), serras envolventes (Serra das Galegas, Alto dos Matinhos, etc., a norte; Serra de Monsanto, a sul) e relevo suave de ligação, entre os 100-200-250 m.

A maior ocupação dos vales fluviais surgirá de imediato como primeira constatação. No perímetro da cidade, salientam-se os locais do Vale de Alcântara (tanto no seu curso superior, desde Benfica a Sete Rios – onde se localiza o importante sítio acheulense da Chaminé de Campolide, inédito, até à sua zona vestibular, como se documenta pela estação da Calçada dos Mestres, onde Henri Breuil reconheceu a existência de um Mustierense «puro» *in situ* – BREUIL, 1918: 35). Os vales das ribeiras da Baixa lisboeta de há muito foram destruídos pela cidade e os da zona oriental (Chelas, Olivais) têm origem em depósitos arenosos terciários pobres em matéria-prima lítica, não revelando por isso sinais significativos de ocupação humana antes do final do Paleolítico. Mas, para a zona ocidental, volta a haver alguns achados no vale do Rio Seco e sobretudo, já em Oeiras, no Rio Jamor (cuja captação de águas inclui as zonas nucleares de Queluz, Amadora ocidental e Belas, prolongando-se até ocidente de Caneças), na ribeira de Barcarena e, de certo modo, na ribeira da Laje

(onde se localiza a gruta da Ponte da Laje, com níveis do Paleolítico Médio e Superior – BREUIL e ZBYSZEWSKI, 1942: 211 e segs.).

Todavia, como já sublinhámos, a mais notável mancha de achados encontrar-se-á na bacia do Trancão, que por isso vale a pena observar em maior detalhe. Desde logo, deve sublinhar-se a disposição ideal daquela bacia no sentido de uma intensa frequentação por espécies animais e pelo Homem paleolítico. Contrariamente à falsa ideia acima referida, não é junto ao mar ou a grandes massas de água (como seria o delta interior do Tejo em período de transgressão marinha) que existem as mais propícias condições de fixação de comunidades de caçadores-recolectores. Elas ocorrem em bacias subsidiárias, alimentadas por redes hidrográficas diversas, frequentemente pequenas, recortando sedimentos e originando coberturas vegetais também variadas.

A bacia do Trancão reúne todos estes requisitos. Trata-se de uma enorme zona de captação de águas, encaixada em maciços rochosos que chegam aos 250-300 m de altitude, vertendo para o Tejo através daquele rio. A norte, o sistema é alimentado principalmente pelo próprio Rio Trancão, que nasce perto da Venda do Pinheiro e atravessa sucessivos depósitos mesozóicos antes de inflectir para sul, a seguir à povoação de Bucelas, percorrendo um vale apertado até atingir as terras baixas, onde recebe o contributo da restante rede hidrográfica adjacente, e desagua no Tejo através de um vale apertado, em Sacavém. A oeste, destaca-se o Rio de Loures, que também capta as águas de rios afluentes, como o de Lousa. A sul, a bacia estende-se até à zona de contacto com a área da ribeira de Alcântara (que tem como importante fonte de alimentação a Serra de Monsanto, que atinge uma altitude máxima de 226 m, no Forte de Monsanto), absorvendo águas nas zonas planálticas do Lumiar, Campo Grande e Carnide, que reúne no leito do Rio da Costa. Este rio, juntamente com a ribeira de Caneças, dá passagem à ribeira da Póvoa, a qual desagua no troço vestibular do Rio de Loures, cerca de 3 km antes deste se reunir às águas do Trancão, no centro da chamada «várzea de Loures». Trata-se de um sistema hidrográfico muito activo, como o provam quer as frequentes situações de cheias de todas as terras baixas percorridas, quer as notícias de séculos passados acerca da navegabilidade dos rios citados até pontos situados muito no interior (o Trancão até Bucelas, a ribeira da Póvoa até à Póvoa de Santo Adrião, o Rio de Loures até Loures, etc. – vide TABORDA, 1986).

Henri Breuil e Georges Zbyszewski, tiveram bem a noção da importância do centro de gravidade de toda esta bacia – a «várzea de Loures» – sem no entanto a considerarem como tal no que se refere ao modelo de ocupação humana da região. Quando estudaram os sítios paleolíticos de Santo Antão do Tojal, verdadeiro «país» do Paleolítico, como lhe chamou Gustavo Marques (MARQUES, 1986: 60), observaram aqueles autores:

Parece que se esteja em Santo Antão do Tojal em presença de um grande centro paleolítico, mas que tenham sido as zonas envolventes, dominando a planície baixa e pantanosa, que tenham sido habitadas ou pelo menos frequentadas... Este terraço (planície baixa) devia ser nessa época envolvido por pântanos e devia ser um excelente local de caça frequentado, entre outros animais, pelo elefante antigo (BREUIL e ZBYSZEWSKI, 1943: 47-48).

Nestes locais, mais de uma dezena e situados geralmente nas faixas de terraços plistocénicos subsistentes (terraços atribuídos pelos autores citados ao período interglaciário Riss/Würm, datáveis portanto de há cerca de 80/90 000 anos), para além dos restos faunísticos, encontraram-se conjuntos líticos, por vezes expressivos, claramente atribuíveis ao Paleolítico Médio, sendo evidente, pela sua composição e natureza petrográfica, a existência de ligações com algumas das estações arqueológicas das zonas envolventes.

Ora, sucede que estas últimas não são apenas a longa lista de sítios de superfície que constituem a expressão mais visível do Paleolítico da região de Lisboa. Nelas se incluem também achados mais recentes, pouco numerosos, mas com a enorme vantagem de, pelo menos à partida, oferecerem melhores condições de estudo (diagnose cultural e atribuição cronológica) do que todos os outros. Trata-se de algumas cavidades situadas nas orlas de calcários que marginam a bacia sedimentar referida: a diaclase de Salemas (ZBYSZEWSKI *et al.*, 1961, ROCHE *et al.*, 1962 e 1970, etc.), o algar/pedreira de Salemas (FERREIRA, 1964: 48, ZBYSZEWSKI *et al.*, 1980: 12), ambos sobre o vale da ribeira de Montachique, afluente do Rio de Lousa, e a gruta Correio-Mor (ZBYSZEWSKI *et al.*, 1980: 14-19, 1987), sobre o vale do Rio de Loures.

O conjunto destes locais, em associação com os elementos que seja possível recuperar dos numerosos sítios de superfície localizados nas mesmas áreas, constituem seguramente a mais importante base documental de que na actualidade se dispõe nesta região, permitindo até sugerir algumas hipóteses acerca da sua articulação funcional e, consequentemente, das modalidades de ocupação do território por

parte das comunidades de caçadores-recolectores da Idade Glaciária na região de Lisboa.

No que se refere ao Paleolítico Inferior, verifica-se uma rarefacção de achados claramente atribuíveis àquele período, os quais vão desde as já citadas zonas do Campo Grande e Carnide, até às áreas envolventes da «várzea de Loures» (exemplos: Casal do Monte, a sudoeste e Pintéus/Chão de Minas, a norte). Nestas circunstâncias, dada a escassez dos dados disponíveis, torna-se problemática a valoração da sua distribuição espacial, a qual se afigura ser dispersa, exclusivamente de ar livre e situada sempre a baixa altitude (menos de 150 m), não parecendo por isso documentar neste período uma exploração do território logisticamente organizada. Mesmo a referência feita ocasionalmente (vide CARDOSO, 1988: 44) à maior ocorrência de indústrias deste período em locais como o Casal do Monte, inversamente ao que sucederia noutros (Monsanto, etc.), onde as «séries» do Paleolítico Médio seriam maioritárias, para além de discutível pela natureza metodológica da base de dados que utiliza, deve ser moderada pelas circunstâncias que decorrem da implantação dos sítios considerados: directamente sobre as fontes de abastecimento de matéria-prima, no primeiro caso (o que se traduziria em índices de retoque secundário muito baixos, tornando mais visíveis certos tipo clássicos, como os bifaces); algo afastados das mesmas, no segundo (o que levaria ao retoque e rejuvenescimento repetido de gumes, tendo por consequência uma maior visibilidade dos utensílios sobre lasca normalmente assimilados ao Paleolítico Médio).

Já no que se refere ao Paleolítico Médio, a disposição espacial dos locais incluídos na bacia hidrográfica do Trancão permite sugerir pela primeira vez a hipótese de uma certa organização funcional do espaço habitado pelos caçadores-recolectores deste período – muito provavelmente da espécie *sapiens neanderthalensis* («Homem de Néandertal»). Tal é o que se pode depreender (vide RAPOSO, 1993: 96 e segs.) observando a considerável variedade de sítios arqueológicos do Paleolítico Médio nesta zona: na «várzea de Loures», a mais de uma dezena de locais de S. Julião e Santo Antão do Tojal já mencionados neste texto; na ligação entre a bacia sedimentar e os planaltos circundantes, a gruta do Correio-Mor; nestes últimos, numerosos locais normalmente situados entre os 100 e os 200 m de altitude, dos quais se salientam pela sua grandeza os que se implantam imediatamente sobre os vales (Casal do Monte e Casal do Mortal, a sudoeste; Pintéus/Chão de Minas e Murtal, a norte); em posição mais afastada da bacia sedimentar e a maiores altitudes (acima dos 200 m), sobre vales profundos que recortam as serras e planaltos, diversos locais onde se registam vestígios fugazes deste período (diaclase e algar de Salemas, gruta do Pêgo do Diabo), um dos quais datado de há cerca de 29-30 000 anos (algar de Salemas – ANTUNES *et al.*, 1990: 134).

Trata-se, como dissemos, de sítios bastante diferenciados. Alguns, aparentemente a maioria, pela enorme expressão quantitativa das suas indústrias líticas, onde abundam os subprodutos de talhe, e pela sua própria localização, podem ser classificados como locais de obtenção de matéria-prima e fabrico de utensílios (exemplo: Casal do Monte, Mortal, Chão de Minas/Pintéus); outros, pela variedade dos seus instrumentos líticos e também pela sua localização no fundo do vale, sobre as rotas preferenciais de movimentação dos grandes herbívoros (elefantes, rinocerontes, cavalos, etc.), podem ser classificados como locais de abate de animais (exemplo: sítios de Santo Antão do Tojal); outros ainda, pela grandeza e composição das suas indústrias líticas, assim como pela sua localização, podem ser classificados como bases residenciais (gruta do Correio-Mor); outros finalmente, colocados em posição periférica relativamente ao centro da bacia, a maior altitude, e contendo conjuntos industriais reduzidos, podem ser classificados como locais de frequência ocasional, porventura em surtidas de caça a animais de solo rochoso mais acidentado (exemplo: diaclase de Salemas).

É claro que este tipo de modelo encontra-se fortemente limitado quer, no caso vertente, pela escassez e falta de fiabilidade dos dados em que se baseia, quer, em geral, pela circunstância de as escalas de aproximação cronológica utilizadas (na ordem das dezenas de milhares de anos) não permitirem garantir a plena articulação temporal entre todos os sítios considerados. Mas não deixa por isso de ser sugestivo e pelo menos indiciar o começo de um comportamento espacialmente organizado, que se irá acentuar durante o Paleolítico Superior, para o qual os dados dos sítios de ar livre são mais reduzidos, mas de que se dispõe suficientes elementos nas grutas citadas anteriormente.

Com efeito, conhecem-se nesta área indústrias do Paleolítico Superior atribuíveis aos seguintes momentos e tecno-complexos: Aurinhacense, na gruta do Pêgo do Diabo, segundo a classificação mais recente de João Zilhão, datado de há cerca de 28 000 anos (ZILHÃO, 1992: 48-49); «Perigordense»/Gravetense (camada 3 da diaclase de Salemas, segundo Georges Zbyszewski, Jean Roche e cola-

boradores – ZBYSZEWSKI *et al.*, 1961: 203-204, ROCHE *et al.*, 1962: 198 e segs.; classificação revista por João Zilhão, que considera esta camada Solutrense – ZILHÃO, 1987: 40); Solutrense (camada 2 da diaclase de Salemas e gruta do Correio-Mór), datado de há cerca de 19 000 anos (ANTUNES *et al.*, 1990: 134). Não sendo numerosos, todos estes conjuntos líticos parecem todavia suficientes para afirmar que pelo menos um dos elementos do padrão de povoamento sugerido em época anterior, se tenha mantido e intensificado, com a frequência mais repetida e especializada destes maciços rochosos a baixa/média altitude (200-300 m), provavelmente também para efeitos de caça, como observou João Zilhão no caso da diaclase de Salemas, ao salientar a grande percentagem (42 %) de armaduras (pontas líticas de armas de arremesso) no conjunto da sua indústria solutrense, concluindo tratar-se de um local «de observação ou de processamento da caça e dos seus produtos, e em que eram usados e descartados utensílios, nomeadamente armas, manufacturados principalmente noutros locais» (ZILHÃO, 1987: 43).

Em suma e a concluir, poder-se-ia dizer que a área de Lisboa e o seu termo imediato foram ocupados longamente desde o Paleolítico Inferior por comunidades de caçadores-recolectores de que hoje podemos continuar a encontrar, nas nossas ruas e nos nossos quintais alguns instrumentos em pedra lascada (vide, por exemplo, JALHAY, 1947). Foi o tempo em que a zona era percorrida por uma fauna que hoje diríamos exótica, de que faziam parte o elefante, o rinoceronte, o cavalo, o veado, o auroque, assim como a hiena, o lince, o leopardo, o leão das cavernas, o urso e tantos outros (vide o inventário recente de CARDOSO, 1992). O largo tempo em que as variações do nível do mar ocasionariam, em período de regressão marinha, vales profundos hoje cobertos por sedimentos e pelo estuário do Tejo ou, pelo contrário, em período de transgressão marinha, dariam origem a extensos braços de mar, penetrando profundamente no território.

Talvez a superfície urbana de Lisboa não constituísse então o núcleo de povoamento privilegiado pelo Homem do Paleolítico, que daria certamente muito mais valor à bacia hidrográfica do Trancão, abrigada do Oceano e do extenso delta do Tejo, de ambientes variados e rica em alimento. Afinal, parece que podemos encontrar na mais remota ocupação humana desta área o eco de algo que ainda nos é familiar: ontem como hoje, Lisboa sempre dependeu, para a subsistência dos seus habitantes, das capacidades produtivas da sua «zona saloia».

As sociedades camponesas na Península de Lisboa (do 6.° ao 3.° milénio)

Victor S. Gonçalves

O Tempo: «quando» aconteceu

Só muito recentemente Períodos ou Idades como o Mesolítico, o Neolítico, a Idade do Cobre (ou Calcolítico) tiveram, na Península de Lisboa, um enquadramento cronológico mais ou menos preciso.

As datações pelo método do carbono 14 (^{14}C) vieram esclarecer algumas dúvidas, pese embora estarmos ainda longe de ver resolvida a maioria das questões.

Convém no entanto recordar que o método do ^{14}C não nos fornece uma data, mas antes um intervalo de tempo dentro do qual, algures, se encontra a verdadeira data, na realidade inatingível. Quanto mais pequeno for o desvio padrão, mais pequeno é o intervalo de tempo e, assim, mais perto estamos da data que procuramos.

Também, por princípio e comodidade, falaremos sempre em anos de calendário, aquilo a que chamamos anos de carbono 14 calibrados, isto é: corrigidos pela curva da dendrocronologia. Como é de norma, usaremos sempre a calibração a dois sigmas, de forma a conseguirmos uma probabilidade de 95% no intervalo de tempo estabelecido.

Os concheiros mesolíticos de Muge foram os primeiros sítios portugueses a ser datados pelo método do radiocarbono. Talvez pela precocidade de essas datações, feitas numa altura em que o método estava ainda em afinação, foram recebidas com algumas reservas. Mas recentes datações vieram a provar que elas são, afinal, apesar de pouco precisas, e talvez por isso mesmo, plausíveis.

As últimas datas obtidas para Muge são mais interessantes, sobretudo pelas dimensões muito mais reduzidas do intervalo de tempo que propõem: TO-131: 7240 ± 70 BP[1]; TO--132: 7180 ± 70 BP; TO-133: 7200 ± 70 BP; TO-134: 7160 ± 80 BP; TO-135: 6810 ± 70 BP (LUBELL *et al.*, 1989, p. 246). A calibração de estas datas a dois sigmas fornece os seguintes intervalos de tempo: TO-131: 6212 a 5970; TO-132: 6150 a 5884; TO-133: 6170 a 5960; TO-134: 6140 a 5830; TO-135: 5800 a 5560, todos eles datas calibradas AC, isto é, *antes da nossa era*[2]. Obtidas através de amostras recolhidas nos esqueletos da necrópole da Moita do Sebastião, estas datas referem-se claramente ao 7.° milénio e à primeira metade do 6.°, facto da maior importância quando as compararmos com outras recentemente conseguidas para situações já «neolíticas».

As datas mais antigas obtidas para situações que podemos classificar de «neolíticas antigas» foram obtidas na Gruta do Caldeirão, onde uma costela humana foi datada pelo ^{14}C, tendo-se obtido um intervalo de tempo de 5296 a 4843 antes da nossa era («Horizonte» NA II). Estaríamos assim algures entre fins do 6.° milénio e inícios do 5.°. O «Horizonte» chamado NA I, mais recente, forneceu também uma datação, baseada numa costela humana: 4782-4588[3]. Trata-se, portanto, de uma ocupação datável da primeira metade do 5.° milénio.

A cronologia dos ossos humanos do «Horizonte» NA II foi ainda confirmada pela datação de uma metápode e de uma falange de *ovis* (ovelha), animal que, em princípio, pressupõe a domesticação, respectivamente 5480 a 5079 e 5340 a 4940 antes da nossa era[4] (ZILHÃO, 1992, p. 78).

Não parece assim arriscado afirmar que já na segunda metade do 6.° milénio comunidades neolíticas, conhecedoras das técnicas de domesticação dos animais, se tinham instalado no nosso território. A presença de cerâmica cardial no «Horizonte» NA I da Gruta do Caldeirão mostra também que, na primeira metade do 5.° milénio, os grupos portadores de este tipo de cerâmica se encontravam activos na região.

Se para a segunda metade do 5.° milénio e para a primeira metade do 4.° não possuímos datas fiáveis, para a segunda metade do 4.° milénio e os inícios do 3.° também a situação não é famosa, resumindo-se praticamente às obtidas para a Cova das Lapas, uma gruta sepulcral cerca de Alcobaça (GONÇALVES, 1989), para o nível de base de Leceia (CARDOSO, 1989) e para o Alto do Dafundo (LUDGERO GONÇALVES, 1991).

Essas datas são, para a primeira ocupação do Neolítico «final» de Leceia, com fundos de cabana, ocupação curta (sazonal?), taças carenadas e cerâmica com bordos denteados, correspondendo provavelmente ao nível mais antigo de Parede: ICEN 312: 4530 ± 100 BP; ICEN 313: 4520 ± 130 BP; ICEN 316: 4520 ± 70 BP, datas cuja calibração a dois sigmas remete para a última metade do 4.° milénio.

Para um contexto diverso, o da necrópole em gruta natu-

ral da Cova das Lapas, a datação mais antiga é ICEN-463: 4550 ± 60 BP que, calibrada a dois sigmas, nos fornece o intervalo de tempo 3497 a 3041 AC.

Os princípios do Calcolítico estão datados no Alto do Dafundo, ICEN 466: 4680 ± 50 BP, data cuja correcção, necessária pela amostra ser de conchas de *Patella* (lapa), deu 4320 ± 70 BP, o que corresponde ao intervalo de tempo 3256 a 2705 antes da nossa era.

O Calcolítico dito «pleno» está claramente referenciado pela sequência de datações disponíveis para o povoado fortificado de Leceia e para o «castro» do Zambujal, ainda que os níveis mais antigos de este importante sítio estremenho não estejam cronologicamente claros. De qualquer forma, para Leceia referem-se sobretudo à primeira metade do 3.° milénio, não sendo improvável que a sequência do Zambujal tenha começado um pouco mais tarde que a dos restantes sítios.

Os grupos marisqueiros e as primeiras sociedades camponesas: a difícil leitura das interacções

A descoberta, logo no século XIX, dos concheiros de Muge e a identificação, já no nosso século, dos concheiros do Sado não levantou imediatamente a ampla gama de questões que hoje eles evocam.

Os concheiros são, evidentemente, os traços fossilizados de segmentos de actividade de grupos humanos que se especializaram na recolha de bivalves e outros animais marinhos, de simples obtenção na linha costeira ou estuarina. O próprio volume desses amontoados de restos de cozinha indica que se trata de lugares intensamente frequentados por um ou mais grupos, muito provavelmente de forma sazonal. Mas nem as escassas estruturas habitacionais, o número dos enterramentos efectuados nessas autênticas lixeiras, ou o próprio equilíbrio das ementas significa uma ocupação continuada, sendo largamente excessivo o consumo de animais marinhos em relação a outros componentes da dieta humana, particularmente insuficiente a presença de herbívoros como os cervídeos ou o javali.

Assim, e até prova suficiente em contrário, e até pela própria instabilidade do meio em que se encontravam (um rio de curso altamente irregular e imprevisível), os concheiros do Tejo devem ser considerados lugares temporários de habitação de grupos humanos nómadas, sendo admissível um nomadismo bipolar ou sazonal.

No Vale do Tejo, em épocas de cheia, a própria área habitual de recolha de animais marinhos ficaria fortemente afectada, sendo admissível que tivessem sido explorados territórios com outras ofertas (mamíferos de pequeno e médio porte), sendo as áreas dos actuais concelhos de Coruche e Montemor excelentes lugares alternativos. Mas o fascínio que os concheiros exerceram, as dificuldades de prospecção e as debilidades da investigação arqueológica portuguesa neste específico domínio, contribuíram para que escassamente se avançasse na procura dos outros sítios de acampamento dos grupos mesolíticos de Muge.

Assim, a caracterização de estas populações sublinha quase exclusivamente a sua dependência de recursos fixos, subestimando ou mesmo iludindo o carácter parcial ou sazonal de essas actividades.

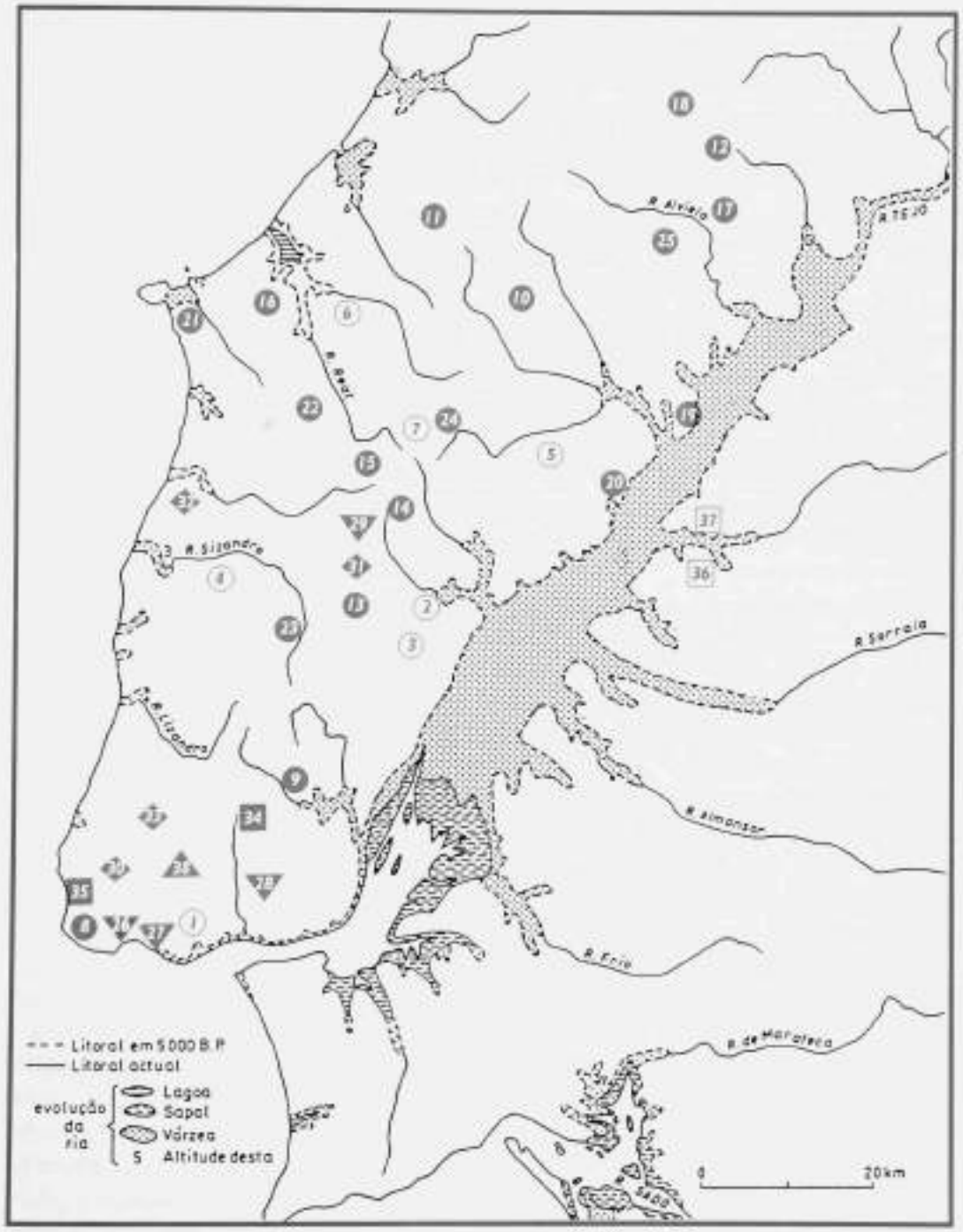
De qualquer forma, a imagem que temos delas indica um nível técnico relativamente básico, uma dimensão restrita dos grupos (não mais de vinte e cinco indivíduos), a utilização de materiais perecíveis na construção de pára-ventos ou abrigos (troncos de madeira e peles de animal).

A imagem, a nível do território, parece também indicar não um vasto território explorado por um grande grupo, mas pequenos territórios explorados por pequenos grupos.

A imagem de pobreza é total e vê-se com dificuldade a extensão aos mesolíticos do Sado e do Tejo da leitura quase idílica feita por Camps a propósito dos mesolíticos norte-africanos ou por Rozoy para a «Europa dos arqueiros».

Confrontadas as datas «neolíticas» com as mais recentemente obtidas para os concheiros mesolíticos, não se reforça a ideia da existência, na Península de Lisboa, *de origem e ao mesmo tempo*, de comunidades de recolectores mesolíticos e dos primeiros neolíticos, também provavelmente recolectores, mas conhecendo já a domesticação dos animais e a tecnologia da cerâmica. Resta esclarecer se a contemporaneidade das fases mais evoluídas dos concheiros de Muge com populações neolíticas tem ou não a ver com a chegada de colonos exógenos ou antes, como parece provável, com a diversificação económica e social das comunidades mesolíticas, eventualmente após absorção de estímulos exteriores. É, basicamente, a situação que se colocará de novo na transição do 4.° para o 3.° milénio, sem que resposta pacífica tivesse sido, até ao momento, encontrada.

As comunidades mesolíticas aparecem assim como grupos especializados, que circulam localmente com um ritmo de evolução muito lento, enquanto outros grupos, talvez formados a partir de elas próprias, colonizam o território, explo-



1 Leceia
2 Ota
3 Pedra do Ouro
4 Zambujal
5 Vila Nova de S. Pedro
6 S. Mamede
7 Columbeira
8 Poço Velho
9 Correio Mor
10 Nossa Senhora da Luz
11 Carvalhal
12 Nascente do Almonda
13 Cova da Moura
14 Pragança
15 Bocas
16 Casa da Moura
17 Galinha
18 Bugalheira
19 Santarém
20 Cartaxo
21 Furninha
22 Gruta das Pulgas
23 Carrasca
24 Furadouro da Rocha Forte
25 Carrascos
26 S. Pedro do Estoril
27 Alapraia
28 Carenque
29 Ermegeira
30 S. Martinho
31 Barro
32 Pai Mogo
33 Folha das Barradas
34 Estria
35 Casainhos
36 Moita do Sebastião
37 Cabeço de Arruda
38 Montelavar

Monumentos e sítios mesolíticos, neolíticos e calcolíticos da Península de Lisboa

- Povoados calcolíticos
- Grutas naturais
- Grutas artificiais
- Cista
- Tholoi
- Dolmens
- Concheiros

rando outro tipo de recursos. Os primeiros acabarão por se extinguir, pelo menos enquanto entidades diferenciadas, os outros ocupariam os amplos e ricos espaços agrícolas do Centro/Sul de Portugal.

Recolectores, pastores de gado e agricultores do 5.° e do 4.° milénios

Sabemos que nos arredores da Figueira da Foz (Junqueira, Várzea do Lírio...), em Peniche (Gruta da Furninha), em Rio Maior (Gruta da Senhora da Luz, Abrigo 1 das Bocas e povoados vizinhos), em Sintra (Castelo dos Mouros), em Lisboa, se detectaram sítios, ou mesmo acampamentos, que têm a ver com a fase mais avançada do Neolítico antigo, o que alguns autores chamam o «Neolítico antigo evoluído». Seria incorrecto chamar-lhe *pós-cardial*, uma vez que a cerâmica cardial continua rara e insuficiente para, por si só, caracterizar a primeira fase da neolitização do nosso território. Mas a existência do que Guilaine designou por «horizonte Furninha» é indiscutível e, se tomarmos em conta toda uma série de indicadores, ele marcaria mesmo o fim dos conjuntos do Neolítico antigo como hoje os conhecemos.

Caracterizar, na Península de Lisboa, este conjunto não parece fácil, se tomarmos em conta a data em que as escavações decorreram e as próprias condições do achado, mas mais uma vez a recolecção parece sobrepor-se às actividades agrícolas, tal como, mais tarde, a pastorícia ao cultivo de gramíneas.

É assim com (muito) mais questões que respostas que se encerraria qualquer balanço sobre esta fase.

Grutas e megálitos: as fases do megalitismo costeiro

Entendendo o megalitismo como um complexo conjunto de prescrições mágico-religiosas relacionadas com a morte, e não apenas, redutoramente, como um tipo de arquitectura funerária, é possível uma aproximação mais flexível às práticas funerárias do 4.° e do 3.° milénios.

Como recentemente escrevi (1993d), o crescimento tentacular da capital, e o desenvolvimento de cidades satélite, acarretou a destruição incontrolada de muitos vestígios do passado. Se exceptuarmos os enterramentos «megalíticos» em grutas, a maior parte dos pequenos monumentos, antas, *tholoi* e outros, foram consideravelmente destruídos. Ainda assim, conhecem-se hoje na Península de Lisboa antas, grutas artificiais, *tholoi* e, naturalmente, grutas naturais com enterramentos «megalíticos».

Entre as *grutas naturais* estão Poço Velho e Porto Covo (Cascais), Cova da Moura (Torres Novas), Lapa da Galinha e Gruta da Marmota (Alcanena), Calatras, Cabeço da Ministra e Cova das Lapas (Alcobaça). Nelas encontramos, com singular frequência, níveis ou deposições que traduzem a utilização funerária dessas cavidades por grupos portadores da mesma cultura material que os pastores agricultores alentejanos, nomeadamente as famosas placas de xisto.

As *grutas artificiais* são um monumento muito bem representado nesta região (Alapraia e S. Pedro do Estoril, Carenque, Ermejeira).

Os *tholoi* têm, na Península de Lisboa, notáveis representantes, particularmente em S. Martinho de Sintra, Monge, Barro, Praia das Maçãs ou Pai Mogo, na Lourinhã.

Basicamente, pode dizer-se que a quase todos os tipos de monumentos do megalitismo alentejano se juntam aqui utilizações específicas de espaços disponíveis, as grutas naturais, e o aproveitamento do calcário brando para a construção de hipogeus. Mas o que parece mais importante nos monumentos da Península de Lisboa é o facto de registarem um ritmo de mudança praticamente único no território que hoje é Portugal.

Área aberta a todas as influências, mediterrânicas e atlânticas, a navegabilidade do Tejo, a acessibilidade da costa, os pontos de aguada, devem ter estimulado eventuais navegadores a arribar a este litoral tão convidativo, e em cujo hinterland abundavam as terras férteis e a caça.

A diversidade dos monumentos megalíticos nas províncias de Lisboa e Setúbal corresponde portanto, a meu ver, *não a uma diversidade sincrónica, mas a uma diversidade diacrónica, traduzindo a densidade do ritmo de mudança.*

Infelizmente, quase todos os monumentos megalíticos de feição tradicional, particularmente as antas, mas também os *tholoi* e as grutas artificiais, e até mesmo grutas naturais de recheio tão importante como a Lapa da Galinha, foram escavadas em momentos muito precoces da investigação arqueológica. Conjuntos de antas tão importantes como os de Belas ou A-da-Beja, ou *tholoi* como o de S. Martinho de Sintra, são apenas referidos sumariamente e de forma incompleta.

Do pouco que pode ser afirmado sobre o megalitismo das penínsulas de Lisboa e Setúbal, prevalece a ideia que, na fase em que no megalitismo alentejano se generaliza o uso da placa de xisto com decoração geométrica, os mesmos ritos funerários se encontram largamente divulgados nesta região.

Esses ritos não envolvem apenas a placa de xisto, mas também o uso do ocre vermelho no enterramento colectivo e a prática concomitante de primeiras e segundas tumulações, com deposição integral dos cadáveres ou exclusivamente de algumas partes do esqueleto.

A construção de grutas artificiais, impossível no Alentejo, onde o granito e o xisto inviabilizam tal tarefa, é um facto comum e exclusivo das áreas calcárias, particularmente dos terrenos terciários em que se encontra o calcário onde elas facilmente podem ser escavadas. A sua inexistência no Alentejo não tem assim necessariamente a ver com diferenças étnicas ou culturais.

É também lícito colocar a questão de os grandes monumentos alentejanos de câmara alta e corredor baixo e longo, tipo Olival da Pega 1, Anta Grande do Zambujeiro, ou Anta Grande do Tapadão, representarem um contraponto ao típico desequilíbrio estrutural que as grutas artificiais apresentam entre as alturas da câmara e do corredor.

Com efeito, quando analisamos a estrutura e a planta das grandes antas de corredor, compreendemos as consideráveis diferenças que elas apresentam em relação às antas de dimensão média ou pequena, com corredores embrionares. Quero assim dizer que a anta de câmara alta e corredor longo poderia representar, no Alentejo, algo de similar, em termos de espaço funerário, ao que as grutas artificiais e os primeiros *tholoi* representaram na Península de Lisboa.

E serão os *tholoi* da Península de Lisboa iguais, ou cronológico-culturalmente idênticos, aos do Alentejo? Este é ponto, entre muitos outros, em que todas as respostas continuam em aberto. No entanto, alguns *tholoi* da Península de Lisboa, concretamente Pai Mogo, apresentam um conteúdo artefactual tão diverso do *tholos* do Escoural ou do da Anta 2 do Olival da Pega (OP2b) que a questão poderia parecer resolvida pela negativa.

A transição do 4.° para o 3.° milénio

São justamente sítios como Parede I ou Leceia I que ajudaram a criar a imagem de populações «indígenas», instaladas em lugares com ou sem defesas naturais, vivendo da caça e da pesca e de uma agricultura incipiente.

Os seus povoados não possuem muralhas e desconhece-se mesmo se uma qualquer delimitação existiria, separando o que seria mais um acampamento que um povoado.

Desconhecemos quase tudo sobre esta gente, a que se associa, por vezes, um tipo de cerâmica inconfundível, porque bem diferenciada morfologicamente e de escassa duração no tempo: a *taça carenada* (GONÇALVES, 1991). Mas a sua presença no Alentejo, de Cabeço do Cubo e Santa Vitória a TESP3 e Sala n.° 1, traduz a vitalidade dos grupos e a sua mobilidade.

Na Estremadura, estão claramente datados de fins do 4.° milénio aos inícios do 3.° e a eles começa-se agora a associar a própria difusão da placa de xisto com decoração geométrica e algumas das manifestações do megalitismo.

É sobre esta população seminómada que se irão processar os principais impactos da chamada Revolução dos Produtos Secundários e é muito provável que ela seja, na Península de Lisboa, a sua primeira vítima.

O certo é que os seus caminhos ligam uma área costeira, sem cobre, às ocorrências metálicas do interior e que talvez o transporte de uma mercadoria apreciada pelos povoados costeiros pudesse fazê-los sobreviver. Mas as terríveis tensões sociais e o estado de guerra que as muralhas e as torres dos povoados fortificados indiciam mostram que a relação entre comunidades tão diferentes não deve ter sido simples.

O 3.° milénio e a evolução das sociedades agrometalúrgicas

Na Península de Lisboa, toda a primeira metade do 3.° milénio é marcada pela implantação de povoados fortificados com técnicas de construção novas e até então nunca vistas no Ocidente peninsular.

Leceia, Vila Nova de S. Pedro e Zambujal são, na Península de Lisboa, expoentes desta nova situação, tal como o Monte Novo dos Albardeiros e o Monte da Tumba o serão no Alentejo ou o Cerro do Castelo de Santa Justa no Alto Algarve Oriental.

Todas as datações de carbono 14 confirmam este facto e as datas de meados do 3.° milénio, ou mesmo já da sua segunda metade, traduzem fases tardias de ocupação, quando não momentos em que as muralhas estão já parcialmente derrubadas ou as fortificações desactivadas.

Os habitantes de estes povoados fortificados, que praticam a metalurgia do cobre, são agricultores intensivos de gramíneas e leguminosas, dominam as técnicas da tecelagem e possuem, num primeiro momento, algumas cerâmicas de excelente qualidade, desconhecidas anteriormente (e em seguida literalmente esquecidas): copos canelados, recipientes com engobes lustrosos e elegantes decorações.

Os deuses agora são outros e artefactos votivos de calcário, carregados de simbolismo, são depositados junto aos mortos,

para os quais se escavam grutas artificiais, primeiro, e *tholoi*, depois.

A presença de algumas poucas placas de xisto gravadas mostram os contactos com os indígenas, mas as próprias placas terão, nos seus motivos geométricos, sinais das novas divindades, particularmente os da Deusa dos Olhos de Sol do Sul Peninsular.

A complexidade das informações que os arqueólogos recolhem impede de, em tão pouco espaço, descrever a peculiaridade de esta situação, particularmente das interacções entre estas populações e as que ocupam todas as áreas de «interior», mas a generalização das cerâmicas campaniformes faz-se já após estes episódios que ocupam a primeira metade do 3.º milénio e o processo seguinte é-nos em grande parte ainda desconhecido.

Na Península de Lisboa, as cerâmicas campaniformes parecem intrusivas e tardias, sucedendo-se às ricas e variadas formas das cerâmicas decoradas com motivos «folha de acácia», mas o grande número de sítios em que foram recolhidas merece um breve e final comentário: se a diversidade dos sítios de habitat é grande, não parecendo existir uma estratégia de povoamento própria, maior ainda é a diversidade dos lugares de enterramento, geralmente monumentos colectivos de fases anteriores, já abandonados, agora reutilizados pelos portadores de cerâmicas campaniformes.

Conclusão?

Resumindo cronologias e acontecimentos, a longa história das sociedades camponesas na Península de Lisboa pode ter começado já no 6.º milénio, quando os grupos mesolíticos recebem estímulos exteriores que lhes trazem componentes da neolitização. Tem fases mal conhecidas durante o 5.º milénio. Durante o 4.º, assistimos ao florescimento das sociedades agropastoris. A transição do 4.º para o 3.º milénio marca o aparecimento das sociedades agrometalúrgicas, que prosperam e se desenvolvem durante toda a primeira metade do 3.º milénio. Finalmente, o colapso dos primeiros metalurgistas e das influências mediterrânicas é assinalado pela generalização das cerâmicas campaniformes, num ambiente aparentemente menos agitado e onde os enterramentos individuais preanunciam as soluções próprias à Idade do Bronze. Longe está já o momento da construção dos grandes sepulcros colectivos megalíticos e a maneira de encarar a morte transcreve as novas formas de estrutura da sociedade.

As sociedades camponesas experimentaram métodos de subsistência, produziram alimentos e desenvolveram linhas cruzadas de pastorícia e agricultura. A metalurgia do cobre inseriu-as em redes regionais ou trans-regionais de comércio e, progressivamente, o esgotamento das soluções provocou a sua extinção e a passagem a novos modelos de utilização do espaço. Uma história antiga.

[1] BP = Before Present (Antes do Presente), considerando-se «Presente» o ano padrão de 1950 da nossa era.

[2] Agradece-se ao Eng.º Monge Soares a calibração das datas, originalmente publicadas apenas em anos de carbono 14 BP.

[3] Datas calibradas a dois sigmas, com um grau de probabilidade de 95 %. A referência integral de estas duas datas é O x A-1033: 6130 ± 90 BP e TO-350: 5810 ± 70 BP.

[4] A referência integral de estas duas datas é O x A-1035: 6330 ± 80 BP e O x A 1034: 6320 ± 80 BP.

As comunidades mesolíticas do Vale do Tejo

José Morais Arnaud

História das investigações

O Mesolítico, assim designado originalmente por se situar entre o Paleolítico e o Neolítico, compreende o período de tempo que decorre entre o final da última glaciação, que ocorreu há cerca de 10 000 anos, e a adopção de um modo de vida agropastoril, que no território português parece ter começado há cerca de 7500 anos, embora só tenha atingido a sua plenitude já no período Calcolítico, há cerca de 5000 anos.

Em Portugal, as mais famosas jazidas atribuídas a esse período são sem dúvida os concheiros de Muge. Originariamente descobertos por Carlos Ribeiro, foram objecto de numerosas escavações realizadas pelo seu descobridor (RIBEIRO, 1880), e por vários outros investigadores da Comissão de Trabalhos Geológicos, nomeadamente Pereira da Costa, que efectuou as primeiras escavações estratigráficas (COSTA, 1892), e Francisco de Paula e Oliveira, a quem se deve a primeira tentativa de estudo global destes concheiros, numa perspectiva paleoetnográfica e paleoecológica (OLIVEIRA, 1892).

Após uma longa interrupção, os concheiros do Vale do Tejo voltaram a ser objecto de novas escavações, realizadas por Mendes Corrêa e outros investigadores do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, as quais incidiram sobretudo no estudo antropológico dos numerosos esqueletos humanos então encontrados (CORRÊA, 1933; PINTO, 1932; ATHAYDE, 1940).

Uma terceira fase das investigações foi realizada nos anos 50 e 60, sob a direcção de Jean Roche, em colaboração com vários investigadores dos Serviços Geológicos de Portugal, dando origem a diversas monografias e estudos dispersos (ROCHE, 1951, 1960, 1972; FEREMBACH, 1974). Mais recentemente, foram publicados alguns estudos sobre o espólio antropológico e os restos faunísticos recolhidos nestes concheiros, os quais, sem alterar substancialmente o quadro dos nossos conhecimentos, trouxeram elementos novos, que permitiram precisar e aprofundar alguns aspectos, sobretudo no que respeita à cronometria e aos hábitos alimentares destas comunidades (LUBELL *et al.*, 1989; LENTACKER, 1986).

Localização

No Vale do Tejo conhecem-se dois núcleos de «concheiros», situados junto das ribeiras de Muge e de Magos, respectivamente. O primeiro destes núcleos incluía cinco «concheiros», situados a pouca distância uns dos outros, em ambas as margens da ribeira de Muge, a escassa distância do seu ponto de confluência com o Tejo, mas actualmente só existem dois, designados respectivamente por Cabeço da Amoreira e Cabeço da Arruda. Os restantes, o da Fonte do Padre Pedro e o da Flor da Beira estavam já muito destruídos quando foram identificados. Quanto ao «concheiro» da Moita do Sebastião foi totalmente destruído nos anos 50, para a construção de instalações agrícolas. Escavações de emergência realizadas por Jean Roche, em colaboração com os Serviços Geológicos de Portugal, permitiram, no entanto, recolher inúmeros utensílios, restos faunísticos, e esqueletos humanos.

O núcleo da ribeira de Magos era constituído por vários «concheiros», que ocupavam uma situação muito semelhante aos de Muge, a maior parte dos quais foram total ou parcialmente destruídos pela acção conjugada das cheias e dos trabalhos agrícolas. Actualmente, subsistem apenas vestígios de três desses «concheiros», dois dos quais, designados por Cova da Onça e Cabeço dos Ossos, se situam muito próximo um do outro, junto à confluência da ribeira de Magos com o Tejo, e um outro, Arneiro do Roquete, cerca de 3,5 km a montante. Destes três «concheiros» só o da Cova da Onça foi parcialmente escavado em 1984 por uma equipa luso-francesa, tendo-se verificado que se encontrava já profundamente remexido pelos trabalhos agrícolas.

Embora não existam elementos suficientes que permitam uma reconstituição pormenorizada do meio ambiente do Vale do Tejo há cerca de 7000 anos, a própria localização dos «concheiros», constituídos por conchas de moluscos característicos de ambientes estuarinos, que actualmente vivem a cerca de 20 km a jusante, indica que a zona de Muge / Magos era ainda abrangida pelas marés, constituindo a parte interior do estuário do Tejo. A escolha deste local parece assim ter resultado do facto de se situar no interface entre dois nichos ecológicos de características distintas e complemen-

tares, permitindo assim a exploração de uma vasta gama de recursos económicos, com especial relevo para a caça, pesca, e apanha de moluscos, actividades que estão abundantemente documentadas, as quais seriam decerto completadas pela colheita de frutos e plantas selvagens, cujos vestígios, mais perecíveis, não se conservaram.

Enquadramento cronológico

As primeiras datações de radiocarbono para os «concheiros» do Vale do Tejo foram obtidas nos anos 50, numa altura em que o método se encontrava ainda em fase experimental, pelo que têm erros-padrão demasiado amplos. A fase inicial de formação destes «concheiros» foi então datada pelo radiocarbono entre cerca de 7500 e 5000 anos, o que corresponde em termos ambientais ao início da fase climática Atlântica e ao máximo da transgressão flandriana, e em termos culturais ao Período Mesolítico, embora a ocupação de alguns «concheiros», como o Cabeço da Arruda, se tenha aparentemente prolongado até há 5500 anos, sendo já em parte contemporânea das primeiras comunidades neolíticas da Estremadura. Mais recentemente, foram obtidas novas datas, pelo método do acelerador, o qual permite datar com maior precisão amostras de muito menor dimensão. Foi assim possível obter as seguintes datações para algumas das centenas de ossadas humanas encontradas em dois dos «concheiros» de Muge:

«Concheiro»	Contexto	Ref. lab.	Data BP
Moita do Sebastião	Ossada 22	TO-131	7240 ± 70
" " "	Ossada 29	TO-133	7200 ± 70
" " "	Ossada 24	TO-132	7180 ± 70
" " "	Ossada 41	TO-134	7160 ± 80
" " "	Ossada CT	TO-135	6810 ± 70
Cabeço da Arruda	Ossada III	TO-360	6990 ± 110
" " "	Ossada A	TO-354	6970 ± 60
" " "	Ossada 42	TO-359	6960 ± 60
" " "	Ossada D	TO-355	6780 ± 80
" " "	Ossada N	TO-356	6360 ± 80

Estruturas habitacionais

Embora tenham sido feitas numerosas escavações nestes «concheiros» nos últimos cem anos, só as escavações em área realizadas na base da Moita do Sebastião entre 1952 e 1954, permitiram detectar algumas estruturas habitacionais.

Trata-se de duas estruturas parcialmente sobrepostas, de tipos distintos: uma de forma trapezoidal, escavada na brecha de base do «concheiro», com cerca de 10x3 m, e a outra, de maior dimensão, constituída por uma série de buracos de poste, dispostos em semicírculo, os quais se sobrepõem em parte à estrutura trapezoidal. A estrutura semicircular tem a abertura orientada para Sul, e tem sido interpretada como um abrigo ou quebra-vento, destinado a proteger os ocupantes do local dos ventos dominantes, que sopram de Norte, o que decerto já aconteceria durante o Período Mesolítico.

A julgar pela dimensão das duas principais estruturas encontradas, o grupo residente devia ser bastante reduzido, entre quinze e vinte e cinco pessoas, o que corresponde a uma unidade familiar alargada, e está de acordo com a dimensão média dos grupos de caçadores-recolectores que ainda subsistem na actualidade.

Cultura material

Misturados com as conchas de moluscos e outros restos de fauna, encontraram-se numerosos utensílios e resíduos de fabrico, os quais permitem verificar um predomínio dos utensílios «microlíticos», ou seja, feitos a partir de lamelas de sílex e quartzo, fracturados de acordo com uma técnica especial (a técnica do «microburil»), e transformadas em pequenas peças de formas diversas, genericamente designadas por micrólitos geométricos, os mais frequentes dos quais são os trapézios, os triângulos e os segmentos de círculo. Estes têm sido sobretudo interpretados como pontas de seta, embora possam também ter sido utilizados para o fabrico de um grande número de utensílios compósitos, de maior ou menor complexidade, e com funções muito diversificadas. De acordo com David Clarke (1976), estes elementos de sílex podiam ter sido montados em suportes de madeira ou osso, para fabricar uma vasta gama de utensílios, destinados à caça, à pesca, ou mesmo à recolha e processamento de alimentos de natureza vegetal.

Embora haja uma certa uniformidade técnica nos artefactos encontrados em todos os «concheiros» de Muge / Magos, alguns deles apresentam características específicas. Assim, enquanto na Moita do Sebastião predominam os micrólitos trapezoidais, o Cabeço da Amoreira distingue-se pela abundância de micrólitos triangulares, finamente retocados. Porém, no Cabeço da Arruda, que parece um pouco posterior aos outros «concheiros» de

Muge, os utensílios de pedra são relativamente pouco abundantes em relação aos de osso, que incluem espátulas feitas de costelas de auroque, furadores e punções feitos de metapódios de veado, e «picos» feitos de hastes de veado. No Cabeço da Arruda encontraram-se também utensílios de maior dimensão, fabricados a partir de seixos rolados de quartzito, genericamente designados por «macrolíticos», os quais também estão representados, ainda que em menores quantidades, nos outros «concheiros» da região.

Encontraram-se também nestes «concheiros» pequenas contas de colar, feitas de pequenos búzios perfurados, e ainda alguns pendentes, de pedra ou osso, os quais reflectem já uma certa preocupação com o adorno pessoal.

Estratégia de subsistência

Os «concheiros» de Muge são formados por massas compactas de conchas de lamejinha, e também, embora em menor quantidade, de berbigão, as quais chegam a ter mais de 60 m de diâmetro, e a atingir 5 m de altura. Misturados com as conchas encontraram-se também ossos de vários mamíferos, sobretudo de veado e javali, os quais constituíam decerto os principais fornecedores de carne, bem como de outras espécies de mamíferos de menor dimensão, como o coelho e a lebre, ou mais corpulentos, mas relativamente raros, como o corço, o cavalo e o auroque, ou ainda de valor alimentar reduzido ou mesmo nulo, como o lobo, a raposa, o lince, a lontra, o texugo e o ouriço, de aves, como o cisne, de peixes, como a dourada e a raia, e de crustáceos, como o caranguejo e a uca.

A apanha de moluscos constitui sem dúvida a actividade económica mais abundantemente documentada. No entanto, se se tiver em consideração o reduzido valor calórico dos moluscos, a importância de outras actividades económicas integráveis numa economia de subsistência, como a caça, a pesca, ou mesmo a recolha de alimentos de natureza vegetal, torna-se mais evidente.

Uma avaliação precisa da contribuição específica de cada um destes tipos de alimentos para a dieta das comunidades mesolíticas a partir dos restos de alimentos que chegaram até nós, é muito difícil devido a uma série de factores, que podem introduzir distorções incontroláveis no registo arqueológico, relacionados com a forma como um determinado grupo dispõe dos resíduos dos diferentes tipos de alimentos consumidos, ou como estes se conservam ou não nos contextos em que são depositados. Mais recentemente surgiram, porém, sofisticados métodos analíticos, como a análise de isótopos estáveis feita a partir de amostras de ossos humanos, os quais permitiram comprovar a existência de um certo equilíbrio entre os alimentos de natureza terrestre e aquática na dieta dos habitantes dos «concheiros» de Muge.

Apesar da diversidade e complementaridade de recursos naturais do interior do antigo estuário do Tejo, amplamente documentada no registo arqueológico, permitir, em princípio, uma permanência no local de pequenas comunidades de caçadores-recolectores ao longo de todo o ciclo anual, tal facto não está ainda plenamente comprovado por indicadores sazonais precisos, e teria decerto deixado vestígios de habitações de carácter menos precário.

Rituais funerários

Em todos estes «concheiros» se encontraram numerosas sepulturas de homens, mulheres e crianças, feitas de acordo com um ritual funerário bem definido. Com efeito, a maior parte dos corpos foram colocados em decúbito dorsal, com as pernas semiflectidas e os braços estendidos ou cruzados sobre o abdómen, polvilhados de ocre vermelho e adornados com contas feitas de pequenos búzios perfurados, colocados ao pescoço, ou em torno dos artelhos. Junto de algumas sepulturas encontraram-se amontoados de conchas de moluscos ainda por abrir, o que parece antecipar uma prática muito comum, sobretudo a partir do Neolítico.

Paleodemografia e paleopatologia

Nos «concheiros» de Muge encontraram-se esqueletos de mais de trezentos indivíduos, o que constitui o mais importante espólio antropológico deste período que se conhece na Europa. No entanto, apesar de numerosos estudos que têm vindo a ser realizados há já mais de um século, por antropólogos portugueses e estrangeiros, ainda se está longe de um conhecimento suficientemente pormenorizado de muitos aspectos da vida e morte destas populações.

Os dados demográficos disponíveis apontam para uma esperança de vida relativamente elevada (cerca de trinta anos à nascença e de vinte e seis anos aos quinze anos de idade). No que respeita à nutrição, observou-se um índice relativamente elevado de cáries dentárias, o que parece corroborar a importância do consumo de alimentos de natureza vegetal. Em termos paleopatológicos, identificaram-se vários casos de artrite, o que poderá estar relacionado com a elevada humidade inerente a um ambiente estuarino. Observaram-

-se ainda alguns casos de lesões traumáticas, quer acidentais, quer provocadas.

Conclusão

Todos estes dados mostram bem que a vida quotidiana das derradeiras comunidades de caçadores-recolectores do Vale do Tejo não era nem tão rude e precária como a imaginavam os pré-historiadores do século passado, nem tão paradisíaca como se pode ser tentado a pensar.

Parece, assim, poder-se concluir que estas comunidades se conseguiram adaptar com bastante sucesso a um meio ambiente rico em recursos naturais muito diversificados, e bem distribuídos ao longo do ciclo anual, particularmente propício à adopção de uma economia de espectro alargado, permitindo mesmo um certo grau de sedentarização, o que poderá explicar a sua manutenção ao longo de dois milénios, sem grandes alterações, e a data relativamente tardia do processo de neolitização do Vale do Tejo.

O Castelo de Vila Nova de S. Pedro

Um típico povoado calcolítico fortificado do 3.º milénio

Victor S. Gonçalves

Localização e «história» do sítio

O Castelo de Vila Nova de S. Pedro, sem dúvida um dos sítios míticos do 3.º milénio, está localizado junto à pequena povoação de Torre Penalva, no distrito de Santarém, concelho de Azambuja (ainda que o acesso se faça pelo Cartaxo, sede de um outro concelho).

A fortificação foi cuidadosamente implantada, sensivelmente a meio de um longo esporão que aponta para a Ribeira de Almoster, mas cuja área central domina, numa grande extensão, todos os vales no seu enfiamento para ocidente, até à Serra dos Candeeiros. Fica a menos de meia hora de marcha do Paúl das Salgadas, limite da navegabilidade em barcos de fundo chato a partir do Tejo.

Objecto de várias dezenas de campanhas de escavação, dirigidas por Afonso do Paço e Eugénio Jalhay, o sítio tornou-se mundialmente famoso após a publicação de um primeiro estudo de síntese (JALHAY e PAÇO, 1945). Tal fama justifica-se certamente pelas suas proporções monumentais, por incluir espessas muralhas e numerosas torres maciças, muitas das quais ainda hoje bem conservadas, e pelos abundantes artefactos, em cuja listagem se contavam excelentes exemplos da primitiva metalurgia do cobre.

Se exceptuarmos Los Millares, no Sudeste espanhol, nenhum outro sítio desta época surgiu à partida com estruturas e espólio tão significativos e impressionantes.

Vila Nova de S. Pedro foi sondada pela primeira vez por Hipólito Cabaço (1936) e depois escavada ao longo de diversas Campanhas por Afonso do Paço e Eugénio Jalhay (a partir de 1937). Numa das últimas, em 1955, o arqueólogo galês H. Savory dirigiu um corte sob a primeira linha de muralhas, na área também designada por «fortificação interior» (SAVORY, 1983-1984). Outras duas Campanhas, dirigidas por Victor S. Gonçalves em 1985-1986, incidiram sobre a segunda e a terceira linha de muralhas, estando os seus resultados em via de publicação.

A nível das estruturas identificadas, o povoado compreendia:

1. uma área habitacional central, protegida por muralhas espessas, incluindo torres maciças. Este conjunto foi diversas vezes reconstruído;

2. uma segunda linha de muralhas, onde se detectou uma pequena torre maciça com reconstrução posterior e uma possível grande torre oca;

3. uma terceira linha de muralhas, aparentemente sem torres e com um aparelho diferenciado;

4. entre a segunda e a terceira linha de muralhas, as escavações que aí dirigi evidenciaram dispositivos defensivos complementares, nomeadamente muros de compartimentação de espaço.

Dentro do perímetro da primeira fortificação, identificaram-se várias cabanas sobrepostas, um depósito de mineral de cobre, silos, uma provável cisterna, um forno de cerâmica e construções diversas.

Apesar de várias iniciativas desenvolvidas nesse sentido, nunca se encontrou a necrópole correspondente a este populoso sítio. Talvez se trate de um conjunto de grutas artificiais escavadas no calcário ou de *tholoi*, o que explicaria os insucessos registados na procura da sua localização. Com efeito, é praticamente impossível, a não ser por acaso, localizar um conjunto, mesmo extenso, de grutas artificiais e a localização dos *tholoi* tem sido feita quase sempre por acidente. As primeiras, escavadas em calcários brandos, com ou sem abertura de topo tipo «coelheira», foram recobertas pelos solos de formação subsequente. Hoje, nada as assinala especificamente, por mais atento e treinado que seja o prospector. Os *tholoi*, quando as falsas cúpulas abateram e as terras recobriram o conjunto, raramente se identificam com facilidade.

O ritual de fundação

Uma das mais significativas descobertas das antigas escavações (Campanha de 1939) foi a identificação de um *ritual de fundação*, o único até agora documentado em povoados calcolíticos (tanto no Zambujal como no Monte da Tumba ou em Santa Justa nada de este tipo foi reconhecido).

Um bovídeo e outros animais de menor porte foram depositados no fundo de uma fossa especialmente escavada para o efeito. Um fogo ritual deve ter sido aceso imediatamente antes do entulhamento deste local, onde algumas cerâmicas atípicas foram também colocadas. Acima, separada por uma camada protectora, foi depositada uma grande taça cerâ-

mica, calçada com pedras de apoio lateral e contendo restos de porco (ou javali) e de veado. Um pequeno muro envolveu o conjunto, coberto e protegido por pedras pequenas. Nas suas imediações, e sob a mesma argamassa de entulho, outro bovídeo, de grandes dimensões, foi também depositado.

Os arqueólogos não possuem, infelizmente, dados que lhes permitam afirmar que se tratava efectivamente da fundação do povoado fortificado, podendo este rito referir-se a uma primeira ocupação do lugar, anterior à construção de muralhas (sequência verificada, por exemplo, em Leceia). Mas a primeira hipótese parece ser a mais provável.

A fortificação e o povoamento

O que resta de VNSP (e sobreviveu às antigas escavações) não permite recuperar a planta integral do dispositivo defensivo, apesar de se reconhecerem troços mais ou menos extensos da segunda e da terceira linha de muralhas e de a primeira, a «fortificação interior», se encontrar relativamente bem conservada.

Os meus trabalhos em VNSP permitiram-me avançar uma hipótese baseada nas observações de terreno, a de a terceira linha de muralhas ser justamente a mais antiga, sendo em seguida efectuada a construção da primeira e da segunda, e finalmente erguidos os muros oblíquos de fecho entre a terceira e a segunda linhas.

Esta situação subentende uma retracção demográfica e a natureza dos materiais arqueológicos, associada às sequências de construção/reconstrução do dispositivo defensivo, poderia sugerir que a ocupação do sítio se desenvolveu a partir dos inícios do 3.º milénio, decaindo rapidamente talvez a partir de 2500 a.C.

De qualquer forma, as reconstruções e reforço de torres e muralhas evidenciam a vida acidentada do povoado, certamente testemunha de combates violentos.

A sequência artefactual

O extensíssimo conjunto artefactual recolhido em VNSP está longe de estar integralmente estudado, e muito menos sistematizado e «arrumado» em conjuntos coerentes. Inicialmente, os artefactos foram considerados como pertencendo a um único período ou «cultura». Mas o aparecimento de artefactos e cerâmicas atribuíveis ao Campaniforme, e mesmo à Idade do Bronze, tornava evidente que era necessário estabelecer *a posteriori* uma sequência estratigráfica que os primeiros escavadores não tinham reconhecido no terreno. Tal foi, de algum modo, conseguido, na prática, com a escavação de Savory, mas também, e numa escala mais diversificada, com o estabelecimento de três fases teóricas para a ocupação do sítio, VNSP I a III.

Parece-me apesar de tudo claro que um primeiro núcleo de habitantes teria sido constituído pelos portadores e fabricantes de um lote de artefactos incluindo os «copos» e taças caneladas, os ídolos de calcário, as figurinhas antropomorfas, mas cuja metalurgia desconhecemos.

A uma segunda fase poderia associar-se o apogeu da metalurgia do cobre, a escassa presença de cerâmicas de fabrico indígena (nomeadamente as decoradas com motivos «folha de acácia»), a generalização de cerâmicas utilitárias lisas. A terceira fase parece-me mais um episódio (terminal), já com o sítio fortificado desactivado, e refere-se aos utilizadores das cerâmicas campaniformes.

Também episódica parece ser a ocupação do Bronze Antigo detectada através de alguns artefactos metálicos, de tipologia inconfundível, já numa Vila Nova de S. Pedro irreconhecível.

As mais recentes escavações, que poderiam ter esclarecido a sequência diacrónica total, tiveram, porém, lugar em áreas com uma problemática muito complexa (SAVORY) ou com sequências locais de ocupação curtas (V. S. GONÇALVES), pelo que toda a «arrumação» diacrónica «teórica» é, no mínimo, pouco fiável e, no máximo, susceptível de reservas tão extensas que a tornam quase inutilizável. Não é fácil escavar povoados como este, atingido por extensas e profundas reconstruções, com a destruição quase total das sequências anteriores, mas Vila Nova de S. Pedro também teve a pouca sorte, como outros sítios, aliás, de ter sido escavada demasiado cedo.

Os artefactos recolhidos em Vila Nova de S. Pedro incluíam centenas de machados e enxós, martelos e muitos fragmentos indeterminados de artefactos de pedra polida, indicando intensa actividade de abate de árvores e transformação de madeira. Os milhares de pontas de seta não teriam apenas servido para a caça, mas para a constituição de reservas para defesa, autênticos arsenais.

Para além de fragmentos de milhares de vasos cerâmicos, tanto de formas abertas como fechadas, há que contar muitas centenas de pesos de tear, quase todos paralelepipédicos espessos, muitos decorados, alguns com motivos solares, cervídeos, bovídeos ou ainda com signos geométricos.

Algumas dezenas de «ídolos de cornos», alguns decorados com os símbolos da Deusa, cerâmica com decoração simbó-

lica, figurinhas antropomórficas de argila, ídolos cilindro, lisos e oculados, diversos artefactos de calcário, restos de placas de xisto, têm a ver com uma ideologia «importada» e com a indígena.

A nível da metalurgia, registaram-se muitas escórias de fundição, cadinhos, alguns com quatro pés, pingos, moldes de cerâmica ou pedra, dezenas de artefactos, particularmente machados, furadores, escopros...

A estrutura social e o significado económico de VNSP

Um sítio como VNSP levanta questões de muito diversa índole e as que dizem respeito à estrutura da sociedade são, por certo, as de mais difícil resposta, ao lado das que se referem às próprias razões para a localização e construção *naquele* sítio de um povoado com *aquelas* características.

Três dados são particularmente importantes para uma breve aproximação a esta realidade:

1. as muralhas e a sua construção «planeada», traduzindo elevadas preocupações quanto à segurança de pessoas e bens;

2. a economia agrícola, típica da Revolução dos Produtos Secundários;

3. a metalurgia do cobre (inexistente na região e, portanto, obtido por comércio).

A complexidade do dispositivo defensivo, ainda que menor que a detectada no Zambujal, indicia claramente que os construtores previam confrontos violentos com as populações locais. Para erguer essas muralhas, seria necessário, à partida, um grupo que, não sendo obrigatoriamente muito numeroso, estivesse forçosamente bem organizado. As muralhas de VNSP implicam assim o conceito de «chefatura», tão difícil de precisar em outros contextos (o das sociedades de construtores de megálitos, por exemplo). A dimensão apesar de tudo reduzida de VNSP ou Zambujal não justifica porém que se evoquem sociedades proto-estatais, ou mesmo essas outras, também calcolíticas, onde o próprio conceito de estado pode ter emergido, caso de Los Millares.

O elevado número de componentes de moinhos manuais e a presença maciça de instrumentos de pedra polida ligados à deflorestação e ao subsequente trabalho da madeira, bem como as sementes recolhidas, evidenciam as características fortemente agrícolas da economia dos habitantes de VNSP. Mas a metalurgia do cobre, feita localmente, só foi possível pela busca ou troca da matéria-prima com grupos de metalurgistas de outras regiões, nomeadamente do Alentejo.

A questão, ainda por responder, é simples: se de trocas comerciais se tratava (e outra explicação não parece possível) que produtos seriam usados para trocar com o minério semi-tratado?

O facto de não o sabermos não parece alterar o que atrás se disse.

Símbolos, religião e magia

Contrariamente ao que seria de esperar, não são excessivamente abundantes os testemunhos da presença do sagrado em VNSP.

Alguns restos de placas de xisto com decoração geométrica referem-se ao que poderíamos chamar os «grupos indígenas», mas as figurinhas de barro, os artefactos de calcário, nomeadamente os betilos, têm a ver com o fundo mediterrânico.

As controversas figuras designadas «ídolos de cornos» têm uma particularidade interessante: algumas delas têm gravados os símbolos da Grande Deusa Mãe calcolítica (tal como acontece com exemplares recentemente recolhidos cerca de Badajoz). Símbolos femininos, cervídeos e outras representações, algumas inidentificáveis, surgem também nos pesos de tear com quatro furos de suspensão.

Os traços da simbólica calcolítica estão assim bem presentes neste sítio e, mesmo em número reduzido, ultrapassam largamente o que se conhece para o Zambujal, Monte da Tumba, Monte Novo dos Albardeiros ou Santa Justa.

Nota sobre a fauna e a flora

A flora «domesticada» poderá ser parcialmente reconstituída pelas sementes de linho, trigo, cevada e fava...

A fauna, por restos de bovídeos, cervídeos, ovicaprídeos, suídeos...

Todos os elementos, aliás, da Segunda Revolução Neolítica ou *Revolução dos Produtos Secundários*.

A Península de Lisboa entre o Norte atlântico e o Oriente mediterrânico

nos inícios do I.º milénio a.C.

Ana Margarida Arruda

O estuário do Tejo: encontro de culturas

No todo que constitui o actual território português, a Península de Lisboa destacou-se, na primeira metade do 1.º milénio a.C., como uma região que assumiu um importante papel no que respeita às actividades comerciais.

Numa época em que se desenvolveram, por via marítima, redes de comércio a longa distância envolvendo a Europa Atlântica e o Mar Mediterrâneo, e também a região centro-europeia, a área do estuário do Tejo transformou-se, neste contexto, num importante pólo destes comércios.

As excelentes condições portuárias e a privilegiada situação geográfica desta região, localizada no litoral entre a Europa atlântica e a orla mediterrânica, foram certamente responsáveis pelo lugar que ocupou como área de charneira entre dois mundos culturais distintos, o Atlântico e o Mediterrânico. Também a presença do Tejo que, com excelentes condições de navegabilidade, pode considerar-se como uma «estrada aquática», cujo estuário constitui a entrada natural da Península Ibérica, supriu a ausência de recursos metalíferos desta região, tendo proporcionado o acesso às Beiras, ricas em ouro e estanho, e ao Sul, rico em cobre.

Na Península de Lisboa convergiram ideias e produtos das duas correntes comerciais fundamentais do 1.º milénio a.C., bem como os inevitáveis estímulos culturais. Os habitantes desta região encontravam-se também em posição privilegiada para controlar uma importante via natural de penetração num interior rico em metais, compreendendo-se assim facilmente que daqui se difundissem para o interior essas mesmas ideias e produtos.

A Península de Lisboa na rota do comércio europeu (o Bronze Final, séculos X-IX a.C.)

A Península de Lisboa apresenta durante o final da Idade do Bronze um apreciável conjunto de artefactos (utensílios, armas e objectos de adorno), de bronze e ouro, com origem ou denotando influência mediterrânica, atlântica e centro-europeia. Esta diversidade de filiações culturais deve relacionar-se com a integração desta região em rotas marítimas bastante frequentadas e suficientemente diversificadas, envolvendo sobretudo artefactos metálicos, ou os seus modelos.

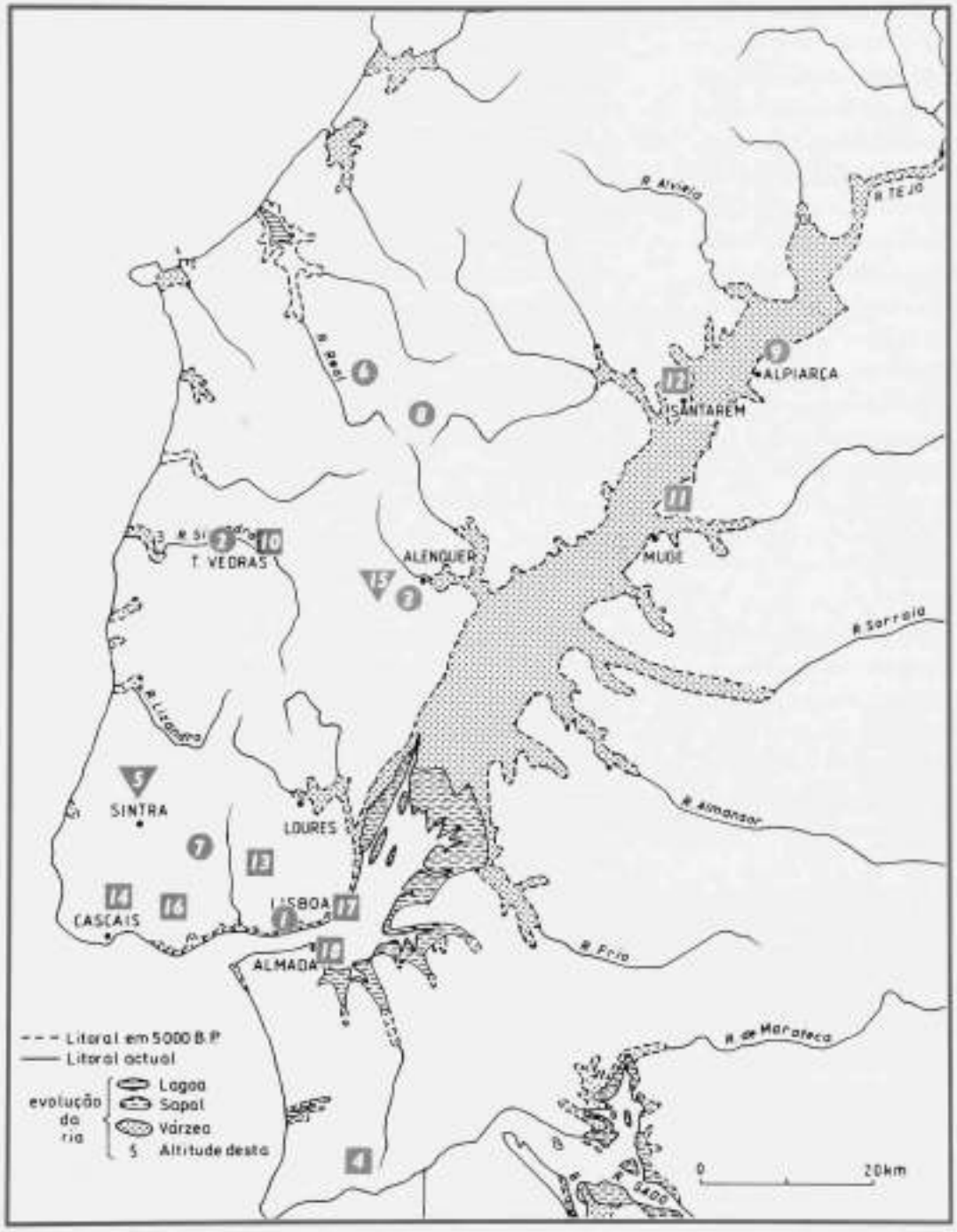
Desta convergência de culturas resultou a utilização de objectos supra-regionais, peninsulares ou extrapeninsulares, mas também a criação de uma série de artefactos caracteristicamente locais que dariam origem ao conceito criado por Coffyn (1985) de «bronze lusitânico».

Os machados de talão (com ou sem aselha lateral) e de alvado, as foices «tipo Rocanes» e os punhais «tipo Porto de Mós» são as adaptações fabricadas pelos fundidores locais inspirados em modelos conhecidos no litoral atlântico, na Sardenha e no Centro da Europa.

Uma espada tipo «língua de carpa» apareceu recentemente em Cacilhas, proveniente de recolha subaquática. De tipologia relativamente antiga, possui elementos que a aproximam das espadas pistiliformes. Distancia-se da de «tipo Vénat» encontrada no depósito dos Fiéis de Deus (Bombarral). No entanto, ambas as armas (ou os seus protótipos) são originários de centros de produção localizados no Oeste de França.

A ourivesaria, por seu lado, mostra uma clara inspiração centro-europeia. É o caso do torques de ouro maciço com decoração geométrica incisa encontrado em Sintra. Esta peça está, no entanto, decorada com dois pares de sinos ou taças que parecem adaptações indígenas de apêndices de colares presentes na ourivesaria atlântica (Bretanha e Irlanda). O seu aro é triplo, o que aproxima o torques de Sintra de exemplares da Europa do Norte (Dinamarca e Norte da Alemanha).

De origem mediterrânica são os objectos encontrados no monumento funerário da Roça do Casal do Meio – Sesimbra (SPINDLER *et al.*, 1973). A fíbula, de arco enrolado, inspira-se em modelos cipriotas. Mas fíbulas semelhantes à da Roça do Casal do Meio encontraram-se na Sicília, no SW da França e também na Meseta espanhola, pelo que uma entrada em Portugal pelo interior não é hipótese de afastar (FERNANDEZ CASTRO, 1988). Uma rota atlântico-mediterrânica-continental pode aliás perceber-se também nos restantes elementos de bronze encontrados naquele monumento funerário, como as pinças e o fecho de cinturão, as primeiras com evidentes paralelos no depósito de Vénat (Charente, SE



1 Tapada da Ajuda
2 Bonabal
3 Moinho do Raposo
6 Fiéis de Deus
7 Casal de Rocanes
8 Pragança
9 Alpiarça
5 Casal de Santo Amaro
15 Serra das Ripas
4 Roça do Casal do Meio
10 S. João
11 Porto Sabugueiro
12 Alcáçova de Santarém
13 Moinho da Atalaia
14 Freiria
16 Outorela
17 Lisboa
18 Quinta do Almaraz

Localização na Península de Lisboa
dos sítios com materiais de origem / influência:

- *Norte Atlântica*
- *Centro-Europeia*
- *Mediterrânica*

da França), tendo o segundo o seu protótipo na Itália setentrional (*ibidem*, 261).

Tudo leva, pois, a crer que todos estes objectos, mesmo os mais «mediterrânicos» estão integrados no chamado «mercado atlântico», que implicou o estabelecimento de contactos de índole comercial entre as ilhas Britânicas (sobretudo a Irlanda), a Bretanha francesa, o centro da Europa e o Mediterrâneo Central e Oriental. Este comércio de longa distância, cujos principais protagonistas permanecem ainda numa certa obscuridade, permitiu que um amplo leque de objectos circulasse por uma extensa região, que coincide, grosso modo, com a actual Europa Central e Ocidental.

O que importa destacar de todo este movimento comercial é o progressivo esbatimento de grandes assimetrias culturais entre as diversas culturas arqueológicas europeias, não sendo descabido falar-se da criação do primeiro «Mercado Comum» europeu de Bronzes, como propôs R. Étienne (COFFYN, 1985).

Um dos aspectos mais interessantes do Bronze Final no actual território português está também bem representado na região em análise. Trata-se dos depósitos de objectos de bronze (espadas, punhais, machados, foices, argolas...), como por exemplo o de Fiéis de Deus (Bombarral), que podem corresponder tanto a esconderijos (ou armazéns de fundidores) como a tesouros. O facto de alguns aparecerem como verdadeiros amontoados de sucata para refundição dá validade à primeira hipótese.

É claro que não podemos deixar de referir aqui a mítica «cultura dos campos de urnas» da região de Alpiarça (CORREA, 1936), a que Schüle (1969) chamou de «cultura do Tejo» e na qual muitos viram influências hallstátticas. Esta «cultura» também denominada «cultura de Alpiarça» (KALB e HÖCK, 1982, 1988; MARQUES e ANDRADE, 1974) está ainda mal definida arqueologicamente, uma vez que a maioria dos materiais recolhidos nos sítios do Alto do Castelo, Tanchoal, Meijão, Cabeço da Bruxinha e Cabeço da Bruxa são provenientes de achados fortuitos provocados por trabalhos agrícolas (MARQUES e ANDRADE, 1974)[1].

Durante o Bronze Final, a rede de povoamento da Península de Lisboa não difere do que se conhece em todo o actual território português. Assim, pequenos povoados abertos ombreiam com *habitats* de grandes dimensões, implantados em altos cabeços e rodeados de fortes aparelhos defensivos. Os primeiros, onde podemos incluir por exemplo a Tapada da Ajuda, Casal de Rocanes, Alto dos Cabeços estariam integrados na órbita político-militar e económica dos segundos (Outeiro de S. Mamede, Cabeço do Jardo, Columbeira, Pragança...).

Para além do comércio, as actividades económicas destas populações dividem-se entre uma intensa prática agrícola, a pesca, a pastorícia, a caça e a tecelagem.

Tudo indica estarmos em presença de uma sociedade fortemente hierarquizada. As redes de comércio estabelecidas só podiam ter-se constituído no caso de existirem élites, centralizadas em povoados dominantes, que asseguravam o controlo do comércio e dos recursos mineiros.

O comércio fenício (séculos VIII-VI a.C.)

A área do estuário do Tejo apresenta, na fase inicial da Idade do Ferro, uma notável concentração de povoados que denotam clara influência fenícia. É verdade que também no Sado, Mira, Guadiana e Mondego encontramos um povoamento deste tipo, mas o número de sítios da Península de Lisboa mostra que o dinamismo desta região, no que se refere ao comércio com navegadores e comerciantes provenientes do Mediterrâneo Oriental, foi inigualável.

Importa desde já assinalar que a presença em território português de abundantes vestígios arqueológicos que informam sobre a presença de comerciantes orientais mostra que o raio de influência dos fenícios não se limitou, mesmo desde o início da fundação da sua colónia Gadir (actual cidade de Cádis), à região tartéssica.

As teses tradicionais tendiam a explicar a existência destes povoados portugueses como pontos de apoio à navegação nas viagens de fenícios às Cassitérides. De facto, a procura do estanho, metal praticamente inexistente no Mediterrâneo Oriental, está bem documentada nos textos clássicos. Tanto Avieno como Estrabão referem as viagens de tartéssicos e fenícios ao Atlântico justamente com esse fim[2].

No entanto, este povoamento orientalizante, nas áreas litorais do território actualmente português, tem necessariamente outras leituras.

É desde já importante que se saliente a concentração no estuário e baixo vale do Tejo dos povoados onde é nítida a existência de um comércio fenício.

A Quinta do Almaraz (Almada), Pedrada (Cacilhas) e área urbana de Cacilhas na margem esquerda, área urbana de Lisboa, Moinho da Atalaia (Amadora), Outorela (Oeiras) e Santarém, na margem direita do Tejo, são sítios que demonstram um contacto permanente com o Mediterrâneo Oriental

(directo ou, com maior probabilidade, através dos assentamentos fenícios da área do Estreito de Gibraltar)[3].

Esta concentração numa região onde não existem recursos metalíferos assinaláveis (à excepção de algum ouro de aluvião), não deverá estranhar-se, sobretudo se tivermos em conta que já no Bronze Final (séculos X-IX a.C.) esta era uma área com intensa ocupação e assinalável desenvolvimento económico (KALB, 1980). Como já referimos, esta região revelou nesse momento uma enorme concentração de objectos de bronze e ouro, com várias proveniências e/ou influências, nomeadamente atlânticos, centro-europeus e mediterrânicos, podendo ter assegurado a sua distribuição para as regiões interiores.

O controlo da excelente via de comunicação fluvial que o Tejo representa justificou, na Idade do Ferro (como anteriormente na época do Bronze) o estabelecimento de povoados com características eminentemente comerciais.

A concentração destes povoados no estuário e curso inferior do Tejo deve pois interpretar-se pelas excelentes possibilidades que este rio oferece como via de comunicação para o interior, rico em matérias-primas, tão procuradas pelos comerciantes orientais.

Como já disse noutro lugar (ARRUDA, 1993), também no que se refere aos povoados da costa algarvia e alentejana parece claro que a sua localização, na foz de rios navegáveis (Guadiana, Mira e Sado), se deve explicar pelo acesso às regiões interiores, nomeadamente à faixa piritosa alentejana.

Os povoados orientalizantes portugueses, tanto pela sua implantação topográfica como pela sua localização geográfica, seriam assim mais que simples pontos de apoio a uma navegação de cabotagem dirigida para as Cassitérides (Bretanha francesa e ilhas Britânicas), representando importantes locais de comércio.

O comércio estabelecido entre as populações que habitavam os povoados da Idade do Ferro do estuário do Tejo e os comerciantes fenícios pode assim, talvez, explicar-se pela possibilidade de acesso através do rio às regiões estanhíferas do interior e mesmo até à própria Estremadura espanhola. Além disso, não deveremos esquecer que, tal como nos transmitiram os autores clássicos (nomeadamente Plínio-o-Velho), o ouro era relativamente abundante nas areias do Tejo[4]. A riqueza em ouro da bacia hidrográfica do Tejo pode juntar-se ao conjunto de razões já expostas para explicar a localização dos povoados comerciais nesta região, uma vez que o comércio de metais foi a razão principal da expansão comercial fenícia para Ocidente.

Os dados actualmente disponíveis sobre estes povoados permitem-nos pensar que o comércio esteve na origem da sua fundação. Este comércio, cujos agentes externos foram quase seguramente os fenícios instalados em Gadir e nas restantes colónias da costa de Málaga e Granada, implicou certamente o estabelecimento de uma teia de complexas relações de interdependência entre as populações indígenas do litoral português e aquelas que no interior se dedicavam à exploração mineira.

Parece importante insistir no carácter indígena destes povoados. As apreciáveis quantidades de materiais de tradição local, nomeadamente as cerâmicas fabricadas manualmente, são provas irrefutáveis do indigenismo dos agentes comerciais da região.

A exploração mineira e a comercialização da prata, do ouro, do estanho e do cobre está efectivamente na mão de sociedades indígenas. Estas estariam suficientemente organizadas do ponto de vista social para conceberem a instalação de povoados em determinadas áreas geográficas (junto à costa e nos estuários de grandes rios) onde podiam, por um lado, armazenar as matérias-primas recebidas do interior (através das vias fluviais) e comerciá-las com os comerciantes orientais e, por outro, receber, para depois distribuir no interior, os produtos importados.

De facto, a chegada de objectos exógenos ao território português não é uma novidade da Idade do Ferro. Já vimos que durante o Bronze Final produtos de origem atlântica, continental e mediterrânica, penetraram em quase todo o território português, através do processo comercial.

Assim, é natural que se suponha que as populações indígenas não tenham sido surpreendidas por uma nova realidade quando os fenícios iniciam as suas viagens ao Atlântico, buscando também eles os metais que outros tinham procurado antes. Logicamente, não foi assim necessário o estabelecimento de outras formas de organização social, seguindo as populações autóctones o seu caminho na progressiva hierarquização que já se esboçava na fase final da Idade do Bronze.

A «experiência» adquirida no Bronze Final, com o comércio a longa distância então estabelecido, permitiu que as «rotas» inter-regionais se mantivessem praticamente as mesmas e sempre na mão das populações indígenas.

Se é relativamente pacífico quais foram os produtos portugueses exportados, via *Gadir*, para o Oriente mediterrânico, o mesmo não se pode dizer das contrapartidas comerciais oferecidas pelos navegadores orientais, em troca dos metais

do território português. No entanto, alguns elementos permitem-nos supor que o grosso das importações era constituído por produtos manufacturados (cerâmicas e objectos de adorno) e alimentares (vinho).

Outros produtos orientais podem ter igualmente sido trazidos por estes comerciantes. Sabe-se que os tecidos foram abundantemente produzidos na Fenícia e não é improvável que tenham sido exportados para o Ocidente peninsular. Os dados sobre estas exportações são todavia inexistentes, pela perecibilidade do produto.

Os perfumes ou óleos perfumados contam-se entre os materiais que, podendo também ter sido alvo de exportação, raramente são detectáveis pelo processo arqueológico. No entanto, um pequeno jarro de engobe vermelho encontrado em Santarém sugere o seu transporte.

Para além dos objectos que devem atribuir-se ao comércio fenício, foram também encontradas na Península de Lisboa duas peças que se relacionam com o mundo tartéssico orientalizante, ou seja objectos fabricados em oficinas indígenas que seguem modelos tipicamente orientais.

Na necrópole de S. João, em Torres Vedras, foi encontrada uma *oinokhoe* (jarro de forma geral piriforme, com corpo globular e boca trilobulada, com uma asa que adere ao corpo com uma palmeta), de bronze, associada às duas asas de uma pátera (prato de grande diâmetro e que a tradição chamou «braseiro») também de bronze (TRINDADE e FERREIRA, 1965). Estas peças, muito semelhantes a outras encontradas em Espanha, na área tartéssica, estão bem documentadas em Chipre e na costa da Palestina, tendo pois que relacionar-se a sua presença na Península Ibérica com o estabelecimento dos fenícios na região[5].

A associação das duas peças numa sepultura localizada na fachada ocidental atlântica deve ser valorizada. Ambos os recipientes, que fazem parte dos serviços rituais da área tartéssica, parecem ter desempenhado importante papel num ritual funerário onde a prática da libação é uma constante. O aparecimento em Torres Vedras, em contexto funerário, das duas peças associadas permite-nos pensar que os contactos existentes entre o mundo tartéssico orientalizante e algumas regiões do território português foi além das meras trocas comerciais e da importação de produtos manufacturados, tendo-se também consubstanciado na assimilação de rituais funerários de tipo oriental.

Não são muitos os dados que possuímos sobre o tipo de urbanismo que os sítios apresentavam. Sabemos que alguns deles estavam rodeados de espessas muralhas, apesar das suas condições naturais de defesa. Na Quinta do Almaraz, as muralhas são contemporâneas das primeiras ocupações da Idade do Ferro. Sobre os outros sítios não temos informações sobre este aspecto, devido sobretudo às condições específicas do processo arqueológico (Lisboa e Santarém, sítios extensamente urbanizados, não permitem escavações em extensão), o que não invalida que estivessem igualmente defendidos por estruturas defensivas.

Quanto ao tipo de habitações e sua distribuição espacial relativa dentro do povoado, sabemos que, na sua maioria, se detectaram compartimentos de planta rectangular, construídos com pedras ligadas por argila.

Estes sítios, de características eminentemente comerciais, praticavam a agricultura e a pesca, não descurando também, sobretudo no baixo vale do Tejo, o pastoreio. Todas estas actividades encontravam, nas áreas onde se localizaram estes povoados, excelentes condições para a sua prática.

Não é impossível que parte da população destes sítios se dedicasse, pelo menos sazonalmente, à lavagem das areias do vale do Tejo, de forma a recolher o ouro que nelas se encontrava com tanta abundância[6].

Tudo leva a crer estarmos perante uma sociedade fortemente hierarquizada, com uma consequente hierarquia no povoamento, já patente no Bronze Final, e que se complexifica ao longo de toda a Idade do Ferro.

Os grandes povoados, instalados em colinas elevadas, com condições naturais de defesa e dominando visualmente vastos territórios, como Santarém, Lisboa ou Almaraz correspondiam certamente a unidades político-administrativas na dependência das quais se encontravam os pequenos povoados, de cumeada e abertos, como Outorela ou Moinho da Atalaia.

Naturalmente que o processo comercial, inter-regional e a longa distância, que claramente se intensifica nesta época, deve, pois, ser devidamente valorizado. A procura, cada vez maior, dos metais, correspondeu, naturalmente, a uma exploração mais intensiva destes, com a adopção de novas tecnologias, talvez importadas. Igualmente, o comércio que se estabelece entre as regiões metalíferas do interior e os povoados litorais aumenta, na razão directa desta procura.

Para concluir, deve dizer-se que o fundamental não parece circunscrever-se às inovações tecnológicas introduzidas no território actualmente português pelos povos orientais, nomeadamente a utilização do torno na fabricação da cerâmica e a técnica da redução do ferro.

O que efectivamente importa destacar é a chegada de navegadores e comerciantes fenícios à foz do Tejo contribuir de forma decisiva para a paulatina complexificação social da sociedade indígena e para a criação de assimetrias regionais.

A acumulação de riquezas que o comércio proporcionou permitiu a ascensão social de um determinado grupo (neste caso os comerciantes) que, naturalmente, passou a deter o controle político-administrativo da região.

A Península de Lisboa adquiriu, por seu turno, um desenvolvimento e importância sem paralelo em qualquer outra região do nosso território.

[1] Apesar dos recentes esforços que os arqueólogos alemães aí têm vindo a desenvolver (KALB e HÖCK, 1982, 1988), continua a ser difícil enquadrar devidamente a «Cultura dos Campos de Urnas» de Alpiarça do ponto de vista cultural e cronológico.

A influência continental que sempre se pretendeu atribuir aos materiais encontrados em Alpiarça torna-se difícil de sustentar, sobretudo com base em espólios cuja cronologia não está ainda suficientemente esclarecida. Restam ainda demasiadas dúvidas, não se sabendo se se trata efectivamente de «Campos de urnas», o que parece muito duvidoso se tivermos em conta o significado deste conceito na Europa Central e na Catalunha. O período a que estes materiais se reportam não está ainda também suficientemente comprovado, não se descortinando se pertencem ao Bronze Final ou à Idade do Ferro. No entanto, tanto a tipologia dos vasos cerâmicos, como os braceletes e punhais recolhidos parecem indicar que se trata de sítios do Bronze Final, não se vislumbrando quais as razões porque se continua a insistir que no Alto do Castelo houve ocupação da Idade do Ferro» (*ibidem*).

[2] «Entre os Tartéssicos havia o costume de negociar nos confins das Estrímnidas. Também os colonos cartagineses, e o povo que habitava junto às colunas de Hércules, frequentavam estes mares...» (AVIENO, versos 114-116).

[3] Na Alcáçova de Santarém, por exemplo, em níveis datados do início do século VIII a.C. (ARRUDA, 1993) as cerâmicas de engobe vermelho, as cerâmicas pintadas em bandas policromas, as cerâmicas cinzentas finas polidas e as ânforas, são em tudo semelhantes às das fundações fenícias do Estreito de Gibraltar, mas também se aproximam, formal e tecnologicamente, de materiais recolhidos nas fases mais antigas de Cartago e dos da antiga Fenícia, nomeadamente nos «Horizontes» Tiro III-II, datados do século VIII e VII a.C. (BIKAI, 1978) e nos estratos C e D de Sarepta (séculos IX a VII), sítio localizado na costa libanesa a 30 km a Sul de Tiro (ANDERSON, 1988).

[4] «O Tejo é famoso pelas suas areias auríferas» (PLÍNIO-O-VELHO, 4, 115).

[5] Os exemplares portugueses, à semelhança dos espanhóis devem ter sido, no entanto, fabricados em oficinas indígenas orientalizantes (muito provavelmente em Cástulo), com base nos modelos orientais (RUIZ DELGADO, 1990).

[6] Esta actividade deduz-se facilmente pela referência de Estrabão: «O ouro não se extrai unicamente nas minas, mas também por lavagem. Os rios e as correntes arrastam areias auríferas. [...]. Nos rios o ouro extrai-se lavando-se as areias ali mesmo...» (ESTRABÃO, III, 2, 8).

Lisboa romana e visigótica

Jorge de Alarcão

Décimo Júnio Bruto, governador da Hispânia Ulterior, ocupou Olisipo em 138 a.C. A cidade devia ser já então um aglomerado urbano importante e um porto activo, ao qual só Alcácer do Sal levaria vantagem na fachada atlântica peninsular.

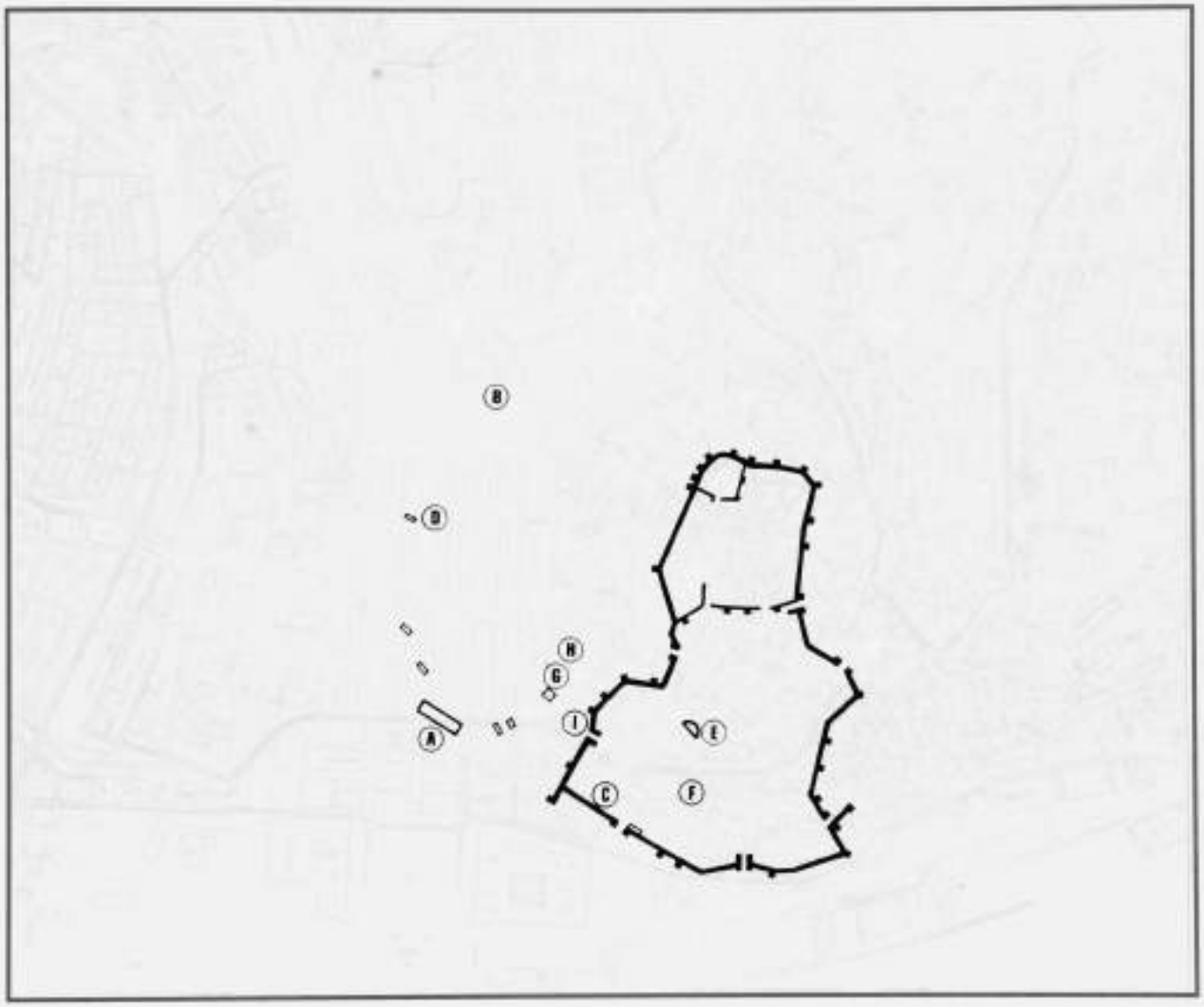
Segundo Estrabão (III, 3, 1), Décimo Júnio Bruto fortificou a cidade. Tê-la-á circuitado de muralhas, ou simplesmente construído algures (não necessariamente na área do Castelo de S. Jorge) um forte para alojamento de guarnição permanente? Talvez essa guarnição, embora depois reduzida, se tenha mantido durante o Império. Mas o único indício que nos permite suspeitar dela é uma inscrição dedicada a *Mercurius Chortalis*, encontrada na área do Castelo (LAMBRINO, 1952: 171). Seria esta divindade adorada por uma coorte estabelecida na cidade?

Segundo informação de Plínio (IV, 117), aliás confirmada por inscrições, Olisipo recebeu o cognome de *Felicitas Iulia* e foi *municipium civium Romanorum*, categoria jurídico-administrativa tão prestigiada quanto a de colónia. A data da concessão do cognome e da categoria municipal é difícil de precisar. Dado que aos cidadãos de Olisipo foi atribuída a tribo Galéria, a concessão foi feita por Júlio César ou por Octaviano antes de 27 a.C. César atribuiu a tribo Sérgia às colónias que fundou na Península Ibérica, como é o caso de Scallabis (Santarém); mas pode ter incluído na Galéria os municípios, conforme sugeriu Carmen Castillo (1988: 236).

Temos notícia de um soldado de Olisipo, L. Lávio Tusco, inscrito na tribo Emília (ILER, 6317); este legionário pertencia certamente a uma família que recebeu a cidadania a título pessoal, antes da municipalização da cidade. A renovação urbanística de Olisipo, com a construção de um *forum*, teatro, anfiteatro, termas, aqueduto e muralhas data possivelmente da época de Augusto.

A ideia de uma muralha augustana não tem qualquer confirmação arqueológica ou epigráfica; é mera hipótese, assente no facto de ser norma, naquela época, a construção de muralhas, mais por razões de prestígio que de defesa. Vieira da Silva propôs um traçado (SILVA, 1944) que só através de escavações se poderá vir algum dia a confirmar ou corrigir. Admitindo, pelo menos nas suas linhas gerais, o traçado proposto, podemos todavia perguntar-nos se ele corresponde à hipotética muralha augustana ou àquela outra que provavelmente foi construída nos finais do século III ou nos primeiros anos do século IV d.C., data em que as cidades da parte ocidental do Império se refortificaram.

A localização do *forum* de Olisipo é incerta. Não cremos que ele possa ter ficado na área da Igreja de Santa Cruz do Castelo nem no Largo da Sé (MOITA e LEITE, 1986: 63). O criptopórtico que Irisalva Moita situa na área da catedral (MOITA e LEITE, 1986: 64) não passa, aparentemente, de uma larga cloaca. Também duvidamos da proposta de Cardim Ribeiro, que situa o *forum* na Rua da Prata, sobre o criptopórtico que aí se encontra (RIBEIRO, 1983: 3), criptopórtico que dataria da época tiberiana. Olisipo teve possivelmente um *forum* augustano e a localização que se nos afigura mais provável é a do Largo da Madalena, onde no século XVIII se descobriram vestígios de um templo de ordem iónica, de fábrica grande e majestosa, como informa o Padre D. Tomás Caetano de Bem. Duas inscrições a Cíbele e outra a Mercúrio, recolhidas na área, sugerem que o *forum* integrava templos a estas divindades; nenhuma das inscrições, porém, corresponde a lintel ou arquitrave, motivo por que não podemos ter a certeza quanto à consagração do templo ou dos templos do *forum*. O achado, em Mértola, de uma estátua monumental de Tyche-Cíbele, datável da época de Augusto, deixa suspeitar que o templo principal do *forum* mirtilense era consagrado a esta divindade de origem oriental. Terá a deusa Cíbele tido também um templo no *forum* de Olisipo? E terá este templo sido edificado aquando da construção do *forum* ou representará um acrescento posterior? A difusão do culto de Cíbele na Península Ibérica parece ser um fenómeno do século II d.C. (ORTIZ AYALA, 1988: 442); mas a referida estátua de Mértola é um testemunho da maior antiguidade do culto, testemunho ao qual talvez se possa acrescentar uma inscrição de Talaíde (Cascais), em que infelizmente se invoca uma *dea* que se não nomeia expressamente (ENCARNAÇÃO, 1983).



Distribuição dos vestígios romanos em Lisboa

- Ⓐ *Monumento da rua da Prata*
- Ⓑ *Necrópole da Praça da Figueira*
- Ⓒ *Fonte*
- Ⓓ *Fonte*
- Ⓔ *Teatro*
- Ⓕ *Basílica*
- Ⓖ *Termas dos Cássios*
- Ⓗ *Lápide em honra do imperador Augusto*
- Ⓘ *Arco do Triunfo*
- *Fábricas de salga de peixe*

Numa cidade tão importante, capital de *civitas*, houve seguramente um anfiteatro, sobre cuja localização não temos, porém, qualquer pista. Em contrapartida, conhecemos o teatro, cujas ruínas se situam na Rua de S. Mamede, ao Caldas (HAUSCHILD, 1990).

A descoberta do edifício deu-se em 1798, ao abrirem-se os alicerces para um prédio. Foram então as ruínas desenhadas pelo arquitecto italiano Francisco Xavier Fabri, cujas gravuras foram publicadas em 1815 por Luís António de Azevedo na sua obra *Dissertação crítico-filológica-histórica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas, e attendiveis circunstancias da erecção do tablado e orquestra do antigo theatro romano.* As ruínas do teatro voltaram a ser entulhadas. Em 1966-1967 fizeram-se escavações sistemáticas, recentemente retomadas.

O teatro tinha pelo menos 58 m de diâmetro. O *pulpitum* articulava-se numa série de treze *exedrae* ou nichos, cinco deles ocupados por uma inscrição, em mármore cinzento, recordando a oferta da *orchestra* e do *proscaenium* por Caio Heio Primo, flâmine augustal, no tempo de Nero. A inscrição refere-se todavia a uma reconstrução ou alindamento do teatro e não à sua construção, que deve datar da época de Augusto.

A *cavea* assentava na encosta e os seus degraus foram talhados no calcário natural. O muro da *scaenae frons* utilizava a ordem iónica.

Na Rua das Pedras Negras ficavam situadas umas termas, construídas em data desconhecida, graças ao evergetismo de uma das principais famílias da cidade, a dos Cássios, e reconstruídas em 336 d.C., por mandado de Numério Albano, governador da província da Lusitânia (*CIL*, II, 191). Realizam-se neste momento escavações na área, que talvez venham a permitir pormenorizar uma planta muito sumária delineada no século XVIII pelo Padre D. Tomás Caetano de Bem (SILVA, 1944: 49).

Na Rua da Prata ficavam possivelmente outras termas. O que ainda se conserva delas é uma rede de galerias abobadadas, hoje inundadas por uma nascente de águas que até tempos modernos foram utilizadas como salutíferas. As galerias correspondem obviamente a um criptopórtico que sustentava um edifício público. Seria este o *forum*, como sugeriu Cardim Ribeiro? Ou um edifício termal? Não pomos em causa a interpretação tradicional que situa aqui umas termas. A partir de uma inscrição encontrada no local e consagrada a Esculápio por dois sacerdotes augustais, M. Afrânio Euporião e L. Fábio Dafno (*CIL*, III, 175), é costume designá-las por termas dos Augustais.

Para abastecer Olisipo de água, tornava-se necessário construir um aqueduto. A tomada de águas fazia-se numa barragem que se situa na estrada nacional n.º 250, que conduz de Caneças a Belas ou Queluz (ALMEIDA, 1969). Aqui se pode ver ainda hoje um paredão contrafortado de 8 m de altura e 7 de largura no coroamento. A albufeira podia armazenar, aproximadamente, 125 000 m^3. Da barragem saía um aqueduto com mais de 10 km de extensão, cujo percurso é ainda hoje reconstituível. A datação do século III d.C., para a barragem não assenta em argumentos sólidos: a obra é possivelmente bem mais antiga.

Olisipo terá tido, segundo Irisalva Moita (MOITA e LEITE, 1986: 64), um arco triunfal no largo fronteiro à Igreja de Santo António, arco que teria sido integrado numa porta da muralha árabe da cidade, a Porta de Ferro. A descrição que o escritor árabe Almunine Al-Himiari faz da porta não corresponde a um arco triunfal; mas é possível que a Porta de Ferro tenha incorporado alguma construção monumental romana.

A cidade estendia-se do Castelo à Rua dos Bacalhoeiros e da Rua Augusta ao Chafariz d'El Rei. Fora desta área ficavam as necrópoles. Uma, na actual Praça da Figueira, foi descoberta em 1961, aquando dos trabalhos para a instalação do metropolitano. Outra, ficava na área do Campo de Santa Clara, na encosta sobranceira à Estação de Santa Apolónia. No troço da muralha medieval que no século XVIII ainda subsistia perto do Largo de Santo António, e que foi demolido entre 1758 e 1763, encontraram-se diversas inscrições funerárias, o que permite conjecturar a existência de uma terceira necrópole no lado meridional da cidade. As sepulturas encontradas na Calçada do Garcia correspondem, talvez, a uma necrópole de *villa* suburbana.

Olisipo era governada por dois *duúnviros* e dois *edis*. São numerosas as inscrições encontradas na cidade ou no seu território, que mencionam alguns dos cidadãos que exerceram esses cargos (duúnviros, *CIL*, II, 186, 187, 194, 4992=5221 e 4993; edis, *CIL*, II, 192, 193, 194, 225, 261 e 262).

Problema de difícil resolução é o de saber se a sede do *conventus*, primeiramente localizada em Scallabis, foi a certa altura transferida para Olisipo, cidade seguramente maior e mais activa. O que nos sugere a importância administrativa de Olisipo é a visita de governadores da Lusitânia. Um deles, Estácio (?) Quadrado, veio a Olisipo na década de 140 ou 150 d.C., e deixou memória da sua passagem na inscrição *CIL*, II, 189. Por volta de 185 d.C., um outro governa-

dor, Sexto Tigídio (ou Nigídio) Perene veio certamente a Olisipo, pois consagrou uma ara (*CIL*, II, 258) no santuário do Sol e da Lua que existia no Alto da Vigia, na Praia das Maçãs, freguesia de Colares, concelho de Sintra (RIBEIRO, 1982-1983: 166 e 426, nota 9). A inscrição *CIL*, II, 259, documenta a passagem de um outro governador, D. Júnio Celiano, pelo mesmo santuário, entre 200 e 209 d.C. Numério Albano, que mandou reconstruir as termas dos Cássios em 336 d.C., poderá ter também passado pela cidade. Um *procurator Provinciae Lusitaniae*, alto magistrado encarregado da administração financeira, de nome C. Júlio Celso, deve ter passado também por Olisipo, pois figura numa inscrição de S. Miguel de Odrinhas.

São numerosas as inscrições que permitem reconstituir os cultos de Olisipo. O culto imperial foi introduzido no reinado de Tibério (ETIENNE, 1958: 234). Conhece-se um total de catorze inscrições que nomeiam diversos sacerdotes do culto imperial: augustais, flâmines e flaminias. Foram adorados, do panteão clássico, Apolo, Concórdia, Diana, Esculápio, Júpiter e Mercúrio. Isto não significa, porém, que a cada uma destas divindades tenha sido erguido um templo: Apolo e Diana, por exemplo, podem ter sido venerados num mesmo edifício. A deusa Cibele foi também objecto de culto e possivelmente teve, como vimos, um templo no *forum*. Nunca, na área urbana, se recolheu qualquer ara a divindades indígenas, se bem que estas estejam representadas no território da *civitas*.

O território de Olisipo estendia-se, a norte, até ao paralelo de Torres Vedras. Aí ainda se encontram inscrições funerárias de cidadãos inscritos na tribo Galéria, que era, como vimos, a de Olisipo. Tejo acima, o território iria até Alenquer. Também aqui se regista a mesma tribo (*CIL*, II, 275). Nas imediações de Alenquer ficava um aglomerado urbano secundário, a *Ierabriga* do *Itinerário de Antonino*, que possivelmente se situava no limite entre as *civitates* de Olisipo e Scallabis. É difícil determinar se, a nascente, a fronteira da *civitas* corria pelo Tejo ou integrava terras da margem esquerda do rio. A sul, porém, abrangia parte da península de Setúbal, que compartia com a *civitas* de Salácia (Alcácer do Sal).

Um tão vasto território havia de incluir *vici*, isto é, aglomerados urbanos secundários. Já nos referimos a *Ierabriga*. Em Torres Vedras existiria talvez outro *vicus*. A importância dos achados de Faião (Sintra) permite suspeitar de outro aglomerado, que poderia ser, como Cardim Ribeiro (1982-1983, p. 161) sugeriu, a *Chretina* de Ptolomeu. A inscrição *CIL*, II, 5007, encontrada em Sacavém, regista talvez dois *magistri*, nome que poderia dar-se aos magistrados eleitos de um *vicus*; mas Curchin (1985: 333) duvida desta hipótese e propõe uma nova leitura para a inscrição. Finalmente, na margem esquerda do Tejo, outro *vicus* seria o de *Equabona*, citada também pelo *Itinerário de Antonino* e correspondente talvez a Coina (Barreiro). Não esgotámos, certamente, com esta lista, os aglomerados urbanos secundários do território olisiponense; na falta, porém, de dados literários ou epigráficos, só achados arqueológicos poderão vir a completar, algum dia, o quadro dos *vici* dependentes de Olisipo.

Uma rede de vias percorria o território. A mais importante era a que se dirigia a Bracara Augusta, passando por Sacavém, onde Francisco de Holanda ainda viu restos de uma ponte romana, e por *Ierabriga*. A esta via pertencem dois miliários, de Probo e Magnêncio, encontrados respectivamente na Casa dos Bicos e em Chelas.

Outras estradas foram recentemente identificadas por Vasco Mantas. Uma delas dirigia-se por Loures a Dois Portos e Torres Vedras. Dois traçados secundários, exactamente partidos de Loures e Dois Portos, ligavam esta via à estrada de Olisipo a Bracara Augusta. De Olisipo para a Amadora saía uma via que depois aparentemente se dividia em dois ramos, um para a serra de Sintra e outro para as imediações de Mafra. Este último ramo constituiria uma ligação alternativa entre Olisipo e Torres Vedras. Finalmente, ainda na margem direita do Tejo, haveria uma estrada na direcção de Cascais, estrada cujo percurso se não pode, porém, reconstituir, devido à urbanização e profunda transformação da zona.

A travessia do Tejo fazia-se entre Lisboa e Cacilhas. Daqui, a estrada ia a Coina e rumava depois a *Caetobriga* (Setúbal).

O território da *civitas* era dotado de solos férteis. Não admira, pois, que a ocupação tenha sido intensiva. Conhecem-se, hoje, na área da *civitas*, mais de cento e cinquenta estações arqueológicas do período romano. Uma prospecção intensiva, sobretudo nas áreas que a carta mostra menos povoadas, como os concelhos de Mafra e de Loures, revelaria muitas mais. E quantas não terão sido destruídas pela urbanização, sem que delas tenha ficado qualquer notícia?

As explorações agrárias podem classificar-se em *villae* e casais. Se estes eram modestas explorações unifamiliares, talvez raramente excedendo os dois ou três hectares, as *villae* eram propriedades maiores, de gente abastada, com uma

pars urbana que servia de residência aos proprietários, uma *pars rustica* para alojamento dos criados e uma *pars fructuaria* que compreendia o celeiro, os lagares, os estábulos, os telheiros para guardar alfaias e carros, eventualmente uma oficina para conserto de apeiros. Da *villa* mais rica ao mais modesto casal, as propriedades rústicas formavam um *continuum* de variadas dimensões.

São poucas as *villae* identificadas e menos ainda aquelas que foram objecto de intervenções arqueológicas. Logo na área suburbana ficariam as *villae* de Chelas e de Poço de Cortes, hoje incluídas na área urbana de Lisboa. Em Chelas acharam-se diversas inscrições funerárias e um sarcófago do século III d.C., com representação das musas, importado de Roma, o que prova a riqueza da família proprietária. No Poço de Cortes, ao abrir-se a Avenida do Aeroporto, descobriu-se uma cripta possivelmente funerária, no interior da qual também se recolheu uma ara consagrada por Apónia Nicópolis a um génio inominado, talvez tutelar da *villa* (RIBEIRO, 1985-1986).

Conhecemos três outras *villae* no concelho de Cascais: a dos Casais Velhos, a da Freiria e a do Alto do Cidreira. Na primeira escavaram-se umas pequenas termas privadas e tanques para a preparação de conservas de peixe ou para tinturaria. No Alto do Cidreira identificou-se outra *villa* com mosaicos e termas. Na *villa* da Freiria, cuja escavação está em curso, os trabalhos têm-se concentrado na *pars fructuaria*, onde se identificaram um celeiro e um lagar de azeite. Propriedade, em determinado momento, de um Tito Curiácio Rufino, que se presume oriundo de Itália, esta *villa* tem uma larga diacronia: se a fundação ainda no século I a.C., é sugerida pelo achado de cerâmica campaniense, a sua permanência no século VI está atestada pela presença de *sigillata* clara de tipo africano (CARDOSO e ENCARNAÇÃO, 1991).

A cerca de 700 m do lugar de Odrinhas (Sintra), a capela de S. Miguel sobrepõe-se parcialmente a uma *villa* cuja planta não pôde ser recuperada devido à grande destruição que o edifício da capela e um cemitério medieval provocaram. Conservou-se bem o que pode ter sido o *triclinium* da *villa*, com uma curiosa planta absidiada que lembra a de uma casa de Djemilla (Argélia). Anotando esta semelhança, não pretendemos explicá-la pela presença de arquitecto romano de África, se bem que a importância de Olisipo pudesse ter atraído artistas de variadas proveniências.

Um mosaico na Rua das Alcáçimas, em Oeiras, é indício de outra *villa* de alguma riqueza (ROTEIRO, 1986: 14). Outros mosaicos em Eira Pedrinha, Vila Verde, Santo André (Almoçageme), todos no concelho de Sintra, são outros tantos vestígios de *villae*.

As *villae* do território olisiponense, muito mais numerosas do que esta breve resenha pode sugerir, exploravam um solo fértil que produziria cereais, vinho e azeite. A cidade, de população numerosa, consumiria parte da produção, mas talvez crescesse ainda o bastante para fomentar o comércio. Deste, mais que da indústria, terá derivado a riqueza da cidade. Houve nela, porém, uma indústria que não pode menosprezar-se: a de preparação de *garum* (molho de peixe) e de conservas. Dela vão surgindo alguns vestígios arqueológicos. Na Casa dos Bicos e na Rua Augusta foram reconhecidas cetárias, isto é, tanques para o fabrico de conservas. As da Rua Augusta ficavam num esteiro do Tejo que penetrava pela actual Baixa lisboeta e se estendia até ao Rossio. Na outra margem do rio, em Cacilhas, foram também postas a descoberto algumas cetárias (GOMES e ANTUNES, 1986: 74).

O elevado número de libertos e de indivíduos com nomes gregos, que se podem identificar através das lápides funerárias, é sintoma da presença de comerciantes activos. A identificação tradicional de quatro armadores olisiponenses não resiste, porém, à crítica moderna. Um deles seria L. Júlio Melão, que do seu bolso pagou as despesas de um fontanário de Armés (Sintra). A palavra *Caudic.* que se lê na inscrição tem sido interpretada desde Hübner como abreviatura de *caudicarius*, isto é, armador. Cardim Ribeiro (1982-1983) demonstrou, porém, que a palavra faz ainda parte do nome do evergeta, que deve ler-se, completo, L. Júlio Melão Cáudico. Por outro lado, os nomes de M. Afrânio Euporião, Fábio Galático e C. Júlio Firmão, que se encontram em ânforas do Testaccio (Roma), têm sido também identificados como armadores olisiponenses. Só o de C. Júlio Firmão poderá corresponder, porém, a um negociante de Olisipo, não podendo os outros ser atribuídos a esta cidade (MANTAS, 1990: 170).

O comércio de Olisipo talvez se fizesse preferencialmente com o porto bético de Gades (Cádis). A inscrição honorífica ao questor da Bética, L. Cecílio Célere Recto, datável dos inícios do século II d.C., e encontrada em Lisboa (*CIL*, II, 190), pode ser um testemunho de gratidão pela protecção concedida naquela província aos comerciantes olisiponenses.

A abundante epigrafia de Olisipo e do seu território permite identificar algumas das mais importantes famílias do município.

Uma delas era a dos Cássios. Não temos notícia de que tenha ocupado cargos administrativos ou funções religiosas, embora isso seja provável. Mas, como vimos, havia na cidade umas «termas dos Cássios», certamente edificadas com dinheiros generosamente oferecidos pela família. A origem dos Cássios olisiponenses é duvidosa. Tratar-se-á de uma família oriunda de Itália, onde os *Cassii* estão atestados desde o século V a.C.? Ou de família indígena a quem Quinto Cássio Longino, governador da Hispânia Ulterior no tempo de César, tenha integrado na sua clientela? Um ramo desta família vivia em Tocina (Sevilha), envolvido no comércio de azeite (LOYZANCE, 1988). Um outro tinha propriedade em Odrinhas.

Outras famílias importantes foram a Antónia, a Cáncia, a Cecília, a Élia, a Júlia, a Márcia e a Rutília. É difícil determinar-lhes a origem: tratar-se-á de imigrantes itálicos ou de famílias indígenas que adoptaram famosos gentilícios romanos? São talvez itálicas a Élia, a Cáncia, a Márcia e a Rutília (MANTAS, 1990: 167). A família Cecília pode ter recebido o seu nome de Q. Cecílio Metelo Pio, procônsul da Ulterior em 79-72 a.C., em cuja clientela teria entrado: a frequência do *praenomen* Quinto nesta família é um argumento a favor desta origem (RIBEIRO, 1982-1983: 362). Os Júlios, dada a sua abundância, não podem integrar-se todos na mesma família. O nome terá sido adoptado por várias famílias indígenas, entre elas a de L. Júlio Melão Cáudico, que foi flâmine e ofereceu, como vimos, um fontanário em Armês.

As origens da diocese de Olisipo têm sido matéria de muitas especulações (MOREIRA, 1969). O primeiro bispo seguro é Potâmio, de quem conhecemos alguns escritos; governou a diocese pelo menos desde 355-356 e talvez desde 343. Os quatro bispos que D. Rodrigo da Cunha menciona como seus antecessores não resistem à moderna crítica histórica.

Mas é aceitável a tradição do martírio, em Olisipo, de Veríssimo, Máxima e Júlia no tempo de Diocleciano. O Cristianismo teria por conseguinte seguidores em Olisipo nos primeiros anos do século IV d.C. Aos três mártires olisiponenses teria sido consagrado um templo em Santos-o-Velho, templo que, segundo o cruzado Osberno, os Muçulmanos teriam destruído. O achado, em Santos-o-Velho, de um ábaco visigótico pode tomar-se como argumento da existência, aí, de um templo do século VI ou VII d.C. (ALMEIDA, 1966-1967: 228-229).

Por volta de 355, Potâmio converteu-se ao Arianismo; mas a sua heresia não terá durado muito, pois há indícios de que regressou à ortodoxia, talvez por ocasião do Concílio de Rimini em 359. A data exacta da sua morte é desconhecida, mas talvez se deva situar por volta de 360.

O segundo bispo conhecido de Olisipo é Paulo, que participou, em 589, no terceiro concílio de Toledo. Três epitáfios de Alenquer, Cheleiros (Mafra) e Chelas, datados, respectivamente, de 532, 537 e 571 (MOREIRA, 1969: 215) mostram que o Cristianismo se tinha generalizado, no século VI, a todo o território da *civitas* olisiponense.

Da história da Lisboa suévica não temos mais informação que aquela que nos fornece Idácio, bispo de Chaves, na sua *Crónica*: que o rei suévico Remismundo tomou Olisipo em 469, graças à traição de Lusídio, que então governava a cidade; e ainda que este mesmo Lusídio foi depois enviado por Remismundo em embaixada ao imperador de Roma, que era Antémio.

A ausência da diocese de Olisipo na lista de divisões eclesiásticas do reino suévico, datada de 569, parece demonstrar que a cidade estava já nessa altura sob domínio dos Visigodos.

A época visigótica parece ter sido de grande prosperidade para Olisipo e durante ela devem ter-se erigido diversos edifícios religiosos, atestados por pedras lavradas ao estilo da época (ALMEIDA, 1962: 229-232). Se, em Santos-o-Velho, houve um templo consagrado aos mártires Veríssimo, Máxima e Júlia, a catedral olisiponense ficava talvez no lugar da Sé. Num dos contrafortes desta igreja encontra-se uma pedra que poderá ter servido de cancela no coro da igreja visigótica. Trata-se de um baixo-relevo que representa três arcadas assentes em colunas torsas; na arcada central figuram dois pavões e nas duas laterais dois quadrúpedes de difícil identificação. A pedra, de excelente factura, talvez se inspire em tecidos bizantinos posteriores ao século VI. A mesma inspiração encontra-se numa pilastra e num lintel ou friso procedente de Chelas, com grifos e leões. Talvez estas peças procedam de outro templo.

A tomada de Lisboa pelos Muçulmanos, em 714, marcou o termo de uma época, mas não trouxe decadência nem o fim daquela *felicitas* com que os romanos apelidaram a cidade de Olisipo.

O teatro romano de Lisboa

Theodor Hauschild

A descoberta dos restos do teatro romano de Lisboa data de 1798, aquando da remoção dos escombros de casas desmoronadas (em consequência do terramoto de 1755), na encosta do castelo, acima da Sé. Deve-se a uma circunstância feliz o facto do erudito Luiz António de Azevedo se ter dedicado aos novos achados, assim como o arquitecto régio Francisco Xavier Fabri ter elaborado plantas detalhadas dos vestígios arqueológicos, trabalhos esses que viriam a ser publicados em 1815[1].

São, pois, de grande importância para o conhecimento do estado das ruínas no século XVIII, os desenhos (alçados e plantas) de Fabri (tanto os publicados como um original guardado no Museu da Cidade, v. peça n.º 229), sendo este último de uma representação das ruínas durante as escavações efectuadas na época.

O desenho de Fabri, dado a conhecer por Azevedo, mostra a planta da *orchestra* de forma bastante esquemática: cinco linhas semicirculares que devem ser compreendidas como degraus dentro dela, uma vez que faltam as escadas (os degraus são designados por assentos). Com maior clareza é representado o muro do *proscaenium* composto por treze nichos (*exedrae*) dos quais o do meio se abre em semicírculo para a *orchestra*. Seguem-se ao lado, em arranjo simétrico, nichos rectangulares, novamente um de forma semicircular e outros rectangulares, iguais aos anteriores. Com os dois nichos rectangulares, mais estreitos, que se seguem, obtém-se toda a largura da *orchestra*. Fabri indicou ainda mais um nicho rectangular de cada lado, apresentando o da esquerda quatro linhas, ou seja, os degraus de ascenção ao *pulpitum*, e, finalmente, nos topos, um último nicho, mais largo, encontrando-se já na parte da entrada (*o aditus maximus*), sendo limitado por um pesado bloco de muro, provavelmente o contraforte do arco da entrada.

Sobressai a representação de duas esculturas de Silenos, dispostas assimetricamente, nos acessos à *orchestra*. Estas peças foram recolhidas na época, sendo hoje uma propriedade particular e a outra pertença do Museu Nacional de Arqueologia (v. peça n.º 234). Trata-se de figuras de Silenos adormecidos, cujo ombro esquerdo se apoia num odre. A abertura do obre poderá ter sido a saida de um tubo, através do qual eram introduzidos líquidos, provavelmente perfumados.

Por cima da planta, Fabri desenhou, em alçado, os nichos do *proscaenium*. Verifica-se que eles se encontram sobre um basamento continuo da fundação de pouca altura, e apresentam perfis de vários elementos na base e no acabamento superior. Uma inscrição percorria o interior dos nichos e, embora já na época faltassem elementos, foi possível transcrevê-la; trata-se de uma inscrição votiva, datada do ano 57, do augustal Caius Heius Primus, referente à decoração do *proscaenium* e da *orchestra*: *NERONI. CLAUDIO.DIVI.CLAUDI.F.GER.....AVG..GERMANICO PONT.MAX.TRIB.POT.III IMP.III.COS.II DESIGNATO III PROSCAENIUM ET ORCHESTRAM CUM ORNAMENTIS. AUGUSTALIS PERPETUUS C. HEIUS PRIMUS...*[2].

Aparece ainda, desenhado, um bloco com uma outra inscrição que se refere a Heius Primus e à consagração dos seus libertos, desconhecendo-se hoje o seu paradeiro[3].

Por cima do *proscaenium* estão representados vários elementos de arquitectura (capitéis jónicos, bases, fustes ou fragmentos de fustes de coluna, com caneluras e silhares de diferentes tamanhos). Tornou-se evidente que Fabri se esforçou por documentar os elementos do teatro que eram importantes para o seu tempo. Tanto a *scenae frons*, como o *hyposcaenium* não devem ter sido tocados pelas escavações pois não são referidos.

Na segunda metade do século XVIII foram erguidas novas construções sobre o teatro, que, entretanto, caiu em esquecimento. Só em 1964 Fernando de Almeida iniciou novas investigações numa casa existente por cima das ruínas do monumento[4] que foi adquirida pela CML, e de imediato demolida com vista a uma intervenção arqueológica planeada. Esta teve início em 1966, sob a direcção de Irisalva Moita, vindo a ser interrompida logo em 1967, visto não ter sido possível a aquisição de mais imóveis para a total escavação do teatro[5].

As novas escavações foram mais fundas do que as do século XVIII e concentraram-se numa área maior. Lamentavelmente, verificou-se que o *proscaenium*, o elemento mais inte-

ressante e importante das investigações de outrora, devido ao material nele empregado (mármore) e à inscrição votiva, tinha sido inteiramente retirado e os blocos reutilizados como material de construção em outros edifícios. Foi, no entanto, possível recolher grande número de silhares com restos de inscrição, podendo-se hoje, com o auxílio dos registos antigos, ter uma ideia do aspecto do *proscaenium* (v. peça n.º 233).

Na *orchestra* foram postos a descoberto restos de um pavimento composto por placas de mármore de várias cores que formam um desenho geométrico. Em muitos pontos conservaram-se na camada de argamassa as impressões das juntas entre as placas, o que permite a sua reconstituição. Os degraus são tenuamente visíveis no *opus caementicium*. Faltam também os degraus-assentos da *cavea*. Num determinado ponto na rocha existem dois degraus, mas toda a zona foi muito afectada pelas construções que se lhe sobrepuseram.

Os trabalhos da área do *pulpitum* foram especialmente bem sucedidos, pois tocaram estratos não mexidos no século XVIII. Conservou-se aqui toda a subestrutura, o *hyposcaenium*, com uma série de pequenos pilares de apoio para traves de madeira. O pavimento deste *hyposcaenium* consiste num *opus signinum* compacto, no qual se abrem pequenos poços rectangulares, junto ao *proscaenium*, que serviam para o encaixe da construção em madeira do pano de boca da cena; e numa concavidade circular à qual se dirige um estreito canal, que desempenha, provavelmente, uma função técnica, servindo de bacia para recolher água (águas da chuva vindas da *orchestra* através de uma caleira, ou que escorriam das tábuas do *pulpitum*. Podemos supor ainda que aqui se utilizava água para certos momentos da representação teatral ou então para a limpeza).

Novidade foi ainda o achado de um espesso muro, construído com silharia calcária, que se prolonga para leste, devendo ser interpretado como fiada inferior da parede que acompanha o *aditus maximus* e servia de suporte à abóbada. Esta construção é constituída por várias fiadas de grandes blocos que se tocam rentes nas juntas, biseladas em V, sem grampos. As fiadas superiores apresentam almofadado, claro indício de formação de fachada (*parascaenium*).

As escavações (a de 1964 e a de 1966), permitiram ainda trazer à luz do dia muitos objectos, tais como elementos arquitectónicos (colunas, bases de coluna, capitéis, etc., v. peças n.ºs 230, 231, 232), raras cerâmicas, restos de um busto feminino e um fragmento importante de uma placa com relevo, em mármore branco, onde se conservam letras de um nome: Melpomene, uma das nove musas. Da figura resta apenas o contorno da cabeça, a parte superior de uma das pernas e parte do antebraço. Pertenceu provavelmente este elemento ao *proscaenium*, o que nos leva a supor que aí estariam representadas, em baixo-relevo, várias ou mesmo todas[6] as musas.

Foi preciso esperar mais cerca de vinte anos para se iniciarem novos estudos arqueológicos coordenados inicialmente por Adriano Vasco Rodrigues[7] e depois por A. M. Dias Diogo que a partir de 1989 se tornou o responsável pela campanha arqueológica, ainda em curso. Os últimos vestígios postos a descoberto, perîbolo, *vomitoria*, infra-estruturas, permitem já uma completa definição da *cavea* e do monumento em geral; assim como o aparecimento de uma habitação romana tardia (séculos IV-V), sob o *vomitoria*, nos dá a época de desactivação do teatro.

Entretanto, como base para investigações futuras, já entre 1985 e 1988, havíamos procedido ao levantamento detalhado da área até então escavada, tendo como resultado a execução de uma planta e de um perfil estratigráfico (lado sul – corte junto à Rua de S. Mamede)[8] que nos permitiu fazer uma leitura cuidada da topografia e das dimensões parciais do monumento, das subestruturas e tipo de terreno de implantação (rocha calcária), das argamassas (predominantemente *opus caementicium*, e pontualmente *opus signinum*), dos achados *in situ* ou soltos (silharias, capitéis, colunas, fustes, etc.), e finalmente da sequência dos estratos de terra e entulhos[9].

A datação do teatro na época de Nero está assegurada através da inscrição dedicatória no *proscaenium* que se refere à decoração da *orchestra*. Se nos lembrarmos que os elementos arquitectónicos que fazem parte do edifício cénico, ou seja, as colunas, os capitéis e as bases, não foram talhados em mármore, antes em calcário, mas revestidos de estuque e pintados, podemos supor que eles são mais antigos do que a decoração em mármore da época de Nero, sendo muito semelhantes aos capitéis do peristilo, atrás do edifício cénico, do teatro de Mérida, presumivelmente do tempo de Augusto. Também as pilastras de Lisboa, deixadas com almofadado irregular, são semelhantes a estruturas junto das entradas de Mérida. Além disto, é ainda possível comprovar a mesma particularidade técnica de biselagem nas juntas que existem na ponte de Augusto, também em Mérida.

Assim, supõem terem existido duas fases de construção: a fase da fundação – provavelmente na época de Augusto, ou no início da era imperial – com paredes de

silhares de almofadado pronunciado, bem como um *scenae frons* cuja estrutura da fachada era de ordem jónica, com revestimento de estuque; e a fase em que houve um embelezamento, na época de Nero, quando o augustal Heius mandou decorar o pavimento da *orchestra* com placas de mármore e substituir o *proscaenium* por blocos do mesmo material. Este passo em direcção à utilização de mármore para a decoração interior verifica-se desde muito cedo em Itália, sobretudo durante o império de Augusto, e em algumas províncias, como na Gália. Na Hispânia parece que este passo foi dado um pouco mais tarde, após a expansão de complexos urbanísticos regulares ou durante a sua reestruturação[10].

A série de fundações de cidades na época augustana, levou a Hispânia a reformas no sentido de reorganização da zona urbana já existente, com a criação de novos recintos de culto, administração e jogos públicos[11]. A utilização de mármore na decoração dos edifícios públicos não era certamente habitual, uma vez que mesmo o grande templo da capital Augusta Emérita fora revestido apenas com estuque[12]. Foi por isso que se tornou tão interessante para a questão da datação do início da decoração dos elementos arquitectónicos de maior qualidade, que em Olisipo, a cidade mais ocidental do Império Romano, haja testemunho epigráfico de decoração com mármore em época de Nero.

Os teatros são, em muitos casos, integrados na estrutura urbanística da cidade e, na Hispânia, geralmente não se situam longe do *forum*, como o confirmam os exemplos em Tarraco, Saragoça, Bilbilis e Mérida[13]. Quase sempre o sistema de orientação da cidade determina o alinhamento do teatro. No nosso caso poderia significar, talvez, que junto à parte superior do edifício se estendia uma praça pública. A topografia corresponderia a esta suposição, pois na zona do Largo dos Lóios há um terraço bastante grande, imediatamente por baixo da parte superior da encosta onde foi erguido o teatro romano de Lisboa.

(Versão resumida por Ana Cristina Leite, do texto *Das Romische Theater von Lissabon*, Mainz, 1990.)

[1] Luís António de Azevedo, *Dissertação crítico-filológico-histórica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas e atendiveis circunstancias, da erecção do Tablado e Orchestra do antigo Theatro Romano, descoberto na escavação da Rua de S. Mamede perto do Castello desta Cidade, com a intelligencia da sua Inscripção*, Lisboa, 1815.

[2] L. A. de Azevedo, *op. cit.*, pp. 12, 14 e 44; CIL II, p. 183; leitura em A. Vieira da Silva, *Epigrafia de Olisipo*, Lisboa, 1944, pp. 172-175.

[3] L. A. de Azevedo, *op. cit.*, pp. 13 e 46; A. Vieira da Silva, *op. cit.*, pp. 176-178.

[4] Fernando de Almeida, «Notícias sobre o Teatro de Nero, em Lisboa», in *Lucerna*, vol. V, 1966, pp. 561-571.

[5] Irisalva Moita, «O Teatro romano de Lisboa», *Revista Municipal*, n.º 124-125, 1970, pp. 18 e ss.; I. Moita, «Problemas da Lisboa Romana. A recuperação do Teatro de Olisipo», in *Arqueología de las ciudades modernas superpuestas sobre sus antiguas*, Saragoça, 1985, pp. 294 e ss.

[6] Hipótese também levantada por J. Alarcão, «O Teatro Romano de Lisboa», in *Actas del Simposio El Teatro en la Hispania Romana*, Mérida, 1980; Badajoz, 1982, pp. 287-293.

[7] A. Vasco Rodrigues, «O Teatro Romano de Felicitas Julia», *Ingenium, Revista da Ordem dos Engenheiros*, Dez. 1987, pp. 5 e ss.

[8] Theodor Hauschild, *Das Romanische Theater von Lissabon. Panzufnahme 1985-88*, Mainz, 1990.

[9] Idem, pp. 356-384.

[10] L. Crema, «L'Architettura Romana», in *Enciclopedia Classica*, vol. III, 1959, pp. 187 e ss.

[11] J. M. Blazquez, «Ciudades Hispanas de la época de Augusto», in *Symposium de Ciudades Augustas*, 1976, pp. 79 e ss.; J. Alarcão e R. Etienne, «Le Portugal à l'époque augustéene», idem, pp. 171 e ss.

[12] J. M. Alvarez Martinez, «El Templo de Diana, Augusta Emerita», in *Actas del Bimilenario de Mérida*, 1976, pp. 48 e ss.

[13] Theodor Hauschild, «La situación urbanistica de los teatros romanos en la Península Ibérica», in *Actas del Simposio El Teatro en la Hispania Romana*, *op. cit.*, pp. 95 e ss.

O monumento romano da Rua da Prata

Carlos Fabião

A estrutura arqueológica da capital que porventura mais vivamente evoca a imagem de uma «Lisboa subterrânea», ou seja, de uma cidade no subsolo da cidade, é, sem dúvida, o complexo de galerias existente entre a actual Rua da Conceição e a actual Rua da Prata.

Impropriamente designado por «termas romanas» ou «termas dos augustais» este complexo de construções assume características exóticas para os lisboetas, já que permanece simultaneamente acessível e distante. Acessível, porque se conhece a sua localização, com o estreito alçapão de acesso em plena via pública. Distante, porque quase sempre inacessível, devido às infiltrações de água que impedem a sua abertura permanente ao público.

Anualmente, mercê de um complexo processo de bombagem, a Autarquia faculta por escassos dias a possibilidade de acesso aos interessados. Formam-se, então, longas filas de curiosos que pacientemente aguardam a «iniciática» descida às galerias, de onde se regressa, quase sempre, com a desilusão de ter visto algo que não se compreende e que de monumental tem muito pouco.

Por uma vez, público e especialistas estão de acordo. O que se conhece é muito pouco, o que se vê quase nada.

O que se vê

O que, actualmente, se pode visitar no subsolo da baixa lisboeta é parte de uma extensa rede de galerias abobadadas, com diferentes alturas, comunicando entre si, com uma orientação Noroeste-Sudeste, claramente desalinhada em relação ao actual urbanismo de traça pombalina, que segue uma orientação Norte-Sul. O conjunto visitável está compreendido entre os grandes colectores das Ruas da Conceição e da Prata, situados sob os eixos das actuais vias.

Este complexo foi pela primeira vez identificado em 1770 quando se procedia a obras de reconstrução da área depois do Terramoto de 1755. Posteriormente, um outro sector do mesmo foi interceptado e afectado pela construção do primitivo colector de esgoto da Rua da Prata, em 1773. Foi então levantada uma planta esquemática da autoria de Joaquim Ferreira. O conjunto das galerias encontrava-se já inundado e foi sendo utilizado como cisterna pela população local. Cerca de um século mais tarde, era conhecido pela designação genérica de «conservas de água», pela utilização que dele faziam os moradores da zona.

Em 1859, um grande projecto de obras públicas que implicou a renovação dos colectores de esgotos das Ruas da Conceição e da Prata foi acompanhado pelo bibliotecário Francisco Martins de Andrade e pelo desenhador José Valentim de Freitas, encarregues do reconhecimento e registo das construções antigas ali existentes – a responsabilidade pelo património arqueológico nacional cabia, então, à Biblioteca Nacional de Lisboa, pelo Decreto de 4 de Fevereiro de 1802. Apesar da incompreensão e sistemático bloqueio movido pelos empreiteiros, os trabalhos desenvolvidos por estes dois investigadores constituem os únicos alguma vez efectuados no local.

O que se conhece

Não restam quaisquer dúvidas de que todo este complexo de galerias constituia o embasamento de um conjunto de construções. O que hoje se visita no local é um criptopórtico, solução arquitectónica normalmente utilizada no Mundo Romano para constituir uma superfície plana em zonas de acentuado declive. Esta alternativa era prática, já que permitia construir com maior solidez, evitando a mobilidade dos aterros artificiais, mais económica do que a opção por um embasamento maciço e permitia, ainda, a utilização com finalidades várias das galerias construidas. Finalmente, as superfícies exteriores apresentavam-se porticadas, conferindo a desejada dignidade ao conjunto.

A existência de uma construção deste tipo poderá parecer estranha para quem se habituou ao plano regular da baixa pombalina. Contudo, não se deve perder de vista que a actual topografia resulta de múltiplos aterros efectuados no âmbito da sua construção. A configuração do terreno no período romano era muito diferente, delimitado a oeste por um esteiro do Tejo e, consequentemente, com zonas de praia. Somente a título de exemplo, refira-se que a construção identificada sobre o criptopórtico foi detectada a cerca de 1,70 m de profundidade em relação ao plano da rua, enquanto que na Rua Augusta, no segundo quarteirão a contar do Rossio,

se encontraram estruturas romanas 7 m abaixo do nivel actual do pavimento.

Infelizmente, não foram recolhidos, no interior do criptopórtico ou nas estruturas que sobre ele se erguiam, dados suficientes para determinar a cronologia da sua construção e ocupação, nem tampouco informação elucidativa sobre as diferentes funções que poderá ter conhecido ao longo da sua existência. No entanto, a sua orientação enquadra-se perfeitamente no alinhamento dos restantes monumentos do período romano conhecidos em Lisboa. É interessante frisar que o recente ensaio de sobreposição da carta de distribuição destes vestígios e da conhecida planta de Lisboa de João Nunes Tinoco, datada de 1650, publicado por Vasco Mantas, parece denunciar uma longa persistência de troços do velho urbanismo romano, condicionando a organização espacial da urbe pré-pombalina.

Os poucos dados existentes não têm, contudo, inibido os investigadores de ensaiar hipóteses de interpretação e caracterização do monumento.

Os dados existentes e as interpretações ensaiadas

Como se referiu, o monumento da Rua da Prata foi identificado na sequência das reconstruções da parte baixa da cidade, sensivelmente na mesma época em que foi encontrado o edifício termal das Pedras Negras. D. Thomaz Caetano de Bem presumiu, erradamente, que se trataria de um mesmo complexo, sendo, portanto, o responsável pela primeira identificação funcional do mesmo. Anos mais tarde, em 1780, Frei José de S. Lourenço publicou a primeira notícia especificamente consagrada a estes vestígios, descrevendo-os, com notável objectividade, como «cryptas», sugerindo uma aproximação, incorrecta, às catacumbas de Roma. Como ilustração ao seu texto, apresentou a planta esquemática desenhada por Joaquim Ferreira e a cópia de um cipo epigrafado com a célebre inscrição onde os augustais M. Afranius Euporio e L. Fabius Daphnus proclamam a dedicação de um qualquer monumento a Esculápio. Sublinhe-se, porém, que não sabemos exactamente em que lugar se encontrava a epígrafe e, muito menos, se primitivamente fazia parte integrante do criptopórtico ou das construções que nele se apoiavam. Pelas suas características, a inscrição será datável do século I d.C.

Finalmente, em Fevereiro de 1859, decorreram os já citados trabalhos de acompanhamento das obras de renovação da rede de esgotos, sob a responsabilidade de Francisco Martins de Andrade, coadjuvado pelo desenhador José Valentim de Freitas. O relatório e álbum de desenhos que nos deixaram constituem os mais importantes documentos para o estudo do criptopórtico da Rua da Prata. Depararam com um conjunto diversificado de construções do período romano, nem sempre fáceis de interpretar devido às múltiplas destruições provocadas pelos edifícios de épocas posteriores, que incluía: o criptopórtico propriamente dito – à data utilizado como cisterna –, construções que o utilizavam como embasamento, outras estruturas da mesma época que o rodeavam, mas que não puderam ser devidamente estudadas.

Para além do conjunto de galerias, cuja planta levantaram, actualizando, rectificando e completando o primitivo desenho de Joaquim Ferreira, observaram e registaram, somente num pequeno troço, os restos de um edifício que se erguia sobre elas. Aparentemente, constavam de um pátio originalmente pavimentado com lajes, embora estas não se conservassem já, e um tanque revestido a *opus signinum*, com uma canalização escoando para o interior de uma das galerias subjacentes. No local recolheram vários fragmentos de placas de mármore, algumas com molduras, indicadoras da existência de um qualquer edifício ricamente ornamentado; e o fundo de uma garrafa, jarro, ou copo de vidro, datável do século I d.C. No decurso dos trabalhos, efectuaram um decalque da inscrição dos augustais, rectificando a incorrecta leitura anteriormente apresentada. Referem, ainda, que o criptopórtico era exteriormente forrado a silhares de grés calcário.

Francisco Martins de Andrade considera o conjunto como um estabelecimento termal, atribuindo ao dédalo de galerias a função de reservatório das águas, usadas nas abluções praticadas nas termas propriamente ditas, que se localizariam no plano superior. Considera, abusivamente, que o monumento a Esculápio referido na epígrafe seria o próprio estabelecimento termal. Sem grande fundamento, atribui a construção ao reinado de Tibério (14-37 d.C.).

Este escasso conjunto de dados serviu durante anos para a sistemática repetição da hipótese termal, defendida por conhecidos olisipógrafos, como Júlio Castilho e A. Vieira da Silva, e importantes investigadores, como Borges de Figueiredo e J. Leite de Vasconcellos, embora de um modo geral se aceitasse que o conjunto de galerias constituía somente o embasamento do edifício. Só recentemente, Vasco Mantas e, depois, J. Cardim Ribeiro contrariaram esta tendência,

designando o conjunto de galerias como criptopórtico. Este último investigador defende inclusivamente a hipótese de o mesmo constituir uma das componentes de um *forum*, edificado no reinado de Tibério.

Que conclusões?

Hoje em dia parece pacífica a classificação do conjunto de galerias como criptopórtico. Teria servido de base a um qualquer edifício importante, cuja finalidade desconhecemos. Não é de excluir, também, a possibilidade de, numa fase terminal da sua utilização, ainda no período romano, o mesmo ter sido convertido em cisterna, aproveitando o manancial ali existente, cuja origem se desconhece – em Conimbriga e Mértola temos dois casos de utilização de criptopórticos como depósitos de água, o primeiro seguramente em época tardo-romana.

Como é natural, mais difícil resulta saber que construções teria suportado, visto serem escassos os dados disponíveis. O tanque e o revestimento a mármore poderiam ser usados num edifício termal e, refira-se, Martins de Andrade alude vagamente a alguns tijolos recortados – infelizmente não documentados no álbum de desenhos – que, pela descrição, lembram materiais tradicionalmente usados na construção das abóbadas dos edifícios termais. No entanto, a existência de tanques de água, integrados nas construções de um *forum*, encontra um bom paralelo em Évora e a utilização do mármore em pavimentos e revestimentos é habitual em estruturas deste tipo, onde frequentemente existem, também, criptopórticos – como em Conimbriga ou em *Aeminium* (nome romano da actual cidade de Coimbra). *Felicitas Iulia Olisipo*, como importante cidade marítima que era, poderia ter um *forum* junto à zona portuária, como acontece em outros centros análogos do Mundo Romano.

Assim, perante tantas incertezas, resta-nos aguardar novas obras públicas, que impliquem revolvimentos no subsolo desta área e permitam uma intervenção arqueológica, efectuada em moldes modernos e com bons meios, para dissipar as dúvidas que pairam sobre esta popular relíquia da «Lisboa subterrânea».

Olisiponenses: epigrafia e sociedade na Lisboa romana

Vasco Gil Mantas

Muitos são os títulos que enobrecem a cidade de Lisboa, *Princeza do Mar Oceano*, como no século XVII lhe chamava António Coelho Gasco, e um deles, e não dos menores, é o de ter sido, desde os primeiros tempos do Império, município de cidadãos romanos, como nos informa Plínio, o *Antigo*, que nos diz ser o seu nome oficial *Felicitas Iulia Olisipo*[1].

Desses longínquos tempos, em que a Europa e o Mediterrâneo conheciam uma unidade que, desde então, não deixou de constituir referência obrigatória da Civilização Europeia, pouco sabemos da história de *Olisipo*, povoação pré-romana cuja fundação a lenda se compraz em atribuir a Ulisses ou, mais prosaicamente, aos Fenícios[2]. Com efeito, em relação aos textos antigos, a capital portuguesa não representa excepção no panorama geral da Lusitânia: no essencial, uma passagem de Estrabão, algumas curtas referências de Plínio e as lacónicas alusões de diversas fontes geográficas constituem a bagagem literária de mais de cinco séculos de vida olisiponense[3].

Os testemunhos arqueológicos, apesar dos progressos verificados nos últimos anos, estão ainda muito longe de colmatar a lacuna verificada nas fontes literárias. Com efeito, as escavações sistemáticas são praticamente impossíveis em zonas de importância capital, dependendo o progresso da arqueologia lisboeta, em grande parte, de descobertas fortuitas registadas no decurso de trabalhos de urbanização ou de saneamento[4]. Nestas circunstâncias, resta o recurso à epigrafia, essa fascinante ciência dos velhos letreiros, como diriam os Humanistas, para tentar conhecer algo mais da história e da sociedade olisiponense do tempo dos Césares.

Os estudos sobre a epigrafia luso-romana de Lisboa contam com um rico historial, remontando ao século XVI, quando, num caderno manuscrito de Konrad Peutinger, particularmente conhecido por ter dado o nome à célebre carta viária do Império Romano, foram incluídas quatro inscrições olisiponenses[5]. Mas foi o nosso André de Resende quem, pela primeira vez, se dedicou à publicação de numerosas inscrições da capital, dando início a uma longa plêiade de estudiosos entre os quais se destacam no século XVII Luis Marinho de Azevedo e no século XVIII Francisco Bayer, Tomás Caetano de Bem e Frei Manuel do Cenáculo, fundador do primeiro museu lapidar de Lisboa, estabelecido no Convento de Nossa Senhora de Jesus e que, em 1796, contava com vinte e dois monumentos, quase todos perdidos posteriormente. No século XIX devemos recordar a obra *Portugaliae Inscripciones Romanas*, da autoria de Levy Maria Jordão, publicada em 1859, que contém oitenta e duas inscrições de *Olisipo*, e, sobretudo, o monumental trabalho de Emil Hübner *Inscripciones Hispaniae Latinae*, volume II do *Corpus Inscriptionum Latinarum* (*CIL*), editado em 1869, com um *Supplementum* saído em 1892, sob a égide da Academia de Berlim. Ainda no mesmo século, o notável olisipógrafo Júlio de Castilho publicou, em 1881, na sua *Lisboa Antiga*, trinta e duas inscrições olisiponenses[6]. O primeiro *Corpus* exclusivamente reservado às epígrafes luso-romanas de Lisboa foi, todavia, o de Augusto Vieira da Silva, intitulado *Epigrafia de Olisipo* e publicado justamente há cinquenta anos, obra que continua como referência obrigatória para quaisquer estudos de epigrafia olisiponense[7]. A colectânea de Vieira da Silva conta com quase centena e meia de inscrições, quarenta e duas das quais se conservavam ainda, número ligeiramente aumentado neste meio século[8]. Os principais conjuntos epigráficos luso-romanos de Lisboa conservam-se no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, em Belém, no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, no Carmo, e no Museu da Cidade, no Palácio Pimenta.

Que informações nos prestam estas pedras de história agitada, em parte conhecidas só porque alguém, com maior ou menor rigor, as transcreveu para a posteridade, sobre a história de quem as mandou gravar e desta velha Lisboa soterrada pelo tempo, pelos terramotos e pelos homens? Muitas e importantes, a ponto da epigrafia urbana olisiponense constituir a base documental do estudo da sociedade do grande porto do estuário do Tejo, escala importante da navegação atlântica de longo curso e centro de activa cabotagem[9].

O nome oficial da cidade, com toda a probabilidade promovida a município por Augusto, depois de ter conhecido

antes o estatuto de *oppidum civium romanorum*[10], ocorre em várias inscrições, inclusivamente desenvolvido por completo nos monumentos honoríficos de Adriano e de Sabina (*CIL*, II, 186, 4992); o estatuto municipal encontra-se referido em duas inscrições, sem qualquer indicação suplementar (*CIL*, II, 175, 176). Os cidadãos de Olisipo foram inscritos na tribo Galéria, uma das trinta e cinco em que se agrupavam os cidadãos romanos, factor favorável a uma promoção municipal augustana e muito bem documentado[11].

Lisboa conta com evidentes provas de uma vida municipal brilhante. Entre elas devemos salientar inscrições com referências a duúnviros (*CIL*, II, 186, 187, 194, 4992, 4993), com um total de sete magistrados, e a edis (*CIL*, II, 192, 193, 194, 225, 261, 262). Uma circunstância que nos parece muito interessante é a de que todos os magistrados olisiponenses têm uma antroponímia perfeitamente latina, o que difere de forma significativa de outros centros portuários em que os *cognomina* gregos surgem no grupo social detentor do poder, os decuriões, o que não deixa dúvidas quanto ao facto de que a vida política olisiponense foi firmemente controlada por uma aristocracia suficientemente poderosa e homogénea para monopolizar os cargos municipais[12]. Foram os magistrados da cidade que enviaram uma embaixada ao imperador Tibério para relatar o aparecimento de um tritão algures no litoral do município, episódio que Plínio nos transmitiu com a sua habitual sisudez[13]. A maior parte das inscrições referidas acima perderam-se. Uma que chegou até nós comemora um edil designado, falecido antes de tomar posse do cargo: *C. Iulius / G f. Gal / Rufinus / aed.desig / h s e* (*CIL*, II, 225).

A invulgar importância da vida política de *Olisipo* é ainda realçada por uma série de epígrafes honoríficas dedicadas a Augusto (*CIL*, II, 182), Nero (*CIL*, II, 184), Vespasiano (*CIL*, II, 185), Matídia (*CIL*, II, 4993), Adriano (*CIL*, II, 186), Sabina (*CIL*, II, 4992), Cómodo (*CIL*, II, 187) e Filipe (*CIL*, II, 188), às quais devemos juntar duas inscrições referindo governadores da Lusitânia : *Urinatius* (?) *Quadratus* (*CIL*, II, 189) e *Numerius Albanus* (*CIL*, II, 191). Tão grande concentração de inscrições honrando imperadores e seus familiares, assim como as referências aos governadores provinciais, sugere que *Olisipo* suplantou no plano político a capital conventual, a colónia de *Scallabis* (Santarém), tal como no plano económico retirou ao porto de *Salacia* (Alcácer do Sal) a sua posição cimeira, impondo-se como principal centro marítimo da Lusitânia[14]. Assim, não é de estranhar que a epigrafia reflicta, claramente, características populacionais em tudo semelhantes às dos grandes centros económicos e administrativos.

Em primeiro lugar destaca-se uma elevadíssima percentagem de indivíduos com os *tria nomina*, sinal certo de uma romanização profunda[15], circunstância confirmada pela raridade da onomástica indígena na cidade, apenas com quatro testemunhos seguros: *M. Caecilius Caeno*, dedicante de uma ara a Júpiter Assaeco, uma divindade indígena romanizada[16]; *Antistia Maela* e *Licinia Maela*, conhecidas através de dois cipos de topo arredondado, típicos de ambientes culturais indígenas; *L. Varbius Tanginus*[17]. Outros *cognomina*, como *Annoena*, poderão encobrir uma origem indígena, seguramente a de uma larga franja da população[18]. Outro grupo posto em destaque é o dos detentores de nomes de origem grega, muito abundantes nas inscrições de *Olisipo*, cidade que concorre com a maior concentração destes nomes conhecida no território actualmente português; embora parte desta onomástica possa resultar de uma corrente cultural helenizante, devemos ter em conta que a população de origem grega oriental era particularmente numerosa nos grandes portos do Império. Pertencerão a este grupo específico os augustais *M. Afranius Euporio* e *L. Fabius Daphnus*, ofertantes de um monumento a Esculápio ao município (*CIL*, II, 175), de acordo com a inscrição do cipo encontrado nas ruínas das chamadas Termas dos Augustais, na Rua da Prata; o mesmo se poderá dizer de *Flavia Tyche*, sacerdotisa de Cibele, deusa oriental recordada numa das inscrições conservadas no Largo da Madalena (*CIL*, II, 179). A população de origem itálica é mais difícil de identificar. É possível que os magistrados municipais *C. Caecilius Gallus*, *Q. Antonius Gallus* e *T. Marcius Marcianus* (*CIL*, II, 192, 4992, 4993) sejam de origem italiana, quase certa no caso do edil *L. Cantius Marinus* (*CIL*, II, 193), a quem foi levantado um monumento por decreto dos decuriões[19]. A longínqua Ásia Menor está representada por *C. Iulius Felix*, natural da Capadócia (*CIL*, II, 224).

Conhecem-se em *Olisipo* numerosas *gentes*, cujos representantes, só nalguns casos, estarão relacionados com as velhas famílias itálicas detentoras do mesmo gentilício. As mais representadas são a *Iulia*, a *Caecilia*, a *Cassia*, a *Fabia*, a *Licinia* e a *Pompeia*. Uma das titulares da *gens Iulia*, de longe a de representação mais numerosa em Lisboa[20], *Iulia Cassiana* (*CIL*, II, 4994), talvez nascida em *Castra Caecilia*, perto de Cáceres, pertencia à ordem senatorial. Os *Cassii*, provavelmente oriundos do Norte da Itália, constituem um dos mais importantes grupos familiares de *Olisipo*, onde se regista metade do total conhecido na Lusitânia[21]. A esta família

se deve, provavelmente, a construção das Termas dos Cássios, cujas ruínas jazem soterradas na Rua das Pedras Negras[22]. Uma inscrição de *Tocina* (Oducia), na actual Andaluzia, dá-nos a conhecer um *diffusor olearius* olisiponense, ou seja, um agente comercial de alto nível, denominado *M. Cassius Sempronianus*[23], destacando-se uma vez mais a posição de relevo dos *Cassii* na sociedade lisboeta do Alto Império e, simultaneamente, os fortes laços económicos existentes entre *Olisipo* e a Bética[24]. A inscrição honorífica, num pedestal de estátua, dedicada pela cidade de *Olisipo* ao questor da Bética *L. Caecilius Celer Rectus*, no início do século II (*CIL*, II, 190), representa outro testemunho insofismável da importância das relações entre as duas províncias hispânicas[25].

A existência de grandes fortunas na posse de cidadãos olisiponenses, de que as numerosas *villae* dos arredores de Lisboa, especialmente as que se situam nas zonas de Cascais, Sintra e Torres Vedras[26], constituem um eloquente testemunho, deixou traços de vários tipos, como, por exemplo, a inscrição funerária de C. *Cominius Atilianus*, detentor de um censo equestre e decerto pretendente à inserção na respectiva ordem: *D M/ C. Cominio / Atiliano/ equiti romano/ an LIIII/ h.s.e.s.t.t.l* (*CIL*, II, 263).

Outro testemunho da riqueza atingida por alguns olisiponenses e da prosperidade geral da cidade é o que se relaciona com despesas sumptuárias decorrentes de actos de evergetismo – mecenato, diríamos hoje – bem presentes na epigrafia de *Olisipo*. É o caso da construção das Termas dos Cássios, totalmente reconstruídas já no século IV, em 336, pelo governador da Lusitânia *Numerius Albanus*, como nos informa uma inscrição num tijolo (*CIL*, II, 191). Também devemos incluir neste grupo o monumento oferecido pelos augustais *M. Afranius Euporio* e *L. Fabius Daphnus* (*CIL*, II, 175) e integrado no conjunto construído sobre o criptopórtico da Rua da Prata[27]. Todavia, o caso mais conhecido desta prática, que alguém um dia definiu como *étonnante generosité des classes supérieures*[28], é o da oferta, também por um augustal, *C. Heius Primus*, da orquestra e do proscénio do teatro de *Olisipo* com os seus ornamentos, no ano 57, sob o principado de Nero (*CIL*, II, 183, 196).

O que dissemos acima demonstra a importância dos libertos na sociedade lisboeta, nomeadamente na estrutura institucional do culto imperial, integrando-se nas grandes famílias ou actuando como seus representantes. As referências directas à sua condição jurídica não são numerosas (*CIL*, II, 196, 241, 244), mas a abundância de *cognomina* gregos, nem sempre denunciando origem servil, aliás, em denominações sem indicação da filiação, sugere um número importante de libertos. Um bom exemplo do que afirmamos é o da seguinte inscrição: *D. M. / Q. Fabi. Festivi / an XL. et / Q. Fabi. Evelpisti. fratris/ ann. XXX. sitis. urbe. Italica / Q. Fabius. Zosimus /ufrater. f. c.* (*CIL*, II, 213). *Festivus*, *Evelpistus* e *Zosimus* eram certamente libertos de um *Q. Fabius*.

Um sector da sociedade olisiponense mais difícil de reconstituir a partir da epigrafia é, naturalmente, o mundo dos escravos e das camadas livres mais humildes, sobre cujo esforço assentou, em larga medida, o êxito da romanização. Nalguns casos podemos subentender a condição servil, como nesta inscrição: *D M S / Tilimaco / ann LX / patri pien [tissi]mo / [f] c* (*CIL*, II, 235). Mais interessante, pelo conteúdo e por referir directamente a condição de escravo, é a epígrafe funerária do jovem *Graptus*, encontrada na demolição da muralha da Porta de Ferro, em 1782: *Graptus / Lucceia Cin / namidis. ser / ann. XIII. h. s. e / s. t. t. l. / in. fronte. p. XXX / in. agro. p. XX* (*CIL*, II, 216). Nas escavações da Praça da Figueira, para construção do Metropolitano, encontrou-se a segunda inscrição de Lisboa com referência a uma pessoa de condição servil, uma escrava falecida aos dezasseis anos: *Creusa. Avi / tae. ser. ann. XVI / h s e*[29].

Aspecto de grande importância na sociedade da Lisboa romana, e por isso com forte reflexo na prática epigráfica, é o da religião. Em que sentido se orientavam as preocupações dos olisiponenses neste campo tão peculiar do pensamento, quer íntimo quer social? No conjunto parece ter prevalecido uma atitude razoavelmente conservadora, própria de uma cidade com o estatuto de *Olisipo*. Com efeito, o panteão clássico está muito bem representado por lápidas com referências a Apolo, Concórdia, Diana, Esculápio, Júpiter e Mercúrio[30]. Só se conhecem testemunhos de um culto oriental, o de Cibele, designada nas epígrafes como *Mater Deum Magna* (*CIL*, II, 178, 179), o qual, todavia, parece ter conhecido notável amplitude e organização, como se depreende da inscrição de *Flavia Tyche* (*CIL*, II, 179), inscrição que se conserva numa parede do Largo da Madalena desde a sua descoberta em 1753.

O culto imperial, curiosa mistura de política e de religião, provavelmente estabelecido em *Olisipo* sob o principado de Tibério[31], conta com especial representação na cidade, encontrando-se referências epigráficas a nada menos de nove augustais, duas flamínias e três flâmines[32]. Quase todas se perderam, infelizmente. Uma das sobreviventes é

muito interessante porque a flamínia municipal nela referida é mulher de um dos duúnviros olisiponenses: [...] *Iuae / Vegeta[e] / flaminic[ae]/ M. Gellius / Rutilianu[s]/ maritus* (*CIL*, II, 197, 5218). Ainda no âmbito do culto imperial destacaremos inscrições votivas a *Divo Augusto* (*CIL*, II, 182), *Mercurio Aug* (*CIL*, II, 181) e *Aesculapio Aug* (*CIL*, II, 174) assim como uma outra a Mercúrio *pro salute* (*CIL*, 180). A expressão atingida por este autêntico culto da *Pax Romana* e dos valores do Império exprime bem o grau de dinamismo da vida político-social de *Olisipo*, bem à altura da sua posição de segunda cidade da Lusitânia e autêntica capital litoral da província.

Pela mesma razão, não é de estranhar a fraca representação dos cultos indígenas na área citadina. Com efeito, uma vez que a inscrição de *Mercurius Cohortalis*, achada no Castelo de S. Jorge em 1940, se situa no círculo das divindades clássicas[33], apenas podemos considerar uma das aras encontradas em 1944, em Poço de Cortes, já fora dos limites urbanos antigos. Trata-se de uma ara consagrada a *Iupiter Assaecus*, encontrada juntamente com duas outras, uma dedicada à divindade protectora dos vinhedos, *Liber Pater*, e outra a um génio cuja identificação se tem revelado particularmente difícil[34].

Lisboa foi, na época romana, um importante centro viário. O *Itinerário de Antonino*, célebre roteiro viário do século III, coloca em *Olisipo* o começo de quatro grandes vias (*It. Ant.*, 416, 4; 418, 7; 419, 7; 420, 8). Conhecem-se dois miliários do troço comum das estradas que, por Santarém, conduziam a Mérida e a Braga. Um deles, do imperador Probo , foi encontrado nas escavações da Casa dos Bicos[35]; outro, perdido, foi registado por Marinho de Azevedo na Igreja de Chelas (*CIL*, II, 4631), pertencendo, provavelmente, a Magnêncio.

A epigrafia não se limita a proporcionar uma visão geral da sociedade olisiponense, ainda que centrada nos dois primeiros séculos do Império, dada a raridade das inscrições posteriores, pois contribui também para a difícil tarefa de reconstituir a topografia urbana de *Olisipo*. Fizemos já referência à inscrição do tijolo das Termas dos Cássios (*CIL*, II, 191), que permitiu conhecer a família que mandou construir o edifício e, ao mesmo tempo, o nome do governador da Lusitânia que determinou a reconstrução em 336 e o nome do superintendente da obra. Possuímos, desta forma, informações concretas sobre este monumento, cujas ruínas jazem ocultas na Rua das Pedras Negras. Nem sempre acontece assim e, frequentemente, as inscrições apenas permitem deduzir a existência deste ou daquele monumento. Todavia, a ocorrência numa área, relativamente restrita, de epígrafes do mesmo tipo sugere aí a presença de monumentos directamente relacionáveis com as inscrições. É o que se passa em relação ao fórum da cidade, que julgamos situar-se na zona entre o Largo da Madalena e a Sé[36], hipótese apoiada pela descoberta nesse recanto lisboeta de várias inscrições significativas, uma consagrada a Concórdia (*CIL*, II, 176), outra dedicada ao imperador Cómodo pelos duúnviros de *Olisipo* (*CIL*, II, 187) e uma terceira homenageando um questor da Bética, esta dedicada pela própria cidade (*CIL*, II, 190). Por outro lado, as numerosas inscrições honoríficas imperiais dispersas a sul e a leste do Castelo de S. Jorge (*CIL*, II, 182, 184, 185, 4993), assim como o achado de uma lápide consagrada a Mercúrio Augusto (*CIL*, II, 181), inspiram a hipótese de ter existido nesse sector da cidade um santuário do culto imperial. Já a obscura inscrição da Igreja de S. Nicolau (*CIL*, II, 24*), a partir da qual se alega aí ter existido um templo de Tétis, não merece crédito, pois a sua autenticidade é francamente duvidosa[37].

Os monumentos epigráficos, não o esqueçamos, sofrem deslocações, pelo que uma inscrição isolada e sem contexto arqueológico pouco permite concluir em termos de urbanismo. Recordamos, por exemplo, a lápida funerária do edil *C. Iulius Rufinus* (*CIL*, II, 125), recuperada nos alicerces da muralha da Porta do Ferro em 1782, perdida em seguida e reencontrada em 1922 na Rua das Canastras, ou a que foi achada no Castelo de S. Jorge no século XVII e depois desapareceu (*CIL*, II, 237) para apenas se reencontrar nos trabalhos de restauro em 1940. Esta circunstância permite-nos esperar que, com sorte e muita atenção, se possam recuperar algumas das numerosas inscrições olisiponenses que o descuido e a ignorância extraviaram e, com certeza, encontrar monumentos inéditos.

Terminamos aqui esta forçosamente breve visita aos olisiponenses contemporâneos da glória de Roma, guiados nos subterrâneos da história pelo fio seguro da epigrafia. O que aqui apresentamos demonstra a variedade e riqueza de informações que o esforço dos epigrafistas tem acumulado. Através da epigrafia podemos, realmente, apreender não só a história mas também o próprio espírito da cidade. Sentimo-nos, assim, muito mais ligados aos olisiponenses de ontem e aceitamos os desafios do presente como uma jornada mais a cumprir no destino histórico desta grande cidade do Ocidente. Falámos nos subterrâneos da história mas prefe-

rimos imaginar os olisiponenses na *cavea* do seu teatro, olhando, como nós, os navios, os montes da Outra Banda, o Mar da Palha e, lá para Poente, aquela promessa de imensidão para onde desliza o Tejo, esse autêntico espaço vital da cidade que era o Oceano.

Quantos deles não sonharam, sob a brisa vinda do largo, com este profético trecho de Séneca: *Em idades tardias hão-de vir séculos em que o Oceano afrouxará as cadeias do Mundo e se abrirá uma terra imensa; Tétis revelará um Novo Mundo e Tule não será a última das terras*[38].

[1] Plínio, *Naturalis Historia*, IV, 117.

[2] A toponímia sugere para *Olisipo*, atendendo à terminação *-ipo*, uma origem ibérica, não indo-europeia, talvez túrdula: J. Hubschmid, «Toponymia prerromana», *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, I, Madrid, 1960, pp. 481-482.

[3] A. Tovar, *Iberische Landeskunde*, II, Baden-Baden, 1976, pp. 266-268.

[4] Recordamos os numerosos achados verificados durante a construção do Metropolitano na zona do Rossio e da Praça da Figueira e os que ultimamente se têm registado em diversos locais da Baixa Pombalina e sobre os quais a informação é, ainda, muito limitada.

[5] As quatro inscrições de *Olisipo* foram anotadas por Peutinger, por volta de 1505, num caderno conservado na Biblioteca Pública de Augsburgo, na Alemanha: n.º 527, fl. 39-v.1-2. São as inscrições *CIL*, II, 182, 230=231, 242 e 254.

[6] Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga*, 2.ª parte, «Bairros Orientais», I, Lisboa, 1881; 1935 [2].

[7] A. Vieira da Silva, *Epigrafia de Olisipo. Subsídios para a história da Lisboa romana*, Lisboa, 1944. Esta obra, embora com algumas limitações próprias da investigação da época em que foi redigida, continua sem alternativa válida.

[8] Sobre a história da epigrafia olisiponense: Vieira da Silva, pp. 10-39.

[9] Vasco Mantas, *As cidades marítimas da Lusitânia*, «Les Villes de Lusitanie Romaine», Paris, 1990, pp. 160-173.

[10] Jorge de Alarcão, *O domínio romano em Portugal*, Mem Martins, 1989, p. 67; Vasco Mantas, *Comércio marítimo e sociedade nos portos romanos do Tejo e do Sado*, «Actas das Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado», Seixal, 1991 (no prelo).

[11] A tribo Galéria é a dos municípios augustanos peninsulares: J. M. Abascal, Urbano Espinosa, *La ciudad hispano-romana. Privilegio y poder*, Logrorño, 1989, pp. 66-67. Sobre os testemunhos epigráficos: R. Wiegels, *Die Tribusinschriften des Römischen Hispanien*, Berlim, 1985, pp. 82-84, 156.

[12] São os seguintes os magistrados conhecidos: *Q. Antonius Gallus*, *C. Caecilius Caecilianus*, *C. Caecilius Gallus*, *L. Cantius Marinus*, *Q. Caelius Cassianus*, *Fulvius Tuscus*, *Gavius Rectus*, *M. Gellius Rutilianus*, *L. Iulius Avitus*, *Q. Iulius Flatus*, *C. Iulius Rufinus* e *T. Marcius Marcianus*.

[13] Plínio, *Naturalis Historia*, IX, pp. 9-10.

[14] Alarcão, p. 151.

[15] Vieira da Silva, pp. 276-283. Sobre epigrafia e sociedade: José d'Encarnação, *Sociedade Romana e epigrafia*, Setúbal, 1979, pp. 41-56.

[16] J. Cardim Ribeiro, *Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de L. Iulius Maelo Candicus*, «Sintria», I-II, 1982-1983, pp. 264-266 (=Ribeiro, *Estudos*).

[17] Vieira da Silva, pp. 100-101, 164-165, 211-212, 269.

[18] M. Lourdes Albertos, «Nuevos antropónimos hispánicos», *Emerita*, XXXII, 2, 1964, p. 219; Vasco Mantas, «Inscrições romanas do Museu Municipal de Torres Vedras», *Conimbriga*, XXI, 1982, pp. 11-12, 90-91.

[19] Descontando as variantes do antropónimo, o *CIL*, V, regista onze testemunhos seguros, oito dos quais são do grande porto de Aquileia (*CIL*, V, 786,

1146, 1365, 8260, 8356). Sobre os *Cantii* hispânicos: Vasco Mantas, «Evergetismo e culto oficial: o construtor de templos C. Cantius Modestinus», *Religio Deorum*, Barcelona, 1992, pp. 239-241, 249.

[20] Vieira da Silva, pp. 279-280. O gentilício *Iulius* é o mais frequente na Península Ibérica: R. Knapp, «The Origins of the Provincial Prosopography in the West», *Ancient Society*, 9, 1978, pp. 199-200, 214.

[21] M. F. Loyzance, «À propos de Marcus Cassius Sempronianus Olisiponensis, Diffusor Olearius», *Revue des Études Anciennes*, LXXXVIII, 1986, pp. 275-278.

[22] M. F. Loyzance, pp. 276; Vieira da Silva, pp. 48-50, 114-115, 292.

[23] J. G. Fernandez, «Nueva inscripción de un diffusor olearius en la Bética», *Producción y Comercio del Aceite en la Antigüedad*, Madrid, 1983, pp. 183-191.

[24] Mantas, *Cidades*, pp. 170.

[25] Vasco Mantas, «As relações marítimas da Lusitânia e a Bética», *Amas*, V, 1992 (no prelo).

[26] Apesar de muito numerosas, apenas um número limitado foi objecto de escavações, com destaque para as *villae* de S. Miguel de Odrinhas (Sintra) e da Freiria (Cascais): Fernando de Almeida, «Escavações em Odrinhas», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 39, 1958, pp. 27-36; Guilherme Cardoso / José d'Encarnação, «A villa romana da Freiria», *Arqueologia*, 18, 1988, pp. 179-181.

[27] As chamadas Termas dos Augustais correspondem realmente a um criptopórtico constituído por uma rede ortogonal de galerias e celas abobadadas, ocupando uma área de pelo menos 54x28 m. A localização do edifício e as suas características permitem considerar que sobre ele se levantou um conjunto monumental importante.

[28] P. Petit, *La paix romaine*, Paris, 1967, pp. 178-181.

[29] Manuel Heleno, «Estação lusitano-romana da Praça da Figueira», *Ethnos*, 4, 1965, p. 306.

[30] Vieira da Silva, pp. 83-84.

[31] R. Etienne, *Le culte impériale dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Paris, 1958, pp. 121-126, 199-200.

[32] Ribeiro, *Estudos*, pp. 226-234.

[33] S. Lambrino, «Les inscriptions de São Miguel de Odrinhas», *Bulletin des Études Portugaises*, XVI, 1952, p. 171; Mantas, *Cidades*, p. 168.

[34] J. Cardim Ribeiro, «Aponianicus Polliscinius. Um falso teónimo», *Veleia*, 2-3, 1987, pp. 311-325. Julgamos possível interpretar as siglas G. S. como *Genio Silvano*: Mantas, *Cidades*, p. 169.

[35] Luísa Duarte / Clementino Amaro, «Casa dos Bicos», *Trabalhos de Arqueologia*, 3, 1986, p. 152; Ribeiro, *Estudos*, pp. 431-433.

[36] Mantas, *Cidades*, pp. 162-163, 166. A hipótese, proposta por Cardim Ribeiro, de que o fórum assentava sobre o criptopórtico da Rua da Prata carece, por ora, de demonstração.

[37] Vasco Mantas, «Notas acerca de três inscrições de Olisipo», *Conimbriga*, XV, 1976, pp. 153-157.

[38] L. A. Sêneca, *Medea*, pp. 374-379.

A Indústria Conserveira na Lisboa Romana

Clementino Amaro

Um primeiro olhar atento sobre as origens clássicas de Lisboa foi lançado pelos Humanistas no século XVI, que se ocuparam, particularmente, pela análise de textos epigráficos.

O terramoto de 1755 e a reconstrução que se lhe seguiu permitiram referenciar e identificar importantes edifícios públicos, como o Teatro Romano, as Termas dos Cássios, o Templo de Cibele e as designadas «termas» da Rua da Prata.

Já no século XX, várias obras realizadas no perímetro urbano da cidade permitiram conhecer algumas necrópoles bem como outros vestígios dispersos pelo território do município (MOITA e LEITE, 1986).

No entanto, só com os trabalhos desenvolvidos em 1981-1982 na Casa dos Bicos, foi possível identificar a primeira estrutura significativa referente à actividade industrial desenvolvida na Lisboa Romana e que corresponde a uma unidade fabril de conserva de peixe.

Esta actividade industrial tem particular expressão na Península Ibérica e no Norte de África. No espaço português eram já conhecidos importantes centros conserveiros nomeadamente no estuário do Sado, ao longo da costa algarvia e, mais recentemente, na costa alentejana. Tróia é o maior complexo industrial do género no nosso território e dos mais produtivos e extensos de todo o Império, com cerca de um quilómetro, na zona de maior concentração de estruturas (SILVA e SOARES, 1986).

Este tipo de centros industriais são constituídos por um conjunto de tanques (cetárias), agrupados em fábricas, à volta de um pátio e de outras estruturas de apoio, como zona de preparação do peixe, armazéns, poços ou cisternas.

A localização em Cacilhas, ainda em 1981, de uma unidade de salga, veio reforçar a convicção de que o Tejo, a par do Sado, desempenhou um importante papel na exploração e transformação dos recursos marinhos.

Aliás, as excepcionais condições naturais do estuário do Tejo como porto de abrigo, a existência de regolfo e sapais detentores de condições privilegiadas para a desova, acessível exploração de sal, factores climáticos favoráveis, uma costa rica em pescado e ainda uma região dotada de matas e de vastos barreiros, contribuíram decisivamente para a instalação de uma florescente actividade que terá conhecido um amplo desenvolvimento entre os séculos I e V, ou mesmo inícios do século VI.

A actividade de salga e de preparado de pastas e molhos implicava todo um vasto conjunto de actividades complementares como a pesca, a exploração do sal, a construção naval, a produção de redes e de outros apetrechos, assim como o fabrico de vasilhame – a ânfora – e loiça vária, actividade que está intimamente ligada à exploração de barreiros, de resinas para impermeabilização e de lenha para alimentação dos fornos. Finalmente, procedia-se à comercialização dos produtos transformados.

A produção incidia sobretudo no peixe salgado (*salsamenta*), mas incluía igualmente a confecção de molhos de peixe, usados como condimento (*garum, liquamen, muria, hallec*, etc.). Na confecção destes preparados entravam restos de peixe, sangue, ovas, mariscos, ostras e outros moluscos, tudo macerado em sal, de mistura com especiarias e ervas aromáticas (PONSICH, 1988).

As duas margens do rio Tejo estavam assim associadas numa azáfama de âmbito industrial e comercial que envolveria muita mão-de-obra especializada e indiferenciada, de raiz eventualmente escrava ou liberta. As referências a *cognomina* gregos na epigrafia de Olisipo, sugerem um número significativo de indivíduos originários da Grécia ligados à actividade económica da cidade.

Embora não existam evidências arqueológicas precisas, é natural que alguns centros conserveiros sejam anteriores ao século I d.C., já que esta tradição é muito antiga no Mediterrâneo. As primeiras referências literárias a estas actividades remontam ao século V a.C. É de assinalar a presença de cerâmica campaniense (séculos II-I a.C.) na Casa dos Bicos e no BCP. Neste segundo caso, foi escavado um compartimento de planta quadrangular, junto ao nível freático e em plena praia, com pavimento em barro e restos de uma lareira, estrutura esta com prováveis funções de armazém. No contexto da fábrica de Cacilhas existem testemunhos materiais dos períodos Púnico e Republicano. Já Teresa Gamito (1983) chamara a atenção para as vias pré-romanas que ligariam a Via da Prata à região de Olisipo, pondo em realce a importância comercial da cidade já na II Idade do Ferro.

Atendendo às adversas condições de navegabilidade do Oceano Atlântico durante o Outono e Inverno, o intenso comércio a longa distância ficava restringido ao período estival. O vasto território sob a influência de Olisipo reunia condições de auto-suficiência, suportando, sem grandes restrições, o longo período de encerramento da sua principal via de comunicação.

O esteiro da Baixa como «periferia industrial»

Escavações arqueológicas realizadas na Baixa pombalina, já na década de 90, na sequência de projectos de remodelação de vários imóveis, estão a revelar-se fundamentais para um melhor conhecimento do vasto complexo industrial que se começa a definir na área urbana de Lisboa.

Nesta sequência, foram identificadas, pelo menos, mais quatro unidades fabris: duas na Rua dos Fanqueiros e outras duas na Rua Augusta. Juntando a estas quatro o núcleo da Casa dos Bicos, verifica-se que todas elas se organizam ao longo do braço de rio (antigo esteiro da Baixa) que ia até à actual Praça do Rossio, zona onde confluíam duas ribeiras.

A unidade fabril da Casa dos Bicos foi construída numa plataforma sobreelevada cerca de três metros em relação ao actual nível médio das águas do mar, constituída por areia fina silto-argilosa (areolas da Estefânia) e por blocos de grés calcário (terreno do Terciário). As restantes fábricas foram construídas sobre as areias da praia fluvial outrora existente na base da vertente SW da colina do Castelo.

Esta zona industrial e portuária envolvia, assim, a área residencial a sul e a oeste, num alinhamento com uma extensão de cerca de 500 m, de acordo com os conhecimentos actuais.

Vasco Mantas (1990), no seu esquema urbanístico de Olisipo, propõe um eixo viário desde a Casa dos Bicos até às «termas» da Rua da Prata e que acabaria por ligar, com o seu prolongamento para NW, todas as unidades fabris já conhecidas. Estas enquadram-se, em termos gerais, na malha ortogonal imposta pelo urbanismo romano ao povoado preexistente.

As designadas «termas» da Rua da Prata encontram-se no alinhamento das unidades fabris dispostas ao longo do esteiro, mas, de acordo com os dados arqueológicos mais recentes, apresentam a particularidade de se situarem mais avançadas sobre o esteiro. As duas unidades da Rua dos Fanqueiros localizam-se junto ao lado de maior extensão das termas, virado a terra. Trata-se de um grande edifício do qual subsiste uma rede de galerias de um criptopórtico que sustentaria um edifício público (MOITA e LEITE, 1986).

É, de facto, admissível que este edifício corresponda a um balneário que serviria a população da zona industrial e portuária. As grandes termas públicas da área residencial situavam-se na zona das Pedras Negras. A construção de uma muralha defensiva nos finais do século III ou inícios do IV, deixando de fora a zona industrial e portuária, torna mais plausível a necessidade da existência daqueles banhos. No entanto é admissível que esta plataforma tivesse também outra função, ou seja, como sustentação do *forum* comercial ligado à actividade portuária (RIBEIRO, 1983), em última análise, integrando armazéns. Estrutura que estaria avançada sobre o braço de rio e em ligação directa com um eixo viário da cidade, função esta já conhecida em Óstia, porto que abastecia a cidade de Roma.

Torna-se pertinente referir que este vasto complexo industrial apresenta algumas semelhanças, em termos de implantação e de funções, com o identificado no centro urbano de Setúbal (SILVA e SOARES, 1986). Esta actividade parece ter sido, de facto, muito importante em diversos núcleos urbanos costeiros da Lusitânia.

Há referências a um provável cais do período romano na Rua das Canastras, a cerca de 100 m a poente da Casa dos Bicos, mas que Vasco Mantas (1990) interpreta como possíveis vestígios da muralha. Teria sido igualmente detectado um paredão com argolas no decurso das obras no Convento de S. Domingos, ao Rossio (SOUSA, 1571).

Centros de produção piscícola

Outras unidades fabris têm sido localizadas em pequenas enseadas ao longo do estuário do Tejo, mas agora na sua margem esquerda, à semelhança do que já se verificava no estuário do Sado. Para além da estrutura de produção de preparados de peixe em Cacilhas, foi detectada outra unidade a cerca de 90 m da anterior, na Rua Carvalho Freirinho. Existem ainda indícios de uma outra no Porto Brandão. Mais recentemente (1992), numa intervenção verificada no núcleo antigo de Cascais, junto a uma antiga porta do castelo, foi identificado um conjunto de tanques de salga.

Na Casa dos Bicos detectaram-se cinco tanques, tendo um sido escavado no solo de base, dois compartimentos de apoio à actividade laboral e um pequeno esgoto, descarregando directamente no rio. Em momento incerto, esta unidade fabril foi desactivada e a sua zona de implantação

completamente aterrada, o que permitiu uma remodelação urbana do local em período tardo-romano. O encerramento desta fábrica pode estar associado à necessidade de construção da muralha de defesa da cidade, no período de convulsões e de crise no Império. A denominada «Cerca Moura» é construída no limite da mesma fábrica, ficando esta no seu interior e, segundo tudo indica, a muralha romana coincide com aquela estrutura defensiva neste sector, como reforça Vasco Mantas (1990), baseando-se na identificação de uma estrutura circular que escavámos no local, elemento que pode também ser interpretado como tendo pertencido ao antigo cais romano.

Propõe-se como data provável de encerramento desta unidade fabril o final do século III ou inícios do século IV.

Nas obras de abertura de uma cave, quando da remodelação de uma pastelaria, na Rua dos Fanqueiros, n.os 51 a 57, foram detectados dois tanques de salga e vestígios de outras estruturas, entretanto destruídas, pertencentes a mais uma unidade fabril. Após curta intervenção de emergência, constatou-se que um dos tanques estava entulhado com peças cerâmicas atribuíveis a meados do século XV. Num dos tanques ainda foi viável proceder a uma sondagem, tendo-se detectado o derrube da cobertura da respectiva fábrica.

Uma pequena intervenção de emergência desenvolvida pela equipa do Gabinete do Teatro Romano já em Abril de 1993, permitiu identificar um tanque pertencente a mais uma unidade de salga localizada sob o prédio com os n.os 72 a 76, ainda na Rua dos Fanqueiros. A parte superior do mesmo encontra-se imediatamente sob o lajeado pombalino, o que reforça a circunstância de as unidades fabris se disporem em plataformas a uma cota cada vez mais baixa, no sentido nascente/poente, seguindo a pendente da praia fluvial.

A intervenção arqueológica que decorreu entre Outubro de 1992 e inícios de 1993 na extinta loja «Mandarim Chinês», revelou mais uma unidade fabril. No entanto não foi possível proceder-se à sua escavação uma vez que somente o limite superior dos tanques está acima do nível freático, tendo-se apenas feito o seu registo.

Nas instalações do BCP decorreram em 1991 trabalhos arqueológicos, durante cerca de quatro meses. Não se encontrando ainda concluída a intervenção no local, por razões de segurança dos três imóveis, foi, no entanto, possível referenciar a existência de dezassete tanques, zonas de pátio, instalações anexas e um poço. Podemos estar em presença de duas unidades fabris, em que uma delas terá sido ampliada com a construção de um conjunto de pequenos tanques, num período já tardio.

As ânforas recolhidas no local, são posteriores à crise que esta indústria terá sofrido por volta de finais do século II, cujas razões ainda não são claras, mas que podem estar ligadas a alterações de hábitos de consumo e do tipo de produto preferido. O contentor usado desde, pelo menos, meados do século I d.C. (Beltran 4b), é substituído por outros modelos no transporte de produtos piscícolas. As fábricas sofrem igualmente algumas alterações estruturais.

Os tipos de ânfora que se encontram melhor representados no BCP são a Almagro 50 e 51C, usadas entre os séculos III e V. Os outros tipos registados são a Dressel 30, a Beltran 72 e uma ânfora identificada por Dias Diogo (1987) como Lusitana 9 (na sua proposta de sistematização das ânforas romanas fabricadas na Lusitânia). O autor propõe a mesma cronologia das duas primeiras.

Num dos tanques e sob a camada de derrube da cobertura, foi recolhida uma taça em *sigillata* clara (forma 53C de Hayes), com a cronologia de 370/430 d.C., associada a material anfórico e a um vasto conjunto constituído por loiça em cerâmica comum, usado na laboração da fábrica.

Propõe-se como data provável de encerramento desta unidade fabril a primeira metade ou meados do século V.

Começam a registar-se no vale do Tejo alguns aspectos já conhecidos no Sado, sugerindo cada vez mais uma evolução muito aproximada nos dois estuários, no tocante à evolução da produção anfórica e de preparados piscícolas. Assim, a crise de finais do século II leva ao encerramento de algumas fábricas, como foi o caso de Cacilhas. Os fornos mais distantes que produziram o primeiro contentor usado na exportação de pescado, deixaram de laborar, como o caso dos da Garrocheira (Benavente). Os da Quinta da Alegria (Seixal) começam, por sua vez, a produzir em inícios do século III.

Os fornos do Porto dos Cacos (Alcochete) integram-se num vasto complexo oleiro, que terá laborado em diferentes épocas. Iniciaram a sua produção, pelo menos, em meados do século I d.C., e produziram até ao século V. Há vestígios de ocupação do local até inícios do século VIII. Trata-se do principal centro produtor de ânforas conhecido no vale do Tejo e com maior peso no fornecimento de contentores aos centros conserveiros do estuário.

Todos os fornos do Tejo se localizam na margem esquerda do rio, sendo a sua produção vocacionada para as unidades de preparado de peixe da embocadura do estuário.

Vários são os locais do Império onde são registadas ânforas lusitanas, como em Óstia, Marselha, Roma, Trier (Alemanha), Cartago e em outros lôcais das costas mediterrânicas. Com a continuação do estudo da dispersão das ânforas, será possível vislumbrar, a médio prazo, o peso relativo do vale do Tejo na produção e exportação de preparados piscícolas. Igualmente se regista nas *villae* do território de Olisipo a presença de alguns exemplares de ânforas de pescado, como corolário lógico do comércio de âmbito regional.

Lisboa muçulmana

Um espaço urbano e o seu território

Cláudio Torres

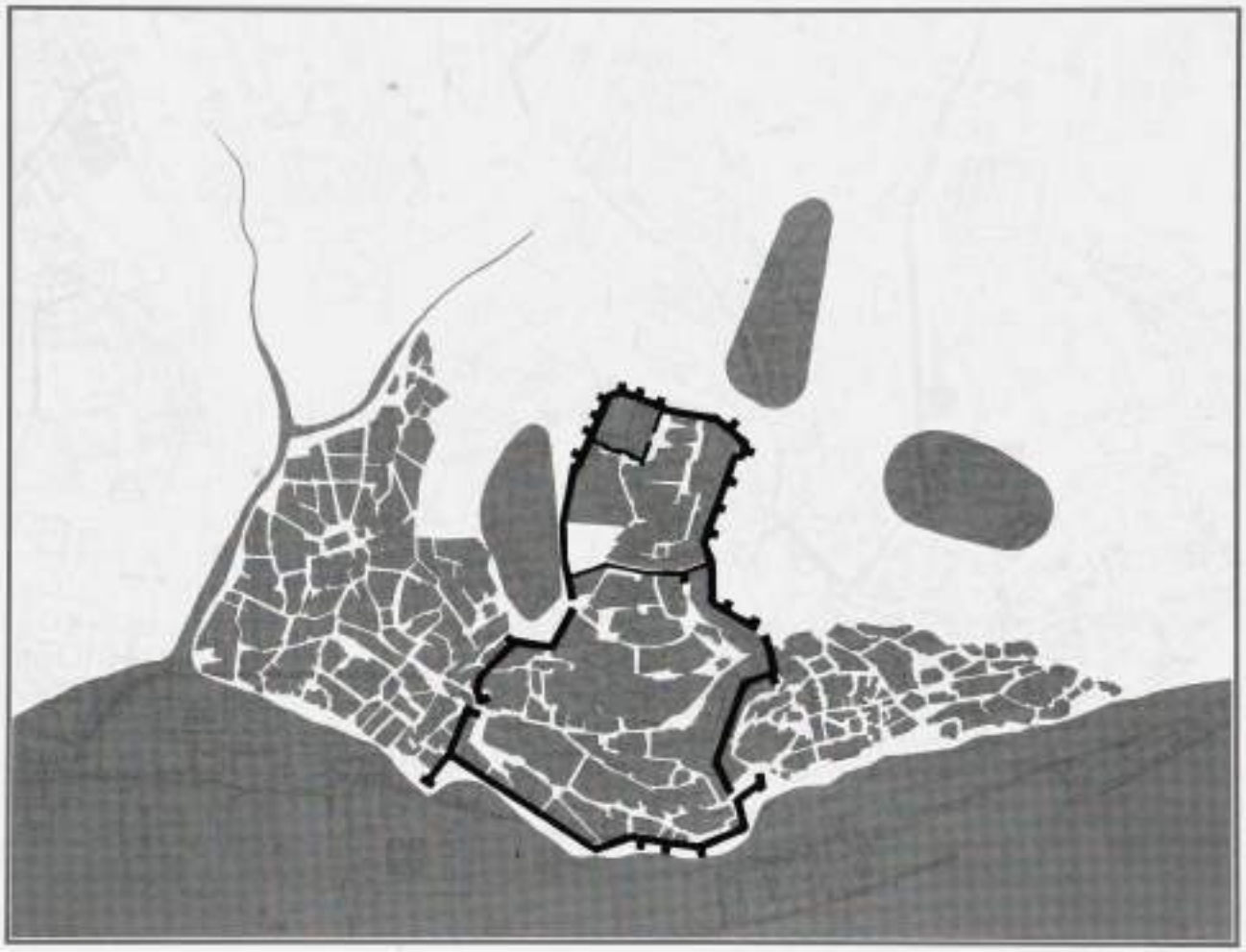
Um território

O cabo da Roca com as suas alcantiladas arribas batidas pelo vento, hoje apenas ponto simbólico do extremo ocidental da Europa, foi na Antiguidade um limite para os navegadores mediterrânicos que arriscavam dobrar o cabo de S. Vicente. Para norte, estendia-se um mar inseguro e uma costa agreste e brumosa onde os abrigos de Óbidos ou Alcobaça, já em processo de assoreamento na Alta Idade Média, apenas acolhiam populações lagunares que pouco se aventuravam no mar aberto. Protegidos por este promontório que se alonga nas praias amenas do Estoril, abrem-se e penetram profundamente pela terra dentro os dois estuários do Tejo e do Sado, formando no seu conjunto um vasto e sinuoso mar interior. Desde os limites navegáveis do Tejo, para além de Abrantes, até ao alto Sado em Porto de Rei, incluindo as duas grandes enseadas de Cascais e de Sesimbra, este pequeno mediterrâneo espraiado por mais de 5000 km^2 de águas mansas formava a rede de artérias vitais do termo de Lisboa. Um dia curto de navegação a favor da maré bastava para perfazer os 80 km que separam Santarém ou Coruche do Mar da Palha. Uma rápida *canoa* ou *zarima*, sem ter de se fazer ao mar para contornar o perigoso cabo Espichel, levaria o mesmo tempo a atingir Alcácer do Sal, seguindo pelos esteiros do interior que por essa altura ainda ligavam os sapais da Moita-Montijo às praias do Sado. Uma extensa rede de vias fluviais com algumas incursões fora da barra, ligava estreitamente, e nunca a mais de um dia de viagem, a cidade de Lisboa a uma série de outros centros urbanos dela dependentes económica e politicamente. Podemos citar, entre outras, Tomar, Torres Novas, Abrantes, Santarém, Coruche, Alenquer, Almada, Palmela, Sesimbra, Setúbal, Alcácer do Sal e mesmo Sines - Santiago do Cacém. Excluindo a cidade de Santarém, que no século XI poderia alcançar os 4000 habitantes, e Alcácer, com um pouco mais de 2000, as outras povoações, embora atingindo raramente o milhar de cidadãos, administravam a região certamente mais densamente povoada de todo o Garb-al-Andaluz.

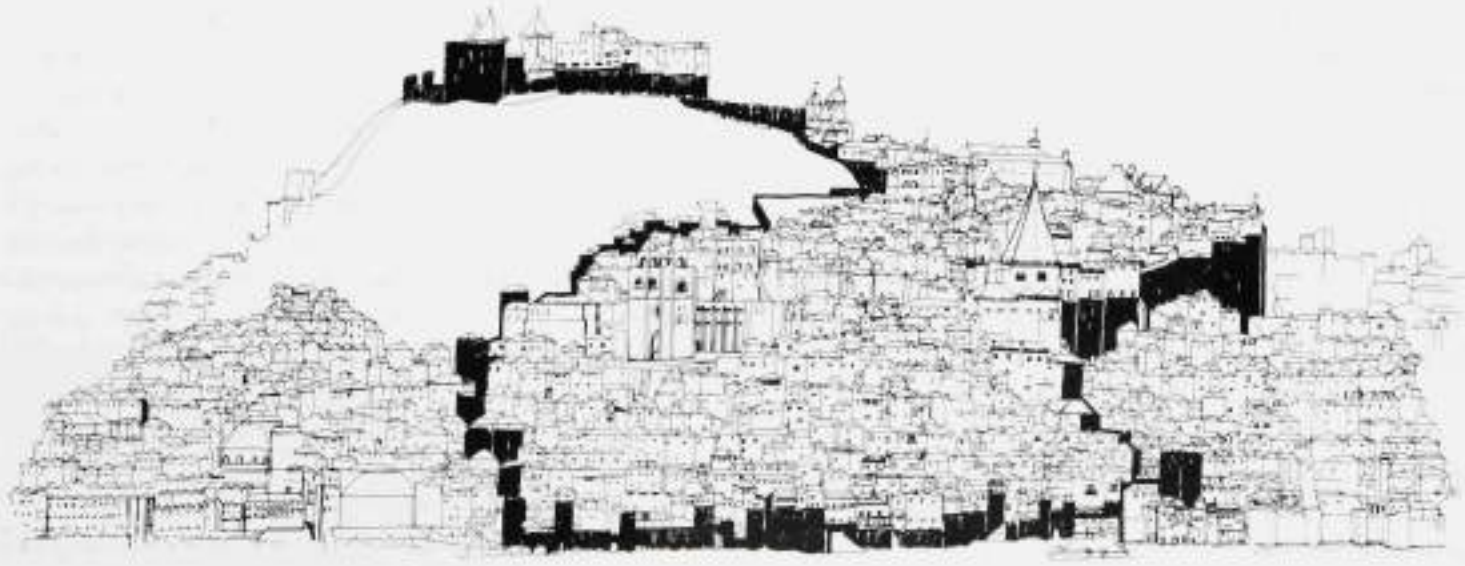
Além deste complexo sistema fluvial, Lisboa era também a plataforma natural de encontro e redistribuição de uma série de grandes vias terrestres já utilizadas durante o Império Romano. A estrada do norte partia da zona portuária do actual Rossio, atravessava os campos e hortas de Alvalade – cujo topónimo *albalat* significa em árabe *o caminho* – dirigindo-se a Santarém, com passagem por Arruda. Da antiga Scalabis, utilizando a calçada romana de Tomar, seguia para Coimbra, Gaia e Braga. Duas outras importantes estradas convergiam na margem esquerda do estuário do Tejo, provavelmente em Alcochete. Uma delas, vinda do extremo sul, com origem em Mértola e Beja, divergia para Alcácer ou seguia directamente para Évora onde entroncava na calçada principal oriunda de Mérida e Badajoz. Esta grande estrada Leste-Oeste, por alturas do actual Montemor-o-Novo, bifurcava-se em dois ramais: um que prosseguia em direcção ao Mar da Palha, e um outro que se encaminhava aos portos fluviais de Coruche e Santarém. Além destas vias principais, desdobrava-se um denso reticulado de caminhos secundários convergentes em Lisboa com destaque para um outro eixo Norte-Sul que até há pouco mais de uma centúria era ainda a grande artéria de escoamento agrícola de Leiria, Alcobaça, Óbidos e Torres Vedras. Num arco mais reduzido de 30 a 40 km e onde podemos incluir as terras férteis de Mafra, Malveira, Sintra e Colares, pequenas veredas eram percorridas por dezenas de muares que diariamente abasteciam com fruta e legumes frescos os mercados da capital.

O termo de Lisboa, devido a esta complexa e eficaz rede de comunicações terrestres e fluviais, parece ter sido bastante extenso em época islâmica. Em meados do século XII, quando da entrega da cidade e purificação da mesquita, o recém-empossado bispo inglês Gislebert Hasthings passa a ter sob o seu domínio, além da cidade, todos «os seus termos que vão do castelo de Alcácer ao de Leiria e do mar ocidental até à cidade de Évora» (OLIVEIRA, 1936: 109).

Se a extensão territorial do termo de Lisboa era considerável, nos seus 15 000 km^2 e com uma população periurbana a rondar os 40 000 habitantes, a sua riqueza não era menor. Por alturas do século XI, nenhuma outra cidade ou região do Garb-al-Andaluz se lhe podia comparar em importância económica. Todos os autores árabes, desde al Razi,



Lisboa muçulmana com indicação da cerca moura



do século X, até Edrisi, do século XII, são unânimes em destacar as férteis terras de pão da *Balata* (Ribatejo), onde, desde Estrabão, as éguas emprenham com o vento; a frescura das hortas e jardins das terras saloias; o tamanho anormal dos melões de Almeirim ou das maçãs e pêras de Sintra.

A exploração do ouro retirado do Mar da Palha e das minas de Almada é também uma referência constante em todos os autores da época, assim como umas pedras semipreciosas (a pedra judaica) e os açores da serra de Sintra.

Porém, era das águas que vinha a maior riqueza. No seu relato da conquista de Lisboa, dizia Osberno-Ranulfo do rio Tejo: «Há nele tanta abundância de peixe, que os habitantes acreditam que dois terços da sua corrente são de água e o outro terço de peixes» (OLIVEIRA, 1936: 58). De facto, os estuários do Tejo e do Sado, se excluirmos os últimos anos de poluição industrial, podem certamente comparar-se às maiores bolsas piscatórias da Europa.

Na Lisboa muçulmana, além do sempre citado âmbar, extraído do cachalote (em língua árabe este grande cetácio chamava-se precisamente *âmbar*), com utilização muito difundida na farmacopeia e cosmética da época, seria muito intensa a actividade pesqueira, dada a variedade de barcos, apetrechos e artes da pesca ajustadas a estas águas e que ficaram na nomenclatura naval e no vocabulário marítimo[1]. Aliás, seguindo uma velha tradição mediterrânica ainda vivaz em época islâmica, no estuário do Tejo várias embarcações conservaram antigos nomes de animais e mantinham em finais do século passado as mesmas formas e funções de carga ou de pesca. Entre outros exemplos, destacam-se a *muleta* (pequena mula) com a sua forma e velame característicos, bem adaptada aos ventos instáveis do estuário e especializada nas artes da pesca por arrasto lateral, assim como a ágil *falua* (potra em árabe dialectal), que a sua enorme vela latina fazia chegar a todos os portos do interior. Esta actividade pesqueira desenvolvera desde tempos antigos uma próspera indústria salineira representada em época romana pela própria designação de Salácia para a actual Alcácer do Sal. Dessa época e espalhadas pelas margens dos dois estuários, datam algumas dezenas de grandes salinas e várias centenas de tanques para o fabrico de salmoura. O peixe em pasta ou simplesmente salgado foi durante vários séculos, quase até aos nossos dias, uma importante mercadoria e apreciado alimento das zonas mais afastadas do interior. Descarregados em Coruche, Alenquer ou Tomar os potes e anforetas do peixe alimado, os cestos e seirões da sardinha salgada, as *catraias* e os *barcos de riba-Tejo* embarcavam, de regresso a Lisboa, além de reses e gado miúdo para o abate diário nos açougues, cal, tijolo e telha para as obras da cidade, lenha e carvão para alimentar as forjas, ferrarias e fornos, armações de madeira, tabuado e breu para a construção naval.

Desde meados do século X, quando os califas omíadas reorganizam a sua marinha de guerra para responder aos ataques dos normandos, que há referência expressa a estaleiros navais no estuário do Sado. No entanto, não quer isso dizer que as tradições construtivas de barcos mercantes e de pesca não fossem anteriores a essa época. Devido à endémica escassez de boas madeiras no Mediterrâneo seriam certamente procuradas as matas de pinheiro manso que nessa altura rodeavam os dois estuários e, também, as boas madeiras de sobro e carvalho que desciam o Tejo. Aliás, na Lisboa muçulmana, ao fundo do esteiro que então chegava às imediações da Praça da Figueira, há notícia de estaleiros navais, as *Tercenas* (dâr-as-sinã), que no século XIV viriam a localizar-se à beira-rio no local ainda hoje chamado de Arsenal.

Topografia histórica

Na história das cidades do Ocidente Mediterrânico e nomeadamente no al-Andaluz Ocidental, a viragem dos séculos IX e X é quase tão decisiva como a revolução urbana de finais do século III. Com um notável desenvolvimento comercial e maior segurança das grandes rotas marítimas com o Oriente, é sensível por todo o lado uma aproximação urbana das zonas portuárias. Como já sucedera anteriormente com o abandono de Itálica a favor de Sevilha, o mesmo acontece pelos finais do 1.° milénio com a escolha de Almeria em detrimento de Pechina, ou de Coimbra às custas da moribunda Conímbriga.

Na bacia do Tejo o fenómeno é semelhante. Os caminhos da romanização destas terras do sol-poente pouco arriscaram sobre as rotas oceânicas, optando quase sempre pelo interior, ao longo da pré-romana *Via da Prata*. Desta forma, não admira que quase todas as grandes cidades romanas da Lusitânia tenham surgido viradas para o interior, onde se localizava Mérida, a sua capital. Assim sucedeu com Mértola, Beja, Évora, Moron e Scalabis (Santarém). Mérida, implantada neste eixo Norte-Sul, foi também o cruzamento de uma outra via que, bordejando o vale do Tejo ou navegando sobre as suas águas, vem desembocar nos grandes estuários do Ocidente. Em parte beneficiando da decadência do trans-

porte terrestre dos minérios, que até ao século III justificou as rotas do Norte, o interesse pelo eixo Leste-Oeste começa por manifestar-se no abandono da antiga e pré-romana Moron, apertada na ilha de Almourol, com uma fixação em Scalabis, mais a jusante, ao encontro das grandes águas e marés do Tejo[2]. Durante muito tempo, foi Scalabis (Santarém) a capital de todo o território dos estuários até que, no decurso dos séculos IX-X, Lisboa começa a afirmar-se como pólo regional.

Quando em meados do século IX os emires omeias de Córdova lançam as primeiras campanhas de centralização do poder, encontram no Garb algumas cidades já consolidadas na sua autonomia, assim como vários e intermitentes movimentos regionalistas cujo paradigma é a família dos Ibn Marwan. Este poderoso clã familiar de *muladis* (convertidos ao islamismo) certamente originário do povoado de Marvão[3] que durante quase cem anos impôs o seu movimento autonomista às zonas de Idanha, Évora e mesmo Alcácer do Sal, foi o fundador da cidade de Badajoz. Esta transferência para oeste da futura capital Aftássida, confirma e acentua uma maior aproximação aos grandes estuários. A vizinha Mérida imperial, ao entrar nessa altura em decadência, acompanha o declínio das outras duas capitais de *conventus* do Ocidente, Pax Julia (Beja) e Scalabis (Santarém). A partir do século XI todos os caminhos do interior convergem nos acessos ao mar, numa aproximação das grandes rotas de navegação marítima que, neste período da civilização islâmica ocidental, determinam o apogeu das cidades-estado. É o tempo em que Lisboa começa a afirmar o seu poderio regional.

A cidade

Se excluirmos os Maios ou Magos, como chamavam os andaluzes aos piratas normandos dos séculos IX e X e que, certamente, nunca escreveram as suas impressões de viagem, a memória dos primeiros olhares de um nórdico sobre Lisboa chegou-nos do suposto cruzado Osberno (provável clérigo Ranulfo de Granville) que acompanhou os vencedores durante as operações de cerco e conquista da cidade: «Ao norte do rio está a cidade de Lisboa, no alto dum monte arredondado e cujas muralhas, descendo a lanços, chegam até à margem do Tejo, dela separado apenas pelo muro. Ao tempo que a ela chegámos, era o mais opulento centro comercial de toda a África e duma grande parte da Europa... tinha a cidade sessenta mil famílias que pagavam tributos, incluídos os dos subúrbios em volta, mas excluídos os homens que não estavam sujeitos à tributação de ninguém» (OLIVEIRA, 1936: 58 e 60). Este normando chega certamente pela primeira vez a uma cidade do Sul, a uma cidade mediterrânica e fica impressionado com a concentração arquitectónica e principalmente com o formigueiro de tantas e desvairadas gentes. Só desta forma é justificável o número exagerado de 60 000 famílias que pensava habitarem o aglomerado urbano.

Em meados do século XII, Lisboa não era uma cidade do tamanho e importância de Córdova, Sevilha ou Granada, porém, não há dúvida que desde inícios da anterior centúria, já era, claramente, o maior aglomerado populacional do Garb-al-Andaluz. Apenas Coimbra e Badajoz com cerca de uma dezena de hectares muralhados e, talvez, Santarém com os seus arrabaldes, atingissem os 4 ou 5000 habitantes. As outras cidades principais do Garb – Elvas, Alcácer, Évora, Beja, Aroche, Mértola, Silves e Faro – nuncam ultrapassam os sete hectares de perímetro urbano, com 2 a 3000 habitantres. Em Lisboa, se juntarmos os quinze hectares de espaço intra-muros com os dois arrabaldes da Alfama e do Ocidente teremos um total aproximado de trinta hectares para a sua área urbana. Contando com um denso povoamento espalhado pelos subúrbios e beira-rio, não será descabido admitir uma concentração populacional a rondar as 20 ou 25 000 pessoas. A Lisboa islâmica, no seu apogeu, aproxima-se dos grandes portos de Málaga e Almeria.

A estrutura urbana de Lisboa enquadra-se perfeitamente nas tradições mediterrânicas, tendo absorvido no seu emaranhado viário, ou reutilizado para novas funções, os teatros, pórticos e plataformas artificiais da anterior cenografia imperial romana. Como nas outras cidades-porto semelhantes, são claramente perceptíveis os dois pólos geradores principais: no ponto mais elevado do cerro e sobre uma possível acrópole, refúgio dos antigos deuses e senhores, erguia-se uma alcáçova – palácio residência de uma élite de funcionários e militares. Na beira-rio foi-se acumulando uma profusão de pescadores, artesãos e comerciantes, formando a cidade baixa. Se em povoados urbanos do mesmo tipo como Almeria, Alcácer ou Santarém, devido ao abrupto das encostas, os dois pólos geradores nunca chegam a unificar-se, nos casos de Coimbra e Lisboa a aproximação é facilitada pelo aproveitamento de uma plataforma central como pequeno *forum-suq* (mesquita) e, finalmente, sé catedral. No caso de Lisboa, a fusão num único casco foi confirmada com os 2 km de sólida muralha da chamada Cerca Moura.

A Alcáçova, com amuralhamento próprio, ocupava o topo da colina numa área de quatro hectares. Além dos paços do

alcaide ou do senhor e dependências da sua corte, o resto do espaço, hoje bairro de Santa Cruz, seria ocupado pelas habitações de funcionários e militares. A Medina do século XI, no seu apertado emaranhado urbano, seria, toda ela, bem povoada, embora certamente com maior densidade nas proximidades do rio. Diz Osberno-Ranulfo: «Os seus edifícios estão aglomerados tão apertadamente que, a não ser entre as dos comerciantes, dificilmente se achará uma rua com mais de oito pés de largura» (OLIVEIRA, 1936: 60-61).

Da parte do ocidente, nas imediações da grande mesquita saía-se da Medina pela monumental Porta Férrea e penetrava-se num outro labirinto urbano que descaía rapidamente pela encosta até ao esteiro que servia de porto de abrigo da cidade. Nos seus areais, carpinteiros e calafates construíam e reparavam embarcações. Ladeando os caminhos íngremes que davam acesso à Porta da Alfofa (do Postigo), sobre um possível templo funerário paleocristão, mais tarde substituído pela ermida de S. Mamede, deveria localizar-se um dos cemitérios cristãos-moçárabes da cidade.

Para os lados de nascente, a chamada Porta do Sol abria para o *almocavar* muçulmano que se estendia pelas encostas fronteiras de S. Vicente, certamente ladeando e sobrepondo-se a outras antigas necrópoles paleocristãs. Ainda da parte oriental, mas junto ao rio, uma grande torre albarrã protegia a porta da Alfama, onde se situavam as lojas dos prateiros e ourives, das sedas e brocados. Eram as *alcaçarias*, onde também eram cobradas as taxas alfandegárias. Aqui começava um outro e populoso arrabalde.

A norte da cidade e fronteiro à Alcáçova, no actual cerro da Graça, então conhecido pelo topónimo de *Almofala* – do árabe *almahalla* que tanto pode significar acampamento como aldeamento ou bairro – não é improvável a existência de um outro arrabalde. A sua protecção estaria a cargo de uma torre atalaia erguida na colina da actual Penha de França e cujo topónimo medieval era *Alvorge*, ou seja torre ou pequeno forte – *bordj* em árabe. Nas vertentes das colinas de Almofala e de S. Gens – dada a sua persistência até finais do século XV – haveria, certamente, mais campos mortuários, um muçulmano e outro judaico.

Sobre estes bairros periféricos de Lisboa diz-nos o sempre atento clérigo normando: «Ao sopé dos muros existem arrabaldes alcandorados nos rochedos cortados a pique, e são tantas as dificuldades que os defendem, que se podem ter em conta de castelos bem fortificados»(OLIVEIRA, 1939: 60).

Conclusão

A Lisboa muçulmana, em finais do século XI, era a mais importante cidade do Ocidente Ibérico e não era das mais pequenas de todo o al-Andaluz. No entanto, através das referências das crónicas árabes, nunca o seu papel político parece ter-se ajustado a essa imagem. Entre outros factores, creio que todo o Garb – e de um modo particular a região de Lisboa – sempre beneficiou de uma certa autonomia em relação aos grandes centros de decisão política do al-Andaluz. Desde as convulsões sociais e militares da primeira metade do século VIII, quando foi acelerado o processo de concentração de poderes sob o pendão muçulmano, que estas paragens do Ocidente, de Coimbra a Lisboa, parece terem acordado com os vencedores uma série de pactos de autonomia. Como sucedeu por essa altura na região de Múrcia (as antigas terras de Tudmir), os territórios do Garb teriam mantido uma parte considerável dos seus poderes políticos e principalmente religiosos. Ainda em meados do século XII, quando o processo de islamização há muito fora concluído noutras cidades do Andaluz, a população de Lisboa seria maioritariamente cristã. Supondo tratar-se de uma milagrosa conversão provocada pelo massacre em que foi vítima o próprio bispo da cidade, constatava Osberno-Ranulfo: «...outros mouros, vivos, mas semelhantes a cadáveres, arrastavam-se por terra, e suplicantes abraçavam e beijavam o sinal da cruz e proclamavam boa a Santa Maria Mãe de Deus, de modo que em todos os seus actos e palavras, e até mesmo nos extremos da sua agonia, misturavam e proclamavam comovidamente: Maria boa, boa Maria! »(OLIVEIRA, 1936: 109).

Para este observador privilegiado dos acontecimentos, este banho de sangue justificava-se pela demasiada liberalidade religiosa que era autorizada na cidade: «A causa de tamanha aglomeração de homens era que não havia entre eles nenhuma religião obrigatória; e como cada qual tinha a religião que queria, por isso de todas as partes do mundo os homens mais depravados acorriam aqui como a uma sentina, viveiro de toda a licenciosidade e imundície» (OLIVEIRA, 1936: 61).

Até finais do 1.º milénio, Lisboa mantém uma evidente dependência dos caminhos do interior, onde ainda são dominantes as antigas cidades de Beja, Santarém e a recém-criada e já poderosa Badajoz. Porém, as suas riquezas e prosperidade nunca deixam de ser alvo constante da cobiça dos povos do Norte que, durante os séculos IX e X, saquearam várias vezes as suas hortas e aldeias, chegando mesmo, esporadicamente, a apoderar-se do casco urbano.

A partir do insucesso das pretensões centralizadoras do califado de Córdova e devido a um crescente intercâmbio marítimo entre o Mediterrâneo e o Norte da Europa, Lisboa é uma das grandes beneficiárias das autonomias regionais do período das Taifas e atinge rapidamente as dimensões de uma grande cidade.

Desde sempre, término do mundo antigo e último porto de abrigo dos mares do Sul, a cidade de Lisboa é também a primeira a abrir-se aos grandes oceanos de todas as tormentas. A partir do século XII, ao reverso de quase todas as outras cidades do al-Andaluz em que a «Reconquista» significou uma clara decadência urbana, Lisboa ganhou novo impulso com a pacificação das rotas marítimas de acesso ao Báltico. A Europa do Norte, recém-cristianizada, além do sal, necessita do vinho e do azeite para os seus rituais iniciáticos. A partir dessa altura, a futura capital portuguesa, concentrando todas as vias fluviais e terrestres da sua região e em breve de todo o país, está apta a proceder à simbiose cultural e tecnológica entre o Norte e o Sul que permitiu e impulsionou a grande aventura da expansão quinhentista.

[1] Entre os vocábulos ainda hoje geralmente utilizados, podemos citar, entre tantos outros, o *arrais* e a *fateixa*. Para as artes da pesca, são bem conhecidas as *almadravas*, a *xávega* e a *tarrafa*.

[2] Ao propor a localização da mítica Moron na pequena ilha do Tejo, nas imediações de Tancos, baseio-me nas suas excepcionais condições defensivas, nas ressonâncias familiares do topónimo e principalmente nas evidências arqueológicas ainda perceptíveis apesar de uma intensa reutilização de materiais de construção nas obras templárias do século XII.

[3] Assim como o povoado de Marvão – de toponímia antiga – deve ter dado origem e nome a esta célebre família de senhores locais, também a antiga cidade de Ossónoba – Santa Maria – Faro, terá sido a terra de nascimento da família de conversos Ibn al Harun que, no século XI governa a região. Um caso semelhante terá ocorrido em Alcácer do Sal, cujo nome em época islâmica de Abidarin ou Budarin não deve, a meu ver, ser relacionado com um antropónimo árabe, como tem sido afirmado e sim com a sua denominação pré-romana ainda hoje não esclarecida. Se nas regiões do norte, de sedentarização urbana mais recente, a época feudal impôs a generalização de alguns fenómenos antroponímicos, nas zonas mediterrânicas uma forte e tradicional implantação urbana torna muito rara a mudança de nome das cidades. Quando tal ocorre, não há exemplo da adopção de um antropónimo. No al-Andaluz, quando da fundação de novas cidades – os dois únicos casos conhecidos são Almeria e Badajoz – e quando tudo permitia prevê-lo, os nomes escolhidos não se relacionam com os seus fundadores. Almeria vem da palavra árabe *al mariya* – a atalaia. Badajoz, adopta, aparentemente, um velho topónimo.

Lisboa medieval e o seu termo

Luís Adão da Fonseca

Terra de encruzilhadas da História, sem a imutabilidade psicológica do Porto ou de Coimbra, iguais desde que a Nação principiou, talvez fosse preciso vê-la de mansinho na mão, encontrando-lhe a significação profunda em função do tempo. E distinguir, então, a cidade medieval de Álvaro Pais e Fernão Lopes...

MIGUEL TORGA, *Portugal*

Situada na margem direita do rio Tejo, a pouca distância da foz, a Lisboa medieval... e a sua história... são, ainda hoje, uma história a descobrir... Descoberta do espaço urbano... que começa pelo percorrer do traçado das muralhas, pelo deambular através de uma rede viária, pela investigação de uma paisagem toponímica.

O local terá sido habitado desde épocas remotas. Cidade antiga, possivelmente da fundação ibérica, município romano (*Olisipo* ou *Felicitas Julia*) de média dimensão, só na Antiguidade tardia adquire certa expressão quando, em meados do século IV, se torna sede de um episcopado cristão. Desde tempos imemoriais, nó de caminhos e ligações comerciais com outras regiões da Península, conquistada pelos muçulmanos logo em inícios do século VIII, recuperada temporariamente em 953, 1093 e 1095, apenas em meados do século XII se incorporará definitivamente na sociedade cristã (1147). Não é burgo nem região pobre o que o primeiro rei de Portugal conquista; uma fonte árabe do século X – Ahmede Arrazi – escreve que «o termo de Lisboa é comprido de muitos bens cá há aí muitas saborosas frutas. E ajuntou em si as bondades do mar e da terra». E numa passagem de Edrici (geógrafo do século XII) lê-se: «Esta bela cidade estende-se ao longo do rio, está cercada de muralhas e é protegida por um castelo».

«Era o mais opulento centro comercial de toda a África e duma grande parte da Europa (...). Separa do mundo o céu, as terras e os mares, por isso que ali acaba o litoral da Espanha, e em volta dela começa o oceano da Gália, e o limite setentrional, terminando ali o oceano Atlântico e o ocidente. Diz-se, por isso, que Lisboa é uma cidade fundada por Ulisses. Os seus terrenos, bem como os campos adjacentes, podem comparar-se aos melhores, e a nenhuns são inferiores, pela abundância do solo fértil, quer se atenda à produtividade das árvores, quer à das vinhas. É abundante de todas as mercadorias, ou sejam de elevado preço ou de uso corrente; tem ouro e prata», escreve Osberno, uma testemunha do cerco e da conquista. Herculano escreverá séculos mais tarde, exagerando um pouco: «Era esta opulentíssima pelo trato e mercancia dos portos da Europa e da África, e nela abundavam tanto o ouro e a prata como os artefactos e os géneros mais preciosos que o luxo pode desejar e a necessidade exigir». Teria, por essa altura, uma área de vinte hectares e cerca de 5000 habitantes (estimativa aproximada, mas, a meu ver, mais fiável do que as que apontam para quinze hectares e algo menos do que 15 000 habitantes).

Conquistada Lisboa pelos cristãos (ali onde havia um bispo moçárabe), é restaurada a diocese, como sufragânea de Braga, sendo nomeado primeiro bispo o inglês D. Gilberto; foi ele quem introduziu na nova diocese o missal e o breviário de Salisbury, que aí se mantiveram até ao século XVI. Será só em finais do século XIV que Lisboa se libertará desta situação de dependência: em 1393, por bula papal, é elevada à dignidade de metrópole, recebendo por sufragâneas as dioceses de Évora, Guarda, Lamego e Silves.

Com Braga, Porto, Lamego, Viseu, Guarda, Coimbra, Évora e Silves, Lisboa é uma das nove cidades que, no Portugal medieval, verdadeiramente pode ser chamada *cidade*. A sua planta não diferiria muito da típica planta das cidades muçulmanas. Oliveira Marques resume a situação com palavras certeiras: «A Reconquista trouxe consigo algumas mudanças mas não muitas. O governador cristão com a sua guarnição militar e as gentes de qualidade continuaram a ocupar a alcáçova. A mesquita foi convertida em catedral. Em seu redor continuaram a funcionar o mercado e os banhos públicos, mencionados pelas fontes documentais. As mudanças afectaram principalmente a distribuição interna da população. Aos Muçulmanos deu-se-lhes agora uma área muito mais pequena, fora da muralha. Os Cristãos passaram para dentro, com novos povoadores vindos do Norte, e ocuparam as partes maiores e melhores. Os Judeus, muito provavelmente, não mudaram de sítio».

O limite meridional do reino não passava, então, muito longe de Lisboa. Durante muitos anos, esta será ainda afectada pela frente militar, na sua função de cidade de fronteira (sofrerá ainda alguns ataques muçulmanos – 1179, 1183). Daí partem os cruzados que auxiliam o rei de Portugal D. Sancho I na conquista de praças inimigas: Silves em 1189, e Alcácer do Sal em 1217.

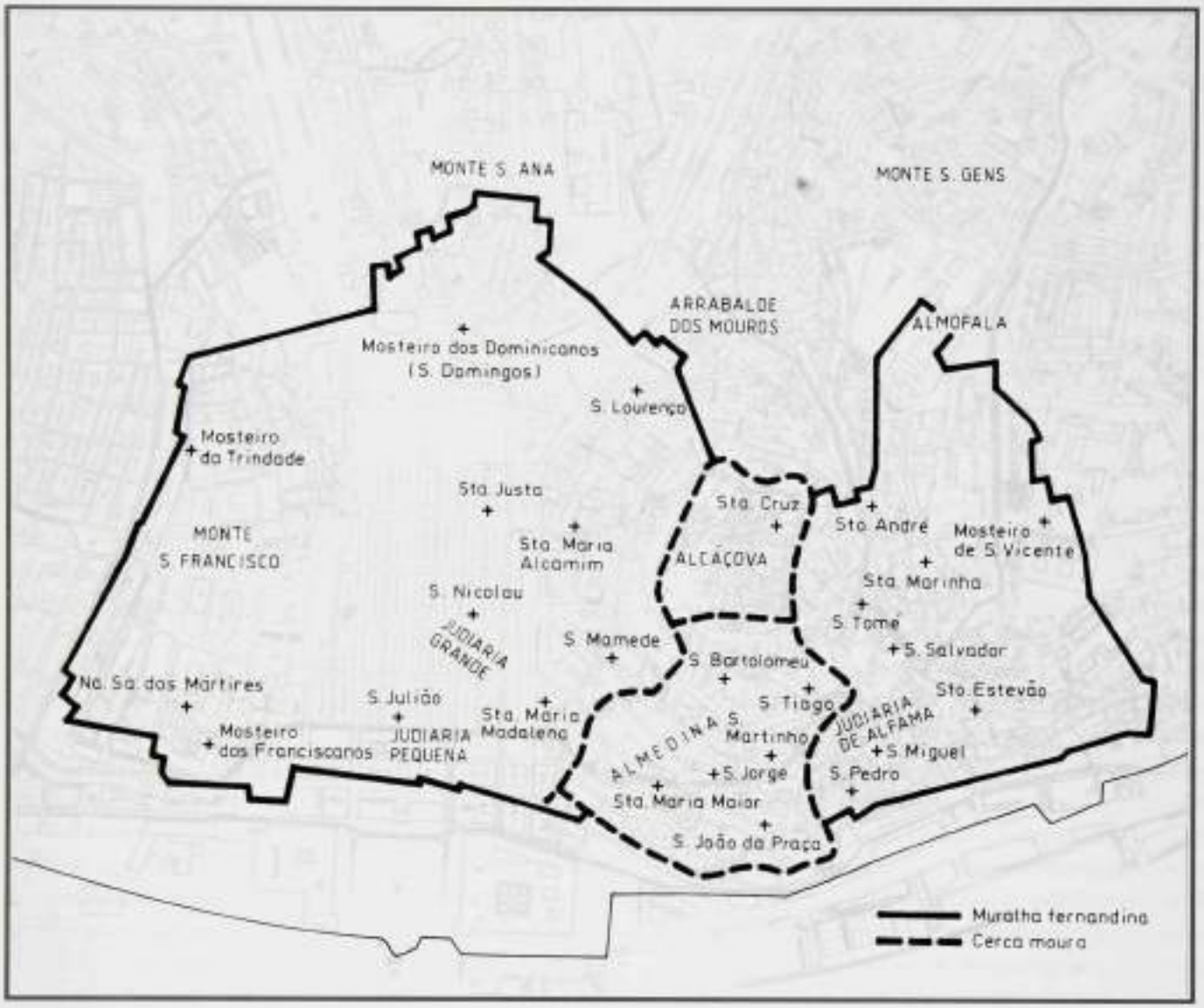
Tendo sido conquistada em 1147, só em 1179 (trinta anos depois) teve Lisboa o seu foral. Que perfil urbano se vislumbra através das disposições do foral? Uma povoação dominada por um castelo, centro de uma região agrícola, uma Sé episcopal. No interior, cavaleiros e besteiros, mercadores, almocreves, mesteirais, o bispo e o seu clero, freires das Ordens Militares, mouros livres e judeus. Alguns (quantos?) são proprietários no termo e também fora dele. Um mercado relativamente importante: Lisboa, então, é sobretudo um centro consumidor, aberto ao exterior (as referências aos almocreves e aos barcos do Tejo mostram-no). Vislumbra-se claramente a presença de uma economia monetária, mas com alusões a pagamentos em géneros... É fácil saber o que se negociava: escravos mouros, madeira, vinho, gado (veado, gamo, vaca, cavalo, burro, cabra, porco e carneiro), peixe, azeite, couros, panos, peles, pimenta, grã, pão, sal, vasos de madeira e escudelas.

No fundo sobressai a presença da *ideologia urbana*, típica da época, na preocupação por garantir a *paz urbana*: a clara defesa da segurança pessoal e dos bens, bem como da inviolabilidade do domicílio. E, ao lado, afirma-se, logo no proémio, o poder monárquico que concede o foral e se apresenta como garantia da sua aplicação: «Com a ajuda de Deus que a tudo fecunda generosamente, eu, Afonso, pela divina vontade Rei dos portugueses, conquistei aos sarracenos, à custa dos trabalhos e do engenho meus e dos meus homens, a cidade de Lisboa e restituí-a ao culto de Deus, entregando-a depois a vós, meus homens e vassalos e criados, para a habitardes como terra vossa. Aprouve-me agora, de espontânea vontade e com franqueza de ânimo, dar-vos e outorgar-vos um bom foro, tanto para os presentes como para os vindouros que por todo o sempre aí vierem a morar, de acordo com o qual vós e os vossos sucessores devereis satisfazer os encargos à Coroa a seguir especificados, que me sejam devidos ou aos meus descendentes».

Mais tarde, com o termo da Reconquista, já adiantado o século XIII, Lisboa, situada na boca do Tejo, a meio caminho e na transição entre os *dois Portugais*, adquire o perfil que a vai acompanhar no futuro: entreposto comercial e marítimo – mantendo contactos tanto com as regiões do Norte atlântico como com os portos do Ocidente mediterrânico –, motor do desenvolvimento económico nacional, referência geográfica do poder político – erigindo-se em capital, com a transferência da sede da chancelaria régia por decisão de D. Afonso III, em 1255-1256 –, efémero pólo da recém-criada Universidade (fundada em Lisboa em 1290, e transferida para Coimbra em 1308).

Esta evolução urbana deve ter-se desenrolado durante perto de três séculos. Cidade em crescimento, Lisboa tem ainda, para o visitante de hoje, um castelo como referência. A partir deste núcleo, a área urbana foi-se ampliando. Assim, em finais do século XIII, há necessidade de construir uma segunda muralha; sinal de que existem já novos bairros que urge defender e proteger. Em meados do século XIV, coincidindo com a crise demográfica (nomeadamente a Peste Negra de 1348), este crescimento entrou num período de refluxo, acentuado, um quarto de século depois, pelas consequências da guerra com Castela.

Constrói-se então a terceira muralha, com a qual Lisboa participa num amplo movimento de amuralhamento que afectou outras povoações portuguesas de então (Ponte de Lima, Viana do Castelo, Braga, Porto, Coimbra, Santarém, Óbidos, Évora e Beja). De acordo com as informações de A. Vieira da Silva, Teresa Campos Rodrigues descreve assim a cerca fernandina: «O lanço ocidental da muralha inseria-se na ainda hoje existente Torre de S. Lourenço e descendo pela encosta atravessava o vale onde se situa a Rua da Mouraria, cortava a Rua da Palma e subia pela encosta do Monte de Sant'Ana onde começava um lanço descendente até ao vale das portas de Santo Antão. Atravessava depois o vale de Valverde, nos Restauradores. Daí subia pelo monte de S. Roque, terminando numa Torre situada no actual Largo Trindade Coelho. Novo lanço descendente seguia até ao Tejo pelo lado oriental das Ruas da Misericórdia e do Alecrim, ficando as igrejas do Loreto e da Encarnação fora dele. Corria então ao longo do que era naquela época praia e hoje a Rua do Arsenal indo inserir-se próximo da Rua dos Arameiros e depois de atravessar a zona norte do Terreiro do Paço, na cerca moura. A muralha do circuito oriental nascia no canto nordeste do Castelo, seguia até ao Monte da Graça onde começava o lanço descendente até ao Tejo, atravessando a Igreja de S. Vicente. Seguindo paralelamente ao rio unia-se à cerca moura próximo da Porta de Alfama ou de S. Pedro».



Lisboa Medieval com indicação das freguesias

Sinal e expressão deste crescimento, encontramo-los nas obras da Sé. A catedral medieval é, sempre, o termómetro da vida da cidade a que pertence. A construção foi iniciada logo por D. Afonso Henriques, com um risco que muito lembra o da catedral coimbrã. Mas os frequentes terramotos do século XIV e as transformações constantes alteraram e ampliaram sucessivamente o projecto primitivo. Neste período, a cidade vê multiplicadas as fundações religiosas: S. Vicente de Fora, dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho (fundada pelo próprio conquistador da cidade), Trindade (iniciado em 1218), S. Domingos (construído entre 1242 e 1259), Santo Elói (fundado em 1286), S. Francisco (fundado em 1217), Graça (fundado em data incerta, provavelmente em meados do século XIII), Carmo (iniciado em 1389).

Entretanto, ultrapassadas as dificuldades deste final de Trezentos, o século XV significou um novo processo de desenvolvimento, de modo que, com a intensificação dos contactos comerciais e marítimos e com a multiplicação das expedições descobridoras, Lisboa adquire um maior dinamismo e dimensão. Um exemplo: no foral da portagem (dado em data anterior a 5 de Outubro de 1377) evidencia-se bem a abertura da cidade; a expansão do comércio e das actividades marítimas vão modificar por completo a fisionomia e a vida futura de Lisboa. Nesse interessante texto, logo no prólogo, alude o rei D. Fernando ao «nosso povo e [às] outras gentes que doutros senhorios e doutras partes, que são muitas e desvairadas, que a essa nossa cidade [de Lisboa] chegam com suas mercadorias». Depois cita expressamente, entre outros produtos, panos flamengos e ingleses, peixe de fora do reino de Portugal, louça de Málaga e de Valência; e fala dos «mercadores genoveses, [...] do senhorio de Aragão e prazentis e do senhorio de Milão [e] doutras nações que moram na dita cidade de Lisboa». E, mais adiante, refere os mercadores genoveses e catalães.

Se Portugal não constituía um mercado com muito interesse para o grande comércio europeu, os seus portos – Lisboa à cabeça – compensavam esta inegável debilidade com uma enorme capacidade de actuarem como transportistas e intermediários, situados a meio caminho entre o Mediterrâneo e o Atlântico. Em relativamente pouco tempo – uma escassa meia centúria da segunda metade do século XIV –, Lisboa põe-se em contacto comercial com toda a Europa e seus meios mercantis (italianos de Génova, Florença e Milão, catalães e valencianos, castelhanos, franceses, flamengos e ingleses, alemães da Hansa, etc.), proporcionando uma maior presença de mercadores estrangeiros com a consequente multiplicação dos privilégios que lhes são dados. Neste sentido, são bem expressivas as conhecidas palavras de Fernão Lopes, quando este, no prólogo da sua *Crónica de D. Fernando*, refere como «vinham de desvairadas partes muitos navios» a Lisboa. Assim, será a centúria de Quatrocentos – neste como em tantos outros aspectos – a conferir à urbe uma outra importância e uma outra força... mercê de uma abertura aos espaços e mercados internacionais e da consequente intensificação da sua navegação e do comércio.

Lisboa será cada vez mais – em grande parte – o seu porto... e a sua Ribeira: espaço de encontro de gentes e de mercadorias, onde se concentram simultaneamente departamentos públicos (do rei e do município), local de partida e de desembarque, ao lado da mais importante e elegante rua da cidade medieval (a Rua Nova) e, ao mesmo tempo, dos estaleiros régios, ponto de confluência de carpinteiros, calafates e marinheiros; é espaço de trabalho... mas também espaço litúrgico para procissões nos domingos e dias de festa religiosa, assim como espaço lúdico nas festas reais; finalmente, junto do Pelourinho, é local onde, com frequência, a justiça – procurando a exemplaridade – se exercia como espectáculo... De qualquer modo, espaço pequeno (em termos da cidade de hoje, entre a Igreja da Conceição Velha e a Praça do Município). Procurando dar um sentido a esta *dialéctica do castelo e do porto de mar*, evidenciando a preocupação por situar numa sequência temporal a diferenciação geográfica dos locais, Orlando Ribeiro dirá que a «alcáçova, onde havia um paço real, a Sé e os bairros à roda constituíram os fulcros da vida urbana até que D. Manuel, erguendo o Paço da Ribeira, marcou simbolicamente a supremacia do porto sobre as outras funções da cidade». Neste sentido, o porto, enquanto referência urbana de Lisboa, aponta já para a época moderna.

Os números, quando aos tempos medievais se referem, têm um valor fundamentalmente indicativo; de qualquer modo, são significativos, marcam uma tendência. As dez paróquias de finais do século XIII, elevam-se a vinte e três um século depois: Santa Maria da Sé, Santa Cruz do Castelo, S. Bartolomeu, S. Martinho, S. Jorge, S. João da Praça e S. Tiago, no interior da antiga cerca moura; na zona oriental, S. Pedro de Alfama, Santa Marinha, Santo André, Santo Estêvão, S. Miguel, S. Tomé, S. Salvador e S. Vicente; na zona oposta – a ocidental –, S. Mamede, S. Lourenço, Santa Maria de Alcamim, Santa Maria Madalena, Santa Justa, S. Julião,

S. Nicolau e Nossa Senhora dos Mártires. Em finais do século XV, o número de paróquias subirá para trinta. E, para idênticas datas, os vinte hectares de área do princípio sobem para sessenta e cento e dois, respectivamente; Lisboa apresenta então cinco vezes a área que tinha em meados do século XII... E, se se desejar traduzir esta tendência em termos demográficos, não será exagero pensar que os 5000 habitantes de meados do século XII se terão transformado em 14 000 em finais do XIII, e em 35 000 em finais do XIV. De facto, tanto em termos de área como de população, e em termos europeus, Lisboa é ainda uma cidade de dimensão média...; mas, comparando-a com as demais cidades portuguesas, é enorme.

«Assim – escreve Oliveira Marques –, ao findar o século XV, a cidade tinha, não dois mas quatro ou cinco centros ou pólos aglutinadores: a alcáçova, ainda centro militar e político, onde vivia o rei e se situava a corte; a catedral ou Sé, mantendo as suas funções religiosas ímpares, embora ameaçada pela proliferação de mosteiros e conventos mais periféricos; a Ribeira; o Rossio; e a Rua Nova, na Baixa».

Naturalmente, neste processo, a cidade original estende-se até ao rio, incorporando áreas limítrofes. De facto, toda a cidade tem o seu termo, espaço de influência onde a urbe exerce o seu *imperium* de facto, assumindo-se como cabeça de um território do qual vive e do qual se alimenta. O termo é, para começar, suporte de uma comunidade humana, em cujo seio os homens circulam e se fixam. Sobre a dimensão do termo de Lisboa, é muito interessante a sondagem feita por Oliveira Marques; e cito: «Uma sondagem efectuada para cerca de 2000 nomes lisboetas do século XIV – nomeadamente da sua segunda metade – revelou, para os casos de nomes incluindo apelidos geográficos, uma maioria de proveniências de um raio de cerca de 100 km da cidade, embora sem excluir localidades de praticamente todo o país».

É tarefa ingrata tentar demarcar, com alguma precisão, a geografia do termo de Lisboa. Até porque este não se manteve estável ao longo dos tempos. Em finais do século XIV, mercê dos benefícios outorgados por D. João I em 1385 como consequência do apoio da cidade à sua causa, o termo aparece consideravelmente ampliado desde o Tejo até Torres Vedras e Alenquer, incluindo Sintra, Vila Verde, Colares, Ericeira e Mafra («limitado ao norte, talvez pelo rio de Alcabrichel, do lado do Oceano, e pela ribeira da Ota do lado do Tejo», segundo A. Vieira da Silva). Mas, em data incerta – provavelmente em finais do século XV – tais terras doadas por D. João I terão sido desanexadas (já não figuram no termo de Lisboa no censo de 1527).

Capital desde meados do século XIII, Lisboa é também município, dotado de órgãos e administração próprios que evoluem desde o século XII até aos alvores da época moderna. Se as primeiras reuniões dos magistrados da cidade se realizariam no adro da Sé, a mais antiga referência a local próprio data de 1336; desde esses anos, com algumas interrupções (todas do século XIV, com uma única excepção do XV), as reuniões camarárias teriam lugar junto da Catedral, na casa onde teria nascido Santo António, propriedade municipal. No que se refere aos magistrados e funcionários do município, são escassas as referências no foral de 1179 (onde sobressaem o alcaide – com funções militares e civis – e o mordomo – actuando em defesa dos interesses fiscais do monarca); mas a partir de então surgem as referências a novos cargos: alcaide do mar, mais de um mordomo, alvazil.

Entretanto (sobretudo a partir do século XIV, com o desenvolvimento da economia e da administração e com a fixação da capital em Lisboa), com o aumento dos funcionários régios, nomeadamente dos que têm funções fiscais, multiplicam-se os conflitos de jurisdição com os municípios, bem como os correspondentes agravos da parte destes. E Lisboa não constitui excepção. Para citar um só exemplo, tal manifesta-se nos agravamentos apresentados nas Cortes de 1331. Seria fastidioso enumerar cada uma das queixas, as respostas e as medidas posteriores do monarca; bastará referir que existiu um real esforço no sentido de melhorar a situação, o que conduz a uma série de reformas que se prolongam ao longo do século XIV, entre as quais importa salientar os regimentos dos corregedores (1332 e 1340).

Assim, quando se chega ao século XV, encontramos uma estabilidade dos quadros administrativos municipais que se deve realçar. Em linhas muito gerais, temos cargos de nomeação régia (alcaide e corregedor) a par de cargos eleitos (quatro juízes, três vereadores e um procurador, bem como um escrivão e um chanceler). E os vinte e quatro almotacés, eleitos, mas sem fazerem parte da vereação.

Neste conjunto, a grande novidade residiu na decisão tomada pelo futuro D. João I, em 1 de Abril de 1384, de fazer comparticipar os mesteres na administração municipal. Embora de alcance limitado, trata-se de uma medida do maior significado: representa uma efectiva abertura do governo urbano a favor de estratos tradicionalmente afastados de tais responsabilidades. No fundo, é expressão do processo considerado pela bibliografia contemporânea como de *reivindicações autonomistas e de concessões régias ao concelho de*

Lisboa, o qual caracterizou a vida administrativa da capital nos reinados de D. João I e D. Duarte e durante a regência do Infante D. Pedro, e que começará a ser progressivamente cerceado a partir de D. Afonso V e D. João II. Também aqui os tempos centralizadores da época moderna estão próximos...

Com frequência, Lisboa protagoniza e a sua história coincide com a história do país. Assim aconteceu, para só citar um dos exemplos mais conhecidos, durante os acontecimentos que se sucederam à morte do rei D. Fernando e ao advento da nova dinastia. Nesses anos decisivos, Lisboa, cabeça da revolução, está presente à frente de todo o processo, desde os primeiros tumultos que levam ao assassínio do conde de Andeiro, em Dezembro de 1383, passando pela proclamação do Mestre de Avis como Regedor e Defensor do Reino e pelo cerco da cidade empreendido pelo rei de Castela, até à confirmação da regência em Outubro de 1384, quando se decide convocar as Cortes de Coimbra. Mercê da importância decisiva da cidade na defesa da sua causa, D. João I faz-lhe, nas referidas Cortes, significativas concessões em matéria fiscal, de justiça e de administração, de privilégios pessoais e citadinos. É o grande passo no fortalecimento da personalidade e da autonomia da cidade, o maior desde o foral de 1179. Comentando tal diferença, com razão afirma Marcelo Caetano: «É esta nova cidade, mais populosa, onde o castelo deixou de ter a importância primitiva até ser arrastado, como um símbolo, na crise de 1385, onde os proprietários rurais são minoria e a agricultura interna quase não conta, mas que, em compensação, vê aumentar o número dos mercadores e armadores ocupados no comércio interno e internacional, desenvolver a classe dos mesteirais, e crescer o número dos legistas e dos funcionários da coroa, é esta nova cidade que D. João I dota de um estatuto novo onde pouco resta do antigo foral».

Fernão Lopes percebeu como poucos esta íntima conexão entre a cidade e o país de que é a cabeça, quando escreve estas significativas palavras: «O Rei de Portugal não era casado nem tinha parenta nem irmã tal que por ele fizesse oração nem de seus feitos tivesse sentido, salvo a sua mui leal e fiel cidade de Lisboa, que por sua saúde e estado do reino era mui solícita e cuidosa. E assim como a mãe na dor do filho e a ama que o cria sente maior pena que outro nenhum, assim era ela, que era mãe e criador destes feitos, sentia mais a carga deste tão grande negócio que outro lugar que no Reino houvesse e afora as preces e orações que por isto cada dia tinham ordenados de fazer».

Pode-se falar de alegoria. Penso que, quando o cronista invoca a «cidade de Lisboa, famosa antre as cidades, forte esteo e coluna que sostem todo Portugal», a propósito dos dramáticos acontecimentos de 1383-1385, pretende dizer algo mais. Por isso, na sua *História de Portugal*, a terminar o capítulo que imediatamente antecede o estudo da crise, Oliveira Martins di-lo-á mais explicitamente: «Corinto ou Veneza do Ocidente, Lisboa *grande cidade de muytas e desvairadas gentes* era mais do que a capital do Reino: era a razão de ser da sua independência».

Lisboa porta do Atlântico

A construção da imagem da capital do Império Português nos séculos XV e XVI

Fernando António Baptista Pereira

Quando se partia de Lisboa, nos séculos XV e XVI, numa viagem de longa distância para terras de África, da Ásia ou da América que imagem se levava da cidade que se acabava de deixar? Ou, dito de outro modo, que imagens eram recordadas de Lisboa em Goa, em Macau, na Ilha de Moçambique ou no Salvador? Estas perguntas têm tanta pertinência quanto o facto incontornável de essa Lisboa ter praticamente desaparecido no grande terramoto de 1755 e noutras vicissitudes do Tempo e da Fortuna, antes e depois dessa data, à excepção de um escasso punhado de grandes monumentos[1] e de um maior número de pequenos vestígios[2] ou de obras de arte recolhidas nos museus[3], quase sempre descontextualizadas, e, por isso mesmo, muito impossibilitadas de nos falarem desse tempo e dessa Lisboa desaparecida.

Desapareceram também, inexoravelmente, os homens que elaboraram e transportaram essas imagens, mas ficaram vários testemunhos, visuais e escritos, dos séculos XV e XVI, do modo como Lisboa era vista e valorizada por quem nela vivia ou apenas por quem a queria dar a conhecer.

Nesses testemunhos consuma-se a afirmação de Lisboa como capital de um Reino em expansão – ou, se se quiser, de um país que é a ponta-de-lança da expansão europeia – processo decorrente, afinal, da eleição da Cidade como residência permanente da Corte desde os finais do século XIII. Mas também se surpreende a progressiva insinuação de um perfil *imperial* para a capital portuguesa, em sintonia, de resto, com a definição dos contornos da ideia de «alargamento da Fé e do Império» que informava a Expansão Portuguesa, no plano do imaginário colectivo, por um lado, e com a difusão dos valores renascentistas na valorização do espaço urbano, por outro.

En Lixboa, sobre lo mar,
Barcas novas mandei lavrar.
Ai mia senhor velida!

Barcas novas mandei lavrar,
E no mar as mandei deitar,
Ai mia senhor velida!

En Lixboa, sobre lo lez,
Barcas novas mandei fazer,
Ai mia senhor velida!

Barcas novas mandei fazer,
E no mar as mandei meter.
Ai mia senhor velida![4]

Quando o jogral João Zorro escreveu esta cantiga de amigo, em finais do século XIII, Lisboa deixara, há pouco, o estatuto de uma entre as várias localidades do Reino de Portugal por onde a itinerante Corte Medieval deambulava, para ser escolhida como residência permanente tornando-se, assim, na *capital* do país. Dois ou três séculos depois, ela já ganhara a fama de *maior cidade das Espanhas* e mesmo de uma das maiores da Cristandade, como diria o engenheiro militar italiano Alexandre Massaii, em 1621, fazendo-se eco de opiniões correntes:

E comum parecer que tirando à Çidade de Paris, que a de Lixboa seja a major e à mais pauoada de toda à christandade, e para tratar inteiramente das grandezas e particularidades della avia mister bem largua escritura E tempo...[5].

Setenta anos antes, num período em que se elaboram ou publicam diversas estatísticas e descrições de Lisboa (o *Sumário de 1551*, de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, publicado em 1554 ou 1555, a *Estatística de 1552*, que ficaria manuscrita, e a *Olissiponis Descriptio* de Damião de Góis, publicada em 1554), que constituem o primeiro capítulo da literatura panegirista da capital, motivada pela sua expansão económica, populacional e mesmo monumental, João Brandão (de Buarcos) caracteriza, com particular acuidade, o «salto» urbanístico protagonizado pela cidade desde os longínquos tempos da fundação da nacionalidade:

Afirmar como as grandezas, riquezas e policia desta cidade passa[m] por cima de todas as [e]dificadas, e quanto mais o seu pouco é muito mais que o muito das outras, bem se lhe pode dar: porque quando as outras eram muito velhas nas riquezas, grandezas e policias, e em tudo o que se lhes mais pode dar, este Reino era muito pequeno, e esse que era estava em poder de Mouros. E isto há hoje 450 anos, e o que tinham os Mouros era muito pouco, porque a maior parte ou quase todo eram matos, bosques, devesas, charnecas, e muito pouco de roto [= arroteado].

E para saber se é assim que há quatrocentos anos que o deu dom Afonso, rei de Castela, em condado a seu genro dom Henrique, por lhe casar com uma filha. E de todo o seu negócio era Guimarães, que tudo o mais e maior parte era dos Mouros, como é notório a V. Alteza. Por onde se vê que o seu é muito mais que o de nenhuma

terra outra, e que lhe não pode igualar Roma que foi mãe da monarquia, e que de todas triunfava e a todas mandava. Nem Veneza, nem o Cairo, nem Babilónia, nem Paris, nem outra que nomear possa. Porque esta passa por cima de todas, como tenho dito. Porque dom Dinis, bisneto de dom Afonso Henriques, que reinou neste Reino hoje há 280 anos, edificou muitos edifícios e mosteiros, igrejas e torres e fortalezas. E por aqui se pode saber quanto pouco era, e como ela é a frol [= flor] de todas as flores, agora mais do que foi nem é nenhuma das edificadas[6].

As obras que o letrado rei D. Dinis (1279-1325) promoveu na cidade em benefício da administração (construção do Paço Real da Alcáçova, no Castelo) ou do comércio (abertura da Rua Nova dos Mercadores, construção dos novos cais e de uma muralha para defesa da chamada Baixa), reverteram, desde logo, na crescente liderança económica da Cidade face ao Reino e na sua própria expansão urbana para os territórios que a Norte (o Rossio), a Leste (os campos de Santa Clara) e a Ocidente (o Carmo e a Trindade), bem como ganhando terreno à ribeira do Tejo, viriam a definir a urbe quinhentista.

Dominada pelo grande estuário do Tejo – o «mar» a que o jogral se refere, sem que tal represente, afinal, uma liberdade poética mas um lugar-comum do final da Idade Média e do próprio século XVI[7] – Lisboa era, no dealbar da era dos descobrimentos marítimos, «grande cidade, de muitas e desvairadas gentes», no dizer do cronista Fernão Lopes, que especifica:

Havia também em Lisboa residentes de muitas terras, não em uma só casa, mas em muitas casas cada uma de sua nação, assim como Genoveses e Prazentins e Lombardos e Catalães de Aragão e de Maiorca e Milaneses e Corsins e Biscainhos e outros de outras naçõ-es a quem os reis davam privilégios e liberdades, sentindo-o de seu serviço e proveito. Estes faziam vir e expediam do Reino grandes e grossas mercadorias, a ponto que, fora as outras cousas que nesta cidade podiam abundantemente carregar, só de vinhos achou-se um ano em que se carregaram doze mil tonéis, além dos que levaram depois os navios no segundo carregamento de Março. E para tanto vinham de diversas partes muitos navios a Lisboa, de guisa que, contando aqueles que vinham de fora e os que havia no Reino, jaziam muitas vezes diante da cidade quatrocentos e quinhentos navios de carga, e estavam à carga no rio de Sacavém e na ponte de Montijo, da parte do Ribatejo, sessenta e setenta navios em cada lugar, carregando sal e vinhos. E pela grande espessura de muitos navios que assim jaziam diante da cidade, como dizemos, iam as barcas de Almada aportar a Santos; que é um grande espaço da cidade, por não poderem marear por entre aqueles navios[8].

O espaço urbano da Lisboa que o cronista descreve como cabeça de uma Revolução (1383-1385) que iria mudar a vida política portuguesa, abrindo a era da expansão, é, ainda, o da cidade medieval comercial: determinada por referências ao poder civil (o Paço da Rainha) ou ao poder religioso (a Sé Catedral, os Mosteiros das Ordens Mendicantes) – cenários das grandes transferências de poder, embora com forte participação popular – a cidade palpita na prosa de Fernão Lopes através da praça pública (o Rossio) ou das ruelas estreitas por onde se acotovela a multidão dos partidários do Mestre de Aviz. A grandeza da cidade é essencialmente medida, como vimos, pela riqueza e abundância do seu comércio, e também – o que é novidade justificada pelos acontecimentos revolucionários – pela heroicidade dos seus habitantes na defesa da causa da independência nacional durante a Revolução e o Interregno.

Quando Fernão Lopes estava prestes a abandonar o cargo de Cronista-Mor do Reino, os festejos em honra do Casamento da Infanta D. Leonor, irmã do Rei D. Afonso V, com o Imperador da Alemanha Frederico III, em 1451, viram transformar a Cidade num palco festivo, inaugurando a série dos grandes festejos régios, que, a pouco e pouco, se foram apropriando do cerimonial religioso da procissão, que até então dominara a simbolização do espaço urbano. Essas novas situações ultrapassaram largamente a espectacularidade tradicional das procissões que pontuavam o calendário litúrgico, ao mesmo tempo que revelaram as potencialidades do espaço urbano como *lugar teatral* por excelência[9].

Nas Festas de 1451, além dos festejos e cerimónias decorridas «à porta fechada», ou seja, no interior do Palácio Real, com enorme variedade de situações para-teatrais[10], danças e outros divertimentos, diversos espaços urbanos foram mobilizados para a encenação de episódios panegíricos alusivos ao feliz enlace: à porta de um Palácio, no centro da cidade, representava-se a eleição de Frederico III; junto à Catedral, louvava-se a genealogia da Princesa com artifícios vários (meninos «à maneira de anjos» voavam sobre a Noiva abençoando o casamento e lançando rosas) enquanto, num palanque próximo, se figuravam, em cortejo, as principais figuras da História de Portugal, acompanhadas de orações doutas exaltando a expansão portuguesa; no Rossio, via-se uma fonte que jorrava água cor-de-rosa perto de um jardim com

animais selvagens. A Princesa e a régia comitiva andaram, seguidas por uma multidão que rondava, segundo o cronista alemão do acontecimento, 20 000 pessoas, de manhã até à noite, assistindo e participando nos festejos e espectáculos que se prolongaram por vários dias, num desafio à inventiva plástica e teatral.

Após esta eleição de Lisboa como *lugar de encenação dos rituais do Poder e da História*, a Cidade jamais deixará de ser o palco privilegiado escolhido pelo poder político para o lançamento de verdadeiras operações mediáticas como serão os baptismos (ponto de partida exemplar foi o do Príncipe D. João, filho de D. Afonso V), as cerimónias de quebra dos escudos e as aclamações ou as entradas régias, misto de procissão e de festa do Poder, ocasião de construção de grandes máquinas cénicas efémeras que mobilizam artistas e intelectuais, ao mesmo tempo que confirmam a estruturação do tecido social urbano, dando também um sentido (monumental, simbólico e afectivo) a certos percursos no interior da Cidade[11].

As próprias procissões religiosas, que antecederam as entradas régias e prepararam a espectacularização do espaço urbano, não deixaram de sofrer os efeitos cenográficos e artísticos que passaram a definir as festas profanas do Poder Político, sendo exemplo cimeiro a *Procissão do Corpo de Deus* que, além do cortejo das ordens religiosas e das corporações, com as suas bandeiras, castelos e invenções, incluía também representações de momos[12]. Durante os percursos de todos estes tipos de cortejo, é a Cidade, no seu património edificado como no seu corpo social, simultaneamente «palco, cenário e plateia dos seus espectáculos»[13], podendo, através dos respectivos percursos, analisar-se qual a imagem que a urbe construía de si própria em função das ocasiões e dos espaços que queria especialmente valorizar no plano do imaginário colectivo. Assim, enquanto no século XV é o percurso medieval da Cidade que é fundamentalmente valorizado (Catedral, Igreja da Madalena, Convento do Carmo, Rossio, Rua Nova e Alcáçova), já a partir dos inícios do século XVI, após a ruptura com o urbanismo medieval que as medidas de renovação levadas a cabo por D. Manuel implicaram, vemos serem preferidas as zonas ribeirinhas circundantes do novo Paço Real.

Porém, testemunhos da imagem dada por Lisboa em finais do século XV, durante o curto mas brilhante reinado de D. João II (1481-1495), ainda antes das grandes reformas urbanísticas da era manuelina, levam-nos a constatar que os novos centros de interesse da Cidade se situam já nas zonas ribeirinhas – os arsenais e a Casa da Mina[14] – apesar de o Rossio se ter confirmado como centro urbano de primordial importância, graças à implantação, desde meados de Quatrocentos, no topo norte, do *Palácio dos Estaus* e, sobretudo, ao início da construção do *Hospital de Todos-os-Santos*, imponente edifício, inspirado planimetricamente no *Ospedale Maggiore* de Milão, da autoria de Filarete, que só será concluído no reinado de D. Manuel.

No Capítulo LXXXV da *Crónica do Felicíssimo Rei D. Emanuel*, Damião de Góis enumera as «Egrejas, mosteiros, hospitais, castellos, fortalezas e outras obras» que o Venturoso «fez de novo e mandou reparar». A lista das obras é bem sintomática da profunda renovação da paisagem artística portuguesa que ocorreu durante a era manuelina, destacando-se, como não poderia deixar de ser, Lisboa, cenário e palco das estratégias de implementação do absolutismo régio que D. Manuel foi forçado a concluir ao longo do seu reinado. A cabeça do reino vai sofrer uma profunda remodelação urbana que marcará doravante a imagem da cidade: consagrando o empreendimento expansionista e a direcção estatal do mesmo, D. Manuel vai transformar a Baixa de Lisboa abrindo-a definitivamente ao «mar» que está diante dela, como que repetindo a abertura da nação aos empreendimentos marítimos, dotando-a da cabeça político-administrativa do empreendimento. É assim que nasce a nova *ribeira de Lisboa* em torno do Terreiro do Paço, espaço de praia ganho ao rio[15]. A primeira novidade consistiu na deslocação dos Paços Reais da Alcáçova para o Paço da Ribeira:

Depois que começou a conquistar a India mandou de novo fazer os magnificos, e sumptuosos paços da ribeira de Lisboa, para onde se foi dos dalcaçova sem mais tornar a viver nelles. Fez de novo as casas dos almazens de Lisboa, e no das armas pos em deposito huma grande cantidade de corpos darmas de piões, e dous mil e quinhentos homens darmas de cavalos, e oitocentos dacubertados, e muitos corpos de couraças, e outras armas, e muitas peças de artilharia grossa, e meuda, e arcabuzes, espingardas, piques, lanças, e bestas tudo em muita cantidade. Fez de novo as casas da contrataçam da Guine e da India, debaixo do aposento destes paços da ribeira, começou as tercenas da porta da cruz, as quaes mandou fazer para se nella guardar, e fundir artilharia, e assi as de cata que faras, e a Casa da polvora, em Lisboa..[16].

Junto ao Paço da Ribeira instalavam-se, assim, os equipamentos necessários à coordenação de todo o empreendi-

mento expansionista que D. Manuel concentrou nas mãos da Coroa: o Paço Real e a Casa da Índia constituíam o centro de decisão e de gestão do empreendimento; o Arsenal e os estaleiros navais asseguravam o controlo de execução das embarcações e da máquina de guerra, ambas profundamente necessárias ao êxito comercial das viagens; a Alfândega Nova e o Terreiro do Trigo (Celeiro Público) garantiam o controlo da entrada e saída e ainda do abastecimento e armazenagem dos mais variados produtos importados e exportados.

Mas D. Manuel não se ficou por estas obras majestáticas destinadas a criar uma *nova funcionalidade* para a cidade e para a administração régia nela sediada. Sublinhou e amplificou novos eixos de crescimento da cidade: a partir dos adros e das zonas circundantes dos Mosteiros do Carmo e da Trindade (e da que ladeava, pelo norte, o Mosteiro de S. Francisco) propiciou uma urbanização em que se denotam princípios de ortogonalidade (como se pode ver na perspectiva de «olho de pássaro» de Braunio, publicada em 1593, e na planta, mais rigorosa, levantada por João Nunes Tinoco, em 1650); inicia-se, por outro lado, a expansão para o ocidente da Muralha Fernandina, mediante a construção de duas igrejas que irão desempenhar no futuro um papel de articulação entre os tecidos urbanos *intra* e *extra* muros: S. Roque, a partir da qual se desenvolverá o novel Bairro Alto, e o *Loreto*, ponto fundamental de ligação do Chiado com a encosta sul dessa nova área de urbanização. Finalmente, graças a construções religiosas patrocinadas pela Família Real – o *Mosteiro dos Jerónimos*, em Belém, e o *Mosteiro da Madre de Deus*, em Xabregas –, o eixo de crescimento potencial de Lisboa passa a desenhar-se, numa linha de acompanhamento do rio, entre esses limites extremos, numa previsão grandiosa de crescimento da urbe que poderemos considerar válida até aos nossos dias.

A espantosa modificação que a cidade de Lisboa sofre ao longo do reinado de D. Manuel, sendo certo que muitas das obras iniciadas por este monarca só são concluídas no tempo de seu sucessor, vai marcar a iconografia da urbe tal como chegou até aos nossos dias, tanto na iluminura[17], como na gravura[18], uma vez que as representações noutro tipo de suporte e técnica, como o desenho ou a pintura, são muito raras ou claramente posteriores ao século XVI, embora em qualquer caso se reportem a uma imagem da cidade que se fixou ao longo da centúria de Quinhentos. Por exemplo, as perspectivas publicadas nas edições de 1572 e de 1593 da obra *Civitates Orbis Terrarum*, de George Braunio, são fundamentalmente subsidiárias das imagens constantes de diversos códices iluminados da primeira metade do século, em que a vista da cidade é tomada de um ponto no meio do rio, em frente ao Terreiro do Paço, oferecendo-se a visão da cidade dominada pelas grandes construções ribeirinhas da era manuelina, com especial destaque para o complexo dos Paços da Ribeira.

A meio do século XVI, já o processo expansionista concluíra a mudança da fisionomia de Lisboa e esta se afirmava como uma das principais cidades do globo, surge a já referida literatura panegírica destinada a sublinhar a importância económica, social e política da capital do Império Português. Enquanto o *Sumário* de Cristóvão Rodrigues Oliveira e a *Estatística* de João Brandão têm essencialmente uma função informativa relativamente à organização económica e administrativa da cidade, sendo preciosos contributos para a caracterização social do tecido urbano, a *Descrição* de Damião de Góis é, pelo contrário, um elogio da grandiosidade monumental da capital de Portugal, destinada a um público estrangeiro e culto, eventual visitante da cidade. Daí ser redigida em latim. Damião de Góis tinha certamente em mente uma panorâmica muito semelhante à das iluminuras e gravuras ao descrever a sua visão de conjunto da cidade:

Por conseguinte, com as suas cinco colinas e outros tantos vales extremamente férteis e muito aprazíveis, a cidade abarca um espaço tal que todo o seu perímetro se pode calcular em sete mil passos. Não me parece fácil, porém, desenhar a forma exacta e a descrição de Lisboa, visto assentar em terreno montanhoso e acidentado. Todavia, se alguém observar de frente a situação e o aspecto da cidade, numa panorâmica global, a partir do Castelo de Almada – que já referimos encontrar-se no lado de lá do estuário – verificará, decerto, que ela apresenta a configuração de uma bexiga de peixe. Se o solo fosse inteiramente plano, apresentaria do lado da terra a forma de um arco.

Quanto ao interior da urbe, a sua grandeza e magnificência são tamanhas que bem pode pedir meças a quaisquer das restantes cidades da Europa, tanto pelo número de habitantes como pela beleza e variedade dos edifícios. Efectivamente, diz-se que conta mais de vinte mil casas.

Grande percentagem destas, quer de pessoas da família real e da nobreza, quer de simples particulares, estão construídas com elegância e sumptuosidade verdadeiramente inacreditáveis; a ponto de até as paredes interiores, e as arcadas, serem recobertas inteiramente com madeiras da Sarmácia e ornamentadas com obras de talha, de ouro, e de pinturas de várias cores[19].

A descrição que Góis faz da cidade parte, significativamente, de Belém:

Então, da mesma banda, sobre a praia, ao chegar-se mais perto da cidade, eis o baluarte de Belém.

E aí se nos depara um templo grandioso consagrado à Santíssima Virgem, juntamente com um cenóbio de monjes que professam a regra de S. Jerónimo. É construção de incrível sumptuosidade e magnificência, que o próprio glorioso Rei D. Manuel, ainda em vida, destinou e mandou erguer para seu mausoléu; todavia foi D. João III, agora infelizmente reinante, filho de D. Manuel, quem ordenou a ampliação do monumento, que ainda anda em obras[20], prosseguindo até ao interior da cidade, ocupando-se detalhadamente de «sete grandiosos edifícios», cuja caracterização se inspira, à boa maneira humanista, nas sete maravilhas do mundo antigo: a Misericórdia (de que hoje apenas resta a primitiva fachada lateral, actualmente o frontispício da Igreja da Conceição Velha); o Hospital de Todos-os-Santos; o Paço dos Estaus, no Rossio, *(...) edifício deveras grandioso, digno de ser visto pela sua admirável arquitectura, que o Infante D. Pedro, filho do Rei D. João, mandou construir à custa da nação, enquanto foi Regente do Reino em nome de D. Afonso V, seu sobrinho por parte do pai. A sua intenção, ao mandar edificá-lo, era apenas para oferecer hospedagem aos embaixadores das nações e dos reis estrangeiros, que ali eram recebidos com todas as honras e grandezas, por conta da fazenda pública*[21], os já mencionados Celeiro Público e Alfândega Nova, a sede da Casa de Ceuta e da Casa da Índia, junto ao Paço Real, e, finalmente o Arsenal de Guerra.

A tradição panegírica inaugurada por Damião de Góis tinha as suas raízes próximas nos encómios registados, por exemplo, na *Miscelânea* de Garcia de Resende e, de um ponto de vista negativo, revelador da crítica da riqueza e ganância que lhe é subjacente, nos muito menos encomiásticos reparos do horaciano Sá de Miranda:

Não me temo de Castela,
donde guerra inda não soa;
mas temo-me de Lisboa,
que, ao cheiro desta canela,
O Reino nos despovoa.

Ouves, Viriato, o estrago
que cá vai dos teus costumes?
Os leitos, mesas e os lumes,
todo cheira: eu óleos trago,
vêm outros, trazem perfumes.

E que algum embique ou caia,
(afora vá mau agouro!)
falar por aquela praia
da riqueza de Cambaia,
Narsinga das tôrres de ouro!

E ao bom trajo dos pastores,
com que saíste à peleja,
dos Romãos tão vencedores,
são mudados os louvores;
não há lá quem te haja enveja!

Entrou, dias há, peçonha
clara pelos nossos portos,
sem que remédio se ponha:
uns dormentes, outros mortos,
alguém polas ruas sonha.

Fêz no começo a pobreza
vencer os ventos e o mar,
vencer quási a Natureza;
mêdo ei de novo à riqueza
que nos venha a cativar[22].

Se a intenção de Damião de Góis era, pois, fornecer uma imagem paradigmática da Capital do Império Português, compatível com a ideia de *cidade ideal* do Renascimento, propagandeada pela cultura humanista, a posteridade da literatura panegírica sobre a cidade de Lisboa, conservando, no essencial, esses mesmos objectivos, prefere centrar-se em propostas mais políticas – procurar atrair a Casa Real Filipina para as vantagens da transferência da Capital da União Ibérica de Madrid para Lisboa, caso dos *Diálogos do Sítio de Lisboa*, de Luís Mendes de Vasconcelos, publicados em 1608 – ou em sínteses da informação disponível, tanto económica como monumental, destinadas aos mesmos fins – caso do *Livro das Grandezas de Lisboa*, de Frei Nicolau de Oliveira, publicado em 1620.

Luís Mendes de Vasconcelos compara Lisboa com outras cidades notáveis do Mundo, sublinhando as suas vantagens geográficas e económicas e não recuando perante o elogio da superioridade lisboeta face a cidades com património edificado e tradições porventura mais antigos:

(...) E assi da mayor parte das casas se ve hua grande máchina de unidos edificios, ou junto co isto o mar,... E as casas que estão chegadas ao mar de modo que delas se vem distintamente, as grandes, & pequenas embarcações, humas ancoradas e outras navegando, que Coliseu, que círculo, E que theatro com novos espectáculos, se lhe pode comparar?

E o passeio do mar não hé inferior a nenhum dos referidos, porque olhando para a terra se ve não sem admiração a grãnde cidade que se levanta sobre as ladeiras, que olham para aquela parte, e para o mar inumerável quantidade de navios e barcas, fazendo outra grandissima cidade naval[23].

Porém, não era unânime a opinião de que Lisboa a todas as cidades antigas e modernas levava a palma, na majestade e sumptuosidade dos seus edifícios. Francisco de Holanda, homem viajado pelas Itálias e possuidor de uma vasta e profunda cultura artística, teórico do Renascimento e do Maneirismo, queixa-se, numa memória dirigida, em 1571, a D. Sebastião, significativamente intitulada *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa*, da falta de excelentes Templos, Castelos, Fortalezas ou Paços que enobrecessem as suas ruas

e os seus largos, e, ao mesmo tempo que apela ao monarca no sentido de este levantar edificações numa arquitectura «ao romano», isto é, clássica, compatível com a apregoada grandeza de Lisboa, faz uma retrospectiva do que fora a actividade construtiva régia desde os primórdios da Nação: *Ora depois que os Romanos foram senhores de Lisboa quase seiscentos anos como mostram as Crónicas das Memórias de Espanha, até que os reis godos vieram tomar Espanha; e que os godos já cristãos, e depois os mouros a senhorearam com Espanha; e que tornou a ser nova: bem se sabe como El-Rei Dom Afonso Henriques, o primeiro rei de Portugal, a enobreceu com a fábrica da Sé e com o Mosteiro de São Vicente de Fora, e outros edifícios e torres.*

E assim os outros reis todos: Dom Dinis, Dom João de Boa Memória, Dom João o segundo, que fez a nobre fábrica do hospital e outras. E o felicíssimo rei vosso bisavô, El-Rei Dom Manuel, que com o triunfo e vitória da Índia quase a renovou de todo, cercando-a da parte do mar com o cais que a rodeia a Paços, muito melhor do que pela terra a tinha cercado El-Rei Dom Fernando com o seu muro de argamassa, que foi uma grande obra, e assim mesmo com o sumptuoso Mosteiro de Belém e Torre, e com a Misericórdia.

Ora El-Rei vosso avô de gloriosa memória, quem duvida que, se o não atalhara a morte, que houvera de fazer grandíssimas obras em Lisboa? Como me dizia quando vim de Itália: assim na fortaleza do Castelo, como em trazer a água de Belas, como em outras muitas obras, o que se pode bem conjecturar somente em o começo da fortaleza de S. Gião [S. Julião] e dos Paços que em Enxobregas vos deixou começados para os Vossa Alteza acabar, com tudo o mais que a Lisboa falece»[24].

D. Sebastião não ouviu os reparos de Holanda, uma vez que se preocupava mais com as mirificas conquistas de África do que com os arranjos e embelezamentos urbanísticos, preconizados pelo artista e teórico para a cidade de Lisboa. Ouviu parte dessas recomendações o primeiro dos monarcas Castelhanos, Filipe II, primeiro de Portugal, ao patrocinar a reconstrução do Mosteiro de S. Vicente de Fora – a maior Fábrica artística do século XVII – e ao iniciar a construção do Torreão Terminal do Paço da Ribeira, segundo projecto de Filipe Terzi, significativamente concluído por ocasião da visita de Filipe III, segundo de Portugal, a Lisboa, em 1619.

Contudo, a imagem que qualquer visitante levaria de Lisboa, perto dos finais de Quinhentos, não seria, forçosamente, a de uma cidade marcada pela nobreza das suas ruas e praças, nem pela sumptuosidade dos seus edifícios, como queriam os seus panegiristas, mas muito mais pela riqueza do seu comércio e pelo cosmopolitismo dos seus modos de vida, tópico de apreciação quase unânime desde Fernão Lopes, passando por Garcia de Resende até à bela evocação do poeta André Falcão de Resende:

É Lisboa um mar profundo
de vária navegação.
É um compêndio em que o mundo
todo está à disposição.
Ásia, África, Europa,
terra e Mundo tão recente,
comércio, nobreza, gente,
tudo marcha vento em popa.
Ali achareis o Indiano,
o Japonês, Persa e Chino,
o Turco, o Mouro, o Marrano,
o Moscovita...[25]

Era, afinal, a consagração da imagem de Lisboa como Porta do Atlântico.

[1] Além do Mosteiro dos Jerónimos e da Torre de Belém ou da fachada da Igreja da Conceição Velha, os grandes monumentos subsistentes da era manuelina, conservam-se em Lisboa notáveis exemplares de nítido recorte renascentista e maneirista, cuja construção data do século XVI, ainda que tenham sofrido modificações ou acrescentos em épocas posteriores. É o caso dos pisos inferiores da fachada da Casa dos Bicos, da Ermida de Santo Amaro, do Colégio de Santo Antão-o-Velho, do Pátio do Palácio dos Almadas-Carvalhais, ou da Casa de Campo dos Marqueses de Angeja, na Calçada de Carriche – todos ao gosto renascença, enquanto as Igrejas de S. Roque, da Luz ou de S. Vicente de Fora, o Claustro do Convento da Madre de Deus, a Capela-mor e os braços do Transepto dos Jerónimos ou a Cisterna do Convento de S. Francisco se erguem como as construções mais significativas da era maneirista que passou a dominar a arte portuguesa a partir dos anos 60 e 70 de Quinhentos.

[2] No Catálogo da Exposição *Lisboa Quinhentista* (Lisboa, Museu da Cidade/Câmara Municipal, 1983) pode ver-se um inventário fotográfico quase exaustivo dos vestígios das épocas manuelina, renascentista e maneirista. Para a mesma exposição foi elaborado um *Mapa da Distribuição Geográfica dos Monumentos e Vestígios Quinhentistas de Lisboa* que pode ser consultado no Museu da Cidade.

[3] Os principais Museus que recolhem espólio artístico móvel relativo à Lisboa Quinhentista são o Museu Nacional de Arte Antiga (principalmente pintura, escultura e ourivesaria), o Museu da Cidade (cartografia e iconografia urbanas, vestígios arqueológicos e monumentais, documentação), o Museu da Sé Patriarcal (alfaias litúrgicas) e o Museu de S. Roque (pintura e alfaias litúrgicas, documentação da Misericórdia). À excepção das peças que se integram nas galerias do Museu da Cidade, todas as restantes obras de arte carecem de uma contextualização que as situe na conjuntura cultural lisboeta que as viu nascer.

[4] *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, ed. Elza Pacheco e José Pedro Machado, vol. V, n.º 1096, pp. 240-241. O *lez* a que o jogral se refere tem sido identificado pela maioria dos estudiosos como *praia*.

[5] Citado a partir de Lívio da Costa Guedes, *Aspectos do Reino de Portugal nos séculos XVI e XVII. A «Descripção» de Alexandre Massai (1621) – II Tratado*, Separata do 58.º volume do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, Dezembro, 1989, p. 20. Vitorino Magalhães Godinho, em *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, compara a população de Lisboa com a das principais cidades peninsulares e europeias: «Lisboa conta uns 70 000 habitantes em 1528, uns 100 000 a meio do século, mais de 120 000 por 1580, e uns 165 000 em 1620; é a maior cidade da Península Ibérica, sendo a segunda Sevilha (45 000 em 1530 e 90 000 em 1594, datas em que Madrid tem respectivamente 4 000 e 37 500 habitantes, subindo a 107 000 em 1621); Barcelona, Valladolid, Córdoba andam entre 30 000 e 40 000, Toledo, que contava 32 000 em 1530, passa a 54 600 em 1594. Mas Lisboa não é só a maior cidade hispânica: excede Antuérpia e Amsterdão, bem como Messina e Palermo, e no período para que indicámos números acaba por passar à frente de Roma, Florença e, desde o último quartel de Quinhentos, a própria Veneza (em diminuição). Na Cristandade só cede a palma, a partir de então, a Paris e a Nápoles. Ocupando cinco colinas, tem, segundo o *Summario* de Cristóvão Rodrigues de Oliveira (1552-1554), umas dez mil casas, as mais delas de dois a cinco sobrados (...), arruadas por 328 ruas, 104 travessas e 89 becos. Na sua população contam-se uns 10 000 escravos, 582 mercadores (sendo 6 banqueiros, 145 ourives, 32 lapidários, 54 livreiros, para não falarmos dos outros ramos e dos retalhistas; há 24 conventos de frades (1355) e 18 de freiras (1834); os estrangeiros estantes e forasteiros são uns 7179 em 1552, e uns 5720 em 1620» (Arcádia, Lisboa, 1963, vol. 1.º).

[6] João Brandão [de Buarcos], *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, organização e notas de José da Felicidade Alves, Livros Horizonte, Lisboa, 1990, p. 24.

[7] Vide o estudo de A. H. Oliveira Marques, «Lisboa, Cidade Marítima», in *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa, 1988, pp. 92-95.

[8] Fernão Lopes, *Crónica de El-rei D. Fernando*, ed. de António José Saraiva em português moderno, Portugália, Lisboa, s.d., p. 66. Fernão Lopes deve ter nascido à volta de 1384-1385 e ainda vivia em 1459.

[9] Vide Renata de Araújo, *Lisboa. A Cidade e o Espectáculo na Época dos Descobrimentos*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990.

[10] A tradução do diário do Pe. Nicolau Lankmann de Walckerstein, embaixador de Frederico III, pode ser lida em Aires A. Nascimento, *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Diário de Viagem do Embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*, Cosmos, Lisboa, 1992, pp. 31-51. Vide também Luciano Cordeiro, *Uma Sobrinha do Infante Imperatriz da Alemanha e Rainha da Hungria*, Lisboa, 1894, p. 95 e ss. e, ainda, Luís Francisco Rebello, *O Primitivo Teatro Português*, Lisboa, ICALP, 1977, pp. 81-90.

[11] Vide Ana Maria Alves, *As Entradas Régias Portuguesas. Uma Visão de Conjunto*, Livros Horizonte, Lisboa, s.d.

[12] Cf. Renata de Araújo, *ob. cit.*, pp. 49-50.

[13] Idem, *ibidem*, p. 55.

[14] Cf. «Lisboa vista pelos estrangeiros. Século XV. Por Jerónimo Münzer. Do "Itinerário"», tradução de Basílio de Vasconcelos, in *Olisipo*, n.º 1, Ano I, Lisboa, 1930, pp. 21-22.

[15] Cf. Renata de Araújo, *op. cit.*, p. 23.

[16] Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rey D. Emanuel*, Lisboa, 1749, p. 600.

[17] Vide Catálogo da Exposição *Lisboa Quinhentista*, Lisboa, 1983; n.º de cat. 13, 14, 15, 20, 21, pp. 81-85.

[18] Vide Catálogo da Exposição *Lisboa Quinhentista*, Lisboa, 1983; n.º de cat. 12, 22, 27, 28, 29, 31, 32, 35, pp. 81-91. Ver também João Alves Dias, «Lisboa Medieval na Iconografia do Século XVI», in *Ensaios de História Moderna*, Editorial Presença, Lisboa, 1988, pp. 117-128.

[19] Damião de Góis, *Descrição da Cidade de Lisboa*, organização e notas de José da Felicidade Alves, Livros Horizonte, Lisboa, 1988, pp. 48-49.

[20] Idem, *ibidem*, p. 45.

[21] Idem, *ibidem*, pp. 53-54.

[22] Francisco Sá de Miranda, «Carta a António Pereira, Senhor do Basto, quando se partiu para o leste co'a casa toda», in João de Almeida Lucas, *Poetas Líricos do Século XVI*, Livraria Francisco Franco, Lisboa, 1960, pp. 59-60. Sobre o horacianismo crítico dos Descobrimentos e das viagens marítimas, vide o nosso «*A Queda de Ícaro* de Pieter Brueghel, o Velho: estratégias de significação de um Tema Horaciano», a publicar, em 1993, na *Revista* do Instituto Português de Museus.

[23] Luís Mendes de Vasconcelos, *Do Sítio de Lisboa: Diálogos*, organização e notas de José da Felicidade Alves, Livros Horizonte, Lisboa, 1990, pp. 137-138.

[24] Francisco de Holanda, *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*, organização e notas de José da Felicidade Alves, Livros Horizonte, Lisboa, 1984, pp. 14-15.

[25] Citado por Ángel Crespo in *Lisboa Mítica e Literária*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990, p. 76.

O estuário do Tejo: as duas margens do mesmo rio

António José C. M. Nabais

Para descrever Lisboa Quinhentista é necessário visioná-la e compreendê-la no seu aspecto impressionante de grande urbe náutica e comercial[1] através de testemunhos escritos e iconográficos, bem como pelos vestígios materiais que chegaram até nós.

A morfologia ribeirinha desta grande e majestosa cidade do Tejo, principal centro comercial e marítimo dos Descobrimentos, a partir do terramoto de 1755, nunca mais deixou de ser alterada, cortando a ligação directa do espaço urbano com o rio. Aterros, cais, armazéns, fábricas, na zona oriental e no vale de Alcântara, e o caminho de ferro do Cais do Sodré a Cascais contribuíram fortemente para essa transformação, criando uma faixa artificial que separa a urbe histórica do rio que lhe deu origem, identidade e riqueza.

Na transição da Idade Média para a Idade Moderna, a malha urbana rompeu a Muralha Fernandina, estendendo-se para oriente e ocidente, sempre voltada para o Tejo.

No século XVI, como descrevia Damião de Góis, já se tinha expandido para a zona oriental, defronte do grande mar interior, hoje designado por «Mar da Palha»: «O sítio da antiga cidade de Lisboa ocupava primitivamente apenas uma colina elevada que se prolongava até à margem do Tejo; mas actualmente a sua extensão abarca vários montes e vales. A zona mais importante e mais famosa fica voltada para nascente. Nesta parte mais importante, depois de recebidas as águas do Tejo, o mar dilata-se num estuário de seis mil passos de largura»[2]. Nesta mesma época, Gaspar Frutuoso, ao descrever a zona ribeirinha de Lisboa, identificou na zona oriental o Convento de Xabregas, os Paços da Rainha, o Mosteiro da Madre de Deus, Santa Clara, Cais da Madeira e Cais do Carvão: «Defronte de Almada e de lá parece o que é, a mais soberba e populosa cidade do universo, começa em S. Bento, convento de Loios, e quase acaba em Belém e depois de S. Bento, Enxobregas, lugar onde está um convento do Seráfico S. Francisco e os paços da Rainha e o Mosteiro da Madre de Deus, de freiras capuchas, Santa Clara, Cais da Madeira, Cais do Carvão, o Castelo e casaria, tão apinhoada que parece ferverem ali as casas e a gente, até muito além do mosteiro da Esperança»[3].

Normalmente, os estudos sobre Lisboa incidiram sobre os edifícios religiosos e militares, porque foram os que mais se impuseram na paisagem urbana e aqueles que mereceram maiores descrições, devido ao seu carácter artístico e à sua grandiosidade. Enquanto que as construções industriais e comerciais, que foram ao mesmo tempo factor e reflexo do desenvolvimento marítimo e comercial da cidade, desapareceram sem grandes registos, quer iconográficos quer escritos.

No que respeita às actividades industriais, merecem destaque as que estiveram ligadas à construção naval e ao tráfico marítimo e fluvial, bem como aquelas que, quer a montante quer a jusante, estiveram relacionadas com os Descobrimentos.

Neste contexto industrial, destacou-se, na construção naval, a Ribeira das Naus, em Lisboa, com as suas dependências na Telha, no Barreiro e na Azinheira, no Seixal, assegurando a construção e reparação de todo o tipo de embarcações. Estes mesmos estaleiros foram incluídos por Frederic Mauro entre os principais do período da expansão portuguesa: «Sur le continent, les principaux chantiers se trouvent à Lisbonne, à Porto, à Viana, sur le Rio do Seixal, et sur le Rio da Telha qui, à l'abri des tempêtes de l'hiver, permet de terminer les navires commencés l'été, à São Martinho de Selir et, dans l'Algarve, à Lagos au XVI[ème] siècle, à Faro au XVII[ème][4]. A Ribeira das Naus, junto do Paço Real da Ribeira, constituía um grande estaleiro naval, compreendendo no século XVI, de acordo com as informações de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, 227 carpinteiros e 100 calafates, para além de outro pessoal, como «Serradores Quatro Serras», «trabalhadores», chegando a chamar pelo «reino officiaes de carpintaria E calafates, E os que lhe pagão domingos E festas»[5]. A Ribeira das Naus compreendia ainda o estabelecimento da Telha, na margem direita do rio Coina e os armazéns da Azinheira, no Seixal, onde se conservava a madeira destinada à construção naval. De facto, os braços do Tejo da margem sul, neste período de grande movimento marítimo de caravelas, naus, urcas, navios, batéis e outras embarcações no porto de Lisboa, aproveitaram-se como abrigos naturais onde, durante todo o ano, principalmente no Inverno, se guardavam as embar-

cações, como no século XVI, Gaspar Frutuoso reconhecia: «O Seixal, chamado tambem Arentela, [...] em cuja enseada invernam muitos navios»[6].

Os carpinteiros navais tinham uma preparação, conhecimentos e qualidades especiais, como o P.e Fernando de Oliveira, no capítulo V do *Livro da Fabrica da Naos*, refere: «quanto daqui mays a nauio bo, ou mao, tanto he mays necessario os carpenteyros & mestres desta fabrica serem bem instrutos na sua arte: & alem da instrução da arte que devem aprender, deve tambem ser homes de bo, & assentado entendimento: por que se remetem muntas cousas a seu aluidro, como se faz na architectura, & outras artes: nas quaes os preceptos geraes não podem dizer tudo, ne acudir a todas as particularidades, principalmente se são exceyções: & portanto cumpre os bos officiais suprir o que falta nos preceptos da arte».

Os artífices da construção naval estavam divididos em petintais ou pintintais, carpinteiros e calafates. O petintal corresponde ao carpinteiro de machado de hoje e que se distingue dos outros carpinteiros em saber trabalhar com a enxó de cabo grande para escavar as madeiras rijas do cavername.

Em muitos casos, como ainda hoje na construção naval tradicional, o carpinteiro de machado acumulava com o ofício de calafate, desenhador e pintor. Outros ofícios cooperavam nos trabalhos de construção e reparação das embarcações, como cordoeiros, ferreiros, remolares, «molheres que fazem estopa pera calafetar os navios»[7].

Ao mesmo tempo que se iam intensificando as actividades industriais e comerciais foram-se melhorando as condições portuárias das extensas praias situadas em toda a frente urbana.

Em 1500, pela primeira vez se constrói na zona ribeirinha uma estrutura portuária como o «caes da Pedra de Lisboa, e tabuleiros de longo da praia [...] tudo de pedra canto»[8]. Igualmente, D. Manuel «Mandou fazer o território que está diante dos paços da ribeira de Lisboa que era tudo praia, o que se fez com gram trabalho, e despesa até se ganhar ao mar como agora está»[9]. Por um lado, Lisboa, nesta época de grande tráfico marítimo, não possuia muitos cais de acostagem permanentes: «depois de meia vazante, se não acha desembarque desde Belem até Sacavem, mais que em trez partes, a saber, na ponta da Junqueira, no caes da Pedra e defronte dos armazens do reino»[10]; por outro, não tinha ancoradouros seguros, recorrendo aos abrigos naturais da margem sul: «pelo que toca á segurança das embarcações, porque de estarem sempre expostas nas praias ao impeto que adquirem as ondas, pela grande largura do rio, recebem notavel detrimento e perda com os ventos meridionaes, e particularmente, sobrevindo temporaes do sul e sudueste, são obrigadas as embarcações pequenas a ir, com grande risco, buscar abrigo nos portos da outra banda, e as que por negligencia ou por outra razão o não fazem, se despadaçam na praia»[11].

Esta situação portuária permaneceu quase até ao final do século XIX, início da construção das obras do porto de Lisboa.

De entre as actividades produtivas implantadas na cidade de Lisboa e na sua área de influência económica directa destacam-se os fornos de biscoito para as armadas e os moinhos de maré que produziam farinha para os alimentar. Em Lisboa existiam vários fornos de biscoito, destacando-se, porém, o que ficava instalado nas tercenas reais da Porta da Cruz; enquanto que, na margem sul, no Vale de Zebro, se situavam os Fornos Del Rei, a grande indústria alimentar dos Descobrimentos portugueses.

A Outra Banda apareceu sempre como subsidiária de Lisboa, devido não só aos bons recursos naturais, como à sua situação geográfica de bons acessos à capital. Deste modo, para além do aproveitamento dos braços do rio que funcionavam como abrigos naturais e das praias como estaleiros, em toda a charneca, existia boa madeira de pinheiro e de sobreiro para a construção naval e lenha para os fornos, quer da margem sul quer da margem direita.

No que respeita a actividades industriais implantadas na margem sul, para além dos estaleiros navais, fornos de vidro, de cal e de cerâmica, foram instalados os notáveis «Fornos de Valdezebro, onde se fabricão os biscoutos para as Armadas, Nãos da India, Conquistas, e Fortalezas do Reino»[12].

Este complexo industrial que, como afirmava, na primeira metade do século XIX, António da Costa e Almeida, era «magestoso no seu genero o estabelecimento dos fornos de Valle de Zebro, e construido com tal segurança e magnificencia, que sua simples inspecção bastaria para nos dar um authentico testemunho da grandeza, e opulência de Portugal naquellas felizes épocas»[13].

A partir da citada *Memoria Historico-Topographica dos Estabelecimentos de Valle de Zebro, Telha e Asinheira* e das plantas, cortes e alçados existentes no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, pode-se avaliar a grandeza deste estabelecimento de indústria alimentar que compreendia os seguintes principais espaços: palacete, fábrica, oficinas, armazém e celeiro com capacidade para recolher

8 a 9000 moios de cereal; 2 paióis para o biscoito, forrados de barrotes e tabuado para os proteger da humidade, tendo cada um cerca de 700 m^2 de superfície; 2 armazéns destinados às farinhas dos peneiros; 1 alpendrada; 1 capela; 1 abegoaria para mais de 10 juntas de bois; 3 galerias, com 9 fornos cada, «tendo a 1.ª 4 caldeiras de cobre, e em cada uma outras galerias 3 caldeiras, ao total 10, com a capacidade cada uma para receber 10 almudes d'agua, que lhe é ministrada por um aqueduto com torneiras de bronze, que circunda as 3 galerias, e recebe a agua de um deposito de cantaria construido junto ao 1.º pateo dos telheiros»[14]; telheiros para guardar mato e lenhas que alimentavam os fornos; um poço; casas que servem de quartel para o Fiel e Guarda da Fábrica; quartel para o Administrador e instalações para empregados, serventes, mateiros, mestres e aparelhadores da fábrica. Integrado neste espaço industrial, junto ao cais, encontrava-se um moinho de maré com oito casais de mós, compreendendo 30 m de comprimento e 6 de largura. Este moinho de maré enquadrava-se num complexo moageiro distribuído por toda a margem sul, de Almada até ao Montijo: « ...e logo a afamada vila da Almada, da qual até Aldeia Galega, que atrás fica, há seis léguas, em que haverá perto de sessenta moendas que moem de maré, e há bom vinhos e muita lenha de pinho, de rama e tronco, que em barcas levam para Lisboa»[15]. Na verdade, em toda a margem sul, da Mutela até ao Montijo, inventariaram-se trinta e seis moinhos de maré que chegaram até à actualidade, embora só se encontre em funcionamento o Moinho de Maré de Corroios, no concelho do Seixal, integrado no Ecomuseu Municipal do Seixal. Na margem norte do Tejo existiu um em Alcântara, desde o início do século XIV até meados do século XVIII, e outro nas terras da Póvoa de Santa Iria.

Da margem sul do Tejo, isto é, da região denominada Outra Banda, Lisboa, sobretudo a partir dos finais da Idade Média, recebia, para além da lenha, mato, madeira, sal, vinho, fruta, pedra de Almada, cal, vidro de Alcochete, Montijo, Moita e Coina, objectos de cerâmica da Mata da Machada, no Vale de Zebro, ouro da Adiça, azougue de Coina, peixe dos pescadores do Barreiro e do Seixal, a farinha dos moinhos de maré que era transportada em embarcações próprias denominadas *barcos dos moinhos* e o biscoito[16].

Pode-se, deste modo, concluir que da margem sul vinham muitos materiais e mantimentos, em especial o biscoito e o vinho, necessários para as naus da *India, Armadas e Conquistas*. Assim, segundo Figueiredo Falcão, no *Livro em que se contém toda a Fazenda*, em 1607, uma nau, que levava normalmente 250 soldados para a Índia, carregava os seguintes principais alimentos: biscoito – 1074 quintais; vinho – 115 pipas; carne – 1086 arrobas; água – 244 pipas; sardinhas – 130 arrobas. De entre esta listagem de alimentos «o biscouto he o principal sustento da gente de mar, e guerra das náos da India, e Armadas, e que vai para as mais Conquistas»[17].

Para o fabrico e transporte dos alimentos, bem como para dar resposta às necessidades das actividades económicas provocadas pelos Descobrimentos, foi necessário produzir objectos, nomeadamente vasilhame de madeira e de cerâmica.

Neste contexto, existiram importantes fornos de cerâmica na Mata da Machada, nas imediações do Vale de Zebro, onde se produziu material cerâmico para apoiar quer directamente as armadas com o vasilhame para o transporte de líquidos (barril) quer as actividades industriais subsidiárias ou resultantes dos Descobrimentos, tais como as de fabrico de biscoito e preparação do açúcar, primeiro na Madeira e depois no Brasil. Assim, para o fabrico dos *pães de açúcar*, na Madeira, eram utilizadas formas cónicas (cone truncado) de 0,25 a 0,50 cm de altura com 0,12 a 0,16 cm de diâmetro na base. Estes *pães de açúcar*, que constituiam uma reserva doméstica para todo o ano, cortavam-se à faca ou a martelo. Fabricaram-se até aos fins do século XIX, servindo de presente vulgar do povo ao seu Pastor pelo Natal e nos impérios ou cortejos de oferendas em festas do Espírito Santo[18]. Os *pães de açúcar* aparecem nas armas do brasão do Funchal e deram origem à designação de Pão de Açúcar ao monte situado no Rio de Janeiro.

Os fornos da Mata da Machada, segundo os materiais arqueológicos recolhidos e estudados por Cláudio Torres, produziram «louça de uso caseiro e artefactos de uso industrial»[19]. De entre estes últimos destacam-se, para além das formas de açúcar, o barril para o armazenamento de água fresca durante as viagens marítimas e as placas para o fabrico do biscoito que se fabricavam, nas imediações dos Fornos Reais do Vale de Zebro.

Outra indústria que se desenvolveu com a expansão portuguesa foi a artilharia. O forte envolvimento português no comércio e na expansão ultramarina levou a uma intensa procura de produtos de artilharia, quer nacionais quer estrangeiros. Em Lisboa, próximo do Cais dos Soldados, situavam-se as tercenas das fundições de Artilharia das Portas da Cruz, que foram construídas no reinado de D. Manuel, entre 1515 e 1521, para armamento das naus da carreira da Índia e defesa das praças e mares que estavam sob o controlo

português. *A Panorâmica de Lisboa*, da primeira metade do século XVI, actualmente na Biblioteca da Universidade de Leyden, permite-nos avaliar a grandeza deste edifício que se impõe na paisagem urbana ribeirinha da parte oriental da cidade. Estas tercenas reais, que ocuparam todo o espaço onde esteve a Fundição de Baixo, foram destruídas por um grande incêndio na noite de 11 de Julho de 1726.

A «Casa do Almazem do reyno E armaria» segundo o *Sumário* de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, de meados do século XVI, era constituída pelo seguinte pessoal especializado:
«Hum almoxarife do Almazem.
Outro almoxarife da armaria.
Dous scrivães.
Dous porteiros.
Tres guardas. Seis fundidores dartelharia.
Dous mestres de carpentaria. Cada hum destes tem quatro obreiros.
Hum mestre darcabuzes, com oyto officiaes.
Tres ferreiros por contrato, E cada hu te dez obreiros.
Oyto serradores.
Dous sarralheiros, cada hum tem quatro obreiros.
Hum çapateiro que faz sacos para poluora.
Hum oleiro que faz panellas para poluora».

Este armazém compreendia ainda um número incerto de «trabalhadores», segundo refere o mesmo autor. Nesta mesma época, em Cataquefarás, existia uma fundição de canhões. Estas fundições estavam muito longe de dar resposta às necessidades das armadas e das colónias portuguesas que consumiam muito material bélico. Daí a necessidade de recorrer à importação do material de artilharia.

A intensa vida comercial de Lisboa encontra-se bem documentada nas descrições quinhentistas e seiscentistas de autores nacionais e estrangeiros, nomeadamente em Tirso de Molina:
Y sobre todo, el llegar
Cada tarde á su ribera
Mas de mil barcos cargados
De mercancias diversas
Y de sustento ordinario,
Pan, aceite, vino y lena,
Frutas de infinita suerte
Nieve de Sierra de Estrella,
Que por las calles á gritos,
Puesta sobre las cabezas,
La venden; mas? qué me canso?
Porque és contar las estrellas
Querer contar una parte
Desta ciudad opulenta»[20].

Era, porém «a Rua Nova dos Mercadores, muito mais ampla que as outras ruas, ornada de ambos os lados com belíssimos edifícios. Aqui se juntam, à compita, todos os dias, comerciantes de quase todas as partes e povos do mundo, com extraordinária concorrência de gente, por causa das facilidades que o comércio e o porto oferecem»[21].

Para ilustrar a natureza do comércio registamos os seguintes exemplos apresentados, no século XVII, pelo P.e Nicolau de Oliveira nas *Grandezas de Lisboa*:
«Mercadores de sedas e tellas trinta e tres
Mercadores de seda em fio, trinta e oito
Mercadores de pannos, trinta e seis
Mercadores de porçolana, e outras cousas da India, dezasete
Mercadores de cousas de Veneza, seis
Mercadores de cousas miudas de Frandes, como são pregos, cadeados, pinceis, facas e outras cousas semelhantes, vinte e quatro».

No entanto, a «Rua Nova d'El-Rei, [*estava*] repleta de gravadores, joalheiros, lapidários, ourives de prata, ourives de ouro, douradores, cambiadores»[22].

Ainda, segundo Nicolau de Oliveira, no século XVII, existiam 72 ourives de prata e 70 ourives de ouro e 13 oleiros de azulejo «inda que se faz muyto nos fornos de louça de Veneza».

A grandeza de Lisboa, como resultado dos Descobrimentos, está bem patente em todas estas descrições, nomeadamente na *Miscelânea* de Garcia de Resende:
Lisboa vimos crescer
em povos e em grandeza
e muito se nobrecer
em edifícios, riqueza
em armas e em poder
porto e trato não ha tal,
a terra não tem igual
nas frutas, nos mantimentos.

A maior parte dos testemunhos materiais – edifícios, produtos e equipamentos – que, durante séculos, engrandeceram a Lisboa dos Descobrimentos, foram caldeados com o terramoto de 1755. Hoje, graças aos trabalhos científicos de arqueólogos e de historiadores, torna-se possível conhecer melhor a urbe náutica e comercial que se transformou numa das charneiras de comunicação entre os povos de todos os continentes.

[1] Ferreira de Andrade, *Lisboa das Descobertas*, in «Portugal País de Turismo», Anuário do Turismo Português, n.º 8, Lisboa, 1960.

[2] Damião de Góis, *Descrição de Lisboa*, (tradução do texto latino, introdução e notas de José da Felicidade Alves), Livros Horizonte, Lisboa, 1988.

[3] *Livro Quarto das Saudades da Terra*, vol. II, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1981, p. 6.

[4] *Le Portugal, Le Brésil et l'Atlantique au XVII^ème Siècle (1570-1670)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1983, p. 47.

[5] *Sumário*, Lisboa, 1938, p. 84.

[6] Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro IV (Ilha de S. Miguel), vol. I, Ponta Delgada, 1924, pp. 243 e 244.

[7] P.e Nicolau de Oliveira.

[8] Damião de Góis, *Chronica do serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, parte 4.ª, Lisboa, 1749, p. 600.

[9] Idem., *Ibidem*.

[10] Liv.º VI de re.ª de cons. e dec. do sr. rei D. João V, do sen. occi., fs. 272, *in* Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, t. XIV, Typographia Universal, Lisboa, 1906, p. 104.

[11] Idem, *Ibidem*, p. 105.

[12] *Regimento dos Fornos de Vale de Zebro*.

[13] *Memoria Historico-Topographica dos Estabelecimentos de Valle de Zebro, Telha e Azinheira*, Lisboa, 1844.

[14] Idem., *Ibidem*.

[15] Gaspar Frutuoso, *op. cit.*, p. 5

[16] António J.C. Maia Nabais, *Moinhos de Maré. Património Industrial*, Câmara Municipal do Seixal, Seixal, 1986, pp. 26-36.

[17] *Regimento para o Almoxarife dos mantimentos*, cap. X.

[18] Cláudio Torres, *Um Forno Cerâmico dos Séculos XV e XVI na Cintura Industrial de Lisboa. Mata da Machada – Barreiro*, Câmara Municipal do Barreiro, Barreiro, s.d.; Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zarco*, vol. I, 4.ª edição, Maiadouro-Maia, Funchal, 1989, pp. 550 e 551.

[19] Cláudio Torres, *Um Forno Cerâmico dos Séculos XV e XVI na Cintura Industrial de Lisboa. Mata da Machada – Barreiro*, Câmara Municipal do Barreiro, Barreiro, s.d.

[20] *El Burlador de Sevilla y Convidado de Piedra*, acto I, cena 14.

[21] Damião de Góis, *Descrição de Lisboa*, (tradução do texto latino, introdução e notas de José da Felicidade Alves), Livros Horizonte, Lisboa, 1988.

[22] Idem., *Ibidem*.

Museu Nacional de Arqueologia
Biblioteca

A casa na Lisboa de Quinhentos

Victor Pavão dos Santos

Não me temo de Castela
donde inda guerra não soa;
mas temo-me de Lisboa,
que, ao cheiro desta canela
o Reino nos despovoa[1].

Quem assim falava era o Dr. Francisco Sá de Miranda, na sua célebre carta «A António Pereira, senhor de Basto, quando se partiu para a Corte co a casa toda». Sempre guardador dos antigos costumes e avesso às inevitáveis mudanças, o poeta criticava o modo como todos eram atraídos pela grande cidade, desde os senhores que detinham a terra aos trabalhadores que a cultivavam, aliciados pela metrópole das «muitas e desvairadas gentes», pela capital do inesperado império, essa Lisboa tão prometedora e tantas vezes enganosa, onde tão fácil parecia ser o ganho proveniente de viagens e conquistas.

Por todo este fascínio que, através dos tempos, se transmitiu, criando uma imagem mítica da Lisboa de Quinhentos, vejamos um pouco como então por aqui se vivia.

Por exemplo, com este enxame de gentes, nacionais e também estrangeiros, acorrendo ao grande centro, haveria facilidade em alugar uma casa?

Difícil parece que não seria, ao vermos a abundância de ofertas de aluguer de casas, propriedade real ou de hospitais vários, que os documentos da época nos revelam.

De facto, a grande muralha que, pelos finais do século XIV, o rei D. Fernando mandou construir para proteger Lisboa, foi pensada com largueza, deixando dentro dela muitos espaços livres, que permitiam não só erguer novas edificações, como usufruir da comodidade de hortas e pomares, mesmo dentro dos muros da cidade.

Casas para morar era o que não faltava na Lisboa de finais do século XV, início do século XVI. Pelo menos, é o que se depreende ao estudar a vasta documentação reunida nos chamados *Livros da Leitura Nova*, relativos à Estremadura, que se guardam no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Nesse tempo, o aluguer de uma casa obedecia a um curioso ritual, que vale a pena conhecer.

Quando alguma casa se encontrava vaga, um funcionário da instituição proprietária, empunhando um ramo verde, percorria as praças e ruas mais concorridas de Lisboa, lançando o pregão que anunciava as ditas casas.

Depois, em dia e local marcados, acorriam os vários arrematadores, que faziam as suas ofertas. Àquele que mais desse metia-lhe o provedor o ramo verde na mão, assim o investindo da autoridade sobre as casas, que se aprazavam «todas de fundo acima, com todas as suas entradas e saídas, direitos e pertenças, logradoiros e serventias».

Não eram, porém, leves as condições impostas ao novo inquilino. De modo geral, estas casas eram aforadas apenas em três pessoas, ou seja, quem as alugava podia passá-las, por morte ou desinteresse, a outros dois sucessores, depois do que voltavam ao seu proprietário. Porém, durante o tempo em que vigorasse o aforamento, todas as obras corriam por conta dos inquilinos «que farão e desfazerão as casas de paredes de pedra e cal e telha e tijolo, madeira grossa e delgada, taboado e pregadura». E, cláusula ainda pior, caso as casas «perecerem por fogo, água, terremoto ou qualquer outro caso fortuito», findo o aforamento, teriam de ser devolvidas intactas ao seu proprietário.

Cláusulas pesadas talvez, mas que não faziam, de modo algum, diminuir os pretendentes.

Lisboa vimos crescer
em povos, e em grandeza,
e muito se enobrecer
em edifícios, riqueza
em armas e em poder[2]

Assim falava Garcia de Resende dessa Lisboa do tempo dos Descobrimentos e do seu desenvolvimento em construções urbanas. Vejamos, então, um exemplo, entre centenas que se poderiam apresentar, do aluguer de uma casa.

No dia 6 de Maio de 1499, à porta do «Esprital Grande de Todos os Santos», que, como se sabe, ficava no Rossio, foram à praça «huuas casas sobradadas», propriedade do Hospital de João de Braga, por certo um pequeno hospital, situadas na Rua do Pato, freguesia de Santa Justa.[3]

Tratava-se de umas casas boas e amplas, bem situadas na cidade, integradas na malha urbana, pegando a Levante com «casas do Salvador, aforadas a João Pacheco, escrivão

dante ho Corregedor»; a Poente com casas forras «da mulher que foy de Fernão Seixas»; a Sul com casas forras de «Pero Diniz, escrivão do Corregedor» e, finalmente, a Norte com a «rua pública do Pato», portanto a sua fachada.

Como se pode ver, gozavam de uma boa vizinhança, gente de certa posição.

Quanto às casas propriamente ditas, eram dez (ou seja, dez divisões), a saber: «duas logeas sobradadas» e, sobre estas, uma «sobrelogea», mais cinco «casas sobradadas», uma delas com sacada, certamente abrindo para a Rua do Pato. E ainda, sobre estas, mais duas casas, uma com sacada. A cobertura contava com o conforto de um eirado, ou terraço, sobre uma das casas, sendo a outra certamente telhada.

Postas tais casas em praça, não faltaram os candidatos, que ofereceram por elas largas quantias, em dinheiro, além de duas galinhas, já que era uso uma parte do aforamento ser pago em criação, que tanto podiam ser galinhas, como patos, perus ou capões.

Vale a pena conhecer os pretendentes, um a um. O primeiro chamava-se Fernão de Espanha e ofereceu 1050 reais, lance logo coberto por Diogo Roiz com 1300 reais, ao qual se seguiu Guiomar Afonso, mulher de Jorge Mendes, que subiu a parada para 1400 reais.

A luta apresentava-se renhida, pois Pero Barradas, «procurador do doutor Gabriel Vaz» chegou e ofereceu 1430 reais, lance, todavia, logo coberto pelo bacharel Rui Preto, que deu 1530 reais, que João do Porto aumentou em 20 reais. Ia subindo o preço lenta mas seguramente, quando Estêvão Vaz, «cavaleiro da casa del Rey» e escrivão da Mina, morador em Lisboa, na freguesia de Santa Justa, entrou em cena e espectacularmente lançou a elevada quantia de 2700 reais, soma que não encontrou competição.

Tratava-se, não há dúvida, de pessoa de alta posição e vastos haveres, pelo que facilmente ficou com as ditas e tão desejadas casas, que lhe foram aforadas, segundo o costume, em três pessoas, comprometendo-se a entregar ao Hospital proprietário as duas galinhas logo no próximo Natal, enquanto a quantia de 2700 reais apenas seria paga pelo S. João do ano de 1500. E mais se comprometeu a ter sempre na casa «a pedra com a devisa dos dictos espritaes».

E assim continuaria certamente, durante os anos em que durasse o aforamento, caso não houvessem queixas ou demandas, como era frequente, motivando inspecções às casas, que levavam, quase sempre, ao aumento substancial da renda inicialmente estipulada.

Este é o exemplo de uma casa cara, numa zona privilegiada de Lisboa, por isso alugada por uma pessoa de posição, ligada mesmo à corte de D. Manuel. Mas muitos outros exemplos, como é lógico, se podem encontrar de casas muito mais baratas, de acordo com o seu tamanho, o seu estado de conservação e também, o que é muito importante, a sua localização na cidade.

Apenas para dar uma ideia, veja-se que, neste mesmo ano de 1499, Luís Rosales, «galinheiro del Rey», e sua mulher Isabel Lopes, puderam aforar, por apenas 600 reais e duas galinhas, uma pequena casa de três divisões, composta de «logea», «sobrelogea» e uma «casa de todocima» com sacada, situada na Rua da Mouraria.[4]

Mas também havia casas caríssimas, directamente ligadas ao comércio, situadas nos grandes centros lisboetas ou mesmo na tão afamada Rua Nova. Por umas pequenas casas, em plena Rua Nova, pegadas com o «almazem do regno», pagava um tal Mestre Pedro, «buticario», em 1497, a elevada quantia de 5709 reais, a qual, nesse mesmo ano, talvez por um aumento súbito do custo de vida, viu subir espantosamente para 7136 reais. E não consta que o Mestre Pedro tenha reclamado ou desistido da sua botica. Era uma soma elevada, mas a localização num dos grandes centros comerciais da Europa do tempo, como era a Rua Nova, bem a justificaria.[5]

Depois deste tão breve olhar sobre as casas que se alugavam em Lisboa, da sua localização, do seu preço e do estatuto social dos seus moradores, convém, agora, atentar um pouco na sua estrutura, nos termos que se têm mencionado, como seja «logea», «sobrelogea», «sobrados», sacadas.

Pois nesta época de Quinhentos, a casa, na sua expressão mais simples e também mais abundante, quer nos campos quer até nas cidades, é a chamada casa térrea, de uma só divisão, tendo como centro da vida doméstica a lareira com a sua chaminé, como acontecia desde os tempos mais remotos. Nessa única divisão os vários moradores preparavam as refeições, comiam, dormiam, viviam, enfim, a sua vida. Como única abertura ao exterior, apenas a porta.

No entanto, especialmente nos aglomerados urbanos, essa casa térrea podia alargar as suas dimensões, o que permitia a sua divisão em dois ou três compartimentos. Tal separação fazia-se quer por meio de uma parede de pedra e cal, de adobe, de madeira ou quer até por uma simples cortina. Quando tal acontecia, esboçava-se algum conforto e privacidade, separando-se a cozinha e «casa de estar» do local onde se dormia. Denominava-se então a divisão da frente, geralmente a divisão comum a todos os moradores, como «casa

dianteira» ou «casa de diante», enquanto a divisão mais recolhida tomava o nome de «câmara».

«Casa dianteira» e «câmara»: eis a forma mais simples e mais comum da habitação em Portugal, na sua dualidade pública e privada.

Depois, o processo mais usual de aumentar uma casa térrea era erguer sobre ela um andar, o qual se passava a designar por «sobrado». Tal se verificando, as condições da vida doméstica melhoravam sensivelmente. O andar térreo, que passava agora a designar-se por «loja», «logea» ou até «sótão», destinava-se à vida da casa em mais directo contacto com o exterior: aí se cozinhava, aí se tomavam as refeições, aí se reuniam os moradores. Quanto ao «sobrado», passava a ser o espaço mais íntimo, onde se dormia, onde se estava a recato.

Frequentemente, acontecia o andar térreo ou «logea» ter duas ou mais divisões, cobrindo o «sobrado» apenas uma delas, geralmente a divisão mais recuada. Em tal caso, a divisão que não era coberta designava-se por «casa dianteira» ou «de diante», tal como acontecia na forma mais rudimentar, enquanto a outra, do fundo, a «câmara», passava a chamar-se «câmara sobradada».

Julgo fundamental o conhecimento destas noções para uma compreensão global da casa em Portugal nos séculos XV e XVI, já que são referidas em todo o tipo de habitação, desde as mais modestas até às vastas casas existentes nas grandes cidades ou nas fortificações ou mesmo nos palácios reais. Noções muito simples, é certo, mas que, só me foi possível captar através de um prolongado estudo de vasta e variada documentação.

Embora as unidades habitacionais se vão complicando, esta noção «logea-sobrado» estava perfeitamente estabelecida para as gentes desse tempo. Chamavam-se «mercadores de sobrado» aqueles que exerciam o seu ofício por cima das «logeas», dizia-se que estava «ensobradada» uma pessoa que ainda não se tinha levantado da cama.

Apenas um exemplo, apanhado em Gil Vicente, que nos dá conhecimentos preciosos para a vida na casa e tudo isto confirma. No seu «Auto da Lusitânea» há uma cena passada na casa de um alfaiate judeu. Na «logea» situava-se a cozinha e o local onde ele exercia a sua profissão, enquanto o local onde se dormia se situava no sobrado. A certa altura, a mulher do alfaiate, queixando-se da filha, exclama desesperada:

«Quando está como agora
na logea e eu no sobrado
chamo e chamo, brado e brado»[6].

Nas grandes cidades, como Lisboa, onde o terreno nos locais mais movimentados era muito caro, como já se viu, as casas alteavam-se, com vários sobrados sobrepostos à «logea».

Depois, para ganhar espaço, recorria-se com frequência aos balcões, ou varandas, que prolongavam a casa sobre a rua, podendo até fazer-se a ligação de casas fronteiras, por vezes do mesmo proprietário, através de balcões, formando arcos.

Todas estas práticas se encontram abundantemente documentadas, assim como as numerosas proibições e multas aplicadas a quem tal fizesse, evocando os danos que estes acrescentos provocavam à circulação na via pública.

Proibições absolutamente vãs, já que as tentativas da casa ganhar espaço à rua se multiplicavam, sobretudo também através do ressalto dos sobrados, fazendo salientá-los da linha da fachada para aumentar o tamanho da divisão que servia.

Muitas vezes, o aumento das divisões fazia-se justapondo apenas pequenas casas, construídas em diferentes ocasiões, que não se coordenavam entre si, sem um eixo definidor.

E não se pense que tal acontecia apenas nas casas de gente de baixa condição. Olhe-se o Palácio de Sintra, veja-se como cresceu através de justaposições construídas em ocasiões várias, atente-se na desorganização dos seus volumes. O exemplo não pode ser mais exemplar.

Falou-se, até aqui, de edificações, mas outras noções gerais há a reter, já que a casa como edificação, a não ser em casos verdadeiramente excepcionais, não importava muito. O que importava mesmo eram os objectos, indispensáveis à vida que decorria no seu interior.

As grandes edificações, até mesmo os palácios reais, só em parte eram habitáveis. Dentro de uma edificação, cada morador armava a sua «casa», ou seja, decorava a seu gosto o ambiente em que iria viver. O resto eram apenas espaços fechados.

Nestas «casas», depois de consultada também muita e variada documentação, posso concluir que existem duas unidades fundamentais. Uma é a «câmara», a casa privada, onde se dorme, onde se come em ocasiões normais, onde se recebem os íntimos. A outra é a «sala», a casa pública, onde os moradores e familiares se encontram, onde se recebe e festeja, onde se come em comum.

Não fosse este apenas um olhar rápido sobre a casa em Portugal nos séculos XV e XVI, mas o estudo aprofundado que tal assunto merece, e muito nos haveríamos de deter sobre o modo como o rei D. Duarte fala da compartimentação e ordenação da «casa» no capítulo LXXXI do seu *Leal Conselheiro*,

intitulado significativamente «Das Casas do Nosso Coração, E Como Lhe Devem Ser Apropriadas Certas Fins».

Retenhamos, no entanto, este binómio fundamental da «casa», que é a «sala-câmara» e, para o ilustrar, recorra-se uma vez mais a Garcia de Resende que, em certo passo da sua *Crónica de D. João II*, refere que «as casas d'El Rei e da Rainha foram todas armadas de ricos panos de seda e de Rás». E depois, falando das preparações faustosas para o casamento, em Évora, do Infante D. Afonso, filho de D. João II, nos dá a conhecer esta ordem do rei: «Sem embargo da grande brevidade do tempo, acrescentar se fazer nos paços muitos aposentamentos de novo, com grandes salas e câmaras»[7].

Vejamos então a câmara, que podia ser precedida pelo luxo de uma antecâmara, trescâmara ou câmara de vestir. E vejamos bem, já que este compartimento é dominado pela cama, o móvel mais raro e de maior aparato.

A cama alta, erguida sobre um estrado, envolta em cortinas, que se suspendem de um dossel, que se abrem revelando o esplendor de tecidos e brocados, as colchas ricas e as almofadas e lençóis bordados, tudo isto tão bem representado em algumas *Anunciações* da pintura portuguesa quinhentista.

Uma tal cama era luxo supremo de que poucos desfrutavam. Quem não tinha cama dormia em cima de uma arca, em cima de uma esteira, em qualquer lugar improvisado. E havia também as camilhas rasas, usadas sobretudo pelos doentes, simples e facilmente transportáveis.

Como não existia uma divisão destinada a tomar as refeições, quando chegava a hora de comer, colocava-se a mesa, sempre uma mesa de armar, no local onde a pessoa se encontrava, geralmente na câmara ou em algum terraço.

A não ser que a ocasião fosse solene e a família estivesse reunida. Então a refeição tomava-se na sala, podendo armar-se a baixela, onde faiscava a prataria.

Uma mesa modesta podia não ter mais que um recipiente para a comida, já que, por norma, cada um usava a sua própria faca para cortar a carne. Alguns copos, escassos, para água ou vinho, escudelas para a sopa e, mas nem sempre, uma toalha, completavam o conjunto.

Por meados do século XV e depois século XVI dentro, a mesa dos poderosos foi-se complicando, tornando-se espectacular, como se pode ver na *Salomé* de Gregório Lopes, existente na Igreja de S. João Baptista, em Tomar.

No entanto, os móveis eram escassos e alguns polivalentes. A arca era o mais abundante e funcional, a cadeira aquele que mais categorizava quem o usava, de tal modo que, diante do rei, a ninguém era permitido sentar-se numa cadeira.

Mas havia ainda bancos, banquetas ou arcas que serviam de assento, os arquibancos, e também as funcionais cadeiras de armar, em X, que se podiam fechar quando não estavam sendo usadas.

Como elementos de conforto caseiro, além de chaminés, braseiras e muitos outros objectos, destacam-se as tapeçarias, luxo constante em todos os países da Europa, servindo para repartir e tornar acolhedoras salas e câmaras.

Os poderosos de Portugal importavam vastas tapeçarias dos grandes centros, como a Flandres ou a Itália.

E havia também o luxo peninsular dos tapetes ou alcatifas, uma permanência da influência islâmica, que a Europa desconhecia e admirava e se importavam do Levante.

A presença do Islão permanecia também em Portugal, e longamente haveria de permanecer, no uso das mulheres, mesmo aquelas que pertenciam à mais alta nobreza, se sentarem em enormes almofadas, colocadas em estrados, no chão das suas câmaras íntimas, ou nas salas, nas festas de maior brilho.

Duas particularidades, no entanto, caracterizavam fortemente a vida lisboeta, espantando os estrangeiros que por aqui passavam. Uma, era a presença numerosa de escravos, das origens mais diversas, que enxameavam as casas, integrando-se na vida quotidiana, ocupando-se de todos os trabalhos domésticos. Outra, era a profusão de animais exóticos, desde os coloridos papagaios aos irrequietos macacos, produto das longas viagens e que toda a gente tinha em casa. Nota de exotismo que distinguia Lisboa de qualquer outra capital europeia e D. Manuel melhor que ninguém soube explorar quando percorria a Rua Nova com o seu cortejo zoológico, misturando elefantes, onças, rinocerontes e cavalos persas.

Era, por fim, uma época em que a noção de espaço livre era essencial, uma época que detestava a confusão, a acumulação, onde cada coisa devia estar hierarquicamente no seu devido lugar, onde cada móvel e objecto era dignificado pelo espaço que lhe estava destinado, onde se podia dizer a um convidado ilustre:

Tenho as casas despejadas,
podeis vir quando quiserdes,
de reposteiros armadas
e camas muy conçertadas
para vós e quem trouxerdes[8].

[1] Francisco Sá de Miranda, *Obras Completas*, Clássicos Sá da Costa, Lisboa, vol. II, p. 81.

[2] Garcia de Resende, *Miscelânea*, Ed. de Mendes dos Remédios, Coimbra, 1917, p. 66.

[3] *Leitura Nova, Estremadura*, Livro I, Fl. 61, A.N.T.T.

Nestes livros encontram-se sempre, acompanhando cada aforamento, as cláusulas antes citadas.

[4] *Estremadura*, Livro I, Fl. 289, A.N.T.T.

[5] *Estremadura*, Livro I, Fl. 46 v, A.N.T.T.

[6] Gil Vicente, «Auto da Lusitânea», *Obras Completas*, Lisboa, Clássicos Sá da Costa, vol. VI, p. 51.

[7] Garcia de Resende, *Crónica de El Rei D. João II*, Lisboa, 1902, vol. II, p. 12 e p. 70.

[8] Garcia de Resende, *Cancioneiro Geral*, Ed. Centro de Estudos Românicos, 1974, vol. II, p. 300.

Casa dos Bicos: sítio com dois milénios de História

Clementino Amaro

A Casa dos Bicos ocupava inicialmente uma zona de margem, ou seja, onde as águas do Tejo bordejavam uma encosta relativamente abrupta constituída, geologicamente, por blocos de grês calcário e por areia silto-argilosa. Assim, a fachada, virada a sul, foi construída sobre terrenos conquistados ao rio, enquanto a frente, virada a norte, sobre o solo de base e um aterro artificial, formando dois patamares desnivelados em cerca de 6,50 m. Foi na sequência da desmontagem deste grande aterro, através de trabalhos arqueológicos realizados em 1981/82, que surgiram estruturas representativas de vários momentos históricos (DUARTE e AMARO, 1986).

Este cenário de zona ribeirinha levou a que o sítio fosse usado como vazadouro de lixo da cidade. Uma sondagem geológica, realizada junto à face externa da «Cerca Moura», registou uma camada, entre as cotas -1,65 m e -3,30 m, constituída por ossos, cerâmica, em grande parte rolada, conchas e terra com grande percentagem de matéria orgânica.

Assim, o sítio da Casa dos Bicos, constitui um caso excepcional de sedimentação de vestígios arqueológicos desde o nível freático até à cota de 10 m.

No decurso do período Romano o local é ocupado por uma fábrica de conserva de peixe. O solo foi aplanado, a cerca de 3 m acima do rio e construiu-se um número ainda indeterminado de tanques e de outras estruturas anexas. Actualmente são visíveis apenas quatro tanques, tendo sido sacrificados um quinto tanque, um esgoto e muros de compartimentos, durante a fase de reconstrução do edifício.

O espólio que testemunha o período Romano é diversificado e cobre os séculos I a IV d.C., com excepção de uma taça campaniense, do século I a.C. Para além de cerâmica de uso doméstico, foram recolhidos vários elementos arquitectónicos: base de coluna, capitel em estilo coríntio, lintel de porta, parte superior de uma ara tardo-romana e fragmento de um marco miliário, dedicado ao imperador Probo (276 a 282 d.C.). Este deveria marcar a passagem de uma importante via entre a actual Casa dos Bicos e a Sé, muito provavelmente a que se dirigia a Scallabis (Santarém).

É apontada como data provável para a construção da muralha defensiva de Olisipo, os finais do século III ou inícios do IV. A desactivação da fábrica romana deverá estar associada àquele facto já que esta ficou intramuros. Grande parte das ânforas recolhidas no local apontam para a sua laboração ainda durante o século III.

Após grandes transformações urbanísticas no local ao longo do período tardo-romano, evidenciadas pela rejeição de elementos construtivos, reutilização de outros, novos aterros e sobreposição de muros, os vestígios do período Muçulmano são pelo seu lado ténues. Resumem-se à recolha de alguns objectos de uso doméstico, como louça de ir à mesa, louça de cozinha e contentores de fogo, com destaque para os candis.

A «Cerca Moura», para além de funções emblemáticas, cintou a cidade na sua zona ribeirinha até ao século XVI, abrindo-se num vasto conjunto de portas, ligando os bairros da Sé e Alfama com a antiga zona portuária (SILVA, 1939).

D. Manuel I, ao escolher a zona baixa da cidade para edificar o paço real em terrenos conquistados ao rio, foi seguido por outras famílias nobres. Tendo a cerca perdido entretanto a sua função militar, este espaço vai ser eleito para a construção de vários palácios, permissão que já vinha desde o rei D. Afonso V.

Identificaram-se restos de paredes, de pavimentos em seixo rolado e em tijoleira e parte de um arco ogival, encontrando-se todas estas estruturas imediatamente sob o pavimento da ala norte, correspondendo a edifícios anteriores à construção da Casa dos Bicos. Sabe-se que a família Albuquerque era proprietária de casas neste local (MOITA, 1986) e que Brás de Albuquerque terá reformulado integralmente este espaço, nomeadamente com o avanço da fachada sul para além da muralha, com o consequente arrasamento desta. A nova fachada foi alinhada pela face externa de uma torre vã que, tudo o indica, existiu no local (AMARO, 1983).

Esta ligação da nobreza à Ribeira de Lisboa resulta de uma certa mudança de mentalidade influenciada pelos Descobrimentos Marítimos e pelo comércio daí resultante, bem como pelas novas ideias do Renascimento. A Casa dos Bicos reflecte, em grande parte, esta nova mentalidade. O seu construtor, ao viajar por Itália e Espanha, contacta com modelos renascentistas que lhe irão inspirar o gosto e o

engenho de mandar construir uma casa tão marcante na História Moderna da cidade, num espaço particularmente acanhado.

O edifício chegou aos nossos dias apenas com loja e sobreloja, na sequência do terramoto de 1755, mas outros acontecimentos anteriores introduziram-lhe alterações à primitiva concepção. Tudo indica que a casa teria, primitivamente, um pátio interior virado a norte, onde ficava a entrada nobre. No decurso dos trabalhos arqueológicos detectou-se um rodapé em lajes de calcário, indiciadoras desse espaço externo. A fachada norte, entretanto demolida, apresentaria na sua origem um muro onde se rasgava um portal quinhentista, do qual sobreviveram, «in situ», duas pedras de uma ombreira.

Por este pátio a população do bairro tinha acesso a uma escada, que corria junto à empena nascente e que dava ligação à Ribeira. Esta passagem vai ser tema de conflito entre os proprietários da casa e o Senado da Câmara, já que aqueles pretendem privatizar a passagem. A contenda foi sanada por volta de 1643 a favor dos proprietários e D. João Afonso manda construir uma escada central, obrigando à reformulação de vários espaços interiores. Na desmontagem das paredes interiores identificaram-se duas portas quinhentistas, entaipadas. Na mesma altura surge outro conflito, que termina com o derrube da cocheira que tinha sido edificada em plena Ribeira. Em resultado dos dados arqueológicos obtidos (ferradura, pedras com argolas e tipo de pavimento), tudo aponta para que a nova cocheira tenha sido construida, no decurso da mesma fase de obras, no lado norte da casa, junto à empena poente e com acesso pela actual Rua Afonso de Albuquerque.

O maior e o mais diversificado número de peças arqueológicas exumadas corresponde ao período que antecede a construção da Casa dos Bicos até à primeira metade do século XVIII. Parte significativa deste conjunto, representativo dum certo quotidiano da casa, encontra-se exposto no Museu da Cidade.

O terramoto de 1755 marca definitivamente o período de decadência da casa. Encontrava-se em parte reconstruida já em 1772, albergando um comerciante de bacalhau. Em 1872 o décimo primeiro senhor da casa, D. Francisco Teles de Melo, vende-a ao neto do bacalhoeiro Caetano Lopes da Silva. A casa albergou ainda uma tipografia e, já no século XX, continuava ligada ao comércio do bacalhau. Entretanto, a Câmara Municipal adquiriu o edifício, já classificado como Monumento Nacional desde 16 de Junho de 1910.

No decurso das obras de reestruturação integral da Casa dos Bicos para albergar um dos núcleos da XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura, foi possível adoptar-se soluções arquitectónicas que viabilizaram a integração de estruturas arqueológicas, ao nível do rés-do-chão, apesar da grande dificuldade em se conciliarem diferentes interesses em presença. Encontram-se, assim, patentes ao visitante quatro tanques da fábrica de conserva, uma estrutura semicircular romana, uma das faces da torre medieval e um pavimento «mudéjar», do período quinhentista.

Os ladrões se senhorearão da cidade deserta, forçarão as portas e saquearão as casas. A esperança da impunidade eterna animará cada vez mais ao crime a quem desprezava a ira do Ceo, e o braço da Justiça da terra.

MIGUEL TIBÉRIO PEDEGACHE[1]

O 1.º de Novembro de 1755. Lisboa destruída.

O Olhar da História

Maria Luísa Braga

Domingo, 1 de Novembro de 1755. No dia em que a terra tremeu, o pavor entrou no coração dos homens: atónitos, desvairados, corriam sem destino, procurando a salvação que lhes não vinha nem do Céu nem da terra. E esse dia ficou marcado de tal forma na memória colectiva que, em todas as gerações futuras, sábios ou curiosos se debruçaram sobre este acontecimento.

O imutável ciclo da vida a que o ser humano é submisso, conduz, sempre, à realidade inalienável da morte. Conhecemos e estudamos as distintas civilizações que ao longo de milénios se sucederam; milhares de homens viveram e morreram, a um ritmo desigual do tempo que passava, irreversível. No entanto, a atitude do homem é, com maior ou menor consciência, a de relegar esse processo terminal para os confins do pensamento, para uma hipotética distância do possível, envolto na bruma da pretendida ausência. A morte, dado adquirido, torna-se, de preferência, ignorado. Atinge o vizinho ou o idoso ou o doente, mas não é representado para o próprio indivíduo como uma realidade que, de imediato, seja sua. A areia escorre da ampulheta, lentamente, muito lentamente, mas não se sabe quando deixará de correr. Muito menos nisso se pensa, como se o ingénuo mortal acreditasse que a sua existência fosse eterna. E como tal procede.

Por isso, as catástrofes, os cataclismos naturais, as epidemias, as guerras põem o homem perante a morte de uma forma abrupta, lancinante, e o impacto causado pela tragédia insuspeitada assume proporções gigantescas.

Assim terá sido em Pompeia e Herculano, soterradas pelas cinzas ardentes que preservaram até hoje corpos, artefactos, casas e muralhas de cidades fervilhantes de vida. Os seus habitantes foram postos, de súbito, em face da morte e a impotência gerou o terror, o que tornou ainda mais doloroso o que em si mesmo encerra tanto sofrimento – o apartar da vida.

Assim também o terramoto do 1.º de Novembro de 1755 constituiu um marco na história do país pelas consequências dramáticas e altamente lesivas para a sociedade portuguesa. Ponto de viragem pela perda de riquezas de toda a ordem, bens irrecuperáveis, e, por contraponto, pelo esforço de reconstrução das medidas inovadoras de Pombal, que se lhe seguiram.

A dimensão dos estragos suscitou, como reacção, a necessidade do relato destes eventos, para conhecimento e reflexão dos povos, o que se traduziu num acúmulo de documentos de toda a espécie. A bibliografia existente e os estudos em curso dão-nos a possibilidade de tentar reconstituir, com certo rigor, as características do sismo e as ruínas causadas.

Sentido com intensidade diferente em todo o território (muito pouco no Norte, por exemplo em Braga)[2], teve especial incidência na zona de Lisboa e também no Algarve, factor que depende da natureza geológica do terreno. Considera-se a localização do epicentro do sismo a sudoeste do cabo de S. Vicente, na falha Açores-Gibraltar, que originou um terramoto de grande magnitude e com muitas réplicas. Mas deixamos para os investigadores dos estudos técnicos, para os peritos em engenharia sísmica, sismologia, geologia, e até para os arqueólogos, o tratamento da informação já recolhida e a observação dos elementos disponíveis, baseados em modernos processos de detecção e tratamento computorizado de dados que melhor poderão representar os efeitos causados na alvenaria dos edifícios e na convulsão da terra. Esta visão alargada enquadrará necessariamente a histórica; os estudos de sismologia beneficiam, assim, da interdisciplinaridade das ciências.

Dada a imensa massa de elementos que podem ser recolhidos a partir das fontes contemporâneas, impressas ou manuscritas, e ainda das interpretações e estudos de que o terramoto tem sido objecto até hoje, seria do maior interesse a constituição de um banco de dados em termos de sismicidade histórica.

As notícias relativas a sismos no nosso país são muito numerosas e antigas, algumas remontam à Idade Média, em cujos manuscritos são citados os autores da Antiguidade Clássica que se referem à Península Ibérica.

Lisboa tem sido fortemente afectada por sismos de intensidade desigual. Alguns atingiram proporções catastróficas, enquanto outros duraram «o espaço de uma ave-maria», de «um miserere» ou de «um credo». Citam-se, entre outros, os de 1321, 1344, 1356, 1504 e 1512. O sismo de 1531 produziu grandes devastações por todo o país e também na capital. Em 1551, houve, de novo, grande mortandade, e podemos falar dos de 1575, 1598, para só nomear alguns, entre tantos, que fizeram a terra tremer.

Como se vê, devido à sua localização e contexto geológico, a cidade tem sofrido, a espaços, devastações imensas que conduziram à perda irreparável de edifícios religiosos e civis, monumentais ou comuns e apagaram os traços de um tempo que passou.

A Lisboa de D. João V era opulenta, de ostentação e luxo, toda uma explosão do barroco, expressa em monumentos, conventos, igrejas e palácios, ricos em preciosas alfaias de ouro, prata e jóias. Emparceirava em ruas estreitas e lamacentas com as casas e os casebres amontoados de uma cidade de traça ainda medieval. Populosa, barulhenta, um fervedouro de gente de todas as condições, encontro de mercadores que animavam o comércio do seu porto alimentado pelo ouro do Brasil, procurava rivalizar com as grandes cidades da Europa em magníficas e monumentais construções, símbolos do poder e da grandeza do Estado.

Os relatos do terramoto de 1755 são muitas vezes coincidentes, quer por se tratar de escritos de testemunhas oculares, quer por serem elementos transmitidos ou copiados de outros.

Preferimos seguir a descrição de Moreira de Mendonça[3], talvez o mais citado dos autores, porque ele próprio afirma: «Eu fui huma das Testemunhas destas fatalidades»[4].

O 1.º de Novembro amanheceu sereno, com o céu sem uma nuvem. O calor era maior do que o habitual para o Outono, calor que já se vinha sentindo durante o mês de Outubro.

«Pouco depois das nove horas e meya da manhãa, estando o Barometro em 27 polegadas, e sete linhas, e o Thermometro de Reaumur em 14 gráos acima do gelo, correndo hum pequeno vento de Nordeste, começou a terra a abalar com pulsação do centro para a superficie, e aumentado o impulso, continuou a tremer formando um balanço para os lados de Norte a Sul, com estrago dos edeficios, que ao segundo minuto de duração começárão a cair, ou a arruinar-se, não podendo os mayores resistir aos vehementes movimentos da terra, e à sua continuação. Durárão estes, segundo as mais reguladas opinioens, seis para sete minutos, fazendo neste espaço de tempo dous breves intervalos de remissão este grande Terremoto. Em todo este tempo se ouvia um estrondo subterraneo a modo de trovão quando soa ao longe»[5].

Também Pedro Norberto de Aucourt e Padilha nos *Effeitos Raros e Formidaveis dos Quatro Elementos*[6] e Miguel Tibério Pedegache, *Nova e Fiel Relação do Terremoto que experimentou Lisboa e Todo o Portugal no I de Novembro de 1755*[7] fazem narrativas coincidentes.

Os edifícios que caíam causaram tal poeira que, acompanhada pelas «sulfureas exhalaçoens», cobriu a cidade de uma atmosfera cerrada como nevoeiro denso. A terra abriu-se em fendas de grande extensão e pouca largura. Os repetidos abalos fizeram cair edifícios que ainda vacilavam e o cenário de pavor instalou-se. Não faltaram nem a convulsão da terra, nem a fúria do mar, nem as chamas devorantes que retalharam a outrora orgulhosa cidade.

Pedegache, com uma preocupação de rigor naturalista, refere muitas vezes o termo *observei*: «observei que alguns instantes antes do tremor, e em todo o tempo, que durou, todos os brutos pareciaõ aterrorizados, e cheios de pavor. Toda a noite do primeiro ao segundo de Novembro os caens uivarão, e os cavalos roncarão...»[8].

«Observei que os tremores, que ainda frequentemente sentimos, são precedidos umas vezes de um ruído subterraneo, e que outras vezes ha destes écos, sem que haja comoção. Observei tambem que quase sempre treme a terra com mais impeto no crepusculo da manhã, e que todas as vezes ha rabanadas de vento he quasi certo acabarem com um tremor»[9].

Descreve, com precisão, o vento nordeste que soprava violento e «(...) o mar enfurecendo-se tres vezes sahe com impeto dos seus limites, e tres vezes retrocede com igual acceleração»[10]. Então, as águas impiedosas invadiram as ruas da cidade, despedaçaram o cais de pedra e a alfândega que se abateu completamente, os navios foram arremessados contra a terra; e o povo, refugiado nas margens, foi de súbito arrebatado para o meio das águas revoltas. Horror indescritível. O Tejo transformado numa amálgama de destroços e cadáveres.

E para completar a visão de pesadelo, o fogo, ateado em vários bairros da cidade, propagou-se rapidamente, levado pelo vento forte que soprava. Alimentado pelas velas e lamparinas tombadas nos templos e nas casas, as chamas apegaram-se às madeiras, devoraram as alfaias e os tecidos e criaram novos focos de incêndio que alastrava sem que, devido à contínua derrocada dos edifícios, fosse possível contê-lo. Outra segunda Tróia imolada pelas chamas antes que a implacável destruição concluísse a sua obra.

Diz Moreira de Mendonça: «o horror do Terremoto, o estrondo da demolição dos edeficios, o medo da morte, os brados dos homens, os lamentos das mulheres, e os choros dos meninos, causava tamanho alarido, e tal confusão, que huma geral consternação fazia em quasi todos igual o desacordo ao perigo. Neste horroroso contrito sómente o amor proprio dominava (...). Não havia amigo para amigo»[11].

A tudo isto se juntava o saque impune feito pelos ladrões, aproveitando o pânico e a desgraça dos outros: «Le matelot court incontinent au milieu des débris, affronte la mort pour trouver de l'argent, en trouve, s'empare, s'enivre (...), au milieu des mourants et des morts»[12].

De acordo com o autor da *Historia Universal dos Terremotos*, a zona da cidade destruída pelo fogo era das mais ricas. Aí se situavam um grande número de igrejas e palácios, adornados de preciosidades, aí também se localizavam grande parte dos comerciantes portugueses e estrangeiros, as ruas dos ourives do ouro e da prata, dos mercadores de panos e sedas, os arruamentos dos grémios mecânicos. O que desapareceu com a Alfândega Real, Casa da Índia, Jardim do Tabaco e Casas de Negócio foi irreparável.

Ao longo de dez páginas[13], o autor enumera os palácios, monumentos, igrejas, conventos e demais edifícios (bairros inteiros) com as suas riquezas, que foram destruídos, entre os quais o Paço Real da Ribeira, a Real Casa da Ópera, os palácios dos Duques de Bragança, as Secretarias de Estado do Reino, Guerra e Marinha, a Biblioteca Real, com inúmeras preciosidades, numerosas livrarias, como a do Marquês do Louriçal e de importantes conventos com grande número de manuscritos, o Convento de S. Pedro de Alcântara, o Palácio da Inquisição, a Igreja Patriarcal com todo o seu tesouro, o Convento do Carmo, entre tantos outros.

Também o termo de Lisboa padeceu com os efeitos deste terramoto, além de Setúbal, Mafra, Cascais, Sintra, Ericeira, Peniche, as vilas do Ribatejo, do Alentejo e Algarve.

Quanto ao número de mortos o cômputo é muito variável. Moreira de Mendonça aponta como provável cinco mil pessoas por ocasião do desastre; teriam falecido outras cinco mil durante o mês de Novembro, números só referentes a Lisboa[14].

«Que scena lamentavel me recorda a memoria! Tanto objecto lastimoso me representa a lembrança, que a multidão, a variedade, e a magoa me embaraça o discurso para a narração. Da pequena parte que relatarei deste successo se poderá collegir a grandeza delle»[15]. Moreira de Mendonça aponta ainda que ficou de pé o cartório do Tombo, que estava a seu cargo e guardaria mais de mil e seiscentas propriedades.

Muitas outras fontes documentais e estudos estão à nossa disposição para a reconstituição do que foi o terramoto e o que, pelo esforço conjugado dos três elementos revoltos, a terra, a água e o fogo, conduziu ao cenário patético da cidade em grande parte destruída, exemplo da precaridade do homem perante os fenómenos da natureza.

O conjunto da documentação existente acerca do terramoto e das suas consequências, não só em Lisboa como por todo o país[16] constitui um precioso manancial de dados à espera de um estudo profundo e sistemático.

Possuimos um grande número de fontes documentais, manuscritas e impressas, muitas delas ao longo de 1756, sob a forma de cartas, livros, panfletos, notícias de jornais, sermões, elogios fúnebres, poemas (silvas), teatro, comentários, lamentações, relações, diários, diários, elegias, etc. Escritos das formas mais díspares, desde o tom mais cerimonioso e erudito à franqueza mais clara do quotidiano, esse material merece uma leitura muito atenta, feita por especialistas integrados no contexto económico, religioso e social da época e uma leitura «literária», na qual sejam cuidadosamente observadas as palavras para podermos apreender o seu verdadeiro sentido.

Muitos escritos estão reunidos na *Colleçam Universal de todas as obras que tem sahido ao publico sobre os effeitos que cauzou o Terremoto nos Reinos de Portugal* (...), em cinco volumes, citada na bibliografia. Outras colecções com desigual número de volumes encontram-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Arquivo da Universidade de Coimbra e na Biblioteca da Ajuda, mas além destes livros, muitas outras obras e manuscritos, até não escritos expressamente para relatar só aquele acontecimento, poderão, numa busca minuciosa aos nossos arquivos, fornecer dados preciosos. Há pois, o processo da informação directa e da informação indirecta; por exemplo, através de medidas preconizadas localmente podemos saber a extensão dos estragos particulares.

Estas informações variam entre as descrições longas e pormenorizadas e as enumerações mais sintéticas. As manifestações ocorridas no decurso do fenómeno, as perdas materiais e humanas variam consoante são feitas por testemunhas oculares, ainda sob a emoção dos sucessos, ou quando o relato é feito em tempo mais distante do acontecimento.

Podemos considerar algumas descrições de carácter alarmista, outras exagerado, outras, ao contrário, mais cautelosas, às quais se juntam aquelas que já têm um certo pendor científico. Importantes são também as impressões relatadas pelos estrangeiros locais que, quer em correspondência, quer em periódicos, quer em livros, relatam as suas vividas experiências.

Na interpretação de todo este material ao nosso alcance há que ter em conta a condição social, económica e cultural de quem faz o relato, a mentalidade a nível ideológico, enformada pela atitude religiosa ou pelas ideias naturalistas, o fim para que foi escrito, a actualidade com que é feito, o público a que se destina e o contexto da época.

Não queremos deixar de chamar a atenção para uma fonte de especial importância, o chamado «Inquérito do Marquês de Pombal», que origina um verdadeiro levantamento de dados relevantes sobre o fenómeno, em todo o país, suas consequências e até seus antecedentes, em termos que podemos chamar actuais.

Eis o texto enviado aos párocos de todas as freguesias do país, que revela um espírito preciso e uma mentalidade científica na elaboração das perguntas:

– «(...) Fazemos saber que Sua Magestade he servido, que Vossa mercê distinctamente responda aos Interrogatorios seguintes, e que nos mande a sua resposta, para nos a pormos na Sua Real prezença, o que Vossa mercê fará dentro do espaço d'hum mez, aproveitando-se deste tempo para conferir os pontos duvidozos com pessoas intelligentes, e peritas, que comuniquem a Vossa mercê a luz necessaria para o acerto.

A que horas principiou o Terremoto do primeiro de Novembro, e que tempo durou?

Se se percebeu, que fosse maior o impulso de huma parte, que de outra, v. g. do Norte para o Sul, ou pelo contrario, e se parece, que cahirão mais ruinas, para huma, que para outra parte?

Que numero de cazas arruinaria em cada Freguesia, se havia nella edificios notaveis, e o estado, em que ficarão?

Que Pessoas morrrerão, se algumas erão distintas?

Que novidade se vio no mar, nas fontes e nos rios?

Se a maré vazou primeiro, ou encheu? Quantos palmos cresceu mais do que o ordinario? Quantas vezes se percebeu o fluxo?, e refluxo extraordinario? Se se reparou, que tempo gastava em baxar a agoa, e quanto em tornar a encher?

Se abrio a Terra algumas boccas, o que nellas se notou, e se rebentou alguma fonte de novo?

Que providencias se derão immediatamente em cada lugar pelo Eclesiastico, pelos Militares, e pelos Ministros?

Que Terremotos tem repetido depois do primeiro de Novembro, em que tempo, e que damno tem feito?

Se há memória de que em algum tempo houvesse Terremoto, e que damno fez em cada lugar?

Que numero de Pessoas tem cada uma Freguesia declarando se poder ser, quantas há de diferente Sexo?

Se se experimentou alguma falta de mantimentos?

Se houve incendio, que tempo durou, e que damno fez?» (11 de Fevereiro de 1756).

O estudo do terramoto de 1755, relativamente a Lisboa, e ao resto do país, deverá, pois, basear-se na confrontação das fontes documentais e na inventariação dos dados colhidos, mediante um questionário histórico adequado para a interpretação dos textos.

Complementarmente, serão consultadas as obras actuais que fazem uma análise mais ou menos adequada, consoante a época e a formação dos autores.

As proporções da catástrofe ocorrida em Lisboa deram origem a diferentes atitudes mentais, diversas tomadas de posição por parte de teólogos, homens de ciência, filósofos e literatos, tanto nacionais como estrangeiros, que exprimiram as suas opiniões em obras que tiveram ampla divulgação e circularam, em Portugal, umas livremente, outras restritas a determinados círculos, consoante o seu conteúdo apresentava ou não matéria controversa sob o ponto de vista religioso.

Perante tão cruenta tragédia e tamanha destruição que atingiu uma cidade cristianíssima de um povo prosélito, os homens interrogaram-se acerca das verdadeiras causas dos terramotos, numa controversa polémica que fez parte dos debates culturais do século XVIII[17].

No nosso país, estes textos podem agrupar-se em várias interpretações de natureza religiosa, que justificam a catástrofe como castigo pela impiedade dos humanos e pela inob-

servância das leis da Igreja, e em interpretações naturalistas. No entanto, mesmo dentro do clero, algumas vozes, poucas, lembravam a morte dos inocentes e a punição dos justos. Frei Francisco A. de S. José, no seu *Discurso moral sobre os temores que causou o Terremoto na gente de Lisboa*[18] evoca o Deus da Misericórdia e a bondade a praticar com o próximo, afastando a ideia do *Dies irae*.

Para o Padre Gabriel Malagrida, depois relaxado em carne por herege no auto-de-fé público de Lisboa, de 20 de Setembro de 1761, foram os pecados dos homens e a depravação de Lisboa que provocaram o castigo divino.

Na interpretação providencialista, o Deus terrível pune a maldade e oferece ao justo a possibilidade de resgate pelo sacrifício que purifica; concede a contemplação da glória eterna e da bem-aventurança.

Para aplacar a ira divina, a Igreja organizou manifestações de piedade pública, com procissões de flagelados implorando misericórdia para que a terra deixasse de tremer.

A par destas interpretações, outros autores procuraram explicar o fenómeno através de causas naturais, baseando-se, por vezes, em casos idênticos citados pelos antigos. Miguel Tibério Pedegache, na obra já referida, procura registar com precisão as modificações que observa na natureza e relaciona este terramoto com outros anteriormente ocorridos. Moreira de Mendonça desvia-se do providencialismo cego e cita Wiston, Buffon, Leibniz, Kirker a par de Feijóo e Zúñiga, tentando apresentar o acontecimento como natural, embora sempre imbuído de um contexto teológico-metafísico, segundo o qual Deus deu ao homem a capacidade de reflectir sobre o conhecimento do mundo e as suas manifestações da natureza, apesar de o Universo estar sujeito às Suas leis.

Também no estrangeiro diversos autores escreveram as suas obras, além das cartas e notícias nos jornais, e se manifestaram sobre a sorte da cidade e o seu cenário de pesadelo, tal o impacto causado pela visão de Lisboa destruída e pelo número de mortos e feridos.

Voltaire, no seu *Candide*, com o espírito crítico e mordaz que o caracteriza, fantasia um auto-de-fé (que nunca existiu) por ocasião do terramoto, com uma descrição distorcida acerca dos rituais seguidos pela Inquisição e, sobretudo, fazendo o paralelismo com um sacrifício humano, ao modo dos pagãos, para aplacar a ira do céu. E termina o relato com a irónica frase: «Le même jour la terre trembla de nouveau avec un fracas épouvantable»[19].

Para os ingleses protestantes, merecia punição o culto das imagens e o fanatismo da Igreja portuguesa. O Cavaleiro de Oliveira, exilado em Inglaterra, faz eco desta posição e critica fortemente os Portugueses pelo seu culto rudimentar e pela acção da Inquisição a qual deveria ser evocada como *Campus ubi maledicta fuit* («o lugar onde morou a maldição»).

Sob forma dialogada, Giancarlo Rosciani e Giuliana Scudder trataram o mesmo tema em «O terremoto de Lisboa de 1 de Novembro de 1755», *Estudos Italianos*, 25 (1965): 139-163.

Na Alemanha, a repercussão do desastre de Lisboa foi intensa e expressiva. Horst Günther, «Le désastre de Lisbonne», *Revista da História das Ideias*, Coimbra, 12 (1990): 415-427, refere essas diversas manifestações quer filosóficas, quer literárias, quer até políticas, e as críticas que encerram.

Kant nos seus *Estudos*, publicados em 1756, explana as suas teorias sobre a verdadeira causa dos terramotos, parte integrante das leis naturais; Klopstock expressa as preocupações que resultavam do prejuízo do comércio; e Goethe, em *Dichtung und Wahreit* considerou altamente preocupante o ocorrido pelas suas consequências e pelo debate que originou.

O terramoto do 1.º de Novembro produziu uma marca tão profunda na história da cidade que outra cidade nasceu depois. Desapareceram tesouros insubstituíveis e de toda a sorte. Parte da história de Lisboa desapareceu com ele. Restam-nos os testemunhos para sabermos como era. No entanto, o esforço de renascer deixou-nos uma outra visão da cidade, ainda dentro do mesmo século. A procura de um futuro melhor?

[1] M. T. Pedegache, *Nova e fiel Relação do Terremoto que experimentou Lisboa* (...), Lisboa, 1756, pp. 5-6.

[2] M. J. S. Thandim, *Colleçam de factos mais memoraveis de que se fazem mençam neste Diario Bracarense*, Braga, Anno de 1786, fls. 380-381.

[3] J. M. de Mendonça, *Historia Universal dos terremotos* (...), Lisboa, 1756, p. 121.

[4] Idem, *ibidem*, p. 121.

[5] Idem, *ibidem*, pp. 113-114.

[6] P. N. A. Padilha, *Effeitos novos e Formadores dos Quatro elementos* (...), Lisboa, 1756.

[7] M. T. Pedegache, *ob. cit.*

[8] Idem, *ibidem*, p. 6.

[9] Idem, *ibidem*, p. 6.

[10] M. T. Pedegache, *ob. cit.*, p. 4.

[11] J. M. de Mendonça, *ob. cit.*, pp. 115-116.

[12] Voltaire, *Candide ou l'optimisme*, Paris, Gallimard, 1961, p. 155.

[13] J. M. de Mendonça, *ob. cit.*, pp. 125-135, faz a relação das igrejas, conventos, palácios, edifícios públicos, pormenorizando os bairros e freguesias atingidos não só pelo terramoto como pelo fogo. «O incêndio reduziu a cinzas uma grande parte da Cidade antiga, e uma grande parte da cidade moderna. O terreno destruido pelo fogo occupa mais de uma legoa de circunferencia pelo circulo, que descreverei» (p. 125).

[14] Idem, *ibidem*, p. 138.

[15] Idem, *ibidem*, p. 114. Outros autores, até modernos, por exemplo José Estevam, cifram as perdas em quarenta mil pessoas, embora ainda não esteja confirmada a veracidade destes números.

[16] De consultar, como levantamento exaustivo de fontes para os séculos XVII e XVIII, a obra de M. R. Themudo Barata e outros, indicada na bibliografia.

[17] Frei Francisco António de S. José, *Discurso moral sobre os temores que causou o Terremoto na gente de Lisboa*, Lisboa, Na Officina de Joseph da Costa Coimbra, 1756.

[18] Voltaire, *ob. cit.*, p. 158.

[19] Cavaleiro de Oliveira, *Discours pathétique au sujet des calamités présentes arrivées au Portugal* (...), imprimé par J. HaberKorn, à Londres, 1756.

O Hospital Real de Todos-os-Santos

Irisalva Moita

O Hospital Real de Todos-os-Santos, o primeiro hospital do país construído por iniciativa real, foi fundado por D. João II em 1492, sendo a primeira pedra do edifício colocada pelo próprio rei, no dia 15 de Maio daquele ano, em terrenos obtidos ao Convento de S. Domingos, por escambo com outras propriedades que antes faziam parte da horta deste[1]. A obra iniciou-se de seguida, ao mesmo tempo que o soberano nomeava um Provedor, o Cónego Mestre-Escola Estêvão Martins, que tudo indica ter sido o grande colaborador e conselheiro do rei neste empreendimento, um Vedor ou Veador e um Escrivão, para preparação do expediente necessário às operações decorrentes da extinção dos pequenos hospitais, hospícios e albergarias existentes na cidade e arredores, e transferência dos seus bens para sustento do novo hospital central, para a qual o rei obtivera autorização por bula do Papa Sisto IV (1479)[2], actualizada pela bula sobre o mesmo assunto, dada pelo Papa Inocêncio VIII (1485)[3], elaboração do *Regimento* e mais medidas necessárias ao seu pleno funcionamento.

Que as obras prosseguiram com celeridade é prova o facto de as paredes já se encontrarem levantadas ou engalgadas, na expressão da época, quando, em Outubro de 1495, morre, precocemente, em Alvor, D. João II. Nesta, como em muitas outras iniciativas vai caber ao seu sucessor, D. Manuel I, a glória da sua conclusão, sabendo-se, pelo mesmo Damião de Góis, ter-lhe pertencido a construção da longa fachada com arcadas, voltada para o Rossio[4], depois de se terem arrastado os trabalhos mais lentamente, durante os primeiros anos do reinado do Venturoso, ocupado com a preparação da viagem que levaria Vasco da Gama à Índia e com os problemas dinásticos que o obrigariam a ausentar-se do país[5]. Em 1501 o hospital encontrava-se a funcionar, embora o edifício não estivesse completamente concluído, pois, no seu *Regimento* que é datado em 1504, afirma-se que aquele «é quase todo acabado»[6], o que indica que prosseguiam ainda as obras finais. São datadas de 1502 as cartas de nomeação do pessoal principal que devia servir no hospital (Provedor, Vedor, Escrivão, Almoxarife, Físico, Cirurgiões, Enfermeiros, Hospitaleiro, etc.) e deram entrada no novo hospital os primeiros enfermos, provavelmente os doentes transferidos dos pequenos hospitais extintos, em finais de 1501 e início de 1502.

O Hospital Real de Todos-os-Santos e suas dependências ocupavam toda a área actualmente abrangida pelo quadrilátero da Praça da Figueira (actualmente Praça D. João I), ultrapassando, a sul e a poente, as linhas de demarcação da mesma, avançando, a poente, sobre a Rua D. Antão Vaz de Almeida e boa parte dos prédios que constituem a ala oriental do Rossio, e, a sul, sobre a Rua da Betesga, já existente, mas rectificada após o terramoto de 1755. Entestava, a norte, com os dormitórios do Convento de S. Domingos, a poente e a sul, tinha fachadas, respectivamente, voltadas para o Rossio, a principal, e para a Rua da Betesga, e, a nascente, prolongava-se por uma horta que pegava com as casas dos Condes de Monsanto, depois também Marqueses de Cascais.

No interior deste espaço, além do edifício principal, o hospital propriamente dito, situavam-se mais alguns edifícios dele dependentes administrativamente.

Constituindo uma unidade que, tudo indica, algum dia foi independente e, provavelmente, anterior à construção do hospital, ainda que por ele anexada, ficava a Ermida de Nossa Senhora do Amparo e Enfermaria ou Hospital dos Entrevados Incuráveis, com entrada independente pelos arcos do Rossio[7].

Sofreu obras profundas no século XVII que a descaracterizaram completamente. Este conjunto justapunha-se aos Dormitórios do Convento de S. Domingos. Em instalações encostadas ou integradas na fachada nascente, com entrada pela Rua da Betesga, ficava o Criandário ou Casa dos Enjeitados, obrigação que tomou o Hospital Real pela anexação do Hospital de Álvaro do Casal, da Casa dos Meninos Órfãos e outros. Na horta, construiu-se, antes de meados do século, pois já é citado por Cristóvão Rodrigues de Oliveira (1554) e pelo autor da *Estatística de Lisboa* (1552), o Hospital ou Hospício dos Capuchinhos Descalços que viviam de esmolas que pediam pela cidade e a Ermida de Nossa Senhora da Graça.

Também, no decurso do mesmo século, o hospital encontrava-se dotado de instalações para alienados, «Casas de

Doudos», já citadas por Francisco de Monzón antes de meados do século[8], e pelo Padre Duarte de Sande[9], em 1584, que não sabemos onde se situavam, se no edifício do hospital ou em casas próprias, ainda que anexas àquele.

No decurso da sua vivência de três séculos e meio, até ser arrasado depois do terramoto de 1755, o Hospital Real de Todos-os-Santos sofreu várias ampliações e reconstruções, as mais importantes das quais foram realizadas: após o incêndio de 1601, quando foi enriquecido com um tecto pintado, atribuído a Fernão Gomes[10], de que se conhece o projecto; obras de renovação e ampliação durante o reinado de D. João V, altura em que foi construída a nova Enfermaria de S. Camilo, levantada na horta; a reconstrução, no reinado de D. José, após o incêndio de 1750 que o devastou profundamente[11], tendo, então, sido adquiridos os terrenos anteriormente pertencentes ao Palácio dos Condes de Monsanto, na altura, já na posse dos Marqueses do Louriçal; e, depois do terramoto e do incêndio que se lhe seguiu que o tornaram inabitável, as obras de remédio que permitiram o regresso a ele dos doentes que andavam dispersos pelas cocheiras do Palácio dos Condes do Castelo Melhor, Palácio Almada e celeiros do Convento de S. Bento, e que nele permaneceram até 1775, data da sua transferência para o Colégio de Santo Antão-o-Novo, rebaptizado de Hospital Real de S. José, em homenagem ao soberano que promoveu a sua transferência[12].

A área ocupada pelo hospital e suas dependências, tal como se apresentava em meados do século XVIII, encontra-se delimitada na planta de Guilherme Joaquim Paes de Menezes, levantada em 1750, com o título *Planta Topographica exacta do sitio que comprehende a Illa em que estava edificado o Hospital Real de Todos-os-Santos desta Cidade*, etc., referenciada, pela primeira vez, por A. Vieira da Silva em *Plantas Topográficas de Lisboa*, sob o n.º 25. Esta planta é, porém, pouco precisa em relação à demarcação do edifício do hospital, não condizendo, no que se refere à posição dos claustros, com as descrições que dele fizeram vários autores, seus contemporâneos.

O edifício do hospital estruturava-se segundo uma planta em cruz, inscrita num paralelogramo formado pelas fachadas envolventes que, com aquela, determinavam quatro pátios ou claustros. Estes, de início, foram ajardinados, mas, quando Nicolau Oliveira, em 1620, descreveu o edifício, já estavam calçados com empedrado, havendo, em cada claustro, um poço. O corpo anterior do braço longitudinal da cruz, poente-nascente, era ocupado pela igreja, com entrada pelo Rossio, que se destacava pela sua maior altura e largura, atingindo, no total, próximo de 50 m de comprido por 20 m de largo. Nos outros três braços da cruz ficavam as enfermarias principais, assim distribuídas: a Enfermaria de S. Vicente, destinada a homens doentes de febres, no braço da «cabeceira», isto é, no braço que ficava no prolongamento da igreja. Esta era um pouco mais extensa que as enfermarias situadas no braço transverso, norte-sul, tendo cerca de 35 m de comprido, por cerca de 12 m de largo, e estas últimas, cerca de 28 m de comprido, por 12 m de largo, atingindo todas cerca de 6,60 m de altura. No braço transverso, sector da direita, ficava a Enfermaria de S. Cosme, destinada a doentes feridos e de cirurgia, e, no sector do mesmo braço, à esquerda, ficava a Enfermaria de Santa Clara, destinada a mulheres. No cruzamento dos dois braços da cruz situava-se a capela-mor da igreja, rematada por alto pináculo piramidal, algum dia revestido de azulejos hispano-mouriscos. As três enfermarias abriam para a capela-mor, através de tribunas, de forma a que os doentes pudessem, dos seus leitos, assistir à missa. Nestas enfermarias, os leitos estavam metidos dentro de uma arcada de madeira, dispondo-se ao longo das paredes longitudinais, correspondendo um leito por arco, sendo estes separados, uns dos outros, por tabiques também de madeira. De início, o número de leitos em cada enfermaria variava entre os 24 e 28, ficando, entre as duas alas de leitos, um largo corredor por onde abriam, resguardando-se dele, quando necessário, por cortinas que corriam através de um varão. Por detrás dos cubículos, alongava-se um extenso e estreito corredor, com o qual cada cubículo comunicava por uma porta, por onde os doentes saíam para fazerem as suas necessidades e eram retirados os que faleciam para não molestarem os restantes pacientes.

Além destas três enfermarias principais, existiram, desde o início, pois já são citadas no *Regimento* de 1504, mais duas enfermarias para doentes de sífilis, «boubas» ou «mal francês» como, então, se denominava a doença, uma para homens e outra para mulheres. Ainda que referenciadas por vários autores, não encontramos qualquer indicação sobre a sua localização, limitando-se aqueles a dizer que eram separadas das restantes[13]. No decurso dos séculos XVII e XVIII, encontramos citadas novas enfermarias, sem nunca ser indicada a sua localização. Supomos terem sido criadas por subdivisão das anteriores ou por ocupação de espaços anteriormente mal aproveitados, não sendo também de pôr de lado a hipótese de apenas se tratar, pelo menos em alguns casos, de novas

designações atribuídas às primitivas, algumas das quais, como as dos sifilíticos, de início, não tinham designação própria.

Os aposentos dos oficiais e serventários do hospital, aos quais era concedida residência (Provedor, Almoxarife, Físico, Cirurgião, Enfermeiros, Vedor ou Veador, Boticário e respectiva Botica) situavam-se nos sobrados das fachadas poente e sul. Também aí se situariam os aposentos dos Merceeiros e Merceeiras que, por força da anexação dos Hospícios a eles destinados, como o do Conde de Barcelos D. Pedro, o hospital ficou obrigado a sustentar. Algures, nos sobrados das mesmas fachadas, deviam situar-se os quartos onde, contra o determinado no *Regimento* do hospital, eram recebidas pessoas enfermas pertencentes a estratos sociais superiores que podiam pagar o internamento. Igualmente, a Enfermaria dos Convalescentes, já citada em meados do século XVI, devia situar-se no piso superior de uma destas fachadas, pois sabemos que ficava no ponto mais alto e arejado do edifício[14]. Por Mozón, que residiu no Hospital Real de Todos-os-Santos quando lente da Universidade, portanto, antes desta ter sido transferida para Coimbra em 1537, sabemos haver outros casos de cedência de apartamentos nos sobrados da fachada a pessoas externas ao hospital. Outras dependências, como as Cozinhas e o Refeitório, deviam, pelo contrário, ocupar espaços no corpo do hospital que fechava o claustro NE, contíguo à horta, zona onde o cano real de S. Domingos que atravessava o recinto do hospital, se apresentava a céu aberto para receber os despejos.

A Igreja do Hospital Real de Todos-os-Santos, como já referimos, situava-se no braço anterior da cruz que centrava todo o edifício. A sua fachada em lioz rosado, a brecha da Arrábida, telhado em bico, e desproporcionada escadaria de cerca de 20 ou 21 degraus[15], através da qual se ascendia directamente aos sobrados, salientava-se do conjunto pela riqueza da sua densa decoração, entre a qual se destacava a imagem da Virgem, os símbolos heráldicos de D. João II e de D. Manuel e as imagens dos Santos protectores dos enfermos, entre as quais S. Cosme e S. Damião[16]. O Padre Duarte de Sande fez uma pormenorizada descrição do interior desta igreja que todos consideravam uma das mais ricas e bem ornamentadas de Lisboa, tal como se apresentava em finais do século XVI[17].

Toda a restante fachada do hospital, que, com a fachada dos Dormitórios de S. Domingos, de fábrica contemporânea, formava uma sequência percorrida pela imponente Arcada do Rossio, na sua expressão inicial manuelina (tal como ainda é representada no painel de azulejos do Museu da Cidade, dos princípios do século XVIII), apresentava dois andares de sobrados, onde se alternavam janelas de sacada e janelas de peito, numa distribuição sem grande respeito pelas simetrias. Apenas o sector correspondente ao núcleo constituído pela Ermida e Hospital de Nossa Senhora do Amparo, que sofreu obras de remodelação entre os séculos XVI e XVII, apresenta, no referido painel, uma expressão classicizante que destoa do conjunto.

Quanto à autoria do projecto deste importante edifício, nada há de seguro. Alguns, com base em semelhanças com a Igreja do Convento de Jesus de Setúbal, têm-no atribuído a Mestre Boytac, que, na altura, detinha o cargo de arquitecto das obras reais.

Quando decorriam as obras da Estação-Rossio do Metropolitano de Lisboa, em Julho de 1960, abrindo os operários duas trincheiras, uma ao longo da Rua do Amparo, e outra, ao longo da Rua D. Antão Vaz de Almada, começaram a aparecer vestígios de construção e vasilhame diverso pertencentes às ruínas do Hospital Real de Todos-os-Santos, arrasado após o terramoto de 1755; para, no local, ser construída a praça popularizada sob a designação de Praça da Figueira.

Obtida a suspensão das obras a pedido da Câmara Municipal de Lisboa, por espaço de quinze dias – depois alargado a um mês –, fui encarregada de proceder a escavações de emergência na zona que iria ser abrangida por aquela estação. Os trabalhos de escavação, iniciados a 22 de Agosto, prolongaram-se até 24 de Setembro, em regime de horário contínuo de vinte e quatro horas. Houve necessidade, devido ao número de operários disponíveis e à escassez do tempo, de distribuir os setenta e nove trabalhadores envolvidos na obra por dois turnos, encarregando-se o turno da noite dos trabalhos de menor responsabilidade, como a decapagem da camada superficial e remoção das terras para o vazadouro. Foi, assim, possível, durante aquele curto espaço de tempo, escavar uma área de cerca de 250 m^2, mais ou menos coincidente com o quadrante noroeste daquela praça, com um prolongamento, no sentido nascente, ao longo da Rua do Amparo, onde ia ser construído o túnel de saída da Estação-Rossio para a Rua dos Fanqueiros. Na zona escavada, além de uma grande quantidade de vasilhame diverso, de uso corrente no hospital, e de elementos arquitectónicos soltos, foram postas a descoberto as ruínas das paredes do piso

térreo de uma parcela, ainda assim significativa, das edificações hospitalares que ocuparam outrora a área afectada, assim identificadas: 1. Conjunto constituído pela Ermida de Nossa Senhora do Amparo e Enfermaria ou Hospital de Entrevados Incuráveis a ela anexo, com boa parte do revestimento azulejar e de embrechados do século XVII, que revestiam o interior da Ermida, tampas sepulcrais, algumas das molduras das portas e dois pilares octogonais da construção primitiva quatrocentista. Anexa e a norte da Ermida e comunicando com esta, dois compartimentos contíguos a um recinto calçado de pedra tosca, onde ainda se conservavam, no local primitivo, as bases de quatro colunas, notando-se o negativo de outras quatro no massame em que assentavam, colocadas no mesmo enfiamento das anteriores. Pensamos poder identificar este recinto, que tudo indica foi descoberto, com um dos dois pátios ou claustros indicados na planta de Guilherme Joaquim Paes de Menezes e que deviam separar as instalações pertencentes ao hospital das dependências do Convento de S. Domingos. É possível que sob o alpendre sustentado por colunas, cujas bases ali se encontravam, estanciasse a «faca de São Jorge que saia todos os anos no dia do Corpo do Deus»[18]. No prolongamento deste conjunto, aproximando-se do ângulo NE da praça, foram postos a descoberto vários compartimentos, de difícil identificação, que poderão relacionar-se com o reduto dos alienados que, segundo Gomes de Brito, devia situar-se nestas imediações[19]. 2. Um importante sector do cano real de S. Domingos que passava por baixo do Hospital de Todos-os--Santos e que, aqui, inflectia para sul em direcção à Travessa da Palha, onde se ia juntar ao cano real principal que, atravessando a Baixa, ia lançar os despejos no Tejo. No troço que atravessava o Hospital Real, o cano era completamente forrado de silharia e tinta, como já referimos, um sector a céu aberto. Atingia, do chão ao fecho da abóbada, uma altura de 2,20 m por uma largura que variava entre 1,40 m e 1,50 m. 3. Uma parcela do piso térreo da frontaria do Hospital Real de Todos-os-Santos, compreendida entre a Ermida de Nossa Senhora do Amparo até às imediações da igreja do hospital, não tendo esta, no entanto, chegado a ser atingida. A descoberto ficou um importante troço da parede mestra que constituía o fundo da Arcada, com a sua disposição enviesada NW-SE e leve curvatura por altura da Ermida de Nossa Senhora do Amparo. Já depois de termos retirado do local, quando as obras do Metropolitano se alargaram à Rua de D. Antão Vaz de Almada e ao troço da Rua do Amparo, compreendido entre as duas praças, a do Rossio e a da Figueira, foram postas a descoberto as bases e algumas cantarias do fuste de três robustos pilares da Arcada do Hospital Real de Todos-os-Santos[20], representada com ênfase em todas as panorâmicas de Lisboa, a partir do século XVI. Estes elementos, conjuntamente com o pilar da mesma arcaria que sobreviveu no interior da «Camisaria Topless» (antiga «Loja dos Botões de Ouro»), vieram permitir a reconstituição da famosa Arcada do Rossio, confirmando-se os vinte e cinco arcos apontados pelo Autor da *Estatística de Lisboa*, sendo de 5, 40 m a profundidade da mesma (não contando com espessura dos pilares) e de cerca de 6 m a distância entre os pilares, medidas que se aproximam das representadas na já citada planta de Guilherme Joaquim Paes de Menezes. Na parede do fundo, ainda se encontravam adossados restos de duas pilastras sobre as quais descansavam os arcos da abóbada. 4. Claustro do quadrante NW, de formato rectangular, com 28 m de comprido, por 14,50 m de largo (recinto descoberto), no meio do qual, mas descentrado, havia um poço ou cisterna de secção quadrangular, com 2,50 m por lado, e uma profundidade de 4,50 m, posteriormente tapado com cobertura de tejoleira. Da galeria do claustro porticado, ainda se encontravam, no seu local de origem, restos de dois cunhais de cantaria, coevos da construção primitiva, um deles reduzido à sapata, as bases de duas colunas e vestígios de uma terceira. Todo o restante perímetro do claustro encontrava-se registado no terreno por uma fiada de lages, ou pelos negativos das mesmas, sobre a qual assentavam as bases das colunas. Encostada à arcaria, do lado da fachada do hospital, registamos vestígios da escada que levava ao primeiro andar. 5. Piso inferior do corpo correspondente à Enfermaria de Santa Clara que, sabemos, situava-se no braço da cruz, à esquerda da igreja. Este corpo, em forma de um rectângulo alongado, cujas ruínas, em alguns pontos, atingiam mais de 1 m de altura, conservava quase todas as soleiras e ombreiras das portas da primitiva construção manuelina, em bem talhada cantaria de calcário claro. O rectângulo, ao nível do piso térreo (o piso revelado pelas escavações), era cortado por uma passagem calçada de seixo que punha em comunicação o claustro SW com o claustro NE. A parte sul deste rectângulo não chegou a ser totalmente escavada. Entre esta enfermaria e a conduta que atravessava o recinto, precisamente no sector em que este se apresenta a céu aberto, havia um conjunto de compartimentos irregulares, que comunicavam com aquela, através de uma porta.

No compartimento servido por esta porta existia um poço com 1,38 m de diâmetro por 4,50 m de profundidade, completamente forrado de silharia. 6. Um corpo rectangular que enquadrava o lado norte do claustro, nos sobrados do qual pensamos terem-se situado as enfermarias dos sifilíticos. Dele apenas registávamos, além da sua marcação no terreno, restos de muretes de alvenaria grosseira, o que nos faz pensar tratar-se de obra refeita posteriormente, quando de uma das várias reconstruções sofridas pelo edifício. Os pisos térreos, correspondentes a estes dois corpos, como, aliás, os pisos térreos dos outros compartimentos postos a descoberto, conservavam ainda parte do revestimento de ladrilho. No recinto escavado, apenas a Ermida de Nossa Senhora do Amparo, a passagem lateral à mesma, e o chão da Arcada, apresentavam vestígios de terem tido revestimento de lajedo.

Todas estas ruínas foram registadas numa planta levantada pelo topógrafo da C. M. L., José da Costa Lima, que acompanhou os trabalhos desde o seu início. A partir desta planta, foi desenhada uma versão mais elaborada por Joaquim da Silva Correia que também visitou com frequência o local durante os trabalhos, tendo, então, procedido a várias medições complementares. Nesta planta introduziu a escadaria da igreja do hospital que ele próprio tinha levantado em 1953, quando da sua descoberta, ao ser aberta uma cave no interior do antigo «Restaurante Irmãos Unidos»[21].

Todo o espólio, vasilhame, peças de cantaria soltas, e conjuntos arquitectónicos, foram removidos para o Depósito do Museu da Cidade, parte do qual encontra-se integrado na exposição permanente do mesmo Museu.

É uma amostragem proveniente dessa colecção, representativa da intervenção arqueológica de 1960, que agora é apresentada na exposição «Lisboa Subterrânea».

A descrição pormenorizada destas ruínas e a catalogação de todos os materiais exumados constaram de um Relatório por nós elaborado de seguida, ilustrado com a planta geral de toda a escavação, plantas parciais e grande número de fotografias, depois publicado na *Revista Municipal*, n.ºs 101/102, 1964; 104/105, 106/107, 1965; 108/109, 110/111, 1966, sob o título «O Hospital Real de Todos-os-Santos. Relatório das Escavações a que mandou proceder a C. M. L. de 22 de Agosto a 24 de Setembro de 1960»[22].

[1] Referências à fundação do Hospital Real de Todos-os-Santos foram registadas pelos cronistas contemporâneos, Rui de Pina e Garcia de Resende.

[2] Refiro-me à bula *Ex debito sollicitudinis officio pastoralis*, expedida por Sisto IV, em 1479.

A. N. T. T., Bulas, Maço 12, n.º 8. Transcrita por Augusto da Silva Carvalho, *Crónica do Hospital de Todos-os-Santos*, Lisboa, 2.ª ed., pp. 250-253.

[3] Refiro-me à bula *Iniciam nobis de super*, expedida por Inocêncio VIII em 1485 que revalidou a de Sisto IV entretanto falecido.

A.N. T. T., Bulas, Maço 13, n.º 17. Transcrita por A. da Silva Carvalho, *op. cit.*, pp. 253-254.

[4] Damião de Góis, *Chronica d'El Rei D. Manuel*, Lisboa, 1911.

[5] Que as obras do hospital já se encontravam adiantadas nos últimos anos do século, são prova o facto de em casas a ele pertencentes já se ter reunido a Câmara em 1498 (E. Freire de Oliveira, *Elementos*, 2.ª ed., p. 387) e o Provedor já anteriormente àquela data despachar em casas situadas no corpo norte da fachada.

[6] *Regimento do Hospital de Todos-os-Santos, de El Rei Nosso Senhor de Lisboa*, ed. do Laboratório «Sanitas», Lisboa, 1946, p. 18; nova ed. fac-similada, Lisboa, 1992.

[7] Segundo Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano* (cap. LIII, pp. 180 a 184), o conjunto constituído pela Ermida de Nossa Senhora do Amparo e Hospital dos Entrevados Incuráveis fora primeiro uma Albergaria e não custa a crer, pela completa discordância do seu plano em relação ao plano do hospital, que já ali existisse quando da edificação daquele. As ombreiras e pilares da construção primitiva, ainda no local quando das escavações, são, sem dúvida, quatrocentistas e podem ser, e são seguramente, de uma cronologia anterior à obra do hospital que decorre na última década daquele século.

[8] Francisco de Monzón que conhecia bem o hospital por aí ter residido, na sua obra, publicada em Lisboa em 1544 e, depois, em 2.ª edição ampliada, em 1571, *Libro Primero del Espejo del Principe Christiano*, refere já a existência de uma «casa de locos» e de «um singular aposento que nõ sirue sinõ de

curarse personas nobles, assi por tener necessidade, como por ser alli mejor curados, qen sus casas proprias».

[9]O Padre Duarte de Sande já refere duas casas para loucos (*Descripção de Lisboa em 1584*, *Arquivo Pittoresco*, vol. VI, pp. 78/80, 85/87 e 91/94, 1863) e estas já sobem a cinco em 1620 (Nicolau de Oliveira, *Livro das Grandezas de Lisboa*, 1620).

[10]Em Dagoberto L. Markl e Victor Serrão, «Os tectos maneiristas da Igreja do Hospital Real de Todos-os-Santos, 1580-1613», in *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, n.º 8, 1.º tomo, 1980, pp. 161 a 216.

[11]Enquanto duraram as obras da reconstrução do Hospital, os enfermos foram recolhidos no Convento de Nossa Senhora do Desterro.

[12]Apesar da hipótese de transferência do Hospital de Todos-os-Santos «para outro sitio mais são» já remontar ao século XVII (Carta régia de 16 de Julho de 1626, *Elementos*, vol. III, p. 235), o certo é que depois do incêndio de 1750, o hospital foi reconstruido no mesmo local e, no mesmo local, permaneceria mesmo após o terramoto de 1755, se, entretanto, com a expulsão dos Jesuítas, não tivesse ficado devoluto o Colégio de Santo Antão-o-Novo.

[13]Por exclusão de partes e porque sabemos que as Enfermarias dos sifilíticos estavam apartadas das restantes e comunicavam com a rua pelos arcos do Rossio, pensamos poder situá-las nos sobrados do corpo rectangular que fechava, a norte, o claustro NW, cujas ruínas do andar térreo – onde sabemos se acolhiam os peregrinos e pedintes – foram postos a descoberto durante as escavações de 1960.

[14]Frei Nicolau de Oliveira, *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, 1620.

[15]Nicolau de Oliveira, em *op. cit.*, refere 21 degraus, outros indicam 20 e outros apenas 19.

[16]Apenas Ruy Diaz d'Ysla, na obra citada, *Tratado cõtra el Mal Serpentino*, publicado em Sevilha, em 1539, ao pretender colocar na portada desta obra, como armas ou divisa, a portada do hospital, fez dela uma descrição pormenorizada que vem confirmar ou acrescentar alguns elementos às descrições que com base na iconografia, vêm sendo feitas por aqueles que a este monumento se têm dedicado. Por ela ficamos a saber, sem sombra de dúvida, que ao pelicano de D. João II, bem visível no painel de azulejos do Museu da Cidade, correspondia, na metade simétrica, a esfera de D. Manuel, e que duas das imagens das quatro que enquadram lateralmente a fachada, representadas no mesmo painel, no desenho de Zuzarte e no desenho publicado no *Arquivo Pittoresco*, representam os Santos Cosmos, isto é, os dois irmãos gémeos e mártires, S. Cosme e S. Damião, patronos dos enfermos, como já noutro nosso escrito tínhamos adiantado. Quanto à imagem central, sobre a qual nunca houve dúvidas, confirma-se representar a Virgem Maria.

[17]Padre Duarte de Sande, *Archivo Pittoresco*, vol. VI, 1863, p. 86.

[18]Uma leitura mais atenta do *Auto de Medição e Confrontação deste Hospital e suas pertenças* (manuscrito datado de 1696, do Arquivo Histórico do Hospital de S. José) levou-nos a concluir que a Casa dos Vinte e Quatro ocupava o compartimento à esquerda da igreja, a que correspondem as duas janelas de sacada, entre as quais encontram-se as armas reais, devidamente realçadas no painel de azulejos do Museu da Cidade.

[19]Em *Ruas de Lisboa*, vol. I, p. 33, Gomes de Brito, ao referir-se à Rua do Amparo, baseando-se no «Directório do Correio 1802. Sinopse de 1834», diz ter-se esta denominada Travessa do Amparo, ou dos Doudos «em razão da vizinhança das enfermarias de alienados do Hospital Real de Todos-os-Santos que, depois do incêndio de 1750, se estendeu para a banda dos Camilos, em casas do marquês de Cascais».

[20]Junto do pilar do centro foram encontrados dezassete dobrões de ouro dos reinados de D. João V e de D. José, certamente ali colocados quando da reconstrução do hospital depois do incêndio de 1750.

[21]Já em 1858, quando se procedia à limpeza dos canos da cidade, na Rua das Galinheiras (actual rua D. Antão Vaz de Almada), foram descobertos alguns degraus do escadório da Igreja do Hospital de que dá notícia Ribeiro Guimarães (*Summario de varia Historia*, Lisboa, 1872, vol. I, p. 51).

[22]Quando os trabalhos do Metropolitano atingiam, no local, uma profundidade situada entre os 6 e 7 m, foi descoberto um cemitério da época romana, cujos trabalhos de salvamento também acompanhámos e sobre os quais publicámos a notícia «Achados da época romana no subsolo de Lisboa» (*Revista Municipal*, n.º 116/117, 1968).

Fontes bibliográficas e iconográficas:

No século XVI, são vários os autores, nacionais e estrangeiros, que se referem, descrevendo, com maior ou menor pormenor, o Hospital Real de Todos-os-Santos. Ruy Diaz d'Ysla, que trabalhou e se especializou na doença da sífilis no Hospital de Todos-os-Santos, onde permaneceu durante dez anos, a partir de 1507, tendo a ele regressado por mais duas vezes, uma em 1524 e outra em 1528, na obra *Tratado contra el Mal Serpentino*, publicado em Sevilha em 1539, não poupa elogios a este estabelecimento que considera uma das obras mais notáveis de D. Manuel, que, segundo ele, o realizou «en tanta perfeicion un tan sumptuoso edificio y todolo adornado y proveyolo tão cumplidamente de todas las cosas necessarias que no ay quien lo pueda creer sin verlo», acrescentando que nele «se curan cada año mais dolientes deste morbo [sífilis] y todo genero de enfermedades, que en ningun otro de todos los ospitales de toda a Europa». No que respeita ao edifício pouco adianta, sendo, porém, dele, a mais pormenorizada descrição da fachada da igreja que chegou até nós, pois pretendia utilizá-la como divisa na sua obra. Também Francisco de Monzón, teólogo espanhol que residiu no hospital quando lente da Universidade, antes desta ser transferida para Coimbra em 1537, na sua obra *Libro Primero del Espejo del Principe Christiano*, editado em Lisboa em 1544 e depois reeditado, na mesma cidade, em 1571, considera que o nosso hospital podia «ygualar con los muy famosos Hospitales que ay en la Christiandad, assi en la sumptuosidade de los edificios, como en las sanctas obras que en el se hazen a la contina».

Dá algumas notícias sobre a organização e funcionamento do hospital, mas pouco adianta no que respeita à descrição do edifício. Outras obras de viajantes estrangeiros ficam-se por pequenas referências ainda que elogiosas (Dr. Jerónimo Müntzer, 1544, em Basílio de Vasconcelos, «Itinerário do Dr. Jerónimo Müntzer», in *O Instituto*, vol. 83, Coimbra, 1932; Bartholomé de Villalba Y Estaña, *El pelegrino curioso...*, 1580 (?); Matheo Aleman, *Vida de Santo Antônio de Pádua*, 1604; João Baptista Lavanha, *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II*, 1622; etc.).

Entre os cronistas nacionais, além da notícia da fundação do hospital registada por Rui de Pina e Garcia de Resende, datam de meados do século XVI as mais antigas descrições deste importante estabelecimento público. Devem-se elas a João Brandão de Buarcos, *Estatística de Lisboa de 1552*, com interessantes e pormenorizadas notícias sobre o edifício, sua planta, composição e medidas, além de algumas anotações sobre a sua organização; António Rodrigues de Oliveira, *Summário*, cerca de 1544, dá uma notícia mais concisa do que a anterior, mas, ainda assim, esclarecedora; Damião de Góis, apesar de autor muito viajado, na sua obra *Urbis Olisiponis Descriptio*, 1544 (com duas traduções, uma de Raul Machado, 1937, e outra de Felicidade Alves, 1989), encarece a obra de D. João II e D. Manuel, considerando que «o nosso hospital pode colocar-se acima de todos os hospitais reais, embora muito grandiosos e muito célebres que se encontram através da Espanha ou das restantes regiões do mundo cristão».

O P.e Duarte de Sande, um pouco mais tardiamente, já em finais da centúria, na "Descrição de Lisboa em 1584", extracto da sua obra «Diário da primeira Embaixada do Japão à Europa», publicado no *Arquivo Pitoresco*, vol. VI, 1863, pp. 78-80, 85-87 e 91-94.), faz uma descrição geral do hospital, mas demora-se, principalmente, na descrição da igreja. Todas estas notícias condizem, no essencial, no que respeita à configuração da planta, enfermarias e principais núcleos, mas contradizem-se, no que respeita a medidas, número de arcos e de degraus, etc.

A mais pormenorizada notícia sobre o Hospital de Todos-os-Santos, já do século XVII, deve-se a Nicolau de Oliveira, inserta na sua obra *Livro das Grandezas de Lisboa* (1620), portanto, já posterior ao incêndio do hospital de 1601, e numa altura em que este já se encontrava aumentado de novas enfermarias e os seus serviços se começavam a degradar. De qualquer maneira faz uma descrição bastante extensa e pormenorizada, ainda que, por vezes, não muito precisa. É nesta notícia que se vão basear os autores do século XVIII que escreveram sobre o Hospital Real, especialmente o P.e António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, vol. III, 1712, e António de Oliveira Freire, *Descripçam Corographica do Reyno de Portugal*, 1739, que àquela nada acrescenta de novo, apesar de muito mais recente. Pelas mesmas datas anda a obra de Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano* (cap. LIII, pp. 180 a 184. Lisboa, 1707-1723), especialmente informativa no que respeita ao conjunto constituído pela Ermida de Nossa Senhora do Amparo e Hospital dos Entrevados Incuráveis.

Maior interesse tem o relato feito pelo P.e João Baptista de Castro, *Mappa de Portugal*, principalmente na 2.ª edição de 1762, posterior ao terramoto de 1755 e actualizada. Refere nela as obras mandadas fazer por D. João V, os efeitos sofridos pelo edifício em consequência do incêndio de 1750 e do terramoto, além de repetir as notícias dadas pelos autores anteriores. Para conhecimento das actualizações sofridas pelo hospital, a partir do reinado de D. João V, é também importante a obra de Frei António do Sacramento, *Memórias curiosas sobre o estado em que por estes anos 1778, se acham as principaes cousas da corte de Lisboa* (ed. da Feira da Ladra, 1929) que já regista a transferência do hospital para o Colégio de Santo Antão-o-Novo. Particularmente, para os efeitos do incêndio de 1750, é importante a *Relação verdadeira e individual do formidável incêndio que se ateou no Hospital Real de Todos-os-Santos da cidade de Lisboa, em 10 de Agosto, deste ano de 1750*, e, para os efeitos do terramoto de 1755, a obra de Frei Amador Patrício de Lisboa, *Memórias das principaes Providencias, que se derão no Terramoto que padeceo a corte de Lisboa no anno de 1755*, 1758.

Alguns documentos, ainda que com objectivos diferentes, de entre os quais são de destacar o *Regimento do Hospital de Todos-os-Santos de 19 de Janeiro de 1504* (publicado pelo Laboratório «Sanitas» em 1946 e com nova edição facsimilada, em 1992) e o *Auto da Medição e confrontações deste Hospital e suas pertenças*, datado de 1696 (transcrito na íntegra no catálogo da exposição *O Hospital Real de Todos-os-Santos – 500 Anos*, 1993), dão porém, indirectamente, elementos de interesse para um melhor conhecimento do edifício.

A esta documentação escrita, junta-se alguma documentação iconográfica sobre o exterior do hospital que o representa na sua expressão quinhentista e na sua expressão mais recente, depois das obras de reconstrução após o incêndio de 1750.

Assim, encontra-se assinalado em todas as panorâmicas de Lisboa a partir do século XVI e até ao seu desaparecimento, entre as quais são de destacar, pela maior ênfase que dão ao edifício: as panorâmicas das iluminuras que representam a «Tomada de Lisboa aos Mouros» que ilustram os códices *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão e *Genealogia dos Reis de Portugal*, de Simão Bening, a primeira ainda provavelmente do reinado de D. Manuel e a segunda de cronologia pouco posterior, várias vezes reproduzidas; o desenho representando a *Panorâmica de Lisboa* (incompleta) da Biblioteca de Leyde, recentemente divulgado; e as duas gravuras de G. Braunio, uma representando uma *Panorâmica de Lisboa*, inserta na obra *Civitates Orbis Terrarum*, vol. I, 1572, e a outra, uma *Perspectiva da cidade*, inserta no vol. V da mesma obra intitulada «Urbium, praecipuarum mundi theatrum Quintum», 1593.

Da fachada do hospital conhecem-se as seguintes representações: no painel de azulejos, dos inícios do século XVIII, do Museu da Cidade, que representa toda a fachada oriental do Rossio, ainda com o seu aspecto original qui-

nhentistas; a gravura pouco rigorosa, em que o hospital é visto de esguelha, inserta na obra *Histoire abregée du Portugal*, publicada em Amesterdão em 1742 (conhecida através de uma notícia de Durval Pires de Lima, publicada em *Olisipo*, n.º 19, 1942); num painel de azulejos dos meados do século XVIII de proveniência desconhecida, que existia no Solar Manjope de José Mariano Filho, estado de Guanabara, Brasil, reproduzido por Santos Simões em *Azulejaria Portuguesa no Brasil (1500-1822)*, p. 177 da edição de 1965; num painel de azulejos dos meados do século XVIII (posterior a 1750) do Convento das Trinas conhecido através de um desenho reproduzido no artigo de Matos Sequeira, «O Terreiro do Paço e o Rossio», inserto na revista *Terra Portuguesa*, vol. 2, Lisboa, 1916-1917; e, ainda, numa aguatinta de Zuzarte, datada de 1787, representando, contudo, o Rossio antes do terramoto de 1755. Nesta, como no painel de Monjope e no silhar do Convento das Trinas, a fachada do hospital apresenta uma expressão classicizante, tal como certamente a deixaram as obras de reconstrução que o edifício sofreu após o incêndio de 1750.

Contamos ainda com a reprodução de um desenho da frontaria da igreja, publicado no *Arquivo Pitoresco* (vol. IV, 1861, p. 213) que pertenceu a José Valentim de Freitas e que, tudo indica, foi executado antes do edifício ter sido arrasado, ou, pelo menos, por alguém que conhecera essa frontaria que sabemos aguentou-se de pé, na sua expressão manuelina primitiva, mesmo depois do terramoto, até 1775.

Para documentar a planta do hospital apenas contamos com a «Planta Topographica exacta do sitio que comprehende a ilha em que estava edificado o Hospital Real de Todos-os-Santos...» levantada por Guilherme Joaquim Paes de Menezes, sob a direcção do sargento-mor Phelippe Roiz de Oliveira, datada de Dezembro de 1750, bastante omissa no que respeita a pormenores e pouco rigorosa no que respeita à distribuição dos quatro claustros; e com a sua representação em plantas gerais como as levantadas pelo mesmo Guilherme Joaquim Paes de Menezes e Elias Sebastião Poppe, intitulada «Planta das Fortificações de Lisboa», datada de 1751 e a representação muito simplificada, inserida na Proposta n.º 3 das plantas de reconstrução de Lisboa, datada de 1756, de Eugénio dos Santos e de António Carlos Andreas.

Para a consulta da bibliografia geral sobre o Hospital Real de Todos-os-Santos remeto para as obras: «O Hospital Real de Todos-os-Santos. Relatório das escavações, etc.», por Irisalva Moita, in *Revista Municipal*, n.º 101/102, 1964; 104/105; 106-/107, 1965; 108/109 e 110/111, 1966; e catálogo da exposição *O Hospital Real de Todos-os-Santos – 500 anos*, C. M. L., 1993.

Lisboa submersa

Francisco J. S. Alves

Deve-se a Fortunato de Almeida (1919) a chamada de atenção para uma curiosa notícia, aparecida a 16 de Janeiro de 1795 no suplemento ao n.º 2 da *Gazeta de Lisboa*, que constitui uma das mais antigas referências de que há memória sobre a aventura da pesquisa submarina nos seus primórdios, tendo como cenário de eleição o estuário do Tejo na zona ribeirinha da Lisboa setecentista*: «O Engenheiro Hydraulico, que felizmente concluio no rio Douro a memoravel obra de extinguir a cachão de S. Salvador da Pesqueira, a 8 de Setembro de 1786, na presença de S. M. e de toda a Real família, de vários Ministros, estrangeiros, de muitos Fidalgos e de huma immensa multidão de povo, executou defronte do Terreiro do Paço a operação de descer ao fundo do mar fechado dentro de huma máquina hydraulica, que lhe deixava as mãos e os pés em liberdade de fazer qualquer exercício, e debaixo das aguas cantou com todo socego varios hymnos e psalmos: o que o Principe N. S. estando no seu escaler por sima do sitio onde o dito Engenheiro se achava submergido, ouvio como tambbem as respostas que este deo ás perguntas que se lhe fizerão de sima da agua. Daqui se vê não ser novo o invento de huma tal máquina hydraulica communicado á Convenção de Paris, segundo se annunciou no suplemento á Gazeta N. 2., pois que ha tanto tempo se vio praticado neste Paiz». Assim, no rescaldo do tragicamente famoso naufrágio do navio espanhol *San Pedro de Alcantara*, ocorrido a 2 de Fevereiro desse ano de 1786 na Papoa (Peniche), e da bem sucedida recuperação do seu espantoso carregamento de lingotes de cobre e de prata amoedada – operação que tinha feito convergir para Portugal a nata dos mergulhadores profissionais da Europa e do Mediterrâneo (BLOT, 1984) – a capital do reino foi desta vez o palco de eleição para uma demonstração técnica no domínio da exploração subaquática.

Seria porém necessário cerca de um século para que as técnicas de exploração subaquática dessem um salto qualitativo, com a invenção dos equipamentos permitindo a semiautonomia do mergulhador «com capacete e pés-de-chumbo» e quase outro tanto para a invenção do escafandro autónomo, que viria a difundir-se em Portugal na segunda metade dos anos 50.

Dos pontos de vista histórico-geográfico e paleoambiental, a região de Lisboa constitui uma unidade em que os interfaces estuarino, fluvial e marítimo – e muito particularmente este último – devem ser entendidos no sentido lato.

Com efeito, há cerca de 12 000 anos, no final do Pleistocénico ou período Tardiglaciar, uma importante faixa de terrenos litorais, hoje totalmente submersa, estendia-se aproximadamente até uma cota de 100 m abaixo do nível actual das águas do mar, definindo uma linha de costa muito diversa da de hoje em dia, e dela por vezes muito afastada, como é o caso na região de Lisboa, nas paragens do cabo da Roca, em que distava de mais de 35 km da actual.

Toda esta vasta faixa territorial – que viria a ser progressivamente coberta pela subida do nível das águas durante o Holocénico ou período Pós-glaciar (*transgressão flandriana*) – era então habitada por comunidades humanas de caçadores-recolectores, cuja cultura material se encontrava no estado de evolução do Paleolítico Superior. E se hoje encontramos vestígios arqueológicos desta cultura material em zonas a que nos habituámos a considerar (intuitiva mas erradamente) como único cenário natural em que se desenvolveu a aventura humana, natural é, portanto, que um dia venham a encontrar-se esses mesmos vestígios no fundo do nosso mar territorial e em zonas ribeirinhas – como há notícia de ter ocorrido na foz do rio Guadiana, de onde foram recuperados instrumentos líticos durante dragagens efectuadas há algumas décadas (VIANA e ZBYSZEWSKI, 1949: 205) - muito embora, neste caso, não possa excluir-se aqui a natural possibilidade de estes vestígios provirem de fenómenos de transporte ou arrastamento fluvial.

O estuário do Tejo é um dos mais importantes acidentes naturais da Península Ibérica e do litoral atlântico europeu. De algum modo podemos dizer que Lisboa é o resultado da potenciação histórico-geográfica do estuário do Tejo. Dotado de excepcionais condições, com o seu longo percurso navegável, sobretudo até há alguns séculos atrás, o rio Tejo deve ser entendido como uma verdadeira estrada fluvial, o traço

de união com um vasto e profundo *hinterland*, dotado de abundantes recursos naturais.

Como zona de interface fluvial e marítimo, muito especialmente situada na charneira dos *berços de civilização* mediterrânico e atlântico, grande parte da sua memória deverá ser procurada sob as suas águas e em zonas outrora navegáveis. Representando o melhor abrigo natural do Atlântico Sul europeu, o estuário do Tejo, a sua barra e respectivas imediações constituem um privilegiado cenário histórico, conhecido e referido por navegantes, historiógrafos e geógrafos da Antiguidade.

Nos nossos dias, apesar do generalizado fenómeno de acumulação sedimentar (*assoreamento*) comum em rios, estuários e zonas lagunares – particularmente nos últimos três séculos – o canal de acesso à barra do Tejo continua a apresentar, em alguns troços, profundidades superiores a 30 m, sendo de salientar o facto, pouco conhecido, de a espessura dos aluviões do Tejo junto da foz ser de 80 m (ARAUJO, 1987: 16).

Numa perspectiva de abordagem histórico-arqueológica, o tema LISBOA SUBMERSA constitui uma multifacetada problemática em que o inter-relacionamento e a hierarquização dos enfoques possíveis desenham variados e apaixonantes modelos de pesquisa.

Assim, do ponto de vista cronológico-cultural, começaremos por assinalar que o mais antigo testemunho arqueológico conhecido e recuperado das águas do estuário do Tejo é uma pequena placa de cobre ou bronze folheada a ouro, de um diadema descoberto durante sondagens efectuadas entre Santa Apolónia e a doca de Alcântara (FERREIRA, 1969), e pertencente às colecções dos Serviços Geológicos de Portugal. Terá mais de 4000 anos, datando do final do Calcolítico ou Idade do Cobre, ou da fase antiga da Idade do Bronze, dos finais do 3.° milénio antes da nossa era.

Mais recente, com pouco menos de 3000 anos, dos inícios do 1.° milénio antes da nossa era, já do final da Idade do Bronze, é um outro achado, igualmente recuperado das águas do Tejo, resultante de dragagens efectuadas há algumas décadas nas imediações de Cacilhas. Trata-se de uma espada de bronze, hoje no Museu de Almada, de um tipo muito característico de um ciclo cultural que na Europa atlântica teve uma vasta dispersão geográfica, ilustrando já relacionamentos por via marítima, de longo curso. Significativamente, este ciclo teve também uma forte componente mediterrânica, disto sendo expressão paradigmática o célebre achado da ria de Huelva (ALMAGRO, 1940 e 1958), composto por 397 objectos, dos quais 278 armas – 75 espadas, 31 punhais e 89 pontas de lança em bronze, etc. –, achado efectuado, aliás, nas mesmas condições do de Cacilhas. Curiosamente, numa colina sobranceira ao Tejo, a poente do abrigo natural de Cacilhas, na quinta do Almaraz, foi recentemente identificado um povoado contendo expressivos níveis de ocupação datando da fase final da Idade do Bronze e da I Idade do Ferro, ambas da primeira metade do 1.° milénio antes da nossa era. Constitui o mais importante testemunho, na zona ribeirinha da margem sul, de uma época em que se tornam profundos e frequentes os contactos com as grandes civilizações do Mediterrâneo (BARROS *et al.*, 1992).

Independentemente daquilo que foi referido, quanto à eventualidade do aparecimento de testemunhos da presença humana no litoral atlântico da Península Ibérica durante a Pré-história, não se pense que o relacionamento a longa distância, por via marítima, desta região com paragens longínquas data só do final da Idade do Bronze, dos alvores do 1.° milénio antes da nossa era. Na realidade, datam do Calcolítico os mais antigos e expressivos testemunhos no nosso território de influências exógenas, presumivelmente oriundas do Mediterrâneo por via marítima, entre as quais, porventura, a própria metalurgia do cobre. Disto são referências obrigatórias e internacionalmente conhecidas, no litoral da Estremadura, os povoados amuralhados de Vila Nova de S. Pedro e do Zambujal, situados em posições estratégicas de altitude, no interior mas não longe da costa, dominando vales fluviais então navegáveis. Nas proximidades de Lisboa destaca-se, pela sua estratégica posição dominando a barra do Tejo, o povoado amuralhado de Leceia, em Oeiras (CARDOSO, 1989), cujo nível mais recente é do Calcolítico Pleno, datando em termos absolutos (pelo radiocarbono) dos meados/finais do 3.° milénio antes da nossa era (2500-2300 cal. A.C.).

Se, no topo de uma colina da zona ribeirinha de Almada, na quinta do Almaraz, como referimos, é recente a descoberta de testemunhos arqueológicos caracterizando a transição do final da Idade do Bronze para o início da I Idade do Ferro, já na cidade de Lisboa propriamente dita são de há muito conhecidos espólios avulsos, típicos deste ciclo cultural, embora aqui com menos expressividade quantitativa (na quinta do Almaraz, por exemplo, foram recuperados cerca de 20 000 fragmentos da característica cerâmica de *barniz rojo*, de tradição fenícia). No entanto, também não há ainda notícia

de quaisquer vestígios deste tipo provenientes do rio Tejo, de meio subaquático propriamente dito. O mesmo se pode dizer quanto a vestígios de uma fase avançada da Idade do Ferro, correspondente à época de domínio e influência cartaginesa, dita iberopúnica.

Curiosamente, provêm de escavações ainda inéditas de António Dias Diogo, feitas já em profundas cotas de encharcamento, na Baixa pombalina, os mais recentes testemunhos arqueológicos desta fase mais tardia da Idade do Ferro. Com efeito, aquele arqueólogo descobriu e escavou recentemente, na Rua dos Correeiros, um denso nível de vestígios, que incluía um significativo espólio cerâmico desta época, designadamente uma uma cinerária intacta e «*in situ*», nível esse situado estratigraficamente por debaixo da ocupação da época romana.

Como seria de esperar, aqueles vestígios, encontrados a vários metros de profundidade, por debaixo de um núcleo de tanques de salga de peixe da época romana (*cetariae*), estavam em pleno meio «encharcado», literalmente cobertos de água. Como se sabe, concorre para este fenómeno o facto de se ter verificado uma progressiva elevação do nível freático, resultante da colmatação multissecular, por sedimentos e entulhos, do presumível fundo arenoso da época romana, atestado por vestígios desta época encontrados há algumas décadas, a cerca de 8 m de profundidade, no troço médio da Rua do Ouro (e recorde-se que o esteiro ainda era navegável à data da tomada de Lisboa).

De salientar que este local correspondia inequivocamente à margem nascente do esteiro paleoestuarino afluente do rio Tejo, que a ocupação da época romana iria definir como área portuária típica, alguns séculos mais tarde. Com efeito, esta zona da actual Baixa pombalina correspondia, há dois mil e quinhentos anos, à margem nascente do esteiro do Tejo, que, alargando-se na área correspondente à actual Praça do Rossio, se estendia em direcção da Praça da Figueira, captando as águas das ribeiras que desciam pelos pequenos vales, hoje em dia correspondentes às avenidas da Liberdade e Almirante Reis. Este mesmo fenómeno de emergência das águas devido à subida do nível freático, verifica-se nas impropriamente chamadas «termas» da Rua da Prata, estrutura que se encontra hoje em dia permanentemente alagada pelas razões atrás evocadas mas que, na época romana, teria a sua cota, na base (ao nível do seu pavimento subterrâneo), obrigatoriamente situada acima dos valores máximos da preia-mar *na época da sua construção*.

Permitimo-nos aqui chamar a atenção para o facto de esta estrutura, que a tradição baptizou impropriamente de «termas», ser um eloquente exemplo da vocação portuária da Olisipo lusitano-romana, testemunho ímpar da sua excelência como cidade marítima (MANTAS, 1990). De facto, trata-se de uma estrutura abobadada do tipo *horreum*, típica de edifícios situados em áreas portuárias, dos quais se conhecem outros exemplos no mundo romano e que não pode ser confundida com uma subestrutura do tipo criptopórtico, pelo facto de, na época da sua construção, o seu nível de base estar mais ou menos à cota do nível geral do solo de ocupação na zona (e que se situaria em torno dos 2,5/3 m abaixo do nível actual da rua).

Provenientes de meio subaquático, do rio Tejo, as ânforas do período Republicano são os mais antigos testemunhos arqueológicos da época romana. Este período, que pode também considerar-se, no nosso território, como período proto-romano (ou lusitano-romano precoce), inicia-se na segunda metade do século II antes da nossa era com a submissão dos lusitanos. É nesta época (em cerca de 136 a.C.) que Olisipo vai servir de base de retaguarda da campanha de Décimo Júnio Bruto, terminada nas margens do rio Lima após o esmagamento dos calaicos. Consistem estes achados em restos de ânforas de diferentes tipos e cronologias, indiciando a grande expansão dos contactos por via marítima tornada corrente ao longo de meio milénio de *pax romana*.

As ânforas constituem o contentor típico da época romana, muito embora o início da sua utilização seja muito anterior e esta tenha tido uma longa duração. Utilizadas correntemente no transporte de produtos alimentares (cereais, azeite, vinho, pescado em salmoura, etc.), as ânforas são também, por excelência, o contentor próprio do transporte por via marítima. Natural é, portanto, que os seus vestígios não só abundem ao longo das rotas seguidas pelos navios que as transportavam – e ao longo da costa portuguesa numerosos são os achados deste tipo (ALVES *et al.*, 1993) – como sobretudo se encontrem, e em grande concentração, nas zonas estuarinas correspondentes a tradicionais zonas portuárias, que constituem, por definição, verdadeiras *lixeiras históricas*.

Se acrescermos a este facto o de, na zona de Lisboa propriamente dita e no estuário do Tejo, estarem já reconhecidos diversos núcleos fabris, dedicados ao tratamento do pescado, fácil é entender a abundância de tais vestígios. De referir que, em Lisboa, núcleos destes, caracterizados pela existência de tanques de salga de peixe (*cetariae*), foram des-

cobertos na Casa dos Bicos e em diversas zonas da Baixa pombalina – zonas ribeirinhas por definição – sendo igualmente notória a localização do núcleo de Cacilhas, escavado na última década, assim como o de Cascais, muito recentemente descoberto. Aliás, o rio Tejo, a montante, não podia deixar de funcionar como o reservatório ideal das matérias-primas de uma tal indústria (nomeadamente o sal e os barreiros necessários ao fabrico das ânforas). Fácil é concluir que os vestígios deste tipo são o testemunho mais abundante desta época.

Os restos anfóricos descobertos no estuário do Tejo, pela sua tipologia, permitem tirar algumas interessantes conclusões (DIOGO e ALVES, 1993). Em primeiro lugar, permitem atestar um leque cronológico que abrange todos os períodos do domínio romano (republicano, alto império e baixo império). Em segundo lugar, representam um vasto leque de tipos, cobrindo as produções importadas, quer do sul de Espanha (Bética), quer da própria Itália (Campânia) – neste último caso atestando a tradicional importação de vinho – assim como as produções hoje em dia definitivamente reconhecidas como lusitano-romanas típicas, de feição local (nomeadamente provenientes de fornos situados nas margens do Tejo). Finalmente, permitem pela primeira vez atestar para o alto império, a par da conhecida utilização de um típico vasilhame de fabrico local para exportação de produtos derivados do pescado (tipo dito «Lusitana 2»), a utilização de um outro tipo de ânfora da mesma época e do mesmo fabrico, servindo especificamente para o transporte de vinho ou de produtos vinários («Lusitana 3») – facto ainda não aceite até recente data (DIOGO, 1990). Tal é a conclusão tirada de análises efectuadas ao revestimento interior deste último exemplar (L. 3) do Mouchão da Póvoa, e que comprovaram tratar-se de resina, produto característico do revestimento interior das ânforas vinárias (CABRAL, 1992).

Um apontamento merece aqui ser feito quanto ao modo de descoberta destes testemunhos. Subsidiárias de uma diversidade de maneiras de intervenção em meio subaquático, estes modos de descoberta podem resumir-se a alguns tipos que, dado o seu significado técnico, contextual, patrimonial e ainda a sua universalidade, pode dizer-se que constituem modelos genéricos de descobertas arqueológicas subaquáticas. Um primeiro destes modelos é aquele que resulta de dragagens, dado o potencial arqueológico dos sedimentos recuperados. É um fenómeno recente, se atendermos a que se desenvolveu sobretudo na era industrial e com particular incidência nas últimas décadas. Um segundo é o que resulta de certas modalidades tradicionais da faina de pesca, particularmente aquelas que implicam arrasto. De referir que, enquanto que o primeiro tem um alto rendimento quantitativo e um baixo rendimento qualitativo (do ponto de vista patrimonial e preservacionista), o segundo caracteriza-se pelo inverso – pelo que só são conhecidos exemplares intactos, ou quase, recolhidos nas redes de pesca (naturalmente, apenas se contrapondo aqui estes dois modelos de descoberta).

Como que para ilustrar paradigmaticamente este último modelo, não poderia deixar de ser referido o caso, já evocado, das ânforas intactas, recuperadas a montante de Lisboa nas imediações do Mouchão da Póvoa (Póvoa de Santa Iria – Vila Franca de Xira), por um pescador durante a pesca de arrasto. Curiosamente, os exemplares em questão, hoje depositados no Museu Municipal de Vila Franca de Xira, foram recuperados no mesmo local, mas em diferentes ocasiões. De acrescentar haver notícia de, numa das ocasiões, terem vindo à superfície nas redes, que quase ficaram presas no fundo, numerosos fragmentos de madeira. O suficiente para presumir a eventual existência de uma embarcação enterrada no lodo, algures nesse local, presunção fortalecida pelo estado intacto das ânforas recolhidas, que, para além de mais, pertencem a dois tipos lusitano-romanos distintos mas com a mesma cronologia (DIOGO e ALVES, *ibidem*.).

Constituindo o melhor porto de abrigo do Atlântico Sul europeu, situado no eixo de rotas milenares, natural é que o estuário do Tejo tenha sido frequentado e conhecido por certos geógrafos e historiógrafos da Antiguidade. É de Estrabão, dos inícios do século I d.C., a mais antiga e notável descrição deste estuário (*Geografia*, III, 3, 1): «Quanto ao Tejo, a sua largura na embocadura é de cerca de 20 estádios (3,7 km) e a sua profundidade suficiente para que navios "de 10 000 ânforas" o possam subir» (de sublinhar que a expressão utilizada por Estrabão designa um tipo específico de grande navio de carga, muito comum na época – mais do que um quantitativo de frete. E, mais uma vez, fica também sublinhado o papel da ânfora como contentor típico).

Não se pense, porém, que só nesta época navios de grande tonelagem, do tipo que Estrabão refere, sulcavam a costa ocidental da Lusitânia, demandando sempre, seguramente, o estuário do Tejo. Como datações sucessivas pelo radiocarbono comprovaram, data dos séculos V-IV antes da nossa era, e portanto quase meio milénio antes de Estrabão, um dos

dois enormes exemplares de cepos de âncora em chumbo, recuperados recentemente no ancoradouro natural da ilha Berlenga (CABRAL *et al.*, 1990). Indiciarão quer uma simples perda, quer um naufrágio (ainda não comprovado) de um navio de grande porte (cepos com mais de 2,5 m de envergadura e mais de 400 kg de peso pertenceriam a âncoras com mais de 6 m de comprimento e cerca de meia tonelada de peso). De referir que este dois cepos de chumbo da Berlenga são os mais antigos exemplares conhecidos, deste tipo, mesmo no Mediterrâneo!

Contribuindo para a definição do estuário do Tejo como eixo privilegiado e *estruturante* das rotas marítimas atlânticas e atlântico-mediterrânicas, oportuno é referir também a descoberta de dois cepos de âncora em chumbo nas imediações da barra do Tejo, em diferentes locais da zona de Cascais. É de sublinhar, aliás, a excepcional representatividade, nomeadamente do ponto de vista tipológico (ALVES, 1993), dos achados deste tipo na costa portuguesa e muito especialmente nas proximidades (mesmo que num sentido lato) do estuário do Tejo. Com efeito, desde as últimas três décadas, têm-se verificado numerosos achados deste tipo em dois dos melhores abrigos naturais da costa oeste, situados justamente a norte e a sul do estuário do Tejo: a supracitada ilha Berlenga e o cabo Espichel. Destes dois locais da costa portuguesa – dos doze onde foram efectuadas descobertas de peças deste tipo – provêm mais de três quartos do número total de cepos de âncora em chumbo descobertos (cerca de sete dezenas) –, da Berlenga provindo mais de um quarto e do Espichel mais de metade deste número.

O aspecto mais curioso de que se reveste este conjunto de achados é o facto de ele ser, sem excepção, o resultado de um modelo de descoberta muito diverso dos dois supra referidos (pesca de arrasto e dragagens) e que se pode caracterizar e datar rigorosamente pela introdução do escafandro autónomo e pelo desenvolvimento do mergulho amador em Portugal.

De facto, este tipo de achados começa a verificar-se na década de 60, aumentando regularmente, desde então, em resultado do efeito cumulativo de duas ordens de factores: um primeiro, em consequência do índice de frequentação dos locais em questão por mergulhadores amadores. Estão obviamente nesta situação tanto a zona de Cascais como as do cabo Espichel e da ilha Berlenga, locais eminentemente propícios aos desportos náuticos, ambos situados nas imediações de Lisboa. Aliás, esta é zona de residência e local da maior concentração de mergulhadores amadores do país, reproduzindo assim o fenómeno de inter-relacionamento entre o vasto número de achados arqueológicos subaquáticos e o de mergulhadores amadores, atestado na Provença e particularmente na zona de Marselha (GIANFROTTA e POMEY, 1981: 60). Um segundo, resultante da natureza dos fundos locais. Com efeito, os fundos de rocha que caracterizam aqueles locais da costa portuguesa não só são os mais propícios à perda de âncoras, como também são os que melhor proporcionam ao mergulhador amador a respectiva descoberta; inversamente, os fundos lodosos ou arenosos, raramente podendo ser responsáveis por perdas de âncoras, são também os que melhor permitem escamotear quaisquer vestígios, particularmente aqueles cujo peso e dimensão favorecem um progressivo enterramento. Se acrescentarmos a este facto a falta de transparência das águas no interior dos estuários e no curso dos rios, explicada está a razão porque a quase totalidade de descobertas subaquáticas feitas por mergulhadores nas proximidades de Lisboa provêm de fora da barra, ou a partir das imediações desta.

Se, finalmente, referirmos o caso típico das peças arrojadas, lançadas à costa pelas águas e descobertas quase sempre após os temporais, por ocasião de grandes desassoreamentos, ou durante as marés-vivas, temos completo o painel dos principais modelos de descoberta de bens arqueológicos subaquáticos. Pode dizer-se, resumindo, que, destes modelos, dois têm uma expressão «artesanal»: as descobertas por pesca de arrasto e de arrojados (muito embora a proliferação do uso de detectores de metais corra o risco de tornar-se um fenómeno «de massa», de imponderável magnitude – veja-se o polémico caso dos numerosíssimos achados resultantes desta prática em várias praias do Algarve, onde têm vindo a ser lançadas as arenovasas resultantes de dragagens de importantes portos históricos, como é o caso da foz do rio Arade, em Portimão/Ferragudo). Os outros dois modelos são, pelo contrário, fenómenos de cariz industrial (dragagens), ou «de massa» (mergulho amador).

No entanto, por se tratar de fenómenos recentes, tal como recente é a atenção e o desenvolvimento dos estudos no âmbito do património arqueológico subaquático, grandes lacunas subsistem ainda nos nossos conhecimentos sobre os seus contextos típicos, quanto mais não seja em épocas mais recentes, mesmo quando se trata de uma zona privilegiada do ponto de vista histórico, como é o caso da de Lisboa e do estuário do Tejo.

Cabe agora referir o importante papel da documentação escrita ou impressa naquilo que pode considerar-se como um elemento fundamental para se dispor de uma perspectiva global sobre o potencial arqueológico subaquático de qualquer zona ou região. Particularmente significativo a partir da época medieval, poder dizer-se que a massa informativa disponível aumenta exponencialmente, sobretudo desde o século XVI até aos nossos dias, facto que a amostragem aleatória de registos de referências a naufrágios na costa portuguesa, e em particular no estuário do Tejo e suas imediações, em curso no âmbito do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), permite desde já testemunhar, preenchendo deste modo as lacunas resultantes da especificidade dos contextos subaquáticos e da incipiência da investigação de terreno.

Como mero exemplo de informação deste tipo, embora neste caso insusceptível de aproveitamento útil em pesquisa aplicada, merece ser referido, para a época medieval, e nos alvores da fundação da nacionalidade, o naufrágio de batéis da armada dos cruzados nas proximidades da barra do Tejo, por ocasião da conquista de Lisboa, informação que nos é dada na célebre carta de Osberno (*Conquista de Lisboa aos Mouros*, 1936: 57).

Do mesmo modo, insusceptíveis de utilização nesse mesmo âmbito, mas constituindo excepcionais documentos alegóricos do ponto de vista iconográfico, são as estampas sobre o terramoto de 1755 existentes no Museu da Cidade de Lisboa, em que se vê o Tejo revolto e um sem-número de navios e embarcações em situação de catástrofe, prestes a soçobrar, das quais se destaca uma, aberta a água-forte, que tem como título *Das Erdbeden Zu Lissabon* (*Lisboa.., 1982*).

Contrasta com a sistemática insuficiência de dados precisos, muito especialmente os relativos à localização minimamente rigorosa dos locais de naufrágio, a expressividade dos dados brutos coligidos a partir daquilo que podemos considerar como *fontes primárias* na busca aleatória efectuada no âmbito da carta arqueológica dos vestígios submersos, organizada pelo MNA. Assim, embora resumida num ficheiro com cerca de 5000 entradas, esta informação permite imediatamente verificar que a zona do estuário e da barra do Tejo e suas imediações é a zona do país com maior concentração de naufrágios, correspondendo os mais de 500 casos contabilizados a mais de um décimo da informação total existente no ficheiro.

Naturalmente, excederia o âmbito do presente catálogo apresentar os interessantíssimos e multivariados resultados que a análise de uma tal amostragem proporcionaria. Uma análise simples ou cruzada de parâmetros, como a cronologia, os tipos de navios, as cargas, as respectivas nacionalidades, a origem e o destino, a perda e o salvamento de vidas, os locais de naufrágio e as suas causas constituiria, por si só, uma obra extensa. Para evocar sucintamente este último parâmetro – as causas de naufrágio – recordemos simplesmente que ainda está por fazer o trágico balanço dos naufrágios ocorridos na data fatídica supracitada: 1 de Novembro de 1755. Mas, ao longo dos séculos e dos milénios quantas tragédias deste tipo se abateram sobre o estuário do Tejo? Mesmo quando, a este nível, se tratou de tragédias de menor dimensão, como as das dezenas de navios (centenas, se contarmos com as pequenas embarcações) naufragados e despedaçados contra a costa durante o temporal ciclónico de 19 de Novembro de 1724 (*Gazeta de Lisboa*, n.º 48, de 30 de Novembro de 1724: 384).

Num outro plano, apesar dos conhecimentos fragmentários que se possuem sobre contextos e testemunhos arqueológicos subaquáticos do rio Tejo e suas imediações, designadamente para épocas mais recentes, merecem ser descritos alguns casos conhecidos em que a natureza, o tipo, e/ou a qualidade daqueles são ímpares ou excepcionais.

De referir, como mero exemplo, num primeiro plano, alguns achados avulsos resultantes de dragagens efectuadas na zona de Salvaterra de Magos, achados por vezes reduzidos à sua mais simples expressão, como os numerosos fragmentos de porcelana chinesa, assim como, mais recentemente, a pistola de fabrico inglês, do século XVII, descoberta em idênticas condições. Do mesmo modo, há diversas notícias de recuperação de bocas de fogo no rio Tejo e nas suas margens, desde os finais do século XIX, nomeadamente notáveis e arcaicos exemplares em ferro forjado atribuídos ao século XV (*Guia da Artilharia Histórica*, 1979: peça A8; *Diário de Notícias*, de 29-12-1978: 11), assim como parece ter a mesma origem um «cão» existente no Museu de Marinha, muito semelhante, por sua vez, a um exemplar recentemente leiloado em Lisboa (*Os Descobrimentos Portugueses e a Expansão Marítima*, 1989: 73).

Num outro plano, neste caso em consequência do desenvolvimento do mergulho amador nas últimas décadas, merecem ser referidos dois locais de contextos de naufrágio, um junto à Fortaleza de S. Julião, em plena barra do Tejo, e outro, nas imediações desta, no cabo Raso.

As imediações do esporão rochoso sobre o qual foi edificada

a Fortaleza de S. Julião da Barra, situado entre as praias da Torre, a nascente, e de Carcavelos, a poente, no concelho de Oeiras, e que representa, antes de mais, do ponto de vista geomorfológico, a fronteira norte da barra do rio Tejo (ou por extensão, a da cidade de Lisboa), constitui, mais do que um sítio, um verdadeiro *campo* arqueológico subaquático.

De facto, acrescendo a uma longa tradição oral de descobertas de moedas de ouro e prata nos areais das supracitadas praias – indício evidente do conhecido fenómeno de arrojamento de objectos perdidos no mar – há a registar, nestas últimas décadas de desenvolvimento do mergulho amador, a recuperação de um numeroso conjunto de testemunhos arqueológicos que, sem margem para dúvidas, representam os restos de um ou mais navios naufragados.

As imediações de S. Julião da Barra, pela sua posição geográfica, são naturalmente um verdadeiro cemitério de navios, lugar fatídico conhecido pela Tradição e pela História, mormente em condições de tempestade «de sudoeste», em que o vento «da barra» é sempre um mau presságio, ou, pelo menos, um desagradável sinal.

O sítio arqueológico estende-se por uma vasta área em torno da Fortaleza, dele não sendo normalmente visíveis quaisquer espólios, se exceptuarmos um numeroso conjunto de bocas de fogo, elas próprias frequentemente ocultas pelas areias.

Constituem elementos susceptíveis de contribuir para a caracterização histórico-arqueológica do ou dos naufrágios aí atestados arqueologicamente, por um lado as marcas ou punções existentes nos jogos de medidas de bronze e nos lingotes de chumbo recuperados do sítio e ainda por estudar e, por outro, as várias centenas de moedas aí igualmente recuperadas em conjunto, numa amálgama correspondendo presumivelmente ao conteúdo de uma bolsa ou saco. São quase todas espanholas, de prata (*reales de ocho, de quatro e de dos*), em estado variável de conservação e leitura. Um estudo preliminar feito a partir de alguns exemplares mais bem conservados, de um conjunto de mais de duzentos depositados no MNA, aponta para um leque cronológico que poderia situar-se entre os finais dos séculos XVI e XVII. Das moedas datáveis, duas estão sobrecunhadas com as armas portuguesas, indício do período filipino português (1583-1640), uma data de 1658, outra de 1672, outra de 1673, e, finalmente, duas de 1674 (ALMEIDA, 1990-1991). Finalmente, um dos dois peitorais de armadura recuperados do local, em 1989, por um caçador submarino, e actualmente propriedade da Câmara Municipal de Oeiras, apresenta dois punções, sendo um do arsenal de Zurique e sendo o outro utilizado pelos verificadores de armamento do exército da Suécia, envolvido na guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Indicia pertencer a um dos lotes de armamento que a rainha Cristina da Suécia enviou a D. João IV a partir de 1641 (DAEHNNARDT, 1989) – o que tem pertinência no leque cronológico supra referido.

O sítio do cabo Raso corresponde igualmente a um contexto de naufrágio contra a costa. É um sítio arqueológico já muito espoliado, de onde há notícia de terem sido recuperadas numerosas bocas de fogo em bronze, que hoje se encontram espalhadas por diversas colecções, além de um numeroso e expressivo espólio, do qual se destacam, entre outros, fragmentos de coral, uma sonda em chumbo, sinos fragmentados, câmaras servidoras (de retrocarga) em bronze e uma excepcional moldura de camafeu igualmente em bronze que, apesar das acentuadas diferenças de tipologia e cronologia, não deixa de evocar os doze exemplares deste tipo recuperados no local do naufrágio da *Girona* (STENUIT, 1971).

A melhor fonte informativa sobre o naufrágio do cabo Raso provém dos canhões em bronze recuperados do sítio e pertencentes a dois tipos diferentes. O primeiro, de que existem mais de uma dezena de exemplares, dispersos por museus e colecções particulares, caracteriza-se por ser de retrocarga (na linha tipológica do chamado «berço manuelino»), de pequenas dimensões (pouco mais de 1 m de comprimento) e pequeno calibre. O segundo tipo é representado por dois canhões de carregar pela boca, com cerca de 2,5 m, o mais bem conservado dos quais ostenta inscrições e armas indicando ter pertencido a Fernando II, Grão-Duque da Toscana, com data de 1647, e ser obra do conhecido fundidor florentino Gian Maria Cenni (ATANÁZIO, 1981-1982).

Tanto no caso de S. Julião da Barra, como no do cabo Raso estamos perante naufrágios que apontam para meados ou para a segunda metade do século XVII, que a investigação futura, tanto no terreno como em arquivo poderá vir a identificar. Mas, quanto mais não seja por ter tirado do anonimato e reunido – mesmo que só em memória – um vasto e expressivo património arqueológico, o tema LISBOA SUBMERSA encontra-se plenamente justificado.

* Devo a Adolfo Silveira, a quem agradeço, o conhecimento desta notícia.

Bibliografia

A. D. J. F. M., *Theatro lamentavel, Scena funesta: Relaçam verdadeira do Terremoto no primeiro de Novembro de 1755. Com a noticia do estrago, que causou em Lisboa, e sua vizinhança; ruina do Reino do Algarve e sustos de Todo o Portugal*, Coimbra, Na Officina de Francisco de Oliveira, 1756.

ALARCÃO, J., «A produção e a circulação de produtos», *Nova História de Portugal*, volume I, Editorial Presença, Lisboa, 1990.

ALMAGRO, B. M., «El hallazgo de la Ria de Huelva y el final de la Edad del Bronce en el Occidente de Europa», *Ampurias*, 2, pp. 85-143, 1940.

–, «Depósito de la Ria de Huelva», *Inventaria Archaeologica*, España, Fasc. 1, E. 1, Madrid, 1958.

ALMEIDA, Fernando de, «Arte visigótica em Portugal» *O Arqueólogo Português*, Nova Série, 4, 1962, pp. 5-278.

–, «Mais pedras visigóticas de Lisboa e do grupo lusitano», *Arquivo de Beja*, 23-24, 1966-1967, pp. 224-240.

–, «Sobre a barragem romana de Olisipo e seu aqueduto», *O Arqueólogo Português*, 3.ª série, 3, 1969, pp. 179-189.

–, «Lisboa romana e visigótica», *Olisipo*, 37-38, 1975, pp. 8-19.

ALMEIDA, F., *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Porto, 1967.

–, «Invenção portuguesa do escafandro», *Revista de História*, 29/32-8, p. 238, Lisboa, 1919.

ALMEIDA, I. Moitinho, *Caracteristicas geotécnicas dos solos de Lisboa*, (tese de Doutoramento), Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 1991.

ALMEIDA, M. J. R., «A prata do novo mundo – Estudo de um núcleo de moedas espanholas, encontrado no rio Tejo», *Trabalho manuscrito apresentado à UAL—«Luis de Camões»*, Lisboa, 1990-1991.

ALVES, F., «Typologie et chronologie des jas d'ancre en plomb découverts dans les eaux portugaises», *Actas do 1.º Congresso Mediterrânico de Etnologia Histórica*, II, Lisboa, 1993, pp. 311-328.

ALVES, F., REINER, F., ALMEIDA, M. J. R., VERÍSSIMO, L., «Os cepos de âncora em chumbo descobertos em águas portuguesas – Contribuição para uma reflexão sobre as navegações ao longo da costa atlântica da Península Ibérica na Antiguidade», *O Arqueólogo Português*, IV-6/7, Lisboa, 1988-1989 (1993).

AMARO, C., «Casa dos Bicos – Noticia histórico-arqueológica», *Arqueologia*, 6, Porto, 1983.

–, «Ocupação Romana da Margem Sul do Estuário do Tejo: um (des)alinhar de ideias», *Actas do Encontro sobre Ânforas Lusitanas*, Conimbriga, 1988.

–, «Olaria Romana da Garrocheira, Benavente», *Actas do Encontro sobre Ânforas Lusitanas*, Conimbriga, 1988.

–, «Vestígios Materiais Orientalizantes do Claustro da Sé de Lisboa», *Estudos Orientais*, IV, Instituto Oriental, Universidade Nova de Lisboa, 1993.

AMARO, C., BUGALHÃO, J., e SABROSA, A., «Complexo Fabril Romano na rua Augusta», Actas das 1.as Jornadas da Romanização nos vales do Tejo e Sado (no prelo).

ANDRADE, F. M., *Memoria Acerca d'uns restos de Thermas Romanas existentes em Lisboa, escripta por F. M. d'Andrade, Conservador da Repartição dos manuscriptos e Antiguedades da Bibliotéca Nacional de Lisboa*, 1860, BNL, Cod. 8468 (existem mais duas cópias com as cotas Cod., 7299 e Cod., 7619).

ANDERSON, W. P., *Sarepta I, The Late Bronze and Iron Age strata of area II*, Y. Beyrouth, Publications de l'Université libanaise, 2, 1988.

ANTUNES, M. T., CABRAL, J. M. P., CARDOSO, J. L., PAIS, J. e SOARES, A. M., «Paleolitico médio e superior em Portugal: datas ^{14}C, estado actual dos conhecimentos, síntese e discussão», *Ciências da Terra*, n.º 10, Lisboa, 1990, pp. 127-138.

ARAÚJO, A. D., «Ruína e morte em Portugal no século XVIII. A propósito do terremoto de 1755», *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 9 (1987), pp. 327-365.

ARAÚJO, I. A., *O essencial sobre o litoral português*, INCM, Lisboa, 1987.

ARNAUD, J. Morais, «Os concheiros mesolíticos dos vales do Tejo e Sado: semelhanças e dissemelhanças», *Arqueologia*, 15, 1987, pp. 53-64.

ARNAUD, J. Morais, *Os concheiros mesoliticos dos Vales do Tejo e Sado: semelhanças e diferenças*, Homenagem a Jean Roche, INIC, Lisboa, 1989, pp. 219-230.

–, «Le substrat mesolithique et le processus de néolithisation dans le Sud du Portugal», *Rubani et Cardial*, Université de Liège, Liège, 1990, pp. 437-446.

–, «The mesolithic communities of the Sado Valley, Portugal, in their ecological setting», *The Mesolithic in Europe*, John Donald Pub. Edinburgh, 1990, pp. 614-631.

ARRUDA, A. M., «A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular», *Estudos Orientais*, IV, Lisboa, 1993.

ATANÁZIO, M. C. M., «Canhões de bronze no Museu do Mar em Cascais, fundidos em Florença», *Arquivo de Cascais*, 3, Cascais, 1981-1982, pp. 9-16.

ATHAYDE, A., «Novos esqueletos humanos dos concheiros mesolíticos de Muge», *1.º Congresso do Mundo Português*, Lisboa, 1940.

Atti del Convegno Internazionale di Genova 1985, Città Portuali del Mediterraneo, Sagep Editrice, Genova, 1989.

AZEVEDO, P., «Do Areeiro à Mouraria. Topografia histórica de Lisboa», *O Archeologo Português*, vol. 5, 1899-1900, pp. 212-224 e 257-279.

–, «O Castelo de S. Jorge», *O Archeologo Português*, vol. 13, 1908, pp. 96-116.

BARATA, M. R. T., BRAGA, M. L., WAGNER, M. N., e outros, *Sismicidade de Portugal. Estudo da documentação dos séculos XVII e XVIII*, 2 vols., G. P. S. N., Lisboa, 1988-1989.

BARROS, João de, *Ásia*, Década IV, Lisboa, 1563.

BARROS, L., CARDOSO, J. L., SABROSA, A., «A presença fenícia na margem sul do estuário do Tejo. Economia e bases de subsistência do povoado de Almaraz (Almada)», *Estudos Orientais*, 4, Lisboa, 1993, pp. 143-181 (no prelo).

BLOT, J.-Y., «Uma rota marítima na encruzilhada dos interesses da Europa do século XVIII. A América Latina às portas da Europa: o naufrágio do navio espanhol San Pedro de Alcantara (1786)», *Ed. Museu do Mar de Cascais*, Cascais, 1984.

BORGES COELHO, A., *Portugal na Espanha Árabe*, Seara Nova, Lisboa, 1972

BOXER, C. R., «Some contemporary reactions to the Lisbon earthquake of 1755», *Revista da Faculdade de Letras*, 2.ª série, Lisboa, 22 (1956), pp. 10-18.

BRAGA, M. L., «A polémica dos terremotos em Portugal», *Cultura – História e Filosofia*, Lisboa 5 (1986), pp. 545-573.

BREUIL, H., «Impressions de voyage paléolithique à Lisbonne», *Terra Portuguesa*, ano 3.º, n.º 27-28, Lisboa, 1990, pp. 34-39.

BREUIL, H., e ZBYSZEWSKI, G., «Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, t. XXIII, Lisboa, 1942, pp. 3-369.

–, «Le Quaternaire de Santo Antão do Tojal», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa, 1943, t. XXIV, pp. 43-70.

BRITO, J. J. G., *Ruas de Lisboa. Notas para a história das vias públicas lisbonenses*, 3 volumes, Lisboa, 1935.

CABRAL, J. M. P., *et al.*, «Laser desorption fourier transform mass spectrometric analysis of food residues from amphorae», 28th International Symposium on Archaeometry, Los Angeles, 23-27 Março 1992.

CABRAL, J. M. P., MEIRELES, J. M., SOARES, A. M. M., VERÍSSIMO, L., «Datação pelo radiocarbono de um cepo de âncora em chumbo encontrado na Berlenga», *Conimbriga*, 29, Coimbra, 1990, pp. 59-68.

CAETANO, M., «A administração municipal de Lisboa durante a 1.ª dinastia», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. 7, 1950, pp. 5-112 e volume 8, 1951, pp. 149-212, e reeditado em Lisboa, 1981.

–, «O Concelho de Lisboa na crise de 1383-1385», *Anais da Academia Portuguesa da História*, II.ª série, vol. 4, 1953, pp. 175-247, reproduzido em *A crise nacional de 1383-1385*, Lisboa [s.d.], pp. 123-207.

Collecçam universal de todas as obras, que tem sahido ao publico sobre os effeitos, que causou o terremoto nos Reinos de Portugal e Castella no primeiro de Novembro de 1755, e explicaçoens physico-astrologico-metheorologicas, e physico-moral tanto no idioma portuguez como espanhol, e mais cartas, dissertaçoens, e tudo que se tem escrito e divulgado nesta cidade, 5 vols., Lisboa, 1758-1759 (B N).

CARDOSO, F., «Nota sobre uma estação cheleana do Vale de Alcântara», *Revista de Ciencias Naturais e Sociais*, vol. 3, Porto, 1895.

CARDOSO, G., *Carta arqueológica do concelho de Cascais*, Cascais, 1991.

CARDOSO, G., e ENCARNAÇÃO, J., «Certezas e incertezas no estudo da *villa* romana de Freiria», *Arquivo de Cascais*, 10, 1991, pp. 15-26.

CARDOSO, J. L., «No estuário do Tejo, do Paleolítico à Idade do Ferro», *Arqueologia no vale do Tejo*, Lisboa, 1987, pp. 69-81.

–, *Leceia. Resultados das escavações realizadas 1983-1988*, Oeiras, 1989.

–, «Três estações paleolíticas da Serra de Monsanto», *Lisboa – Revista Municipal*, ano XLIV, 2.ª série, n.º 26, Lisboa, 1988, pp. 3-44.

–, *Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico Superior de Portugal*, Universidade Nova de Lisboa, 1992, Dissertação de Doutoramento.

–, «O Paleolítico do Complexo Basáltico de Lisboa», *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, vol. 3, Oeiras, 1993.

–, «A presença oriental no povoamento da I Idade do Ferro na região ribeirinha do estuário do Tejo», *Estudos Orientais (Actas do encontro «Presenças orientalizantes em Portugal»)*, Lisboa, Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, 1, 1990, pp. 119-134.

CASTELO-BRANCO, Fernando, *Lisboa Seiscentista*, Lisboa, 1956.

CASTILLO, C., «La tribo Galeria en Hispania: ciudades y ciudadanos», *Estudios sobre la Tabula Siarensis*, Madrid, 1988, pp. 233-243.

CHAVES, L., «Belém na Pré-história», *Boletim Cultural e Estatístico*, Câmara Municipal de Lisboa, vol. 1, n.º 2, 1937, pp. 175-184.

CLARKE, D., *Mesolithic Europe: the Economic Basis*, Duckworth, Londres, 1978.

COFFYN, A., *Le Bronze Final Atlantique*, Paris, Diffusion de Boccard, 1985.

Concejos y ciudades en la Edad Media Hispanica, Fundacion Sanchez-Albornoz, Madrid, 1990.

Conquista de Lisboa aos Mouros (1147), «Narrações pelos Cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cêrco», Complemento ao Vol. II da *Lisboa Antiga* de Júlio de Castilho, C. M. L., Lisboa, 1936.

COSTA, A. Celestino da, *A Evolução de uma Cidade – Lisboa*, Lisboa, 1951.

COSTA, F. A. Pereira da, *Da existencia do Homêm em epochas remotas no valle do Tejo. Primeiro opusculo: noticia sobre esqueletos descobertos no Cabeço da Arruda*. Comissão Geológica de Portugal, Lisboa, 1865.

CORRÊA, A. A. Mendes, «Les nouvelles fouilles à Muge», *XV^ème Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Pré-historiques*, V^ème session de l'Institut International d'Anthropologie, Lisbonne, 1931, 1933, pp. 357-372.

CORREA, A. M., *Urnenfelder* de Alpiarça, *Anuário de Prehistoria madrileña*, 4-6, Madrid, pp. 133-137.

CURCHIN, L., «*Vici* and *pagi* in Roman Spain», *Revue des Études Anciennes*, 87, 1985, pp. 327-343.

DAEHNHARDT, R., «Dois peitorais encontrados junto à fortaleza de São Julião», *Oeiras Municipal*, 25/26, Oeiras, 1989, pp. 30-31.
DAVEAU, Suzanne, «Espaço e Tempo. Evolução do Ambiente Geográfico de Portugal ao Longo dos Tempos Pré-históricos», *Clio*, 2, Lisboa, 1980.
–, «A Estrada Coimbrã», *Estudos e Ensaios, Homenagem a V. Magalhães Godinho*, Lisboa, 1988.
Descobrimentos Portugueses e a Expansão Marítima, Os, Catálogo do leilão efectuado de 3 a 8 de Dezembro de 1989, Palácio do Correio Velho, Sociedade Comercial de Leilões, S.A., Lisboa, 1989.
DIAS, J. J. A., «Lisboa medieval na iconografia do século XVI, *1383/1385 e a crise geral dos séculos XIV/XV*», *Jornadas de História Medieval (Lisboa, 1985.06.20-22). Actas*, Lisboa, História & Crítica, 1985, pp. 239-244.
DIOGO, A. D., «Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano», *O Arqueólogo Português*, IV-5, pp. 179-191, Lisboa, 1987 (1990).
DIOGO, A. D., e ALVES, F., «Ânforas lusitano-romanas provenientes de achados fluviais nas imediações de Vila Franca de Xira e de Alcácer do Sal», *O Arqueólogo Português*, IV-6/7, Lisboa, 1988-1989 (1993).
DUARTE, A. L., e AMARO, C., «Casa dos Bicos. A Cidade e a Arqueologia», *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, Lisboa, 1986, pp. 143-154.
–, «Casa dos Bicos – A Cidade e a Arqueologia», *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, Setúbal, IPPC, Lisboa, 1986.
DUARTE, A. L., «Quinta do Rouxinol – A produção de ânforas no vale do Tejo», *Actas do Encontro sobre Ânforas Lusitanas*, Conimbriga, 1988.
EDMONDSON, J. C., *Two Industries in Roman Lusitania: mining and garum*, Oxford, 1987.
ENCARNAÇÃO, J., «Ara votiva de Cascais», *Ficheiro Epigráfico*, 6, n.º 24, 1983.
Enciclopédia (Grande) Portuguesa e Brasileira, vol. 15, Lisboa-Rio de Janeiro [s.d.], pp. 190-295 (com indicação de abundante bibliografia).
ESTRABÃO, *Geografia*, Livro III.
ETIENNE, R., *Le culte impérial dans la Peninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Paris, 1958.
Exposição Iconográfica e Bibliográfica Comemorativa da Reconstrução da Cidade depois do Terremoto de 1755, 2.ª ed., Lisboa, C. M. L., 1955.
FABIÃO, C., *Sobre as ânforas do acampamento Romano da Lomba do Canho* (Arganil), UNIARQ, 1989.
–, «A Romanização do Actual Território Português», *História de Portugal*, primeiro volume, Círculo de Leitores, 1992.
FERNANDES, H., *Uma cidade no Imaginário Medieval: Lisboa muçulmana nas descrições de Idrisi e de Ramulfo de Granville*, «Estudos Medievais», n.º 7, Porto, 1986.
FERNÁNDEZ CASTRO, M. C., *Arqueología Protohistórica de la Península Ibérica (siglos X a VIII a.C.)*, Alianza Universid Textos, Madrid, 1988.
FEREMBACH, D., «Le gisement mésolithique de Moita do Sebastião (Muge-Portugal), II», *Anthropologie*, Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, Lisboa, 1974.
FERREIRA, O. da V., «Nota acerca de um fragmento de um diadema? ou adorno? dourado», *O Arqueólogo Português*, III-3, Lisboa, 1969, pp. 115-117.
–, «Jazidas quaternárias com fauna de vertebrados encontradas em Portugal», *Arqueologia e História*, Lisboa, 1964, 8.ª série, vol. XI, pp. 39-53.
FONTES, J., «Estação paleolithica do Casal do Monte», ed. do autor, Lisboa, 1910a, pp. 1-7.
–, «Estação paleolítica do Casal do Monte», *O Archeólogo Português*, 1.ª série, vol. XV, Lisboa, 1910, pp. 93-96.
–, «Indústrias paleolíticas do Casal do Monte», *Materiais para o Estudo das Antiguidades Portuguezas*, vol. I, n.º 2, Leiria, 1910c.
–, «Subsídios para o estudo do Paleolítico português», *O Archeólogo Português*, 1.ª série, vol. XVII, Lisboa, 1912, pp. 22-41
–, «Instruments paléolithiques dans la collection de préhistoire du Service Géologique – Instruments paléolithiques des environs de Santo Antão do Tojal», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, t. XII, Lisboa, 1916, pp. 13-16.
FRANÇA, J. A., *Lisboa: urbanismo e arquitectura*, Lisboa, 1989.
FREITAS, J. V., *Desenhos a que se refere a Memoria acerca d'uns restos de Thermas Romanas, existentes em Lisboa*, BNL, D.A. 8.A.
GAMITO, T. J., «A Idade do Ferro no Sul de Portugal, problemas e perspectivas», *Arqueologia*, 6, Porto, 1983.
GARCIA, J. C., *O espaço medieval da reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Centro de Estudos Geográficos, INIC, 1986.
GASPAR, Jorge, «Os Portos Fluviais do Tejo», Finisterra, *Revista Portuguesa de Geografia*, vol. 10, 1970, pp. 153-204.
Gazeta de Lisboa. Historia annual, chronologica e politica do mundo e especialmente da Europa, Lisboa, 1715-1883.
GIANFROTTA, P. A., e POMEY, P., *Archeologia Subacquea*, Milão, 1981.
GOMES, M. F., e ANTUNES, L. P., «Intervenções de salvamento em Almada», *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, Lisboa, 1986, pp. 69-79.
GONÇALVES, I., «Na Ribeira de Lisboa, em finais da Idade Média, *1383/1385 e a crise geral dos séculos XIV/XV*», *Jornadas de História Medieval (Lisboa, 1985.06.20-22). Actas*, Lisboa, História & Crítica, 1985, pp. 59-67.
GONÇALVES, V. S., *A neolitização e o megalitismo da região de Alcobaça*, Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, 1978.
–, «Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 1. Deusa(s)-Mãe, placas de xisto e cronologias: uma nota preambular», *Almansor*, Câmara Municipal, Montemor-o-Novo, 7, 1989, pp. 289-30.

–, *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental*, 2 vols., UNIARQ/INIC, Lisboa, 1989.
–, «Sítios, "Horizontes" e Artefactos: o caso da Parede (Cascais, Lisboa)», *Arquivo de Cascais*, 9, Câmara Municipal, Cascais, 1990, pp. 13-44.
–, «Sítios, "Horizontes" e Artefactos. 2. Algumas breves considerações sobre as chamadas *taças carenadas* e a primeira metade do 3.º milénio em Portugal», *Arquivo de Cascais*, 10, Câmara Municipal, Cascais, 1991.
–, *Revendo as antas de Reguengos de Monsaraz*, UNIARQ/INIC, Lisboa, 1992.
–, «A emergência e desenvolvimento das sociedades agro-metalúrgicas (Parte IV)», *História de Portugal*, I, Ediclube, Lisboa, 1993.
–, «A Revolução dos Produtos Secundários e a metalurgia do cobre», *História de Portugal*, I, Ediclube, Lisboa, 1993.
–, «Sítios, "Horizontes" e Artefactos. 3. Grutas artificiais, artefactos votivos de calcário e a questão das "origens" do Calcolítico em Portugal», *Arquivo de Cascais*, 11, Câmara Municipal, Cascais, 1993.
–, «As práticas funerárias nas sociedades do 4.º e do 3.º milénios. O Megalitismo (Parte V)», *História de Portugal*, I, Ediclube, Lisboa, 1993.
GONÇALVES, V. S. (coord.), «Povoados calcolíticos fortificados no Centro/Sul de Portugal: génese e dinâmica evolutiva», *Clio/Arqueologia*, Lisboa, UNIARQ, 1, pp. 141-154.
GONÇALVES, V. S., e DAVEAU, S., «A evolução holocénica do Vale do Sorraia e as particularidades da sua antropização (Neolítico e Calcolítico)», *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico*, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2, 1985, pp. 187-197.
GONÇALVES, V. S., GUILAINE, J., ARRUDA, A. M., BARBAZA, M., COULAROU, J., e GEDDES, D., «Le Néolithique ancien de l'Abri de Bocas 1 (Rio Maior, Portugal)», *Premières Communautés Paysannes en Méditérannée Occidentale*, Paris, CNRS, pp. 673-680.
GONZALEZ MORALES, M. R., e ARNAUD, J. Morais, «Recent Research on the Mesolithic in the Iberian Peninsula: Problems and Perspectives», in P. M. Vermeersch and P.Van Peer (eds). *Contributions to the Mesolithic in Europe*, Leuven University Press, 1990, pp. 451-461.
Guia da Artilharia Histórica, Museu Militar, Lisboa, 1979.
HAUSCHILD, T., «Das römische Theater von Lissabon», *Madrider Mitteilungen*, 31, 1990, pp. 348-392.
JALHAY, E., «Instrumento Pré-Histórico dum Quintal de Lisboa», *Lisboa e o seu Termo – estudos e documentos*, ed. da Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. I, Lisboa, 1947, pp. 37-40.
JALHAY, E., e PAÇO, A., *El Castro de Vila Nova de S. Pedro*, Tirada aparte de Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografia y Prehistoria, tomo XX, Madrid, 1945.
–, «Paleo e Mesolítico Português», *Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. IV, Lisboa, 1941, pp. 11-101.
JORGE, S. O., «Contributo para o estudo de materiais provenientes de estações neolíticas dos arredores da Figueira da Foz», *Actas da I Mesa Redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal*, GEAP, Porto, 1979, pp. 53-82.
–, «A consolidação do sistema agro-pastoril», *Nova História de Portugal*, I, Jorge de Alarcão (dir.), Presença, Lisboa, 1990, pp. 102-162.
–, «Dos últimos caçadores-recolectores aos primeiros produtores de alimentos», *Nova História de Portugal*, I, Jorge de Alarcão (dir.), Presença, Lisboa, 1990, pp. 75-101.
KALB, P., «O Bronze atlântico em Portugal», *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 1990, pp. 113-120.
KALB, P., e HOCK, M., «Alto do Castelo, Alpiarça (Districkt Santarém), Vorberich uber die Grabung 1981», *Madrider Mitteilungen*, Deutsches Archaologisches Institut, 23, Mainz, 1982, pp. 145-151.
–, «O povoamento pré-histórico de Alpiarça», *Arqueologia*, GEAP, 17, Porto, 1988, pp. 193-200.
KENDRIK, T. D., *The Lisbon earthquake*, London, 1956.
LAMBRINO, S., «Les inscriptions de São Miguel d'Odrinhas», *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*, 16, pp. 136-176, Nouvelle Série, 16, 1952, pp. 134-176.
LEMOS, P. A. Ferreira, *O Estuário do Tejo*, Lisboa, 1965.
LENTACKER, A., «Preliminary results of the fauna of "Cabeço da Amoreira" and "Cabeço da Arruda" (Muge, Portugal)», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 24, 1986, pp. 9-26.
LIMA, J. A. B. e, *Declamação Sagrada na ruina de Lisboa, causada pelo Terremoto do primeiro de Novembro de 1755 e pelo incendio, que se lhe seguiu*, Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1757.
LINK, *Voyage au Portugal*, Paris, 1803-1805.
Lisboa e o Marquês de Pombal, Catálogo, Vol. II, Museu da Cidade, 10 de Novembro a 31 de Dezembro de 1982, Exposição comemorativa do bicentenário da morte do Marquês de Pombal – 1782/1982, Lisboa, 1982.
LOPES, D., *Páginas Olisiponenses*, Publicações da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1968.
LOYZANCE, M. F., «A propos de Marcus Cassius Sempronianus olisiponensis, diffusor olearius», *Hommage à Robert Etienne*, Paris, 1988, pp. 273-284.
LOUREIRO, Adolfo, *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, III, 1, Lisboa, 1906.
LUBELL, D., e JACKES, M., «Mesolithic-Neolithic continuity: evidence from chronology and human biology», *Actas I Reunião Quaternário Ibérico*, Lisboa, 1985, pp. 113-133.
LUBELL, D., JACKES, M., e MEIKLEJOHN, C., «Archaeology and human biology of the Mesolithic-Neolithic transition in Southern Portugal: a preliminary report», *The Mesolithic in Europe»*, John Donald Pub, Edinburgh, 1990, pp. 632-640.

LUBELL, D., JACKES, M., SCHWARCZ, H., e MEIKLEJOHN, C., «New radiocarbon dates for Moita do Sebastião», *Homenagem a Jean Roche*, INIC, Lisboa, 1989, pp. 245-247.

LUDGERO GONÇALVES, João, «O povoado do Alto do Dafundo (Linda-a-Velha, Oeiras) e datação para o Calcolítico inicial da Estremadura», *Arqueologia*, 21, Porto, GEAP, 1991, pp. 24-26.

MANTA, V. G., *As Cidades Marítimas da Lusitânia*, Centre National de la Recherche Scientifique, Bordéus, 1990.

MANTAS, V., «As cidades marítimas da Lusitânia», *Les villes de Lusitanie romaine*, Paris, 1990, pp. 149-205.

–, «Notas Acerca de Três Inscrições de Olisipo», *Conimbriga*, 15, 1976, pp. 151-169.

MARQUES, G., «Paleolítico de Loures – balanço e perspectivas de trabalho», *Loures – Tradição e Mudança*, 1.º Centenário da Formação do Concelho (1886-1986), ed. da Câmara Municipal de Loures, 1986, pp. 50-79.

MARQUES, G., e ANDRADE, G. M., «Aspectos da Proto-História do território português. I - Definição e distribuição geográfica da cultura de Alpiarça (Idade do Ferro)», *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, Junta Nacional de Educação, Porto, 1974, pp. 125-148.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. 1, Das origens às revoluções liberais, Palas Editores, Lisboa, 1.ª edição, 1972.

–, *Novos ensaios de História Medieval Portuguesa*, Ed. Presença, Lisboa, 1988.

–, *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV de *Nova História de Portugal* (dir. J. Serrão e A. H. Oliveira Marques), Lisboa, 1987, pp. 180 e seg.

–, *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, 1988 (fundamental, com indicação de abundante bibliografia).

MENDONÇA, J. J. Moreira de, *Historia Universal dos Terremotos que tem havido no mundo (...) com uma narração individual do terremoto do primeiro de Novembro de 1755 (...)*, Lisboa, Na Officina de António Vicente da Silva, 1758.

MOITA, I., *As termas romanas da Rua da Prata*, Lisboa, 1977.

–, «A Casa dos Bicos – O Sítio e o Edifício», *Revista Municipal*, n.º 18 e 19, Lisboa, 1986 e 1987.

–, *As Termas Romanas da Rua da Prata. Notícia para ilustrar a visita às termas romanas da rua da Prata facultada aos munícipes pela Câmara Municipal de Lisboa nos dias 25 e 26 de Junho de 1977*, Lisboa, CML, s/d.

MOITA, I., e LEITE, A. C., «Recuperar Olisipo a partir de Lisboa», *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, Lisboa, 1986, pp. 55-67.

MOREIRA, A. M., *Potamius de Lisbonne et la controverse arienne*, 1969, Lovaina.

OLIVEIRA, E. F., *Elementos para a história do município de Lisboa*, 17 volumes, Lisboa, 1882-1911.

OLIVEIRA, F. de Paula e, «Nouvelles fouilles faites dans les kjoekkenmoeddings de la vallée du Tage (Note posthume)», *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos*, 2, fasc. 1, 1892, pp. 57-81.

OLIVEIRA, F. Nicolau de, *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, 1620.

OLIVEIRA, J. A., *Conquista de Lisboa aos mouros*, S. Industriais da C. M. L., Lisboa, 1936.

OLLIVIER, J., «A classificação das indústrias paleolíticas dos arredores de Lisboa», *Brotéria*, vol. 33, Lisboa, 1941, pp. 374-376.

–, «Industries anciennes du Paléolithique d'Amadora», *O Arqueólogo Português*, nova série (2.ª série), vol. I, Lisboa, 1951, pp. 63-82.

ORTIZ AYALA, C., «El culto de Cibeles en la Hispania romana», *Actas del primer Congreso Peninsular de Historia Antigua*, 2, 1988, pp. 441-453.

PAÇO, A., «Carta paleolítica e epipaleolítica de Portugal», *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 7.ª série, vol. I, Lisboa, 1934, pp. 23-47.

–, «Paleo- e mesolítico Português», *Revista de Guimarães*, vol. XLVI, n.º 3-4, Guimarães, 1936, pp. 221-230.

–, «Castro de Vila Nova de S. Pedro, VII – Considerações sobre o problema da metalurgia», *Zephyrus*, VI, pp. 27-40, Salamanca, 1955.

–, «Vila Nova de S. Pedro – eine befestigte Siedlung der Kupferzeit in Portugal», *Germania*, 34, 1956, pp. 211-230.

–, «Castro de Vila Nova de S. Pedro – forno de cozer cerâmica», *Revista de Guimarães*, LXVII, 1957, pp. 83-94.

–, «Castro de Vila Nova de S. Pedro, XIII – Recipientes de osso e calcário», *Conimbriga*, II-III, 1961, pp. 167-179.

PEACOCK, D. P. S., WILLIAMS, D. F., *Amphorae and the Roman Economy*, Longman, Londres e Nova Iorque, 1986.

PEDEGACHE, M. T., *Nova e Fiel Relação do Terremoto que experimentou Lisboa e Todo o Portugal no 1 de Novembro de 1755 (...)*, Lisboa, Na Officina de Manoel Soares, 1756.

PEREIRA, F. A., «Antiquitus», *O Archeólogo Português*, 1.ª série, vol. XXIII, Lisboa, 1918, pp. 48-74.

PICARD, C., *Les Mozarabes dans l'Occident ibérique (VIII^ème-XII^ème siècles)*, in Etudes Islamiques, Tome LI, Paris, 1983.

PINTO, C., V., e PARREIRA, R., «Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro inicial a Norte do estuário do Tejo», *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1978, pp. 147-162.

PINTO, R. da Serpa, «Notas sobre a indústria microlítica do Cabeço da Amoreira (Muge)», *Asociación Española para el Progresso de las Ciencias, C. R. session du 19 Mai 1932*, pp. 49-54.

PONSICH, M., *Aceite de Oliva y Salazones de Pescado*, Universidad Complutense, Madrid, 1988.

PRADALIE, G., *Lisboa, da Reconquista ao Fim do Século XIII*, Lisboa, 1951.

RAPOSO, J., «Porto dos Cacos: uma oficina de produção de ânforas Romanas no vale do Tejo», *Actas do Encontro sobre Ânforas Lusitanas*, Conimbriga, 1988.

RAPOSO, L., «O Paleolítico», *in* J. Medina (ed.), *História de Portugal, 1: O Começo* (coord. V. S. Gonçalves), Ediclube, Lisboa, 1993, pp. 22-99.
RAU, V., e ZBYSZEWSKI, G., «Estremadura et Ribatejo», Livret-Guide de l'Excursion D, Congrès International de Géographie, Lisboa, 1949.
RIBEIRO, A., ANTUNES, M. T., FERREIRA, M. P., ROCHA, R. B., SOARES, A. F., ZBYSZEWSKI, G., ALMEIDA, F. MOITINHO, CARVALHO, D. & MONTEIRO, J. H., *Introduction à la géologie générale du Portugal*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, 1979.
RIBEIRO, C., «Les kjoekkenmoeddings de la vallée du Tage», *Comptes Rendues de la IX Session du Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques*, 1880, pp. 279-290, Lisboa.
RIBEIRO, J. C., «Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de L. Iulius Maelo Caudicus», *Sintria*, 1-2, 1982-83, pp. 151-476.
–, «Contributo para o conhecimento de cultos e devoções de cariz aquático relativas ao território do município olisiponense», *Boletim da Assembleia Distrital de Lisboa*, 89(1), 3.ª Série, 1983, pp. 3-41.
–, «*Aponianicus Poliscinius*: um falso teónimo», *Veleia*, 2-3, 1985-1986, pp. 311-325.
–, «*Estudos Histórico-Epigráficos em torno da figura de L. IVLIVS MAELO CAVDICVS*», *Sintria*, I-II, 1982-3, pp. 151-476 (particularmente as pp. 431-438).
RIBEIRO, Orlando, «Le Site et la Croissance de Lisbonne», *Bulletin de l'Association de Géographes Français*, n.º 115, 1938, pp. 99-103.
–, «Lisboa e o Tejo», *Olisipo*, 149, Lisboa, 1986.
–, *A formação de Portugal*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1987.
RITA, A., e PINHEIRO, A., *Os Portugueses e o Mar nos Mais Antigos Documentos*, Ed. do Banco Pinto & Sotto Mayor, Lisboa, 1990.
ROCHE, J., *L'industrie préhistorique du Cabeço da Amoreira (Muge)*, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular do Instituto para a Alta Cultura, Porto, 1951.
–, «Le gisement mésolithique de Moita do Sebastião (Muge-Portugal)», *Archeologie*, Instituto de Alta Cultura, Lisbonne, 1972.
–, «Les amas coquilliers (concheiros) mésolithiques de Muge (Portugal)», *Fundamenta*, Série A, vol. B, Parte VII, Koln, 1972, pp. 72-107.
–, «Chronologie, milieu naturel et leurs incidences sur le peuplement humain», *Supplément au Bulletin de l' AFEQ (Approche ecologique de l'Homme fossile)*, 1975, pp. 353-359.
–, «Spatial organisation in the mesolithic sites of Muge, Portugal», *The Mesolithic in Europe*, John Donald Pub., Edinburgh, 1990, pp. 607-613.
ROCHE, J., FRANÇA, J. C., FERREIRA, O. da V., e ZBYSZEWSKI, G., «Le paléolithique supérieur de la grotte de Salemas», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, tomo XLVI, Lisboa, 1962, pp. 187-207.
ROCHE, J., e FERREIRA, O. da V., «Stratigraphie et faunes des niveaux paléolithiques de la Grotte de Salemas», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, t. LIV, Lisboa, 1970, pp. 263-269.
RODRIGUES, M. T. C., *Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV*, «Revista Municipal», n.os 101 a 109, Lisboa, 1968.
ROTEIRO, «Roteiros da Arqueologia Portuguesa, 1. Lisboa e arredores», 1986.
RUIZ DELGADO, «Las necrópolis tartéssicas: Prestigio, poder y jerarquías», *Tartessos*, Barcelona, Editorial Ausa, pp. 247-286.
SAVORY, H. N., «Um corte através da fortificação interior do castro calcolítico de Vila Nova de S. Pedro», *Clio/Arqueologia*, 1-2, 1983-1984, pp. 19-29.
SCHULE, W., «Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel», *Madrider Forschungen*, Deutsches Archaologisches Institut, 3, Berlim, 1969.
SEQUEIRA, G. M., *O Carmo e a Trindade. Subsídios para a História de Lisboa*, vol. 1, Lisboa, 1939.
SILVA, A. A. Baldaque da, *Estudo Histórico-hidrográfico sobre a Barra e o Porto de Lisboa*, Lisboa, 1893.
Silva, A. Vieira da, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, Lisboa, 1989.
–, *A Cerca Moura de Lisboa*, Lisboa, 1939.
–, *Epigrafia de Olisipo*, Lisboa, 1944.
–, *O castelo de S. Jorge em Lisboa. Estudo histórico descritivo*, Lisboa, 1937.
–, *A cerca moura de Lisboa. Estudo histórico descritivo*, Lisboa, 1939.
–, *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, 2 volumes, Lisboa, 1940-1941.
–, «Os limites de Lisboa – Notícia histórica», *Revista Municipal*, II, n.º 5, 1941.
–, *A cerca fernandina de Lisboa*, vol. 1, Lisboa, 1948.
SILVA, C. T., «Novos dados sobre o Neolítico antigo do Sul de Portugal», *Arqueologia*, 20, GEAP, Porto, 1989, pp. 24-32.
SILVA, C. T., SOARES, J., e PENALVA, C., «Para o estudo das comunidades neolíticas do Alentejo litoral: o concheiro do Medo Tojeiro, *Arqueologia*, 11, GEAP, Porto, 1985, pp. 5-15.
SILVA, C. T., e COELHO-SOARES, A., «A Praça do Bocage (Setúbal) na época Romana. Escavações arqueológicas de 1980», *Setúbal Arqueológica VI/VII*, 1981.
–, «Escavações Arqueológicas no Creiro (Arrábida), Campanha de 1987», *Setúbal Arqueológica*, 1987.
SILVA, C. T., COELHO-SOARES, A., e SOARES, J., «Fábrica de Salga da Época Romana da Travessa de Frei Gaspar (Setúbal)», *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana* (Setúbal), IPPC, 1986.
SILVA, C. T., e SOARES, J., *Arqueologia da Arrábida*, Serviço Nacional de Parques, Reserva e Conservação da Natureza, 1986.
S. LOURENÇO, J., *Monumenta Selecta a Magistro Fr. Joseph a Divo Laurentio etim Benedictino nunc Cisterciensis* (ms. latino, ilustrado), BNL, Ms. de Alcobaça, 395.
SOUSA, A., *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, vol. 1, Lisboa, 1990, pp. 291-294.
SOUSA, L., *História do Convento de S. Domingos*, Livro III, cap. XVII, Lisboa, 1571.

SOUSA, F. L. Pereira de, «Subsídios para o estudo dos calcários do distrito de Lisboa», *Rev. de Eng. Militar*, Lisboa, 1897.

–, «Idade geral dos calcários empregados nas construções de Lisboa», *Rev. Ob. Pub. Minas*, n.º 412 a 414, pp. 207-227, Lisboa, 1904.

SOUSA, F. L. Pereira de, «Effeitos do terremoto de 1755 nas construções de Lisboa», *Revista de Obras Públicas e Minas*, tomo XL, 1909, Julho a Setembro, n.os. 457 a 477, Lisboa, Imprensa Nacional (1909), pp. 283-495.

–, *Idéia geral dos effeitos do megassismo de 1755 em Portugal*, Lisboa, 1914.

–, *O terremoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico*, vol. I (Distritos de Faro, Beja e Évora); vol. II (Distritos de Santarém e Portalegre); vol. III (Distrito de Lisboa); vol. IV (Distritos de Leiria, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Aveiro e Viseu), Lisboa, 1919-1931.

SPENDLER, K., BRANCO, A. C., ZBYSZEWSKI, G., e FERREIRA, O. V., «Le monument à coupole de lâge du Bronze Final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz)», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Serviços Geológicos de Portugal, 57, Lisboa, 1973-74, pp. 91-154.

STENUIT, R. , *Les Trésors de l'Armada*, Bruxelas, 1971.

TABORDA, O., «Introdução Geográfica», *Loures – Tradição e Mudança*, 1.º Centenário da Formação do Concelho (1886-1986), ed. da Câmara Municipal de Loures, 1986, pp. 35-48.

«Terremoto de 1755 – Respostas dos parochos de muitas terras do Reino aos interrogatorios que sobre o mesmo lhes foram feitos», 1756 (Inquérito do Marquês de Pombal), A. N. T. T., Arquivo do Ministério do Reino, maço n.º 638 (566 manuscritos).

TORRES BALBAS, L., *Ciudades Hispano-musulmanas*, 2.ª Edicion, Instituto Hispano-Arabe de Cultura, Madrid, 1985.

TORRES, C., *O Garb-Al-Andaluz*, in História de Portugal, Círculo de Leitores, Lisboa, 1992.

TRINDADE, L., e FERREIRA, O. V., «Acerca do vaso *piriforme* tartéssico de bronze do Museu de Torres Vedras, *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, Junta Distrital de Lisboa, Lisboa, 1965, 175-183.

VALLVÉ, J., *La división territorial de la España Musulmana*, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, Madrid, 1986.

VASCONCELOS, J. L., «Lisboa arcaica», *Boletim Cultural e Estatístico*, Câmara Municipal de Lisboa, vol. 1, n.º 2, 1937, pp. 155-165.

VASCONCELLOS, L. Mendes de, *Do Sitio de Lisboa*, Lisboa, 1608.

VIANA, A., e ZBYSZEWSKI, G., «Contribuição para o estudo do Quaternário do Algarve», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 29, pp. 197-250, Lisboa, 1949, pp. 197-250.

VOLTAIRE, *Candide ou l'optimisme*, Paris, Gallimard, 1961.

Workshop on historical earthquakes in Ibero-maghrebian region. Methodological approach on case studies, Lisbon, G. P. S. N., J. N. M. G., L. N. E. C., C. S. N., 15-17, November, 1989.

ZBYSZEWSKI, G., «Les eléphants quaternaires du Portugal», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, t. XXIV, Lisboa, 1943, pp. 71-89.

ZBYSZEWSKI, G., e VIANA, A., «Nota acerca da descoberta de uma indústria pré-histórica no Castelo de S. Jorge», *Brotéria*, vol. 42, n.º 2, Lisboa, 1946, pp. 179-184.

ZBYSZEWSKI, G., LEITÃO, M., PENALVA, C., e FERREIRA, O. da V., «Paleo-Anthropologie du Würm au Portugal», *Setúbal Arqueológica*, vol. VI-VII, Setúbal, 1980, pp. 7-23.

ZBYSZEWSKI, G., FERREIRA, O. da V., LEITÃO, M., e NORTH, C. T., «O Paleolítico da Gruta do Correio-Mor (Loures)», *Setúbal Arqueológica*, vol. VIII, Setúbal, 1987, pp. 7-24.

ZILHÃO, J., «O Solutrense da Estremadura Portuguesa», *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 4, Lisboa, 1992, pp. 1-94.

–, Intervenção em «A Pré-História Portuguesa Hoje: Balanço de Conhecimentos Actuais e Perspectivas de Investigação», *Arqueologia*, n.º 22, Porto, 1992, pp. 45-69.

–, «Le processus de néolithisation dans le Centre du Portugal», in Rubané et Cardial, Université de Liège, Liège, 1990, pp. 447-459.

–, *Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo*, IPPAR, Lisboa, 1992.

Os primeiros habitantes



1 **Biface**

Paleolítico Inferior (*Série I*: «Abevilense e Clactonense»)
178 x 101 x 55 mm
Sílex
Casal do Monte (Santo António dos Cavaleiros, Loures)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 1/CM86

Grande biface, ligeiramente pontiagudo, talhado através de grandes levantamentos, muito desgastados pela erosão das águas.
Entre os instrumentos do Casal do Monte que primeiro chamaram a atenção dos estudiosos do princípio do século contam-se os bifaces – certamente um dos mais conhecidos e enigmáticos tipo de utensílios de todo o Paleolítico (RAPOSO, 1986 e 1987; PIEL-DESRUISSEAUX, 1986: 65).
Instrumentos provavelmente polivalentes, de simetria bilateral e bifacial (daí a sua designação morfológica, que sucede a outra funcional mais antiga «coup-de-poings»), os bifaces eram usados na mão e encontram-se dentro de uma vastíssima área geográfica (África, quase toda a Europa e parte do continente asiático, desde o Próximo-Oriente até à Índia), ao longo de centenas de milhares de anos.
O biface aqui apresentado constitui uma das primeiras e mais notáveis peças do seu tipo descobertas no Casal do Monte por Joaquim Fontes, que informa tê-la recolhido em Fevereiro de 1911 (FONTES, 1912: 40). Henri Breuil e Georges Zbyszewski descrevem-no também em primeiro lugar no conjunto dos bifaces da sua *Série I*.
Bibliografia: FONTES, 1911: 6, e 1912: 40; BREUIL e ZBYSZEWSKI, 1942: 67 e Estampa 5, n.º 25, e 25a; FONTES, 1910a, 1910b e 1910c.
LR e JRC

Comentário ao sítio do Casal do Monte
A estação arqueológica do Casal do Monte foi descoberta em Outubro de 1909, por Joaquim Fontes. Objecto de publicação no ano seguinte, este local passou a constituir um dos sítios mais importantes da região de Lisboa. Após a revisão dos seus materiais, feita por Henri Breuil e Georges Zbyszewski, em 1942, o sítio do Casal do Monte foi sucessivamente revisitado por gerações de arqueólogos, continuando hoje a fornecer grande número de materiais líticos de diferentes épocas do Paleolítico e de períodos ulteriores. Foi classificado como «imóvel de interesse público» em 1971.

1,2,3



2 **Biface**

Paleolítico Inferior (*Séries II-III*: «Clactono-Acheulense» e «Tayaco-Acheulense I»)
100 x 55 x 45 mm
Sílex
Casal do Monte (Santo António dos Cavaleiros, Loures)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 0747/346 (C43-3)

Biface abevilense de tipo piriforme.
Apesar de se tratar de uma das mais antigas e notáveis peças recolhidas neste local e de ter sido desenhada por Francisco Valença, não foi possível atribuir nenhuma referência bibliográfica específica a este biface.
Bibliografia: BREUIL e ZBYSZEWSKI, 1942.
LR e JRC

3 **Biface**

Paleolítico Inferior (*Série IIIa*: «Tayaco-Acheulense I»)
91 x 62 x 37 mm
Quartzito
Casal do Monte (Santo António dos Cavaleiros, Loures)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 6/CM329

Biface lanceolado sobre lasca, de talhe plano.
Este biface constitui a primeira peça especificamente identificada e descrita no sítio do Casal do Monte.
Foi objecto de registo fotográfico logo na primeira notícia da sua descoberta, onde é considerada «uma peça lindíssima, um tipo descrito pela primeira vez em Portugal» (FONTES, 1910a: 6). Henri Breuil e Georges Zbyszewski descrevem-no também no conjunto dos bifaces da sua *Série IIIa*, embora lhe atribuam um «carácter acheulense avançado ou superior».
Bibliografia: FONTES, 1910b: 6, e 1910b: 94; BREUIL e ZBYSZEWSKI, 1942: 96, e Estampa n.º 2, n.º 14.
LR e JRC

4 ***Raspador sobre lasca***

Paleolítico Inferior (*Série I*: «Abevilense e Clactonense»)
84 x 42 x 39 mm
Sílex
Casal do Monte (Santo António dos Cavaleiros, Loures)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 3/CM55

Raspador duplo convexo-côncavo.
Os raspadores constituem um tipo de utensílio relativamente comum no Paleolítico Inferior (PIEL-DESRUISSEAUX, 1986: 75). A sua expressão numérica e diversidade é, no entanto, geralmente menor do que a dos chamados utensílios bifaciais (bifaces, triedos, etc.), dos «machados» e dos seixos talhados.
Bibliografia: BREUIL e ZBYSZEWSKI, 1942: 72, e Estampa 8, n.º 52.
LR e JRC

5 ***Núcleo***

Paleolítico Inferior (*Série I*: «Abevilense e Clactonense»)
74 x 49 x 44 mm
Sílex
Casal do Monte (Santo António dos Cavaleiros, Loures)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 3/CM42

Núcleo globular de levantamentos não organizados.
Os núcleos definem-se como artefactos que servem para a extracção de produtos de talhe (as lascas), os quais serão por sua vez objecto de retoque secundário e assim convertidos em utensílios acabados (PIEL-DESRUISSEAUX, 1986: 16). Inicialmente, os núcleos apresentam-se sob a forma de massas iniciais (blocos ou lascas) com cicatrizes (bases negativas das lascas extraídas) pouco organizadas. Mais tarde, acentuam-se os padrões de gestão dos núcleos, em ordem à obtenção de lascas em maior quantidade e/ou de formas melhor definidas e mais estandardizadas.
Bibliografia: BREUIL e ZBYSZEWSKI, 1942: 71.
LR e JRC

6



6 ***Biface***

Paleolítico Inferior (Acheulense)
150 x 75 x 45 mm
Sílex
Chaminé de Campolide (Sete Rios, Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º 7

Biface lanceolado de talão parcialmente cortical.
LR e JRC

Comentário ao sítio da Chaminé de Campolide
O sítio da Chaminé de Campolide foi descoberto em 1982 por João Paulo Magro e Luís Filipe Rosa. Situa-se na periferia da serra de Monsanto, na orla do «Manto basáltico de Lisboa» (mais precisamente sobre uma antiga chaminé vulcânica ainda hoje visível num talude da linha de caminho de ferro de Sintra) e muito próximo do «conglomerado de Benfica», onde tem origem o sílex utilizado no fabrico dos artefactos líticos. Possui o mais notável conjunto acheulense encontrado na área do actual concelho de Lisboa.
LR e JRC

7 ***Triedo***

Paleolítico Inferior (Acheulense)
191 x 96 x 71 mm
Sílex
Chaminé de Campolide (Sete Rios, Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º 8

Triedo sobre lasca de talão parcialmente cortical.
Os triedos constituem um tipo particular de instrumento integrável na categoria dos utensílios grandes e cortantes, de que também fazem parte os bifaces. Distinguem-se destes por possuírem uma secção triangular, não podendo por isso ser redutíveis a somente duas faces.
No presente exemplar, duas das faces são obtidas através de dois grandes levantamentos e somente a face superior apresenta um retoque mais elaborado.
LR e JRC

8 ***Raspador***

Paleolítico Inferior (Acheulense)
55 x 50 x 25 mm
Sílex
Chaminé de Campolide (Sete Rios, Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º 6

Raspador sobre lasca simples recto.
LR e JRC

9 Ponta

Paleolítico Inferior (Acheulense)
43 x 31 x 11 mm
Sílex
Chaminé de Campolide (Sete Rios, Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º 2

Ponta desviada, sobre lasca de talão facetado, de retoque em ambos os lados convergentes.
LR e JRC

10 Lasca retocada

Paleolítico Inferior (Acheulense)
112 x 104 x 31 mm
Sílex
Chaminé de Campolide
(Sete Rios, Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º 14

Grande lasca inicial, de tipo clactonense, apresentando retoque sumário irregular.
LR e JRC

11 Núcleo

Paleolítico Inferior (Acheulense)
145 x 116 x 71 mm
Sílex
Chaminé de Campolide
(Sete Rios, Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º 18

Núcleo globuloso sobre grande nódulo de sílex.
LR e JRC

12 Raspadores sobre lasca

Paleolítico Médio (*Série IV*: «Acheulo-Mustierense»)
55 x 32 x 20 mm
Sílex
Casal do Monte (Santo António dos Cavaleiros, Loures)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 0747/318 (C276-3) e 0747/669 (C11-3)

Dois raspadores de gume denticulado, contorno subcircular e retoque abrupto.
O primeiro destes raspadores é feito sobre lasca que Henri Breuil e Georges Zbyszewski consideram pertencer à *Série II*; apenas o retoque de raspador seria da *Série IV*, tratando-se portanto de uma peça de dupla pátina. O segundo, não foi possível identificar expressamente em nenhuma obra consultada, mas seria certamente incluído em série mais antiga (*Série II* ?), atentas as suas características físicas superficiais. Por razões tipológicas optamos por incluí-lo neste apartado.
Os raspadores, que vimos já terem surgido bem adentro do Paleolítico Inferior, atingem o seu maior desenvolvimento durante o Paleolítico Médio, quando se generalizam as chamadas «indústrias sobre lasca», ou seja, conjuntos líticos onde os instrumentos são feitos a partir de lascas extraídas de núcleos.
Frequentemente, os retoques das arestas destas lascas dão origem a raspadores (PIEL-DESRUISSEAUX, 1986: 75).
Bibliografia: BREUIL e ZBYSZEWSKI, 1942: 191.
LR e JRC

12



13



13 Pontas denticuladas

Paleolítico Médio
75 x 36 x 20 mm
Sílex
Casal do Monte (Santo António dos Cavaleiros, Loures)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 0747/2432 e 2492

Ponta denticulada sobre lasca, dita de «Tayac».
As «pontas de Tayac» constituem um dos tipos tradicionais de utensílios identificados no Paleolítico Inferior e Médio europeu ocidental. Henri Breuil chegou a definir um complexo industrial (o «Tayacense») onde este tipo de peças estaria bem representado, juntamente com lascas obtidas através de um procedimento técnico especial (lascas tayacenses).
Bibliografia: BREUIL e ZBYSZEWSKI, 1942.
LR e JRC

14 **Núcleo**

Paleolítico Médio (*Série IV*: «Acheulo-Mustierense»)
80 x 75 x 52 mm
Sílex
Casal do Monte (Santo António dos Cavaleiros, Loures)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 39/CM52

Núcleo levallois («disco»), de face superior sub-horizontal e levantamento verticais de preparação no reverso.
Os núcleos levallois e o chamado método levallois constituem uma das mais importantes variáveis de caracterização técnica das indústrias líticas do Paleolítico Inferior e Médio (PIEL-DESRUISSEAUX, 1986: 27). Através deles, as formas das lascas são preconcebidas ainda ao nível da formatação dos núcleos. Podem assim obter-se produtos de talhe de dimensões e morfologia determinadas. Geralmente, um núcleo levallois é constituído por duas faces, uma inferior (ou reverso), destinada à preparação das superfícies (talões) a partir das quais se extraem as lascas predeterminadas, situadas na face superior (ou anverso).
Bibliografia: BREUIL e ZBYSZEWSKI, 1942: 148, e Estampa 3, n.º 25.
LR e JRC

15 **Núcleo**

Paleolítico Médio
79 x 63 x 36 mm
Quartzito
Casal do Monte (Santo António dos Cavaleiros, Loures)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 074/103 (C4992-5)

Núcleo levallois centrípedo recorrente.
Bibliografia: BREUIL e ZBYSZEWSKI, 1942.
LR e JRC

16 **Raspadores sobre lasca**

Paleolítico Médio
50 x 35 x 16 mm
Sílex e quartzito
Linda-a-Pastora (Oeiras)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 1974/320, 323, 339 e 476 (C3076-19)

Quatro raspadores sobre lasca, de gumes rectos denticulados.
Bibliografia: CARDOSO, 1993: 87 e 335, colecção inédita.
LR e JRC

Comentário ao sítio de Linda-a-Pastora
O sítio de Linda-a-Pastora foi descoberto por Abílio Roseira em 1928, que ofereceu ao então Museu Etnológico Português os materiais por si recolhidos. Mantendo-se inédito até hoje, este local apenas foi objecto de referências breves (PAÇO, 1934: 41; JALHAY e PAÇO, 1941: 59), no âmbito de inventários de sítios do Paleolítico e do Mesolítico de Portugal. Existem também materiais deste local nas colecções dos Serviços Geológicos de Portugal, os quais foram recentemente objecto de publicação por João Luís Cardoso (CARDOSO, 1993: 87 e 335), sendo distribuídos por quatro séries, das quais a *Série III* («Acheulense Médio») e *Série IV* («Mustierense») surgem como mais representativas.
Na colecção hoje recolhida no Museu Nacional de Arqueologia é possível reconhecer a presença de artefactos de períodos muito diversos, alguns dos quais atribuíveis pela sua tipologia ao Paleolítico Médio. Tal é o caso dos raspadores aqui reunidos.
LR e JRC

17 **Núcleo**

Paleolítico Médio
52 x 50 x 22 mm
Sílex
Linda-a-Pastora (Oeiras)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 1974/349 (C3076-19)

Núcleo levallois para lasca preferencial.
Bibliografia: CARDOSO, 1993: 87 e 335, colecção inédita.
LR e JRC

18 **Raspadores**

Paleolítico Médio (Mustierense)
55 x 38 x 18 mm
Sílex
Avenida de Ceuta (Lisboa)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º C83-1 (1), (2), (3) e (4).

Quatro raspadores sobre lasca, sendo um simples convexo, dois transversais e um sobre face plana.
Não existem referências específicas ao conjunto de peças recolhidas na Avenida de Ceuta e hoje conservadas no Museu Nacional de Arqueologia. Em todo o caso, nas proximidades deste local conhece-se a referência ao sítio da Calçada dos Mestres, descoberto em 1892 por Fonseca e Cardoso, o único do vale de Alcântara a que Henri Breuil atribui uma cronologia paleolítica indiscutível, considerando os seus materiais como mustierenses (BREUIL, 1918: 34).
LR e JRC

19 **Raspador sobre lasca**

Paleolítico Médio (Mustierense)
59 x 43 x 14 mm
Sílex
Gruta do Correio-Mor (Loures)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 22/CM-II-101

Raspador simples recto sobre lasca levallois.
Bibliografia: ZBYSZEWSKI *et al.*, 1987; RAPOSO, 1993: 97.
LR e JRC

Comentário ao sítio arqueológico Gruta do Correio-Mor
A Gruta do Correio-Mor situava-se cerca de 1 km a oeste-noroeste de Loures, tendo sido completamente destruída pela exploração de uma pedreira, ocasião em que Georges Zbyszewski e colaboradores puderam ainda observar o que dela restava e realizar uma escavação de emergência. Continha um enchimento constituído por cinco camadas, com espólios que, segundo os autores citados, iriam desde o «Acheulense» até épocas pós-paleolíticas. Dentro dos conjuntos paleolíticos as *Séries II* («Mustierense») e *III* («Mustierense e Paleolítico Superior»).
LR e JRC



19, 20, 21

20 **Denticulados**

Paleolítico Médio (Mustierense)
88 x 47 x 21 mm
Sílex
Gruta do Correio-Mor (Loures)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 22/CM-II-83 e 22/CM-II-23

Dois denticulados sobre lasca.
Os denticulados, instrumentos de gumes denteados eventualmente utilizados no processamento de matérias vegetais, constituem, em conjunto com os entalhes, um dos principais grupos tipológicos das indústrias do Paleolítico Médio (PIEL-DESRUISSEAUX, 1986: 81).

Segundo alguns autores, dão mesmo origem a uma variedade particular do Mustierense – o Mustierense de denticulados.
Bibliografia: ZBYSZEWSKI *et al.*, 1987; RAPOSO, 1993: 97.
LR e JRC

21 **Núcleos**

Paleolítico Médio (Mustierense)
93 x 73 x 51 mm
Sílex
Gruta do Correio-Mor (Loures)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 22/CM-II-7, 22/CM-II-8, 22/CM-II-100 e 22/CM-II-11

Quatro núcleos respectivamente de tipo levallois centrípedo recorrente (os dois primeiros), discóide (o terceiro) e levallois duplo de lasca preferencial, sobre lasca (o quarto).
Bibliografia: ZBYSZEWSKI *et al.*, 1987; RAPOSO, 1993: 97.
LR e JRC

22 *Raspadeiras*

Paleolítico Superior (Solutrense)
60 x 26 x 12 mm
Silex
Diaclase de Salemas (Ponte de Lousa, Loures)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 68/T-b e 68/10TV-c

Duas raspadeiras, sendo a primeira simples sobre lasca plana e a segunda em extremo de lâmina.
As duas raspadeiras expostas foram encontradas respectivamente «en place» na camada solutrense (Camada II) (ROCHE *et al.*, 1962: 190 e fig. 2, n.º 1; ZBYSZEWSKI *et al.*, 1961: 199 e fig.1, n.º 9).
As raspadeiras são um dos instrumentos mais comuns nas indústrias líticas do Paleolítico Superior (PIEL-DESRUISSEAUX, 1986: 92). Distinguem-se dos raspadores existentes desde o Paleolítico Inferior por apresentarem um retoque de tipo especial, normalmente confinado a um segmento do gume, assim definindo uma «frente de raspadeira».
Bibliografia: ZBYSZEWSKI *et al.*, 1961; ROCHE *et al.*, 1962; ZILHÃO, 1987.
LR e JRC

Comentário ao sítio da gruta/diaclase de Salemas
A gruta/diaclase de Salemas, situada próximo da povoação de Ponte de Lousa, cerca de 24 km a norte de Lisboa, aberta numa comija de calcários turonianos, sobre o vale da ribeira de Loures, depois de ter sido pela primeira vez prospectada em 1959 por L. Albuquerque e Castro, foi de seguida escavada por J. Camarate França, Veiga Ferreira e Georges Zbyszewski, que dela deram notícia nos anos imediatos, em conjunto com o Abade Jean Roche. Desde aí, este sítio arqueológico surge citado em todas as sucessivas sínteses acerca do Paleolítico Superior português, de que passou a constituir uma referência clássica (ROCHE, 1964, 1971 e 1974; ZILHÃO, 1987).
Trata-se de uma fissura cársica com cerca de 30 m de comprimento e uma largura média de apenas 1 m. O seu preenchimento sedimentar é constituído por uma sequência de quatro camadas, que vão desde o Paleolítico Médio (Camada IV) até ao Neolítico (Camada I). Apresentam-se nesta exposição materiais dos níveis do Paleolítico Superior, respectivamente do «Perigordense» (Camada III) e do «Solutrense» (Camada II). Deve todavia referir-se que, em revisão recente dos materiais desta gruta, João Zilhão sugeriu que o nível dito «Perigordense» (ou, mais propriamente, Gravetense) (ZILHÃO, 1987: 40), deverá também ser do Solutrense, que assim estaria aqui representado em duas fases sucessivas.
LR e JRC

23 *Buril*

Paleolítico Superior (Solutrense)
40 x 29 x 12 mm
Silex
Diaclase de Salemas (Ponte de Lousa, Loures)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 68/13TV-a

Buril sobre truncatura retocada côncava.
Este buril foi encontrado «en place» na camada atribuída ao Solutrense (Camada III) (ROCHE *et al.*, 1962: 190).
Em conjunto com as raspadeiras (alternando com as mesmas em percentagens variáveis e por vezes mutuamente opostas), os buris constituem um outro tipo de utensílio muito característico do Paleolítico Superior, podendo surgir em todas as suas fases e horizontes culturais, para se tornar raro em conjuntos líticos de épocas imediatamente ulteriores (PIEL-DESRUISSEAUX, 1986: 99). Define-se através da intersecção de dois planos, segundo ângulos mais ou menos agudos e através do recurso a um gesto técnico designado por «golpe de buril». Admite-se que, pela robustez da sua parte activa, pudessem servir em tarefas de gravação e fabrico de utensílios em osso e madeira.
Bibliografia: ZBYSZEWSKI *et al.*, 1961; ROCHE *et al.*, 1962.
LR e JRC

24 *Ponta de pedúnculo lateral*

Paleolítico Superior («Perigordense» ou «Solutrense»)
51 x 12 x 3 mm
Silex
Diaclase de Salemas (Ponte de Lousa, Loures)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 68/TV-b-13

Ponta de pedúnculo lateral, dita «à cran», de retoque abrupto arqueado no lado esquerdo do anverso.
Esta ponta foi encontrada «en place» no nível dito «Perigordense» (Camada II) e descrita como «lamela de dorso de tipo Gravette com "cran" proximal obtido através de retoques abruptos» (ROCHE *et al.*, 1962: 200 e fig. 7, n.º 2). J. Zilhão, no entanto, considera que ela pode bem integrar contextos solutrenses (ZILHÃO, 1987: 40).
As pontas e, em geral, os utensílios de retoque abrupto (ditos também de «bordo abatido») são especialmente característicos do Gravetense. Alguns dos tipos que surgem no Gravetense, como é o caso das pontas de pedúnculo lateral, desenvolvem no Solutrense superfícies maiores ou menores de retoque plano, no anverso, no reverso ou em ambas as faces (PIEL-DESRUISSEAUX, 1986: 107).
Bibliografia: ZBYSZEWSKI *et al.*, 1961; ROCHE *et al.*, 1962; ZILHÃO, 1987.
LR e JRC

25 *Pontas de pedúnculo lateral*

Paleolítico Superior (Solutrense)
46 x 10 x 3 mm
Sílex
Diaclase de Salemas (Ponte de Lousa, Loures)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 68/20-TV-a, 68/4-I-b, 68/4-I

Três pontas de pedúnculo lateral, ditas «à cran», de retoque plano especialmente na zona proximal e na extremidade distal, em ou nos dois lados.
Estas pontas fazem parte de um conjunto maior de pontas do mesmo tipo atribuídas ao Solutrense e encontradas tanto «en place» na respectiva camada (Camada III), como em terras de remeximento (ROCHE *et al.*, 1962: 202 e fig. 4, n.º 6 e p. 206 e fig. 9, n.º 1).
Bibliografia: ZBYSZEWSKI *et al.*, 1961; ROCHE *et al.*, 1962.
LR e JRC

26 *Pontas em «folha de loureiro»*

Paleolítico Superior (Solutrense)
65 x 27 x 7 mm
Jaspe (a maior) e sílex
Diaclase de Salemas (Ponte de Lousa, Loures)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 68/AI-b (1) e (2).

Duas pontas em forma de «folha de loureiro», de retoque plano bifacial.
As duas pontas expostas foram encontradas em terras de remeximento situadas à entrada da gruta (ZBYSZEWSKI *et al.*, 1961: 201 e fig. 2, n.ºs 1 e 2).
As pontas de lança em forma de «folha de loureiro» constituem o mais conhecido ex-libris do Solutrense (PIEL-DESRUISSEAUX, 1986: 117). Destruídas por uma considerável variedade de tipos e classes dimensionais, elas formam, em conjunto com as «folhas de salgueiro» e algumas pontas pedunculadas, a principal componente bifacial foliácia do complexo industrial onde se inserem, o qual corresponde sensivelmente ao período da máxima expansão da última glaciação.
Bibliografia: ZBYSZEWSKI *et al.*, 1961; ROCHE *et al.*, 1962.
LR e JRC

27 *Pontas de pedúnculo central e aletas*

Paleolítico Superior (Solutrense)
40 x 17 x 4 mm
Sílex
Diaclase de Salemas (Ponte de Lousa, Loures)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 68/T3a-c, 68/AI-b, 68/AII-b

Três pontas de pedúnculo central e aletas, ditas «de Parpalló».
As pontas expostas foram todas atribuídas ao Solutrense e encontradas «en place» na Camada III (ROCHE *et al.*, 1962: 192 e fig. 4, n.º 2; p. 1944 e fig. 4, n.º 3; ZBYSZEWSKI *et al.*, 1961: 201 e fig. 1, n.º4) e em terras de remeximento (ROCHE *et al.*, 1962: 202 e fig.6, n.º5; ZBYSZEWSKI *et al.*, 1961: 203 e fig. 1, n.º 5).



26, 27

As pontas de pedúnculo central e aletas, ditas «de Parpalló» por terem pela primeira vez sido descritas na gruta do mesmo nome, situada próximo de Valência (Espanha), são especialmente características do chamado Solutrense Superior levantino ou mediterrânico. A sua ocorrência em Portugal fez tradicionalmente incluir o nosso território dentro daquela «área cultural». Todavia, mais recentemente, provou-se a existência também na Estremadura portuguesa de instrumentos característicos do Solutrense Cantábrico (ZILHÃO, 1987).
Bibliografia: ZBYSZEWSKI *et al.*, 1961; ROCHE *et al.*, 1962; ZILHÃO, 1987.
LR e JRC

28 **Zagaia**

Paleolítico Superior (Perigordense ou Solutrense)
180 x 150 mm
Osso
Diaclase de Salemas (Ponte de Lousa, Loures)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 68/s/n.º

Zagaia de osso peniano de urso (provavelmente *Ursus arctos*), de base arredondada e apresentando séries de pequenas incisões intencionais, que tradicionalmente se têm associado a hipotéticas «marcas de caça».
Esta peça foi encontrada «en place», partida em cinco fragmentos dispersos numa área de cerca de 1 m², na base da Camada II da sequência estratigráfica da diaclase de Salemas, tendo por isso sido atribuída inicialmente ao Perigordense (ou mais propriamente ao Gravetense). De acordo com a



28

revisão proposta por J. Zilhão (ZILHÃO, 1987: 40) deverá ser datada do Solutrense. Constitui o mais notável exemplar do seu tipo até hoje descoberto em Portugal.
As zagaias são um dos mais comuns tipos de instrumentos em osso, marfim ou haste de cervídeo existentes nas indústrias do Paleolítico Superior europeu (PIEL-DESRUISSEAUX, 1986: 126). Armas de arremesso, por vezes armadas com pequenas pontas de pedra (micrólitos), elas constituem uma das melhores exemplificações do uso extensivo daquele tipo de matérias-primas animais durante o Paleolítico Superior, por oposição à sua menor ou nula utilização em períodos precedentes.
Bibliografia: ZBYSZEWSKI *et al.*, 1961; ROCHE *et al.*, 1961; ROCHE *et al.*, 1962; ZILHÃO, 1987.
LR e JRC

29 **Raspadeiras**

Paleolítico Superior Final ou Epipaleolítico
32 x 29 x 14 mm
Sílex
Linda-a-Pastora (Oeiras)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º C3076-16-327 e 497

Duas raspadeiras de tipo circular, sendo a maior de retoque oblíquo não extensivo a toda a periferia e a segunda de retoque contínuo e abrupto.
Entre os materiais provenientes do sítio de Linda-a-Pastora e recolhidos no Museu Nacional de Arqueologia, conta-se um conjunto de peças que, pela sua tipologia, podem ser atribuídas a um momento final do Paleolítico ou ao Epipaleolítico (sem se excluir mesmo a hipótese de serem algo mais recentes).
A selecção apresentada justifica-se pela possibilidade de representação nesta exposição de artefactos especialmente característicos destes períodos, os quais rareiam nos conjuntos clássicos da região de Lisboa.
Bibliografia: CARDOSO, 1993: 87 e 335; colecção inédita.
LR e JRC

30 **Raspadeira-buril**

Paleolítico Superior Final ou Epipaleolítico
21 x 19 x 9 mm
Sílex
Linda-a-Pastora (Oeiras)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º C3076-16-515

Utensílio compósito: raspadeira e buril diedro.
Os utensílios compósitos (buril-raspadeira; raspadeira-furador; etc.) e múltiplos (furador estrelado; raspadeira dupla; etc.) tornam-se mais frequentes nos instrumentais do final do Paleolítico Superior, denotando índices maiores de organização tanto no plano da exploração das matérias-primas líticas como no do uso especializado e conservação prolongada dos utensílios.
Bibliografia: CARDOSO, 1993: 87 e 335; colecção inédita.
LR e JRC

31 Lamelas

Paleolítico Superior Final ou Epipaleolítico
240 x 7 x 2 mm
Sílex
Linda-a-Pastora (Oeiras)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º C3076-16-518 a 523

Sílex e lascas, extraídas de núcleos para lamelas. Definem-se por terem dimensões muito reduzidas (larguras inferiores a 12 mm), surgindo em percentagem crescente ao longo de todo o Paleolítico Superior. No final deste período chegam a constituir uma parte significativa das utensilagens líticas, sendo frequentemente retocadas, dando origem a instrumentos microlíticos diversos (instrumentos lamelares), por vezes de formas geométricas (micrólitos geométricos).
Bibliografia: CARDOSO, 1993: 87 e 335; colecção inédita.
LR e JRC

32 Núcleo

Paleolítico Superior Final ou Epipaleolítico
30 x 32 x 24 mm
Sílex
Linda-a-Pastora (Oeiras)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º C3076-16-501

Núcleo prismático unipolar, para lamelas.
Em relação directa com as lamelas, os núcleos para lamelas constituem a base negativa a partir da qual se extrai aquele tipo de artefactos. Tratando-se de objectos destinados à produção redutora e exponencial (dita «em série») de um número considerável de produtos de talhe (as lamelas), eles adquirem frequentemente uma forma prismática mais ou menos perfeita, onde as facetas do prisma representam as arestas-guia orientadoras de novas extracções.
Bibliografia: CARDOSO, 1993: 87 e 335; colecção inédita.
LR e JRC

Das

sociedades

recolectoras

às

sociedades

camponesas



33 Sete lamelas

6.°-5.° milénios a.C.
Mesolítico
Alt.: entre 45 e 24 mm; larg.: entre 14 e 9 mm; esp.: entre 7 e 5 mm
Sílex
Concheiros da Moita do Sebastião e Cabeço da Arruda (Muge)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.° 5, 29, 39, 105, 112, 53, 154

Lamelas não retocadas, de secção trapezoidal e triangular.
Bibliografia: ROCHE, 1972.
AMA

34 Sete micrólitos geométricos (trapézios)

6.°-5.° milénios a.C.
Mesolítico
Alt.: entre 20 e 16 mm; larg.: 8,8 mm; esp.: 3,8 mm
Sílex
Concheiro do Cabeço da Arruda (Muge)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro (em depósito no Museu Nacional de Arqueologia, n.° CA 3, 39, 4, 13, 41, 22, 23)

Sete micrólitos geométricos em forma de trapézio, talhados a partir de lamelas finas. Retoques marginais, nas duas bases, directos e abruptos ou semiabruptos.
Bibliografia: ROCHE, 1972.
AMA

35 Micrólito geométrico (triângulo)

6.°-5.° milénios a.C.
Mesolítico
27,5 x 16,5 mm
Sílex
Concheiro do Cabeço da Arruda (Muge)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro (em depósito no Museu Nacional de Arqueologia, n.° CA 25)

Micrólito geométrico em forma de triângulo escaleno irregular, alongado, com vértice lateral destacado, com a forma de um pequeno espigão.
Bibliografia: ROCHE, 1972.
AMA

Comentário às peças 33, 34 e 35
Os pequenos artefactos designados micrólitos geométricos constituem uma elevada percentagem do espólio encontrado nos concheiros de Muge. Foram feitos a partir de lamelas (lâminas de reduzida dimensão) e são assim designados pelo seu pequeno formato e pelas suas diversas formas (triângulos, trapézios e segmentos de círculo).

34



35



Estes pequenos artefactos, obtidos através de uma técnica designada do microburil, eram montados de forma diversa, em suportes de madeira ou osso, constituindo então utensílios usados na caça (dardos com pontas várias), na pesca (arpões) ou, mais tarde, na recolha de gramíneas (foices).
Arpões, tridentes, anzóis e foices podiam, assim, ser conseguidos através da montagem de vários micrólitos, geralmente em linha, em hastes de madeira, osso ou corno.
AMA

36 Dois elementos dormentes de mó

6.°-5.° milénios a.C.
Mesolítico
230 - 258 x 210 - 245 x 35 x 35 mm
Arenito (?)
Concheiro da Moita do Sebastião (Muge)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, s/n.°

36



37



Elementos dormentes de mós manuais, de forma rectangular e ovóide. A parte central da superfície activa de ambos os exemplares é muito estreita o que indica um uso intenso. Não se notam quaisquer sinais de picotagem. Uma delas apresenta na superfície activa uma coloração avermelhada o que parece indicar a sua utilização no esmagamento de ocre.
O ritual funerário observado nas necrópoles dos concheiros de Muge incluía o polvilhar dos corpos com pó de ocre. Desta forma se explica a existência de elementos de mó nestes sítios. A função destes artefactos seria, assim, a de triturar o ocre e não a que viria a tornar-se tradicional, isto é: a moagem de gramíneas.
Bibliografia: ROCHE, 1972.
AMA

37 Três alabardas

Primeira metade do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
1) 183 x 99 x 12 mm; 2) 159 x 118 x 8 mm; 3) 136 x 128 x 13 mm
Sílex
Anta de Casainhos (Loures)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 66, 65, 67

Alabardas de base sub-rectilínea (um exemplar) e convexa (as duas restantes). Bordos ligeiramente sub-rectilíneos ou convexos e secção grosseiramente biconvexa. Retoque bifacial, oblíquo e marginal.
Bibliografia: LEISNER, ZBYSZEWSKI, FERREIRA, 1969: 74.
AMA

38 Três alabardas

Primeira metade do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
1) 129 x 95 mm; 2) 100 x 95 mm; 3) 145 x 85 mm
Sílex
Gruta da Casa da Moura (Cesareda)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 368, 371, 396

Alabardas de sílex, com bordos rectilíneos. Duas possuem bases bicôncavas, formando quase um pedúnculo de encabamento. A terceira possui base subconvexa.
O retoque é bifacial, muito oblíquo, cobridor num dos exemplares e marginal nos dois restantes.
Biblografia: DELGADO, 1867.
AMA

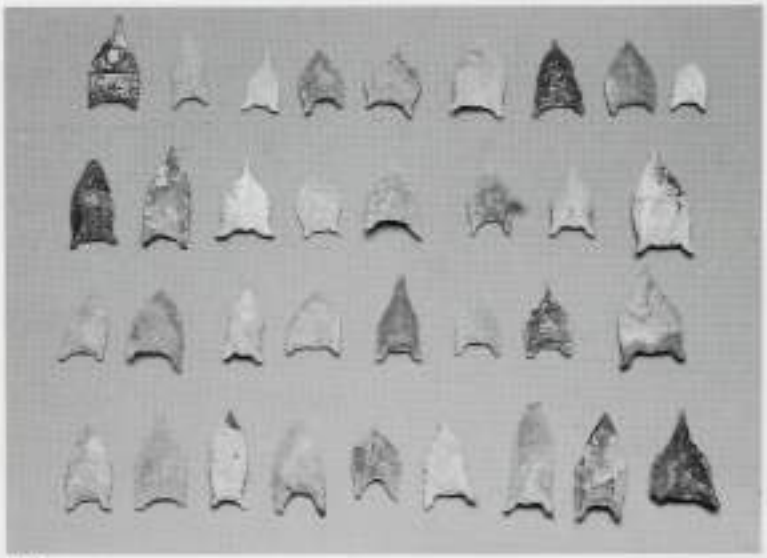
39 Lamelas

3.º milénio a.C.
Calcolítico
Alt.: entre 35 e 24 mm; larg.: entre 10 e 6 mm
Sílex
Castelo de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja)
Lisboa, Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, n.º 309; 394; 315; 517; 522; 540; 759; 854; 867; 964

Dez lamelas sem retoque e com secções triangulares e trapezoidais.
AMA

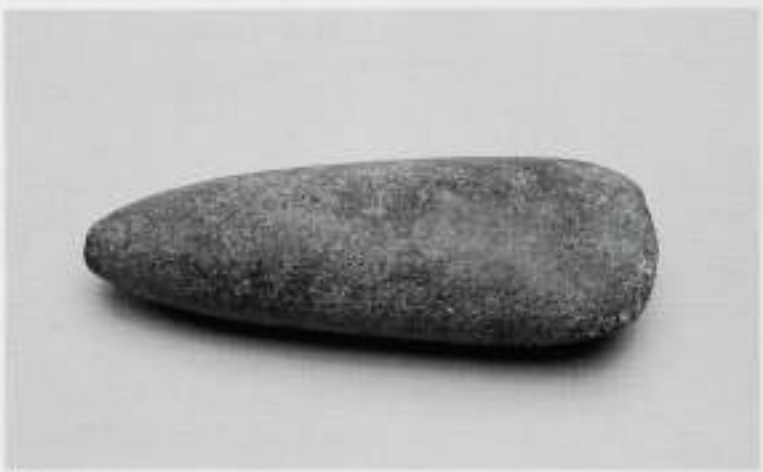
40 Pontas de seta

3.° milénio a.C.
Calcolítico
Alt.: entre 40 e 15 mm;
larg.: entre 15 e 10 mm
Sílex
Castelo de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja)
Alenquer, Museu Municipal de Alenquer, n.° 1532/355; 1630/205; 1632/7; 1632/20; 1632/30; 1632/31; 1632/32; 1632/38; 1632/39; 1632/43; 1632/44; 1632/48; 1632/52; 1632/53; 1632/62; 1632/68; 1632/72; 1632/76; 1632/78; 1632/80; 1632/82; 1632/88; 1632/89; 1632/92; 1632/94; 1632/97; 1632/98; 1632/291; 1632/340; 1632/341; 1632/340; 1632/352; 1632/354; 1632/357



40

Trinta e quatro pontas de seta de tipo mitriforme. Bases côncavas e bordos convexo-côncavos, que terminam em longas aletas. Extremidades distais muito apontadas. Retoque oblíquo, parcial e localizado em ambas as faces.
Chama-se «mitriforme» a este tipo de ponta de seta pela semelhança que a sua forma apresenta com as mitras eclesiásticas. Este aspecto de «mitra» é sugerido pela forma da base (acentuadamente côncava) e dos bordos.
AMA



42

41 Lâmina

Ca. 2500 anos a.C.
Calcolítico Pleno
67 x 30 x 5 mm
Sílex
Povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)
Oeiras, Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras), n.°LC/88/ cc1/C2

Lâmina ovóide, de sílex, afeiçoada por levantamentos centrípetos, subparalelos e horizontais – de retoque cobridor.
Peça recolhida em 1988.
Bibliografia: CARDOSO, 1989.
JLC

42 Machado

3.° milénio a.C.
Calcolítico
Comp.: 180 mm
Anfibolito
Castro da Ota (Alenquer)
Alenquer, Museu Municipal de Alenquer, n.° 1348

Machado de secção oval e bordos rectilíneos, divergentes.
Gume convexo.
AMA

43 Machado

Ca. 3000 anos a.C.
Neolítico Final
125 x 55 x 14 mm
Pedra polida
Povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)
Oeiras, Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras), n.° LC/87/C4

Machado espalmado de gume oblíquo, quase totalmente polido, de rocha metamórfica (anfibolito).
Peça recolhida em 1987.
Bibliografia: CARDOSO, 1989.
JLC

44 ***Machado de secção rectangular***

Ca. 2500 anos a.C.
Calcolítico Pleno
88 x 36 x 19 mm
Pedra polida (anfibolito)
Povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)
Oeiras, Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras), n.º LC/87/Q.1/C2

Machado de secção rectangular, totalmente polido, de rocha metamórfica (anfibolito), com o gume utilizado como brunidor. Peça recolhida em 1987.
Bibliografia: CARDOSO, 1989.
JLC

45 ***Escopro***

Ca. 2500 anos a.C.
Calcolítico Pleno
61 x 15 x 19 mm
Pedra polida
Povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)
Oeiras, Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras), n.º LC/87/Q.1/C2

Pequeno escopro de secção rectangular, de rocha metamórfica (anfibolito), totalmente polido. Peça recolhida em 1987.
Bibliografia: CARDOSO, 1989.
JLC

46 ***Almofariz***

3.º milénio a.C.
Calcolítico
Alt.: 100 mm; diâm. bordo e base: 120 mm
Calcário
Castelo de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja)
Alenquer, Museu Municipal de Alenquer, n.º 1771/1



43, 44, 45



46

47



Almofariz de forma cilíndrica. Paredes externas rectilíneas. O fundo externo é plano, o interno é côncavo. Bordo espessado.
AMA

47 ***Vaso com decoração cardial***

5.º milénio a.C.
Neolítico Antigo
Alt.: 276 mm; larg. máxima do bojo: 186 mm; diâm. do bordo: 102 mm
Cerâmica
Arredores de Santarém
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 5101

Vaso de corpo globular e colo cilíndrico. Duas asas verticais e simétricas, perfuradas horizontalmente, a meio do bojo. Colo, bojo e asas decorados com impressões de *cardium* (*Cerastoderma edule*). A decoração cardial é obtida através da impressão, sobre o barro ainda fresco, do bordo de uma concha de berbigão, bivalve antigamente designado por *Cardium edule* (de onde a designação de «cerâmica cardial») e hoje *Cerastoderma edule*.
AMA

48 ***Vaso com decoração cardial***

5.º milénio a.C.
Neolítico Antigo
Alt.: 261 mm; larg. máxima: 201 mm; diâm. do bordo: 87 mm
Cerâmica
Cartaxo
Lisboa, Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, n.º Cartaxo 1

Vaso de bojo esferoidal e colo cilíndrico. Na ligação do bojo ao colo existem três asas verticais, perfuradas horizontalmente. Imediatamente acima das asas, na parede do colo, é visível uma decoração cardial.
AMA

49 *Vaso com decoração impressa e plástica*

Finais do 5.º – primeira metade do 4.º milénio a.C.
Neolítico Antigo Evoluído
Alt.: 203 mm; diâm. do bordo: 202 mm
Cerâmica
Gruta de Nossa Senhora da Luz (Rio Maior)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 989.8.1

Vaso esferoidal, globular, com quatro asas verticais sobre o bordo, perfuradas horizontalmente, e quatro mamilos no bojo. Decoração impressa com motivos «folha de acácia» na área definida pelo bordo e fim das asas.
AMA

50 *Vaso com decoração impressa*

Finais do 5.º – primeira metade do 4.º milénio a.C.
Neolítico Antigo Evoluído
Alt.: 160 mm; diâm. do bordo: 114 mm
Cerâmica
Abrigo 1 das Bocas (Rio Maior, nível 2)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 5920

Vaso esferoidal, globular, com duas asas horizontais perfuradas horizontalmente. Decoração impressa junto ao bordo.
Bibliografia: GONÇALVES, 1977.
AMA

51 *Vaso com decoração incisa*

Finais do 5.º – primeira metade do 4.º milénio a.C.
Neolítico Antigo Evoluído
Alt.: 146 mm; larg. máxima: 154 mm; diâm. do bordo: 110 mm
Cerâmica
Gruta das Pulgas (Bombarral)
Bombarral, Museu Municipal do Bombarral, n.º 2038

Vaso esférico alto, com asas horizontais sobre o bordo. Decoração incisa, com motivos que integram folhas de acácia em bandas definidas por caneluras. As bandas são paralelas ao bordo, e seguidas por outras, verticais e paralelas entre si.
AMA

52 *Vaso com decoração incisa e plástica*

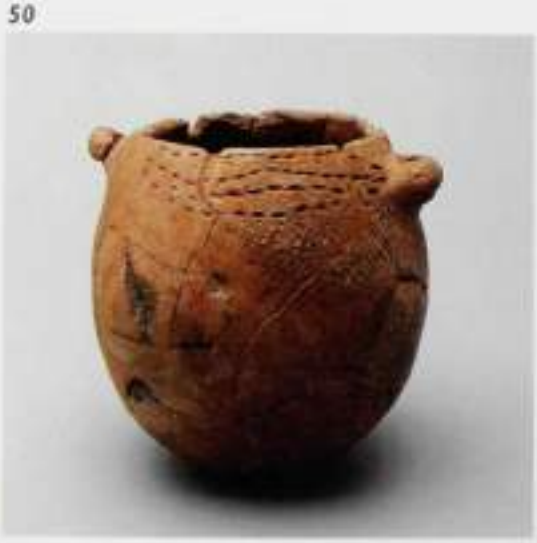
Finais do 5.º – primeira metade do 4.º milénio a.C.
Neolítico Antigo Evoluído
Alt.: 240 mm; diâm. do bordo: 140 mm; diâm. máximo: 175 mm
Cerâmica
Gruta da Furninha (Peniche)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º GFP 138

Vaso cerâmico em forma de «saco», de boca oval, com duas asas verticais em forma de túnel e perfuradas verticalmente. Parte inferior lisa. Parte superior com decoração incisa e plástica. A decoração incisa consiste em bandas paralelas, definidas por caneluras. As bandas são preenchidas com uma ou duas fiadas de traços oblíquos e paralelos.
A decoração plástica engloba dois mamilos opostos.
Bibliografia: DELGADO, 1880.
MD

49



50



53 *Vaso com decoração incisa e plástica*

Finais do 5.º – primeira metade do 4.º milénio a.C.
Neolítico Antigo Evoluído
Alt.: 84 mm; diâm. máximo: 64 mm
Cerâmica
Gruta da Furninha (Peniche)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º GFP 149

Vaso cerâmico de bojo esferoidal e colo diferenciado, um pouco estrangulado, com duas asas circulares verticais perfuradas horizontalmente. A separação entre o bojo e o colo está acentuada pela aplicação de um cordão plástico. O bojo é decorado com uma banda limitada por duas caneluras, preenchida com incisões oblíquas. No colo, são visíveis quatro bandas, três preenchidas com incisões oblíquas e outra com triângulos.
Bibliografia: DELGADO, 1880.
MD

Comentário às peças 52 e 53
Os dois vasos provenientes da gruta da Furninha expostos nesta exposição são representativos do momento convencionalmente designado como Neolítico Antigo Evoluído ou «Horizonte da Furninha».

Nery Delgado, responsável pelas escavações desta gruta escavada em 1865, reconheceria duas realidades distintas na sala principal e no poço de cerca de 8 m que compõem o sítio arqueológico. No poço, verificou uma sucessão de sete níveis atribuíveis a diferentes momentos do Paleolítico. Na sala principal, numa única camada estratigráfica por ele designada como «dépôt supérieur», encontraria os sinais de utilização da gruta como necrópole de inumação ao longo de todo o Período Neolítico.
A existência de ossos humanos quebrados e dispersos, a ausência de algumas partes do esqueleto, a presença de restos de fauna como o lobo, o javali, o veado e a ovelha, conjugados com artefactos de uso quotidiano ou de inequívoco valor simbólico, levaram Nery Delgado a entender esta gruta não tanto como um lugar de enterramento, mas como ponto de reunião de canibais, que teriam desenvolvido um gosto particular pela carne humana.
A fixação na questão da antropofagia e a Idade Quaternária reconhecida para as ocupações do poço foram pontos que relegaram para um campo secundário outros importantes aspectos que a escavação da gruta poderia suscitar.
Em 1970, os materiais neolíticos provenientes do «dépôt supérieur» são reestudados e distinguem-se pelo menos dois momentos de ocupação, onde Nery Delgado tinha apenas identificado um.
O primeiro momento, atribuível ao Neolítico Antigo Evoluído, é caracterizado pela existência de cerâmicas decoradas, a partir das quais se cria o «Horizonte Furninha», designação aplicável de futuro a conjuntos materiais onde surge este tipo de cerâmica. A gruta torna-se assim lugar epónimo de uma fase cultural da Pré-História.
O «Horizonte Furninha» corresponderia à segunda fase de ocupação do Centro/Sul de Portugal por populações de agricultores e pastores, caracterizada pela inexistência de cerâmica cardial, sendo esta um forte indicador cronológico de antiguidade.
O segundo momento de utilização da gruta é definido pela integração das comunidades que aí tumulam numa mundividência transregional: o megalitismo.
O «Horizonte Furninha» – Neolítico Antigo Evoluído, são designações atribuídas a uma fase da Pré-História reconhecida fundamentalmente em necrópoles de grutas do maciço calcário estremenho, onde as cerâmicas decoradas, em maior grau as incisas e com cordões plásticos, como as que se observam, constituem oferenda frequente aos mortos.
O quase total desconhecimento dos povoados dos utilizadores destas grutas apenas permite algumas hipóteses acerca da sua organização social e económica. Tratar-se-ia de comunidades de caçadores-recolectores, de pastores, de agricultores? Ainda que tenham alguns elementos de produção, a caça e a recolecção manter-se-iam actividades fundamentais, hipótese que justificaria a quase ausência de sítios de habitat, naturalmente precários e efémeros num esquema de povoamento muito móvel.
MD

51



52



54 Fragmento de bordo e bojo de vaso

Finais do 5.º – primeira metade do 4.º milénio a.C.
Neolítico Antigo Evoluído
Alt.: 66 mm
Cerâmica
Gruta da nascente do rio Almonda (Torres Novas)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º Almonda 14

Bordo de vaso, com asa vertical perfurada verticalmente. Decoração impressa em fiadas paralelas a partir da asa, e oblíquas sob as mesmas.
MD

55 Fragmento de bordo e bojo de vaso

Finais do 5.º – primeira metade do 4.º milénio a.C.
Neolítico Antigo Evoluído
Alt.: 50 mm
Cerâmica
Gruta da nascente do rio Almonda (Torres Novas)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º Almonda 8

Bordo de vaso, com asa vertical perfurada verticalmente. Decoração impressa organizada em duas faixas paralelas à asa e vestígios de uma terceira faixa sob a asa.
MD

56 Fragmento de bordo e bojo de vaso

Finais do 5.º – primeira metade do 4.º milénio a.C.
Neolítico Antigo Evoluído
Alt.: 48 mm
Cerâmica
Gruta da nascente do rio Almonda (Torres Novas)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º Almonda s/n.º

Fragmento de bordo de vaso com decoração impressa, organizada numa faixa de impressões paralelas de onde partem linhas que formam triângulos.
MD

57 Fragmento de bordo e bojo de vaso

Finais do 5.º – primeira metade do 4.º milénio a.C.
Neolítico Antigo Evoluído
Alt.: 65 mm
Cerâmica
Gruta da nascente do rio Almonda (Torres Novas)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º Almonda 6

Bordo de vaso, com asa vertical perfurada verticalmente. Decoração impressa organizada em três faixas: uma sobre o bordo; uma ao nível inferior da asa; outra sob a asa.
MD

58 Dois fragmentos de bordo de um vaso

Finais do 5.º – primeira metade do 4.º milénio a.C.
Neolítico Antigo Evoluído
Alt.: 115 mm
Cerâmica
Gruta da nascente do rio Almonda (Torres Novas)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º Almonda 8

Bordo de vaso com decoração impressa. Uma faixa de impressões circulares paralelas ao bordo a toda a largura do fragmento, cruza-se com uma faixa perpendicular composta por fiadas de oito impressões em média.
MD

59 Fragmento de bordo e bojo de vaso

Finais do 5.º – primeira metade do 4.º milénio a.C.
Neolítico Antigo Evoluído
Alt.: 50 mm
Cerâmica
Gruta da nascente do rio Almonda (Torres Novas)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º Almonda 1

Fragmento de bordo de vaso com decoração incisa. A decoração compõe-se de uma faixa paralela ao bordo, limitada por duas incisões. A faixa está preenchida por incisões oblíquas formando um motivo em espinha. Do meio desta faixa arrancam, na perpendicular, duas faixas (limitadas por duas incisões) preenchidas com os mesmos motivos da faixa horizontal.
MD



63

60 Vaso de boca oval

Segunda metade do 4.º milénio a.C.
Neolítico Médio
Alt.: 56 mm; diâm. do bordo: 110 x 150 mm
Cerâmica
Gruta Galinha (Torres Novas)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 5531

Vaso de forma ovóide, fundo convexo e boca oval. Vestígios de revestimento a engobe vermelho (almagre).
Bibliografia: SÁ, 1959; ALMEIDA e FERREIRA, 1959: 233.
AMA

61 Vaso

Segunda metade do 4.º milénio a.C.
Neolítico Médio
Alt.: 130 mm; diâm. do bordo: 164 mm
Cerâmica
Gruta dos Carrascos (Alcanena)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 6388

Vaso de forma subesférica. Ligeiro estrangulamento imediatamente abaixo do bordo, que o destaca. Observa-se um pequeno mamilo na parede sob o referido estrangulamento. Revestido a engobe vermelho (almagre).
Bibliografia: GONÇALVES e PEREIRA, 1974-77: 69.
AMA

62 Vaso com decoração plástica

Segunda metade do 4.º milénio a.C.
Neolítico Médio
Alt.: 160 mm; diâm. do bordo: 209 mm
Cerâmica
Serra das Éguas (Sintra)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 44001

Vaso de fundo convexo, com decoração plástica composta por seis mamilos, junto ao bordo.
AMA

63 *Vaso zoomórfico*

Segunda metade do 4.º milénio a.C.
Neolítico Final
54 x 172 mm
Cerâmica
Gruta do Carvalhal (Alcobaça)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, s/n.º

Vaso com boca oval, representando um animal (suídeo ou bovídeo). O vaso, que corresponde ao corpo do animal, possui no fundo externo duas patas dianteiras, estando as patas traseiras fracturadas. A cabeça está no prolongamento da parede do vaso e possui duas orelhas, um focinho proeminente onde se observam duas narinas e dois olhos indicados.
Bibliografia: SPINDLER e FERREIRA, 1974: 36-37, 69.
AMA

64 *Quatro vasos*

Segunda metade do 4.º milénio a.C.
Neolítico Médio
1) Alt.: 44 mm; diâm. do bordo: 80 mm; 2) 45 mm, 78mm;
3) 43 mm, 55 mm; 4) 64 mm, 80 mm
Cerâmica
Grutas de Poço Velho (Cascais)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 347, 257, 267, 248

Dois vasos de forma semiesférica e dois de forma esférica, um dos quais pode considerar-se um pequeno esférico. Os vasos são lisos, à excepção de um, que está decorado por incisões profundas perpendiculares ao bordo. Vestígios de revestimento a engobe vermelho (almagre).
Bibliografia: PAÇO, 1942; PAÇO, BARTHOLO e BRANDÃO, 1959.
AMA

65 *Três taças em calote*

Segunda metade do 4.º milénio a.C.
Neolítico Médio
1) Alt.: 31 mm, diâm. do bordo: 105; 2) 29 mm, 100 mm;
3) 22 mm, 75 mm
Cerâmica
Grutas de Poço Velho (Cascais)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 246, 254, 258

Três taças baixas, em calote, lisas, com vestígios de revestimento a engobe vermelho (almagre).
Bibliografia: PAÇO, 1942; PAÇO, BARTHOLO e BRANDÃO, 1959.
AMA



66

66 *Vaso*

3.º milénio a.C.
Calcolítico
Alt.: 433 mm; diâm. do bordo: 645 x 568 mm
Cerâmica
Castelo de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja)
Lisboa, Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, n.º 3005

Grande vaso de boca oval, de forma semiesférica e bordo espessado internamente. Este vaso encontra-se associado ao ritual de fundação descrito no texto de Victor S. Gonçalves, «O Castelo de Vila Nova de S. Pedro».
AMA

67 *«Copo» canelado*

Primeira metade do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
Alt.: 116 mm; diâm. do bordo: 98 mm
Cerâmica
Grutas artificiais de Tojal de Vila Chã (Carenque, Amadora)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 43623

Vaso cilíndrico, de paredes rectas e fundo ligeiramente convexo. Está decorado com uma faixa de caneluras paralelas ao bordo e imediatamente abaixo dele.
Bibliografia: HELENO, 1933; BÜBNER, 1979.
AMA



67



68



69

68 «Copo» canelado

Primeira metade do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
Alt.: 120 mm; diâm. do bordo: 132 mm
Cerâmica
Grutas artificiais de Tojal de Vila Chã – Gruta I (Carenque, Amadora)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º C 662/5

Vaso cilíndrico de paredes rectas e fundo ligeiramente convexo. Decorado sob o bordo e à volta da base com duas faixas horizontais de nove caneluras paralelas.
Bibliografia: HELENO, 1933; BÜBNER, 1979: 51.
AMA

69 Taça com decoração canelada

Primeira metade do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
Alt.: 107 mm; diâm. do bordo: 158 mm
Cerâmica
Grutas artificiais de Tojal de Vila Chã – Gruta II (Carenque, Amadora)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 43599

Vaso de forma hemisférica, com decoração canelada. Uma faixa de duas caneluras localiza-se um pouco abaixo do bordo. Sob estas caneluras é visível uma faixa com decoração em espinha horizontal que está limitada por duas caneluras paralelas.
Bibliografia: HELENO, 1933; BÜBNER, 1979: 53-54.
AMA

70 Vaso

Primeira metade do 3.º milénio a.C.
Calcolítico
Alt.: 86 mm; diâm. do bordo: 100 mm
Cerâmica
Furadouro da Rocha Forte (Cadaval)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 41440

Vaso de forma cilíndrica, de fundo plano, com decoração incisa e plástica. As duas pequenas asas horizontais junto ao borbo estão perfuradas horizontalmente. A decoração consiste em quatro caneluras incisas, horizontais, ziguezagueantes e paralelas ao bordo. Estas caneluras estão dispostas entre duas colunas verticais de oito pequenos mamilos.
Bibliografia: BÜBNER, 1979: 43.
AMA

71 Fragmento de vaso globular

Ca. 2800 anos a.C.
Calcolítico Inicial
Diâm. máximo: 330 mm; diâm. da boca: 120 mm
Cerâmica manual
Povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)
Oeiras, Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras), n.º LC/90/EL/C3

É um vaso globular com decoração reticulada, obtida pela aplicação de caneluras tênues.
Peça recolhida em 1990.
JLC



71



72

72 *Fragmento de vaso globular*

Ca. 2500 anos a.C.
Calcolítico Médio da Estremadura
Alt.: 275 mm; diâm. da boca: 140 mm
Cerâmica manual
Povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)
Oeiras, Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras), n.º LC/84

Grande vaso globular, decoração por impressões ovalares, organizados em «folha de acácia» e «crucífera».
Peça recolhida em 1984.
Bibliografia: CARDOSO, 1989.
JLC

73 *Fragmentos cerâmicos decorados*

3.º milénio a.C.
Calcolítico
Comp.: entre 110 e 50 mm
Cerâmica
Castro da Ota (Alenquer)
Alenquer, Museu Municipal de Alenquer, n.º 4989/17, 4989/18, 1644/10, 1644/13, 1644/28, 1644/35, 1644/40, 1725/14A

Oito fragmentos de bordo e bojo de vasos cerâmicos de forma globular, decorados com impressões ovais, organizadas em «folha de acácia» e «crucífera».
AMA

74 *Taça em calote*

3.º milénio a.C.
Calcolítico Final
Alt.: 91 mm; diâm. do bordo: 146 mm
Cerâmica
Grutas de S. Pedro do Estoril – Gruta I (Cascais)
Cascais, Museu Condes Castro Guimarães, n.º SP 55 GI

Taça em calote de esfera, de bordo reentrante, formando quase uma carena alta. As duas perfurações bicónicas, visíveis junto ao bordo, podem interpretar-se como «gatos» o que indicaria que uma fractura foi reparada.
Bibliografia: LEISNER, PAÇO e RIBEIRO, 1964: 41.
AMA

75 *Taça em calote*

3.º milénio a.C.
Calcolítico Final
Alt.: 75 mm; diâm. do bordo: 188 mm
Cerâmica
Grutas de S. Pedro do Estoril – Gruta I (Cascais)
Cascais, Museu Condes Castro Guimarães, n.º SP 57 GI

Taça baixa e larga, em calote de esfera.
Bibliografia: LEISNER, PAÇO e RIBEIRO, 1964: 41.
AMA

76 *Pequena taça em calote*

3.º milénio a.C.
Calcolítico Final
Alt.: 50 mm; diâm. do bordo: 102 mm
Cerâmica
Grutas de S. Pedro do Estoril – Gruta II (Cascais)
Cascais, Museu Condes Castro Guimarães, n.º SP 75 GII

Pequena taça em calote de esfera, de paredes finas e bom tratamento superficial. Pode tratar-se de uma «taça de beber».
Bibliografia: LEISNER, PAÇO e RIBEIRO, 1964: 41.
AMA

Comentário às peças 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 75 e 76

As cerâmicas votivas do megalitismo.

Como se sabe, o fenómeno megalítico é um fenómeno planetário, sem sincronismos cronológicos obrigatórios para as diferentes regiões em que se manifestou, existindo mesmo na Europa grandes diversidades regionais. Portugal, um dos principais centros megalíticos europeus, só muito recentemente viu alguns dos seus monumentos datados pelo radiocarbono e com eles as cerâmicas que os construtores de megálitos depositavam junto aos seus mortos. As datações obtidas para antas, grutas artificiais e *tholoi* permitem hoje colocar a construção e uso de estes monumentos no 4.° e no 3.° milénios antes da nossa era (em anos de calendário), ainda que não seja impossível que os primeiros a serem construídos o tenham sido ainda em fins do 5.° milénio.

Ao longo de este período de tempo, a forma e a dimensão das cerâmicas mudaram, de acordo com os homens, as culturas, as tradições regionais e o próprio tempo. As cerâmicas «megalíticas» raramente correspondem às usadas na vida quotidiana. Geralmente, são de menor dimensão e talvez de melhor acabamento que aquelas. Sendo na maior parte dos casos desprovidas de qualquer decoração, apresentam por vezes motivos simbólicos: enxós encabadas, os olhos solares, triângulos e «pinturas» ou «tatuagens» que se referem a uma divindade feminina, por vezes mamilos emparelhados. Em alguns outros casos, os motivos são puramente decorativos: traços horizontais ou (mais raramente) verticais, coroas de mamilos, cordões plásticos incisos, barras verticais de impressões horizontais paralelas entre si...

A cerâmica «megalítica» mais antiga, ainda neolítica, parece ser completamente lisa, englobando formas normalmente derivadas da esfera, que vão da taça em calote ao esférico alto. Por vezes, estas cerâmicas apresentam as suas paredes revestidas com um engobe vermelho, objecto de posterior polimento. É a cerâmica a almagre. Mas a norma parece ser a de cerâmicas de formas monótonas, invariavelmente não decoradas, com acabamentos simples.

Possuímos poucos elementos sobre o lugar exacto em que eram colocadas, devido às destruições e violações que muitos monumentos sofreram ou às épocas precoces em que foram escavados. Na península de Lisboa não existe informação fiável, mas na Anta 1 do Poço da Gateira (Reguengos de Monsaraz) os vasos estavam aos pés dos mortos que, naquele caso, eram colocados sentados, com as costas apoiadas nos esteios da câmara da anta.

Alguns monumentos mostram conjuntos mais evoluídos que estes e no grupo megalítico de Crato/Nisa aparecem frequentemente pequenos vasos carenados, com decoração disposta em barras verticais, morfologicamente muito semelhantes a formas típicas do que viria a ser o Bronze do sudoeste.

Na transição do 4.° para o 3.° milénio, grutas artificiais e *tholoi* registam o aparecimento de novos tipos cerâmicos, comuns nos níveis de fundação de povoados fortificados como o Castelo de Vila Nova de S. Pedro: são copos e taças canelados, por vezes, no primeiro caso, profusamente decorados com caneluras suaves ou com decorações brunidas.

Estes novos recipientes cerâmicos são habitualmente considerados próprios do Calcolítico Antigo e vários autores pensam-nos sintomáticos da chegada de populações mediterrânicas à foz do Tejo. É por este motivo que lhes chamam «cerâmica de portação», apontando como possível lugar de proveniência o Mediterrâneo Oriental, situação que não está ainda definitivamente esclarecida. Taças carenadas e pratos de bordo espessado surgem também, com alguma frequência, em enterramentos em monumentos do início e de meados do 3.° milénio. É precisamente a altura em que se regista uma maior diversidade de formas cerâmicas, desde as pequenas «taças de beber» aos esféricos achatados, aos globulares, aos vasos de formas compostas, às cerâmicas zoomórficas.

Formas cerâmicas típicas dos enterramentos calcolíticos secundários em grutas artificiais da península de Lisboa são as famosas fruteiras (fruit stands) de S. Pedro do Estoril, resultantes da fusão em um só recipiente de uma taça «tipo Palmela» e de um suporte de vaso, ambos decorados.

Raramente presentes em antas, as cerâmicas campaniformes, abundantes em grutas artificiais e *tholoi*, marcam em muitos casos o fim da reutilização dos monumentos megalíticos que sofrerão a seguir um longo abandono.

Uma das questões que se devem colocar acerca das cerâmicas depositadas junto aos mortos era se continham algo e, em caso afirmativo, o quê.

Se era água o que as enchia, rapidamente se evaporou, sem deixar traço. Se continham algum alimento, nenhuma espinha ou vértebra de peixe, ou osso de animal, sobreviveu, o que não quer dizer que carne desossada ou papa de cereais não pudessem neles ter sido colocadas, o que dificultaria em extremo a detecção de tais práticas. Resta-nos reconhecer que, se tal não é improvável, os nossos conhecimentos actuais não permitem sabê-lo ao certo, não sendo impossível que a deposição dos recipientes contivesse em si o simbolismo bastante.

Outra questão reside em saber se existiu uma norma quanto ao número de vasos que acompanhava cada morto. Sabemos que, em certas circunstâncias, a proporção era um vaso para um morto, mas nada nos permite generalizar e, no Extremo Sul, nas necrópoles de Monchique, onde os monumentos, individuais, raramente continham cerâmicas, Belle France 3 continha um vaso e Palmeira 7 vinte e sete. Claro que esta quantidade verdadeiramente excepcional poderia indicar o enterramento de um indivíduo de grande prestígio, um «chefe» ou «feiticeiro», sendo a «norma» radicalmente diferente.

Para a península de Lisboa, os dados estão a tal ponto mutilados que nada é possível de afirmar com segurança.

VSG

77 Taça com pé, fruteira (fruit stand)

Segunda metade do 3.° – inícios do 2.° milénio a.C.
Calcolítico Final
Alt. total: 195 mm; alt. do pé: 80 mm; diâm. do bordo: 350 mm; diâm. do pé: 174 mm
Cerâmica
Grutas de S. Pedro do Estoril – Gruta I (Cascais)
Cascais, Museu Condes Castro Guimarães, n.° SP 02, G I

Taça de bordo espessado, assente sobre pé alto troncocónico. Decoração pontilhada no bordo, na parede externa da taça e no pé. Aplicação de pasta branca sobre a decoração. Na parede externa da taça, duas faixas horizontais preenchidas com traços verticais alternam com duas faixas de quatro linhas ziguezagueantes paralelas entre si. Na ligação da parede ao pé, quatro caneluras. No pé, uma faixa larga está preenchida por linhas cruzadas. Sobre o bordo, linhas cruzadas.

Bibliografia: LEISNER, PAÇO e RIBEIRO, 1964: 49-50.

AMA

78 *Taça com pé, fruteira (fruit stand)*

Segunda metade do 3.° – inícios do 2.° milénio a.C.
Calcolítico Final
Alt. total: 157 mm; alt. do pé: 68 mm; diâm. do bordo: 273 mm; diâm. do pé: 117 mm
Cerâmica
Grutas de S. Pedro do Estoril – Gruta I (Cascais)
Cascais, Museu Condes Castro Guimarães, n.° SP 01 GI



77

Taça de bordo espessado, assente sobre pé alto troncocónico. Decoração pontilhada no bordo, na parede externa da taça e no pé. Aplicação de pasta branca sobre a decoração. Na parede externa da taça, duas faixas horizontais preenchidas com traços verticais, separadas entre si por uma faixa ziguezagueante preenchida por traços oblíquos. Imediatamente abaixo do bordo, traços horizontais alternam com zonas não decoradas. No bordo, linhas cruzadas. No pé, faixa preenchida com linhas cruzadas.
Bibliografia: LEISNER, PAÇO e RIBEIRO, 1964: 49.
AMA

79 *Vaso campaniforme clássico*

Segunda metade do 3.° milénio a.C.
Calcolítico
Alt.: 107 mm; diâm. do bordo: 130 mm
Cerâmica
Grutas de S. Pedro do Estoril – Gruta I (Cascais)
Cascais, Museu Condes Castro Guimarães, n.° SP 11 GI

Vaso campaniforme clássico, de perfil acampanado, baixo, com bojo algo aplanado. Possui decoração pontilhada. A decoração compõe-se de quatro faixas de linhas horizontais, paralelas ao bordo, que estão separadas entre si por áreas não decoradas. Nas duas primeiras faixas duas linha ziguezagueantes separam as duas últimas linhas paralelas.
Bibliografia: LEISNER, PAÇO e RIBEIRO, 1964: 46.
AMA

80 *Vaso campaniforme clássico*

Segunda metade do 3.° milénio a.C.
Calcolítico
Alt.: 97 mm; diâm. do bordo: 123 mm
Cerâmica
Grutas de S. Pedro do Estoril – Gruta I (Cascais)
Cascais, Museu Condes Castro Guimarães, n.° SP 07 GI

Vaso campaniforme clássico, de perfil acampanado, com bojo arredondado e colo saliente. Decoração pontilhada no bojo e fundo. A decoração compõe-se de seis faixas preenchidas por traços oblíquos, paralelos entre si. As faixas decoradas alternam com áreas não decoradas. Sob a última faixa o fundo é enquadrado por uma linha ziguezagueante.
Bibliografia: LEISNER, PAÇO e RIBEIRO, 1964: 46-48.
AMA

81 *Vaso campaniforme clássico*

Segunda metade do 3.° milénio a.C.
Calcolítico
Alt.: 113 mm; diâm. do bordo: 144 mm
Cerâmica
Grutas de S. Pedro do Estoril – Gruta I (Cascais)
Cascais, Museu Condes Castro Guimarães, n.° SP 12 GI

Vaso campaniforme clássico de colo saliente, bojo arredondado e ônfalo. Decoração pontilhada no bojo e fundo. A decoração compõe-se de faixas ziguezagueantes (duas) e horizontais (cinco). As faixas ziguezagueantes, junto ao bordo, estão preenchidas por traços verticais, enquanto as horizontais, no colo, são-no por traços oblíquos. Sobre o fundo, cinco faixas compostas de linhas ziguezagueantes e horizontais terminam num círculo de três linhas que enquadra o fundo.
Bibliografia: LEISNER, PAÇO e RIBEIRO, 1964: 48.
AMA

79, 80, 81



82 ***Vaso campaniforme clássico***

Segunda metade do 3.º milénio a.C.
Calcolítico
Alt.: 105 mm; diâm. do bordo: 140 mm
Cerâmica
Grutas de Alapraia – Gruta II (Cascais)
Cascais, Museu Condes Castro Guimarães, n.º AL 25 GII

Vaso campaniforme clássico, de perfil acampanado, com bojo arredondado e colo saliente. A decoração pontilhada no bojo e colo compõe-se de dez faixas preenchidas com linhas obliquas, por vezes cruzadas.
Bibliografia: JALHAY e PAÇO, 1941: 133.
AMA

83 ***Caçoila acampanada***

Segunda metade do 3.º – inícios do 2.º milénio a.C.
Calcolítico Final
Alt.: 91 mm; diâm. do bordo: 146 mm
Cerâmica
Grutas de S. Pedro do Estoril – Gruta I (Cascais)
Cascais, Museu Condes Castro Guimarães, n.º SP 05 GI

Caçoila carenada, de perfil suave, com decoração pontilhada. Fundo com ônfalo. Decoração acima da carena: a duas linhas horizontais segue-se uma faixa ziguezagueante preenchida com traços irregularmente verticais. A decoração repete-se no bojo, mas, aqui, as linhas são três.
Bibliografia: LEISNER, PAÇO e RIBEIRO, 1964: 48.
AMA

84 ***Caçoila acampanada***

Segunda metade do 3.º – inícios do 2.º milénio a.C.
Calcolítico Final
Alt.: 80 mm; diâm. do bordo: 140 mm
Cerâmica
Grutas de Alapraia – Gruta II (Cascais)
Cascais, Museu Condes Castro Guimarães, n.º AL 26 GII

Caçoila campaniforme, acampanada, com decoração incisa no bojo e fundo que possui ônfalo. No fundo, três faixas de linhas convergem para o ônfalo. No bojo, a decoração organiza-se em duas áreas distintas, uma na metade superior e outra sobre a carena. Estão separadas por área não decorada. Linhas horizontais e ziguezagueantes, linhas de pontos e faixas preenchidas com traços verticais são os motivos utilizados na decoração do bojo.
Bibliografia: JALHAY e PAÇO, 1941: 134.
AMA

85 ***Taça campaniforme «tipo Palmela»***

Segunda metade do 3.º – inícios do 2.º milénio a.C.
Calcolítico Final
Alt.: 100 mm; diâm. do bordo: 310 mm
Cerâmica
Grutas de Alapraia – Gruta II (Cascais)
Cascais, Museu Condes Castro Guimarães, n.º AL 27 GII

Taça campaniforme «tipo Palmela», com bordo largo e aplanado. A parede, o fundo e o bordo têm decoração pontilhada. O bordo é decorado por três estreitas faixas ziguezagueantes, preenchidas por linhas horizontais e oblíquas.

83, 84



85



Na parede da taça, a decoração compõe-se de duas faixas de quatro linhas horizontais cada, separadas entre si por uma faixa de três linhas ziguezagueantes. Sob a última faixa de linhas horizontais, uma linha ziguezagueante.
Desta partem para o fundo seis faixas de bordos obliquos e convergentes. Estas estão preenchidas por linhas horizontais e paralelas entre si.
Bibliografia: JALHAY e PAÇO, 1941: 135.
AMA

86 ***Taça campaniforme «tipo Palmela»***

Segunda metade do 3.º – inícios do 2.º milénio a.C.
Calcolítico Final
Alt.: 94 mm; diâm. do bordo: 370 mm
Cerâmica
Grutas de Alapraia – Gruta II (Cascais)
Cascais, Museu Condes Castro Guimarães, n.º AL 28 GII

Taça campaniforme «tipo Palmela», com bordo largo e aplanado. A parede e o bordo têm decoração pontilhada. No bordo, linhas cruzadas. Na parede externa, faixas horizontais e ziguezagueantes antecedem faixas verticais preenchidas com linhas obliquas, mas paralelas entre si.
Bibliografia: JALHAY e PAÇO, 1941: 135.
AMA

Comentário às peças 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85 e 86
Num momento impreciso do 3.º milénio, mas que os autores acordam em que, para a Península Ibérica, se poderia colocar algures na sua segunda metade, generaliza-se em Portugal o gosto por um determinado tipo cerâmico.
A expressão «campaniforme», usada para o referir, deriva de um dos vasos englobados tradicionalmente nesta «família» cerâmica e o primeiro a ser sistematicamente estudado. Com a forma de um sino invertido, de uma campânula, foi também chamado «tulipiforme», ainda que as semelhanças com a conhecida liliácea sejam, na maior parte dos casos, duvidosas.
Na realidade, sob o ponto de vista morfológico, existem pelo menos três formas principais. A primeira, engloba os vasos em forma de sino invertido e não tem antecedentes formais no território português. A segunda, designada por «caçoila acampanada», também não. A terceira, a «taça tipo Palmela» não é outra coisa senão o aplicar a uma forma anterior, a «taça de bordo espessado», de uma decoração a pontiado ou incisa cuja temática parece extraída da usada nas caçoilas acampanadas que partilham com a taça outras características, a nível dos motivos decorativos e da sua distribuição pelas paredes e fundos dos vasos.
Uma notável (e raríssima) forma com decoração de tipo da reconhecida nas cerâmicas campaniformes já referidas é a «fruteira», uma espécie de taça «tipo Palmela» a que se acoplou um pé largo, também decorado. Tão raros como estes exemplares (ambos provenientes de uma única gruta artificial, S. Pedro do Estoril 1) são os desprovidos de qualquer ornamentação, sempre peças muito fragmentadas (como em Porto Covo – Cascais).
Cedo se tornou evidente que as cerâmicas globalmente designadas como campaniformes não pertenciam à mesma época e teriam mesmo utilizações distintas. Datações pelo radiocarbono vieram evidenciar a anterioridade do vaso em forma de sino, também designado por «marítimo» por se supor marítima a rota da sua difusão na Europa. Em certos contextos europeus, estes vasos poderiam colocar-se nos inícios do 3.º milénio ou mesmo antes. As cerâmicas profusamente decoradas, caçoilas e taças, seriam posteriores e, numa terceira e última fase do processo, generalizar-se-ia o uso de cerâmicas decoradas com a técnica da incisão.
Uma questão corrente foi durante muito tempo a de se saber qual a origem das cerâmicas campaniformes. Desde 1928 que, da Península Ibérica ao Norte da Europa, se isolaram focos possíveis de serem considerados primários num processo difusionista. Hoje, poucos progressos ocorreram, à parte algumas sínteses de valor desigual.
Continua a parecer-me que o campaniforme deve preferencialmente ser considerado como uma «moda» ou um conjunto de «modas» cerâmicas que traduz, na sua presença europeia, redes de comércio activas, deslocações de pequenos grupos, novas fixações de populações. Nunca teria havido um «povo campaniforme», nem sequer uma «cultura campaniforme», mas formas e decorações cerâmicas que, pelo seu sucesso, se generalizaram a uma vasta área.
Em alguns lugares, estas cerâmicas aparecem quase exclusivamente em sepulturas, sendo raras em povoados, mas na Península Ibérica, em Portugal e particularmente nas penínsulas de Lisboa e Setúbal, estas cerâmicas são extremamente abundantes em povoados (Rotura, Chibanes, Penha Verde, fases finais do Zambujal) e em Porto Torrão, Ferreira do Alentejo, parece terem sido numerosas, pelo que a sua utilização na vida quotidiana não oferece qualquer dúvida.
Deve ainda acrescentar-se que algumas destas cerâmicas, particularmente vasos campaniformes e taças, mas também algumas caçoilas acampanadas, se apresentam como produtos de grande qualidade final, com boas pastas, engobes espessos e bem polidos, decorações judiciosamente distribuídas pelas superfícies disponíveis. Depois do Neolítico Antigo que se não conheciam cerâmicas com tais características.
VSG

87 ***Queijeira***

3.º milénio a.C.
Calcolítico
Alt.: 109 mm; diâm. do bordo: 90 mm
Cerâmica
Castro da Pedra d'Ouro (Alenquer)
Alenquer, Museu Municipal de Alenquer, n.º 1295



87

Artefacto cerâmico de forma cilindróide, sem fundo (manga de cerâmica). As paredes apresentam-se perfuradas. Estas perfurações, efectuadas do exterior para o interior, possuem secção bicónica.
Este artefacto, que deve interpretar-se como queijeira, tem abundantes paralelos conhecidos em povoados calcolíticos de toda a Península Ibérica, destinando-se as perfurações a um melhor escoamento do soro do queijo, durante o seu fabrico.
AMA

88 **Peso de tear**

3.º milénio a.C.
Calcolítico
86 x 81 x 31 mm
Cerâmica
Outeiro de S. Mamede (Bombarral)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 10469D

Peso de tear de forma subquadrangular, com quatro perfurações, uma em cada canto. Secção rectangular. Está decorado com incisões oblíquas e paralelas entre si. Estas linhas incisas localizam-se em dois campos limitados por uma linha vertical localizada no centro da placa.
AMA

89 **Peso de tear**

3.º milénio a.C.
Calcolítico
89 x 75 x 32 mm
Cerâmica
Castro de Pragança (Bombarral)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 986.160.792

Peso de tear de forma rectangular, com quatro perfurações, uma em cada canto. Decorado com caneluras concêntricas que descrevem arcos de círculo.
AMA

90 **Peso de tear**

3.º milénio a.C.
Calcolítico
94 x 69 x 24 mm
Cerâmica
Castelo de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja)
Lisboa, Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, n.º 163

Peso de tear de forma rectangular, decorado e com quatro perfurações, uma em cada canto. O peso está dividido ao meio por uma linha horizontal incisa. A decoração compõe-se por dois grupos de caneluras semicirculares localizadas junto aos bordos maiores que cruzam a linha incisa.
AMA

91 **Peso de tear**

3.º milénio a.C.
Calcolítico
68 x 79 x 19 mm
Cerâmica
Castelo de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja)
Lisboa, Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, n.º 10

Peso de tear de forma sub-rectangular, decorado e com quatro perfurações, uma em cada canto. A decoração incisa ocupa toda uma face do peso. Compõe-se de um semicírculo do qual partem dez raios. Esta decoração pode interpretar-se como uma representação solar.
AMA

92 *Peso de tear*

3.° milénio a.C.
Calcolítico
68 x 71 x 19 mm
Cerâmica
Castelo de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja)
Lisboa, Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, n.° 103

Peso de tear de forma subquadrangular, decorado e com quatro perfurações, uma em cada canto. A decoração incisa ocupa toda uma face do peso. Compõe-se de doze linhas ondulantes paralelas entre si.
AMA

93 *Peso de tear*

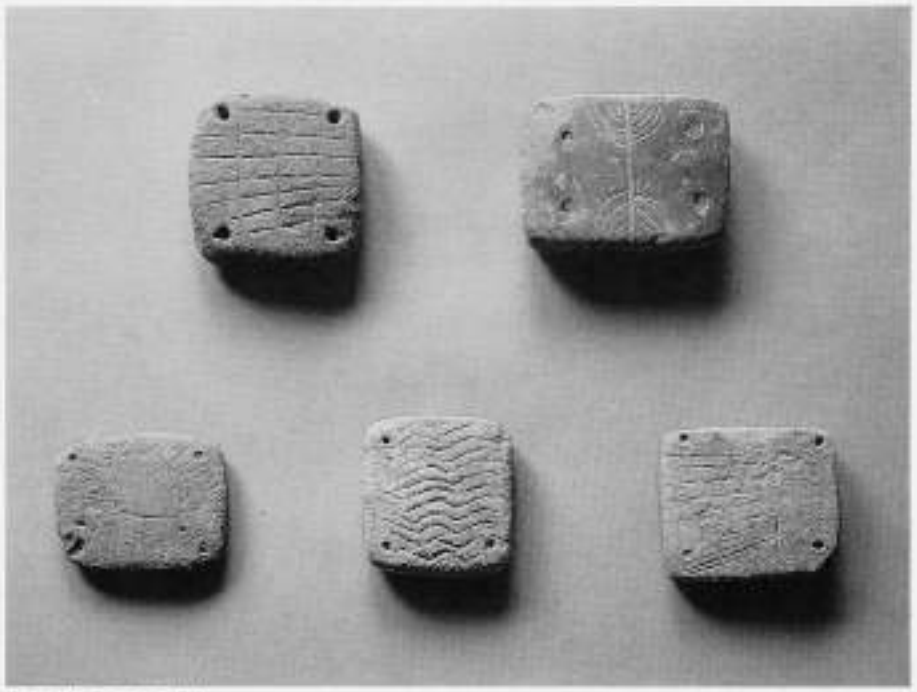
3.° milénio a.C.
Calcolítico
78 x 77 x 20 mm
Cerâmica
Castelo de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja)
Lisboa, Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, n.° 117

Peso de tear de forma subquadrangular, decorado e com quatro perfurações, uma em cada canto. A decoração ocupa toda uma face do peso e compõe-se de sete linhas horizontais e três verticais, produzindo o efeito de uma reticula.
AMA

94 *Peso de tear*

3.° milénio a.C.
Calcolítico
77 x 62 x 12 mm
Cerâmica
Castelo de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja)
Lisboa, Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, n.° 133

Peso de tear de forma subquadrangular, decorado e com quatro perfurações, uma em cada canto. A decoração é incisa e representa um sol cujo núcleo se localiza no centro da face decorada.
AMA



90, 91, 92, 93, 94

Comentário às peças 88, 89, 90, 91, 92, 93 e 94
O aparecimento no registo arqueológico de placas cerâmicas de forma rectangular ou quadrangular, com espessuras variando entre os 10 e os 30 mm, com uma perfuração em cada extremidade fornece provas inequívocas da realização de uma nova actividade: a tecelagem.
As fibras vegetais e animais terão sido exploradas, no actual território português, a partir de finais do 4.° milénio, momento em que se terão feito sentir as consequências da Revolução dos Produtos Secundários.
O elevado número em que os pesos de tear ocorrem nos povoados calcolíticos da Estremadura, como em Vila Nova de S. Pedro, na Pedra d'Ouro, em Pragança, é mais um índice que atesta a riqueza em matérias-primas e produtos acabados destes sítios pré-históricos.
Os teares, em que estes pesos cerâmicos funcionavam, seriam teares verticais e os pesos eram colocados na extremidade inferior do fio, para obter a tensão necessária à tecelagem.
Alguns destes pesos de tear apresentam uma ou ambas as faces decoradas com representações geométricas, solares e mais raramente zoomórficas.
A existência de imagem/decoração em artefactos de uso quotidiano pode ler-se como resultado simples do gosto por decorar, ou fazer entrar estes artefactos utilitários num mundo com alusões a princípios simbólicos, até hoje desconhecidos.
MD

95 ***Punhal de osso***

Ca. 2500 anos a.C.
Calcolítico Pleno
201 x 68 x 26 mm
Osso polido
Povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)
Oeiras, Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras), n.º LC/88/int.de O/C3

Punhal em cúbito de boi (*Bos taurus*) afeiçoado por desbaste na diáfise, transformada em ponta aguçada. O lecrânio tem uma perfuração destinada a permitir a sua suspensão. Peça recolhida em 1988.
Bibliografia: CARDOSO, 1989.
JLC



95

96 ***Furadores***

3.º milénio a.C.
Calcolítico
Comp.: entre 18 e 11 mm
Osso
Castelo de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja)
Alenquer, Museu Municipal de Alenquer, n.º 1641/30; 1641/59

Dois furadores de osso polido, com ponta apontada.
AMA

97 ***Espátula***

3.º milénio a.C.
Calcolítico
80 mm
Osso
Castelo de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja)
Alenquer, Museu Municipal de Alenquer, n.º 1641/8d

Espátula de osso polido.
AMA



96, 97

98 ***Agulhas e alfinete***

3.º milénio a.C.
Calcolítico
Comp.: entre 80 e 45 mm
Osso
Castelo de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja)
Alenquer, Museu Municipal de Alenquer, n.º 1641/55; 1641/86; 1641/88

Duas agulhas e um alfinete de osso polido.
AMA



98

99 **Objecto para adorno pessoal, de concha**

6.º-5.º milénios a.C.
Mesolítico
Comp. maior do eixo: 38,5 mm
Concha de *Cerastoderma edule*
Concheiro da Moita do Sebastião (Muge)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro (em depósito no Museu Nacional de Arqueologia) n.º Lab. 1197 (5)

Concha de *Cerastoderma edule* (berbigão), com perfuração circular no topo. Trata-se de um objecto de adorno, provido de uma perfuração para suspensão.
Bibliografia: ROCHE, 1972.
AMA



99



100

100 **Objecto para adorno pessoal**

6.º-5.º milénios a.C.
Mesolítico
38,5 x 17 x 7 mm
Quartzito
Concheiro da Moita do Sebastião (Muge)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro (em depósito no Museu Nacional de Arqueologia) n.º Lab. 1197(1)

Seixo de xisto de forma elipsoidal, com perfuração bicónica na extremidade mais estreita.
Bibliografia: ROCHE, 1972.
AMA



101

101 **Botões**

Segunda metade do 4.º milénio a.C.
Calcolítico
Comp.: entre 41 e 20 mm; larg.: entre 27 e 14 mm; esp.: entre 7 e 3 mm
Osso
Grutas de S. Pedro do Estoril – Gruta I (Cascais)
Cascais, Museu Condes Castro Guimarães, n.º SP 138, 140, 141, 142, 148, 159 GI

Seis botões de osso com perfuração em V no reverso, em sentido transversal ou longitudinal. Corpo arredondado ou ovalado, com um apêndice rectangular ou trapezoidal em cada topo.
Bibliografia: LEISNER, PAÇO e RIBEIRO, 1964: 33.
AMA



102, 103

102 Alfinete

Calcolítico Final
Alt.: 109 mm; diâm.: 9 mm
Marfim
Povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)
Oeiras, Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, (Câmara Municipal de Oeiras), n.º LC/84/Q1/C3

Extremidade superior de alfinete com cabeça maciça torneada. Peça de marfim totalmente afeiçoada por polimento. Peça recolhida em 1984.
Bibliografia: CARDOSO, 1989.
JLC



105

105 Machado

3.º milénio a.C.
Calcolítico
144 x 54 x 14 mm
Cobre
Castelo de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 10828 A

Machado plano de forma trapezoidal, com bordos rectilíneos, divergentes e gume convexo.
Secção rectangular.
AMA

103 Alfinetes

Ca. 2500 anos a.C.
Calcolítico Pleno
1) Alt.: 86 mm; diâm. máx.: 8 mm; 2) alt.: 110 mm; diâm.: 7 mm
Osso
Povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)
Oeiras, Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, (Câmara Municipal de Oeiras), n.º LC/87/bb/C2 e LC/87/Z/C2

Duas extremidades superiores de alfinetes com cabeça maciça torneada. Peças em osso totalmente afeiçoadas por polimento. Exemplares recolhidos em 1987.
Bibliografia: CARDOSO, 1989.
ULC

104 Conta discóide

Ca. 2500 anos a.C.
Calcolítico Pleno da Estremadura
Diâm.: 15 mm
Mineral verde (variscite)
Povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)
Oeiras, Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras), n.º LC/87/Q1/C2

Conta discóide, com perfuração bicónica, feita a partir das duas faces maiores, totalmente polida. Peça recolhida em 1987.
Bibliografia: CARDOSO, 1989.
JLC

106 Machado

3.º milénio a.C.
Calcolítico
73 x 36 x 8 mm
Cobre
Castro da Columbeira (Bombarral)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 10854

Machado plano de forma trapezoidal, com bordos rectilíneos divergentes e gume convexo.
Secção rectangular.
AMA

107 Machado

3.º milénio a.C.
Calcolítico
147 x 41 x 12 mm
Cobre
Castelo de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja)
Lisboa, Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, n.º 3001

Machado plano de forma trapezoidal, com bordos rectilíneos, divergentes e gume convexo.
Secção rectangular.
AMA

108 **Machado**

3.° milénio a.C.
Calcolítico
119 x 34 x 7 mm
Cobre
Castelo de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja)
Lisboa, Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, n.° 3002

Machado plano de forma trapezoidal, com bordos rectilíneos, divergentes e gume convexo. Secção rectangular.
AMA

109 **Enxó**

3.° milénio a.C.
Calcolítico
83 x 20 x 5 mm
Cobre
Castelo de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja)
Lisboa, Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, n.° 3003

Enxó de forma trapezoidal, com bordos rectilíneos, divergentes e gume convexo. Secção rectangular.
AMA

110 **Escopro**

3.° milénio a.C.
Calcolítico
207 x 10 x 10 mm
Cobre
Castelo de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja)
Lisboa, Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, n.° 3004

Escopro longo, de secção quadrangular. Bordos rectilíneos, paralelos. Gume rectilíneo.
AMA



106



112

111 **Cinzéis**

3.° milénio a.C.
Calcolítico
1) 111 x 10 x 8 mm;
2) 82 x 9 x 7 mm
Cobre
Castro da Columbeira (Bombarral)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.° 10851 e 10852

Dois artefactos de cobre de secções quadrangulares, bordos paralelos, gumes rectilíneos e simétricos.
AMA

112 **Punção e escopro**

Ca. 2500 anos a.C.
Calcolítico Pleno
Escopro: 109 x 12 x 10 mm; punção: 116 x 4 x 4 mm
Cobre martelado
Povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)
Oeiras, Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras), n.° LC/87/E/C2

Peças de cobre martelado, de secção quadrangular; o escopro exibe vestígios de utilização. As duas peças foram encontradas juntas em unidade habitacional (Casa E).
Peças recolhidas em 1987.
Bibliografia: CARDOSO, 1989.
JLC

113 **Adaga de cobre**

Ca. 2500 anos a.C.
Calcolítico Pleno
174 x 31 x 4 mm
Cobre martelado
Povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)
Oeiras, Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras), n.° LC/93/EV/C2

Pequena adaga de bordos cortantes, obtidos por martelamento. Extremidade superior arredondada.
Peça recolhida em 1992, em pequena unidade habitacional, juntamente com uma espátula de cobre, n.° LC/93/EV/C2.
Bibliografia: CARDOSO, 1989.
JLC

114 **Espátula**

Ca. 2500 anos a.C.
Calcolítico Pleno
138 x 34 x 2 mm
Cobre
Povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)
Oeiras, Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras), n.º LC/93/EV/C2.

Espátula de cobre, martelada, com extremidade arredondada. Peça recolhida em 1992, em pequena unidade habitacional, juntamente com uma adaga de cobre, LC/93/EV/C2.
Bibliografia: CARDOSO, 1989.
JLC

115 **Anzol**

Ca. 2500 anos a.C.
Calcolítico Pleno
61 x 26 mm
Cobre
Povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)
Oeiras, Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras), n.º LC/86/A1/C2

Anzol de cobre martelado, sem barbela, de secção quadrangular. Peça recolhida em 1986, em lareira de pequena unidade habitacional.
Bibliografia: CARDOSO, 1989.
JLC



115

Comentário ao sítio arqueológico de Leceia (Oeiras)
O povoado pré-histórico de Leceia é conhecido do mundo científico desde 1878, ano em que foi publicada uma extensa e bem elaborada monografia (RIBEIRO, 1878), reeditada recentemente pela Câmara Municipal de Oeiras, anotada e comentada pelo signatário.
Apesar de, desde 1963, estar classificado como «Imóvel de Interesse Público», em 1983 corria o risco de desaparecer, caso fosse aprovado um plano de urbanização para o local. Tal situação derivava da indefinição cartográfica da área arqueológica.
Com o objectivo de averiguar o seu real interesse, motivado pelo estudo de uma colecção de peças arqueológicas ali recolhidas (CARDOSO, 1980-81), efectuaram-se escavações, naquele ano. Os resultados obtidos justificaram o prosseguimento dos trabalhos de campo, a delimitação de Zona *non aedificandi*, e da respectiva Zona de protecção especial envolvente, em 1986. Mercê dos apoios concedidos pelo então IPPC e, sobretudo, pela Câmara Municipal de Oeiras, a quem se fica a dever, em grande parte, o êxito alcançado pelos trabalhos de campo e de gabinete, foi possível realizar escavação em extensão que ultrapassa, volvidos dez anos de trabalhos de campo (1983-1992), a área de 3000 m^2. Demonstrou-se a importância excepcional, tanto científica como patrimonial, deste povoado pré-histórico (CARDOSO, 1989).
Desde 1988, com o apoio das duas entidades referidas, decorrem acções de restauro das estruturas arqueológicas postas a descoberto, bem como o arranjo paisagístico da zona envolvente.
Tais preocupações inserem-se na estratégia de recuperação total deste arqueosítio, justificada pela proximidade de importantes aglomerados urbanos e acessibilidade. Trata-se, afinal, de transformar um património inerte num sítio aprazível, susceptível de viabilizar a sua própria manutenção.
Em Leceia estão representadas diversas fases culturais, separadas ou não por curtos hiatos de abandono, que poderiam não ter sido totais, correspondendo a mais de mil anos de ocupação.
A primeira fase cultural integra-se no final do Neolítico Final da Estremadura, situável em Leceia na segunda metade do 4.º milénio a.C. Corresponde à instalação de um vasto povoado aberto, sobre toda a plataforma rochosa; ao nível do espólio cerâmico avultam taças carenadas e vasos de bordos denteados. Embora não se tenham identificado, até ao presente, estruturas defensivas, a escolha de local com condições naturais de defesa pressagia a existência de potenciais situações de conflito, arqueologicamente não detectáveis até esta altura.
A acumulação de excedentes agrícolas, proporcionada pela melhoria das tecnologias de produção (designadamente o aproveitamento da força animal), terá contribuído para a diferenciação de grupos, que estariam na base da instabilidade social, tão bem documentada na Estremadura e em Leceia, ao longo do 3.º milénio a.C. Efectivamente, logo no início do Calcolítico Inicial, situável em Leceia próximo do início daquele milénio, constrói-se uma poderosa fortificação, organizada em três linhas defensivas, construídas por muralhas defendidas do lado externo por bastiões ocos semicirculares, voltada para os quadrantes de norte, já que, a nascente e a sul, uma escarpa natural assegurava a defesa. A construção deste complexo dispositivo ter-se-á efectuado em prolongado intervalo de tempo. Na fase construtiva mais antiga, evidenciam-se diversos tipos de aparelhos, que sugerem tal conclusão. Porém, ter-se-á sugerido pela coerência interna do conjunto e respectivas indicações estratigráficas.
As construções da fase calcolítica mais antiga assentam, ou no substrato rochoso, então aflorante, ou na camada do Neolítico Final. Correspondem a um aparelho de muito boa qualidade, em que os blocos calcários – alguns ultrapassando 2 t – eram ligados

por argamassa margosa, também obtida localmente.
Utilizaram-se, pontualmente, blocos basálticos, obtidos nas proximidades, talvez para provocarem contrastes cromáticos com os seus homólogos calcários. As duas fases construtivas seguintes, ainda pertencentes ao Calcolítico Inicial denotam, pelo progressivo reforço das estruturas preexistentes, a manutenção de situação de instabilidade social. Alguns bastiões são reforçados, o mesmo acontecendo a panos de muralha, com a finalidade de possibilitarem o seu alteamento; do mesmo modo, algumas entradas são prolongadas, ao mesmo tempo que outras sofrem redução em largura. Tais alterações, que se integram em remodelações gerais de todo o dispositivo defensivo, e não em simples obras pontuais feitas ao sabor das circunstâncias, consubstanciam a hipótese de planos gerais de reconstrução, tal como o plano inicial. Não obstante as prementes necessidades defensivas, é nítida a degradação da qualidade construtiva: as estruturas, além de mais pequenas e irregulares, são de menor solidez (blocos menores e argamassa de pior qualidade), prenunciando o início do declínio do povoado.
As três fases construtivas referidas correspondem a uma fase cultural – o Calcolítico Inicial da Estremadura – sobretudo caracterizada pelo espólio cerâmico: trata-se de cerâmica «canelada», em que decoração de ténues caneluras se aplicou em duas formas de recipientes principais: os «copos» e as taças, estas, aparentemente, sobreviventes àqueles. Ao nível do restante espólio, observa-se a qualidade do talhe bifacial de certos artefactos, desconhecidos no espólio do Neolítico Final – pontas de seta mitriformes e lâminas ovóides de retoque cobridor – sendo de salientar a ausência de objectos metálicos.
A fase cultural seguinte representada em Leceia, com início ainda no decurso da primeira metade do 3.º milénio a.C. – o Calcolítico Pleno da Estremadura – é marcada pelo declínio das construções defensivas e habitacionais, integrando apenas uma fase construtiva. As primeiras são praticamente inexistentes; as segundas, em geral de carácter muito precário aproveitaram, frequentemente, estruturas preexistentes, contrastando com as da fase cultural anterior. Algumas das estruturas defensivas encontravam-se em ruínas ou mesmo destruídas até aos alicerces, como indica a sobreposição de algumas delas por unidades habitacionais desta fase. Ao nível do espólio é, ainda a cerâmica, o elemento mais característico desta fase cultural, com as decorações em «folha de acácia» e em «crucífera», aplicadas a recipientes de forma variada, onde predominam os grandes esféricos, ditos «vasos de provisões». A metalurgia do cobre faz a sua aparição, generalizando-se rapidamente; estão representados machados, sovelas, punções, escopros, facas, espátulas, punhais e anzóis. A abundância do espólio, incluindo o metálico, constituindo objectos quase de luxo, cuja matéria-prima seria, necessariamente, importada, indica comunidade com assinaláveis recursos, mas cujas necessidades de defesa – que marcaram a vivência das gerações anteriores – já não se faziam sentir, ao menos de forma tão avassaladora, no entanto, existiriam por certo conflitos; a presença de restos humanos insepultos, na área habitada, parece comprová-lo (CARDOSO *et al.*, 1991). O espaço habitado centrou-se na área situada entre a segunda e a terceira linhas defensivas, na zona nuclear do povoado mais antigo.
As preocupações com a sua questão e a salubridade estão demonstradas pela construção de duas lixeiras estruturadas, na zona exterior ao espaço ocupado.
Estão documentadas todas as actividades económicas já observadas no Calcolítico Inicial. A agricultura está representada por mós, elementos elípticos de foice, lajeados circulares: eiras, pesos de tear para a tecelagem (do linho?); uma horticultura, incipiente, aproveitando as margens aluvionares da ribeira de Barcarena, eventualmente recorrendo a processos de rega primitivos, encontra-se sugerida pela presença de sachos de pedra polida. A criação de gado está documentada, desde o Neolítico Final, por restos de ovicaprinos, suínos e bovinos; o aproveitamento secundário do leite (para o fabrico de queijo) e das peles, encontra-se também comprovado pelo espólio. A caça do veado, javali, coelho e, mais raramente, do auroque e do urso encontra-se também demonstrada. A recolecção de moluscos, na costa adjacente, a cerca de 4 km, denota, pelas espécies presentes, a intensa exploração de biótopos variados: litorais arenosos e rochosos, mas também vasosos, existentes mais a montante.
Por fim, a pesca, no estuário, utilizando embarcações primitivas, está documentada pelos restos ictiológicos e pela recolha de grande anzol, de cobre. Tratava-se, portanto, de comunidade explorando exaustivamente os abundantes e diversificados recursos naturais disponíveis no espaço envolvente. Foi, por certo, tal abundância, corporizada por excedentes, que permitiu às sucessivas gerações o estabelecimento de trocas comerciais conducentes ao aprovisionamento de matérias-primas «estratégicas», por exemplo rochas duras indispensáveis ao fabrico de artefactos de pedra polida (machados, enxós, goivas, escopros, sachos, etc.), provenientes do Alentejo, para além de materiais «de prestígio», utilizados na confecção de adornos, como contas de minerais verdes e alfinetes de cabelo de marfim, matéria-prima só disponível a partir do Norte de África. Tais trocas, indicam, não que Leceia tenha funcionado como «lugar central» vocacionado para o comércio, mas simplesmente as possibilidades económicas dos seus habitantes. O abandono definitivo do local deve ter-se verificado no decurso da segunda metade do 3.º milénio a.C., antes da eclosão das cerâmicas campaniformes na região; em Leceia, tal como noutros povoados da Baixa Estremadura, é o «estilo internacional» que predomina, mas a escassez destes materiais sugere que o local seria, apenas, ponto de passagem esporádica de pequenos grupos humanos, sem ser ocupado em permanência.
Em resumo, ao longo de cerca de mil anos observamos em Leceia a fixação de uma comunidade progressivamente mais complexa, explorando exaustivamente os recursos de toda uma região envolvente; foi a riqueza ali naturalmente disponível, associada à melhoria progressiva das próprias tecnologias de produção que esteve na origem de trocas de produtos e matérias-primas com outras regiões. Tais relações extravasam o mero quadro comercial para se afirmarem ao nível da introdução de novas tecnologias: a generalização da metalurgia do cobre (minério desconhecido na região), bem documentada em Leceia, é disso prova. Mais ainda, tiveram a expressão em aspectos arquitectónicos e ao nível, mais abstracto, da superstrutura mágico-religiosa e, portanto, ideológica desta sociedade – como se conclui pelos «ídolos» e «amuletos» recolhidos – indicando a filiação desta comunidade em um mundo cultural de raiz mediterrânica, do qual fazia parte integrante.
JLC

116 Serra

3.º milénio a.C.
Calcolítico
50 x 20 x 2 mm
Cobre
Castro do Zambujal (Torres Vedras)
Torres Vedras, Museu Municipal de Torres Vedras, n.º 477/1

Serra de forma trapezoidal, com um dos bordos denteados.
AMA



116

117 Punhal

3.º milénio a.C.
Calcolítico
94 x 27 x 4 mm
Cobre
Castro do Zambujal (Torres Vedras)
Torres Vedras, Museu Municipal de Torres Vedras, s/n.º

Punhal de cobre de forma triangular e bordos rectilíneos, convergentes.
AMA



118

118 Faca

3.º milénio a.C.
Calcolítico
107 x 32 x 2 mm
Cobre
Castro do Zambujal, (Torres Vedras)
Torres Vedras, Museu Municipal de Torres Vedras, s/n.º

Faca de cobre encabada de forma rectangular. O cabo, de osso, tem secção oval.
AMA



119

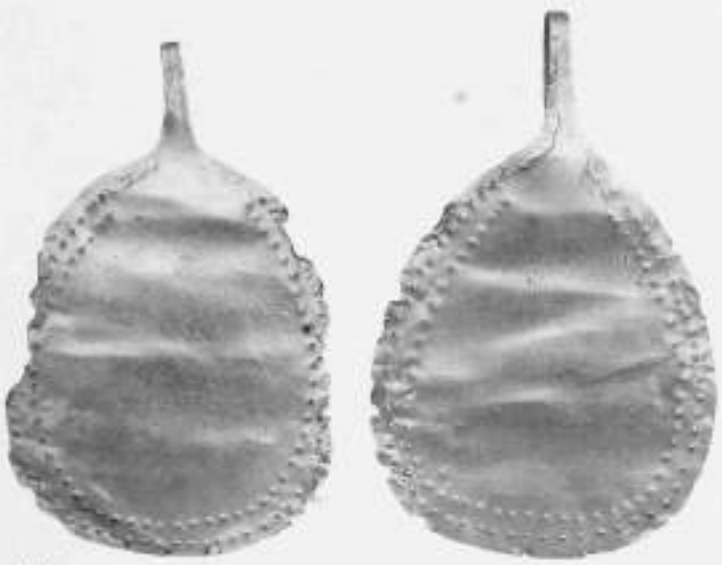
119 Cadinho de fundição

3.º milénio a.C.
Calcolítico
42 x 106 x 42 mm
Cerâmica
Castro de Pragança (Cadaval)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 11349

Recipiente cerâmico de forma quadrangular destinado à fusão do cobre. O bordo é espesso e possui sobre ele uma ranhura muito provavelmente destinada ao vazamento do metal em fusão.
AMA

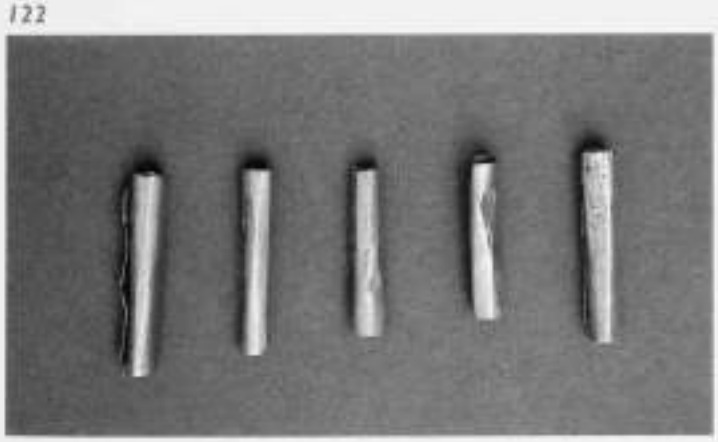


120



121

122



123



120 **Cadinho de fundição**

3.º milénio a.C.
Calcolítico
60 x 130 x 90 mm
Cerâmica
Castro da Pedra d'Ouro (Alenquer)
Alenquer, Museu Municipal de Alenquer, n.º 1278

Recipiente cerâmico destinado à fusão do cobre. Apresenta forma rectangular e possui quatro pequenos pés de secção troncocónica. O bordo é espesso e arredondado.
AMA

121 **Brincos**

Finais do 3.º – inícios do 2.º milénio a.C.
Calcolítico Final
1) Alt. total: 69 mm; larg. 35 mm; peso: 3,4 g; 2) Alt. total: 67mm; larg.: 34 mm; peso: 3,2 g
Ouro
Gruta artificial da Ermegeira (Torres Vedras)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 410 e 411

Um par de brincos de ouro, laminado por martelagem, de forma ovalada. Possuem, para suspensão, uma haste de forma subtriangular e secção sub-rectangular enrolada no topo, sob o reverso. Estão decorados nas margens com duas linhas paralelas de pontilhado a punção feitas a partir do reverso.
Bibliografia: HELENO, 1942: 458.
AMA

122 **Contas de colar**

Finais do 3.º – inícios do 2.º milénio a.C.
Calcolítico Final
Comp.: 24 mm; diâm.: 4 mm; peso: 3,4 g
Ouro
Gruta artificial da Ermegeira (Torres Vedras)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 412-416

Cinco contas de colar de ouro laminado por martelagem. São tubulares e lisas, possuindo forma cilíndrica e secção circular. São formadas por lâminas rectangulares enroladas, cujas extremidades se sobrepõem.
Bibliografia: HELENO, 1942: 458-459.
AMA

Comentário ao sítio da Ermegeira
A gruta artificial da Ermegeira, localizada na freguesia de Maxial, concelho de Torres Vedras, foi alvo de violação no momento da sua descoberta. O aparecimento dos artefactos de ouro ocorreu justamente durante essa violação. Porém, foi possível adquiri-los ao particular que os tinha comprado. Posteriormente, Manuel Heleno viria a realizar no monumento uma intervenção arqueológica. No entanto, pouco espólio pôde já recuperar. Entre este destaca-se alguma cerâmica campaniforme.
AMA

123 Quatro anéis

Finais do 3.º – inícios do 2.º milénio a.C.
Calcolítico Final
Diâm.: 13 x 17 mm
Ouro
Grutas de S. Pedro do Estoril – Gruta I (Cascais)
Lisboa, Museu Condes Castro Guimarães, n.º SP 180, 181, 183 GI

Espirais de ouro laminar de secção rectangular, uma delas com um dos extremos aplanado de forma arredondada.
Bibliografia: LEISNER, PAÇO e RIBEIRO, 1964: 38.
AMA

124 Punhal

Inícios do 2.º milénio a.C.
Calcolítico Final
155 x 32 mm
Cobre
Montelavar (Sintra)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, s/n.º

Punhal de lingueta trapezoidal para encabamento.
AMA

125 Pontas de seta

Inícios do 2º milénio a.C.
Calcolítico Final
1) 110 x 30 mm; 2) 80 x 30 mm
Cobre
Montelavar (Sintra)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, s/n.º

Duas pontas de seta «tipo Palmela» de corpo oval e espigão.
AMA

Comentário às peças 124 e 125
A sepultura de Montelavar foi descoberta acidentalmente, no início dos anos 40, durante a exploração de uma pedreira de calcário; desconhece-se a morfologia exacta do monumento, uma vez que este foi totalmente destruído, na sequência da sua descoberta, pelos achadores. A informação recolhida permite, porém, considerá-la uma sepultura de tipo cista que, a avaliar pela descrição da tampa que a cobria, poderia ser de grandes dimensões, correspondendo a uma inumação com o cadáver estendido.
O espólio recolhido limita-se a quatro peças de cobre ou de bronze arsenical, de que actualmente se conservam apenas três, depositadas no Instituto Geológico e Mineiro, nomeadamente um punhal de lingueta relativamente longo (154 mm) e duas características pontas de «tipo Palmela».
Os estudos desenvolvidos quase exclusivamente com base nas tipologias dos artefactos metálicos, em grande parte descontextualizados, conduziram à criação do conceito de «Grupo de Montelavar», que integraria espólios de tradição marcadamente campaniforme, embora com exclusão da cerâmica caracterizadora desse horizonte cronológico-cultural. Tratar-se-ia de uma fase integrável já no início do Bronze Antigo e datável de cerca de 1800-1700 a.C.
Nas associações artefactuais do «Grupo de Montelavar» destacam-se as pontas de «tipo Palmela», os punhais longos (e/ou espadas curtas), com lingueta para encabamento, as alabardas de «tipo Carrapatas», os machados planos, as espirais simples de ouro e prata e, eventualmente, cerâmica sem decoração.
Nos rituais de enterramento, a par da tradição de reutilização de monumentos funerários, típica do Calcolítico Final, surgem os primeiros enterramentos claramente individualizados em cistas longas que evoluirão seguidamente para as cistas curtas, contendo deposições com os cadáveres flectidos em posição fetal.
O «Grupo de Montelavar» parece ter afinidades, fora do âmbito da Estremadura portuguesa, sobretudo no Noroeste peninsular, embora com possíveis extensões no Sul e na Meseta. Destaca-se o evidente paralelismo com o chamado «Horizonte de Ferradeira», definido, com base em dados igualmente muito fragmentários, para o Baixo Alentejo e Algarve. Em ambos os casos está ausente a cerâmica campaniforme e presentes os

124



125



artefactos metálicos daquele complexo cultural.
Os enterramentos do «Horizonte de Ferradeira» são igualmente individuais, alguns deles em cistas longas.
MC

126 **Figurinha antropomórfica**

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico
Comp.: 45 mm
Osso
Tholos de S. Martinho (Sintra)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 10731 A e B



126

Estão conservados dois fragmentos da peça original, correspondentes à cabeça e ao tronco. Sobre a cabeça é visível um toucado ou chapéu sem abas.
Parece tratar-se de uma figura barbuda ou com representação das pinturas faciais ou «tatuagens» comuns à Deusa Mãe. No entanto, a impressão geral é a de estarmos perante uma figuração masculina.
VSG

127 **Báculo**

Segunda metade do 4.º milénio a.C.
Neolítico Final
141 x 64 x 6 mm
Xisto
Lapa da Galinha (Alcanena)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º L 6616

Fragmento de báculo em forma de 7. Decorado em ambas as faces com faixas preenchidas com linhas oblíquas e linhas ziguezagueantes formando triângulos preenchidos com linhas paralelas.
Bibliografia: SÁ, 1959.
AMA

128 **Báculo**

Segunda metade do 4.º milénio a.C.
Neolítico Final
275 x 64 x 7 mm
Xisto
Dólmen da Estria (Belas)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 1

Báculo em forma de 9 gravado em ambas as faces e perfurado na extremidade superior. Anverso: a decoração compõe-se de linhas oblíquas, paralelas entre si, que preenchem faixas limitadas por linhas paralelas. Reverso: decoração dividida em duas áreas distintas. Na parte superior, as faixas que acompanham a curvatura da «cabeça» do báculo estão preenchidas por linhas oblíquas. Na parte inferior, linhas ziguezagueantes formam decoração em triângulos, «dentes de lobo», preenchidos por traços oblíquos.
AMA

129 **Placa de xisto**

Segunda metade do 4.º milénio a.C.
Neolítico Final
140 x 65 x 5 mm
Xisto
Gruta da Cova da Moura (Torres Vedras)
Torres Vedras, Museu Municipal de Torres Vedras, n.º CM/85

Placa de xisto de forma sub-rectangular com decoração geométrica. Possui uma parte superior (cabeça), separada

127



128



do corpo por uma faixa com triângulos com o vértice para cima, preenchidos com traços incisos, oblíquos, paralelos entre si, que se cruzam. No centro da cabeça é visível uma perfuração, de secção troncocónica, para suspensão. Esta perfuração inscreve-se num triângulo, não decorado, com o vértice para baixo. Dos catetos do triângulo partem faixas horizontais lisas que alternam com faixas preenchidas com traços incisos, oblíquos, mas paralelos entre si, que se cruzam. No corpo, a decoração compreende quatro faixas paralelas com triângulos com os vértices para cima, preenchidos com traços incisos, oblíquos, paralelos entre si, que se cruzam.
Bibliografia: SPINDLER, 1981: 206.
AMA



130, 131, 132

130 Placa de xisto

Segunda metade do 4.º milénio a.C.
Neolítico Final
187 x 119 x 11 mm
Xisto
Gruta da Casa da Moura (Cesareda)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 372

Placa de xisto com decoração geométrica de forma trapezoidal. O corpo da placa está decorado por seis faixas paralelas com triângulos com os vértices para cima, preenchidos com traços incisos, oblíquos, paralelos entre si, que se cruzam. A cabeça possui uma perfuração, de secção troncocónica, para suspensão. Esta perfuração inscreve-se num triângulo, não decorado, com o vértice para baixo.
AMA

131 Placa de xisto

Segunda metade do 4.º milénio a.C.
Neolítico Final
170 x 113 x 5 mm
Xisto
Gruta da Casa da Moura (Cesareda)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 374

Placa de xisto com decoração geométrica de forma trapezoidal. O corpo da placa está decorado por três faixas paralelas com triângulos com os vértices para cima, preenchidos com traços incisos, oblíquos, paralelos entre si, que se cruzam. A cabeça possui uma perfuração, de secção troncocónica, para suspensão. Esta perfuração inscreve-se num triângulo, não decorado, com o vértice para baixo. Dos catetos do triângulo partem faixas horizontais lisas que alternam com faixas preenchidas com incisões.
AMA

132 Placa de xisto

Segunda metade do 4.º milénio a.C.
Neolítico Final
152 x 92 x 6 mm
Xisto
Gruta da Casa da Moura (Cesareda)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 385

Placa de xisto antropomórfica com decoração geométrica. A cabeça é triangular, recortada e possui uma perfuração para suspensão. O corpo, com ombros bem marcados, é decorado com linhas quebradas paralelas entre si e por três linhas verticais.
AMA

133 Placa de xisto

Segunda metade do 4.º milénio a.C.
Neolítico Final
173 x 83 x 9 mm
Xisto
Gruta da Casa da Moura (Cesareda)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 379

Placa de xisto com decoração geométrica de forma sub-rectangular. O corpo da placa está decorado por três faixas paralelas com triângulos com os vértices para cima, preenchidos com traços incisos, oblíquos, paralelos entre si,

que se cruzam. A cabeça possui uma perfuração, de secção troncocónica, para suspensão. Esta perfuração inscreve-se num triângulo, não decorado, com o vértice para baixo. Dos catetos do triângulo partem faixas horizontais preenchidas com incisões.
AMA

134 **Placa de xisto**

Segunda metade do 4.º milénio a.C.
Neolítico Final
220 x 105 mm
Xisto
Cabeço da Arruda (Torres Vedras)
Torres Vedras, Museu Municipal de Torres Vedras, n.º CAI/11

Placa de xisto sem decoração com forma sub-rectangular. No topo superior perfuração central para suspensão de secção bitroncocónica.
Duas depressões
na parte superior indicam
a representação dos olhos.
AMA



134



136

135 **Coelho de pedra verde**

Segunda metade do 4.º milénio a.C.
Neolítico Final
16 x 10 x 5 mm
Pedra verde (variscite?)
Gruta da Cova da Moura (Torres Vedras)
Torres Vedras, Museu Municipal de Torres Vedras, n.º CM/479

Pequena escultura zoomórfica representando um lagomorfo (coelho ou lebre). Na pata traseira, a única conservada, é visível uma perfuração, de secção troncocónica. Este facto, aliado ao conhecimento que possuímos de outros exemplares mais completos nos quais ambas as patas estão perfuradas, indica que este artefacto se destinava a ser suspenso.
Bibliografia: SPINDLER, 1981: 212.
AMA

136 **Coelho duplo**

Segunda metade do 4.º milénio a.C.
Neolítico Final
30 x 50 x 13 mm
Osso polido
Dólmen do Cabeço da Arruda (Torres Vedras)
Torres Vedras, Museu Municipal de Torres Vedras, n.º CAI/45

Pequena escultura zoomórfica representando dois lagomorfos (coelho ou lebre). Duas cabeças opostas unidas a um único corpo.
Bibliografia: LEISNER, 1965.
AMA

137 **Ídolo falange**

Primeira metade do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
73 x 46 x 34 mm
Osso polido
Lapa da Bugalheira (Torres Novas)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, s/n.º

Falange de equídeo gravada com representação antropomórfica.
No anverso são visíveis dois olhos raiados em forma de sol, sob os quais estão gravadas linhas paralelas que parecem corresponder às tatuagens faciais. O reverso é quase totalmente coberto por linhas ondulantes, paralelas entre si.
AMA

138 **Ídolo falange**

Primeira metade do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
72 x 47 x 35 mm
Osso polido
Lapa da Bugalheira (Torres Novas)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, s/n.º

Falange de equídeo gravada com representação antropomórfica. No anverso são visíveis dois olhos raiados em forma de sol, sob os quais estão gravadas linhas paralelas que parecem corresponder às tatuagens faciais.
Na parte superior do reverso, linhas convexas paralelas entre si.
AMA

139 Ídolo falange

Primeira metade do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
75 x 35 x 30 mm
Osso polido
Tholos da Borracheira (Torres Vedras)
Torres Vedras, Museu Municipal, n.º BOR/97

Falange de equídeo gravada com representação antropomórfica.
AMA



139

140 Ídolo mocho

Primeira metade do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
30 x 40 x 20 mm
Osso polido
Gruta da Carrasca (Torres Vedras)
Torres Vedras, Museu Municipal, n.º C2/2

Fragmento superior de falange com decoração antropomórfica. A decoração consiste numa perfuração (cónica) que indica um dos olhos e em linhas incisas que representam as tatuagens faciais.
AMA



140

141 Taça

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
Alt.: 47 mm; diâm. do bordo: 65 mm
Calcário
Grutas artificiais de Tojal de Vila Chã – Gruta I (Carenque – Amadora)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 43517

Recipiente de calcário em calote de esfera, com fundo convexo e bordo ligeiramente espessado externamente.
AMA

142 Taça

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
Alt.: 36,5 mm; diâm. do bordo: 70 mm
Calcário
Tholos de S. Martinho (Sintra)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 10715

Taça em calote de esfera, decorada com três caneluras junto ao bordo.
AMA

143 Caixa

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
38,5 x 69,8 x 35,6 mm
Calcário
Tholos do Barro (Torres Vedras)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 12 087

Caixa rectangular de calcário, de paredes rectas e fundo plano. Está decorada com incisões. Linhas de incisões oblíquas e paralelas entre si cruzam-se, formando-se uma retícula que preenche completamente as paredes externas da caixa.
AMA

144 Caixa

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
54 x 95 x 39 mm
Calcário
Tholos do Pai Mogo (Lourinhã)
Torres Vedras, Museu Municipal de Torres Vedras, n.º PM/433

Caixa rectangular de calcário. As faces maiores estão decoradas por linhas incisas oblíquas que se cruzam, o que produz o efeito de um reticulado. Esta decoração é enquadrada por uma moldura tripla.
Bibliografia: GALLAY *et al.*, 1973: 141.
AMA

144



145 Ídolo pinha

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
84 x 28,5 x 10,5 mm
Calcário
Tholos de S. Martinho (Sintra)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 10705

Artefacto votivo de calcário composto por uma parte superior de forma cónica (cabeça) e por uma haste ou cabo de secção circular.
AMA



145, 146, 147

146 Ídolo pinha

Finais do 4.° – inícios do 3.° milénio a.C.
Calcolítico Inicial
118 x 56 x 23 mm
Calcário
Grutas artificiais de Tojal de Vila Chã – Gruta I (Carenque – Amadora)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.° C8/4

Artefacto votivo de calcário composto por uma parte superior de forma ovalada (cabeça) e por uma haste ou cabo de secção circular. A cabeça, de secção oval, é decorada por linhas incisas perpendiculares e oblíquas, que se cruzam. O cabo, curto, tem apêndice terminal de forma semicircular.
AMA

147 Ídolo pinha

Finais do 4.° – inícios do 3.° milénio a.C.
Calcolítico Inicial
70,5 x 43,5 x 12 mm
Calcário
Tholos de S. Martinho (Sintra)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.° 10704

Artefacto votivo de calcário composto por uma parte superior de forma subcónica (cabeça) e por uma haste ou cabo de secção circular. A cabeça, de secção oval, é decorada por linhas incisas oblíquas e ondulantes que se cruzam. O cabo encontra-se fracturado.
AMA

148 Três betilos («ídolos cilíndricos»)

Finais do 4.° – inícios do 3.° milénio a.C.
Calcolítico Inicial
1) Alt.: 264 mm; diâm.: 90 mm; 2) 193 mm, 70 mm; 3) 123 mm, 50 mm
Calcário
Gruta do Correio-Mor (Loures)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia (depósito de Manuel Leitão), n.° 989.11.4; 989.11.8; 989.11.7

Três cilindros calcários de secção circular.
AMA

148, 149, 150



149 Betilo («ídolo cilíndrico»)

Finais do 4.° – inícios do 3.° milénio a.C.
Calcolítico Inicial
Alt.: 169 mm; diâm.: 65 e 54 mm
Calcário
Gruta do Correio-Mor (Loures)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia (depósito de Manuel Leitão), n.° 989.11.5

Tronco de cone de calcário de secção circular.
AMA

150 **Betilo («ídolo cilíndrico»)**

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
Alt.: 147 mm; diâm.: 54 e 48 mm
Calcário
Gruta do Correio-Mor (Loures)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia (depósito de Manuel Leitão), n.º 989.11.6

Artefacto votivo de calcário de forma troncocónica na metade inferior e subquadrangular na metade superior. As secções são circular e subquadrangular.
AMA

151 **Seis betilos («ídolos cilíndricos»)**

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
1) Alt.: 105 mm; diâm.: 35 mm; 2) Alt.: 123 mm; diâm.: 33 mm;
3) Alt.: 128 mm; diâm.: 47 mm; 4) Alt.: 132 mm; diâm.: 46 mm;
5) Alt.: 26 mm; diâm.: 60 mm; 6) Alt.: 64 mm; diâm.: 92 mm
Calcário
Tholos do Pai Mogo (Lourinhã)
Torres Vedras, Museu Municipal de Torres Vedras, n.º PM/455, PM/454, PM/448, PM/449, PM/443, PM 439

Cilindros de calcário de secção circular, um dos quais fracturado (PM/439).
Bibliografia: GALLAY *et al.*, 1973: 143.
AMA

152 **Betilo («ídolo cilíndrico»)**

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
Alt.: 300 mm; diâm.: 85 mm
Calcário
Folha da Barrada (Sintra)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º FB 15

Grande cilindro de calcário de secção circular.
AMA



153

153 **Betilo («ídolo semicilíndrico»)**

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
281 x 58 x 49 mm
Calcário
Arredores de Lisboa
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 75202

Betilo decorado, de forma troncocónica, plano-convexo. Secção semicircular. A decoração encontra-se na face arredondada. Compõe-se de quatro faixas de caneluras paralelas, uma em cada topo e duas no centro. As duas faixas de caneluras centrais enquadram uma decoração de linhas ziguezagueantes perpendiculares ao plano do «ídolo» e paralelas entre si.
Bibliografia: FERREIRA, 1957.
AMA

154 **Betilo («ídolo semicilíndrico»)**

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
Alt.: 362 mm; diâm. máximo: 63 mm
Calcário
Gruta do Correio-Mor (Loures)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia (depósito de Manuel Leitão), n.º 989.11.1

Betilo decorado, de forma troncocónica, plano-convexo. Secção semicircular. A decoração encontra-se na face arredondada. Compõe-se de três faixas de caneluras paralelas, localizadas na base (uma canelura), ao centro (seis caneluras) e no topo (três caneluras).
AMA

155 **Betilo («ídolo semicilíndrico»)**

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
Alt.: 240 mm; diâm.: 44 mm
Calcário
Gruta do Correio-Mor (Loures)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia (depósito de Manuel Leitão), n.º 989.11.2

Betilo decorado, de forma troncocónica, plano-convexo. Secção semicircular. A decoração encontra-se na face arredondada e compõe-se de duas faixas de caneluras localizadas na metade superior. A primeira compreende duas caneluras e a segunda cinco.
AMA

156 **Betilo («ídolo semicilíndrico»)**

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
Alt.: 178 mm; diâm.: 40 mm
Calcário
Gruta do Correio-Mor (Loures)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia
(depósito de Manuel Leitão), n.º 989.11.3

Betilo decorado, de forma troncocónica, plano-convexo. Secção semicircular. A decoração encontra-se na face arredondada e compõe-se de duas faixas de caneluras paralelas. No topo superior do «ídolo» duas caneluras sub-elípticas partem de uma outra vertical, formando uma representação antropomórfica.
AMA

157 **Betilo («ídolo cilíndrico»)**

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
Alt.: 100 mm; diâm.: 30 mm
Calcário
Tholos do Barro (Torres Vedras)
Lisboa, Museu Nacional
de Arqueologia, n.º 12088

Betilo de forma cilíndrica e secção circular. Está decorado no topo com quatro incisões oblíquas, paralelas entre si. Estas localizam-se na face decorada do cilindro duas de cada lado, estando cada conjunto de duas incisões encimado por uma pequena depressão. Trata-se de uma representação antropomórfica, com olhos (as duas depressões) e tatuagens faciais (as incisões).
Bibliografia: FERREIRA, 1957.
AMA

154, 155, 156



158 **Betilo («ídolo cilíndrico»)**

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
Alt.: 143 mm; diâm. na base: 42 mm; diâm. no topo: 32 mm
Calcário
Tholos de S. Martinho (Sintra)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 10 702

Betilo de forma troncocónica de secção circular. Está decorado no topo com incisões. Estas, duas de cada lado da face decorada, partem do topo, descrevendo linhas verticais que se encurvam no final formando semicírculos. Trata-se, muito provavelmente, de uma representação antropomórfica.
Bibliografia: FERREIRA, 1957.
AMA

159 **Betilo («ídolo semicilíndrico»)**

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
Alt.: 296 mm; larg. máxima: 54 mm; larg. mínima: 20 mm
Calcário
Anta de Casainhos (Loures)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico
e Mineiro, s/n.º

Betilo decorado, de forma troncocónica, plano-convexo. Secção semicircular. A decoração encontra-se na face arredondada. Ostenta, junto ao topo superior (mais largo) dez faixas horizontais, preenchidas por traços finos, oblíquos, de direcção alternada. Junto à extremidade inferior, apresenta seis caneluras horizontais. Estas gravações nas extremidades enquadram uma decoração central. Esta compõe-se de sete caneluras verticais, quatro à direita e três à esquerda, encimadas por duas caneluras horizontais, a primeira das quais descreve dois semi-círculos que se unem, formando uma representação provavelmente antropomórfica.
Bibliografia: LEISNER, ZBYSZEWSKI e FERREIRA, 1969: 72.
AMA

160 **Betilo («ídolo semicilíndrico»)**

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
Comp.: 244 mm; larg. máxima: 52 mm; larg. mínima (na base) 17 mm
Calcário
Folha das Barradas (Sintra)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º FB 12

Betilo decorado, de forma troncocónica, plano-convexo. Secção semicircular. Está decorado na face arredondada. A decoração consta de: (1) na área central – um semicírculo em forma de crescente lunar, enquadrado por duas faixas de caneluras; (2) na base – uma faixa de caneluras; (3) – no topo três caneluras semicirculares, biconvexas e três depressões circulares (uma sob as caneluras semicirculares e duas entre os arcos de círculo). Esta decoração sugere uma representação antropomórfica.
AMA

159, 161



161 **Betilo («ídolo semicilíndrico»)**

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
140 x 50 mm
Calcário
Dólmen da Estria (Belas)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 3

Betilo decorado, troncocónico, plano-convexo. Secção semicircular. A decoração encontra-se na face arredondada junto às extremidades. No topo inferior duas caneluras horizontais. No topo superior, cinco caneluras oblíquas mas paralelas entre si (três à esquerda e duas à direita). Estas caneluras do topo superior devem interpretar-se como representações das tatuagens faciais, o que, assim sendo, leva a sugerir que a decoração deste betilo é antropomórfica.
AMA

162 **Artefacto votivo («palmatória»)**

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
255 x 55 x 50 mm
Calcário
Gruta da Cova da Moura (Torres Vedras)
Torres Vedras, Museu Municipal de Torres Vedras, n.º CM/99

Artefacto votivo de calcário composto por uma parte superior betilóide e uma inferior em forma de espigão. No topo, uma decoração muito simples constituída por seis linhas grosseiramente horizontais e paralelas entre si. Trata-se de uma das várias representações votivas, em calcário, de um artefacto de significado desconhecido. A forma parece ser a de um betilo a que se juntou um espigão destinado a fixação ou no solo ou num suporte de matéria perecível.

A questão da estabilidade da maior parte dos betilos não se põe, devido ao seu peso considerável e às bases largas, planas ou quase planas, que a maioria apresenta. Mas alguns têm extremidades afuseladas, que tornam difícil o seu equilíbrio sobre o solo. Esta situação permite supor que existiria uma estrutura orgânica (madeira, couro, vime), desaparecida com o tempo, que os manteria estáveis.
Bibliografia: SPINDLER, 1981: 206.
VSG

163 **Ídolo em forma de peso de balança**

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
Alt.: 172 mm; diâm. na base: 113 mm
Calcário
Gruta do Correio-Mor (Loures)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia (depósito de Manuel Leitão), n.º 989.11.9

Artefacto composto por uma alta base cilíndrica, de secção circular, e uma parte superior em forma de cogumelo. Parece tratar-se de uma representação antropomórfica semelhante a outras do Mediterrâneo Oriental.
VSG

164 «Cabeça de Maça»

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
Diâm. máximo: 156 mm; diâm. mínimo: 138 mm;
diâm. da perfuração: 84 mm
Calcário
Gruta do Correio-Mor (Loures)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia
(depósito de Manuel Leitão), n.º 989.11.10

Artefacto de forma subcircular, com uma larga perfuração central. Trata-se de um espesso aro de calcário.
Este item, que integra a classe dos artefactos de calcário considerada «rara» ou «pouco frequente», é interpretável como sendo fixado verticalmente num cabo, constituindo o conjunto uma representação votiva de uma maça de combate. Tem similares, ainda que formalmente mais elaborados, na Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo).
VSG

165 Haste cilíndrica («tentáculo de polvo»)

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
256 x 46 x 48 mm
Calcário
Grutas artificiais de Tojal de Vila Chã (Carenque – Amadora)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º L1088

Artefacto votivo de calcário, de secção oval, que apresenta a forma de um «tentáculo de polvo»: a sua espessura diminui da base para o topo, terminando em bico. Sobre o bordo convexo, apresenta quatro protuberâncias de forma rectangular, parecendo tratar-se da representação de pequenos fragmentos de lâmina embutidos numa haste. Se esta implantação tivesse sido feita na parte côncava do artefacto, poderíamos estar perante a representação votiva de uma foice. Não sendo esse o facto, o carácter enigmático de esta representação acentua-se.
VSG

163



166 Placa encurvada

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
184 x 56 mm
Calcário
Gruta do Correio-Mor (Loures)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia
(depósito de Manuel Leitão), n.º 989.11.11

Placa de calcário de forma sub-rectangular, de secção oval e muito encurvada.
Desconhece-se em absoluto o significado de estes artefactos votivos.
AMA

167 Lúnula

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico
182 x 44 mm
Calcário
Grutas artificiais de Tojal de Vila Chã (Carenque – Amadora)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 43 494

Artefacto de calcário em forma de crescente lunar, com duas perfurações cónicas localizadas junto ao bordo convexo. Está decorado com traços verticais incisos. Junto ao extremo esquerdo a decoração apresenta-se mais organizada sendo visíveis linhas quebradas em espinha.
AMA

167, 168, 169



168 Lúnula

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico
150 x 47 mm
Calcário
Grutas artificiais de Tojal de Vila Chã (Carenque – Amadora)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 43496

Artefacto de calcário em forma de crescente lunar, com duas perfurações bicónicas localizadas junto ao bordo convexo. Decoração com traços incisos organizando-se em linhas ziguezagueantes.
AMA

169 Lúnula

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico
151 x 53 mm
Calcário
Grutas artificiais de Tojal de Vila Chã (Carenque – Amadora)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 43 493

Artefacto de calcário em forma de crescente lunar, com quatro perfurações bicónicas localizadas junto ao bordo convexo. Está decorado em ambas as faces junto ao bordo côncavo. A lúnula é composta por quatro incisões em segmentos de círculo, paralelas entre si que acompanham a curvatura do bordo.
AMA

171, 172



170 Faca votiva

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
120 x 40 x 5 mm
Calcário
Tholos do Pai Mogo (Lourinhã)
Torres Vedras, Museu Municipal de Torres Vedras, n.º PM/472

Artefacto que parece ser a representação de uma faca. Possui uma haste curta de forma triangular e uma lâmina larga e encurvada, cuja extremidade se apresenta fracturada.
Bibliografia: GALLAY *et al.*, 1973: 145-147.
AMA

171 Enxó encabada votiva

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
165 x 150 x 17 mm
Calcário
Dólmen da Estria (Belas)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 3

Peça de calcário que representa uma enxó encabada. Cabo da enxó de secção oval. Enxó de secção oval. Cinco caneluras pouco profundas na ligação entre o cabo e a enxó representam as cordas que se usavam no encabamento.
AMA

172 Enxó encabada votiva

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
120 x 65 x 25 mm
Calcário
Grutas do Poço Velho (Cascais)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 213

Peça de calcário que representa uma enxó encabada. Cabo da enxó de secção oval. Enxó de secção oval. Seis caneluras pouco profundas na ligação entre o cabo e a enxó representam as cordas que se usavam no encabamento.
AMA

173 Enxó encabada votiva

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
168 x 113 x 43 mm
Calcário
Tholos de S. Martinho (Sintra)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 10 709

Peça de calcário que representa uma enxó encabada. Cabo da enxó de secção biconvexa. Enxó de secção oval. Sete caneluras pouco profundas na ligação entre o cabo e a enxó representam as cordas que se usavam no encabamento. Este exemplar destaca-se entre o conjunto das enxós encabadas pelo facto de apresentar o cabo e a face inferior decorados com triângulos preenchidos com linhas cruzadas.
AMA

176



174 ***Enxó encabada votiva***

Finais do 4.° – inícios do 3.° milénio a.C.
Calcolítico Inicial
129 x 117 x 25 mm
Calcário
Tholos do Pai Mogo (Lourinhã)
Torres Vedras, Museu Municipal de Torres Vedras, n.° PM/470

Peça de calcário que representa uma enxó encabada. Cabo da enxó de secção oval. Enxó de secção oval. Sete caneluras pouco profundas na ligação entre o cabo e a enxó representam as cordas que se usavam no encabamento.
Bibliografia: GALLAY *et al.*, 1973: 145.
AMA

175 ***Enxó encabada votiva***

Finais do 4.° – inícios do 3.° milénio a.C.
Calcolítico Inicial
190 x 165 x 16 mm
Calcário
Grutas artificiais de Tojal de Vila Chã (Carenque – Amadora)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.° 43 489

Peça de calcário que representa uma enxó encabada. Cabo da enxó de secção oval. Enxó de secção oval.
AMA

176 ***«Gorjal»***

Finais do 4.° – inícios do 3.° milénio a.C.
Calcolítico Inicial
Diâm.: 205 mm; esp. máxima: 20 mm
Calcário
Tholos do Pai Mogo (Lourinhã)
Torres Vedras, Museu Municipal de Torres Vedras, n.° PM/469

Artefacto de calcário em forma de crescente. Forma definida por chanfro semicircular parcialmente acompanhado no verso por um cordão saliente com duas perfurações bicónicas verticais para suspensão.
Bibliografia: GALLAY *et al.*, 1973: 145; GONÇALVES, 1993.
VSG

177 «Insígnia de chefia»

Finais do 4.° – inícios do 3.° milénio a.C.
Calcolítico Inicial
Diâm.: 330 mm; larg.: 200 mm; esp.: 60 mm
Calcário
Tholos do Pai Mogo (Lourinhã)
Torres Vedras, Museu Municipal de Torres Vedras, n.° PM/468

Artefacto de calcário com a forma de um crescente lunar, decorado com finas incisões e provido com espigão para encabamento no verso. Segundo recente interpretação, destinar-se-ia muito provavelmente a ser fixo na extremidade de uma haste de madeira, constituindo assim uma espécie de emblema de chefia.
Bibliografia: GALLAY *et al.*, 1973: 145; GONÇALVES, 1993.
VSG



178

178 Placa votiva com dupla figuração de enxó encabada

Finais do 4.° – inícios do 3.° milénio a.C.
Calcolítico Inicial
70 x 50 x 10 mm
Calcário
Dólmen do Cabeço da Arruda (Torres Vedras)
Torres Vedras, Museu Municipal de Torres Vedras, n.° CAII/116

Placa de calcário de forma sub-rectangular, com secção longitudinal em cunha e transversal elipsoidal. Duas perfurações no topo, para suspensão. Faixa no topo com linhas quebradas em V com a provável dimensão original de 22 mm de altura. Partindo dela, representação de duas enxós encabadas, unidas pelos cabos e com gumes em oposição. A fractura antiga impede uma correcta interpretação do que poderia ter sido o artefacto original. Interpretada como um fragmento de enxó votiva de calcário (GALLAY *et al.*, 1973: 21), o que está longe de ser indiscutível, esta placa é, no entanto, realmente, o reaproveitamento de um artefacto anterior. As duas perfurações que apresenta indicam que se destinava a ser suspensa, tendo sido efectuadas logo abaixo da fractura antiga e sobre uma faixa larga decorada com linhas quebradas em V. O mais interessante é, porém, a restante decoração, que parece possível de interpretar como a representação, sobre campo plano, de duas enxós encabadas, o que poderia parecer simbolicamente redundante se o artefacto original tivesse sido ele próprio uma figuração votiva de uma enxó encabada.
De qualquer forma, estamos perante mais uma manifestação da importância simbólica atribuída à enxó, instrumento figurado sobre vasos cerâmicos, reproduzido em calcário ou mesmo colocado nas mãos do morto como parte de um conjunto de componentes intermutáveis que incluía também o machado e a goiva (Anta Poço da Gateira 1, em Reguengos de Monsaraz).
Bibliografia: FERREIRA e TRINDADE, 1954: 34-35; GALLAY *et al.*, 1973.
VSG

179 Par de sandálias votivas

Finais do 4.° – inícios do 3.° milénio a.C.
Calcolítico Inicial
Comp.: 210 mm; larg. máxima: 85 e 81 mm
Calcário
Grutas de Alapraia – Gruta II (Cascais)
Cascais, Museu Condes Castro Guimarães, n.° AL. 34, AL. 33, G II

Par de sandálias votivas de calcário correspondendo uma ao pé direito e outra ao pé esquerdo. Planas, apresentam-se rodeadas por um chanfro e uma vira levantada onde se observam trinta e três e trinta e dois orifícios de secção bicónica. Estes orifícios destinavam-se, no artefacto original, aqui «copiado», à colocação de tiras que segurariam a sandália ao pé.
Bibliografia: JALHAY e PAÇO, 1941: 123-124.
AMA

180 «Graal»

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
Alt.: 30 mm; diâm. do bordo: 64 mm
Calcário
Tholos do Pai Mogo (Lourinhã)
Torres Vedras, Museu Municipal de Torres Vedras, n.º PM/436

Pequeno recipiente de paredes muito espessas, de forma subesférica e de bordo exvertido.
Bibliografia: GALHAY *et al.*, 1973: 142.
AMA

181 «Graal»

Finais do 4.º – inícios do 3.º milénio a.C.
Calcolítico Inicial
Alt.: 22 mm; diâm. do bordo: 39 mm
Calcário
Tholos do Pai Mogo (Lourinhã)
Torres Vedras, Museu Municipal de Torres Vedras, n.º PM/437

Pequeno recipiente de paredes muito espessas, de forma subesférica e de bordo exvertido.
Bibliografia: GALHAY *et al.*, 1973: 143.
AMA

Comentário às peças 141 a 181
Os artefactos votivos de calcário são certamente, pela sua diversidade e morfologia, uma das mais notáveis manifestações pré-históricas relacionadas com o sagrado. A sua cronologia coincide com a do Calcolítico, particularmente com as fases iniciais do 3.º milénio, ainda que alguns tipos sejam ainda detectáveis na sua segunda metade.
A listagem dos artefactos votivos de calcário ou «mármore» não é difícil de fazer, ainda que se esteja longe do isolar «definitivo» de todas as variantes e da fixação de interpretações viáveis para todos eles.

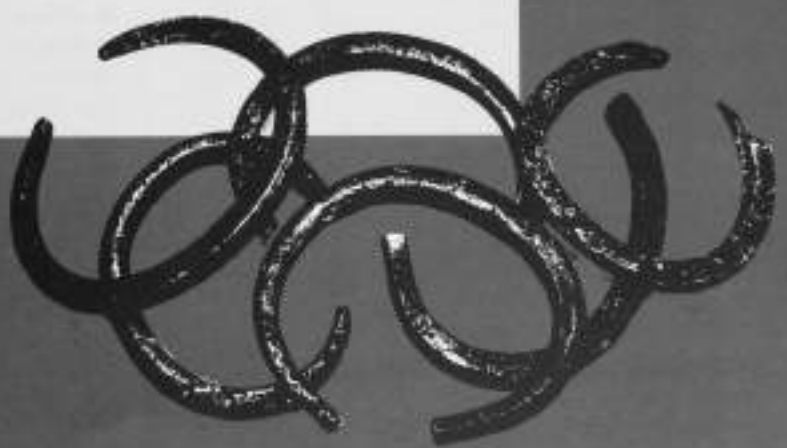
179



As formas mais frequentes compreendem os ídolos betilo, decorados ou não (cilíndricos, hiperbolóides, romboides, cónicos, cónicos truncados), ídolos fálicos, «ídolos de gola», ídolos afuselados (geralmente gravados), «ídolos pinha», «ídolos alcachofra», lúnulas, enxós encabadas, almofarizes, vasos, caixas rectangulares (lisas e gravadas)...
Entre as formas raras, ou mesmo únicas, contam-se o par de sandálias de Alapraia, o «peso de balança» e a «cabeça de maça» da Gruta do Correio-Mor, a «insígnia» do Pai Mogo, os ídolos afuselados com espigão para fixação, o «tentáculo de polvo» de Carenque, as placas encurvadas do Correio-Mor e do *tholos* da Praia das Maçãs, o «cadinho» de Alcalar 2, as esferas do *tholos* da Praia das Maçãs, o toneliforme de Casainhos, os «peitorais» do *tholos* da Tituaria...
Quanto à natureza dos monumentos e sítios em que, na península de Lisboa, foram recolhidos artefactos votivos de calcário, a lista actual inclui quase todas as variedades de sítios arqueológicos do Calcolítico, tanto povoados como necrópoles.
Entre os povoados abertos, podemos citar a Parede, entre os fortificados, Liceia, Vila Nova de S. Pedro, Zambujal.
Os exemplos são, no entanto, bem mais frequentes e diversificados no caso das necrópoles. Correio-Mor, em Loures, é uma gruta natural onde se recolheu uma extraordinária colecção de artefactos de este tipo. As grutas artificiais de Carenque, Alapraia e S. Pedro do Estoril forneceram exemplares significativos. Entre os raros exemplos possíveis para antas com estes tipos de artefactos contam-se a anta de Belas, o monumento de Casainhos, o Cabeço da Arruda (Torres Vedras). Do *tholos* de S. Martinho (Sintra) e do de Pai Mogo (Lourinhã) provêm algumas notáveis peças. No *tholos* da Praia das Maçãs foram recolhidos alguns pequenos vasos, um dos quais canelado (similar ao de S. Martinho), associados a ídolos cilíndricos (um dos quais com «tatuagens» ou pinturas faciais), uma enxó encabada, uma lúnula e diversos artefactos inidentificáveis.
Há porém um ponto que parece essencial: à medida que nos afastamos da península de Lisboa, a diversidade das formas reduz-se significativamente.
Sem erro, podemos dizer que, até hoje, fora dessa região central, os artefactos que constam dos inventários são, para além das formas betilóides, quase sempre pequenos vasos e almofarizes.
Em Alcalar, por exemplo, são três tipos simples de artefactos (contra os mais de seis da Gruta

do Correio-Mor ou os mais de oito do Pai Mogo).
Uma possibilidade parece assim desenhar-se com elevado grau de probabilidade: o conjunto de artefactos cerâmicos com decorações caneladas, os artefactos votivos de calcário, *tholoi* e grutas artificiais faziam originalmente parte de um só conjunto, ao qual se associam os povoados fortificados. A difusão a partir de uma região determinada – neste caso, a península de Lisboa – acarretou a fragmentação do conjunto inicial, determinada pelas condicionantes regionais em matéria-prima, mas, sobretudo, pela natureza e evolução local das redes de povoamento.
Se nos perguntássemos o que representam realmente os almofarizes, os pequenos recipientes e os vasos de calcário, a resposta seria obrigatoriamente múltipla. Se as lúnulas e os betilos da península de Lisboa são possíveis réplicas de artefactos do mundo dos vivos, mais propriamente de artefactos ideotécnicos, mas não necessariamente presentes no quotidiano, tal não acontece provavelmente com as enxós, reproduções por vezes bastante realistas de artefactos tecnómicos de uso corrente. Que sentido ganham, ao ser usadas nestes novos contextos, é porém tema passível de outras leituras.
Muitos outros artefactos são impossíveis de interpretar, e essa é situação inultrapassável.
Quanto aos almofarizes, a dificuldade residiria em saber se se trata de artefactos de uso comum (como as pontas de seta, os machados, as enxós...) colocados junto ao morto ou se se trata de oferendas especialmente reservadas para essa ocasião. Justamente em dois almofarizes provenientes de Alcalar, no Algarve, e conservados no Museu Nacional de Arqueologia (MNAE-10055--A3 e MNAE-8618-A5) são ainda claramente visíveis, no fundo da superfície interna, pequenas manchas vermelhas, que poderiam resultar do esmagamento de ocre vermelho, ocre com o qual os mortos eram salpicados. Sem dúvida que estes almofarizes funcionaram, e claro que tal decorreu durante as cerimónias de enterramento, tendo sido de seguida depositados junto ao morto.
As dimensões dos vasos de calcário, consideravelmente maiores que as dos almofarizes, poderiam indicar outro tipo de função e conteúdo, não sendo a água uma impossibilidade, sabendo-se como é comum a sua presença em rituais funerários.
A discussão em torno ao significado dos betilos poderia considerar-se encerrada após a escavação de Millares IX (=5), quando na proximidade do acesso ao corredor deste *tholos* se encontraram agrupadas algumas dezenas de betilos. Teríamos aqui o exemplo de um pequeno santuário no exterior imediato do monumento. Em outros casos, certos exemplares poderiam ter integrado pequenos espaços sagrados, delimitados no interior dos monumentos.
Algumas figurações são extraordinariamente semelhantes aos menires fálicos identificados no Alentejo e Algarve. Outras apresentam, pelo contrário, vários ou um único dos elementos que integram a simbólica da Deusa-Mãe: os olhos solares, as sobrancelhas, a cabeleira, as «pinturas» ou «tatuagens» faciais. Outras ainda, particularmente as claramente rombóides e hiperbolóides, entrariam em qualquer das categorias, mas raramente registam elementos da simbólica, particularmente quando de grandes dimensões.
Outra questão fundamental, em torno da qual não há acordo, é a de nos encontrarmos perante artefactos de fabrico local ou importados.
Considerando como muito possível o fabrico local da maioria, o certo é que seria difícil esquecer que durante o 3.° milénio (e até mais tarde) existem, na bacia mediterrânica, «áreas de preferência» pelo uso do calcário como matéria-prima para artefactos votivos. A Sardenha e, evidentemente, o Egeu, no Mediterrâneo Central e Oriental, são exemplos em que esta situação é bem clara.
A presença de um fundo mágico-religioso comum ao mundo mediterrânico tem sido por diversas vezes avançada para explicar similitudes de cultos e práticas funerárias. O uso do calcário pode sem dificuldade participar num dado momento desta comunidade, a cuja generalização não é estranha (quem o negaria?) a navegação mediterrânica, mas que parece também encontrar os seus principais fundamentos numa evolução cultural similar, ainda que não necessariamente síncrona.
VSG

A Península de Lisboa entre o Norte Atlântico e o Oriente Mediterrânico



182 Foice denticulada (cinco elementos)

Ca. 1300 anos a.C.
Bronze Final (início)
45 x 35 x 12 mm (o maior); 31 x 31 x 10 mm (o menor)
Sílex de origem local
(calcários do cretácico-cenomaniano)
Tapada da Ajuda (Lisboa)
Oeiras, Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras), n.º TA/83

Cinco elementos de foice denticulados. Lascas de sílex retocadas num dos bordos, afeiçoando um gume denticulado. Alguns possuem patine característica («lustre de cereal»).
Bibliografia: CARDOSO *et al.*, 1980-81; CARDOSO *et al.*, 1986; CARDOSO, 1987; CARDOSO e CARREIRA, 1993.
JLC



182

183 Vaso fragmentado

Ca. 1300 anos a.C.
Bronze Final (início)
Alt.: 55 mm; diâm. da boca: 67 mm
Cerâmica manual
Tapada da Ajuda (Lisboa)
Oeiras, Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras), n.º TA/84

Pequeno vaso de colo alto.
Bibliografia: CARDOSO *et al.*, 1980-81; CARDOSO *et al.*, 1986; CARDOSO, 1987; CARDOSO e CARREIRA, 1993.
JLC

184 Taças fragmentadas

Ca. 1300 anos a.C.
Bronze Final (início)
1) Alt.: 92 mm; diâm. da boca: 216 mm; 2) alt.: 65 mm; diâm. da boca: 120 mm
Cerâmica manual
Tapada da Ajuda (Lisboa)
Oeiras, Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras), n.º TA/83 e TA/84

Duas taças carenadas e lisas.
Bibliografia: CARDOSO *et al.*, 1980-81; CARDOSO *et al.*, 1986; CARDOSO, 1987; CARDOSO e CARREIRA, 1993.
JLC

Comentário ao sítio arqueológico da Tapada da Ajuda
A investigação sobre o povoamento da Idade do Bronze na região da Grande Lisboa só muito recentemente conheceu avanços significativos: alguns estudos recentes fazem a síntese possível dos conhecimentos (CARDOSO, 1987; CARDOSO e CARREIRA, 1991-1993). Das numerosas ocorrências conhecidas, avulta a Tapada da Ajuda, onde se efectuaram escavações (CARDOSO *et al.*, 1980-81; CARDOSO et al., 1986; CARDOSO, 1987). A jazida implantava-se em encosta de solos basálticos, com suave pendor para sul, junto da linha de água então tributária do Tejo próximo da Junqueira. Uma única camada arqueológioca denuncia ocupação bem delimitada no tempo, correspondente a diversas unidades habitacionais dispersas pela encosta. A estrutura melhor estudada é uma casa de planta elíptica, com eixo maior medindo cerca de 6 m, construída por blocos basálticos não aparelhados. A orientação da estrutura, bem como a concentração de detritos alimentares de um dos seus lados, sugere que a entrada se abria para sul, e portanto para o estuário, ao abrigo dos ventos de norte, dominantes. Trata-se, pois, do primeiro elemento sobre a tipologia e organização do espaço disponível para a época e região em apreço e uma das poucas documentadas em território português, com semelhanças evidentes com as estruturas coevas da região de Castro Verde (MAIA, 1986), cuja reconstituição gráfica foi já ensaiada (GOMES, 1992). Poderão denunciar influências continentais, oriundas da Meseta.
Cinco datações pelo 14 C deram, depois de corrigidas, os seguintes resultados : 3000+/-40BP; 3000+/-100BP; 3090+/-50BP; 3010+/-60BP; e 2980+/-50BP, a que correspondem as datas médias, depois de calibradas, de 1263, 1235, 1365, 1269 e 1222 cal aC. Podemos, portanto, concluir que se trata de uma ocupação da segunda metade do século XIV ou, mais provavelmente, do século XIII a.C., ou seja, do início do Bronze Final.
A tipologia das cerâmicas exumadas é compatível com as datas obtidas; a ausência da conhecida decoração em «retícula brunida»,

não obstante ser conhecida noutras estações da região e os milhares de fragmentos compulsados, sugere um momento cronológico-cultural anterior (CARDOSO e CARREIRA, 1991; 1993; GOMES, 1992). A ser assim, teríamos, como na Andaluzia (TEJERA-GASPAR, 1980; BELÉN *et al.*, 1983), uma fase inicial do Bronze Final, sem cerâmicas de «retícula brunida», sucedendo-se um segundo momento, caracterizado pela presença desta técnica decorativa, prolongando-se mesmo após a generalização das importações orientais, de origem fenícia. O espólio restante forneceu, outrossim, importantes indicações sobre a economia, bases de subsistência e paleoecologia do meio envolvente. Assim, os restos de alimentação indicam, ao nível das proteínas consumidas, um predomínio de bovinos, seguidos pelos ovicaprinos e, por último, pelos suínos. A caça desempenhava papel muito secundário na alimentação, facto explicável, sobretudo, pela natureza sedentária, estável e pacífica destas populações, bem demonstrada pela importância da bovinicultura. A dieta era completada pela importante produção cerealífera, bem demonstrada pela abundância dos elementos de foice denticulados, de sílex, e ainda pela recolecção de moluscos e pela pesca, no litoral adjacente. Tal como no Calcolítico, a exploração de biótopos litorais diferentes é demonstrada pela diversidade de espécies recolhidas, assumindo particular importância a recolha de ostras, nos bancos vasosos do interior do estuário. As análises polínicas e dos macrorestos vegetais indicam um coberto arbóreo muito esparso, com pinheiros, zambujeiros e caducifólias do género Quercus sp.
Procurando integrar a Tapada da Ajuda em contexto regional, teríamos que ao povoado pacífico, sedentário e disperso, documentado nesta como noutras jazidas, contrapor um centro onde se sediaria a classe dirigente, detentora de poder político-militar, de onde administraria a região onde se implantava a jazida. Trata-se, afinal, de modelo idêntico ao defendido, na mesma época, para a região baixo alentejana (PARREIRA, 1983).
JLC

185 Cadeia de espirais (colar)

Século XII a.C. (?)
Bronze Inicial
130 x 18 x 18 mm; peso: 190,9 g
Ouro
Bonabal (Torres Vedras)
Torres Vedras, Museu Municipal de Torres Vedras, n.º BON/1

Cadeia de oito espirais com oitos espiras cada.
A verdadeira função das cadeias de espirais de ouro é ainda hoje difícil de precisar devidamente. Podem ter tido um valor estético, mas também não é de excluir a hipótese de terem funcionado como valor pré-monetário.
Foram utilizdas certamente como colares ou braceletes, podendo ter tido, paralelamente, as duas funções.
Bibliografia: TRINDADE e FERREIRA, 1964.
AMA



185, 186

186 Bracelete

Século XII a.C. (?)
Bronze Inicial
93 x 64 x 7 mm; peso: 127,9 g
Ouro
Bonabal (Torres Vedras)
Torres Vedras, Museu Municipal de Torres Vedras, n.º BON/2

Bracelete maciço, de forma elíptica e de secção cilíndrica.
Bibliografia: TRINDADE e FERREIRA, 1964.
AMA

Comentário às peças de Bonabal
Foi durante a realização de trabalhos agrícolas efectuados na propriedade de Pena Seca, junto à povoação de Bonabal (freguesia de S. Mamede, concelho de Torres Vedras) que estas peças foram encontradas. Das restantes peças, que incluíam o conjunto, desconhece-se o paradeiro. A ausência de referências sobre a associação deste material a estruturas habitacionais ou de necrópole leva a supor que se trata de um local de ocultamento de ouro, ou seja um dos chamados «tesouros», habituais na Idade do Bronze.
AMA

187 Punhal «tipo Porto de Mós»

Séculos X – IX a.C.
Bronze Final
314 x 25 x 9 mm
Bronze
Moinho do Raposo (Alenquer)
Alenquer, Museu Municipal de Alenquer, n.º 1438/1

Punhal que se aproxima dos de «tipo Porto de Mós», com lingueta e folha com nervura central. Com ombros marcados a lingueta é ovalada e possui cinco orifícios para rebitagem.

Chama-se punhal «tipo Porto de Mós» a um punhal caracterizado por possuir folha curta, lanceolada e com grossa nervura central. Tem sempre uma lingueta trapezoidal, perfurada com três perfurações para os rebites. Integrado num conjunto de vários objectos de Bronze («esconderijo de fundidor») um destes punhais apareceu num lugar próximo de Porto de Mós (Leiria), sitio que se transformou assim no local epónimo.
Bibliografia: JALHAY, 1943; COFFYN, 1985.
AMA

188 Fíbula

Séculos X – IX a.C.
Bronze Final
84 x 22 x 6 mm
Bronze
Roça do Casal do Meio (Calhariz)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, s/n.º

Fíbula de arco enrolado em cotovelo e dupla mola, com braços rectos e com volta em espiral no local do enrolamento.
Bibliografia: SPINDLER, CASTELLO BRANCO, ZBYSZEWSKI e FERREIRA, 1973-74.
AMA



188, 190, 191

189 Pinça

Séculos X – IX a.C.
Bronze Final
55 x 15 x 10 mm
Bronze
Roça do Casal do Meio (Calhariz)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, s/n.º

Pequena pinça de cabeça oval e hastes rectas, mas oblíquas entre si, encurvadas na área terminal.
Bibliografia: SPINDLER, CASTELLO BRANCO, ZBYSZEWSKI e FERREIRA, 1973-74.
AMA

190 Pinça

Séculos X – IX a.C.
Bronze Final
155 x 10 x 7,5 mm
Bronze
Roça do Casal do Meio (Calhariz)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, s/n.º

Pinça de maiores dimensões que a anterior.
Cabo rectangular, terminando numa pequena argola.
Hastes rectas, muito ligeiramente oblíquas entre si, encurvadas na área terminal.
Bibliografia: SPINDLER, CASTELLO BRANCO, ZBYSZEWSKI e FERREIRA, 1973-74.
AMA

191 Pente

Séculos X – IX a.C.
Bronze Final
82 x 46 mm
Marfim
Roça do Casal do Meio (Calhariz)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, s/n.º

Pente de cabo decorado com incisões concêntricas.
Bibliografia: SPINDLER, CASTELLO BRANCO, ZBYSZEWSKI e FERREIRA, 1973-74.
AMA

192 Vaso

Séculos X – IX a.C.
Bronze Final
Alt.: 392 mm; diâm. do bordo: 228 mm
Cerâmica
Roça do Casal do Meio (Calhariz)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 37

Grande vaso carenado de forma bicónica, com colo cilíndrico. O fundo é plano e o bordo é direito, sem espessamento. A superfície externa é brunida e apresenta-se decorado com «retícula brunida», de traços finos.
Bibliografia: SPINDLER, CASTELLO BRANCO, ZBYSZEWSKI e FERREIRA, 1973-74.
AMA



192

193 **Vaso**

Séculos X – IX a.C.
Bronze Final
Alt.: 139; diâm. do bordo: 238 mm
Cerâmica
Roça do Casal do Meio (Calhariz)
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, s/n.°

Taça com carena de ombro e fundo côncavo. Entre o bordo e a carena está presente uma asa vertical, perfurada horizontalmente.
Bibliografia: SPINDLER, CASTELLO BRANCO, ZBYSZEWSKI e FERREIRA, 1973-74.
AMA

Comentário às peças 188, 189, 190, 191, 192 e 193
As peças exumadas no monumento funerário da Roça do Casal do Meio representam um caso muito particular no âmbito do final da Idade do Bronze do território actualmente português. Aliás, a própria estrutura do monumento é também, por si só, um caso especial no que se refere às práticas funerárias da época.
Localizado na Quinta do Calhariz, na serra da Arrábida, é um monumento tipo *tholos*, com câmara coberta por falsa cúpula. O acesso à câmara era feito através de um corredor curto.
Durante a escavação deste monumento funerário, foram postos a descoberto, no fundo da câmara, dois esqueletos. Junto à cabeça de um deles, encontrou-se uma fíbula de cotovelo e junto ao ombro uma das pinças. Junto ao outro esqueleto, na área do ombro esquerdo, encontrou-se o pente de marfim. A outra pinça, juntamente com um anel também de bronze, estavam sob a cabeça.
O monumento ofereceu ainda dois vasos cerâmicos, um liso e outro decorado com «reticula brunida». Encontraram-se também três fragmentos cerâmicos pertencentes a dois outros vasos.
Ossos de cabra e de carneiro, exumados durante a escavação da câmara, fazem supor que o ritual funerário incluía a oferta de alimentos.
Os artefactos da Roça do Casal do Meio, concretamente os de bronze, têm uma origem claramente exógena, não sendo pacífico, no entanto, estabelecer a rota comercial pela qual aqui chegaram. A fíbula tem paralelos na Sicília, na fase Pantálica II. A sua origem mediterrânica é, pois, inequívoca. No entanto, fíbulas semelhantes à da Roça do Casal do Meio são conhecidas na costa Ocidental da França e na Meseta (El Berrueco, Salamanca).
Por seu lado, as pinças têm semelhanças com as encontradas no depósito de Vénat (Charente), em França. Assim, não é impossível pensar que uma rota comercial atlântica seja responsável pelo aparecimento destas peças na região de Lisboa.
AMA



193



194

194 **Colar**

Finais do século X – inícios do IX a.C.(?)
Bronze Final
135 mm; peso: 1262 g
Ouro
Casal de Santo Amaro (Sintra)
Londres, British Museum, n.º 1900-7-27-1 (original)
Museu Nacional de Arqueologia, n.º 11.97(5); 11.97(1), (cópia)

Colar aberto, perfurado nas extremidades, composto por três arcos sobrepostos que se unem com um fecho em forma de chapa ligada aos arcos com ganchos, através de um sistema macho-fêmea. Sobre os arcos, decoração gravada a cinzel, geométrica, formando triângulos no interior de métopas definidas por linhas verticais. Nas áreas laterais, dois pares de sinos ou pequenas taças. A placa é igualmente decorada pela mesma técnica e com os mesmos motivos.
Bibliografia: VASCONCELLOS, 1885; COFFYN, 1985: 397.
AMA

Comentário à peça 194
O torques de ouro encontrado em Sintra apresenta características técnicas que denunciam uma inspiração centro-europeia.
No entanto, a decoração que ostenta nas áreas laterais (dois pares de sinos ou taças) parecem adaptações indígenas de apêndices de colares presentes na ourivesaria atlântica (Bretanha e Irlanda).
O seu triplo aro aproxima o torques de Sintra de exemplares da Europa do Norte (Dinamarca e Norte da Alemanha).
Atribuir uma data exacta ao torques de Sintra não é fácil. Desconhecendo-se o contexto arqueológico onde apareceu, apenas as características técnicas e estilísticas permitem uma aproximação ao problema cronológico. Se atendêssemos à estrutura de arcos sobrepostos poderíamos datá-lo desde finais do século XII ao final do X a.C. No entanto, a técnica da decoração da placa de fecho remete-nos para a área nórdica onde alcança o século VIII a.C. Também os dois pares de sinos ou taças indicam a mesma cronologia (século VIII a.C.). A decoração cinzelada que os arcos apresentam complica ainda mais a atribuição de uma qualquer data ao torques de Sintra. Uma datação entre 1200 e 900 a.C. seria a proposta adequada se atendêssemos apenas a este atributo.
AMA

195 **Espada**

Século IX a.C.
Bronze Final
572 x 34 mm
Bronze
Depósito dos Fiéis de Deus (Bombarral)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 10789

Espada de Bronze «tipo Vénat». Lâmina de bordos paralelos, com nervura central. Na parte proximal, disco oval completado por apêndice cilíndrico
As espadas «tipo Vénat» recebem o seu nome da estação epónima localizada na Charente (França), onde surgem em quantidades apreciáveis. Trata-se de uma variante das espadas de «língua de carpa» (lingueta tripartida, lâmina com bordos paralelos e nervura central, geralmente com ponta afilada), que possui um pequeno apêndice cilíndrico no pomo.
Bibliografia: VASCONCELLOS, 1919-20; COFFYN, 1985: 388, 390.
AMA

196 **Punhal**

Século IX a.C.
Bronze Final
195 x 33 mm
Bronze
Depósito dos Fiéis de Deus (Bombarral)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 10790

Lâmina de punhal de lingueta, com dois rebites.
Bibliografia: VASCONCELLOS, 1919-20; COFFYN, 1985: 390.
AMA

197 **Seis braceletes**

Século IX a.C.
Bronze Final
71 x 57 x 6 mm
Bronze
Depósito dos Fiéis de Deus (Bombarral)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 10788 A, B, C, D, E, F

Seis braceletes ovais, abertos, maciços, de superfícies decoradas com finas incisões. As secções variam entre o rectangular, sub-rectangular e circular.
Bibliografia: VASCONCELLOS, 1919-20; COFFYN, 1985: 390.
AMA



195

Comentário às peças 195, 196 e 197
As peças atrás descritas fazem parte de um conjunto de doze objectos, todos de bronze. Foram encontrados numa área muito restrita (2 m²), durante a realização de trabalhos agrícolas no ano de 1893. Não se encontravam associados a quaisquer outros materiais ou estruturas, como ficou demonstrado por trabalhos arqueológicos realizados na área, por ordem de Leite de Vasconcellos, na sequência da descoberta ocasional.
A natureza do conjunto (exclusivamente metálico) e a própria forma como se organiza (doze peças isoladas em 2m², não se associando a qualquer área de povoamento ou de necrópole) leva a admitir como hipótese mais provável estarmos na presença de um «esconderijo de fundidor» ou de um «tesouro». As questões que se relacionam com este assunto foram já discutidas na primeira parte deste catálogo, no texto «A Península de Lisboa entre o Norte Atlântico e o Oriente Mediterrânico».
AMA



196

198 **Molde de foice**

Século IX a.C.
Bronze Final
Comp.: 210 mm
Grés
Casal de Rocanes (Cacém)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 10 808

Molde para foices de grande tamanho, decorado e reforçado por três nervuras. Perfurado no talão.
Bibliografia: FONTES, 1916; COFFYN, 1985: 293-4.
AMA



197

199 **Foice**

Século IX a.C.
Bronze Final
139 x 43 mm
Bronze
Castro de Pragança (Cadaval)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, Pr. 1.79.23

Foice de «tipo Rocanes» decorada com três nervuras e perfuração no talão.
As foices de «tipo Rocanes» caracterizam-se por serem alongadas e os bordos não ultrapassarem a zona proximal. Possuem talão curto, mas individualizado e lâmina espessa, mais ou menos encurvada, por vezes reforçada com nervuras.
Bibliografia: COFFYN, 1985: 393.
AMA



198



199



201

202, 203



200 Braceletes

Século IX a.C.
Bronze Final
1) 98 x 68 x 72 mm; 2) 72 x 51 x 2 mm
Bronze
Alpiarça
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 11075 A e B

Dois braceletes ovais, maciços, abertos de secção sub-rectangular.
AMA

201 Urna

Século IX a.C.
Bronze Final
Alt.: 350 mm; diâm. máximo: 270 mm
Cerâmica
Tanchoal (Alpiarça)
Porto, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Instituto de Antropologia, n.º 30.02.04

Grande urna, inteira, com pequenas falhas no bordo e no bojo, constituída por três partes: colo baixo cilíndrico com bordo arredondado; bojo de duas peças troncocónicas, unidas por suave carena. Pasta cinzenta escura, engobe negro-cinza com manchas de cozedura, totalmente brunido.
Bibliografia: KALB e HOCK, 1985.
MD

202 Vaso de retícula brunida

Século IX a.C.
Bronze Final
Alt.: 150 mm; diâm. máximo: 150 mm
Cerâmica
Meijão (Alpiarça)
Porto, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Instituto de Antropologia, n.º 30.01.06

Taça grande, com asa inteira, com carena e fundo plano. Pasta com núcleo cinza. Engobe exterior cinza e negro, totalmente brunido. Decoração brunida.
Bibliografia: KALB e HOCK, 1985.
MD

203 Taça

Século IX a.C.
Bronze Final
Alt.: 53 mm; diâm. máximo: 87 mm
Cerâmica
Tanchoal (Alpiarça)
Porto, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Instituto de Antropologia, n.º 30.02.12

Taça pequena, inteira, com algumas falhas no bordo, com carena viva, fundo côncavo. Pasta castanha, núcleo cinza-negro. Engobe castanho, totalmente brunido.
Bibliografia: KALB e HOCK, 1985.
MD

204 ***Urna funerária***

Século IX a.C.
Bronze Final
Alt.: 166 mm; diâm.: 216 mm
Cerâmica
Cabeço da Bruxa (Alpiarça)
Alpiarça, Casa dos Patudos, n.º 771-1

Urna funerária, inteira, com fundo aplanado. Pasta castanha-escura, engobe exterior brunido.
Bibliografia: KALB e HOCK, 1985.
MD



204, 205

205 ***Taça carenada***

Século IX a.C.
Bronze Final
Alt.: 60 mm; diâm. máximo: 156 mm
Cerâmica
Cabeço da Bruxa (Alpiarça)
Alpiarça, Casa dos Patudos, n.º 771-2

Taça carenada, com fundo plano. Pasta castanha, engobe exterior brunido.
Bibliografia: KALB e HOCK, 1985.
MD

206 ***Jarro (oinochoe)***

Séculos VIII – VII a.C.
Idade do Ferro
230 x 105 mm
Bronze
Necrópole de S. João (Torres Vedras)
Torres Vedras, Museu Municipal de Torres Vedras, n.º AJ/1

Jarro ritual de bronze fabricado pelo processo da cera perdida, de forma piriforme, com corpo globular alongado e colo troncocónico com ligeira curvatura na parte superior terminando num gargalo muito estreito.
O fundo é plano, em pastilha, acusado exteriormente por um *bourrelet*. A separação entre o colo e o bojo está indicada por um cordão em relevo. O que resta da asa, partida na parte superior, permite verificar que se trata de uma asa bipartida. Esta liga-se ao jarro no cordão que separa o bojo do colo através de uma palmeta em relevo, constituída por catorze pétalas radiais, colocadas sobre duas volutas invertidas, donde saem dois pequenos rebentos.
Bibliografia: TRINDADE e FERREIRA, 1965.
AMA



206

Museu Nacional de Arqueologia Biblioteca

207 Asas de «braseiro»

Séculos VIII – VII a.C.
Idade do Ferro
250 x 170 x 25 mm
Bronze
Necrópole de S. João (Torres Vedras)
Torres Vedras, Museu Municipal de Torres Vedras, n.º AJ/2



207

Asas e suporte de um «braseiro». As asas, de secção circular, movem-se dentro de dois pequenos aros, que formam parte de uma peça rígida, arredondada nas extremidades, que terminam em duas mãos estendidas. Se atendermos aos paralelos conhecidos, esta peça fixava-se ao bordo de uma pátera através de remates em forma de roseta. Estes recipientes eram pouco profundos, de fundo ligeiramente convexo, de paredes mais ou menos verticais e de bordo recto.
Bibliografia: TRINDADE e FERREIRA, 1965.
AMA

Comentário às peças 206 e 207
Nos anos 60 do nosso século, a escavação de uma sepultura localizada junto ao cemitério actual de Torres Vedras revelou um *oinokhoe* (jarro) de bronze e as duas asas de um «braseiro» com asas-de-mãos. Este *oinokhoe* encontra os seus melhores paralelos na área tartéssica, em ambientes orientalizantes (Blázquez, 1975). Documentados em Chipre, na costa da Palestina (Meggido, Akziv, Khaldé, Jerusalém) e na Etrúria, estes jarros de bronze parecem ter, à semelhança dos «braseiros» com asas-de-mãos, uma clara procedência oriental, cipriota ou egípcia (RUIZ DELGADO, 1984). Os exemplares peninsulares, que pertencem ao tipo BII de Grau-Zimmermann (1978), devem, no entanto, ter sido fabricados a partir dos modelos orientais em oficinas indígenas orientalizantes ou, com menor probabilidade, nas feitorias fenícias ocidentais (AUBET, 1984).
Quanto ao «braseiro», e se atendermos ao suporte das asas, parece tratar-se de uma peça integrável no Grupo 1, ou «tipo oriental». São conhecidos na região de Huelva, Granada, Cáceres, Salamanca, Ávila, Cartago e Santa Olaia (Figueira da Foz). Se os seus protótipos devem procurar-se no Mediterrâneo Oriental, os exemplares peninsulares, à semelhança do que sucede com os *oinokhoai*, seriam certamente fabricados no Ocidente.
O pormenor das mãos como elementos decorativos nestes recipientes pode interpretar-se como símbolo do acto de receber e oferecer algo, durante o ritual funerário.
A associação das duas peças numa sepultura na fachada ocidental atlântica deve ser devidamente valorizada. Ambos os recipientes, que fazem parte (juntamente com os *thymiateria*) dos «serviços rituais» da área tartéssica, parecem desempenhar um importante papel num ritual funerário conotado com a libação, a purificação e o fogo (*ibid.*).
O aparecimento em Torres Vedras, em contexto funerário claro, das duas peças associadas permite-nos pensar que os contactos existentes entre o mundo tartéssico orientalizante e algumas regiões do território português foram além das meras trocas comerciais e da importação de produtos manufacturados, tendo-se consubstanciado também na assimilação de rituais funerários de tipo oriental.
AMA

208 Escaravelho

Séculos VII – VI a.C.
Idade do Ferro
22,5 x 17,5 x 11 mm
Pasta cerâmica envernizada a negro
Porto de Sabugueiro (Muge)
Alenquer, Museu Municipal de Alenquer, n.º 3841

208, 209 *frente e verso*





Escaravelho de forma oval, fabricado a molde, perfurado longitudinalmente. Secção semicircular. Cabeça com clípeos, protórax, élitros diferenciados e patas. Na base, plana, o selo mostra uma personagem de pé, virada à direita representando muito possivelmente o deus Seth. À direita uma cartela com o nome de Thutmosis III (XVIII dinastia).
Bibliografia: FERREIRA, 1975.
AMA

209 Escarabóide

Séculos VII – VI a.C.
Idade do Ferro
13,5 x 10,5 x 7,5 mm
Pasta cerâmica envernizada a branco
Porto de Sabugueiro (Muge)
Alenquer, Museu Municipal de Alenquer, n.º 3842

Forma oval, talhada manualmente, com perfuração longitudinal. Secção semicircular. No dorso, cabeça de negro. Na base, o selo que mostra, à esquerda, dois udjats, estando o inferior sublinhado. À direita, uma cartela com o nome do faraó Thutmosis III (XVIII dinastia). De notar: voluta das pálpebras inferiores dos udjats é exageradamente grande; ausência de traço horizontal na base da cartela; aos hieróglifos que compõem o nome do faraó foi acrescentado um complemento fonético, a letra r.
Bibliografia: PEREIRA, 1975.
AMA

Comentário às peças 208 e 209
Os escaravelhos e os escarabóides, produtos manufacturados de origem egípcia, tiveram um considerável êxito no Ocidente. São muito frequentes em toda a área do Mediterrâneo Ocidental, em contexto de necrópole. Destinados a serem suspensos, eram amuletos com um evidente significado simbólico. São peças ovais, de base plana e com um corpo arredondado que reproduz a anatomia de um escaravelho. A difusão destes amuletos ficou, certamente, a dever-se ao comércio fenício.
Na Península Ibérica, são conhecidos tanto em ambiente colonial fenício (Ibiza, costa de Málaga, região de Cádis), como em ambiente indígena orientalizante (Huelva, Estremadura). No território actualmente português, registaram-se nas necrópoles do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal), do Gaio (Sines), Mealha-a-Nova, Fonte Santa e Favela-a-Nova (Ourique).
Os escaravelhos são fabricados utilizando vários suportes, entre os quais o âmbar, o marfim, a cornalina e a pasta vítrea. De pior qualidade são os de pasta de cerâmica, como os aparecidos em Porto de Sabugueiro.
Contando-se entre os produtos manufacturados que maior êxito tiveram no Ocidente, muitos não passam, no entanto, de cópias fenícias de peças egípcias, como parece ser o caso dos exemplares de Muge. Seguem, no entanto, geralmente o esquema dos modelos egípcios. Por vezes, como é o caso da peça 209, não surgem os detalhes anatómicos do coleóptero.
O aparecimento destas peças no vale do Tejo não deve estranhar-se se tivermos em consideração que os contactos da península de Lisboa com os comerciantes orientais foram intensos e continuados, durante a Idade do Ferro.
De referir que se desconhece exactamente o contexto do achado das peças de Porto de Sabugueiro. Sítio romano, foi certamente habitado durante a Idade do Ferro de cujos níveis de ocupação devem ser provenientes estes escaravelhos.
AMA

210 **Taça**

Século VIII a.C.
Idade do Ferro
Alt.: 44 mm; diâm. do bordo: 115 mm
Cerâmica manual
Alcáçova de Santarém (Santarém)
Lisboa, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, n.º Alc. Sant., 275

Taça carenada, fabricada manualmente. Bordo, sem lábio ligeiramente exvasado. Superfícies cuidadosamente polidas.
Bibliografia: ARRUDA, 1993: 199.
AMA

211 **Fragmento de vaso**

Século VIII a.C.
Idade do Ferro
Alt. conservada: 67 mm
Cerâmica manual
Alcáçova de Santarém (Santarém)
Lisboa, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, s/n.º

Fragmento de bordo e bojo de vaso fabricado manualmente. O bordo, exvertido, está decorado com incisões paralelas entre si. A parede externa apresenta traços de tratamento a «cepillo». Este fragmento fazia parte de um vaso de corpo globular, fundo plano e colo curto.
AMA



210

Comentário às peça 210 e 211
A cerâmica fabricada manualmente está presente nos níveis mais antigos de Santarém (séculos VIII e VII a.C.) numa percentagem significativa (17%). Os vasos manuais tanto podem ser de fabrico pouco cuidado, com superfícies grosseiramente alisadas, fundos planos e por vezes uma decoração denteada no bordo (215), como podem ter um cuidadoso polimento das superfícies (214). Neste último caso, os vasos podem ser carenados e, por vezes, os fundos possuem ônfalo. As paredes são sempre muito pouco espessas. Ambos os fabricos possuem características em tudo idênticas às produções cerâmicas do Bronze Final. A sua permanência em povoados da Idade do Ferro orientalizante é no entanto comum na Península Ibérica, mostrando como as populações indígenas mantêm as suas tradições cerâmicas no momento inicial dos contactos comerciais com o mundo mediterrânico, ou seja, aquando da introdução da roda de oleiro na tecnologia da cerâmica.
AMA

212 **Taça**

Séculos VIII – VII a.C.
Idade do Ferro
Alt.: 51 mm; diâm. do bordo: 221 mm
Cerâmica a torno
Alcáçova de Santarém (Santarém)
Lisboa, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, n.º Alc. Sant., 85

Taça baixa de bordo com espessamento interno convexo. Vaso cozido em ambiente redutor, com as superfícies polidas ao torno, acusando um fabrico cuidado.
AMA

213 **Taça**

Séculos VIII – VII a.C.
Idade do Ferro
Alt.: 52 mm; diâm. do bordo: 210 mm
Cerâmica a torno
Alcáçova de Santarém (Santarém)
Lisboa, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, n.º Alc. Sant., 214

Taça baixa de bordo com espessamento interno convexo. Vaso cozido em ambiente redutor, com as superfícies polidas ao torno, acusando um fabrico cuidado.
AMA

Comentário às peças 212 e 213
As duas taças aqui apresentadas fazem parte de um amplo conjunto de vasos com as mesmas caraterísticas formais e tecnológicas encontrado nos níveis da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém. Podem incluir-se no grupo cerâmico que habitualmente se designa por «cerâmica cinzenta fina».
Os vasos de «cerâmica cinzenta fina», cujas superfícies foram polidas durante o processo de fabrico, ao torno, possuem excelente qualidade técnica e apresentam-se maioritariamente sob a forma de taças. Surgem sempre em sítios onde a influência oriental é evidente aparecendo associados à cerâmica de engobe vermelho e à cerâmica pintada em bandas. Durante muito anos considerada de origem focense, a «cerâmica cinzenta fina» é hoje associada às navegações de comerciantes fenícios para o Ocidente peninsular. Surgiram em ambientes orientalizantes no Castelo de Alcácer do Sal, em Abul, em Setúbal, no Claustro da Sé em Lisboa. Em Santarém, encontrou-se em níveis datados do século VIII a.C., juntamente com cerâmicas de clara procedência oriental. São também conhecidas no Sul de Espanha, nomeadamente nos sítios coloniais fenícios de «círculo do Estreito de Gibraltar» e em Cartago.
AMA

214 **Taça**

Século VII a.C.
Idade do Ferro
Alt.: 59 mm; diâm. do bordo: 242 mm
Cerâmica
Alcáçova de Santarém (Santarém)
Lisboa, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, n.º Alc. Sant., 265

Taça carenada. Lábio aplanado e exvertido. Superfície externa coberta por engobe vermelho. Superfície interna uma banda de engobe vermelho sobre o bordo e imediatamente abaixo.
AMA

Comentário à peça 214
Os vasos cerâmicos com as paredes cobertas por engobe vermelho são um dos produtos caracteristicamente orientais que tiveram um considerável êxito no Ocidente. O hábito fenício de cobrir as paredes dos seus vasos por um engobe vermelho generalizou-se nas áreas tocadas pelo comércio próximo-oriental. Assim, se as primeiras cerâmicas com as superfícies vermelhas encontradas nos povoados indígenas da Idade do Ferro foram importadas, parece claro que a técnica foi rapidamente assimilada pelos oleiros locais. As formas mais frequentes são os pratos de bordo largo e as taças. A taça encontrada em Santarém foi, muito possivelmente, fabricada localmente, seguindo protótipos fenícios. Tem bons paralelos em toda a bacia do Mediterrâneo e, mesmo, na própria Fenícia. Este tipo de cerâmica também surge em todos os povoados, que no actual território português mantiveram contactos comerciais com os navegadores fenícios, nomeadamente em Santa Olaia (Figueira da Foz), Conimbriga (Condeixa), Lisboa (Claustro da Sé), Setúbal, Alcácer do Sal. O exemplar que aqui se apresenta é o fragmento melhor conservado da quase meia centena de taças e pratos de engobe vermelho encontrados nos níveis sidéricos da Alcáçova de Santarém.
AMA

215 **Prato**

Século VI a.C.
Idade do Ferro
Diâm. do bordo: 239 mm
Cerâmica a torno
Alcáçova de Santarém (Santarém)
Lisboa, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, n.º Alc. Sant., 663

Prato baixo. Bordo com lábio aplanado e exvertido, superfícies polidas cobertas com engobe branco. Na parede interna é visível um grafito que parece corresponder a um signo do alfabeto meridional.
AMA

216 ***Taça***

Século VI a.C.
Idade do Ferro
Alt.: 51 mm; diâm. do bordo: 221 mm
Cerâmica a torno
Alcáçova de Santarém (Santarém)
Lisboa, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, n.º Alc. Sant., 17

Taça baixa de fundo plano. Superfícies cobertas de engobe laranja-claro.
AMA



217

217 ***Cerâmica pintada***

Século VIII a.C.
Idade do Ferro
Comp. conservado: 56 mm
Cerâmica a torno
Alcáçova de Santarém (Santarém)
Lisboa, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, n.º Alc. Sant., 281



220

Fragmento de vaso fechado, com carena alta. Superfície externa coberta de engobe vermelho. Pintura em bandas paralelas de cor negra e vermelha sobre uma banda não engobada.
AMA

218 ***Cerâmica pintada***

Século VIII a.C.
Idade do Ferro
Alt. conservada: 75 mm; diâm. mínimo: 146 mm
Cerâmica a torno
Alcáçova de Santarém (Santarém)
Lisboa, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, n.º Alc. Sant., 280

Bojo de vaso de forma provavelmente bitroncocónica. Superfície externa coberta de engobe castanho claro. Sobre o engobe, bandas paralelas pintadas de cor negra.
AMA

219 ***Cerâmica pintada***

Séculos VII – VI a.C.
Alt.: 118 mm; diâm. mínimo: 98 mm
Cerâmica a torno
Alcáçova de Santarém (Santarém)
Lisboa, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, n.º Alc. Sant., 451

Bojo de vaso com a superfície externa coberta de engobe vermelho, com duas bandas paralelas pintadas de cor negra.
AMA

Comentário às peças 217, 218 e 219
A influência orientalizante detectada na cultura material dos níveis da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém é visível tanto na presença da cerâmica de engobe vermelho (peças 216 e 220) como no aparecimento de cerâmica decorada com bandas paralelas, pintadas de negro e vermelho. Muito frequentes na faixa siro-palestiana e nas colónias fenícias do Mediterrâneo são comuns nos sítios tocados pelo comércio oriental do Ocidente da Península Ibérica. As cerâmicas pintadas em bandas bícromas são muito abundantes na Alcáçova de Santarém, mas são poucas as que correspondem a verdadeiras importações, sendo a maioria de fabrico local. A peça 217 é uma das raras excepções. Trata-se de um fragmento de vaso importado do Próximo Oriente, talvez da Fenícia. Quanto à peça 218 é também, muito possivelmente, um produto de importação. No entanto, só uma caracterização petrográfica e química da sua pasta pode fornecer os elementos necessários à clara determinação da sua origem. A peça 219 é um vaso de fabrico local ou, pelo menos, peninsular. A adopção de uma técnica decorativa exógena, que consiste na pintura da superfície do vaso, acompanhou pois a introdução da roda de oleiro no fabrico da cerâmica, técnica também veiculada pelos comerciantes fenícios.
AMA

220 ***«Ampola»***

Séculos VII – VI a.C.
Alt. conservada: 88 mm; diâm. do colo: 71 mm
Cerâmica a torno
Alcáçova de Santarém (Santarém)
Lisboa, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, n.º Alc. Sant., 1

Pequena jarra, a que os investigadores espanhóis chamam «ampolla». Tem corpo piriforme e colo estrangulado. A asa é de secção circular. A superfície externa está completamente coberta de engobe vermelho.
Este pequeno recipiente coberto de engobe vermelho teria certamente um borbo bilobado, formando um bico pelo qual se verteria o seu conteúdo. Trata-se de uma forma, cujo protótipo se deve procurar no Oriente e destinava-se

a conter azeite. Pequenos frascos semelhantes ao recolhido na Alcáçova de Santarém são bem conhecidos em Akzib (Israel), Biblos (Líbano), Sarepta (Líbano), Tiro (Líbano) e em todos os centros coloniais desde Mogador (Marrocos) a Cartago. Os sítios fenícios da área do Estreito de Gibraltar registam também a sua presença.
AMA

221 Conta de colar oculada

Séculos VII – VI a.C.
Idade do Ferro
Diâm.: 35 mm
Pasta vítrea
Alcáçova de Santarém (Santarém)
Lisboa, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, s/n.º

Fragmento de conta de colar de pasta vítrea de cor azul, com dois «olhos» brancos. Perfuração bicónica.
AMA

221, 222



222 Contas de colar

Séculs VII – VI a.C.
Idade do Ferro
Diâm.: 18 mm
Pasta vítrea
Alcáçova de Santarém (Santarém)
Lisboa, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, s/n.º

Duas contas de colar de pasta vítrea azul, de forma cilindróide. Perfurações de secção subcilíndricas.
AMA

223 Conta de colar oculada

Séculos VII – VI a.C.
Idade do Ferro
Diâm.: 8,5 mm
Pasta vítrea
Moinho da Atalaia (Amadora)
Amadora, Associação de Arqueologia da Amadora, n.º 51/339/23

Conta de colar de pasta vítrea de cor azul turquesa. Decorada com «olhos» de cor azul e branco.
Bibliografia: PINTO e PARREIRA, 1978: 149.
AMA

224 Conta de colar

Século VII a.C.
1.ª Idade do Ferro
24 mm
Pasta vítrea
Villa romana de Freiria (S. Domingos de Rana, Cascais)
Colecção particular; à guarda dos arqueólogos responsáveis pela escavação, n.º 90/15'-j5'(5)-1

Fragmento de uma conta oculada, de pasta vítrea azul com decoração de círculos em amarelo, azul turquesa e azul-escuro e branco.
Identificada a 1 de Agosto de 1990 na camada (5) de 15'/j5'. É uma camada de revolvimento sita na zona entre o celeiro e o lugar sul da villa.

Exposições: *Um Século de Arqueologia...*, Museu C. C. Guimarães, Cascais, Abril de 1992.
Jd'E

Comentário às peças 221, 222, 223, 224
O fabrico de objectos de pasta vítrea deve-se aos artesãos egípcios, que desde o 3.º milénio a.C., utilizaram a areia para obterem vidro opaco. Assim, não corresponde à verdade a informação transmitida por Plínio que atribui aos fenícios a invenção do vidro. No entanto, foram certamente estes últimos que transportaram, num primeiro momento, para o Ocidente o artesanato de vidro produzido no Egipto. Mais tarde, objectos fabricados na própria Fenícia, mas sempre inspirados, tanto formalmente como na decoração que ostentam, nos modelos egípcios foram também comercializados. Estão neste caso as contas de colar de pasta vítrea, oculadas ou não. A utilização do azul e do amarelo e a decoração oculada parece indicar que estas contas têm um significado apotropaico. A presença destes adornos na península de Lisboa em sítios de habitat são mais um dado a reter sobre a influência do Oriente mediterrânico nesta região peninsular.
AMA

225 Xorca

Séculos VI – V a.C.
Idade do Ferro
116 x 142 mm
Bronze
Serra das Ripas (Alenquer)
Alenquer, Museu Municipal de Alenquer, n.º 19625



225

Bracelete formado por um aro com doze «sanguessugas», vulgarmente designado «xorca». O aro é fechado, sub-circular, de secção circular.
A peça não possui contexto arqueológico uma vez que foi recolhida durante a realização de trabalhos agrícolas.
Bibliografia: GOMES e DOMINGOS, 1983.
AMA

226 *Jarro*

Séculos VI-V a.C.
Final da 1.ª Idade do Ferro
Alt.: 215 mm; diâm. máximo: 170 mm
Cêramica ao torno
Outorela I (Oeiras)
Oeiras, Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras), n.º Out./85

Jarro de paredes finas montado ao torno rápido. Cerâmica negra, muito dura, de brilho metálico. Trata-se, talvez, de imitação de protótipo de bronze.
Bibliografia: CARDOSO, 1987; CARDOSO, 1990; CARDOSO e CARREIRA, 1993.
JLC

227 *Vaso*

Séculos VI-V a.C.
Final da 1.ª Idade do Ferro
Alt.: 115 mm; diâm. da boca: 115 mm; diâm. máximo: 140 mm
Cerâmica ao torno
Outorela (Oeiras)
Oeiras, Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras), n.º Out./85

Recipiente montado ao torno rápido. Cerâmica negra, muito dura, de brilho metálico. Trata-se, talvez, de imitação de protótipo de bronze.
Bibliografia: CARDOSO, 1987; CARDOSO, 1990; CARDOSO e CARREIRA, 1993.
JLC



226

228 *Fíbula anular*

Séculos VI – V a.C.
1.ª Idade do Ferro (final)
Diâm.: 40 mm
Bronze
Outorela (Oeiras)
Oeiras, Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, (Câmara Municipal de Oeiras), n.º Out./85

É uma fíbula anular de bronze com fuzilhão.
Bibliografia: CARDOSO, 1987; CARDOSO, 1990; CARDOSO e CARRERA, 1993.
JLC

Comentário ao sítio arqueológico de Outorela (Oeiras)

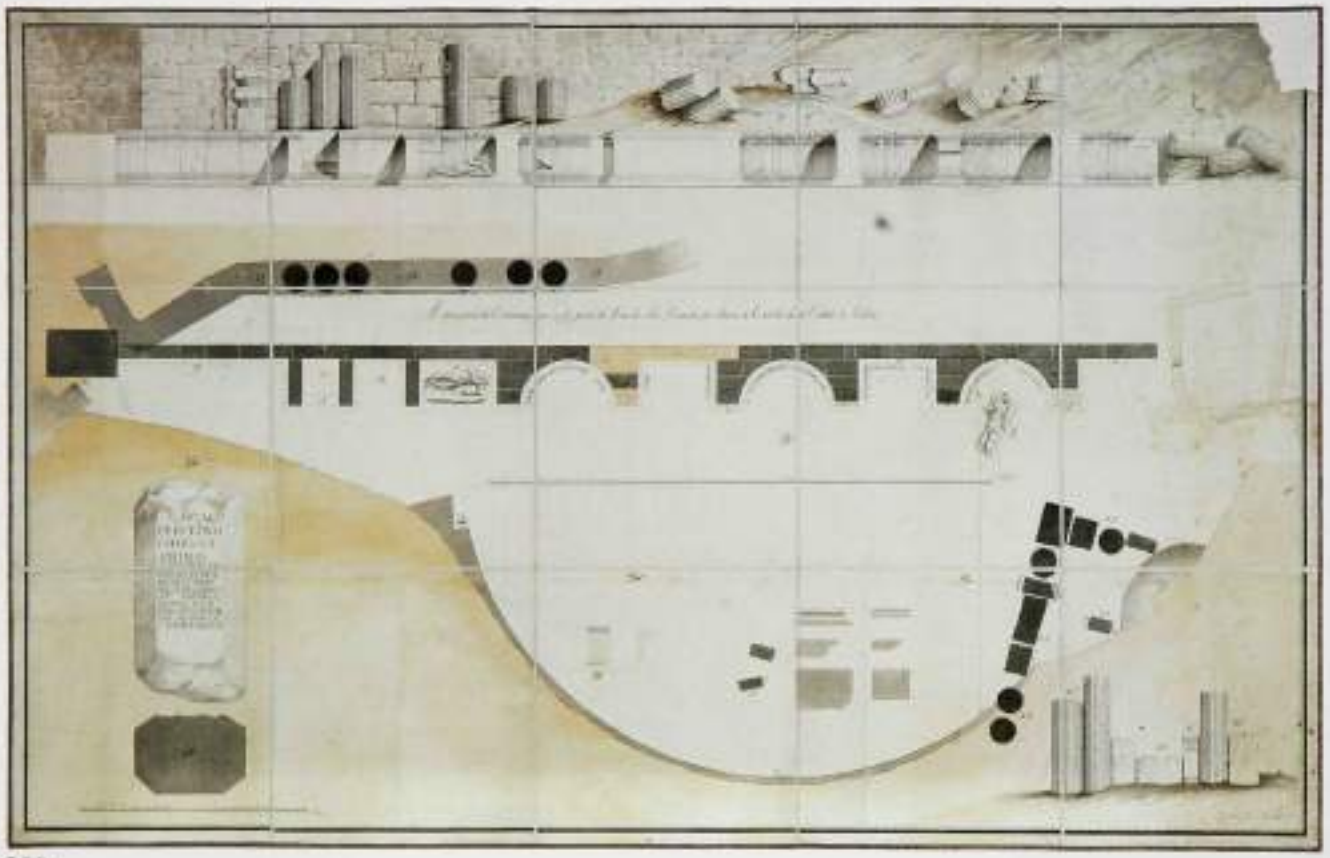
Na costa meridional da Península Ibérica, a presença fenícia encontra-se bem documentada desde o século VIII a.C. (SCHUBART, 1982). Porém, segundo este autor, não se confirmou, até ao presente, qualquer estabelecimento fenício a Ocidente de Cádis. Assume, assim, particular importância o sítio de Almaraz-Almada, situado em promontório dominando o estuário do Tejo e onde se recolheram, em bolsa de acumulação de detritos, mais de vinte mil fragmentos de cerâmica de verniz vermelho – o maior conjunto até hoje recolhido em Portugal – justamente considerada como um dos produtos fenícios mais característicos.

A tipologia destes materiais não indica cronologia anterior ao século VII a.C. (CARDOSO, 1990; BARROS *et al.*, 1993), tal como os materiais recolhidos desde o princípio do século na Sé de Lisboa (CORREIA, 1924; CARDOSO e CARREIRA, 1993). É lícito supor que um primeiro influxo fenício se tenha exercido nestes povoados, funcionando como importantes locais de troca, essencialmente voltados para o comércio marítimo. Mas, a breve trecho, a difusão das inovações tecnológicas introduzidas pelos fenícios – o ferro e o fabrico da cerâmica em série, possibilitada pela utilização do torno rápido – terá sido assimilada pelas populações autóctones, dispersas em pequenos aglomerados, especialmente pelos férteis solos do lado Norte do estuário. Estão neste caso duas pequenas estruturas agrícolas de carácter familiar: Outorela I e Outorela II (CARDOSO, 1987; CARDOSO, 1990). As estruturas postas a descoberto, de blocos basálticos não aparelhados, como a do Bronze final da Tapada da Ajuda, diferem desta por se apresentarem constituídas por muros rectilíneos, definindo espaços habitacionais de planta rectangular. No espólio, são comuns os grandes recipientes, ânforas e *pythoi*, decorados por bandas pintadas avermelhadas. Além da cerâmica comum, avulta a cerâmica cinzenta integrando taças, já conhecidas em Almaraz, às quais se juntam recipientes de toque metálico de coloração cinzento-anegrada muito finos representados por jarros em vasos de colo estrangulado de marcado regionalismo. No conjunto, os materiais, embora denotando ainda influências fenícias são, porém, imitações locais ou regionais, donde se encontram ausentes as cerâmicas de verniz vermelho, tão abundantes em Almaraz. Estamos, por conseguinte, perante uma fase cultural ulterior à representada nesta última jazida, embora ainda situável, pela marcada influência oriental do espólio, no final da 1.ª Idade do Ferro. A tipologia de uma fíbula anular, semelhante a outra recolhida na estação vizinha dos Moinhos da Atalaia – Amadora (PINTO e PARREIRA, 1978), é integrável no século VI a.C., atendendo às analogias com homólogas da Fase II da necrópole de Medellín (ALMAGRO-GORBEA, 1990, fig. 6). O tipo de povoamento documentado por estes dois arqueo-sítios, distantes menos de 1 km, sugere que a estrutura sócio-económica herdada do Bronze final, nesta região, não se terá alterado substancialmente com a introdução de novos materiais e tecnologias. Tal sociedade, claramente estratificada e cujo poder se encontraria sediado em aglomerados «proto-urbanos», terá absorvido tais inovações sem sobressaltos de maior: os férteis terrenos circundantes de Lisboa continuaram a ser intensa e extensamente agricultados por populações descendentes das que, pelo menos, desde o Bronze final, os ocupavam. A crise do mundo fenício do século VI a.C. explica, outrossim, a ausência de materiais verdadeiramente importados, notada em Outorela I e II. Tal como para o Bronze final é lícito, assim, admitir dois momentos no faseamento da 1.ª Idade do Ferro da região ribeirinha do estuário do Tejo e portanto do local onde se viria a fundar, talvez por esta época, a cidade de Lisboa.

JLC

Lisboa romana e visigótica





229

229 *Prospecto e planta das ruínas do Teatro Romano de Lisboa*

Cerca de 1798
Assinado: «Francisco X Fabri» (canto inf. dir.)
Legenda: «Mapa geral da Escavação que se fez perto da Rua de São Mamede por baixo do Castelo desta Cidade de Lisboa»
1140 x 1800 mm
Desenho aguarelado
Lisboa, Museu da Cidade, n.º DES 12

Desenho aguarelado executado pouco depois da descoberta, em 1798, das ruínas do Teatro Romano de Lisboa, compreendendo alçados e plantas do edifício e representações de elementos epigráficos e decorativos avulsos ou integrados na estrutura. Em cima, em alçado, vestígios do muro da *frons scaena*, restos de capitéis, colunas de ordem jónica e a frontaria do *proscaenium* com uma das estátuas de sileno ali encontradas; sensivelmente na zona central, planta das estruturas acima descritas, aparecendo já a representação do segundo sileno; na parte inferior, surge esboçado o semicírculo correspondente à *orchestra*; no canto inferior direito, apresenta-se, em planta e alçado um conjunto aparentemente solidário de

colunas, silhares e uma pedra epigrafada (elemento de uma *exaedra* do *proscaenium*); ao centro, representa-se em secção as modenaturas utilizadas na arquitectura do monumento; no canto inferior esquerdo, representa-se detalhadamente (e com escala própria) a lápide epigrafada alusiva aos «libertos» gregos e à reconstrução do Teatro. Ajudam a esclarecer o desenho um conjunto de remissas numeradas de «1» a «33» do qual existe correspondência narrativa em mss. de data muito posterior (Museu da Cidade).

Francisco Saverio (ou Xavier) Fabri (1761-1817), arquitecto italiano, veio para Portugal com D. Francisco Gomes de Avelar, Bispo do Algarve, após visita deste a Roma. Era intenção daquele dignitário eclesiástico proceder à edificação (ou reedificação) da Sé de Faro, pelo que em 1790 Fabri se encontra já naquela cidade algarvia, certamente e desde logo marcado pela invulgar consciência demonstrada por D. Francisco na preservação dos antigos monumentos do bispado. Virá mais tarde para Lisboa (1794), onde receberá especial protecção do Conde de Óbidos, vindo a ser nomeado «Arquitecto das Obras Públicas» já em 1795. O seu papel no âmbito da arquitectura é assinalável, sendo autor do «Arco de Triunfo» (ou seja, do «Arco da Vila») de Faro (ca. 1792), reconstruindo a Igreja Matriz de Tavira (onde integrou, numa fachada marcada por um neoclassicismo em fase de assimilação, o antigo portal gótico), o sóbrio Hospital da Marinha no Campo de Santa Clara, em Lisboa (1797) e esse raro exemplar de arquitectura funerária neoclássica que é o túmulo piramidal do príncipe Waldeck, no cemitério dos Ingleses a Campo de Ourique (1798) – eivado já de princípios fortemente antiquizantes. A sua obra mais marcante viria a ser, porém, o Palácio da Ajuda, que riscará em 1802 de parceria com Costa e Silva (como ele, um «Académico Clementino», formado em Roma) envolvendo-se na polémica que retirará ao decano arquitecto real Manuel Caetano a responsabilidade da obra (e que não resistirá com vida a tal facto).

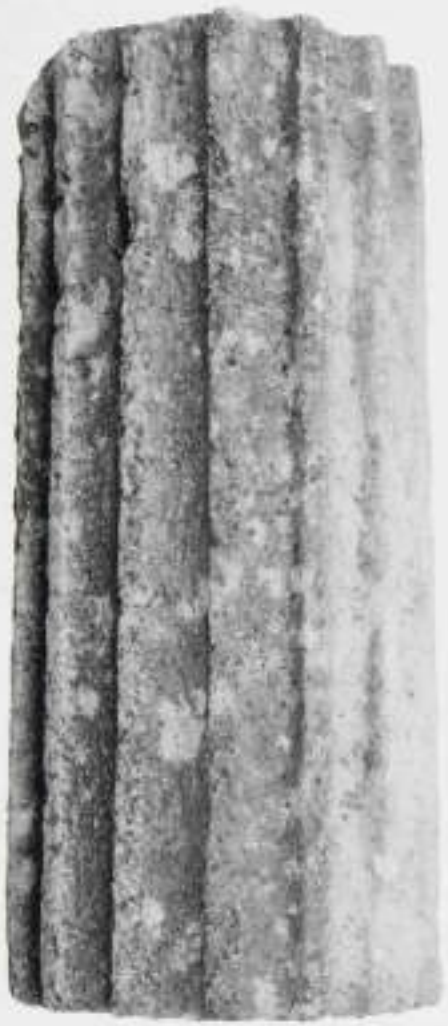
Fabri, com um espírito atento de arqueólogo «antiquário», logo em 1799 apresenta uma carta em que dá conta ter mandado suspender por duas vezes as obras que se faziam «no sitio aonde se descobrio parte do antigo Teatro» – efectivamente revelado um ano antes – e mostra aí preocupações de conservação das ruínas, propondo ao rei a compra do terreno e «que se faça huma Parede ao redor do Teatro» (16/3/1799). Em 7 de Janeiro de 1800 manifesta ao monarca ter executado «varios riscos, que mostravão as ruinas daquele Monumento», tendo-os apresentado à Academia das Ciências juntamente com uma *Descripçaõ* dizendo-se disposto, a partir deles, em produzir «hum Livro com todos os Fragmentos de Arquitectura, que atégora tinhaõ sido descobertos». Um dos desenhos, o mais completo e importante, é o que se guarda no Museu da Cidade, certamente um dos que constituiriam uma colecção maior, que incluiria, por exemplo, outro desenho aguarelado (Museu da Cidade), em que representa em alçado o «proscénio», reconstituindo-o parcialmente.

A atitude de Fabri inscreve-se plenamente no âmbito das mais esclarecidas intenções da época: as da valorização objectiva do «antiquariato» e comuns a demais países europeus. Do mesmo modo, demonstra o interesse cada vez maior pelas «ruínas»: um interesse não apenas histórico-arqueológico, mas também «ideológico» e «ontológico», adquirindo estas, para lá da função de «monumento» ou testemunho de um passado recuado, a valência de uma «memória» elevada, com evidentes conotações estéticas pré-românticas.

O latinista Luís António de Azevedo, que deu conta da descoberta do Teatro Romano no livro *Dissertação Crítico-Filológica-Histórica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas, e attendiveis circumstancia da erecção do Tablado e Orquestra do antigo Theatro Romano...* (Lisboa, 1815), dele fazendo uma descrição detalhada, inclui várias gravuras relativas ao monumento, entre as quais um prospecto (alçado e planta) certamente executado a partir do desenho original de Fabri. As diferenças que se notam entre as duas representações ficaram a dever-se às pesquisas entretanto iniciadas, que levaram à limpeza dos terrenos e dos vestígios postos a descoberto (parte da *frons scaena*, *proscaenium*, *orchestra* e início da *cavea*), tendo-se então levantado e disposto cenograficamente em «composição» alguns dos fragmentos das colunas então encontradas. Procedeu-se, igualmente, ao levantamento de capitéis, epígrafes e demais elementos, como por exemplo os silenos, que aparecem já devidamente alinhados junto às *exaedrae*. Infelizmente, o tempo ditou a quase destruição do Teatro Romano (apesar da existência de alvarás régios para a protecção das antiguidades), que seria de novo soterrado e reutilizado nas construções oitocentistas ali executadas (prédios de rendimento).

Bibliografia: HAUSCHILD, 1985-88 e 1990; AYRES DE CARVALHO, 1979; SOUSA VITERBO, 1988.

ACL e PP



230

230 **Tambor de coluna**

Século I
Época de Augusto (?)
Alt.: 1340 mm; diâm.: 620 mm
Calcário
Teatro Romano de Lisboa
Lisboa, Gabinete Técnico do Teatro Romano, n.º P/32

Tambor de coluna em calcário decorado com dezasseis caneluras do tipo aberto. Sobre a pedra deveria ter possuído um revestimento de estuque em camada fina, do qual hoje não existem vestígios. Trata-se de um dos elementos arquitectónicos que faziam parte da *Scenaefrons* do teatro romano, área ainda não atingida pelas várias intervenções arqueológicas. Já no século XVIII, quando da descoberta do monumento, o arquitecto Francisco Xavier Fabri registou graficamente o aparecimento de alguns desses elementos da frente cénica (vide peça 229), que viriam a ser recolhidos, pelo menos uma grande parte, nas escavações de 1966-1967 (vide texto *O Teatro Romano de Lisboa*). Além deste tipo de coluna com caneluras (a maioria com dezasseis caneluras), foram encontradas colunas estriadas e colunas lisas (igualmente em calcário e preparadas para receberem revestimentos de *opus signinum* e estuques). Apesar do número de elementos conhecidos (com alturas variáveis e diâmetros idênticos), não é ainda possível calcular a altura máxima das colunas da *Scenaefrons*.
Bibliografia: HAUSCHILD, 1990; ALARCÃO, 1982; MOITA, 1970.
ACL

231



231 **Base de coluna**

Século I
Época de Augusto (?)
360 x 810 mm
Calcário
Teatro Romano de Lisboa
Lisboa, Gabinete Técnico do Teatro Romano, n.º P/112

Base de coluna em calcário de cor amarela (pedra local). Toro superior separado por escócia (moldura com curva inferior de raio maior) do toro inferior que assenta em plinto (bastante danificado). Este elemento arquitectónico foi recolhido durante a campanha de escavações de 1966-1967, juntamente com outras duas bases. Da análise destes três elementos verificam-se grandes diferenças não só nas dimensões como nas formas, o que leva a supor terem



232



233

integrado áreas estruturais diferentes do monumento, mesmo tratando-se de *Scenaefrons*.
Bibliografia: HAUSCHILD, 1990; ALARCÃO, 1982; MOITA, 1970.
ACL

232 ***Capitel***

Século I
Época de Augusto (?)
400 x 730 x 720 mm
Calcário
Teatro Romano de Lisboa
Lisboa, Gabinete Técnico do Teatro Romano, n.º P/ 103

Capitel jónico de calcário de cor amarelada (pedra local). Ábaco troncopiramidal bipartido; coxim com volutas características do jónico, que assenta em dois aros de perfil plano de onde parte o arranque da coluna, com caneluras. As volutas em vez de terem a típica forma de enrolado em espiral, apresentam-se como dois discos. Aliás, todo o capitel mostra as suas formas em bruto, talhadas numa pedra muito porosa que mais facilmente receberia um revestimento em estuque que daria à peça o aspecto final. Desse revestimento não existe qualquer vestígio.
Além deste capitel foram encontrados nas escavações arqueológicas (1966-1970), mais quatro capitéis jónicos idênticos que se identificam como elementos arquitectónicos provenientes da *Scenaefrons* do Teatro.
Bibliografia: HAUSCHILD, 1990; ALARCÃO, 1982; MOITA, 1970.
ACL

233 ***Elemento epigrafado do «proscaenium»***

Ca. 57 d.C.
Inscrição: I.CLAUDI.F.GER.
1050 x 870 x 360 mm
Mármore
Teatro Romano de Lisboa
Lisboa, Gabinete Técnico do Teatro Romano, n.º P/67 e P/847

Elemento arquitectónico em mármore de cor vermelha que pertencia a uma das treze *exaedrae* que formavam o *proscaenium* do Teatro. Apresenta uma superfície côncava denunciando fazer parte de nicho do tipo semicircular (que alternavam com nichos rectangulares). No topo inferior do bloco possuiu uma moldura com perfil de meia-cana, cornija e gola (incompleta e fragmentada em dois). Da moldura superior apenas são visíveis os entalhes para as cavilhas. A epígrafe pode ler-se na parte superior: I.CLAUDI.F.GER. Esta é uma pequena parte da inscrição que se estendia ao longo do *proscaenium* referente à dávida da *orchestra* e do próprio *proscaenium* pelo augustal Caius Heius Primus da qual se conhecem as descrições e desenhos do século XVIII (vide o texto *O Teatro Romano de Lisboa*) e da qual só foi recuperada uma pequena parte distribuída por vários elementos em mármore do *proscaenium*.
Bibliografia: HAUSCHILD, 1990; ALARCÃO, 1982; MOITA, 1970.
ACL



234 *Sileno*

Século I
Época Romana
390 x 112 x 490 mm
Mármore
Teatro Romano de Lisboa
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia,
n.º E: 6299

As duas estátuas de Sileno ou Baco descobertas no Teatro Romano de Lisboa representam ambas um velho nu, atarracado, de ventre volumoso, calvo, dormindo reclinado sobre uma pele de animal, segurando com a mão esquerda a boca de um odre de vinho.
As esculturas estão mutiladas nas pernas e com a pedra carcomida em outros pontos da superfície. A face deixa ver ainda, pelos menos em um deles, a boca aberta e o esgar de prazer fruto da embriaguez do deus adormecido.
Estas duas estátuas foram provavelmente colocadas à direita e à esquerda do proscénio do Teatro Romano de Lisboa presidindo às cerimónias rituais e aos espectáculos nele realizados.
O teatro da época clássica nasce do culto de Dioniso ou Baco e a presença de estátuas do deus foi constante nos edifícios teatrais do mundo greco-romano.
JLM

234

235



235 Friso de tampa de sarcófago

Século III
Época Romana
360 x 2200 x 60 mm
Mármore
Mosteiro de Chelas (Lisboa)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 18026

O friso apresenta uma cartela central vazia que teria inicialmente desenhada ou pintada a inscrição com o nome do defunto. De ambos os lados da cartela figuram grupos de personagens representando quatro das sete musas clássicas de pé, junto de quatro escritores ou filósofos sentados e semidesnudados. Tália e Melpomene, musas respectivamente da tragédia e da comédia são representadas com as máscaras que as identificam no painel da esquerda, Polímnia e Clio musas da música e da história, acompanhadas dos seus atributos, aparecem no painel da direita, a primeira das quais voltada para um personagem calvo e sem barba que iconograficamente será a imagem do filósofo Sócrates.
A sabedoria do defunto personificada pela associação de musas e escritores é na antiguidade o fundamento da salvação socrática merecedora da felicidade além-túmulo.
O barroquismo da composição, a distorsão das figuras, o abandono da pose clássica, o uso do trépano, permitem deduzir uma data de fabrico da peça que se localiza nos princípios do século III.
Servindo de banqueta de altar do Mosteiro de Chelas onde foi encontrada nos finais do século XIX a peça foi cortada na parte inferior ao longo de todo o friso jarretando os personagens do relevo.
JLM

236 Sarcófago

Século III
Época Romana
350 x 1180 x 450 mm
Mármore
Castanheira do Ribatejo (Vila Franca)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 21523

Um sarcófago de pequena dimensão, com as extremidades arredondadas e a forma geral de uma cuba de vinificação, cuja face destinada a ser vista mostra o retrato de uma jovem no interior de um medalhão assente sobre um vaso de duas asas, do qual saem ramos de oliveira, parras e cachos de uva que vão encher todo o espaço. Cestos de vindima, pequenos cupidos, pombas e outros animais campestres preenchem totalmente a superfície.
Provavelmente, o pequeno sarcófago destinava-se ao cadáver da jovem retratada no medalhão.
A forma de «lenos» ou cuba do túmulo, bem como a cena campestre, possuem um significado báquico e dionisíaco evidente, relacionado com a felicidade da vida futura.
O penteado da menina e os elementos decorativos permitem, do ponto de vista técnico e temático, datar do século III o fabrico da peça.
JLM

Comentário das peças 234, 235 e 236
A escultura romana insere-se globalmente no vasto mundo da arte helenística, condicionada pela marca directa da Grécia ou pelas influências helenísticas indirectas que lhe chegaram nomeadamente através da Etrúria.
As técnicas e os materiais, os temas e a inspiração, muitas vezes a própria mão que fez a escultura vieram, de uma forma ou outra, das áreas da Hélade, ou não fora a civilização romana a última civilização helenística no dizer de Garcia y Bellido.



236

A escultura helenística nascida das necessidades de representação dos deuses e do mundo olímpico, depois dos heróis e das tipologias sociais, e finalmente dos homens e da vida comum, sofre assim um processo de dessacralização que já é notório no período em que os romanos implantam a primeira civilização urbana, romanizam o território português.
Se a estátua-retrato de personagens importantes, nomeadamente imperiais, e o relevo historiado, visualizando cenas históricas, foram a contribuição mais original da estatuária romana para a escultura helenística, o maior volume de peças existentes em território nacional, estátuas de vulto ou relevos, integra-se no universo da religião, estatuária que se destinava a materializar e a dinamizar não apenas a tutela das comunidades humanas, mas a protecção da fecundidade e da saúde bem como a garantia de boa saúde e de sorte, e ainda, a lembrança, o repouso e felicidade além-túmulo dos antepassados.
As estátuas romanas encontradas na área de Lisboa, e que chegaram até nós, relacionam-se com a temática religiosa de Dionisos-Baco e de Apolo-Orfeu. São as duas estátuas de Baco ou Sileno do Teatro Romano de Lisboa, o Sátiro de Benfica, e a escultura funerária dos dois sarcófagos de Chelas e de Vila Franca de Xira, peças de temática apolínea-órfica.
Dionisos-Baco é o deus do vinho relacionado com a fecundidade da natureza, divindade tutelar do teatro. Apolo, deus das artes e das musas reina nas ilhas dos bem-aventurados, uma espécie de paraíso do orfismo e do pitagorismo ao das artes praticadas em vida.
Ambas as divindades estão relacionadas com a natureza e o mundo campestre, inspirando as duas os poetas e os adivinhos, embora a inspiração dionisíaca seja de cunho mais telúrico e sensual e a apolínea de ordem mais espiritual, nos dois extremos da vivência da sabedoria antiga. Entre os dois pólos a interacção foi constante e torna-se difícil invocar Dioniso ou Apolo a propósito da interpretação de muitas das obras da antiguidade, até porque as simbologias são nos dois casos muito semelhantes.
A escultura romana que subsistiu na área de Lisboa apresenta por isso a curiosidade de uma temática em torno das simbologias próprias de duas divindades semelhantes e complementares, e no entanto opostas entre si, que tutelam o mundo da natureza e da cultura.
JLM



237

237 ***Moedas romanas***

Finais dos séculos III – IV
Diâm.: entre 24,5 e 9,5 mm
Prata, bolhão e cobre
Termas dos Cássios, Lisboa, n.º RPN/N/50 a RPN/N/79

RPN/N/50, 51 e 54
Antoniniano
Oficina hispânica
[270]
Cláudio II
Anverso: Efígie do Imperador à direita com coroa radiada. Inscrição: [DIVO CL] AUD[I]O
Reverso: Águia à esquerda. Inscrição: CONSECRATIO
Diâm.: 17,5 a 15 mm; peso: entre 1,93 e 1,34 g
Bolhão

RPN/N/52
Follis
Crispo
Anverso: Efígie do Imperador à direita com diadema. Inscrição: CRISPVS NOB (ilis) CAES(ar)
Reverso: Coroa de louros envolvendo a inscrição: VOT(um)/ ../ /X. Marca de oficina monetária no exergo: T – R. Inscrição: CAESARVM NOSTRORVM
Diâm.: 20,5 mm; peso: 2,54 g
Bronze

RPN/N/53
Follis
Treves – 1.ª oficina
Licínio I
Anverso: Efígie do Imperador laureado à direita. Inscrição: IMP(erador) LICINIUS P(ius) F(elix) AUG(ustus)
Reverso: *Sol* à direita. Marca da oficina monetária no exergo: –PTR– . Inscrição: SOLI INVICTO COMITI
Diâm.: 24,5 mm; peso: 4,16 g
Bronze

RPN/N/55
AE 2
Nicomedia – 3.ª oficina
Honório
[393-395]
Anverso: Efígie do Imperador à direita com diademas. Inscrição: D(ominus) N(oster) HONORIUS P(ius) F(elix) AVG(ustus)
Reverso: Imperador segurando o *uexillum* e o globo à esquerda. Marca de oficina monetária no exergo: SMNT. Inscrição: GLORIA ROMANORVM
Diâm.: 23 mm; peso: 5,06 g
Bronze

RPN/N/56
AE 2
Lion – 2.ª oficina
Magno Máximo
[393 - 395]
Anverso: Efígie do Imperador à direita com diadema. Inscrição: D(ominus) N(oster) MAG(us) MAX[IM]VS P(ius) F(elix) AVG(ustus)
Reverso: Imperador segurando *victoria* e o *uexillum* à esquerda. Marca de oficina monetária no exergo: LVGS. Inscrição: VICTORIA AVGG
Diâm.: 23 mm; peso: 4,36 g
Bronze

RPN/N/57, 62 , 64, 76, 78 e 79
Follis
Roma – 4.ª oficina
[351 - 361]
Constâncio II
Anverso: Efígie do Imperador à direita com diadema. Inscrição: D(ominus) N(oster) CONSTANTIVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)
Reverso: *Virtus* trespassando cavaleiro. Inscrição: FEL(icitas) TEMP (lum) REPARATIO
Diâm.: entre 15 e 17 mm; peso: entre 2,50 e 1,32 g
Bronze

RPN/N/58
Follis
Roma – 1.ª oficina
Constantino I
Anverso: Efígie do Imperador à direita com diadema. Inscrição: CONSTANTINVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)
Reverso: *Vexillum* entre dois legionários. Marca de oficina monetária no exergo: RP Inscrição: GLORIA EXERCITVS
Diâm.: 15,4 mm; peso: 1,74 g
Bronze

RPN/N/59
Antoniniano
Císico
[270-275]
Severina
Anverso: Efígie da Imperatriz à direita. Inscrição: SEVERINA AUG(usta)
Reverso: Vénus à esquerda. Marca de oficina monetária no exergo. Inscrição: VENUS FELIX
Diâm.: 19 mm; peso: 2,30 g
Bolhão

RPN/N/60
Follis
Siscia – 4.ª oficina
Urbs Roma
[330-337]
Anverso: Efígie de Roma à esquerda. Inscrição: VRBS ROMA
Reverso: Loba amamentando Rómulo e Remo. Marca de oficina monetária no exergo: ESIS
Diâm.: 18 mm; peso: 1,62 g
Bronze

RPN/N/61
Denário (*uictoriatus*)
Roma
República 211-208
Anverso: Efígie de Júpiter à direita
Reverso: *Victoria* coroando troféu. No exergo inscrição: ROMA
Diâm.: 17 mm; peso: 2 g
Prata

RPN/N/63
Nicomedia – oficina indeterminada
Casa de Constantino
[351-361]
Anverso: Efígie do Imperador à direita com diadema. Inscrição: [..CONS]TA[...]
Reverso: *Virtus* trespassando cavaleiro. Marca de oficina monetária no campo: Z, e no exergo: S.M.N. [...]. Inscrição: FEL(icitas) TEMP(lum) REPARATIO
Diâm.: 17 mm; peso: 2,19 g
Bronze

RPN/N/65
Follis
4.ª oficina
Constâncio César

Anverso: Efígie do Imperador à direita com diadema.
Inscrição: IVL(ius) CONSTANTIVS NOB(ilis) C(aesar)
Reverso: Dois legionários frente a frente empunhando *uexilla*. Marca de oficina monetária no exergo: [...] E.
Inscrição: GLORIA EXERCITVS
Diâm.: 16,5 mm; peso: 2,19 g
Bronze

RPN/N/66
Antoniniano
Roma
Cláudio II
[269]
Anverso: Efígie do Imperador à direita com coroa radiada.
Inscrição: MP(erator) CLAVDIVS AVG(ustus)
Reverso: Marca de oficina monetária no exergo: –I–.
Inscrição: P(ontfex) M(aximus) TR(ibunitia) P(otestate) II CO(n)S(ulibus) P(ater) P(atriae)
Diâm.: 19 mm; peso: 2,88 g
Bolhão

RPN/N/67 e 71
Follis
Siscia – 3.ª oficina
Casa de Constantino
[351-361]
Anverso: Efígie do Imperador à direita com diadema.
Inscrição: D(ominus) N(oster) CONSTANT [...] uel TANTIVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)
Reverso: *Virtus* trespassando cavaleiro. Marca de oficina monetária no exergo: S[IS]CT, e no campo: S. Inscrição: FEL(icitas) TEMP(lum) REPARATIO
Diâm: 18 e 17 mm; peso: 3,57 e 1,51 g
Bronze

RPN/N/68
Follis
Roma – 1.ª oficina
Constâncio II
Anverso: Efígie do Imperador à direita com diadema.
Inscrição: D(ominus) N(oster) CONSTA[NTIVS..]
Reverso: Imperador à esquerda segurando o *uexillum* e o globo. Marca de oficina monetária no exergo: R*P. Inscrição: SPES REIP VBLICE.
Diâm.: 9,5 mm; peso: 1,50 g
Bronze

RPN/N/69
Antoniniano
Roma – 12.ª oficina
Galieno
[267-268]
Anverso: Efígie do Imperador à direita com coroa radiada.
Inscrição: [GALL] I [ENVS] A[VG](ustus
Reverso: Cabra à esquerda.
Inscrição: IOVI [...]
Diâm.: 17, 5 mm; peso: 1,70 g
Bolhão

RPN/N/70
Follis
Roma – 2.ª oficina
Constantino I
[313 - 315]
Anverso: Efígie do Imperador laureado à direita. Inscrição: IMP(erator) CONSTANTINVS AVG(ustus)
Reverso: *Soli* à esquerda. Marca de oficina monetária no exergo: RS. Inscrição: SOLI INVIC [TO COM]ITI
Diâm.: 20 mm; peso: 2,70 g
Bronze

RPN/N/72 e 76
Follis
Constâncio II (?)
[341-346]
Anverso: Efígie do Imperador à direita com diadema.
Ilegível.
Reverso: Láurea envolvendo a inscrição: VOT (um)/ X.X/ MVLT/ XXX
Diâm.: 15,5 mm; peso: 1,36 g
Bronze

RPN/N/73
AE 2
Arles – 2.ª oficina
Graciano
[379-383]
Anverso: Efígie do Imperador à direita com diadema.
Inscrição: D(ominus) N(oster) GRATIANVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)
Reverso: Imperador e captivo. Marca de oficina monetária no exergo: SCON. Inscrição: REPARATIO REIPVB(licae)
Diâm.: 24 mm; peso: 4,80 g
Bronze

RPN/N/74
Follis
Constantinopla – 1.ª oficina
Casa de Constantino
[351-361]
Anverso: Efígie do Imperador à direita com diadema.
Inscrição: D(ominus) N(oster) CONSTANTINVS uel TANTIVS TANTIVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)
Reverso: *Virtus* trespassando cavaleiro. Marca de oficina monetária no exergo: CONSA. Inscrição: FEL(icitas) TEMP(lum) REPARATIO
Diâm.: 17 mm; peso: 2,17 g
Bronze

RPN/N/75
Follis
Casa de Constantino
[351-361]
Anverso: Efígie do Imperador à direita com diadema.
Inscrição: D(ominus) N(oster) CONSTANTINUS uel TANTIUS P(ius) F(elix) AVG(ustus)
Reverso: *Virtus* trespassando cavaleiro. Marca de oficina monetária no campo: C.
Inscrição: FEL(icitas) TEMP(lum) REPARATIO
Diâm.: 19 mm; peso: 1,36 g
Bronze

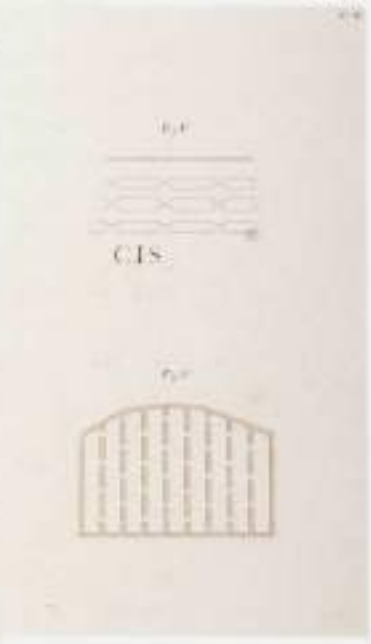
RPN/N/77
Follis
3.ª oficina
Constâncio II (?)
Anverso: Efígie do Imperador à direita com diadema.
Inscrição: CONSTANTIVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)
Reverso: Láurea envolvendo a legenda no exergo: [...] «I»
Diâm.: 16,5 mm; peso: 1,39 g
Bronze
ADD

238 *Álbum de desenhos aguarelados*

1859/1860
José Valentim de Freitas
Desenhos a que se refere a Memória cerca d'uns restos de thermas romanas, existentes em Lisboa
9 folhas de 571 x 740 mm
Papel
Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, n.º RES. IL. 162

Álbum contendo nove desenhos aguarelados da autoria de José Valentim de Freitas.
Desenho n.º 1: Planta de parte de um reservatório de thermas romanas, levantada depois do terramoto de 1755, e addicionada em 1859 – Escala c. 1/100.
Desenho n.º 2: Pormenor das estruturas.
Desenho n.º 3: Desenho de parte do pavimento superior das thermas romanas, descobertas em 1859.
Desenho n.º 4: Decalque da inscrição encontrada no local: SACRVM/AESCVLAPIO/M. AFRANIVS EVPORIO/ET/L. FABIVS DAPHNVS/AUG/MVNICIPIO. D ...
Desenho n.º 5: Cortes longitudinais da galeria 6 do desenho n.º 1 (inclui desenhos aguarelados dos mármores e argamassas recolhidas).
Desenho n.º 6: Reprodução da planta antiga (publicada em 1780) e do esboço, incorrecto, da inscrição decalcada no desenho n.º 4, igualmente publicada em 1780.
Desenho n.º 7: Reprodução da planta das chamadas termas dos Cássios, levantada em 1780.
Desenho n.º 8: Reprodução da inscrição das ditas termas, a partir do desenho de 1780.
Desenho n.º 9: Desenho aguarelado de um fundo de recipiente de vidro, recuperado nas escavações das chamadas termas da Rua da Prata.
Desenhos efectuados pelo autor, na sequência da intervenção de acompanhamento das obras públicas, efectuadas na rede de saneamento da Rua da Conceição, por Francisco Martins de Andrade em 1859. O álbum constitui um complemento do relatório de Francisco Martins de Andrade «Memoria cerca dos banhos da rua dos Fanqueiros. Thermas Romanas (1859), manuscrito autógrafo destinado à impressão, In 4.º de 56 quartos», [BNL/Reservados, Cod. 7619]. Existe uma cópia manuscrita, designada «Cópia limpa», do referido relatório, que tem por título «Memoria cerca d'uns restos de thermas romanas existentes em Lisboa», 1 volume [BNL/Reservados, Cod. 8468].
Bibliografia: FIGUEIREDO, 1889; MOITA, 1977.
CF


238.1


238.2


238.3


238.4

239 **Lápide**

Primeira metade do século I (Principado de Tibério?)
Época Romana Imperial
Inscrição: SACRUM/AESCULAPIO/M.AFRANIUS
EUPORIO/ET/L. FABIUS DAPHNUS/AUG/MUNICIPIO. D D
Consagrado a Esculápio. Os Augustais Marco Afrânio Eupório
e Lúcio Fábio Dafno ofereceram [o monumento] ao Município
740 x 720 x 540 mm
Calcário
Criptopórtico da Rua da Prata (Lisboa)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º E 5517 EPI 187

Esta epígrafe foi encontrada em 1770 nas ruínas do criptopórtico da Rua da Prata. Esteve encravada numa parede do prédio n.º 83 da Rua da Conceição, de onde foi transportada em 1915 para o Museu Nacional de Arqueologia.
Bibliografia: HÜBNER, 1869, n.º 175; VIEIRA DA SILVA, 1944: 217-119; MANTAS, 1976: 163-168.
VM



239

240 **«Dolium»**

Séculos I – II
Alt.: 525 mm; diâm. bordo: 386 mm; diâm. da base: 260 mm
Cerâmica comum
Necrópole romana da Praça da Figueira (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ PF/62/717 C

Dolium de fabrico grosseiro, alaranjado. Bordo revirado para o exterior cintado por dois cordões paralelos (um digitado, outro ondulado). Bojo ovóide e largo. Apresenta os ombros moldurados e decorados com uma linha ondeada gravada antes da cozedura. Fundo raso. Esta talha, como outras encontradas na necrópole da Praça da Figueira, serviu de urna cinerária conservando ainda vestígios de fuligem na face interna do bordo. O ritual de incineração consistia na cremação do defunto numa pira e na selecção de alguns ossos (sobretudo os do crânio) que depois de triturados eram depositados nas urnas. Era usual os parentes do defunto tomarem uma última refeição à volta da sepultura ainda aberta colocando os desperdícios de alimentos e louça usada junto da urna, cobrindo-a de seguida.
A preferência pela incineração teve início no século X a.C. perdurando até ao século III altura em que a inumação, sobre a influência cada vez maior do cristianismo, se torna a principal prática funerária.
MLC



240



241

244, 245, 246



241 **Prato**

Finais do século I
Alt.: 35 mm; diâm. do bordo: 160 mm; diâm. do pé: 81 mm
«Terra sigillata» Sudgálica
Necrópole romana da Praça da Figueira (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ PF/62/610

Prato de «terra sigillata» Sudgálica. Forma Drag. 18. Engobe vermelho escuro, aderente, pouco brilhante. Apresenta marca ilegível inscrita em caixilho rectangular de ângulos arredondados. O perfil aberto torna-se comparável aos pratos de Conímbriga e de Vila do Alto da Cidreira (Cascais), datados do reinado de Vespasiano (69-79).
Bibliografia: ALARCÃO, M. A., 1975: 93 e 107; NOLEN, 1988: 74.
MLC

242 **Púcaro**

Século I
Alt.: 95 mm; diâm. do bordo: 70 mm; diâm. do pé: 40 mm
Cerâmica comum
Necrópole romana da Praça da Figueira (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ PF/62/400 C

Púcaro de fabrico de pasta cinzenta clara, amarelada. Bordo envasado ligeiramente facetado na face externa. Bojo alto, piriforme terminando com pequeno pé em forma de bolacha. Tinha duas asas de fita das quais só uma se conserva. Parece apresentar vestígios de engobe alaranjado na superfície externa. Peça de fabrico local, pretendeu imitar formas importadas fazendo lembrar a forma Mayet III A da cerâmica de «paredes finas».
Bibliografia: MAYET, 1975: 33.
MLC

243 **Púcaro**

Final do século I – início do século II
Alt.: 70 mm; diâm. do bordo: 55 mm; diâm. da base: 30 mm
Cerâmica comum
Necrópole romana da Praça da Figueira (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ PF/62/401 C

Púcaro de pequenas dimensões, laranja acastanhado, de fabrico pouco cuidado. Bordo soerguido ligeiramente cavado no dorso. Bojo globular com fundo plano. Conserva uma asa de fita e vestígios do arranque de outra, no lado oposto. Esta forma é muito comum em estações da Lusitânia Central mas invulgar na Europa do Norte ou na Itália onde são frequentes os púcaros com uma asa.

Destacamos como paralelo uma peça proveniente da Herdade dos Serrones (Elvas) de entre os múltiplos exemplos que poderíamos dar. Os púcaros serviam para beber água ou vinho à mesa ou para servir líquidos em pequenas quantidades.
Bibliografia: NOLEN, 1985: 67 e 69.
MLC

244 **Tijela**

Meados do século I
Alt.: 37 mm; diâm. da boca: 71 mm; diâm. do pé: 32 mm
«Terra sigillata» Sudgálica
Necrópole romana da Praça da Figueira (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ PF/62/549

Tijela de «terra sigillata» Sudgálica. Forma Drag. 24/25. Engobe vermelho escuro aderente. Apresenta marca de oleiro inscrita em caixilho rectangular de ângulos arredondados. Marca: I I M I I. Trata-se de Emia oleiro de La Graufesenque que trabalhou nos anos 50-60 (século I d.C.). Em Portugal a sua assinatura aparece nas Represas, Conímbriga e «Bracara Agusta». A «terra sigillata», cerâmica fina de importação, começa a ser produzida em Arezzo (Itália) durante o principado de Augusto. A partir de Tibério as oficinas do Sul da Gália iniciam o seu fabrico, dominando o mercado nos inícios do reinado de Cláudio, até 50-80 quando são preteridas a favor das sigilatas hispânicas. Apesar de existirem vários ateliers no Sul da Gália foram os *negociatores* de La Graufesenque que conseguiram impor os seus produtos na Lusitânia (estações importantes como Conímbriga, Mérida e Belo receberam quase exclusivamente cerâmicas desta proveniência).
As marcas de «terra sigillata» Sudgálica encontradas na necrópole da Praça da Figueira são, na sua totalidade, oriundas do atelier de La Graufesenque. Estas peças eram usadas como loiça de mesa ao lado das cerâmicas indígenas de fabrico mais cuidado.
Bibliografia: ALARCÃO, 1988: 148-149; BOURGEOIS e MAYET, 1991: 141; DELGADO, 1984: 49-70 e 1985: 9-40; NUNES RIBEIRO, 1985: 80.
MLC

245 **Taça**

Meados do século I
Alt.: 36 mm; diâm. da boca: 68 mm; diâm. do pé: 34 mm
«Terra sigillata» Sudgálica
Necrópole romana da Praça da Figueira (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ PF /62/ 408

Taça de «terra sigillata» Sudgálica. Forma Ritterling 9. Engobe vermelho coral, aderente, medianamente brilhante. Apresenta marca de oleiro em cartela rectangular de ângulos arredondados inscrita num círculo. Marca: LICN. Mais uma vez encontramo-nos perante um oleiro de La Graufesenque, Licinus, particularmente activo no período Cláudio - Nero. Está representado, por exemplo, em Conímbriga e nas Represas.
Bibliografia: NUNES RIBEIRO, 1958: 80; OLEIRO, 1951: 109; OSWALD, 1931: 164.
MLC

246 **Tigela**

Meados do século I
Alt.: 54 mm; diâm. do bordo: 120 mm; diâm. do pé: 52 mm
«Terra sigillata» Sudgálica
Necrópole romana da Praça da Figueira (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ PF/ 61/ 8

Tigela de «terra sigillata» Sudgálica. Forma Drag. 24/25. Engobe vermelho escuro, muito aderente com brilho médio. Marca: CABVCA F. Inscrita em caixilho rectangular de ângulos arredondados rodeada por um círculo. Oleiro do Sul da Gália, pouco activo e hoje mal conhecido instalou-se provavelmente em La Graufesenque no período Claudiano.
Bibliografia: OSWALD, 1931: 51.
MLC

247 **Pote**

Finais do século I – início do século II
Alt.: 125 mm; diâm. do bordo: 74 mm; diâm do pé: 43 mm
Cerâmica comum
Necrópole romana da Praça da Figueira (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ PF /62/ 330 C

Pote de pequenas dimensões, laranja acastanhado. Fabrico de qualidade média. Bordo revirado para fora, terminando num pequeno lábio. Bojo ovóide decorado com carretilha. Duas finas caneluras, uma na zona superior do bojo marcando os ombros, outra na zona inferior, delimitam esta decoração. Fundo ligeiramente côncavo percorrido por uma canelura. Potinhos deste tipo, de fabrico local ou regional, aparecem nas necrópoles do Alto Alentejo e em Conímbriga, datados desde a segunda metade do século I até ao primeiro quartel do século II. Os potes eram fabricados em tamanhos e feitios diversos satisfazendo múltiplas necessidades (confecção de alimentos,



247

248, 249



contentores de produtos alimentares ou de restos das refeições) do quotidiano doméstico.
Bibliografia: ALARCÃO, 1974: 99; NOLEN, 1981: 101-111; NOLEN, 1985: 113-116.
MLC

248 Unguentário

Segunda metade do século I
Augusto-Tibério
Alt.: 124 mm; diâm. da boca: 23,7 mm
Vidro soprado
Necrópole romana da Praça da Figueira (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ PF/62/102 V

Unguentário intacto. Tipo Isings 8. Vidro transparente tingido de verde-gelo, com muitas bolhas de ar e estrias provenientes da soflagem. Picado na superfície externa. Leitosidade incipiente. Reservatório tubular com estrangulamento a meio. Bordo de arestas polidas ao fogo, irregular; fundo umbilicado. Os unguentários deste tipo serviam para o transporte de bálsamos ou perfumes e não para conterem as lágrimas dos parentes do defunto como se pensava no século XIX (daí a designação de lacrimatórios). Para se proteger o conteúdo, normalmente colocava-se uma capa de vime entrançada sobre o gargalo, que por sua vez era apertada com um cordão à volta do estrangulamento da peça. Por outro lado, este estrangulamento funcionava como controlador do escoamento dos bálsamos. Ovídio fala-nos de um costume que consistia em misturar perfumes aos ossos calcinados nas cerimónias fúnebres. Escavações em necrópoles têm possibilitado o visionamento *in sito* de unguentários e balsamários depositados nas urnas cinerárias, tal como se verificou na necrópole da Praça da Figueira. Outras peças deste tipo aparecem em Portugal, como por exemplo nas necrópoles da Herdade de Santo André (Montargil) e da Fonte Velha (Bensafrim).
Bibliografia: ALARCÃO, 1964: 87; ISINGS, 1955: 24; LANDES, 1983: 77; NOLEN e DIAS, 1981: 43-44.
MLC

249 Unguentário

Primeira metade do século I
Augusto-Tibério
Alt.: 110 mm; diâm. da boca: 20 mm
Vidro soprado
Necrópole romana da Praça da Figueira (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ PF/61/17 V

Unguentário quase intacto (fractura no bordo). Vidro transparente, tingido de verde-gelo com raras bolhas e estrias resultantes da soflagem. Apresenta manchas leitosas na face interna e riscos provocados pelo uso, na face externa. Bordo de arestas polidas ao fogo. Reservatório em forma de gota, alongado, com base côncava. Formas simples e correntes como os unguentários, copos lisos, vidros de janela, entre outras, não exigiam grande domínio tecnológico, sendo provável que estas peças fossem produzidas localmente ou nas regiões mais próximas. Não temos, porém, dados suficientes que generalizem esta suposição a não ser o caso de Conimbriga e Braga onde aparecem escórias de vidro e fragmentos de cadinhos com escorrimentos vítreos que sugerem a existência de oficinas locais. Outras formas mais requintadas e profusamente decoradas, lembramos os vidros lapidados, eram importadas dos grandes centros de produção como Roma, Aquileia e Colónia. O tipo de unguentário presente é sobejamente conhecido e está largamente representado em Portugal. Valdoca, Almerim, Bensafrim e Conimbriga servem de exemplo. Típicos dos reinados de Augusto e Tibério fabricam-se pelo menos até à época de Cláudio como atesta um exemplar proveniente de Belsa (Tavira).
Bibliografia: ALARCÃO, J. e A., 1965: 16; ALARCÃO, 1968: 4; MOITA, 1968: 35 e 66; NOLEN e DIAS, 1981: 43.
MLC

250 Unguentário

Séculos I – II
Alt.: 76 mm; diâm. da boca: 25 mm
Vidro soprado
Necrópole romana da Praça da Figueira (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ PF /62/104 V

Unguentário Tipo Isings 26 A. Vidro translúcido, verde-gelo com bolhas e estrias resultantes da sopragem. Apresenta corrosão leitosa na face interna e alguns riscos provocados pelo uso, na face externa. Bordo repuxado para fora formando lábio horizontal. Colo curto e reservatório periforme. Fundo ligeiramente côncavo. Conhecemos três unguentários, provenientes de Alcácer do Sal, referenciados na categoria Isings 6 ou 26; contudo, o nosso exemplar apresenta diferenças ao nível do bordo e bojo. Tipo de unguentário pouco frequente em Portugal parece ter sido produzido na Itália do Norte durante os séculos I e II.
Bibliografia: ALARCÃO, 1971: 2; ISINGS, 1957: 40; LANDES, 1983: 81.
MLC

251 *Frigideira*

Primeira metade do século V
Época Romana
Alt.: 60 mm; diâm.: 260 mm
Cerâmica comum
Rua Augusta (Lisboa)
Lisboa, IPPAR, n.º BCP/522

Frigideira de engobe vermelho.
A parede, arqueada, e o fundo apresentam-se queimados.
MAG e FR



251

252 *Pote*

Primeira metade do século V
Época Romana
Alt.: 195 mm; diâm.: 250 mm
Cerâmica comum
Rua Augusta (Lisboa)
Lisboa, IPPAR, n.º BCP/ 296

Pote em cerâmica comum.
As paredes apresentam sinais de polimento e de utilização ao fogo.
MAG e FR



252

253 *Almofariz*

Primeira metade do século V
Época Romana
Alt.: 135mm; diâm.: 370 mm
Cerâmica comum
Rua Augusta, Lisboa
Lisboa, IPPAR, n.º BCP/ 235

Almofariz de cerâmica comum de cor bege-claro.
As paredes são rectas e o bordo, em aba, tem um bico.
A superfície interna apresenta as características estrias concêntricas provocadas pela utilização.
MAG e FR

254 *Panela*

Primeira metade do século V
Época Romana
Alt.: 190 mm; diâm.: 240 mm
Cerâmica comum
Rua Augusta (Lisboa)
Lisboa, IPPAR, n.º BCP 295

Panela de cerâmica comum.
Bojo largo, achatado e bordo em aba.
A parede externa apresenta marcas de polimento e de utilização ao fogo.
MAG e CA

255 *Alguidar*

Primeira metade do século V
Época Romana
Alt.: 270 mm; diâm.: 455 mm
Cerâmica comum
Rua Augusta (Lisboa)
Lisboa, IPPAR, n.º BCP/284

Alguidar de cerâmica comum.
Paredes rectas, oblíquas e bordo reentrante. A parede externa apresenta vestígios de polimento.
MAG e FR

256 *Alguidar*

Primeira metade do século V
Época Romana
Alt.: 175 mm; diâm.: 370 mm
Cerâmica comum
Rua Augusta (Lisboa)
Lisboa, IPPAR, n.º BCP/281

Alguidar de cerâmica comum de cor bege. Forma irregularmente troncocónica e bordo em aba horizontal.
Ambas as paredes apresentam um alisamento feito na vertical, bem visível.
MAG e FR

257 *Tijela*

Primeira metade do século V
Época Romana
Alt.: 90 mm; diâm.: 240 mm
Cerâmica comum
Rua Augusta (Lisboa)
Lisboa, IPPAR n.º BCP/316

Tijela de bordo simples e parede carenada.
A forma desta tijela assemelha-se a uma outra de «terra sigillata» clara a (forma Hayes 14-b) que é datável da segunda metade do século II (NOLAN, 1985: 101.) Tal não significa, no entanto, que a forma não possa ter continuado a ser utilizada, mas fabricada em cerâmica comum.
MAG e FR



253



254



256

259



258 **Taça**

Séculos IV - V
Época Romana
Diâm.: 195 mm
«Terra sigillata» clara C
Rua Augusta (Lisboa)
Lisboa, IPPAR, n.º BCP/278

Taça (forma Hayes 53B) com decoração no fundo interno com guiloché em pena de ave. Foi fabricada no centro da actual Tunísia. As peças deste fabrico têm geralmente as paredes extremamente finas.
CA



258

259 **Unguentários**

Séculos II - I
Época Romana
Alt.: 75 mm e 90 mm
Cerâmica comum
Rua Augusta (Lisboa)
Lisboa, IPPAR,
n.º BCP/231 e BCP/232

Unguentários de corpo globular e colo alto. As paredes foram alisadas, sendo visíveis as marcas desse alisamento. O colo, não alisado, foi coberto interna e externamente por um engobe de cor castanho escuro.
MAG

260 **Cântaro**

Primeira metade do século V
Época Romana
Alt.: 300 mm; diâm.: 220 mm
Cerâmica comum
Rua Augusta (Lisboa)
Lisboa, IPPAR, n.º BCP/ 325

Cântaro de cerâmica comum de cor laranja. O corpo é ovóide e o colo é alto e recto. Possui decoração canelada e asa de fita. As paredes foram apenas alisadas.
MAG e FR

261 *Ânfora*

Séculos III – V
Época Romana
Alt.: 460 mm; diâm. do bojo: 210 mm
Cerâmica comum
Rua Augusta (Lisboa)
Lisboa, IPPAR, n.º BCP/356

Ânfora (Almagro 50) destinada ao transporte de preparados de peixe. Foi, muito provavelmente, fabricada nos fornos do estuário do Tejo.
CA e FR



260

262 *Funil*

Primeira metade do século V
Época Romana
Alt.: 160; diâm.: 260 mm
Cerâmica comum
Rua Augusta (Lisboa)
Lisboa, IPPAR, n.º BCP/ 318

Funil de cerâmica comum de cor bege muito claro. As paredes foram apenas alisadas; na parede interna este acabamento apresenta irregularidades.
MAG e CA



262

263 *Fragmentos de cerâmica*

Séculos V – VI
Época Romana
50 x 50 mm
Sé Patriarcal de Lisboa
Lisboa, IPPAR, n.º 662 e 663

Pequenos fragmentos de cerâmica focense (origem da Fócea, Ásia Menor) decorada no fundo interno com cruz estampada. Este tipo de cruz (crismon) é o mais comum nestas cerâmicas.
MAG

264



264 *Lucerna*

Séculos IV – V
Época Romana
40 x 123 x 75 mm
Cerâmica
Sé Patriarcal de Lisboa
Lisboa, IPPAR, n.º 572

Lucerna de bico e orla alargados. A orla está dividida em dois painéis. O disco pequeno é côncavo e apresenta dois orifícios de arejamento, estando ligado ao bico por um canal largo. A asa é maciça e o fundo é anelar.

A decoração da lucerna é feita por moldagem: a orla apresenta motivos circulares e quatro foliados alternados e o disco a figura de um cão.
JN

265 ***Fragmento de mosaico***

Primeira metade do século III
Época Romana
630 x 550 x 80 mm
Pedra, cerâmica e argamassa
Sé Patriarcal de Lisboa
Lisboa, IPPAR, n.º 670

Mosaico policromo com moldura de faixa e filete. O campo do mosaico forma um triângulo branco delimitado por um filete duplo (?), tendo inscrito ao centro um outro triângulo irregular. A faixa, de bandas negras, azuladas e brancas, apresenta, ainda, uma trança de dois cabos, vermelhos, amarelos, brancos e negro-azulados.
TC

266



266 ***Brinco***

Séculos I – VI
Época Romana
18 x 16,5 mm; peso: 1,1058 g
Ouro, pérola e arame
Sé Patriarcal de Lisboa
Lisboa, IPPAR, n.º SLX75

Brinco constituído por um gancho em forma de «S» rematado numa das extremidades por uma pérola em torno da qual se dispõem três contas formando uma flor.
MAF

267 ***Lápide***

Primeira metade do século II
Época Romana Imperial
Principado de Adriano
Inscrição: [...]LIA [E] [...]/VEGETA [E]/FLAMINIC[AE]/M.GELLIUS/RUTILIANUS/MARITUS
A Júlia (?) Vegeta, filha de (?), Flamínia, o marido Marco Gélio Rutiliano [mandou fazer o monumento]
690 x 450 x 470 mm
Porta do Arcebispo da Cerca Fernandina (Junto ao Campo de Santa Clara), Lisboa
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 5522

Demolida a Porta do Arcebispo, a epígrafe foi colocada num muro do Convento de S. Vicente, de onde foi levada para o Museu Nacional de Arqueologia em 1922. O marido desta Flamínia (sacerdotisa do culto imperial) é certamente o duúnviro olisiponense referido noutras inscrições (*CIL*, II, 186, 4992).
Bibliografia: HÜBNER, 1869, n.º 197; VIEIRA DA SILVA, 1944: 194-195.
VM

268 ***Lápide***

Final do século I
Época Romana Imperial
Inscrição: D M S/ TILIMANCO/ ANN LX/ NEMENSIUS/ PATRI/ PIEN/ [TISSI]MO/ [F] C
Consagrado aos deuses Manes. A Telémaco, de sessenta anos de idade. Nemésio mandou fazer [este monumento] a seu pai, modelo de piedade
300 x 350 x 60 mm
Calcário
Muro da Porta do Ferro (Lisboa)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 6322

Pertenceu ao célebre Museu do Cenáculo, no século XVIII, no Convento de Nossa Senhora de Jesus, de onde se extraviou. Reencontrada na cerca do convento foi levada para o Museu Nacional de Arqueologia em 1899.
Bibliografia: HÜBNER, 1869, n.º 253; VIEIRA DA SILVA, 1944: 162-263.
VM

269 ***Lápide***

Século II
Época Romana Imperial
Inscrição: D.M./IVL.SEVERA AN/ LV H.S.E.IVL/ ORNE.MATRI/ PIENTISSIMAE/ (hedera) FECIT (hedera)
Aos deuses Manes. Júlia Severa, de cinquenta e cinco anos de idade, está aqui sepultada. Júlio Orne fez [o monumento] a sua mãe, modelo de piedade
310 x 340 x 40 mm
Placa em calcário
Casa na esquina da Rua de Santo António da Sé com a Travessa de Santo António (muro da Cerca Moura?), Lisboa
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 6325

Esta epígrafe, provavelmente de um columbário, foi encontrada em 1797 com outra, na qual se memora um Cecilius Optatinus parente de Iuluis Orne (CIL II 206). Perdida, foi reencontrada em 1882 e levada para o Museu Nacional de Arqueologia em 1896.
Bibliografia: HÜBNER, 1869, n.º 220; VIEIRA DA SILVA, 1944: 168-169.
VM

270 *Lápide*

Século I
Época Romana Imperial
Inscrição: APOLLINI/ SACRUM/ M IVL M LIB/ TYRANNUS/ AVGVSTA[LIS]/D D
Consagrado a Apolo. O Augustal Marco Júlio Tirano, liberto de Marco, ofereceu [o monumento]
940 x 480 x 500 mm
Cipo em calcário
Rua das Canastras (Lisboa)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 7263

Esta epígrafe foi encontrada durante escavações para a abertura de uma cave no prédio n.º 3 da Rua das Canastras, em 1935, ano em que deu entrada no Museu Nacional de Arqueologia.
Bibliografia: VIEIRA DA SILVA, 1944: 214-215.
VM



270


271

271 *Máscara de negro*

Época Romana
22 x 24 x 11 mm
Terracota moldada em meio molde
«Villa» Romana do Alto da Cidreira (Alcabideche, Cascais)
Cascais, Museu Condes Castro Guimarães, Reserva
n.º CID/001

Metade anterior da cabeça de um negro, de fabrico muito cuidado e pormenorizado. Três orifícios (dois na testa e outro no lado esquerdo da boca) sugerem que o objecto poderá ter servido como pendente.
A peça foi achada, ocasionalmente, à superfície do terreno; adquiriu-a à achadora o Sr. Guilherme Cardoso, que a doou ao museu.
Bibliografia: BRANCO, 1970-1972: 99-104; NOLEN, 1988: 65-66.
Exposições: *Cascais no tempo dos Romanos*, Palácio da Cidade, Cascais, Agosto de 1986; *Um século de Arqueologia...*, Museu dos Condes de Castro Guimarães, Cascais, Abril de 1992.
Jd'E

272 *Carranca*

Época Romana
270 x 510 x 230 mm; comprimento da parte trabalhada: 290 mm
Calcário
«Villa» Romana de Freiria (S. Domingos de Rana, Cascais)
Cascais, Museu Condes Castro Guimarães (Gabinete de Arqueologia). Depósito. Reservas, n.º 87/IV'(3)-1

Carranca que representa (muito provavelmente) um cão de dentes arreganhados. Está partida a representação da língua, mas são bem visíveis os olhos e as cavidades das orelhas (pequenas).
Exumada, a 22 de Julho de 1987, na camada (3) do quadrado IV', ou seja, da zona do lugar sul da «villa».
Observações: Foi a peça que, pelo seu invulgar interesse, mais salientámos nas informações veiculadas à imprensa por ocasião da campanha desse ano de 1987. Vide, a título de exemplo: *A Capital*, 29-7-1987 (p. 25); *Correio da Manhã*, 30-7-1987 (p. 9).
Bibliografia: CARDOSO e ENCARNAÇÃO, 1991: 22
Exposições: *Um século de Arqueologia...*, Museu dos Condes de Castro Guimarães, Cascais, Abril 1992.
Jd'E

273 *Jarro*

Segunda metade do século V
Época Romana
Alt.: 156 mm; diâm. máximo: 130 mm
Cerâmica
«Villa» Romana de Casais Velhos (Areia, Cascais)
Cascais, Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Cascais, n.º C.V. 627.45

Jarro com uma asa de fita (32 mm X 10 mm) que arranca do bordo e vem colar no bojo, na zona de maior diâmetro.
Este jarro pertence ao espólio de uma sepultura de inumação (tipo caixa) detectada num dos dois locais de necrópole próximos da área habitacional.
AC

274 *Bilha*

Segunda metade do século V
Época Romana
Alt.: 166 mm; diâm. máximo: 118 mm; diâm. do bordo: 58 mm
Cerâmica
«Villa» Romana de Casais Velhos (Areia, Cascais)
Cascais, Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Cascais, n.º C.V. 612.45

Pequena bilha com bordo espesso e exvertido. O gargalo é marcado por uma carena de onde arranca uma asa de rolo (27 mm x 10 mm) que vem colar no bojo na zona de maior diâmetro. Na metade superior do bojo a bilha possui decoração composta por uma linha serpenteada que preenche o interior de uma faixa limitada por duas caneluras paralelas. Esta bilha pertence ao espólio de uma sepultura de inumação (tipo caixa) detectada num dos dois locais de necrópole próximos da área habitacional.
AC



272



273, 274

Comentário ao sítio de Casais Velhos
Na década de 40, a atenção da investigação arqueológica realizada no Concelho de Cascais dirigia-se, quase exclusivamente, para os sítios pré-históricos, como as necrópoles de Alapraia ou de S. Pedro do Estoril.
Os resultados das escavações, de 1945, de Fausto de Figueiredo e Afonso do Paço no sítio romano de Casais Velhos (Areia, Cascais) permitiram, no entanto, antever a importância da ocupação romana na metade Sul do extremo da Península de Lisboa. Estes trabalhos não tiveram, porém, a continuidade desejada e só nos anos 70 a ocupação romana do Concelho de Cascais vai constituir objecto de estudo, sistematicamente perseguido pelos investigadores.
O edifício de maiores dimensões do sítio romano de Casais Velhos é um complexo termal dotado de *tepidarium*, *caldarium* e *frigularium*, bem como de outras estruturas de apoio de difícil interpretação. As termas eram abastecidas de água por um tanque, cujo fundo era revestido a *opus signinum* de modo a permitir a impermeabilização, e que se posiciona ao centro das estruturas escavadas. A água era conduzida até ao tanque por um aqueduto, do qual ainda resta um troço, e que aproveitaria uma nascente próxima.
Foram também detectadas e escavadas as seguintes estruturas: um pequeno forno circular, uma grande pia e um peso de lagar, as duas últimas em associação.
Na parte setentrional de Casais Velhos, são ainda visíveis duas construções de planta rectangular. Uma delas possui, no interior, dois tanques escavados na rocha e revestidos de argamassa, cuja funcionalidade permanece por esclarecer devidamente, mas que têm sido interpretados como tinturaria.
Dois locais distintos de enterramento por inumação – um a Sudeste e outro a Sudoeste das termas – foram também objecto de escavação, sendo-lhes, geralmente, atribuída uma cronologia posterior a meados do século V, atribuição baseada na datação das moedas encontradas nas sepulturas.
É justamente de um destes conjuntos sepulcrais que são provenientes as peças expostas.
Bibliografia: CARDOSO, 1991; CARDOSO e ENCARNAÇÃO, 1986 e 1987; CASTELO-BRANCO e FERREIRA, 1971; FIGUEIREDO e PAÇO, 1949.
AC

275 *Lucerna*

Finais do século II – século I a.C.
Época Romana: República
75 x 25 mm; diâm.: 48 mm
Cerâmica
Serra de Sintra
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, s/n.º

Lucerna com a orla larga, decorada com incisões profundas e paralelas, e que tem no lado esquerdo uma aleta triangular. A orla é separada do disco por duas molduras largas; o disco é quase inexistente, totalmente ocupado pelo orifício de alimentação de grandes dimensões.
Bico comprido, arredondado, com um canal que liga o orifício de iluminação às molduras do disco. Base relevada, plana, marcada por um sulco.
Bibliografia: FERREIRA e TAVARES, 1954: 25, n.º 3.
JCC

276 *Lucerna*

Terceiro quartel do século I
Época Romana: Império
94 x 32 mm; diâm.: 46 mm
Cerâmica: *Terra sigillata*
Serra de Sintra
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, s/n.º

Lucerna de bico triangular com volutas, a que falta parte da asa. Orla descaída separada do disco por uma moldura; disco decorado com um crescente e com o orifício de alimentação centrado entre as pontas do crescente. Entre as volutas, junto à orla, existe o orifício de ventilação, bem centrado. Base marcada por um sulco.
Bibliografia: FERREIRA e TAVARES, 1954: 24, n.º 1.
JCC

277 *Lucerna*

Séculos II – III
Época Romana: Império
78 x 34 mm; diâm.: 65 mm
Cerâmica
Serra de Sintra
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, s/n.º

Lucerna tipo rã. Orla larga e arredondada, que tem no lado oposto ao bico a representação da parte traseira de uma rã, com as patas em cujas extremidades estão marcados os dedos. A restante orla é decorada com incisões perpendiculares que formam pequenos quadriláteros em relevo. O disco, pequeno e côncavo, é separado da orla por uma moldura larga e é quase totalmente ocupado pelo orifício de alimentação. Bico curto e quadrado, arredondado na extremidade, ligado ao disco por dois sulcos. Junto ao disco, no exterior dos sulcos, há duas pequenas depressões representando os olhos da rã. Entre os sulcos existe uma palma ou espiga de trigo incisas. Base anelar.
Bibliografia: FERREIRA e TAVARES, 1954: 27, n.º 7.
JCC

278, 279



278 *Lucerna*

Século IV
Época Romana: Império
85 x 33 mm; diâm.: 76 mm
Cerâmica
Serra de Sintra
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, s/n.º

Lucerna tipo rã. Orla larga e arredondada, que tem na parte oposta ao bico a representação estilizada da parte traseira e das patas de uma rã. Quatro grupos de duas molduras perpendiculares ao disco dividem a orla. Entre as molduras, incisões perpendiculares formam pequenos quadriláteros. O disco, pequeno, côncavo e separado da orla por uma moldura, está ligado ao bico curto e arredondado por dois sulcos, entre os quais há incisões transversais. Base anelar, com as letras A e M incisas.
Bibliografia: FERREIRA e TAVARES, 1954: 25, n.º 9.
JCC

279 *Lucerna*

Séculos IV – V
Época Romana: Império
78 x 42 mm; diâm.: 65 mm
Cerâmica
Serra de Sintra
Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, s/n.º

Lucerna tipo rã. Orla larga, decorada com incisões radiais. Disco pequeno e côncavo. Bico mal diferenciado do corpo da lucerna, ligado ao disco por dois sulcos, entre os quais há incisões transversais. Base côncava, marcada por um sulco e com uma marca composta por cinco incisões dispostas em forma de pentágono, com uma outra ao centro.
Bibliografia: FERREIRA e TAVARES, 1954: 27, n.º 8.
JCC

Comentário às peças 275, 276, 277, 278 e 279
As lucernas são pequenos vasos utilizados na iluminação. São constituídas por um reservatório em forma de pequena taça fechada, de forma arredondada ou ovalada, onde se coloca o azeite, e um bico, em cuja extremidade existe um orifício para a mecha. Podem

também ter uma asa no lado oposto ao bico.
Inicialmente eram pequenas taças abertas, fabricadas ao torno e cujo bordo era apertado para formar o bico; a partir do século III a.C., por influências gregas, é introduzido o fabrico em moldes bivalves. Esta inovação tecnológica vai permitir o fabrico em série e também que as peças se transformem em objectos artísticos, passando a ser decoradas com os mais diversos motivos. Podiam ser fabricadas em grandes unidades de produção, sendo depois exportadas para todo o Império, ou em oficinas mais pequenas que abasteciam apenas um mercado regional. Poderia ainda haver fabrico destas peças nas olarias das «villae», destinadas essencialmente a um consumo local, mas copiando protótipos importados.
As lucernas atrás descritas foram recolhidas em vários locais da Serra de Sintra, durante trabalhos efectuados nas matas. Desconhece-se o contexto estratigráfico e arqueológico dos achados, no entanto, alguns comentários podem ser feitos sobre estas peças.
A lucerna mais antiga é a de época republicana, cuja forma do bico e decoração denotam maiores influências dos tipos helenísticos do que dos tipos romanos da mesma época. Dificilmente se enquadra nas tipologias estabelecidas, mas as suas características permitem datá-la de finais do século II e todo o século I a.C. Este achado junto a uma zona tão romanizada do *ager Olisiponensis* pode estar relacionado com o desenvolvimento económico e a importância que a cidade já tinha adquirido em meados do século I a.C.
Não é frequente o aparecimento, em Portugal, de lucernas em «Terra sigillata». Para a lucerna fabricada neste tipo de cerâmica, encontrou-se um paralelo em Montans, numa peça de pasta e engobe semelhante aos da «Terra sigillata» aí produzida, e que se pode datar da época de Cláudio-Vespasiano (anos 50-70/75 d.C.).
As lucernas tipo rã foram produzidas exclusivamente no Egipto, onde o seu fabrico se iniciou no século I d.C. e ganhou importância no século III, prolongando-se depois até à época copta, já no século VII.
Derivando de protótipos tardo-helenísticos, os exemplares mais antigos apresentam o disco e a orla decorados com uma rã em relevo.
Com a evolução da forma, as primitivas volutas transformam-se em sulcos e dá-se uma simplificação e estilização da rã, que nas peças mais recentes é representada apenas por alguns traços incisos.
Estas lucernas parecem estar relacionadas com o culto de Heqet, a nascida da rã, cujo centro era em Abidos, no Alto Egipto, e que era representada com uma cabeça de rã.
A deusa presidia ao nascimento e, com a cristianização do Egipto, a rã é assumida como símbolo da ressurreição e da nova vida, o que também está confirmado epigraficamente. Abidos foi também um importante centro do culto de Osíris, cuja espiga aparece representada em alguns exemplares, a par com a rã. As lucernas com este tipo de decoração adquirem assim um sentido religioso, ligado ao Nilo e à sua fauna, simbolizando a fertilidade e a renovação da vida que se dá após as cheias do rio.
As lucernas tipo rã tiveram escassa difusão fora do Egipto. Das poucas centenas de exemplares que se conhecem fora desta antiga província romana, a maioria resulta de escavações aí levadas a cabo ou de aquisições, o que não é o caso das peças da Serra de Sintra. Em Portugal conhecem-se mais dois exemplares deste tipo, pertencentes ao Museu Nacional de Arqueologia e que, embora sem indicação de proveniência, poderão ter sido encontrados em Tróia. A existência destas lucernas de origem egípcia em cidades e povoações marítimas estará talvez ligada à forte camada populacional greco-oriental que exercia a sua actividade portuária em Olisipo e Tróia.
JCC

280



280 **Ânfora Dressel 14b**

Séculos I – II (?)
Época Romana
Alt.: 950 mm; diâm. máximo: 340 mm
Cerâmica a torno
Porto dos Cacos (Alcochete)
Centro Arqueológico de Almada - Câmara Municipal de Alcochete, n.º PC.3521
Reservas do Centro de Arqueologia de Almada

Peça de boca larga, colo e corpo subcilíndrico e pé cónico terminado em bico maciço. Asas de fita pegando abaixo do bordo, com secção ovóide e canelura exterior longitudinal feita a dedo.
Escavação arqueológica integrada em projecto de investigação sobre a «Ocupação romana na margem esquerda do estuário do Tejo».
JR e ALD

281 **Ânfora Almagro 51c**

Séculos II – V (?)
Época Romana
Alt.: 710 mm; diâm. máximo: 710 mm
Cerâmica a torno
Porto dos Cacos (Alcochete)
Centro de Arqueologia de Almada - Câmara Municipal de Alcochete
Reservas do Centro de Arqueologia de Almada

Bordo de secção triangular, a meia altura do qual pegam asas de fita, pendentes, corpo fusiforme e pé pequeno, pouco diferenciado, ligeiramente troncocónico.
Escavação arqueológica integrada em projecto de investigação sobre a «Ocupação romana na margem esquerda do estuário do Tejo».
Bibliografia: RAPOSO, J., DUARTE, A. L., 1992: 43, n.° 5; RAPOSO, J., DUARTE, A. L.,1992: 103, n.°5.
Exposições: «Arqueologia na Quinta do Rouxinol» (1990) e «Romanização do Estuário do Tejo» (1991), ambas no Moinho de Maré de Corroios, em organização conjunta da Câmara Municipal do Seixal e Ecomuseu do Centro de Arqueologia de Almada.
JR e ALD

282 Ânfora Lusitana 9

Séculos II – V (?)
Época Romana
Dois peixes muito estilizados, esgrafitados na pança, sensivelmente sob as asas
Alt.: 530 mm; diâm.: 255 mm
Cerâmica a torno
Porto dos Cacos (Alcochete)
Centro de Arqueologia de Almada - Câmara Municipal de Alcochete, n.° PC.3555
Reservas do Centro de Arqueologia de Almada

Peça de colo quase inexistente, bordo pouco diferenciado e exteriormente espessado, asas de fita, achatadas, arrancando do bordo, corpo «barrilóide» e fundo largo e anelar.
Escavação arqueológica integrada no projecto de investigação sobre a «Ocupação romana na margem esquerda do estuário do Tejo».
Bibliografia: RAPOSO, J., DUARTE, (1992a): 43, n.° 10; RAPOSO, J., DUARTE, (1992b): 103, n.° 10.
Exposições: *Arqueologia na Quinta do Rouxinol* (1990) e *Romanização do Estuário do Tejo* (1991).
JR e ALD

283 Ânfora Almagro 50 (?)

Séculos II – V (?)
Época Romana
985 x 195; diâm. máximo: 195 mm
Cerâmica a torno
Porto dos Cacos (Alcochete)
Centro de Arqueologia de Almada - Câmara Municipal de Alcochete
Reservas do Centro de Arqueologia de Almada



282

283



Bordo de secção sub-rectangular, à face do qual arrancam asas de secção ovóide, corpo esguio e pé pequeno, maciço, ambos ligeiramente troncocónicos.
Escavação arqueológica integrada em projecto de investigação sobre a «Ocupação romana na margem esquerda do estuário do Tejo».
Bibliografia: RAPOSO, J., DUARTE, (1992a): 43, n.° 7; RAPOSO, J., DUARTE, A. L., (1992b): 103, n.° 7.
Exposições: *Arqueologia na Quinta do Rouxinol* (1990) e *Romanização do Estuário do Tejo* (1991).
JR e ALD

Comentário às peças 280, 281, 282 e 283
Produção de ânforas no Vale do Tejo: as olarias romanas da margem esquerda
Correspondendo ao interesse manifestado por diversas entidades públicas e privadas, desenvolve-se desde 1985 um projecto denominado Ocupação Romana na Margem Esquerda

do Estuário do Tejo, incidindo numa região onde os vestígios até então detectados, na sua maioria localizados no concelho de Almada e identificados graças à acção do Centro de Arqueologia de Almada, apontavam para actividade agrícola – «villae» – e «industrial» – olarias e fábricas de salga de peixe. O projecto propiciou já a realização de campanhas de escavação na fábrica de salga de Cacilhas (Almada, 1987) e nas olarias da Quinta da Garrocheira (Benavente, 1987), Quinta do Rouxinol (Seixal, anualmente de 1986 a 1991) e «Porto dos Cacos» (Alcochete, anualmente de 1985 a 1990). O seu faseamento previa a abordagem, em primeiro lugar, da problemática da produção de vasilhame cerâmico, efectuando-se posteriormente a sua ligação aos centros conserveiros e locais de consumo.



284

Uma actividade conserveira intensa, tal como hoje já podemos vislumbrar nas duas margens do Tejo, implica, entre outros, um forte esforço de pesca, exploração de sal e produção de cerâmica, em particular de ânforas, o grande contentor da antiguidade. São precisamente essas olarias que vamos encontrar bem próximo, na Quinta do Rouxinol (Corroios, Seixal) e Porto dos Cacos (Herdade de Rio Frio, Alcochete).

A Quinta do Rouxinol, onde se detectaram e escavaram dois fornos, terá funcionado entre a segunda metade do século II e a primeira do século IV, enquanto que o Porto dos Cacos, um dos principais «complexos industriais» romanos até hoje descobertos no nosso país, com três fornos já identificados (dos quais apenas dois escavados), complexas estruturas envolventes, algumas sem paralelos conhecidos, uma necrópole que indicia um povoamento constante, etc., parece ser a única olaria do estuário do Tejo a ultrapassar as grandes transformações ocorridas na passagem dos séculos II para III, laborando continuamente entre os séculos I e V.

Os fornos são, em termos arquitectónicos, pequenos e de planta piriforme – Quinta do Rouxinol e forno 1 do Porto dos Cacos.

Para além de loiça doméstica de tipologia muito variada (pratos, malgas, jarros, almofarizes e outros contentores de maiores dimensões), ambas se dedicaram fundamentalmente à produção de ânforas.

No Porto dos Cacos confirma-se o fabrico de ânforas Dressel 14b desde, pelo menos, a segunda metade do século I, tornando-se de momento difícil precisar o fim da sua produção para além do que é normalmente aceite, ou seja, finais do século II – inícios do III.

A simultaneidade de fabrico das formas Almagro 50 e Almagro 51c, destinadas, tal como a Dressel 14b, ao transporte de preparados piscícolas, é atestada nos dois locais e fora já comprovada quer pela arqueologia terrestre, quer pelos achados subaquáticos, situando-se o seu âmbito cronológico entre os finais do século II e os inícios do século V.

A associação da forma Lusitana 9 às Almagro 50 e 51c é evidente na Quinta do Rouxinol (onde parece ter sido produzida em maior quantidade) e no Porto dos Cacos. Objectivamente nada se sabe quanto ao que transportaria, embora seja curioso notar que uma das peças recolhida neste último sítio apresenta, esgrafitados, o que parecem ser dois peixes muito estilizados.

A utilização de contentores produzidos no Porto dos Cacos e na Quinta do Rouxinol nas fábricas de Olisipo é mais que plausível, sendo confirmada pelos recentes trabalhos arqueológicos na baixa lisboeta.

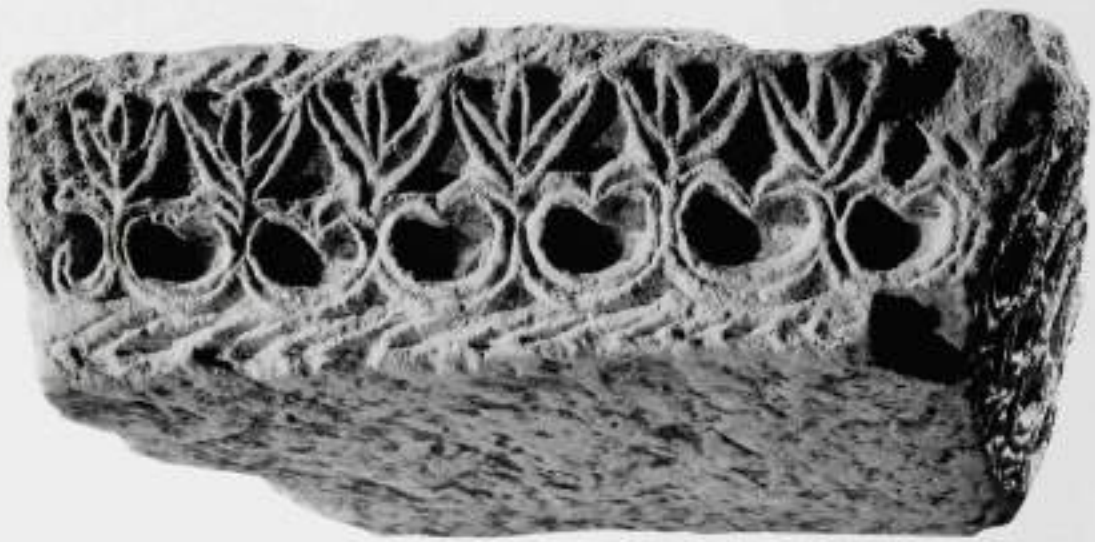
Bibliografia: AMARO, 1987: 87-92; AMARO, 1990: 71-85; DUARTE, 1990: 96-115; DUARTE, 1993; GUERRA, 1993; RAPOSO, J., 1990: 117-151; RAPOSO, J. e DUARTE, 1992a: 36-45; RAPOSO, J. e DUARTE, 1992b: 97-107; RAPOSO, J., 1993; SABROSA, 1993.

JR e ALD

284 Fragmento de sepultura paleocristã

Século IV
298 x 400 x 20 mm
Pedra de mármore róseo
Jardim do Palácio de Penafiel (Lisboa)
Lisboa, Gabinete Técnico do Teatro Romano, n.º PPJ/92/96

Fragmento de tampa de sepultura paleocristã, com epígrafe e duas pombas frontando um ramo de oliveira.
ADD

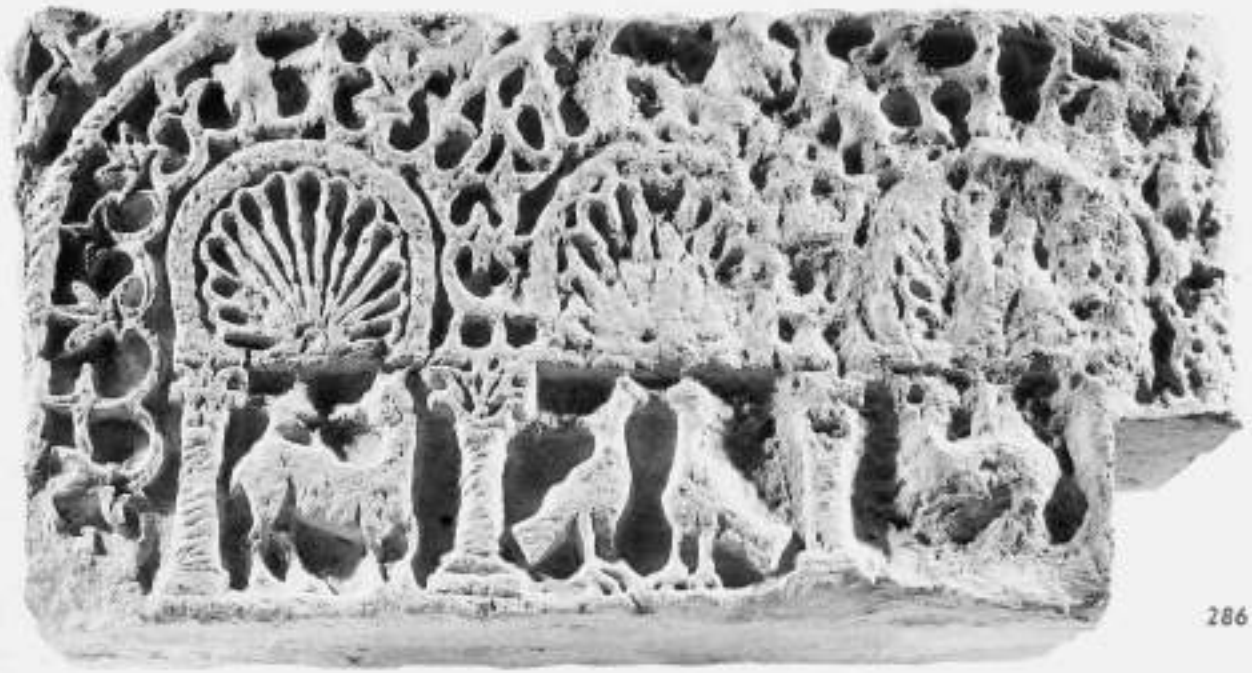


285

285 Imposta

Séculos VII – IX
Pré-românico
170 x 540 x 310 mm
Calcáreo
Sé Patriarcal de Lisboa
Lisboa, Cabido da Sé, s/n.º

Fragmento de imposta, decorado em duas faces com palmetas de proporções elegantes e um recorte bastante aberto. Os talos que as ligam entre si, em conjugação com os primeiros lóbulos das palmetas, dão à parte inferior da composição o aspecto de um friso cordiforme, donde por sua vez emergem tufos trifoliares. A decoração é rematada por singelos encordoados. O relevo é tratado em dois planos, limitando-se o uso do bisel ao nível superior dos ornatos.
Haveria uma terceira face decorada, mas foi partida.
Do ponto de vista técnico, está-se perante um relevo mais elaborado que a generalidade dos baixo-relevos do período visigótico, devendo esta imposta ser estilisticamente relacionada com o painel das arcaturas oriundo também da catedral, e onde os festões vegetalistas demonstram um desenho aproximado ao desta peça.
Bibliografia: ALMEIDA, 1962: 294; ALMEIDA, 1986: 61.
MR



286

286 ***Baixo-relevo ornamental***

Séculos VII – IX
Pré-românico
500 x 800 x 200 mm
Calcário
Sé Patriarcal de Lisboa
Lisboa, Cabido da Sé, s/n.º

Placa ornamental mostrando três arcos ou festões de palmetas, assentes em pequenas colunas torsas, com capitéis vegetalistas. Os arcos são de ferradura e encerram uma vieira no seu interior. Os intercolúneos são ocupados por pequenos quadrúpedes e um par de aves afrontadas. Toda esta composição é cingida por um fino encordoado, ao passo que o intradorso dos arcos evidencia uma decoração em espinha. Ficam de fora duas frustes flores-de-lis, que rematam os cantos superiores do painel. Retirado de um contraforte setentrional da Catedral. Todas as tentativas de relacionar este painel com a arte visigótica debatem-se com o problema da inexistência de paralelos convincentes. A composição e o modelado são mesmo bastante diversos. Parece ser antes obra moçárabe, embora denotando influências orientais. Este baixo-relevo representará a tentativa de passagem para a pedra de técnicas de relevo mais refinadas em uso na carpintaria (cf. painel da mesquita de Aqsa, Jerusalém, século VII) e na eburneria (marfins cordoveses). A silhueta dos quadrúpedes, a sua curta cauda, as elegantes aves afrontadas, o movimento alternado das cabeças que aparentemente «brincam» com motivos vegetalistas que sobem acima do dorso, têm excelentes paralelos nas conhecidas caixas de marfim. Uma destas, precisamente a de Braga, possui a mesma teoria de arcos em ferradura. No caso do painel da mesquita de Aqsa, o interior do arco é igualmente preenchido por uma vieira, de aspecto muito semelhante às do baixo-relevo lisboeta.
É possível que se trate de uma produção relacionada com as migrações sírias ocorridas durante o reinado do primeiro emir Omíada de Espanha, Abdul al Rahman (756-768), para as quais têm chamado recentemente a atenção Luis Caballero e Sally Garen.
Bibliografia: ALMEIDA, 1961; ALMEIDA, 1986: 60; SALVADO e FERREIRA, 1984: 10-11; PALOL, 1968: 62; SCHLUNK e HAUSCHILD, 1978: 215; CABALLERO ZOREDA, 1992: 173.
MR

287 Anel

Séculos VI – VII
Época Visigótica
Diâm.: 26 mm; esp.: 4 mm
Bronze
Necrópole de Abuxarda (Alcabideche, Cascais)
Lisboa, Museu Nacional
de Arqueologia, n.º 20802

Anel de bronze, de aro plano convexo, com cabeça rectangular decorada. A decoração inscreve-se numa moldura e compõe-se de três ovais com apêndices terminais, que representam peixes. No aro, junto à cabeça, é visível uma decoração em espinha finamente gravada.
Bibliografia: VASCONCELLOS, 1913: 586-7; ALMEIDA, 1962: 238; CARDOSO, 1991: 45-6.
AMA

288 Anel

Séculos VI – VII
Época Visigótica
Diâm.: 25 mm; esp.: 2 mm
Bronze
Necrópole de Abuxarda
(Alcabideche, Cascais)
Lisboa, Museu Nacional
de Arqueologia, n.º 20826

Anel de bronze, de aro plano convexo, com cabeça rectangular decorada. A decoração inscreve-se numa moldura e compõe-se de cinco «S». No aro, de cada lado da cabeça, são visíveis três círculos impressos unidos por três linhas incisas.
Bibliografia: VASCONCELLOS, 1913: 586-7; ALMEIDA, 1962: 238; CARDOSO, 1991: 45-6.
AMA

287, 288



289, 290



289 Fivela de cinturão

Séculos VI – VII
Época Visigótica
Diâm.: 33 mm; esp.: 5 mm
Bronze
Necrópole de Abuxarda (Alcabideche, Cascais)
Lisboa, Museu Nacional
de Arqueologia, n.º 20805

Fivela de cinturão de aro circular, de secção elíptica. O fuzilhão tem ponta curva sobre o aro e corpo recortado, com a base em forma de escudo. Gira em torno de um anel fixo.
Bibliografia: VASCONCELLOS, 1913: 586-7; ALMEIDA, 1962: 241-2; CARDOSO, 1991: 45-6.
AMA

290 Fivela de cinturão

Séculos VI – VII
Época Visigótica
Diâm.: 32 x 27 mm
Bronze
Necrópole de Abuxarda
(Alcabideche, Cascais)
Lisboa, Museu Nacional
de Arqueologia, n.º 20806

Fivela de cinturão de aro elíptico. O fuzilhão tem ponta curva sobre o aro e corpo recortado, com a base em forma de escudo, onde é visível uma decoração, junto à haste, composta por dois cordões transversais e paralelos. Gira em torno de um anel fixo.
Bibliografia: VASCONCELLOS, 1913: 586-7; ALMEIDA, 1962: 241-2; CARDOSO, 1991: 45-6.
AMA

Lisboa da Idade Média ao terramoto





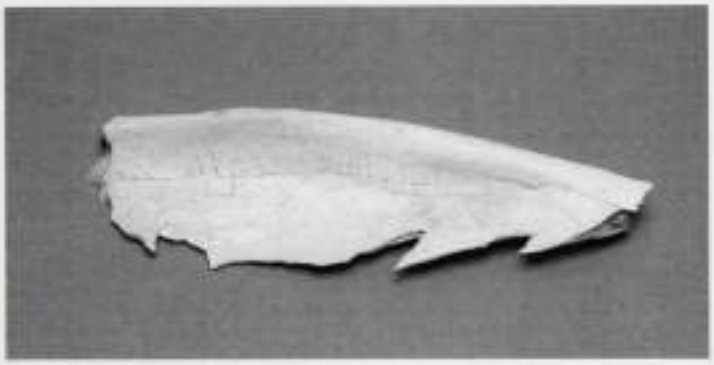
291

291 *Pia de abluções com inscrição cúfica*

Séculos XIII – XVI (início)
Alt.: 114 mm; diâm.: 223 mm
Pedra calcárea
Rua João do Outeiro (Lisboa)
Lisboa, Gabinete Técnico do Teatro Romano, n.º RJO/90/67
ADD

292 *Fragmento de omoplata de bovídeo*

Primeira metade do século XII
«BISM-ALLAH AR-RAHAMAN AR-RAHIM»
(Em nome de Deus, o Clemente o Misericordioso)
25 x 240 x 70 mm
Osso
Termas dos Cássios (Lisboa)
Lisboa, Gabinete Técnico do Teatro Romano, n.º RPN/91/98
ADD



292

293 *Jarra*

Segunda metade do século XII
Alt.: 159 mm; diâm. da base: 64 mm; diâm. da boca: 111 mm
Barro branco com vidrado parcial
Teatro Romano de Lisboa
Lisboa, Gabinete Técnico do Teatro Romano, n.º TRL/90/2711
ADD

294 *Taça*

Final do século XI
Época Islâmica
Alt.: 35 mm; diâm.: 110 mm
Cerâmica vidrada
Sé Patriarcal de Lisboa
Lisboa, IPPAR, n.º 606

Taça em forma de calote esférica e pé de anel baixo e reentrante. Interiormente, apresenta vidrado do tipo «corda seca total» onde se veêm as cores amarela, castanha, verde, branca e roxa escura. Composição de motivos vegetalistas – folhas e bolbos de flor-de-lótus – envolta de um motivo cruciforme.
A decoração filia-se em tipos de composição que se encontram documentados em cerâmica islâmica oriental pelo menos desde o século IX.
JLM



293

295 *Jarra*

Séculos X – XI
Época Islâmica
Alt.: 140 mm; diâm.: 150 mm
Cerâmica comum
S. Lourenço (Lisboa)
Lisboa, IPPAR , n.º S L Silo 6 Pç 1

Pequena jarra destinada a conter líquidos, em forma de pequena cratera, biansada, bojo carenado e colo alto, moldada em barro de cor rósea, de pasta bem cozida e regularmente depurada, características estas próprias dos barros da grande Lisboa.
A decoração apresenta bandas de três pinceladas de cal branca de orientação vertical no bojo, e linhas idênticas, mas de forma circular formando uma espécie de bolbos arredondados no colo.
Apesar da existência deste tipo de decoração indicar que o vaso não se destinou inicialmente a cozinhar alimentos, as manchas escuras na parte inferior do bojo revelam o contacto directo com o fogo.
JLM



295



297



298

296 *Tijela*

Séculos XI – XII
Época Islâmica
Alt.: 100 mm; diâm.: 290 mm
Cerâmica vidrada
Rua Augusta (Lisboa)
Lisboa, IPPAR, n.º BCP/ 163

Tijela larga de bojo carenado e pé de anel destinada a conter, mas não a cozinhar alimentos.
Está moldada em cerâmica de cor rosada, bem cozida e depurada, recoberta interior e exteriormente por um vidrado à base de óxidos de chumbo e com decorações a verde e roxo resultantes do emprego de óxidos de cobre e manganésio.
A decoração é constituída por algumas manchas dispersas de cor verde na superfície interior e exterior, e principalmente pelo desenho de uma flor-de-lis ou lótus saindo de um bolbo no fundo interior do recipiente. A flor e o bolbo são elementos simbólicos que possuem um significado vitalista bem preciso, destinado aqui a afastar a podridão e a conferir aos alimentos a sanidade necessária.
JLM

297 *Pote*

Séculos XI – XII
Época Islâmica
Alt.: 170 mm; diâm.: 210 mm
Cerâmica comum
Rua Augusta (Lisboa)
Lisboa, IPPAR, n.º BCP / 233

Pote ou panela de cerâmica de forma globular a dupla asa e com um gargalo não muito largo. A pasta de cor rosada-acinzentada é bem cozida e regularmente depurada e apresenta manchas escuras resultantes de irregularidades de oxidação na cozedura.
A decoração é constituída por estrias de modelação horizontais e por séries de faixas feitas com pincel e cal branca com séries de três pinceladas horizontais intercaladas por uma pincelada vertical em toda a porção superior do bojo e por uma pincelada horizontal e não continua na parte inferior do mesmo.
Possui algumas manchas escuras, que indicam ter sido a peça utilizada para aquecimento sobre o fogo, apesar de se tratar de uma peça decorada e portanto destinada inicialmente a conter e não a cozinhar alimentos.
JLM

298 *Pote*

Séculos XI – XII
Época Islâmica
Alt.: 175 mm; diâm.: 210 mm
Cerâmica comum
Rua Augusta (Lisboa)
Lisboa, IPPAR, n.º BCP/ 93

Pote globular de dupla asa moldado em cerâmica de pasta rosada bem cozida e depurada, possuindo manchas escuras resultantes do contacto com o fogo.
A decoração exterior é feita por séries de três pinceladas de cal que sublinham o colo, e a base e, caindo na vertical, do colo à base, dividem o bojo em registos onde foram pintados esquematicamente bolbos de flores-de-lótus.
A parte inferior do bojo mostra estrias regulares de modelação, paralelas e horizontais.

A base larga e estável e a decoração, indicam tratar-se de uma peça destinada inicialmente a conter mas não a cozinhar alimentos, embora lhe possa ter sido dado este último uso a julgar pelas manchas escuras já referenciadas.
JLM

299 Escudela

Século XII
Época Islâmica
Alt.: 105 mm; diâm.: 310 mm
Cerâmica vidrada
Rua Augusta (Lisboa)
Lisboa, IPPAR, n.º BCP/521

Escudela de cerâmica de bojo carenado sobre o qual arranca verticalmente o colo. Assenta em pé de anel relativamente alto e saliente, sobrepujado por um toro em forma de anel saliente e estriado no limite do bojo e do pé. A pasta rosada é bem cozida e está recoberta interior e exteriormente por um vidrado acastanhado feito por óxidos de chumbo e ferro.
A modelação deixou rebordos e arestas vivas e sulcos acentuados que juntamente com o emprego do vidrado acastanhado e a forma do pé em anel são característicos de um fabrico islâmico de época tardia.
JLM

Comentário às peças 293, 294, 295, 296, 297, 298 e 299
As argilas da área de Lisboa têm sido utilizadas continuamente desde a Pré-História até à actualidade no fabrico de objectos de cerâmica.
Por tal motivo, as produções características da época muçulmana são identificadas fundamentalmente através dos fabricos, das tipologias e das decorações. Além das cerâmicas locais existem também cerâmicas importadas que constituem um núcleo considerável deste período.
A colecção de cerâmica muçulmana encontrada na Casa dos Bicos nos inícios dos anos 80 constitui o primeiro conjunto coerente de cerâmica desta época encontrada em Lisboa, tendo aparecido outros núcleos posteriormente destacando-se os que foram encontrados no Teatro Romano de Olisipo, nos claustros da Sé Catedral, no Palácio da Rosa e em escavações realizadas na Baixa Pombalina da capital.
Trata-se globalmente de cerâmica de uso culinário, mas existem também alguns elementos arquitectónicos, objectos de iluminação e indústrias.
A tipologia dos vasos cerâmicos pertencentes a este período, encontrados na Península Ibérica em geral e em Lisboa em particular, filia-se, em muitos casos, na tradição romana, como certas formas abertas, taças e pratos, e em vários outros derivam de protótipos que se encontram presentes em colecções do Próximo e Médio Oriente, por exemplo, certas formas fechadas, jaminas e potes. A cerâmica muçulmana iniciou entre nós uma tipologia de fabrico que se não perdeu ainda no que respeita às cerâmicas actuais de uso comum.

Na época muçulmana generaliza-se o emprego da impermeabilização de vasos, destinados a conter alimentos mas não a ir ao fogo, por vidrados de óxidos de chumbo e outros, tipo de impermeabilização que já na época romana começara a ser empregue.
A decoração exterior e interior dos vasos utiliza igualmente o vidrado jogando com as cores verde e roxo dos óxidos de cobre de magnésio, mas é também muito frequente a decoração feita a pincel com traços de cor branca, vermelha ou escura em que as tintas contrastam com a cor básica da cerâmica que aparece através do vidrado transparente, ou com a cor do engobe (geralmente branco) de certas produções.
De entre os elementos decorativos destaca-se a flor-de-lótus, símbolo vitalista empregue com muita frequência, e as três pinceladas paralelas, símbolo das qualidades divinas, ambos de tradição oriental persa e chinesa.
JLM

300 Anéis

Séculos XI – XII
Época Islâmica
1) 28 x 23 mm; 2) 32 x 24 mm
Prata dourada e pedra
Sé Patriarcal de Lisboa
Lisboa, IPPAR, s/n.º

Dois anéis de prata dourada, o primeiro de pedra ovolada e o segundo de pedra trapezoidal. Fazem parte integrante do «tesouro escondido» que foi encontrado na rede de esgoto romana descoberta nas escavações no claustro da Sé Patriarcal de Lisboa.
CA



300.1



300.2

301 Medalhão

Séculos XI – XII (?)
Época Islâmica
Diâm.: 36 mm
Prata dourada
Sé Patriarcal de Lisboa
Lisboa, IPPAR, s/n.º



301

Medalhão com cercadura em filigrana; decorado internamente com uma flor estilizada e, na orla, com motivos florais definidos por seis círculos.
CA



302

302 **Moedas**

Séculos XI – XII
Época Islâmica
Diâm.: entre 7 e 25 mm
Prata
Sé Patriarcal de Lisboa
Lisboa, IPPAR, s/n.º

Conjunto de moedas de prata representativas do período califal e taifa.
JM

303



303 **Lápide funerária**

Século XIV – 1398
700 x 460 x 180 mm
Calcário
Praça da Figueira (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade,
n.º ARQ PDF/ 62/ 1 EA.

Lápide funerária com inscrição árabe, de formato rectangular, trabalhada na face frontal e na espessura. Aquando do seu aparecimento encontrava-se integrada como elemento de um paredão de alvenaria, facto que seria responsável pelos estragos que apresenta, tornando a leitura das suas inscrições difícil. Estas distribuem-se desta forma: na espessura da pedra (ilegível); na face frontal, ao centro, enquadrada por um arco de volta perfeita (ilegível); e por fim numa moldura com três frentes, a única legível, cuja tradução é a seguinte: «Basmala. Tasliya. Esta sepultura é a de al-Abbas Ahmad... (faleceu) ... na segunda feira, dia 1 *xaxual* do ano 800 da Hégira 17 Junho 1398. Que Deus tenha piedade dele» (leitura e tradução de Janine Sourdel). A reutilização desta lápide numa construção poderá estar relacionada com uma disposição régia de D. Manuel, que autorizava fossem usadas cantarias dos cemitérios judeus e mouros na edificação do Hospital Real de Todos-os-Santos.
Bibliografia: MOITA, 1967: 81-87.
ACL

304



304 Inscrição funerária árabe

Século V da Higëra (1009-1106)
Época Islâmica
Inscrição: Eterno é Deus/ Deus tenha piedade / Por favor,ó [tu] / Detém-te e observa / Este lugar um momento / Para ele [o falecido] já passou / [.....]
330 x 510 x 110 mm
Mármore
Frielas (Loures)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º E 6877

Parte superior de uma lápide tumular, em mármore. Procedente da casa de campo do Sr. Castanheira das Neves, em Frielas.
Bibliografia: LOPES, 1896; NYKL, 1942.
ADF

305 Gradeamento

Século XIII
Românico
6000 x 3000 x 500 mm
Ferro forjado
Sé Patriarcal de Lisboa
Lisboa, Cabido da Sé, s/n.º

Monumental grade de ferro forjado, constituída por nove hastes verticais, donde divergem elegantes espirais com remate figurativo. A ligação entre cada grupo ornamental é feita através de linhas verticais, mais finas, e presilhas. A estabilidade da grade é garantida por duas travessas horizontais. O registo superior termina em arco apontado, o qual não pode garantir-se ter sido a forma original, dado que há mutilações e empenamentos em diversos locais. Nos dois registos inferiores não existem as volutas externas, decerto para adaptação ao estrangulamento de um intercolúneo. Um dos aspectos mais interessantes desta grade é constituído pela variedade de figuras representadas no interior das espirais: aves, répteis, pequenos quadrúpedes, motivos vegetais, etc.
A inclusão de uma flor-de-lis poderá indicar que se trata de uma obra do século XIII.
Esta peça foi mudada de sitio por diversas vezes. Hoje está desligada do edifício, mas ainda não há muitos anos se encontrava a vedar uma das capelas do claustro. Em 1931, Emanuel Ribeiro descreve-a ainda na Capela dos Santos Cosme e Damião, na charola da catedral. Porém, António Couto argumenta que não seria este o local primitivo.
Bibliografia: RIBEIRO, 1931: 80-89; LACERDA, 1942: 553-554.
MR

306

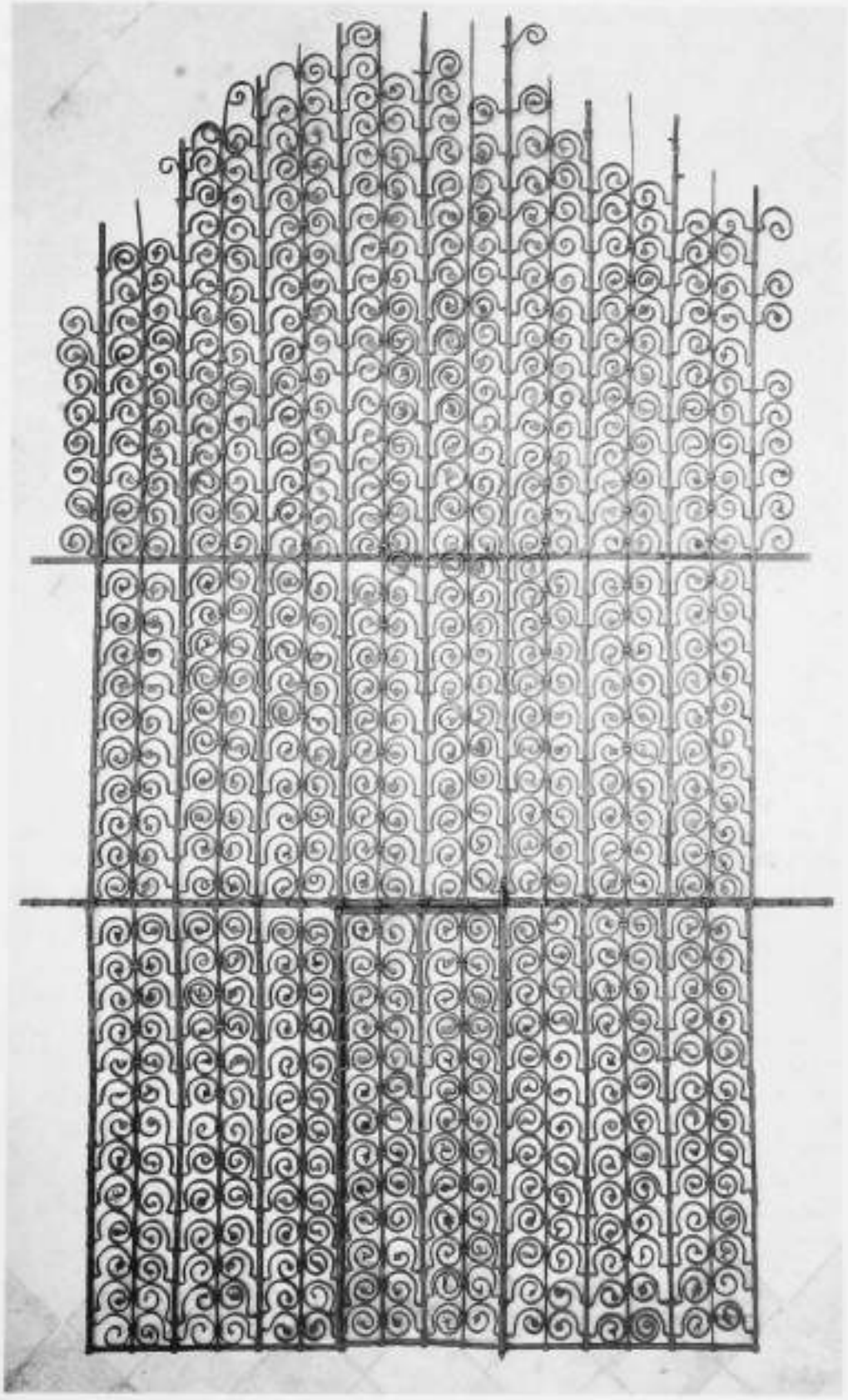


306 Capitel adossado

Século XII
Românico
485 x 720 x 610 mm
Sé Patriarcal de Lisboa
Lisboa, Cabido da Sé, s/n.º

Capitel vegetalista de grandes dimensões com o ábaco completamente liso e composição muito clara. Ao centro é decorado com uma palmeta de três folhas e lóbulos múltiplos, ao lado da qual nascem duas hastes que se dirigem ao canto superior da corbelha. Em conjugação com as hastes que arrancam das faces laterais do capitel, irão formar complexos tufos vegetalistas, sucedâneos das antigas volutas de capitel clássico, os quais envolvem folhas rígidas que emergem de cada um dos ângulos da peça.
Os acantos digitados têm muito a ver com a flora lisboeta, embora a composição, no seu conjunto, evidencie também naturais influências do românico coimbrão.
Bibliografia: REAL, 1982-1983: 533.
MR

305



307 Arco de nicho

Séculos XI – XIII
Românico
300 x 600 mm
Calcáreo conquífero
Sé Patriarcal deLisboa
Lisboa, Cabido da Sé, s/n.º



307

Elemento de nicho ou fresta, em arco de volta perfeita. A face anterior é decorada por uma arcatura com chanfro na parte interna, sendo cada um dos registos ornados por um filete contínuo e dentes de lobo. No canto superior direito aparece uma cruz românica e, no espaço intermédio, é esboçado um motivo em forma de leque, com duas cunhas ou pontas de lança gravadas.
A cruz românica, formada a partir de uma roseta de quatro pontas, em reserva, aparece inscrita numa circunferência de gravado ténue. Ela não deixa facilmente perceber se é contemporânea ou posterior à peça. Embora o motivo dos dentes de lobo apareça já em contextos moçárabes (imposta de Boada e arco de Penalba) é possível que pertença já a uma das primeiras obras românicas da cidade.
Os arcos bordados de figuras geométricas são típicos de arte normanda, podendo-se estar perante restos de um nicho ou «armário» litúrgico da cabeceira da catedral demolida no tempo de D. Afonso IV. É de salientar que na parte superior do claustro estão guardadas mais duas peças lisas que poderão, do mesmo modo, provir das capelas laterais.
MR

308 Capitel

Segunda metade do século XII
Românico
469 x 486 mm
Calcáreo amarelo (capitel); mármore (base e fuste)
Convento de Chelas (Lisboa)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia (Reserva), n.º E 6462



308

Capitel românico, associado aos demais elementos de coluna. A sua forma é quase cilíndrica abrindo ligeiramente na parte superior. Os ábacos são lisos e rectilíneos e o colarinho aparece bastante desenvolvido. É decorado nas quatro faces, com os cantos «digitados» típicos da região de Lisboa. Na parte superior aparecem pequenas pinhas ou conchas duras, envolvidas por meias palmetas ou folhas desenhadas de perfil, de origem hispano-árabe.

No fuste, apresenta uma legenda pintada dando a coluna como proveniente de «Chelas». O modo de trabalhar a pedra faz deste capitel um caso único, podendo considerar-se herdeiro dos capitéis de favos de época almorávida. Para além do uso de trépano que se espande por toda a superfície, três composições em torno das pinhas que decoram cada uma das faces fazem lembrar os nódulos do capitel árabe de Montemor-o-Velho. Há capitéis de Santarém em que os «favos» muito se assemelham a este exemplar de Chelas. A maior propensão naturalista deste último e o uso de acantos «digitados» coaduna-se perfeitamente com as tendências da flora românica da região de Lisboa.
Bibliografia: REAL, 1982-1983: 533 -535.
MR

309



309 Cabeceira de sepultura discoidal

Século XIV (?)
Alt.: 650 mm ; diâm. disco: 420 mm
Calcário
Rua das Cruzes da Sé, junto às Escadinhas do Beco da Caridade (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade,
n.º ARQ LDS / 93 / 4 EA

Cabeceira de sepultura (ou estela discoidal) de tipo «crucífero».
No anverso, a estela apresenta uma cruz pátea em baixo-relevo, enquanto que o reverso mostra a representação de uma tesoura e de uma agulha indicando a profissão do defunto: alfaiate. Deve tratar-se de peça depositada após aluimento de terras, podendo ter pertencido a cemitério integrado na cerca primitiva da Sé de Lisboa que é vizinha à área do achado (situando-se imediatamente a Norte o arranque da estrutura do claustro dionisino).
PP

310 Capitel mudéjar

Séculos XV-XVI
130 x 125 ; diâm. da base: 70 mm
Mármore
Paço da Alcáçova, Castelo de S. Jorge (obras de restauro, 1940)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ CSJ / 40 / 22 EA

Vestígio do Paço da Alcáçova, anexo ao Castelo de S. Jorge, desenvolvido durante toda a Idade Média sendo residência principal dos monarcas desde D. Dinis até à construção do Paço da Ribeira. Tratava-se de um edifício que cresceu organicamente «por ter sido feito aos poucos em diversas épocas» (*Viaggio del Cardinale Alexandrino*, 1571), incorporando materiais díspares, certamente prevalecendo os dos finais do século XV e inícios do XVI, testemunhando campanhas de remodelação que forjaram um edifício de perfil medievalizante na sua organização volumétrica e externa e no arranjo espacial interno, que era «mais commodo que vistoso» (*idem*). Este pequeno capitel (a par de exemplar idêntico ali recolhido – Museu da Cidade) corresponde a uma tipologia mudéjar ou «muçulmanizante», com as suas volutas e enrolamentos dispondo-se em «dois andares». Esta tipologia encontra-se noutras construções palacianas do Sul de Portugal (designadamente no Paço Real da Vila de Sintra e em exemplares alentejanos), resultando de importações em série provenientes da Andaluzia.
Bibliografia: LISBOA, 1983: 111-119; IMPRESSÃO, 1842: 211-346.
PP

311 Elemento de portal – Base

Início do século XVI
310 x 330 x 285 mm
Calcário
Paço da Alcáçova, Castelo de S. Jorge (obras de restauro, 1940)
Lisboa, Museu da Cidade,
n.º ARQ CSJ / 40 / 10 E

Vestígio de ombreira de portal com base de colunelo parcialmente embebida. Esta base possui feição tipológica quinhentista (anos 20?) com tambor subcilíndrico assente sobre base sem lavores. A ombreira apresenta uma «marca de pedreiro» («a» em cursivo gótico, ponteado).
PP

312 Elemento de portal – Base

Finais do século XV – inícios do século XVI
260 x 265 x 330 mm
Mármore
Paço da Alcáçova, Castelo de S. Jorge (obras de restauro, 1940)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ CSJ / 40 / 2 EA

Base de colunelo oitavada com cesto côncavo sobre almofada também oitavada, decorada nos vértices – em «papo de rola» – por pequeno enrolamento vegetalista. Foi talhado monoliticamente com a ombreira (na qual se encontra parcialmente embebido), apresentando esta «marca de pedreiro» («Y»). A tipologia denuncia uma forma estandardizada particularmente comum na arquitectura portuguesa a partir do último terço do século XV.
PP

313 **Fecho de abóbada**

Século XVI
290 x 335 mm
Calcário
Ermida de S. José (Portela de Sacavém; destruída, ca. 1939-1940)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º LAP 95

Fecho de abóbada tardo-manuelino com a representação das armas dos Sequeiras. O fecho é de factura singela, mostrando em relevo um escudo no qual se inscreve em «sautor» as cinco vieiras das armas da família Sequeira. Subsistem vestígios de policromia: cor vermelha no escudo (e no fundo); cor dourada na orla circular; e cor verde no perfil exterior da moldura. A discordância cromática com a convenção heráldica (pois o escudo deveria apresentar fundo azul e não vermelho) indicia tratar-se de pintura posterior (ou repintura, uma vez ser comum a policromia aplicada a estes elementos nalguns edifícios da época).
A família Sequeira (na altura, na linha directa de sucessão a D. Fernando Rodrigues Sequeira, grão-mestre da Ordem de Avis logo após D. João I) foi certamente a patrocinadora desta edificação que as obras do aeroporto de Lisboa sacrificaram. Juntamente com este fecho de abóbada existem no Museu da Cidade outros nove da mesma proveniência, quatro dos quais com dimensões maiores (e idênticas) ao exemplar exposto, e os restantes mais pequenos, que terão servido nervuras secundárias da abóbada, presumivelmente da capela-mor. Atendendo à ornamentação dos restantes fechos, especialmente aos que apresentam motivos vegetalistas, combinados ou não com volutas, deverá tratar-se de obra datável da década de 20 do século XVI.
Bibliografia: LISBOA, 1983: 116-117.
PP

314 **Gárgula**

Século XVI
340 x 420 x 960 mm
Calcário
Proveniência desconhecida
Lisboa, Museu da Cidade, n.º LAP 11


314

Gárgula com a representação de um animal fantástico, misto de dragão e harpia, com focinho canídeo, quilha (ou peito) mostrando largas escamas, percebendo-se após o pescoço (com torsão para o respectivo lado direito) asas com penas, representadas em relevo junto ao corpo. Trata-se de peça renascentista, quase certamente dos anos 20 do século XVI pelo que revela não apenas o partido formal adoptado (ou a iconografia convencionalmente adoptada, característica da «marginália» incorporada na ornamentação dos edifícios), mas igualmente a modenatura da cornija «de ângulo», do vértice da qual parte a gárgula descrita. Pela qualidade do lavor deveria tratar-se de peça de edifício importante construído segundo preceitos de transição do manuelino para o «primeiro renascimento». Pela iconografia lisboeta conhecida, anote-se a sua semelhança com as gárgulas do exterior da Igreja do Convento da Madre de Deus (Xabregas). Efectivamente, o quadro «Chegada das Relíquias de Santa Auta» (Garcia Fernandes, Cristóvão de Figueiredo, MNAA), mostra a fachada lateral do edifício dotado de quatro gárgulas, três das quais (com idêntica iconografia e idêntica torsão do corpo) situadas precisamente nos ângulos do edifício. Da mesma época e com campanhas posteriores ao período manuelino (tal como aconteceu com a Madre de Deus) a Igreja da Misericórdia (Conceição Nova) testemunhava o mesmo partido estético, pelo que não é improvável encontrar aí a sua origem, atendendo, para mais, às obliterações sofridas por este edifício após o Terramoto de 1755, com perda de materiais lapidares quando dos subsequentes rearranjos.
PP

315 **Peça de indumentária**

Veste da Infanta D. Beatriz (neta de D. Afonso IV)
Arte italiana
Século XIV
820 x 1090 mm
Seda e fio laminado dourado. Tecido lavrado, fundo cetim. Tramas policromadas lassadas, espolinado com fio laminado dourado
Sé Patriarcal de Lisboa
Lisboa, Cabido da Sé Patriarcal, s/n.º



315

Veste em forma trapezoidal, com mangas largas e curtas terminando em bico, decote rente ao pescoço, abotoado com três botões do mesmo tecido. Fundo amarelo, com motivo em desenvolvimento horizontal, série de veados (fio laminado metalizado) de perfil, com filáctera entrelaçada em pequeno ramo, sob nuvem «em tchi» irradiante contendo pomba. Campo preenchido por ramos com folhas em forma de coração e pequenas flores.
Peça descoberta num pequeno sarcófago na Capela de Santana (edificada por D. Afonso IV). A urna ostentava os escudos de Portugal e dos Manuéis (casamento de D. Pedro I com D. Costança Manuel).
Bibliografia: BASTOS, 1960: 172.
Exposições: *O trajo Civil em Portugal*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1974. Exposição de abertura do Museu Nacional do Traje, Lisboa, 1977.
ISU e MOB

316



316 **Par de luvas**

Século XIV
270 x 120 mm; largura dos dedos: 30,5 mm
Fio de seda e fio metálico laminado
Sé Patriarcal de Lisboa
Lisboa, Cabido da Sé, s/n.°

Luvas em malha de meia, executada em fio de seda amarela, com motivos bordados nas costas e dedos; grande rosácea e medalhão contendo Agnus Dei envolvidos por motivos animais e enrolamentos vegetais.
Exposições: *Oficina de Têxteis*, Reunião do Comité Internacional do Trajo e Tecidos, 1978.
ISU e MOB

317 Fragmento de tecido

Século XIV
Época Hispano-Árabe
400 x 275 mm
Fio de seda e fio laminado dourado. Tecido de barras, tafetá e sorja, com aplicação de tapeçaria
Sé Patriarcal de Lisboa
Lisboa, Cabido da Sé Patriarcal, s/n.º

Fragmento de tecido de forma irregular, seda verde e fio de ouro laminado, aplicação de tapeçaria com caracteres arábicos e cordãozinho entrançado em fio de seda.
Exposições: *Oficina de Têxteis*, Lisboa, Instituto José de Figueiredo, 1972; *O Trajo Civil em Portugal*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1974.
ISU e MOB

318 Fragmento de indumentária

Arte espanhola
Século XIII
90 x 110 mm
Fio de seda: Sorja losangular, bordada a ponto trançado
Sé Patriarcal de Lisboa
Lisboa, Cabido da Sé, s/n.º

Fragmento de tecido, seda verde, bordado a seda amarela, com motivos em forma de rede.
Exposições: *Oficina de Têxteis*, Lisboa, Instituto José de Figueiredo, 1972; *O Trajo Civil em Portugal*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1974.
ISU e MOB

319 Taça

Século XV
Alt.: 60; diâm.: 190 mm
Cerâmica comum
Rua dos Fanqueiros, (Lisboa)
Lisboa, IPPAR, n.º RF/ 1

Taça de cerâmica comum, bordo simples e parede carenada. As paredes foram apenas alisadas.
MAG e FR

320 Prato

Século XV
Alt.: 40; diâm.: 230 mm
Cerâmica comum
Rua dos Fanqueiros (Lisboa)
Lisboa, IPPAR, n.º RF/2



319

Prato individual de cerâmica comum, de cor alaranjada. Prato de pé anelar e paredes muito esvasadas que foram alisadas e apresentam vestígios de aguada.
MAG e FR

321 Panela

Século XV
Alt.:200 mm; diâm.: 220 mm
Cerâmica comum
Rua dos Fanqueiros (Lisboa)
Lisboa, IPPAR, n.º RF/3



321

Panela de cerâmica comum de cor laranja. Bojo largo e achatado com duas asas de secção subcircular. As paredes foram alisadas.
MAG e FR

322 Copo

Século XV
Alt.: 140 mm; diâm.: 130 mm
Cerâmica comum
Rua dos Fanqueiros (Lisboa)
Lisboa, IPPAR, n.º RF/ 4



322

Copo de cerâmica comum. Colo alto, de onde arrancam duas asas, e pé em bolacha. As paredes foram apenas alisadas.
MAG e FR

323 Vista em perspectiva de Lisboa

Segunda metade do século XVI
367 x 470 mm
Gravura em cobre
Inserida na obra de Jorge Bráunio, *Civitates Orbis Terrarum...*, vol. V, 1593
Lisboa, Museu da Cidade, n.º GRA 33

Vista em «voo de pássaro» de Lisboa, combinando características de levantamento topográfico elementar e de panorâmica em perspectiva. Os limites da cidade são idênticos aos da gravura de 1572 (vide peça 324), tendo a particularidade de marcar os eixos viários na sua irregularidade e de proceder ao levantamento dos principais edifícios, registados em cento e quarenta remissas em latim.
Bibliografia: LISBOA, 1983: 89.
ACL



323



324

324 *Panorâmica de Lisboa (e da costa de Belém até Cascais)*

1572
345 x 485 mm
Gravura em cobre
Publicada na obra de Jorge Bráunio, *Civitates Orbis Terrarum...*, vol.I
Lisboa, Museu da Cidade, n.º GRA 38

A parte superior da gravura mostra-nos a cidade de Lisboa delimitada a Oriente pelo Campo de Santa Clara, a Ocidente pela zona da Esperança, e a Norte pelos montes da Graça, Penha de França e Santana. Destaque para a representação do Terreiro do Paço com o primeiro Paço da Ribeira), Ribeira das Naus e a frente ribeirinha onde se distinguem vestígios da Cerca Fernandina; na zona a Norte, vê-se a Praça do Rossio e o edifício do Palácio dos Estáus e do Hospital Real de Todos-os-Santos. Na parte inferior representa-se a zona costeira desde o Palácio de Belém, passando pelo Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, até à baía de Cascais e respectiva povoação fortificada.
Bibliografia: LISBOA, 1983: 89.
ACL e PP

325 *Pedra de armas de Lisboa*

325



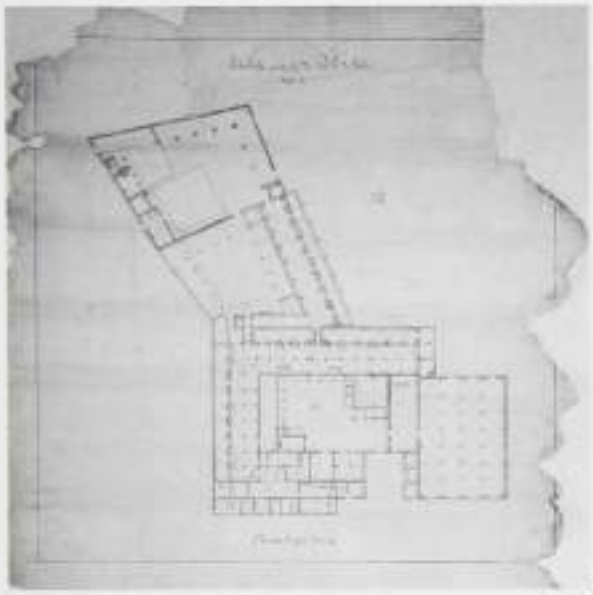
Século XV (?)
300 x 340 x 90 mm
Calcário
Rua do Benformoso, n.º 154 (demolido, 1959)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º LAP 23

Pedra de armas de Lisboa, com a representação rude e algo esquemática do brasão da cidade – a Nau de S. Vicente – sem possuir os atributos completos da insígnia (os corvos, à proa e à popa, e o féretro do santo). Figura com a aproximação possível a uma nau de transporte de bojo largo, três mastros (um dos quais, central, com cesto de gávea), velas enroladas e pendão (à popa). À popa é também visível através de traço vertical fortemente marcado a figuração do leme. Deveria assinalar uma casa sob propriedade ou administração municipal situada na antiquíssima Rua do Benformoso (ou do «boiformoso»), uma das vias de penetração (e saída) a Norte de Lisboa, na direcção dos campos de Alvalade (Lumiar).
PP

326 *Estabelecimento de Vale de Zebro*

Planta do pavimento térreo
Século XIX (?)
912 x 912 mm
Desenho em papel a tinta-da-china, aguarelado policromo
Escala 1/100
Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, n.º D22-1C

Este desenho, que data provavelmente do século XIX, deve estar relacionado com a *Memória Histórico-Topographica dos Estabelecimento de Valle de Zebro, Tellha e Asinheira* de António Lopes da Costa e Almeida que foi nomeado, em Dezembro de 1834, para dirigir os trabalhos



326



327

hidrográficos e geodésicos, no levantamento das plantas do rio Coina, Moinho do Vale de Zebro e dos estabelecimentos dos Fornos, Telha e Azinheira, com todas as oficinas e terrenos adjacentes e de sua dependência.
A planta apresenta as três galerias dos fornos, tendo cada uma nove fornos.
Estas construções industriais eram assistidas por arquitectos experientes do Reino. Em 1767, o Arquitecto Mateus Vicente de Oliveira, sargento-mor e arquitecto da Casa e Estado do Infantado, do Grão-Priorado do Crato, do Senado da Câmara e da Cidade e Mitra Patriarcal.
Estes estabelecimentos, porém, foram sofrendo profundas alterações, devido aos diferentes usos que lhes foram atribuídos, nomeadamente o militar.
Presentemente, em parte das instalações industriais fica o Museu dos Fuzileiros Navais, instalados no Vale de Zebro.
AN

327 Estabelecimento de Vale de Zebro

Alçados e cortes
Século XIX
1126 x 657 mm
Desenho em papel a tinta-da-china, aguarelado polícromo
Escala 1/100
Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, n.º D 22-4C

Estes desenhos, como os do pavimento térreo, devem estar relacionados com os levantamentos que, na primeira metade do século XIX, António Lopes da Costa e Almeida dirigiu nos Estabelecimentos do Vale de Zebro.
Os desenhos dos alçados permitem-nos identificar o portão que dá entrada ao pátio que comunica com a escada do palacete, fábrica e oficinas. A escada de cantaria dava, à direita, serventia ao palacete, e, à esquerda, por meio de um passadiço coberto e sustentado por uma arcada de cantaria, dando acesso aos paióis do biscoito. O palacete tinha poucas casas, mas a maior parte eram espaçosas e serviam para descanso das pessoas da Família Real, no tempo das caçadas.
Estes desenhos dão-nos a imagem da grandeza do estabelecimento, com o acesso às várias partes da fábrica: aos armazéns, aos paióis de biscoito e às arcadas que ligam as galerias dos fornos.
AN

328 Placa para fabrico do biscoito

Séculos XV – XVI
Cerâmica
Diâm.: 470 mm
Mata da Machada
Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, s/n.º

Placa de barro redonda. Forma utilizada no fabrico do biscoito (espécie de bolacha desidratada utilizada no abastecimento das armadas e guarnições ultramarinas), cujas principais laborações régias se situavam em Vale de Zebro (Palhais, Barreiro) e na Porca da Cruz (Lisboa).
Foram encontradas formas diversas, quer no tamanho quer na decoração (algumas com decorações digitais).
AN

329 Forma para a depuração do açúcar

Séculos XV – XVI
Alt.: 400 mm; diâm.: 200 mm
Cerâmica
Mata da Machada
Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, s/n.º

Forma de barro de formato cónico, com uma pequena abertura na parte inferior. Utilizada na operação da purga (purificação) do açúcar, vulgarmente denominada de pão-de-açúcar, provavelmente feita para exportação para a indústria açucareira insular (século XV).
Tem marca de oleiro em forma de ípsilon (Y). Foram encontrados dois tipos destas formas de tamanhos diferentes.
AN



328

330 Pote

Século XVI (?)
Alt.: 240 mm; diâm. do bordo: 185 mm
Cerâmica comum engobada e brunida
Rua da Vitória (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ RA/ 88/ 353 C

Pote com bordo bolejado e bojo de formato globular; fundo ligeiramente convexo. Possui duas asas horizontais de secção circular, implantadas na metade superior do bojo. Apresenta em ambas as faces, interna e externa, um engobe de cor vermelho-escuro brunido. Esta peça foi encontrada na Rua da Vitória, em frente ao n.º 79, tendo os operários posto a descoberto naquele local uma estrutura de habitação, possivelmente tardomedieval, destacando-se um pavimento de tijoleira miúda e uma parede de argamassa (a uma cota de cerca de 1,90 m), onde assentava e encostava, respectivamente, o pote. As condições do achado e o carácter invulgar, tanto pela forma, mas sobretudo pela pasta desta peça, dificultam a sua classificação e a identificação possível da fonte de produção, que não deverá ser local, ou mesmo regional. Era um recipiente de uso doméstico mas tanto poderia ter servido de vasilha de armazenamento (bastante provável dadas as dimensões), ou como peça de cozinha, panela para a confecção de alimentos como os enegrecidos de fogo levam a acreditar.
ACL



329

331 Taça

Século XVI
Alt.: 72 mm; diâm. maior: 139 mm
Cerâmica comum moldada
Rua Augusta (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ RA/ 88 / 360 C

Taça com bordo boleado em forma de oval quebrada em bico nas pontas; paredes verticais encurvadas no sentido longitudinal, fechado sobre o bordo, produzindo o efeito de um bojo pronunciado; duas asas horizontais; pé anelar plano. A peça é assimétrica e irregular. Decorada por uma faixa de estrias verticais moldadas e por um engobe vermelho (face interna e externa).
São, geralmente, originais e cuidadas as formas destes pequenos recipientes (taças, púcaros ou cantarinhas) de cerâmica moldada produzidas, pelo menos, a partir do século XVI, lembrando que o simples barro cozido também pode servir para a produção de objectos mais requintados, imitando, com alguma probabilidade, as «sigillatas» clássicas. Eram usados como loiça de mesa e geralmente com a função de copo (ou como recipientes para líquidos ou molhos?).
ACL



332

332 Prato

Séculos XVII – XVIII
Diâm.: 161 mm
Faiança
Rua Augusta (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ RA / 88 / 305 C

Prato pequeno de fundo côncavo e aba curta, ligeiramente encurvada; pé anelar. Esmalte branco decorado com motivos geométricos (uma cruz), concêntricos, motivos florais estilizados e um filete junto ao bordo que preenchem na totalidade a face interna; na face externa apresenta uns arabescos em azul sobre o esmalte branco. Peça cuidada, apesar das imperfeições de fabrico, que mostra uma decoração inspirada na loiça de porcelana oriental, o que faz dela exemplar original. Fazia parte do serviço de mesa.
ACL

333 Prato

Séculos XVII – XVIII
Diâm.: 180 mm
Faiança
Rua Augusta (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ RA / 88/ 306 C

Prato pequeno com fundo plano e aba larga plana; pé anelar. Na face externa estão muito marcados os vestígios da trempe. Esmalte branco decorado com filete azul, junto ao bordo; no fundo, também em azul, um círculo e uma chave. Decoração curiosa e algo invulgar para uma peça de uso doméstico corrente, o que nos leva a pensar poder ter sido esta o resultado de uma encomenda. Exemplar de produção local.
ACL

334 Bicos – Elementos de fachada

1521-1523 (?)
Comp.: entre 570 e 440 mm
Calcário
Escavações do terreiro frente à Casa dos Bicos (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ CB / 82 / 6, 7 e 8 EA

Elementos de fachada modulares, de silharia decorativa em «bicos», compostos por relevo em pirâmide sobre superfície lisa num original exercício de estereotomia da pedra. Datável de 1521-1523, a Casa dos Bicos corresponde ao tipo característico da «casa ribeirinha», com «loggia» no penúltimo piso. Encomendada por Brás de Albuquerque, homem viajado e informado das novidades fundamentais do Renascimento (e certamente marcado pela sua viagem por terras italianas quando integrou o séquito da Infanta D. Beatriz), a Casa dos Bicos distingue-se das restantes pelo particular tratamento da sua fachada, com paramento em bicos ou «ponta de diamante». Dada, quase sempre, como exemplo de uma evidente influência italiana na arquitectura civil portuguesa. Se tal marca não é de afastar, deve porém mitigar-se, atendendo ao facto da organização epidérmica da fachada através da euritmia dos respectivos bicos se fazer segundo um critério de alternância, sendo cada «ponta» ou bico espaçado pela introdução de um elemento liso. Esta disposição em xadrez tem afinidades com uma tradição peninsular de finais do século XV e inícios do século XVI, de raiz mudéjar ou mudejarizante. Exemplos semelhantes desta «alternância» encontram-se noutros edifícios em que o paramento das fachadas recebe elementos em relevo repetidos, como padrões de animação parietal: Palácio da Marchena (Sevilha), de Javalquinte (Baeza), de S. Marcos (Leão) ou Casa das Conchas (Salamanca), a que se acrescentam exemplos italianos do mesmo tipo – Palácio Negri (Vicenza), Petri-Pinto (Sciacia) e Castelo de Pietrapierza. Todos estes exemplos são, assim, algo distintos, no que respeita ao paramento da fachada, dos Palácios «renascentistas» dos Diamantes (Ferrara), Bevilacqua e do Podestá (Bolonha) ou já nas espanhas, da Casa dos Picos (Segóvia), Palácio do Almirante (Medina de Rioséco) nas quais os bicos são dispostos lado a lado, em sequência linear. Daí que não negando liminarmente a influência renascentista, convém referir porém esta particularidade, que coloca a Casa dos Bicos de Lisboa na exacta confluência de duas realidades ou tradições tipológicas, que, na nossa opinião, apenas poderia ser interpretada por mestre Francisco de Arruda, autor já da Torre de Belém (15151-1519) – igualmente com varanda saliente com arcada na fachada Sul da Torre, além de balcões – e ela mesma síntese (ou síncrese) de duas tradições de fortificação: a peninsular, com a sua torre «retórica» (aliás marcada por aportações do sistema composicional adoptado por Juan de Guas no mudejarizante Palácio do Infantado em Guadalajara); e a italiana, com o seu inovador baluarte pentagonal.
Bibliografia: PEREIRA, 1989; PEREIRA, 1991: 181-182.
PP

335 Brasão com as armas dos Albuquerques (fragmento)

Primeira metade do século XVI
400 x 210 mm
Calcário
Escavações do terreiro frente à Casa dos Bicos (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ CB / 83 / 1 EA

Trata-se de um fragmento do brasão dos Albuquerques, comitentes e proprietários da Casa dos Bicos. Na face ligeiramente côncava, encontram-se representadas três «flores-de-lis», motivos do respectivo escudo de armas (que, completo, apresentaria cinco «flores-de-lis» segundo a convenção heráldica). Situava-se sobre a «loggia» da fachada Sul da Casa dos Bicos, segundo se pode apurar da análise da representação deste edifício em painel de azulejo seiscentista (século XVII, primeira metade; Lisboa, Museu da Cidade), em vista anterior à derrocada dos dois pisos superiores.
ACL e PP

336 **Copos**

Século XVI
1) Alt.: 155 mm; diâm. bordo: 80 mm; 2) Alt.: 143 mm; diâm. bordo: 70 mm
Vidro incolor
Casa dos Bicos (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ CB / 82 / 67 e 234 V

Copos de pé em forma de cálice: copas cónicas de paredes finas e pés decorados com saliências esféricas (que separam a copa do pé), chamados pés de botão. Estas peças fazem parte de um serviço de copos que pertenceu à família Albuquerque. Consideradas obras de vidreira nacional, provavelmente lisboeta, são dos exemplares mais significativos, até agora encontrados em intervenções arqueológicas, de vidro quinhentista português.
Bibliografia: VIDRO, 1989: 29-30; AMARO, 1983: 264.
ACL

336



337 **Frasco**

Séculos XVI – XVII (?)
90 mm x 44 mm
Vidro tingido de amarelo
Casa dos Bicos (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ CB / 82 / 171 V

Frasco em forma de unguentário; gargalo comprido e estreito, bordo com gola saliente e reservatório achatado. Recipiente pouco vulgar que poderia servir para guardar perfume. Trata-se de um vidro de produção nacional.
Bibliografia: AMARO, 1983: 264.
ACL

337



338 **Garrafa (conjunto de 5)**

Séculos XVII – XVIII
Alt.: entre 167 e 141 mm
Vidro
Casa dos Bicos (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, Inv. ARQ CB / 82 / 39, 40, 41, 42 e 200 V

Garrafas de vidro verde escuro, de paredes espessas; bojo esférico (sendo uma de bojo achatado) baixo e pronunciado e gargalo estreito e de altura reduzida com gola saliente. Trata-se de exemplares de um conjunto muito amplo, presumivelmente uma importante garrafeira particular da

338



Casa dos Bicos (um luxo só para algumas famílias).
A estas garrafas tem sido atribuída produção inglesa.
Bibliografia: AMARO, 1983: 264.
ACL

339 Candeia

Século XIII
Alt.: 27 mm; diâm.: 60 mm
Cerâmica comum
Casa dos Bicos (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ CB / 82 / 193 C

Candeia de câmara aberta com lábio levemente boleado. Esta tipologia de candeia corresponde a uma das fórmulas mais comuns e difundidas de iluminação doméstica do período medieval.
Bibliografia: AMARO, 1983: 261.
ACL

340 Púcaro

Século XVII
Alt.: 86 mm ; diâm. da boca: 80 mm
Faiança
Casa dos Bicos (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ CB / 82 / 523 C

Púcaro com bojo esférico, colo levemente divergente e uma asa. Esmalte branco decorado com listas em azul na asa e motivo floral no centro do bojo, em azul e manganês. Este recipiente é na sua forma em tudo idêntico aos vulgares «púcaros de Estremoz» e de barro cozido, sendo deles uma interpretação destinada a uso fino. Constituindo um elemento de serviço de mesa e usado como copo.
Produção local.
ACL

341 Pontas de bainha de punhal

Séculos XVII – XVIII (?)
1) 45 x 11 mm; 2) 40 x 11 mm
Cobre
Casa dos Bicos (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ CB/ 82 / 685 e 686 M

Duas pontas de bainha de punhal de cobre (a bainha deveria ser de couro), com formato de elmos achatados, apresentando uma delas decoração em estrias e pequeno cordão; em ambas se pode ver a ranhura para a prisão ao couro. Os punhais eram, geralmente, armas destinadas às classes mais altas que concorriam entre si pela posse de mais e melhores armas.
ACL

342 Bacio

Século XVII
Alt.: 135 mm; diâm. do bordo: 180 mm
Faiança
Casa dos Bicos (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ CB / 82 / 212 C

Bacio com bordo recto em aba, bojo esférico e base plana. Esmalte branco com decoração em listas de cor azul na asa e motivo floral no centro do bojo em azul e manganês. Objecto de uso doméstico que, tendo em conta a sua função, mostra uma tendência para um maior requinte. Foram encontrados cinco bacios do mesmo tipo nas escavações. Produção local.
ACL


342

343 **Cachimbo**

Século XVII
125 mm
Cerâmica comum
Casa dos Bicos (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ CB / 82 / 7 C

Cachimbo de boquilha recta e fornalha subcircular com vestígios de enegrecimento. Provavelmente, de produção local.
Bibliografia: AMARO, 1983: 263.
ACL

344 **Cachimbos**

Primeira metade do século XVII
1) 30 x 60 mm; diâm.: 21 mm; 2) 33 x 62 mm; diâm.: 180 mm; 3) 29 x 88 mm; diâm.: 240 mm
Argila
1) Rua dos Correeiros; 2) Rua S. Mamede; 3) Rua das Pedras Negras (Lisboa)
Lisboa, Gabinete Técnico do Teatro Romano, n.º RDC / 91/ 15916, RSM/ 90 / 4033, RPN/ 91 / 6676
ADD



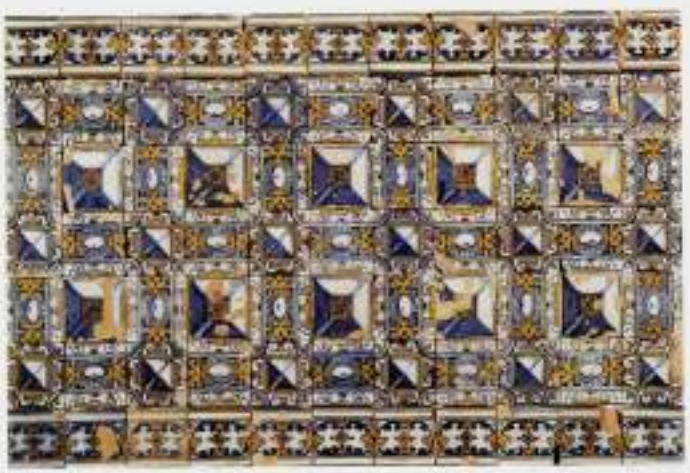
344

345 **Maqueta de reconstituição do Hospital Real de Todos-os-Santos**

1450 x 1250 mm
Escala 1:100
Madeira, acrílico e gesso, em policromia
Maquetista: Carlos Loureiro (1992)
Desenhos preparatórios: Carlos Ribeiro
Lisboa, Hospitais Civis de Lisboa

A maqueta de reconstituição conjectural do Hospital Real de Todos-os-Santos baseou-se num longo trabalho de avaliação das fontes disponíveis, fossem elas gráficas, lapidares ou literárias. A iconografia antiga do hospital foi levada em linha de conta para determinar a área real ocupada pelo edifício em confronto com a planta das escavações arqueológicas de 1960. Assim se determinou a angulação da longa arcaria, uma vez que o levantamento dos anos 60 consigna esta ligeira mas significativa torsão do amplo frontispício relativamente à fachada do templo sendo o preenchimento da área disponível feito mediante fontes gráficas, designadamente o importante «auto de medição» de 1696. Determinaram-se com a máxima precisão possível as superfícies planimétricas que cabiam à igreja, às enfermarias principais e aos claustros envolventes. As evidências arqueológicas, que revelaram três pilares exteriores contrafortados, ajudaram a definir o ritmo dos vãos de maneira aproximada. A altura da fachada voltada ao Rossio (incluindo a frontaria da igreja) foi determinada pela soma de dois factores: o número de degraus da escadaria descritos nas crónicas e registos literários (que oscilam entre 19 e 21 e com a consequente ilação ergonómica daí resultante), confrontados com a secção da escadaria posta a descoberto em trabalhos de remodelação do café «Irmãos Unidos»; e a altura da empena lateral da igreja, definida nas crónicas da época. A altura das enfermarias principais pôde ser estimada a partir das referências bibliográficas. Em relação à fachada voltada à Rua da Betesga obedeceu-se a um critério de média ponderada, atendendo especialmente à iconografia existente (panorâmica de Leyde e panorâmica de Bräunio). Em termos «de estilo», a iconografia foi a fonte auxiliar privilegiada, designadamente quanto à colocação de merlões chanfrados sobre as empenas; o mesmo aconteceu com a fachada da igreja e com o ritmo da fenestração, baseados não apenas nos desenhos ou representações antigas, mas igualmente em exemplos manuelinos ainda patentes, muito em especial na região Sul e nos edifícios onde se sabe terem trabalhado os mestres a que

justificadamente (e em duas empreitadas sucessivas) se atribui a construção do hospital (Mateus Fernandes e Diogo Boitaca). Estes factores foram especialmente importantes na constituição dos alçados dos claustros, inspirados em zonas funcionais de expressão idêntica (Claustros de D. Afonso V, Batalha, do Mosteiro do Varatojo e do Convento de Jesus de Setúbal) e nos elementos fornecidos pelo levantamento arqueológico. A torre do templo foi colocada no cruzamento das enfermarias, uma vez que houve que respeitar o importante «cruzeiro» tão celebrado pelos cronistas na sua posição quase «panóptica», pois o altar-mor era visível de todos os pontos onde se registava o internamento dos enfermos. As proporções da torre foram determinadas tendo em conta estudos relativos ao processo de edificação e traçado das construções manuelinas, considerando-se a «razão dupla» 1:2 como a que foi utilizada na definição da respectiva volumetria (um duplo cubo, coroado por coruchéu piramidal, inscrito em terceiro cubo).
Bibliografia: HOSPITAL, 1993.
ACL, CL e PP


347

346 Aduela

Século XVI
540 x 375 x 310 mm
Calcário
Hospital Real de Todos-os-Santos (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ HTS / 60 / 20 EA

Aduela de grande arco com uma rosa em relevo decorando o respectivo intradorso côncavo. Poderia ter pertencido ao arco triunfal da Igreja do Hospital Real de Todos-os-Santos ou (dada a ausência de um rigoroso contexto arqueológico) à primitiva igreja do vizinho Convento de S. Domingos. Trata-se de uma peça de tipologia manuelina.
Bibliografia: HOSPITAL, 1993: 62; MOITA, 1964-1966: 45.
PP

347 Azulejos de padronagem em «ponta de diamante»

Primeira metade do século XVII
Painel de 7 x 11 azulejos
Cerâmica esmaltada, com pintura policroma
Hospital Real de Todos-os-Santos (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ HTS 60 / 1 A

Este conjunto azulejar de padronagem decorava o interior da nave da Ermida de Nossa Senhora do Amparo, integrada no edifício do Hospital Real, área que sofreu obras de remodelação em Seiscentos fornecendo nas escavações uma quantidade considerável de painéis de azulejos de padronagens variadas (Museu da Cidade)
Bibliografia: HOSPITAL, 1993: 74; MOITA, 1965: 85.
ACL

348 Base de coluna

Séculos XV – XVI
Inscrição: (na almofada) «MANUEL LUIS MOÇO DA CAPELA/1646»
285 x 320 mm
Mármore
Hospital Real de Todos-os-Santos (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade,
n.º ARQ HTS / 60 / 6 EA

Durante as escavações e em trabalhos fortuitos executados no lado Nascente da área ocupada pelo Hospital Real, foram encontrados elementos arquitectónicos (bases e capitéis) de idêntica tipologia (no total de sete – Museu da Cidade). Trata-se, neste caso, de uma base oitavada em mármore com o cesto côncavo, seguindo a gola dupla o recorte octogonal da pedra. A superfície de assentamento do fuste é circular. A base propriamente dita (onde se encontra a inscrição, assinalando provável enterramento próximo realizado na centúria seguinte) foi monoliticamente talhada com a almofada inferior de secção quadrada e vértices chanfrados preenchidos, cada qual, com a representação de uma «cabeça», quer de animal, quer híbrida, quer ainda humana. Intrigante pela sua forma e iconografia (e também pela sua raridade) – deles se encontrando paralelos apenas na «Gruta dos Banhos» do Palácio Real de Sintra, na «Casa do Adro» em Loures ou servindo de base de uma pia baptismal da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da



348

Encarnação (Encarnação, Distrito de Lisboa) – , foi aventada hipoteticamente a sua origem estrangeira como «obra gótica italiana», por importação via Ceuta (Raul Lino) ou proveniente de Pisa, – em virtude das suas semelhanças com capitéis românicos do Campanille e do Baptistério daquela cidade (R. MOREIRA). Uma conclusão quanto à origem é praticamente impossível. No entanto, deve assinalar-se o facto desta tipologia – embora sem o primor ornamental que estas revelam – não ser absolutamente estranha ao território português, pois o respectivo gabarito de talhe é semelhante (com pequenas variantes) a bases e capitéis de edifícios aqui construídos desde a segunda metade do século XV até aos anos 30 do século XVI. Por outro lado, a iconografia patente nestas bases é claramente tardogótica, com o seu habitual reportório de animais fantásticos e de «orelhudos» – ou seja, cabeças toucadas por «bonnets à oreilles» –, figuração característica do «louco» ou do «parvo» dotado de conotações com os folguedos populares e a dramaturgia vicentina. Assim sendo, não é de afastar a hipótese da sua factura poder ser alentejana, dada a qualidade do talhe e o material de fabrico.

Bibliografia: HOSPITAL, 1993: 64-66; MOREIRA, 1991: 38-41; MOITA, 1964-1966.

PP

349 ***Prato raso***

Séculos XVII – XVIII
«EMFERM,A» (Enfermaria)
Diâm.: 165 mm
Faiança. Esmalte branco com inscrição, no fundo, a manganês
Hospital Real de Todos-os-Santos (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ HTS /60 / 245 C

349



350



350 ***Escudela***

Séculos XVII – XVIII
60 x 105 mm
Faiança. Esmalte branco com inscrição, no fundo, a manganês «EMFR, A» (Enfermaria)
Hospital Real de Todos-os-Santos (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ HTS /60/ 212 C



351

351 *Tampas de boião*

Séculos XVII – XVII
«EMFERMARIA»
Diâm.: 135 mm e 125 mm
Faiança. Esmalte branco com a inscrição a manganês
Hospital Real de Todos-os-Santos (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º ARQ HTS / 60/ 94 C;
ARQ HTS /60 / 186 C

Conjunto de peças de faiança grosseira, provavelmente produzidas em olarias da cidade de Lisboa, sem decoração, com carácter predominantemente utilitário. Como a própria inscrição indica, eram estas as loiças usadas nas enfermarias do hospital, para servir comida aos doentes ou para guardar medicamentos nos armários de farmácia. Apareceu na escavação arqueológica um número significativo de faianças, de produção local, algumas idênticas (um prato com inscrição «REF - TO» – Refeitório), outras com decorações simples a azul, que poderiam ter servido também nas enfermarias, e algumas peças de serviços de mesa, entre outras (loiça da Botica), denunciando maior cuidado decorativista o que faz delas propriedade particular dos funcionários que tinham residência dentro do edifício hospitalar.
Bibliografia: HOSPITAL, 1993: 85-91; MOITA, 1965.
ACL



352

352 *Placas de marcação*

Segunda metade do século XVIII
115 x 173 mm
Faiança. Decoração policroma
Hospital Real de Todos-os-Santos (?) (Lisboa)
Lisboa, Museu da Cidade, Inv. ARQ HTS / 60 / 24 C

Duas placas de formato oval debruadas por filetes em tons de amarelo, manganês e castanho com as incrições a manganês: « N. / 72 » , «N. / 74». Trata-se de placas usadas nas enfermarias (embutidas nas paredes), para marcar as camas dos doentes. Idênticas a outras guardadas no Hospital de S. José que para ali teriam sido levadas do Hospital Real aquando da transferência deste, em 1775, para o antigo convento. Estas placas não foram encontradas nas escavações arqueológicas, o que nos pode colocar algumas dúvidas acerca da sua proveniência.
Bibliografia: HOSPITAL, 1993: 85.
ACL



354

353 Púcaro

Séculos XVI – XVII
Cerâmica comum
Alt.: 85 mm
Proveniente das escavações do Hospital Real de Todos-os-Santos (1960)
Lisboa, Museu da Cidade,
n.º ARQ HTS / 60 / 149 C

Púcaro com bojo esférico, colo levemente divergente e uma asa. Apresenta decoração moldada na face central do bojo. Esta peça foi encontrada junto a um poço perto da cozinha do Hospital Real fazendo parte de um conjunto de sete exemplares do mesmo tipo. Estes pequenos potes eram vulgarmente usados como «copos» sendo conhecidos – pela sua forma característica e pela pouca espessura do barro – por «púcaros de Estremoz», mantendo, mais do que outras tipologias, a água fresca. Era usado à mesa do monarca como o documenta a descrição do acompanhante do Cardeal Alexandrino que visitou Portugal em 1571, falando de um «púcaro, do feitio de uma urna antiga, d'altura d'um palmo e feito de certo barro vermelho subtilíssimo e luzídio que chamam barro de Estremoz».
Bibliografia: HOSPITAL, 1993: 93; LISBOA, 1983: 104.
ACL

354 Alguidar

Século XVIII (?)
93 x 365 mm
Cerâmica comum vidrada
Proveniente das escavações do Hospital Real de Todos-os-Santos (1960)
Lisboa, Museu da Cidade,
Inv. ARQ HTS / 60 / 274 C

Alguidar de paredes levemente divergentes, fundo plano e bordo recto em aba; vidrado na face interna e no bordo externo a verde. Apresenta, junto ao bordo, dois orifícios para suspensão. Exemplar de loiça de cozinha de uso corrente, em cujo grupo contamos com um número significativo de pratos, tigelas, panelas, potes, bilhas, e até alguidares, etc., em cerâmica comum, ou vidrada, exumados durante as escavações.
Bibliografia: HOSPITAL, 1993: 95.
ACL

355 Série de gravuras relativas ao terramoto de 1755

1) St. Roch's Tower, commonly call'd the Patriarch's Tower / Torre de S. Roque chamada vulgarmente Torre do Patriarcha / Tour de S. Roch nommée vulgairement Tour du Patriarch
2) St. Pauls Church / Igreja de S. Paulo / Église de S. Paul
3) The Cathedral / Basílica de Santa Maria / La Cathedrale
4) The Opera House / Casa da Ópera / Sale de l'Opera
5) The Church of St. Nicholas / Igreja de S. Nicolau / Eglise de S. Nicolas
6) The Patriarchal Square / Praça da Patriarchal / Place de la Patriarchale
328 x 457 mm
Lisboa, Museu da Cidade, n.º MC 7219/2315; 7219/2316; 7220/2317; 7221/2318; 7223/2328; 7223/2320

Esta *Colecção de algumas ruínas de Lisboa causadas pelo Terramoto e pelo fogo do primeiro de Novembro de 1755* faziam parte integrante de um álbum documentando os estragos causados pelo infeliz evento em molde de reportagem ilustrada e desenhadas «ao natural» em Lisboa, com duas edições de diferentes formatos, uma com os títulos bilíngues (em português e francês) outra com títulos trilíngues, em inglês, português e francês. Daí a notícia que as acompanha na série inglesa: «Drawn on the spot by Mrs. Paris & Pedegache / (trad.) Debuxadas na mesma cidade por M. M. Paris et Pedegache». Por sua vez, a edição francesa desta colecção acrescenta a informação: «E abertas ao boril em Paris por Jac. Ph. Le Das», enquanto que a inglesa esclarece no pé da folha: «London printed for Robt. Sayer, Print & Mapseller, opposite Fetter Lane, Fleet Street». Trata-se, evidentemente, de uma variante colorida e aguarelada da primeira edição (1757), realizada quando o interesse pela catástrofe lisboeta era ainda vivo e relativamente à qual se suscitavam reflexões de teor filosófico, moral, religioso e científico sem conta, complementando as notícias avulsas que percorreram toda a Europa, dotadas, muitas delas, de suportes ilustrativos mais ou menos fantasiosos, o que não acontece no caso. Embora com alguns exageros de escala, a descrição desenhada nesta série é assaz rigorosa, documentando os monumentos mais atingidos e aqueles capazes de suscitar maior impacto junto do público pela espectacularidade da imagem. A Torre de S. Roque (n.º 1), vizinha da igreja do mesmo nome – e cuja fachada ruiu parcialmente para ser rapidamente reconstruída – era parte da velha Muralha Fernandina, na proximidade do antigo Palácio dos Condes de Vidigueira (depois conhecido como «Palácio do Patriarca»), ocupado na altura do terramoto por D. José

Manuel da Câmara, patriarca de Lisboa. Na parte baixa da cidade, a Igreja de S. Paulo (n.º 2) e a Casa da Moeda definiam uma praça um pouco a Norte da então Ribeira das Naus. A igreja, fortemente abalada pelo sismo, sofreu ainda as consequências de um feroz incêndio que a consumiu por inteiro, salvando-se apenas uma pequena parte do seu riquíssimo recheio. A Sé de Lisboa (n.º 3), edifício românico cuja fundação remonta a 1147, sofreu igualmente importantes estragos, como a queda parcial da torre sul e do zimbório – efectivamente uma monumental «torre lanterna» que desabou sobre a cobertura das naves do templo danificando-a e de dependências igualmente situadas a sul; o desenho parece exagerar as consequências do trágico evento, dando ao edifício um aspecto de devastação que não é totalmente crível. Ao mesmo tempo vê-se à esquerda da Sé uma construção, aparentemente de planta centralizada, que alguns têm identificado como sendo uma transposição da Igreja de Santa Engrácia para este cenário (uma vez que ficava distantemente situada no Campo de Santa Clara, muito mais para leste, com o intuito de registar o seu estado ruinoso ou inacabado...), quando preferimos ver antes neste apontamento os restos da cabeceira da Igreja de Santo António, esta sim, vizinha da Catedral lisboeta, e sensivelmente implantada naquele lugar, ligeiramente a norte da actual igreja, construída nos finais do século XVIII (recentes materiais seiscentistas exumados em escavações arqueológicas efectuadas na área da Sé parecem ser restos da antecedente edificação antoniana). A Casa da Ópera (n.º 4) é, por sua vez, um dos edifícios que melhor revela o caracter trágico do terramoto: acabada em 1735 segundo projecto de G. S. Galli Bibiena e com decoração de Azzolini, tratava-se de uma das mais imponentes salas de espectáculo europeias relativamente à qual o rei D. José, seu patrocinador, não poupou despesas, vindo a ser inteiramente consumida pela catástrofe. A gravura, particularmente expressiva, demonstra bem a complexidade do edifício e a sua escala grandiosa através da figuração acentuada das grandes paredes timpanos, das estruturas das fachadas laterais e de implantação dos camarotes, bem como dos subterrâneos e demais dependências, acentuando-lhe a profundidade. Ao lado, a fachada de um edifício nobre (presumivelmente, representação do palácio construído por D. João V para Maria Ana de Áustria) mostra-se escorada, dando uma ideia aproximada de qual deveria ser a situação de muitas das ruas da baixa lisboeta após o terramoto. Imponentes ruínas eram também as da Igreja de S. Nicolau (n.º 5), aliás templo de grandes proporções edificado segundo derivação seiscentista (1627-1651) do modelo basilical maneirista e «romano» de S. Vicente de Fora, com fachada flanqueada por duas torres, dotada, ao centro, de uma grande janela termal.

A nave, completamente esventrada, revela uma abóbada decorada por caixotões em relevo, tendo desaparecido quase por completo a cabeceira do retrocoro. Junto ao Paço Real da Ribeira, situava-se a Praça da Patriarcal (n.º 6) prolongamento em ângulo do Paço, conjunto fortemente castigado pelo terramoto. A fachada arruinada da Patriarcal encontra-se figurada à esquerda, com o seu eixo central marcado por uma porta ladeada por colunas exentas sobrepujada por balcão servido por outro portal decorado (tendo sido parte dos elementos desta porta principal transpostos para a fachada da Igreja de S. Domingos, ao Rossio, onde constituem a entrada axial). A composição é curiosa, jogando com os primeiros planos em contraluz e com a obliquidade da rampa monumental, que complementa a vista quase «em cenário» de outros edifícios arruinados, em cima e ao fundo. No seu conjunto, a circulação destas célebres gravuras, contribuíram decisivamente, não apenas para a satisfação da curiosidade de todos quantos se interessaram pela catástrofe lisboeta, mas, provavelmente, também, para a atenta construção de uma ideologia e de uma estética «da ruína», que daria os seus frutos pouco mais tarde, em tempos de proto-romantismo.

Bibliografia: EXPOSIÇÃO 1955: 47; LISBOA M. P., 1982, vol. II: 40; TRIOMPHE, 1991: 316-328;

356 Lisboa durante o terramoto

Segunda metade do século XVIII
248 x 250 mm
Gravura de origem flamenga aberta em buril (ed. bilingue)
Lisboa, Museu da Cidade, n.º GRA 38

Vista imaginária de Lisboa durante o terramoto do dia 1 de Novembro de 1755. Apesar da representação ser idealizada, destacam-se pormenores monumentais e topográficos de algum rigor, designadamente nas representações do Torreão do Paço da Ribeira, do Palácio Tancos, do Castelo de S. Jorge e do Paço da Alcáçova, num conjunto em que as dimensões e a topografia da cidade se encontram exageradas. No canto inferior direito distingue-se uma «cena de género» (a população em fuga, dois padres em súplica, outro prelado conferindo a extrema-unção e ao longe um cortejo de êxodo composto em fila indiana e coches). De notar a composição quase



356

«ao sublime» do incêndio, das nuvens de fumo que se erguem, consumada a catástrofe, e das ondas causadas pelo maremoto, autentificando um cenário de tragédia. ACL

357 Caneca

1733
Inscrição: «This tankard was Taken from amidst the fire and ruins of the city of Lisbon in the year 1755 when that capital was distroyed by a dreadful Earthquake and conflagration in wich 70.000 People perished»
Alt.: 210 mm
Prata cinzelada e gravada
Marcas: TF (ourives: Thomas Farren -act. 1707-1743)
Lisboa, Fundação Medeiros e Almeida, Inv. 209 OUR



357

358 Prato

s.d.
Inscrição: (variante, v. «Caneca»)
«This waiter...»
Marcas: G.M. (ourives:
Morris -act. 1750-51); monograma
não identificado
Diâm.: 200 mm
Prata cinzelada e gravada
Lisboa, Fundação Medeiros
e Almeida, n.º 174 OUR Oman



358

Caneca com tampa de mola com calote esférica achatada e asa com contracurva; recipiente subcilíndrico; prato de formato circular com aba decorada com ondeados e conchas. Tanto a caneca como o prato, ambos de prata, foram retirados dos escombros imediatamente após o mega-sismo de 1755, segundo a legenda que, em cursivo, se inscreve em ambas as peças (na parte inferior da caneca e no fundo da salva), com os dizeres : «Esta caneca (variante: 'esta salva') foi resgatada de entre o fogo e das ruínas da cidade de Lisboa no ano de 1755 quando aquela capital foi destruída por um temível terramoto e deflagração no qual 70.000 Pessoas pereceram» (trad.). Como testemunho desta insólita ocorrência, o proprietário mandou gravar nas duas faces da caneca imagens de edifícios gravemente atingidos pelo terramoto, colhendo o artífice (certamente por influência do encomendador) inspiração da série de seis gravuras que Philippe Le Bas (1707-1783) realizou em 1757 tendo como motivo as ruínas lisboetas. Assim, à direita, inscreve-se a Patriarcal, e à esquerda a Igreja de S. Nicolau. Trata-se de um testemunho preciso do impacto do nefasto evento e, ao mesmo tempo, uma curiosa demonstração de «fetichização» do terramoto, largamente comentado em toda a Europa.
Bibliografia: TRIOMPHE, 1991: 328.
PP



359

359 Moeda de D. José I

1755
Diâm.: 32 mm; peso: 14,4 g
Ouro (916,6 0/00)
Termas dos Cássios (Lisboa)
Lisboa, Gabinete Técnico do
Teatro Romano, n.º RPN/N/33
ADD

360 Cais

Último quartel do século XVII
1800 x 7000 x 970 mm
Calcário
Palácio da Praia (Lisboa)
Lisboa, IPPAR, s/n.º

Cais feito em blocos de calcário aparelhado, capeando o tosco em pedra e argamassa. Foi construído sobre uma estacaria de pinho verde. Esta estrutura foi construída no reinado de Pedro II com o fim de proteger a antiga estrada de Cascais e o Mosteiro dos Jerónimos das investidas do rio Tejo, servindo também de cais de acostagem.
CA

Lisboa submersa



361 ***Naufrágio do S. Pedro de Alcântara***

362 ***Recuperação do S. Pedro de Alcântara***

Jean Pillement
n. dat. (1786)
665 x 895 mm
Pintura a óleo sobre tela
n. ass.
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 999.66.1 e 992.67.1

Jean Pillement (1728 – Lyon; 1808 – Lyon) pintor de paisagem e de género e decorador, efectua estas duas obras na sua última estadia em Portugal (entre 1780 até talvez 1786 – fase mais profiqua da sua actividade no nosso país: abre uma escola no Porto e encontra em Lisboa vários discípulos. Deixa inúmeras pinturas e decorações). Artista muito viajado – Madrid, Londres, Paris, Turim, Milão, Roma, Viena de Áustria, Polónia, Portugal – Pillement inscreve-se num gosto «rocaille» e na tradição do apontamento de género seguido pelos *petit-maîtres* do século XVIII.
Estas peças, adquiridas num leilão no Mónaco em 1987 e cenário de recentes e aturadas investigações subaquáticas, encadeiam-se em narrativa a partir de dois momentos do *Naufrágio* e *Recuperação do S. Pedro de Alcântara*.
Tratava-se de um velho galeão espanhol que no regresso a Cádis, vindo do Peru, naufragou a trinta milhas de Peniche, transportando para além de vinte e quatro índios (entre os quais o filho do chefe de uma rebelião indígena), ouro, prata, jóias, e espécies botânicas. A carga atingiu um valor praticamente inédito na história da navegação – sete milhões de pesos. O naufrágio acontece após uma viagem de mais de um ano e por erro de navegação.
Pillement imagina a cena numa noite clara onde os destroços do navio se afundam, o mastro ao longe ainda é visível e as poucas figuras que aparecem encontram-se em situações desesperadas. O tema, anteriormente tratado por este autor, surge aqui através do espectáculo da Natureza em que a escarpa rochosa se impõe e o mar revolto destrói riquezas e vidas humanas. Este envolvimento emocional e dramático será expresso, anos mais tarde, por Géricault, já no período romântico e naturalmente em diferente contextualização, através de uma imagética cujos arquétipos temáticos não diferem dos de Pillement (veja-se o *Radeau de la Méduse*, 1818-1819).
No segundo momento, a cor transforma-se através da Natureza: de uma madrugada brumosa com avolumar de nuvens e maré cheia traduzidas por uma paleta de azuis acinzentados passa-se a um pôr-do-Sol tratado em tons rosados que se reflecte nas figuras em toques dourados.
A bonança e a agitação de todos os membros das embarcações, tentando salvar as caixas do navio, não escapam aos pormenores de miniaturista, ao trabalho paciente do artista que provavelmente se auto-retrata na figura sentada de costas, chapéu e casaca nos ombros e que assiste afentamente à cena, parecendo efectuar um esboceto.
A importância de Pillement terá de se justificar não só pela descrição pormenorizada (a linha rochosa corresponde fielmente à realidade) e rigoroso desenho de uma cena, mas essencialmente pelo empenho na captação local da Natureza, aliás tratada cenograficamente. Realce-se ainda o enfoque da figura integrada na paisagem e da temática de costumes – galantes ou rurais – indo deste modo ao encontro do gosto estético vigente ou vindouro. Assim sucedeu no século XVIII, momento da sua digressão em Portugal, no século XIX e no século XX (recuperado nos anos 40, a sua imagética integra-se numa estética que traduz a aposta, politicamente não desinteressada, no gosto popular ou «pueril»).
Nas primeiras décadas do século XIX Pillement era muito apreciado por coleccionadores portugueses.
Raczynski divulga a sua obra ao jovem Anunciação que, entusiasmado, tenta imitá-lo e vender as suas produções.
As peças de Pillement surgem assim como preanúncio de um movimento romântico cuja diagonal é constituída pelo registo de valores como a prática da pintura «ao natural» tendo como suporte os costumes urbano-rurais e os aspectos cenográficos da composição.
Talvez importe salientar o interesse «arqueológico» e documental deste tipo de pintura como balizamento para o estudo do gosto que enformava as correntes de opinião artística, neste caso do século XVIII e que marcaram também movimentos estéticos quer no nosso século, quer no século XIX.
Bibliografia: FRANÇA, 1966; VALENTE, 1844, n.º 14; PATRIMÓNIO, 1988, n.º 5.
MAS

363 ***Espada***

Séculos X – IX a.C.
Idade do Bronze (final)
Comp.: 620 mm; peso: 196 g
Bronze. Fundição em molde bivalve
Rio Tejo, imediações de Cacilhas (Almada)
Almada, Museu de Arqueologia e História da Divisão de Museus da Câmara Municipal de Almada, n.º 5385

Espada de empunhadura tripartida, com aberturas largas e bem marcadas; os bordos da lingueta são ligeiramente arredondados; a base desta, losangulada, na sua ligação à lâmina, apresenta um bordo arredondado, sem ricasso. A lâmina é adelgaçada no primeiro terço proximal e alargada no terceiro quarto distal, guardando uma característica forma pistiliforme, apesar de muito erodida.
Pertence a um tipo muito característico de espada, dito pistiliforme, datável entre o primeiro e segundo quartel do 1.º milénio antes da nossa Era. Foi recuperada durante dragagens junto ao molhe leste dos estaleiros navais da Parry e Son. É uma das peças mais antigas conhecidas em Portugal, provenientes do meio subaquático. Tem a particularidade de evocar o célebre conjunto de achados da ria de Huelva, tanto pelo contexto como pelas condições de descoberta (ver texto). Sendo uma peça por vezes considerada de carácter simbólico, tendo sobretudo funções rituais ou de prestígio, admite-se que o seu contexto de achado possa corresponder a uma oferenda votiva correlacionada com o meio aquático, como outros casos análogos na própria Península Ibérica parecem corroborar.
Bibliografia: GOMES, 1992: 99-202.
Exposições: *Intervenções Arqueológicas 88*, Convento dos Capuchos, Março-Maio de 1989.
FA e MVG

364 Cepo de âncora

Séculos V – IV a.C.
Idade do Ferro
Comp.: 2630 mm; peso: 422 000 g
Chumbo. Fundição em molde
Ilha Berlenga (Peniche)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 4558

Cepo do tipo «com alma de madeira». É um dos mais antigos exemplares conhecidos de cepos de âncora em chumbo de toda a Antiguidade. Amostras de madeira da travessa correspondentes à alma de um exemplar gémeo deste foram datadas, pelo radiocarbono, dos séculos V – IV antes da nossa Era. Foi descoberto em 1989 por Luís Veríssimo, de Peniche, e recuperado pelo Museu Nacional de Arqueologia em 1991. Cinco anos antes, o outro exemplar, de tipologia e dimensões equivalentes, fora igualmente descoberto na mesma zona, o que legitima a presunção de poderem corresponder a uma perda por naufrágio. As âncoras de que estes dois cepos faziam parte teriam obrigatoriamente grandes dimensões (com hastes de cerca de seis metros), indiciando pertencer a um navio de importante tonelagem, presumivelmente de tradição mediterrânica, navegando nas águas do Atlântico nos meados do 1.º milénio antes da nossa Era.
Bibliografia: ALVES, *et al.*, 1988/1989 [1993]: 109-185.
Exposições: *Esposizione Internazionale Colombo 92*, Génova, 1992; *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, 1992.
FA

365 Cepo de âncora

Idade do Ferro (?)
Comp.: 700 mm; peso: 18 000 g
Chumbo
Cabo Espichel (Sesimbra)
Lisboa, Museu de Marinha (Reserva), n.º 4537 (IGCAPS)

Cepo do tipo «com alma de chumbo». Este tipo de cepo é geralmente considerado mais antigo do que o tipo corrente, fixo e com cavilha ou lingueta mediana no encaixe central, característico da época romana e com uma longa perduração que remonta ao período republicano (séculos III – II a.C.)
Fundição em vazamentos efectuados simetricamente em cada um dos lados de um cepo de madeira, pelo que não se trata de um cepo em chumbo propriamente dito, mas de um lastro destinado a aumentar o peso daquele. Para o enchimento de chumbo não cair, o vazamento aberto na madeira ao longo dos braços tinha a abertura mais estreita do que o fundo, pelo que a peça apresenta uma secção trapezoidal.
Recuperado fortuitamente em 1969 por mergulhadores amadores, presumivelmente ligados à Escola de Brigadas Especiais de Campo da Mocidade Portuguesa.
Bibliografia: ALVES, 1988-1989: 109-185.
FA

366 Cepo de âncora

Época Romana
Comp.: 1120 mm; peso: 69 000 g
Chumbo. Fundição em molde
Ilha Berlenga (Peniche)
Cascais, Laboratório Marítimo da Guia, n.º 4551 (IGCAPS)

Cepo do tipo corrente, fixo, com cavilha ou lingueta mediana no encaixe central. É um tipo característico da época romana, com uma longa perduração remontando ao período republicano (séculos III – II a.C.), que se entende por mais de meio milénio. Apresenta uma decoração em

relevo, de «ossinhos» em várias posições, em duas faces alternadas dos braços.
A tipologia do exemplar e a sua decoração são muito características. Esta ilustra o lance da sorte ou «de Vénus», do jogo do Talus. Este jogo, cuja origem se perde nos tempos, é o antepassado do nosso póquer de dados, sendo jogado com os ossinhos das patas da cabra ou do carneiro, que têm diversos planos de equilíbrio possíveis. O lance «de Vénus» era justamente aquele em que os ossinhos caíam em posições diferentes, sendo por isso considerado o lance da sorte. É óbvio o significado apotropaico e profiláctico desta representação em relevo, como invocação da protecção divina e de remédio contra a má sorte. Trata-se de uma manifestação simbólico-religiosa típica de navegantes – para quem a vida depende muitas vezes de âncoras lançadas com felicidade e a tempo.
Recolhido em 1981, por A. Almeida e outros elementos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, durante um mergulho amador efectuado no âmbito de estudos de biologia marinha.
Bibliografia: ALVES, 1988-1989: 109-185.
FA

367 Cepo de âncora

Época Romana
Comp.: 1330 mm; peso: 83 000 g
Chumbo. Fundição em molde
Guia, imediações do farol (Cascais)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 4567

Cepo do tipo corrente, fixo, com cavilha ou lingueta mediana no encaixe central. É um tipo característico da época romana, com uma longa perduração que remonta ao período republicano (séculos III – II a.C.) e que se estende por mais de meio milénio.

Recolhido fortuitamente por um mergulhador amador (J. Santos), em 1976.
Bibliografia: ALVES, 1988-1989: 109-185.
FA

368 Cepo de âncora

Época Romana
Comp.: 810 mm.; peso: 23 000 g
Chumbo. Fundição em molde
Cabo Espichel (Sesimbra)
Lisboa, Museu de Marinha, n.º PE-64

Cepo do tipo móvel, não tendo portanto cavilha ou lingueta mediana no encaixe central.
Recolhido fortuitamente por um mergulhador amador (V. Cruz), em 1969.
Bibliografia: ALVES, 1988-1989: 109-185.
FA



369

369 Ânfora

Séculos I – II d.C.
Época Romana
Alt. total: 925 mm; diâm. do bojo: 323 mm; diâm.: 194 mm
Cerâmica
Rio Tejo, imediações do Mouchão da Póvoa (Póvoa de Santa Iria, Vila Franca de Xira)
Vila Franca de Xira, Museu Municipal de Vila Franca de Xira, n.º 075

Ânfora a que falta a base do fundo. Pertence ao tipo Lusitana 2, tradicionalmente conhecido pelas designações de Dressel 14b e Beltran IVb. Tem um lábio triangular e saliente, colo alto e exvertido e bojo barriloide. O fundo é troncocónico e as asas são de fita, gamiformes, com a face superior bilobada.

367



Conserva um grafito 'K' no dorso da asa direita, e um outro, fragmentado, em palma, e profundamente gravado no bico fundeiro. Técnica por levantamento na roda de oleiro por partes separadas (normalmente, boca e colo, bojo, e bico), e subsequentemente montagem das mesmas. Este tipo de ânfora, característico do Alto Império (séculos I – II), era utilizado para o envase de produtos piscícolas. É um tipo definitivamente reconhecido como sendo de produção local (fabrico lusitano), presumivelmente produzido pelos numerosos fornos de olaria identificados nas margens do rio Tejo ou do Sado. Este exemplar e os seguintes foram recolhidos em diferentes ocasiões por um pescador de Vila Franca de Xira (Sr. José Júlio), quando pescava de arrasto nas proximidades do Mouchão da Póvoa. Numa das vezes, as redes prenderam no fundo e, quando vieram à superfície, trouxeram numerosos pedaços de madeira, que poderão indiciar a existência de uma embarcação enterrada no lodo, eventualmente associada às ânforas descobertas – facto que, a confirmar-se, constituiria a primeira descoberta do género em águas portuguesas.
Bibliografia: DIOGO e ALVES, 1988-1989 [1993]: 227-240.
FA

370 Ânfora

Séculos I – II
Época Romana
Alt. total: 467 mm; diám. do bojo: 322 mm; diám. da boca: 98 mm
Cerâmica
Rio Tejo, imediações do Mouchão da Póvoa (Póvoa de Santa Iria, Vila Franca de Xira)
Vila Franca de Xira, Museu Municipal de Vila Franca de Xira, n.º 070.

Ânfora de tipo Lusitana 3, tradicionalmente, mas impropriamente considerado como uma variante do tipo Almagro 51c. Tem lábio de fita, alto, moldurado e ligeiramente pendente. O colo é curto e bitroncocónico e o bojo piriforme. Tem o fundo em anel e as asas são de fita, curtas e arqueadas, arrancando do colo, sob a sobeira do lábio. A superfície externa é rosada e manchada. A superfície interna está resinada.
Este tipo foi impropriamente considerado, até data recente, como uma variante do tipo Almagro 51c, característico do Baixo Império (séculos III – IV d.C.) e destinado ao envase de produtos piscícolas.
Na realidade, trata-se de um tipo de ânfora caracteristicamente empregado, durante o Alto Império (séculos I – II d.C.), para o transporte de vinho, como o demonstra o revestimento interno, resinado. É um tipo definitivamente reconhecido como sendo de produção local (fabrico lusitano), presumivelmente produzido pelos numerosos fornos de olaria identificados nas margens do rio Tejo ou do Sado.
Este exemplar e o anterior foram recolhidos, em diferentes ocasiões, por um pescador de Vila Franca de Xira (Sr. José Júlio), quando pescava de arrasto nas proximidades do Mouchão da Póvoa.
Numa das vezes, as redes prenderam no fundo, e quando vieram à superfície traziam numerosos pedaços de madeira, que poderão indiciar a existência de uma embarcação enterrada no lodo, eventualmente associada às ânforas descobertas – facto que, a confirmar-se, constituiria a primeira descoberta do género em águas portuguesas.
Bibliografia: DIOGO e ALVES, 1988-1989 [1993]: 227-240.
FA



370

371 **Berço**

Primeira metade do século XVI
Comp. total: 1845 mm; diâm.: 945 mm
Ferro forjado
Rio Tejo (Lisboa)
Lisboa, Museu Militar, n.º A-10

Impropriamente designada como «bombarda ou tron», é, efectivamente, uma «peça de braga», uma boca de fogo de retrocarga, de culatra aberta.
«Berço é uma arma de artilharia que remonta ao século XV. Foi muito utilizada pelos portugueses no armamento das suas caravelas e nas campanhas de África e da Ásia. É uma invenção portuguesa e segundo a carta do mestre da fundição [de Lisboa] – Cata que Faras, de 22 de Março de 1515, é um produto dos estudos balísticos do rei Dom Manuel I de Portugal» (BANDEIRA, 1984: 5-6).
Bibliografia: BANDEIRA, 1984; CORDEIRO, 1895; VALLE, 1965: 423-431.
FA

372 **Moedas**

Último quartel do século XVII

Tipo	Módulo mm			Espessura mm			Peso g		
	Máx.	Mín.	Média	Máx.	Mín.	Média	Máx.	Mín.	Média
R de 8	46	38	42	4	2.5	3.25	24.71	15.32	20.02
R de 4	32	29	30.5	3.2	2.3	2.75	12.31	11.97	12.14
R de 2	36	24	30	2.2	1.3	1.75	5.79	2.90	4.35

Prata cunhada
S. Julião da Barra (Oeiras). Imediações da fortaleza
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 4613.01.01 a 209



372

209 moedas de prata, de dois, quatro e oito reales, de dimensões, estado de conservação e leitura muito variáveis.
O núcleo com melhores condições de identificação é composto por duas dezenas de peças em que se destacam cunhagens de Potosi (Bolívia), de Lima (Peru) e da Cidade do México (México). Cinco exemplares são perfeitamente datados: 1658, 1672, 1673, dois de 1674, e três outros entre 1583 e 1640, devido à incorporação, no anverso, do escudo português no brasão de armas da casa Habsburgo.
Sem prejuízo de um estudo numismático mais aprofundado, pode considerar-se como hipótese de trabalho que este conjunto homogéneo de moedas é indício de um naufrágio, datável do último quartel do século XVII ou posterior.
Bibliografia: ALMEIDA e NICOLAS, 1990-1991.
Exposições: Museu Nacional de Arqueologia, 18 de Maio de 1992.
FA



371

373 ***Fio de ouro***

Último quartel (?) do século XVII
Peso total: 36 g
Ouro martelado e soldado
Imediações da Fortaleza de S. Julião da Barra (Oeiras)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 4613.02.01 a 20

Vinte fragmentos de cordão.
Descoberto no decurso de prospecções subaquáticas efectuadas no local, integrado, em conjunto com as moedas supra-referidas, numa única concreção globular, correspondendo presumivelmente ao conteúdo de um saco.
Exposições: Museu Nacional de Arqueologia, 18 de Maio de 1992.
FA

374 ***Colher***

Último quartel (?) do século XVII
Comp. total: 74 + 23 + 23 + 20 mm; concha, comp.: 59; larg.: 43 mm; esp.: 4 mm
Prata. Fundição em molde, burilagem, limagem e afagamento
Imediações da Fortaleza de S. Julião da Barra (Oeiras)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 4613.04.03 / 56007

Conjunto de quatro fragmentos de uma colher cujo cabo, incompleto, de secção circular, termina em forma de cabeça de fémur (?).
Exposições: Museu Nacional de Arqueologia, 18 de Maio de 1992.
FA

375 ***Jogo de medidas***

Último quartel (?) do século XVII
Alt.: 36 mm.; diâm. da base: 36 mm; diâm. sup. e da tampa: 49 mm; peso: 450 g
Bronze. Fundição em molde e torneamento
S. Julião da Barra (Oeiras). Imediações da fortaleza
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 4613.04.03 / 56007

Conjunto de medidas troncocónicas de encaixe umas nas outras, constituído por um elemento externo com tampa e oito elementos internos. O estojo exterior equivale aopeso do conjunto dos restantes elementos. O primeiro e maior elemento interno é igual, em peso, ao conjunto dos restantes e assim sucessivamente, até ao penúltimo, que, normalmente, tem o valor do último, que é compacto.
A tampa apresenta uma marca em forma de busto.
Diversos conjuntos deste tipo e, partes deles, foram descobertos no decurso de prospecções subaquáticas efectuadas no local.
Bibliografia: MARTINS, 1991: 439-443.
Exposições: Museu Nacional de Arqueologia, 18 de Maio de 1992.

376 ***Panelas***

Último quartel (?) do século XVII
Alt. máx.: ±115/160 mm ; esp.: <1 mm; diâm. da boca: ± 265/285 mm; diâm. de fundo: ± 240/250 mm; peso : 720/740/770 g
Latão. Laminagem, moldagem, martelagem
Imediações da Fortaleza de S. Julião da Barra (Oeiras)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 4613.05.02 a 4

Três «panelas» de um jogo de doze, de encaixe umas nas outras, em deficiente estado de conservação.
A sua reduzida espessura e o próprio material (latão) deixam supor tratar-se de recipientes para uso diverso a frio.
Descobertas no decurso de prospecções subaquáticas efectuadas no local. O conjunto das doze peças encaixadas umas nas outras assemelhava-se a «uma grelha de ventilador» (segundo o achador, G. Cardoso).
A designação de «panelas» deve ser tida com a devida reserva, uma vez que nada permite supor a sua verdadeira função – que poderia, aliás, não ser sequer culinária.
Exposições: Museu Nacional de Arqueologia, 18 de Maio de 1992.
FA



376

377 Pilões

Último quartel (?) do século XVII
Comp.: entre 225 e 230 mm; diâm. dos topos: entre 31 e 36 mm; peso: 480, 540, 640 e 700 g
Bronze. Fundição em molde
Imediações da Fortaleza de S. Julião da Barra (Oeiras)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 4613.05.06 a 9

Barra cilíndrica, com os topos piriformes (num dos exemplares estes são achatados), simétricos, com protuberância anelar central, estriada ou não.
Exposições: Museu Nacional de Arqueologia, 18 de Maio de 1992.
FA

378 Asa de sino

Último quartel (?) do século XVII
Comp. máx.: 280 mm; larg. máx.: 235 mm; esp. máx.: 85 mm; peso: 22 000 g
Bronze. Fundição em molde
Imediações da Fortaleza de S. Julião da Barra (Oeiras)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 4613.05.10

Asa «dobrada» de um sino, na qual são visíveis as implantações dos reforços laterais, de secção rectangular (± 60 × 50 mm).
Exposições: Museu Nacional de Arqueologia, 18 de Maio de 1992.
FA

379 Almofariz

Último quartel (?) do século XVII
Alt. máx.: 79 mm; diâm. da base e do topo: 72 mm; peso: 768 g
Bronze. Fundição em molde
Imediações da Fortaleza de S. Julião da Barra (Oeiras)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 4613.05.01

Parte inferior de almofariz de forma mais ou menos cilíndrica, com vestígios de duas asas simétricas. A base é espessada exteriormente e, interiormente, apresenta o fundo em forma de calote de esfera.
Exposições: Museu Nacional de Arqueologia, 18 de Maio de 1992.
FA

380 Fivelas

Último quartel (?) do século XVII
Larg.: 71 mm [1 e 2], 55 mm [3]; alt.: 71 mm [1 e 2], 55 mm [3]; esp. méd.: 5 mm [1 e 2], 3 mm [3]; peso: 80 g [1 e 2], 40 g [3]
Bronze. Fundição em molde
Imediações da Fortaleza de S. Julião da Barra (Oeiras)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 4613.05.11 a 13

Os dois maiores exemplares têm espelhos de forma quadrangular, sóbria, de cantos arredondados, tendo os bordos verticais metade da largura dos horizontais. O eixo do fusilhão (inexistente), cilíndrico, está num plano recuado de 10 mm em relação ao espelho; largura útil para a correia: 41 mm. O exemplar mais pequeno tem o espelho de forma quadrangular de cantos arredondados, com duas proeminências circulares em cada um dos lados, contorno que lhe dá o aspecto genérico de uma flor. O eixo do fusilhão (inexistente), cilíndrico, está num plano recuado de 6 mm em relação ao espelho; largura útil para a correia: 29 mm.
Exposições: Museu Nacional de Arqueologia, 8 de Maio de 1992.
FA

381 Pregos

Último quartel (?) do século XVII
Comp.: entre 11 e 74 mm; peso total do conj.: 220 g
Bronze. Fundição em molde
Imediações da Fortaleza de S. Julião da Barra (Oeiras)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 4613.05.15 a 79

Pregos de diversas dimensões, na sua maioria de secção quadrada.
Exposições: Museu Nacional de Arqueologia, 18 de Maio de 1992.
FA

382 Lingotes

Último quartel (?) do século XVII
Comp. máx. / larg. máx. / esp. máx. / peso: 490 / 270 / 75 mm / 57 000 g [1]; 620 / 265 / 87 mm / 70 500 g [2]; 600 / 275 / 68 mm / 61 500 g
Chumbo. Fundição em molde
Imediações da Fortaleza de S. Julião da Barra (Oeiras)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 4613.06.01 a 3

De forma oval, têm uma superfície plana e outra convexa, correspondente ao molde. A primeira apresenta um orifício oblíquo, presumível indício de um gancho metálico utilizado para a manipulação da peça.

Os lingotes metálicos constituem, ao longo de mais de três milénios, o modo de transporte típico desta matéria-prima. Com efeito, a sua presença está atestada em contextos de naufrágio desde a Idade do Bronze (por exemplo nos destroços do Cabo Gelidónia, Turquia).
Exposições: Museu Nacional de Arqueologia, 18 de Maio de 1992
FA

Comentário às peças 379 a 389
A datação atribuída a estas peças é meramente conjectural, baseando-se apenas no facto de elas provirem, como as restantes, de uma área homogénea, e de não haver uma patente discrepância cronológico-cultural entre qualquer delas. Assim, a presunção de todas estas peças pertencerem a um mesmo contexto arqueológico (indício de eventual naufrágio) não tem efectivo valor do ponto de vista científico, isto é, do rigor histórico absoluto.
FA

383 Peitoral de armadura

Segunda metade do século XVII
335 x 325 x 5 mm
Ferro. Fundição, laminagem e martelagem
Imediações da Fortaleza de S. Julião da Barra (Oeiras)
Oeiras, Centro de Estudos Arqueológicos da Câmara Municipal de Oeiras, n.º 4613.08.01 (IGCAPS)

Exemplar com gola, axilas e cintura bem marcadas, em razoável estado de conservação, embora ligeiramente torcido. Apresenta dois punções, um, em feitio de escudo esquartejado através da aplicação duma fina cruz ao centro, é do arsenal de Zurique, e outro, mais pequeno e rectangular, é um dos diversos punções utilizados pelos verificadores do armamento destinado à utilização em campanha do exército do Rei da Suécia, Gustavo Adolfo (DAEHNHARDT, 1989: 30-31).
Descoberto fortuitamente por um mergulhador amador, funcionário da Câmara Municipal de Oeiras, em conjunto com o exemplar seguinte.
Bibliografia: DAEHNHARDT, 1989: 30-31.
FA

384 Peitoral de armadura

Segunda metade do século XVII
358 x 345 x 5 mm
Ferro fundido, laminado e martelado
Imediações da Fortaleza de S. Julião da Barra (Oeiras)
Oeiras, Centro de Estudos Arqueológicos da Câmara Municipal de Oeiras, n.º 4613.08.02 (IGCAPS)

Exemplar com gola, axilas e cintura bem marcadas, ligeiramente torcido e em muito mau estado de conservação. Não são visíveis quaisquer punções.
Descoberto fortuitamente por um mergulhador amador, funcionário da Câmara Municipal de Oeiras, em conjunto com o exemplar anterior.
Este exemplar «é de fabrico nacional. Um de muitos fabricados nas ferrarias do Reino durante a Guerra da Restauração para equipar as tropas portuguesas visto os sessenta anos do domínio espanhol terem esvaziado os arsenais nacionais» (DAEHNHARDT, 1989: 30).
Bibliografia: DAEHNHARDT, 1989.
FA

Comentário às peças 383 e 384
Dadas as características (matéria e espessura) das peças em questão, é difícil de admitir, embora tal não possa ser excluído em absoluto, que provenha de um naufrágio da época da Guerra da Restauração ou do último quartel do século XVII – neste caso eventualmente associada ao restante conjunto proveniente deste mesmo sítio. Não pode ser excluída, aliás, a possibilidade de esta peça, como a seguinte, ter sido arremessada da fortaleza, em data indeterminada, mas eventualmente bastante mais recente, no decurso, por exemplo, de uma operação de limpeza.
FA



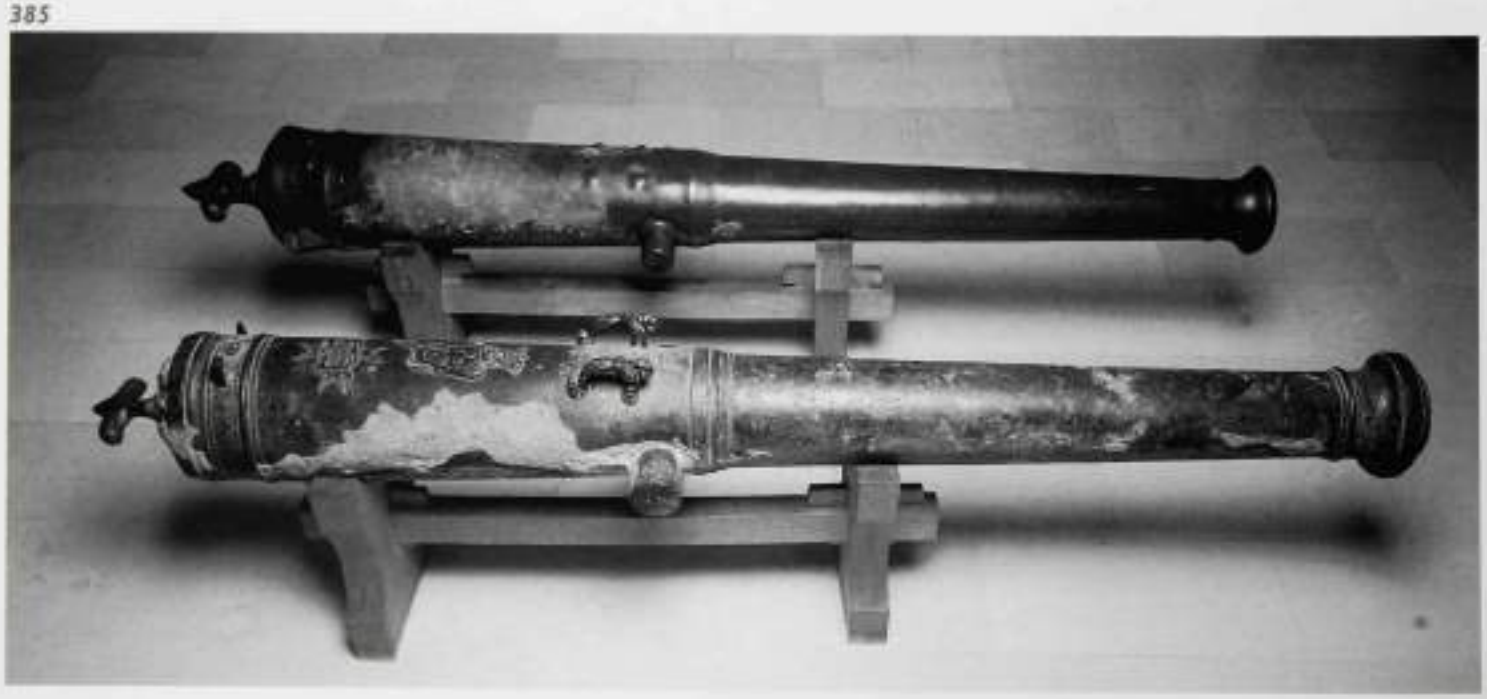
384

385 **Canhões florentinos**

Segunda metade do século XVII
Inscrição: No exemplar melhor conservado [1], uma primeira inscrição, lavrada por cima do segundo reforço:
FER(DINANDO).II.ETR(VRIAE)./
/V.MAG(NO).DVCE./
/MDCXXXXVII
Leitura: FERNANDO II, QUINTO GRÃO-DUQUE DA ETRÚRIA. 1647
Uma segunda inscrição, lavrada na cinta do primeiro reforço, ao lado direito do ouvido:
OP(VS) IO(AN)NIS.MARIA/
CENNII.FLOREN(TI)NI
Leitura: OBRA DE JOÃO MARIA CENNII, FLORENTINO
Comp. total: 21 590 mm; comp. desde a platibanda de culatra até à boca: 21 400 mm; comp. desde o ouvido até à boca: 21 285 mm
Bronze. Fundição
Cabo Raso (Cascais)
Cascais, Câmara Municipal de Cascais, Museu do Mar, n.º 4614.13.06 e 07

«As asas são duas pequenas esculturas de seres estranhos e até ambíguos, por parecer terem corpo de mulher e cabeça de homem, com orelhas muito pontiagudas. O brasão principesco e a inscrição maior repoisam na lombada do segundo reforço, enquanto lhes passa por baixo, no miolo, a alma, vinda do primeiro reforço, onde se abre o ouvido da culatra e termina o cascavel. Os vários anéis bem modelados e de diferentes espessuras, que cintam as várias partes, reforçam a arma nos sítios vitais, mas dão-nos também o ritmo compositivo, elegância e gosto requintado do sempre inspirado artefacto florentino». O segundo exemplar, muito deteriorado, é igual ao anterior. Apresenta também no segundo reforço o brasão de D. Fernando II, o Quinto Grão-Duque da Toscana. «Tem seis arruelas em campo e está timbrado por uma coroa com seis flabelos e uma flor-de-lis ao centro. O escudo carregado de arruela é o dos Médicis, a partir de Lourenço o Magnífico». «A família dos Cennii, fundidores toscanos de artilharia, teria tido o seu início no século XVII, com Cosme I, e durante várias gerações continuou a fornecer perfeitíssimas 'bocas de fogo', de todo o género, não só aos Médicis, mas também a outros Príncipes italianos e estrangeiros» (ATANÁZIO, 1981: 4).
Bibliografia: ATANÁZIO, 1981: 1-17.
FA

385



386 **Cães**

Segunda metade do século XVII
Comp. total: 10 330 mm; comp. desde a platibanda de culatra até à boca: 9830 mm; comp. desde o ouvido até à boca: 8580 mm
Bronze
Cabo Raso (Cascais)
Cascais, Câmara Municipal de Cascais, Museu do Mar, n.º 5815, 5817, 5818, 5819 e 5820

São bocas-de-fogo de retrocarga, de culatra aberta, ditas «peças de braga». Na bolada apresenta uma decoração, porventura um brasão, composta por um escudete central oval, liso, orlado por um encordoamento, todo ele envolvido por volutas estriadas que terminam nos extremos longitudinais por dois motivos estilizados, semelhantes a flores-de-lis.
Classificável como «cão», muito embora, neste caso, de maior calibre, correspondendo possivelmente ao uso de balas de pedra, atestado pelos achados provenientes do mesmo contexto de destroços.
Bibliografia: VALLE, 1965: 423-432.
FA

387 **Câmaras servidoras**

Segunda metade do século XVII
1) Comp.: 212 mm; diâm. max.: 103 mm; diâm. mín.: 71 mm; peso: 10 000 g; 2) 215 mm; 107 mm 84 mm; 11 500 g; 3) 217 mm; 109 mm; 80 mm; 13 000 g
Bronze
Cabo Raso (Cascais)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 4614.08.01 a 03

Têm uma forma exterior grosseiramente assimilável à de uma caneca. Compõem-se de um corpo ligeiramente troncocónico, com um pequeno ressalto de menor diâmetro, destinado ao seu alojamento no tubo. Têm uma perfuração axial (por vezes descentrada) destinada à carga explosiva (pólvora), e que era tapada por uma bucha.
Têm o ouvido do lado esquerdo da pega, o que corresponde à posição horizontal da peça pronta a disparar, uma vez aquela rodada para a direita, pousada no bordo da «braga» e devidamente travada. A pega é de formato rectangular, apresentando diversas protuberâncias separadas por estrangulamentos, para facilitar o manuseamento.
São de secção circular nos primeiro e terceiro exemplares, e romboidal no segundo.

386



387



As câmaras servidoras destinavam-se às bocas-de-fogo de retrocarga, de culatra aberta, ditas «peças de braga», anteriormente referidas. Usavam-se múltiplas câmaras para cada boca-de-fogo, o que lhes assegurava uma elevada cadência de tiro.
Bibliografia: VALLE, 1965: 423-431.
FA

388 Balas de canhão

Segunda metade do século XVII
Diâm.: 76 mm; peso: 600-620 g
Pedra polida
Cabo Raso (Cascais)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 4614.01.04 e 5

388



São aproximadamente esféricas. Descobertas no decurso de prospecções subaquáticas efectuadas no local.
FA

389 Balas de mosquete

Segunda metade do século XVII
Diâm.: 20 mm ; peso: 40 g [1]: 16 mm; peso: 20 g [13]: 13 mm; peso: 10 g [4]
Chumbo. Fundição em molde
Cabo Raso (Cascais)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 4614.01.08 a 26

São de forma esférica e de três calibres diferentes. Descobertas no decurso de prospecções subaquáticas efectuadas no local.
FA

390 Sonda

Segunda metade do século XVII
Comp.: 466 mm; diâm. da base: 54 mm; peso: 6500 g
Chumbo. Fundição em molde
Cabo Raso (Cascais)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 4614.01.02

É uma peça troncopiramidal de secção oitavada.
A extremidade superior, ligeiramente achatada, tem um orifício de suspensão. A base apresenta vestígios da tradicional cavidade, na qual se colocava uma bola de cebo para recolha de amostras dos fundos ou registo da sua natureza.
FA

391 Base de candelabro

Segunda metade do século XVII
1) Alt.: 99 mm; diâm. máx. da base: 105 mm; diâm. do topo: 45 mm; peso: 1185 g; 2) alt.: 62 mm; diâm. máx. da base: 129 mm; diâm. do topo: 26 mm; peso: 1415 g [2]
1) Bronze; 2) bronze e chumbo
Cabo Raso (Cascais)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 4614.02.01 / 05.01

A primeira é de pança achatada com aresta arredondada mediana, estrias na base do colo e boca bilobulada com o mesmo diâmetro das estrias. A base apresenta um largo orifício, maior do que o da boca. A segunda é de base larga, com estrias e caneluras diminuindo de diâmetro em altura, definindo um plano de onde arranca um colo que termina numa protuberância achatada com estrias terminais.
A peça partiu por este local, faltando-lhe a parte superior.
A base é oca, estando irregularmente preenchida por um lastro de chumbo.
FA

392 Sino

Segunda metade do século XVII
Alt. máx.: 335 mm; diâm. máx.: 315 mm; peso: 31 000 g
Bronze
Cabo Raso (Cascais)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 4614.01.40

Parte superior de um sino, intacta, constituída pela calote da campânula e respectiva asa «dobrada» (sistema de suspensão com reforços). Esta é composta por uma asa com a tradicional forma de ferradura, da qual partem seis reforços de secção circular, que se fixam no dorso da calote que, nessa zona, é mais espessada.
FA

393 Sino

Segunda metade do século XVII
Alt. máx.: 167 mm; diâm. máx.: 238 mm; peso: 3000 g
Bronze
Cabo Raso (Cascais)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 4614.06.01

Bordo quase completo e parte da campânula de um sino, ao qual faltam a calote e o sistema de suspensão.
FA

394 Moldura de camafeu

Segunda metade do século XVII
177 x 292 mm
Réplica de original de bronze
Cabo Raso (Cascais)
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 4614.09.01

Estruturalmente organizada a partir de elementos florais ondulantes que nunca se repetem, a peça, de expressão assumidamente assimétrica, tem uma forma oval, distorcida «em feijão», forma que, aliás, o seu interior segue. Apresenta dois pés e um tema central mediano de topo. Duas figuras de anjo orlam cada um dos lados, assimetricamente: o primeiro, debaixo de um frontão, define o canto superior esquerdo da moldura; o segundo, o canto inferior direito.
É uma peça que, apesar das diferenças formais e da discrepância cronológica, não poderia deixar de se relacionar, por diversas razões, com as doze molduras de camafeu descobertas por Robert Stenuit por entre os destroços da Girona, em Lacada Point, na Irlanda – naufrágio que evoca o terrível destino da Grande Armada de 1588, dita também «Invencível».
O original foi descoberto fortuitamente, no local, por um mergulhador amador.
Bibliografia: STENUIT, 1971: 240 e 241.
FA

395 *Moeda*

Século XVIII (inícios)
Inscrição: Anverso: IOANNES.V.D.G.P.ET.ALG.REX
Reverso: +IN+HOC+SIGNO+VINCES+ .1709.
Diâm.: 18,4 mm; peso: 2,6 g
Ouro cunhado
Trafaria, entre a Cova do Vapor e o Bugio
Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, n.º 462.02.01

Moeda portuguesa de um quartinho, de D. João V, datada de 1709. Anverso: No campo, escudo das quinas circundado por castelos e encimado por uma coroa de quatro arcos. Está orlado por um encordoado.
Reverso: No campo, cruz de Cristo contornada por florões. Está orlada por um encordoado.
Esta moeda foi descoberta há cerca de meio século, pelo avô de F. A. Santos, pescador da Trafaria, no areal entre a Cova do Vapor e o Bugio, após um temporal.
Trata-se, pois, de um típico arrojamento.
Bibliografia: VAZ, 1987: 285; COMES, 1987: 2203.
Exposições: Museu Nacional de Arqueologia, 18 de Maio de 1992.
FA e JRM





395

Museu Nacional de Arqueologia Biblioteca

Bibliografia

ALARCÃO, A. Moitinho, *Les sigillées, Fouilles de Conimbriga*, IV, Paris, 1975.

ALARCÃO, J., e ALARCÃO, A. Moutinho, «Vidros romanos do Museu Municipal da Figueira da Foz», *Revista de Guimarães*, 74, 1964, pp. 79-116.

ALARCÃO, J., e ALARCÃO, A. Moutinho, *Vidros romanos de Conimbriga*, Conimbriga, 1965.

ALARCÃO, J., *Cerâmica comum local e regional de Conimbriga*, Coimbra, 1974.

ALARCÃO, J., «Mais algumas pequenas colecções de vidros romanos», *Conimbriga*, 10, pp. 25-44, 1971.

ALARCÃO, J., *O domínio romano em Portugal*, 1988.

ALARCÃO, J., «Vidros romanos de Museus do Alentejo e Algarve», 7, 1968.

ALMAGRO-GORBEA, M., «El periodo orientalizante en Extremadura. La Cultura tartássica y Extremadura», *Cuadernos Emeritenses*, 2.º, 1990, pp. 85-125.

ALMEIDA, C. A. F. de, *Arte da Alta Idade Média*, in *História da Arte em Portugal*, vol. 2, Publicações Alfa, Lisboa, 1986.

ALMEIDA, F. de, *Arte Visigótica em Portugal*, Lisboa, 1962.

ALMEIDA, F. de, «Arte visigótica em Portugal», *O Arqueólogo Português*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 1962, Série 2, 4.

ALMEIDA, F. de, e FERREIRA, O. da Veiga, «Os vasos de boca elíptica do Museu de Torres Novas», in *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1959, pp. 231-234.

ALMEIDA, M. J. R., e NICOLAS, *A prata do Novo Mundo. Estudo de um núcleo de moedas espanholas encontrado no rio Tejo*, Universidade Autónoma de Lisboa «Luís de Camões», Lisboa, 1990-1991.

ALVES, F. *et al.*, «Os cepos de âncora em chumbo descobertos em águas portuguesas – Contribuição para uma reflexão sobre as navegações ao longo da costa atlântica da Península Ibérica na Antiguidade», *O Arqueólogo Português*, IV-6/7, Lisboa, 1988-1989, pp. 109-185.

AMARO, C., «XX séculos de Arqueologia e História», *XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura (Casa dos Bicos)*, catálogo, Lisboa, 1983.

ARRUDA, A. M., «A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para ocidente», *Estudos Orientais*, 4, Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1993, pp. 193-214.

ATANÁZIO, M. M., «Dois canhões de bronze no Museu do Mar em Cascais fundidos em Florença», *Memórias do Museu do Mar*, Série Arqueológica, vol. 1, n.º 1, 1981, pp. 1-17.

AYRES de CARVALHO, *Os três Arquitectos da Ajuda*, Lisboa, 1979.

BANDEIRA, L. S. S. M., *Berço Manuelino recuperado ao largo das Berlengas*, Sep. ed. Museu do Mar de Cascais, 1984.

BASTOS, C., *Indumentária e Arte Têxtil*, Lisboa, 1960.

BELO, R., TRINDADE, L., e FERREIRA, O. da Veiga, «Gruta da Cova da Moura (Torres Vedras)», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Serviços Geológicos de Portugal, 45, Lisboa, 1961, pp. 391-418.

BOURGEOIS, A., e MAYET, F., *Les sigillés, Fouilles de Belo*, VI, Collection de la Casa de Velazquez, XIV, Paris, 1991.

BREUIL, H., «Impressions de voyage paléolithique à Lisbonne», *Terra Portuguesa*, ano 3, n.º 27-28, Lisboa, 1918, pp. 34-39.

BREUIL, H., e ZBYSZEWSKI, G., «Contribution à l'étude des industries paléolitiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa, tomo XXIII, 1942, pp. 3-369.

BUBNER, M. A. H. Pereira, «Cerâmica de importação na Estremadura portuguesa», *Ethnos*, 8, Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, Lisboa, 1979, pp. 33-92.

CABALLERO ZOREDA, L., «Visigodo o Asturiano ?...», *XXXIX Corso di cultura sull'Arte Ravennata e Bizantina*, Ravenna, 1992.

CARDOSO, G., *Carta arqueológica do concelho de Cascais*, Câmara Municipal de Cascais, Cascais, 1991.

CARDOSO, G., e ENCARNAÇÃO, J. d', *Cascais ao tempo dos romanos*, Câmara Municipal de Cascais, Instituto Português do Património Cultural, Cascais, 1986.

CARDOSO, G., e ENCARNAÇÃO, J. d', *O povoado romano de Casais Velhos*, Associação Cultural de Cascais, Cascais, 1987.

CARDOSO, J. L., «O Paleolítico do Complexo Basáltico de Lisboa», *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Oeiras, vol. 3, ed. do autor, Lisboa, 1933, pp. 1-7.

CASTELO-BRANCO, D. A., e FERREIRA, O. da Veiga, «Novos trabalhos na estação lusitano-romana de Areia (Guincho)», *Boletim do Museu do Conde de Castro Guimarães*, Câmara Municipal de Cascais, Cascais, 1971, 2, pp. 69-84.

COFFYN, A., «Le Bronze Final Atlantique dans la Peninsule Ibérique», *Diffusion de Boccard*, Paris, 1985.

CORDEIRO, J. M., *Apontamentos para a história da artilharia portuguesa*, Lisboa, 1985.

DAEHNHARDT, R., «Dois peitorais encontrados junto à fortaleza de S. Julião», *Oeiras Municipal*, n.º 25-26, 1989, pp. 30-31.

DELGADO, M. F. Nery, «La grotte de Furninha à Peniche», in *Actas do IC Congrès International d'Anthropologie et d'Archaeologie Préhistorique*, Lisboa, 1880, pp. 207-263.

DELGADO, M., «Marcas de Oficinas de sigillatas encontradas em Braga», *Cadernos de Arqueologia*, Série 2, n.º 1, Bracara Augusta, 1984; Série 2, n.º 2, Bracara Augusta, 1985.

DIOGO, D., e ALVES, F., «Ânforas lusitano-romanas provenientes de achados fluviais nas imediações de Vila Franca de Xira e de Alcácer do Sal», *O Arqueólogo Português*, IV-6/7, Lisboa, 1988-1989, pp. 227-240.

FERREIRA, O. da Veiga, «Acerca dos monumentos funerários da cultura do vaso campaniforme em Portugal», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Instituto Professor Mendes Correa, 15, Porto, 1957.

FERREIRA, O. da Veiga, e TAVARES, «Objectos Luso-romanos da Serra de Sintra», *Revista de Guimarães*, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 1954.

FERREIRA, O. da Veiga, e TRINDADE, L., «Objectos da necrópole do Cabeço da Arruda (Torres Vedras)», *Zephyrus*, Facultad de Filosofia y Letras, 5, Salamanca, 1954, pp. 29-35.

FIGUEIREDO, Borges de, «As thermas romanas da Rua Bella-da--Rainha (vulgo Rua da Prata) em Lisboa», *Revista Archeologica e Historica*, 3, Lisboa, 1889, pp. 23-35.

FIGUEIREDO, F. J. A., e PAÇO, A., «Vestigios romanos dos Casais Velhos (Areia – Cascais)», Junta de Turismo de Cascais, Cascais, 1943.

FONTES, J., «Contribution à l'étude de la période paléolithique en Portugal», *VII^ème Congrès Préhistorique de France*, Nimes, 1911, pp. 3-11.

FONTES, J., «Estação paleolithica do Casal do Monte», ed. do autor, Lisboa, 1910, pp. 1-7.

FONTES, J., «Estação paleolítica do Casal do Monte», *O Archeologo Português*, 1.ª série, vol. XV, Lisboa, 1910b, pp. 93-96.

FONTES, J., «Indústrias paleolíticas do Casal do Monte», *Materiais para o Estudo das Antiguidades Portuguezas*, vol. I, Leiria, 1910c, n.º 2.

FONTES, J., «Subsidios para o estudo do Paleolítico português», *O Archeólogo Português*, Lisboa, 1.ª série, vol. XVII, 1912, pp. 22-24.

FONTES, J., «Sur un moule pour faucilles de bronze provenant du Casal de Rocanes», *Archeólogo Português*, Imprensa Nacional, 21, Lisboa, 1916, pp. 337-342.

FRANÇA, J. A., *A Arte em Portugal no séc. XIX*, Bertrand, Lisboa, 1966.

GALLAY, G., SPINDLER, K., TRINDADE, L., e FERREIRA, O. da Veiga, «O monumento pré-histórico de Pai Mogo (Lourinhã)», *Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, 1973.

GOMES, A., *Moedas Portuguesas*, Lisboa, 1987.

GOMES, J. J. Fernandes, e DOMINGOS, J. B. Barreto, «A xorca da Serra das Ripas (Alenquer)», *Arqueólogo Português*, Museu Nacional de Arqueologia (Série 4), 1, Lisboa, 1983, pp. 287-300.

GOMES, M. V., «Proto-História do Sul de Portugal», in SILVA, A. C. F., e GOMES, M. V., *Proto-História de Portugal*, Ed. Universidade Aberta, Lisboa, 1992.

GONÇALVES, V. S., «Para um programa de estudos do Neolítico em Portugal», *Zephyrus*, Universidad de Salamanca, Salamanca, 1977.

GONÇALVES, V. S., «Dois novos ídolos tipo Moncarapacho», *Setúbal Arqueológica*, Assembleia Distrital, vol. IV, Setúbal, 1980, pp. 47-58.

GONÇALVES, V. S., «Manifestações do sagrado na Pré-história do Ocidente peninsular: 2. A propósito dos artefactos votivos de calcário das necrópoles de Alcalar e Monte Velho», *Actas do I Encontro de Arqueologia do Sudoeste Alentejano*, Sagres, 1991 (no prelo).

GONÇALVES, V. S., «Sítios, "Horizontes" e Artefactos. 3: Grutas artificiais, artefactos votivos de calcário e a questão das 'origens' do Calcolítico em Portugal», *Arquivo de Cascais*, 11, 1992 (no prelo).

GONÇALVES, V. S., e PEREIRA, A. Ramos, «Considerações sobre o espólio neolítico da Gruta dos Carrascos (Monsanto, Alcanena)», *Arqueólogo Português*, Museu Nacional de Arqueologia, 7-9, Lisboa, 1974-1977, pp. 49-87.

HAUSCHILD, T., *Das Romische Theater von Lissabon*, Planaufnahme, 1985-1988, Mainz, 1990.

HELENO, M., «Gruta artificial da Ermegeira», *Ethnos*, Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, 2, Lisboa, 1942, pp. 456-459.

HELENO, M., «Grutas artificiais de Tojal de Vila Chã (Carenque)», in *Actas do Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, Lisboa, 1933, pp. 5-25.

Hospital Real de Todos-os-Santos, 500 anos, catálogo, Lisboa, 1993.

«Impressão da viagem a Portugal de João Baptista Venturino, do séquito do Cardeal Alexandrino, em 1571», *O Panorama*, vol. 1, 2.ª série, pp. 211, 346 e 1842 (extraído por Alexandre Herculano).

ISINGS, C., «Roman glass from dated finds», *Journal of Glass Studies*, Groningen, 1957.

ISINGS, C., «Verres Gallo-Romaines», *Catalogues d'Art et d'Histoire du Musée Carnevalet*, 1983.

JALLAY, E., «A espada de bronze do Moinho do Raposo (Alenquer)», *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*, Orense, 14, 1943, pp. 44-46.

JALHAY, E., e PAÇO, A., «Páleo e Mesolítico Português», *Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. IV, Lisboa, 1941, pp. 11-101.

JALHAY, E., e PAÇO, A., «A gruta II da necrópole de Alapraia», *Anais da Academia Portuguesa da História*, Academia Portuguesa da História, 4, Lisboa, 1941, pp. 107-141.

JALHAY, E., e PAÇO, A., «El castro de Vila Nova de S. Pedro», *Actas y memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnología y Prehistoria*, Madrid, vol. XX, 1945.

KALB, P., e HOCK, H., «Cerâmica de Alpiarça», *Catálogo da Exposição Temporária na Galeria dos Patudos*, Alpiarça, 1985.

LACERDA, Aarão de, *História da Arte em Portugal*, vol. I, Portucalense Editora, Porto, 1942.

LANDES, C., «Verres Gallo-Romaines», *Catalogues d'Art et d'Histoire du Musée Carnevalet*, 1983.

LEISNER, V., PAÇO, A., e RIBEIRO, L., *As grutas artificiais de S. Pedro do Estoril (Cascais)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1964.

LEISNER, V., ZBYSZEWSKI, G., e FERREIRA, O. da Veiga, «Les monuments Préhistoriques de Praia das Maçãs et Casainhos», *Serviços Geológicos de Portugal*, Memória 16, Lisboa, 1969.

Lisboa Quinhentista, catálogo, Lisboa, 1983.

LOPES, D., *Arqueólogo Português*, t. II , 1896.
LOUREIRO, A., *Os Portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, vol. III, parte I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1906.
MARTINS, A. S., «Um estudo acerca de caixas ou pilhas de pesos em bronze», in *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*, Ed. da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1991, pp. 439-443.
MAYET, F., *Les céramiques à parois fines dans la Péninsule Ibérique*, Paris, 1975.
MOITA, I., «Achados da época romana no subsolo de Lisboa», *Revista Municipal*, n.º 101-11, Lisboa, 1964-1966, n.º 116-119, Lisboa, 1968.
MOITA, I., *As termas romanas da Rua da Prata*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1977.
MOITA, I., «Hospital Real de Todos-os-Santos», *Revista Municipal*, n.º 108-109, Lisboa, 1964-1966.
MOITA, I., «Lápide Funerária proveniente dum Almocavar de Lisboa», *Revista Municipal*, n.º 114-115, Lisboa, 1967, pp. 81-87.
MOREIRA, R., *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal*, Lisboa, 1991.
NABAIS, A. M., e OLIVEIRA RAMOS, P., *100 anos do Porto de Lisboa*, APL, Lisboa, 1987.
NOLEN, J. U. Smith, «A vila romana do Alto da Cidreira – Os Materiais», *Conimbriga*, 27, 1988.
NOLEN, J. U. Smith, *Cerâmica comum de Necrópoles do Alto Alentejo*, Lisboa, 1985.
NOLEN, J. U. Smith, e DIAS L. F., «A necrópole de Santo André. Parte II. Os materiais», *Conimbriga*, 20, 1981.
NUNES RIBEIRO, F., «Terra sigillata encontrada nas Represas – Beja», *Arquivo de Beja*, 15, Beja, 1958.
NYKL, A. R., *Ethnos*, vol. II, 1942.
OLEIRO, J. M. Bairrão, «Elementos para o estudo da 'terra sigillata', em Portugal. Marcas de oleiro encontradas no País», *Revista de Guimarães*, LXI, 1951.
OSWALD, F., *Index of potter's stamps on terra sigillata (Samian ware)*, Margidunum, 1931.
PAÇO, A., «As grutas de Poço Velho ou de Cascais», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Serviços Geológicos de Portugal, 22, Lisboa, 1942.
PAÇO, A., «Carta Paleolítica e Epipaleolítica de Portugal», *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, vol. I, 7.ª série, Lisboa, 1934, pp. 23-47.
PAÇO, A., «Castro de Vila Nova de S. Pedro, XIII. Recipientes de osso e calcário», *Conimbriga*, Instituto de Arqueologia, vol. II-III, Coimbra, 1961, pp. 167-179.
PAÇO, A., «Necrópole de Alapraia», *Anais da Academia Portuguesa de História*, II Série, vol. 8, Lisboa, 1958.
PAÇO, A. do, BARTOLO, Maria de Lourdes, e BRANDÃO, A., «Novos achados arqueológicos das grutas de Cascais», in *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1959, pp. 147-159.
PALOL, P., *Arte hispanico de la epoca visigoda*, Ed. Poligrafa, Barcelona, 1968.
Património Cultural, Boletim do Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, 1988, Maio, n.º 5.
PEREIRA, M. A. H., «Objectos egípcios de Porto de Sabugueiro (Muge)», *Conimbriga*, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 14, Coimbra, 1975, pp. 174-175.
PEREIRA, P., *A Obra Silvestre e a Esfera do Rei*, Lisboa, 1991.
PEREIRA, P., «Evoramonte», *A Fortaleza*, Lisboa, 1989.
PIEL-DESRUISSEAUX, J.-L., *Outils Préhistoriques: forme-fabrication-utilisation*, ed. Masson, Paris, 1986.
PINTO, C. Vaz, e PARREIRA, R., «Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro Inicial a Norte do estuário do Tejo», in *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1978, pp. 147-162.
RAPOSO, L., «Biface (aspectos gerais)», *Arqueologia*, n.º 14 (ficha de introdução à Arqueologia), Porto, 1986.
RAPOSO, L., «Biface (sistemas classificatórios)», *Arqueologia*, n.º 15 (ficha de introdução à Arqueologia), Porto, 1987.
RAPOSO, L., «O Paleolítico», in *J. Medina (ed.)*, História de Portugal, 1.º vol., Ediclube, Lisboa, 1993, pp. 22-29.
REAL, M. L., «Perspectivas sobre a Flora românica da 'Escola' lisbonense, a propósito de dois capitéis desconhecidos de Sintra no Museu do Carmo», *Sintria*, I-II(1), Sintra, 1982-1983.
RIBEIRO, M., «Uma notável obra de ferro forjado do século XII», *Portucale*, 4 (20), Porto, 1931.
ROCHE, J., «État Actuel de nos Connaissances sur le Solutréen Portugais», *Zephyrus*, t. XXV, Salamanca, 1974, pp. 81-94.
ROCHE, J., «Le climat et les faunes du Paléolithique moyen et supérieur de la province d'Estremadura», *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. 1, Coimbra, 1971, pp. 39-50.
ROCHE, J., *Le gisement mésolithique de Moita do Sebastião (Muge)*, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1972.
ROCHE, J., FERREIRA, O. da Veiga, e FRANÇA, J. C., «Sagaie à base pointue trouvée dans le niveau périgordien de la grotte de Salemas», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, t. XLV, Lisboa, 1961, pp. 207-209.
ROCHE, J., FRANÇA, J. C., FERREIRA, O. da Veiga, e ZBYSZEWSKI, G., «Le paléolithique supérieur de la grotte de Salemas (Ponte de Lousa)», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, t. XLVI, Lisboa, 1962, pp. 187-207.
ROCHE, J., «Le Paléolithique supérieur portugais. Bilan de nos connaissances et problèmes», *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, t. XLI, Paris, 1964, pp. 11-27.
SALVADO, S., Simões, e FERREIRA, O. da Veiga, «Alguns elementos pré-românicos reutilizados nos parâmetros da Sé de Lisboa», *Revista Municipal*, 2.ª série, n.º 7(1), Lisboa, 1.º trim. 1984.
SCHLUNK, H., e HAUSCHILD, T., «Hispania Antiqua», *Maenz am Rhein*, Philip von Zarben, 1978.

SÁ, M. C. Moreira de, «A lapa da Galinha», in *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1959, pp. 117-128.

SOUSA VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, vol. I, Lisboa, 1988.

SPINDLER, K., «Cova da Moura», *Madrider Beitrage*, Deutsches Archaologisches Institut, 7, Madrid, 1981.

SPINDLER, K., CASTELLO BRANCO, A., ZBYSZEWSKI, G., e FERREIRA, O. da Veiga, «Le monument à coupole de l'âge du Bronze final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz)», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Serviços Geológicos de Portugal, 55, Lisboa, 1973-1974, pp. 91-154.

SPINDLER, K., e FERREIRA, O. da Veiga, «Das Vorgeschichyliche Fundmaterial aus der Gruta do Carvalhal/Portugal», *Madrider Mitteilungen*, Deutsches Archaologisches Institut, 15, Madrid, 1974, pp. 28-76.

STENUIT, R., *Les Trésors de l'Armada*, Bruxelas, 1971.

TRINDADE, L., e FERREIRA, O. da Veiga, «Acerca do vaso "piriforme" tartéssico de bronze do Museu de Torres Vedras», *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, Junta Distrital de Lisboa, Lisboa, 1965, pp. 175-183.

TRINDADE, L., e FERREIRA, O. da Veiga, «O tesouro pré-histórico de Bonabal (Torres Vedras)», *Revista de Guimarães*, Sociedade Martins Sarmento, 84, Guimarães, 1964, pp. 271-280.

Triomphe du Baroque, catálogo, Bruxelas, 1991.

VALENTE, V., «Pillement, mestre de Vieira Portuense», *Museu*, vol. III, n.º 14, Lisboa, 1844.

VALLE, H. P. do, «Artilharia antiga e de retrocarga», *Revista de Artilharia*, Ano LXI, 2.ª série, Lisboa, 1965, pp. 423-431.

VASCONCELLOS, J. Leite de, «Estudos sobre a época do Bronze em Portugal. VIII – Tesouro do Casal dos Fiéis de Deus», *Archeologo Português*, Imprensa Nacional, 21, Lisboa, 1919-1920, pp. 193-195.

VASCONCELLOS, J. Leite de, *Religiões da Lusitânia*, Imprensa Nacional, Lisboa, 3 ,1913.

VASCONCELLOS, J. Leite de, «Xorca de Ouro», *Archeologo Português*, Imprensa Nacional, 2, Lisboa, 1885, pp. 17-24.

VAZ, F., *Livro das Moedas de Portugal*, Lisboa, 1987.

Vidro (O) em Portugal, catálogo, Lisboa, 1989.

ZBYSZEWSKI, G., FERREIRA, O. da Veiga, LEITÃO, M., NORTH, C. T., «O Paleolítico da Gruta do Correio-Mor (Loures)», Setúbal, vol. VIII, 1987, pp. 7-24.

ZBYSZEWSKI, G., ROCHE, J., FRANÇA, J. C., e FERREIRA, O. da Veiga, «Note préliminaire sur les niveaux du Paléolithique supérieur de la grotte de Salemas (Ponta de Lousa)», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, t. XLV, Lisboa, 1961, pp. 197-206.

ZILHÃO, J., «Solutrense da Estremadura Portuguesa», *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 4, Lisboa, 1987, pp. 1-94.



Esta exposição desvenda uma fascinante

viagem pelo tempo.

Devolve-nos uma Lisboa escondida,

insuspeita de muitos, e reforça os laços

que (inconscientemente por vezes) nos prendem

a este chão que quotidianamente pisamos,

a esta cidade que hoje habitamos e ajudamos

a construir: uma cidade que já foi outra cidade

- ou "outras" cidades, soterradas pelo Tempo

e que, apesar de subterrâneas, se viram

entretanto resgatadas do solo

enquanto memória pela pesquisa paciente

e aturada dos arqueólogos.

Instituto Camões

EXPO'98